

# Edifícios, Patronos e Diversidade na Gestão Escolar

SEGURANÇA  
SISTEMAS DE ENERGIA RENOVÁVEL  
TRANSAÇÕES  
E BUCAL  
RECEPTIVO  
PAISAGIS  
PAISAGIS  
E DIETÉTICA  
EVENTOS  
AGRICULTURA  
GESTÃO DE  
TRÔNICA  
DE ALIMENTAÇÃO  
ULTIMÍDIA  
MECANIZAÇÃO  
RÁDIO COMUNICAÇÃO  
SAÚDE  
COM HABILITAÇÃO  
UNICAÇÃO VISUAL  
ENFERMAGEM  
ELETROMECÂNICA  
ONAS DE TÉCNICAS  
URISMO  
ELETROTÉCNICA  
AGEM NO ATENDIMENTO  
VIGILÂNCIA E EMERGÊNCIA INTRA  
HOSPITALAR  
SERVIÇOS  
AGÊNCIAS  
ARIADO AGRONEGÓCIO  
AUTOMAÇÃO  
DE INTERIORES  
AÇÚCAR  
CONTABILIDADE  
COSMÉTICA  
ANIZAÇÃO ESPORTIVA  
AERONÁUTICA



Etec SANTA DEBORA



# Edifícios, Patronos e Diversidade na Gestão Escolar

## GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

### Governador

Rodrigo Garcia

### Secretário de Desenvolvimento Econômico

Bruno Caetano

## CENTRO PAULA SOUZA

### Diretora-Superintendente

Laura Laganá

### Vice-Diretora-Superintendente

Emilena Lorenzon Bianco

### Chefe de Gabinete da

#### Superintendência

Armando Natal Maurício

### Coordenadora da Pós-Graduação, Extensão e Pesquisa

Helena Gemignani Peterossi

### Coordenador do Ensino Superior de Graduação

Rafael Ferreira Alves

### Coordenador do Ensino Médio e Técnico

Almério Melquíades de Araújo

### Coordenadora de Formação Inicial e Educação Continuada

Marisa Souza

### Coordenador de Infraestrutura

Bruna Fernanda Ferreira

### Coordenadora de Gestão Administrativa e Financeira

Magda de Oliveira Vieira

### Coordenador de Recursos Humanos

Vicente Mellone Junior

### Coordenadora da Assessoria de Inovação Tecnológica

Emilena Lorenzon Bianco

### Coordenadora da Assessoria de Comunicação

Dirce Helena Salles

---

## Cetec Capacitações

### Diretora do Centro de Capacitação Técnica, Pedagógica e de Gestão

Lucília Guerra

### Organizadora

Maria Lucia Mendes de Carvalho

# Edifícios, Patronos e Diversidade na Gestão Escolar

---

Maria Lucia Mendes de Carvalho (org.)

São Paulo  
Centro Paula Souza  
2022

# Edifícios, Patronos e Diversidade na Gestão Escolar

## Organizadora

*Maria Lucia Mendes de Carvalho*

## Comissão Científica

*Américo Baptista Villela*

Centro de Memória da Etec Bento Quirino, em Campinas

*Julia Naomi Kanazawa*

Centro de Memória da Etec Cônego José Bento, em Jacareí

*Maria Lucia Mendes de Carvalho*

Centro de Memória da Educação Profissional e Tecnológica, em São Paulo

*Maria Teresa Garbin Machado*

Centro de Memória da Etec Professor Alcídio de Souza Prado, em Orlandia

*Sueli Soares dos Santos Batista*

Fatec/Jundiaí e Unidade de Pós-Graduação, Extensão e Pesquisa, em São Paulo

## Projeto Gráfico

*Marta de Almeida*

## Diagramação

*Pedro D. Opka*

## Capa

*Diego Pereira dos Santos*

*Marta Maria Mendonça de Almeida*

## Editoração, CTP, Impressão e Acabamento

*Gráfica CS Eireli*

## Ficha Catalográfica

*Tatiane Silva Massucato Arias – CRB-8/7262*

---

Edifícios, Patronos e Diversidade na Gestão Escolar / Maria Lucia Mendes de Carvalho (organizadora). – São Paulo: Centro Paula Souza, 2022.  
502 p. : il. ; 22,5 cm.

Inclui bibliografia.

ISBN 978-65-87877-35-8 (Impresso)

ISBN 978-65-87877-34-1 (Digital)

1. EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA. 2. HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO. 3. PATRONOS. 4. PATRIMÔNIO HISTÓRICO-EDUCATIVO. I. Carvalho, Maria Lucia Mendes de (org.).

---

CDD 370.113

# SUMÁRIO

## **Prefácio**

*Patrícia Costa* ..... 9

## **Apresentação**

*Maria Lucia Mendes de Carvalho* ..... 13

## **Discursos na Abertura Solene**

*Maria Lucia Mendes de Carvalho* ..... 19

*Lucília Guerra* ..... 23

## **O Patrimônio institucional: edifícios e o envolvimento participativo dos docentes no crescimento do *campus* CEETEPS/ Fatec-SP**

*Maria Alice Pius* ..... 25

## **História e arquitetura escolar: obras e reformas das dependências físicas da Etec Sylvio de Mattos Carvalho (1986-2018)**

*Carlos Alberto Diniz. Analder Magalhães Honório. Ana Cláudia Câmara* ..... 41

## **Arquitetura escolar e a história das instalações agrícolas da Etec Professor Matheus Leite de Abreu (1965 a 2019)**

*Sueli Mara Oliani Oliveira* ..... 65

## **Setor aviário da Escola Profissional Agrícola e Industrial Mista de Jacareí (1930 a 1950): arquitetura, currículo e representações**

*Júlia Naomi Kanazawa* ..... 91

## **Cooperativa-escola de alunos: um processo inacabado**

*Eva Chow Belezia* ..... 103

## **Os edifícios ocupados pela centenária Etec Getúlio Vargas: de sua fundação aos dias atuais**

*Camila Polido Bais Hagio* ..... 119

## **Edifícios escolares en el siglo XIX en dos ciudades latinoamericanas en Buenos Aires, Argentina y San Luís Potosí, México**

*Francisco Hernández Ortiz. Emir Antonio Cruz Rentería* ..... 135

|                                                                                                                                                                            |            |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| <b>A experiência do Instituto Lauro Sodré: do império à república um modelo de educação profissional a ser seguido</b>                                                     |            |
| <i>Sueli Soares dos Santos Batista. Maricilde Oliveira Coelho .....</i>                                                                                                    | <i>149</i> |
| <b>Patronos do Primeiro Liceu Feminino Português</b>                                                                                                                       |            |
| <i>Amaro Carvalho da Silva .....</i>                                                                                                                                       | <i>159</i> |
| <b>Etec Carlos de Campos pioneira na implantação do curso Técnico em Nutrição e Dietética: 80 anos de história</b>                                                         |            |
| <i>Clara Korukian Freiberg .....</i>                                                                                                                                       | <i>179</i> |
| <b>Dr. Júlio Cardoso, patrono da Escola Profissional de Franca</b>                                                                                                         |            |
| <i>Joana Célia de Oliveira Borini .....</i>                                                                                                                                | <i>197</i> |
| <b>A vida e o tempo de Trajano de Barros Camargo (1890-1930), patrono da escola técnica estadual de Limeira/SP</b>                                                         |            |
| <i>Marlene Aparecida Guiselini Benedetti .....</i>                                                                                                                         | <i>213</i> |
| <b>A Etec de Orlândia e seu patrono, Professor Alcídio de Souza Prado</b>                                                                                                  |            |
| <i>Maria Teresa Garbin Machado .....</i>                                                                                                                                   | <i>231</i> |
| <b>A história de vida do patrono da Fatec Ourinhos, proveitos e percalços de uma trajetória no enlace entre a escola e a sociedade local</b>                               |            |
| <i>Eunice Corrêa Sanches Belloti .....</i>                                                                                                                                 | <i>245</i> |
| <b>Thomaz Novelino: precursor dos cursos de tecnologia em Franca/SP</b>                                                                                                    |            |
| <i>Liene Cunha Viana Bittar .....</i>                                                                                                                                      | <i>265</i> |
| <b>Memorial Nilo De Stéfani</b>                                                                                                                                            |            |
| <i>Janaína Hunch Castilho Mirabelli. Leonardo Lucas Madaleno .....</i>                                                                                                     | <i>285</i> |
| <b>Para um glossário do currículo da educação profissional técnica de nível médio brasileira organizado por competências: análise conceitual e descrição terminológica</b> |            |
| <i>Fernanda Mello Demai.....</i>                                                                                                                                           | <i>301</i> |



**Currículo da educação profissional de nível médio: características e funcionalidades**

*Ivanete Belluci de Almeida. Gilson Rede* .....315

**Jayme Compri e o teatro na escola**

*Alba Fernanda Oliveira Brito. Fernanda Ferreira Boschini* .....327

**A formação docente em Enfermagem como concepção: história do conhecimento sobre as estruturas sociais**

*Shirley da Rocha Afonso* .....339

**História e memória dos cursos técnicos do Centro Paula Souza: o eixo tecnológico de Turismo, Hospitalidade e Lazer**

*Guilherme Antonio Bim Copiano. Vinicius Moraes Raszl. Sueli Soares dos Santos Batista* .....353

**Cilento e a criação do Instituto de Química da UNICAMP: currículo, equipe e trabalho**

*Suzana Lopes Salgado Ribeiro* .....369

**Da gênese à extinção do curso de Mecânica na Etec José Rocha Mendes: implantação, mudanças e crise**

*Paulo Eduardo da Silva* .....379

**Memórias de gestores da Etec Philadelpho Gouvêa Netto vinculados ao Centro Paula Souza (25 anos)**

*Jurema Rodrigues* .....391

**Acervos pessoais e a busca por novas fontes: documentos escolares e a produção de pesquisas em história da educação matemática**

*Alan Marcos Silva de Rezende. Andréia Fernandes de Souza* .....415

**Os cadernos escolares como patrimônio da educação brasileira**

*Bruna Lima Ramos Giusti. Anieli Joana de Godoi. David Antonio da Costa* .....425

**A montanha russa do trabalho do historiador: os 20 anos do centro de memória Orleide A. Alves Ferreira da Etec Bento Quirino**

*Américo Baptista Villela* .....437

**Centro de memória da educação profissional e tecnológica do Centro Paula  
Souza (SP): um espaço em construção**  
*Maria Lucia Mendes de Carvalho* .....453

**Posfácio**  
*Almério Melquíades de Araújo*.....481

**Sobre os autores**.....491

## PREFÁCIO

“EDIFÍCIOS, PATRONOS E DIVERSIDADE NA GESTÃO ESCOLAR” é o ponto de chegada de uma importante reflexão sobre as memórias e a história da educação profissional e tecnológica, onde diferentes experiências e perspectivas se cruzam de forma complementar, criando assim um espaço de debate para novas interpretações que vêm esclarecer, enriquecer ou até inverter o conhecimento existente, contribuindo de forma ativa para o crescimento científico desta área de estudo.

Ao longo da História assistimos a inúmeras reformas educativas, quer a nível dos currículos e conteúdos programáticos quer a nível da projeção e construção de edifícios destinados ao ensino.

As instituições de ensino, qualquer que seja o nível de escolaridade, são locais vivos e em constante mutação, resultante de diferentes contributos interdisciplinares. Não podemos colocar apenas o enfoque nos edifícios ou no património móvel neles contidos, temos que refletir sobre as pessoas, as linhas de pensamento, os locais e principalmente sobre os contextos políticos e económicos de cada época.

Como sabemos, no séc. XIX houve um grande incremento no desenvolvimento de um ensino técnico de qualidade, nas suas diversas vertentes profissionalizantes (agrícola, industrial, comercial, serviços, educação artística, entre outras), fruto da necessidade de empreender uma maior vitalidade na economia, fortalecendo o mercado de trabalho com cidadãos capazes de garantir o progresso económico e social que cada nação ambicionava. Este fenómeno verificou-se tanto nos países europeus como em alguns países latino-americanos.

Durante os anos de grande expansão tecnológica, onde assistimos ao surgimento das locomotivas a vapor, da lâmpada elétrica, do telefone, dos raios X ou do automóvel, foi sempre solicitado ao sistema educativo a formação de técnicos/profissionais qualificados que acompanhassem e contribuíssem para o crescimento e implementação das novas tecnologias, numa época em que o sistema corporativo, existente em alguns países, já tinha sido extinto, ficando assim a formação dependente da intervenção direta do Estado.

Em Portugal a intervenção do Estado no ensino já se tinha feito sentir durante o período pombalino (1750-1777) com a promoção da vinda de profissionais estrangeiros para apoiar a indústria.

Já na área comercial apostou-se na criação de infraestruturas que permitissem a formação de técnicos que iriam alimentar a tão desejada modernização económica do país. Depois da experiência do governo pombalino que se ecoou nos governos mariano-joaninos só voltaríamos a ter o ensino como principal alvo político a partir de 1836 tendo como exemplo as iniciativas educativas implementadas em diversos países europeus.

Contudo, o impacto da Revolução Industrial não chegou ao mesmo tempo a todos os países. Este desfasamento, em muitos casos longo e persistente, repercutia-se no espetro educativo de quem assegurava a força do trabalho e os alicerces do aparelho produtivo, desde os setores primários da agricultura e pescas, a um operariado emergente em que a falta de formação laboral dificultava a execução de tarefas mais especializadas, necessárias à evolução fabril.

Já em pleno século XX verificou-se um grande crescimento do ensino profissional e técnico, que originou nas últimas décadas algum interesse na análise do seu desenvolvi-

mento, percursos e direções. Todas as vertentes do ensino eram cuidadosamente planeadas de forma a dar a estes alunos para além das competências técnicas competências socioeconómicas, como se pode comprovar através dos conteúdos curriculares e perfis profissionais numa tentativa de adequabilidade dos mesmos à realidade económica.

Outro ponto fundamental das políticas de ensino de então eram as instalações. Muitas delas foram projetadas com base nas necessidades pedagógicas que este tipo de ensino exigia. Vários são os exemplos que podemos encontrar nos artigos apresentados, como o caso da Escola Profissional Agrícola e Industrial Mista de Jacareí, da Escola Técnica Estadual Professor Matheus Leite de Abreu, da Etec Getúlio Vargas, da Etec Dona Escolástica Rosa, entre outras. Um dos aspetos fundamentais de todos estes exemplos é a preocupação em construir edifícios que acompanhassem a modernidade técnica e pedagógica pretendida com esta formação diferenciada para uma eficiente integração destes profissionais no mercado de trabalho.

Através do estudo destas estruturas podemos afirmar que este sistema educativo se destacava por ter um ensino teórico apoiado por uma forte componente prática, comprovada pela criação multidisciplinar de laboratórios, gabinetes científicos e outros espaços de trabalho equipados com uma profusão de material adaptado às vertentes aplicadas, permitindo aos alunos um contacto mais direto com a realidades e com as necessidades sentidas pelas indústrias no que dizia respeito aos novos processos tecnológicos.

Naturalmente que todos estes estabelecimentos não tiveram um percurso linear e sofreram ao longo da sua existência ampliações e melhorias nas infraestruturas já edificadas por já não satisfaziam as necessidades do ensino num dado momento. Todavia, não nos podemos esquecer que os edifícios são talvez a parte mais visível das alterações, pois há outros elementos, como os livros ou objetos pedagógicos, que também foram importantes pilares na construção e desenvolvimento das bases estruturais dos cursos administrados.

Muitas vezes estas intervenções foram fruto de uma visão progressista, modernista e até pragmática no que diz respeito à formação profissional por parte da própria comunidade escolar, aplicando assim medidas concretas que permitissem o acesso universal aos estudos, sendo uma alternativa pedagógica mesmo para quem não tinha condições para continuar a sua formação.

É neste contexto que surgem os “Patronos”, que podem ser figuras proeminentes, bastante ativas quer a nível social quer a nível político, dotadas de uma grande capacidade intelectual e um conhecimento profundo sobre o tecido empresarial, que contribuíram com o seu cunho pessoal para elaboração dos currículos, para escolha do corpo docente ou até para o reconhecimento e valorização de algumas profissões.

Mas as escolhas não recaíram apenas nesta vertente, temos igualmente como “Patronos” figuras inspiradoras (que conferem uma identidade à escola) ou personalidades que são símbolos da memória coletiva.

Pouco ou nada se sabia acerca de algumas destas importantes figuras até se iniciarem estudos e se reunir um importante conjunto de documentos históricos, nomeadamente livros de registo da atividade escolar, documentos iconográficos, entrevistas, fotografias ou periódicos, de forma a preencher todas as lacunas existentes nas suas biografias. Alguns dos casos apresentados e discutidos nesta publicação trazem à luz a pertinência de um tema ainda pouco explorado.

Tendo em conta a relevância destas fontes primárias e consequentemente a sua valorização, recenseamento e preservação, a criação de Centros de Memória são um importante marco para o desenvolvimento de várias linhas de estudo que contribuirão para a construção de novas narrativas e a recuperação de documentação que até há pouco tempo dispersa, ilustrando a contemporaneidade do ensino ministrado nos diversos estabelecimentos aqui destacados e uma correta interpretação da informação disponibilizada.

Estas ações incentivam o respeito e o gosto pela cultura local, pelos processos educativos e pela história do ensino técnico. Salientamos que só conhecendo muito bem os métodos de produção e de difusão do conhecimento é que podemos ter uma leitura transversal da evolução deste tipo de ensino. Estas novas abordagens permitem às instituições deixar a sua marca através da construção de uma identidade histórica singular.

O ensino técnico foi durante muito tempo o subsistema de ensino menos estudado. Assistimos à criação e extinção de escolas, a alteração das denominações dos cursos e cadeiras (devido à introdução de novas matérias) e até à alteração dos títulos profissionais fruto da evolução económica, das intenções do legislador ou até de um regime autoritário.

Apesar do seu vasto e complexo percurso, toda esta herança histórica, cultural e científica, pode ser abordada sob vários prismas, mantendo uma dinâmica de interdisciplinaridade. A conjugação de esforços e partilha de saberes, são um ponto essencial para que se possa traçar o percurso do ensino técnico e a sua importância para o desenvolvimento de cada país, traçando novos os caminhos para o desenvolvimento desta linha de investigação. É o que esta publicação tenta fazer.

***Patrícia Costa***

Museu do Instituto Superior de Engenharia do Porto  
Porto, 16 de novembro de 2022





## APRESENTAÇÃO

Para celebrar o cinquentenário do Centro Paula Souza, foi realizado um projeto de pesquisa documental iconográfico e textual no Centro de Memória da Educação Profissional e Tecnológica, que possibilitou a criação do *design*, da montagem, da organização e da difusão da exposição **CENTRO PAULA SOUZA (1969-2019): Preservação do Patrimônio Cultural e Histórico-Educativo para Memórias e História Institucional**, no Espaço Museológico da sede administrativa, entre setembro-outubro, por meio de painéis e de publicações institucionais para homenagear os dez diretores-superintendentes, gestores que contribuíram para evolução dessa instituição de educação pública profissional e tecnológica.



**Figura 1** – Exposição CENTRO PAULA SOUZA (1969-2019): Preservação do Patrimônio Cultural e Histórico-Educativo para Memórias e História Institucional, no Espaço Museológico.

**Fotografia:** Maria Lucia Mendes de Carvalho, 27/09/2019.

Nesse ano comemorativo, organizou-se a **Jornada Patrimônio Cultural da Educação Profissional e Tecnológica: Edifícios, Patronos e Diversidade na Gestão Escolar**, que aconteceu entre 3 e 4 de outubro de 2019, no Centro de Capacitação do Centro Paula Souza, contando com a participação de professores-pesquisadores de centros de memória institucional, a maioria curadores e participantes do Grupo de Estudos e Pesquisas em Memórias e História da Educação Profissional e Tecnológica (GEPEMHEP), com projetos de horas atividades específicas (HAE), acompanhados pela Unidade do Ensino Médio e Técnico.

Esta obra “Edifícios, Patronos e Diversidade na Gestão Escolar”, traz as palestras temáticas que foram selecionadas por avaliação cega por membros da Comissão Científica, relacionadas aos eixos temáticos desse evento: Pesquisas sobre a arquitetura escolar, seus edifícios, artefatos e usos didáticos; Instituições, patronos, identidade, memórias e história da educação profissional e tecnológica; Gestão escolar e a preservação do patrimônio cultural histórico-educativo e da ciência e tecnologia na educação profissional.

Para a palestra de abertura dessa jornada, convidou-se a Ms. Maria Alice Pius, professora do Departamento de Edifícios da Faculdade de Tecnologia de São Paulo, no curso

Tecnologia em Construção Civil, modalidade Edifícios, que ministrou “O patrimônio institucional: edifícios e o envolvimento participativo dos docentes no crescimento do *campus* Ceeteps/Fatec SP”, narrando a sua experiência no Escritório Piloto institucional, primeiro como estagiária desse curso tecnológico e, posteriormente, como docente.

Nesta obra, dos 28 artigos publicados, quatorze são de curadores de seis Centros de Memória instituídos durante o projeto de “Historiografia da Escolas Técnicas mais Antigas do Estado de São Paulo”, entre 1998 e 2000, o que indica a importância e a continuidade desses Centros de Memória, após 25 anos das suas implantações em Escolas Técnicas. Com a criação do GEPEMHEP, em 2008, novos Centros de Memória foram implantados em Escolas Técnicas, culminando com 11 artigos apresentados, dos quais, oito artigos são de curadores desses novos lugares de memória<sup>1</sup>, e dois, de professores de Faculdades de Tecnologia, que estão desenvolvendo projetos para implantação de Centros de Memória. Outros doze artigos, três são de mestres e/ou orientadoras da Unidade de Pós-Graduação, Extensão e Pesquisa do Centro Paula Souza; um do nosso parceiro, o Centro de Documentação e Memória do Instituto Federal de São Paulo (IFSP/CDM); dois são de instituições internacionais, como a Universidad Pedagógica Nacional e a Benemérita y Centenaria Escuela Normal del Estado de San Luis Potosí, mexicanas, e a Escola Secundária Maria Amália Vaz de Carvalho, de Lisboa, portuguesa; enquanto que, outras sete instituições são de professores de universidades brasileiras: Unicamp, Unifesp, UFSC e Unital.



**Figura 2** – Participantes da Jornada Patrimônio Cultural da Educação Profissional e Tecnológica: Edifícios, Patronos e Diversidade na Gestão Escolar.

**Fotografia:** Shirley da Rocha Afonso, em 4/10/2019.

No momento desta publicação, o Centro de Memória da Educação Profissional e Tecnológica está fechado, por interdição do Edifício Paula Souza, em outubro/2022, e aguardando a transferência de mobiliários e acervos documental (museológico, bibliográfico e arquivístico) para a nova sede administrativa, no Bairro da Santa Ifigênia, em São Paulo. Nesta obra, o último artigo traz o processo de construção desse lugar de memória, em edifício tombado em 2002, e que precisa de restauro por ser um marco histórico da educação em ciência e tecnologia. Nesse edifício, surgiu a Escola Politécnica, em 1893, e o Centro Estadual de Educação Tecnológica São Paulo, atual Centro Paula Souza,

1 NORA, Pierre. Entre a memória e a história. A problemática dos lugares. Projeto História. São Paulo. v.10, dez. 1993, p. 7-28.

que o ocupava desde a sua implantação, em 1970. O sonho é que esse Edifício do final do século XIX, patrimônio cultural da edificação paulista, sensibilize o Governo do Estado de São Paulo a transformá-lo a semelhança do Museu Nacional de Ciência e Tecnologia Leonardo da Vinci<sup>2</sup>, de Milão, que oferece oficinas temáticas a estudantes de ensino médio e contribui com suas escolhas profissionais para o mundo do trabalho, restaurando-o para criar o Museu de Educação em Ciência e Tecnologia Paula Souza, uma homenagem a Antônio Francisco de Paula Souza, patrono institucional, propiciando estimular a educação de jovens e adultos para a formação profissional e tecnológica.



**Figuras 3 e 4** – Centro de Memória da Educação Profissional e Tecnológica, Edifício Paula Souza, sala 11, entrada e espaço de consulta documental.

**Fotografias:** Maria Lucia Mendes de Carvalho, 01/09/2022.

---

2 Consultar: <https://www.museoscienza.org/en>



**Figuras 5 e 6** – Centro de Memória da Educação Profissional e Tecnológica, Edifício Paula Souza, sala 11, espaços de inventário, de higienização e guarda documental institucional.  
**Fotografias:** Maria Lucia Mendes de Carvalho, 20/07/2022 e 01/09/2022.

Para esta publicação, considerou-se importante difundir como posfácio, um projeto inovador sobre diversidade na gestão escolar, que envolveu as Unidades de Ensino Médio e Técnico e de Ensino Superior de Graduação, em 2019. Almério Melquíades de Araujo, coordenador da Cetec e pesquisador na área de currículos da educação profissional e tecnológica, relata o processo de gestão na remodelação curricular para criação de novos cursos, que denominaram “Articulação dos Ensinos Médio/Técnico e Superior/Tecnológico (AMS). Segundo Araújo (2022)

[...] com a intenção de revisitar estas propostas pedagógicas, a substituição gradual das disciplinas por projetos na organização e no desenvolvimento dos currículos dos cursos técnicos tem exigido do CPS um programa contínuo de capacitação docente, para ampliar as competências didáticas e a atualização tecnológica dos professores. [...] Este ambiente institucional, aberto às inovações pedagógicas e às incorporações de novas tecnologias, permitiu a implantação de um projeto revolucionário: a articulação da EPT nos níveis médio e superior – Articulação dos Ensinos Médio/Técnico e Superior/ Tecnológico (AMS). [...] Uma única equipe, construindo um projeto pedagógico envolvendo os dois níveis da EPT, foi um fato novo e importante no campo da elaboração de currículos. Isso fazia com que o desenvolvimento do CST partisse de um itinerário técnico e profissional de 1.200h, com uma turma formada com alunos de mesma faixa etária, saberes semelhantes e com interesses de profissionalização afinados. É importante ter em conta que a implantação dessa proposta, além de superar décadas de separação entre a construção e desenvolvimento dos cursos técnicos de tecnologia, criamos as condições para que um curso técnico pudesse acontecer numa Faculdade de Tecnologia (Fatec) [...] O compartilhamento de salas de aulas e laboratórios, entre professores e alunos de ensinos médio e superior, em pequena escala, já acontece há décadas. Mas, essa partilha para o desenvolvimento e a gestão de um único projeto pedagógico é um verdadeiro salto na compreensão da formação profissional no Brasil. [...] (ARAUJO, 2022, p. 15, 16, 20)

Finalizo esta apresentação com a expectativa de que os artigos nesta obra sensibilizem outros professores e servidores do Centro Paula Souza a engajar-se em atividades propostas pelo GEPEMHEP nas capacitações para formação continuada de professores, sempre com a finalidade de preservação e salvaguarda do patrimônio cultural histórico-educativo e da ciência e tecnologia institucional.

***Maria Lucia Mendes de Carvalho***

São Paulo, 27 de novembro de 2022



## DISCURSOS NA ABERTURA SOLENE

A Jornada Patrimônio Cultural da Educação Profissional e Tecnológica acontece na semana comemorativa do cinquentenário do Centro Paula Souza, criado em seis de outubro de 1969, por decreto-lei do governador do estado de São Paulo, Roberto Costa de Abreu Sodré. Pretende-se que esta jornada seja a primeira de uma série, com a intenção de estimular professores a desenvolver projetos de pesquisa sobre a preservação, conservação e salvaguarda do patrimônio cultural histórico-educativo e da ciência e tecnologia, existentes em escolas técnicas e faculdades de tecnologia.

Nesta abertura solene, a temática “Edifícios, Patronos e Diversidade na gestão escolar” foi proposta no Grupo de Estudos e Pesquisas em Memórias e História da Educação Profissional e Tecnológica (GEPEMHEP), a fim de difundir estudos realizados por professores-pesquisadores em centros de memória ou acervos escolares, por professores e estudantes de pós-graduação institucional e de outras instituições, a partir de levantamentos e mapeamentos sobre a arquitetura escolar, a história institucional e de seus patronos. No GEPEMHEP, o destaque é a transformação e a evolução do Centro Paula Souza neste cinquentenário, oferecendo ensino profissionalizante em 223 escolas técnicas, e cursos de graduação tecnológica em 73 faculdades de tecnologia, buscando sempre ampliar o número de centros de memória na instituição.

Esta Jornada é realizada pelo Centro de Capacitações Técnica, Pedagógica e de Gestão (Cetec Capacitações) da Unidade de Ensino Médio e Técnico (Cetec), sob a direção da professora Lucília Guerra. Foi na sua gestão que foi inclusa, no Plano de Metas da Cetec, no objetivo geral “4. PESQUISA E DESENVOLVIMENTO” e no objetivo específico “4.1. Difusão de conhecimentos e práticas desenvolvidas na Cetec”, a meta “4.1.4. Organizar publicação anual do Centro de Memória da Educação Profissional do Centro Paula Souza”, possibilitando ao GEPEMHEP a produção anual de uma publicação em prol da história da educação profissional e tecnológica do Centro Paula Souza, organizado pela coordenadora do grupo de estudos e pesquisas. Desta jornada, pretende-se produzir a publicação “Edifícios, Patronos e Diversidade na Gestão Escolar”, contribuindo-se assim com a comemoração desta instituição cinquentenária.

Informo ainda que nesta jornada serão apresentados treze trabalhos sobre edifícios, vinte e nove sobre patronos, e somente quatro referentes à “diversidade de gestão escolar”, entre outros de escolas técnicas e faculdades de tecnologia, todos relacionados à preservação do patrimônio cultural histórico-educativo e da ciência e tecnologia. Esses trabalhos demonstram a ênfase em pesquisas sobre a história institucional, independentemente das dificuldades que encontramos para manter os espaços dos centros de memória nas unidades escolares.

Resalto que no Plano de Metas da Cetec consta, como objetivo geral, “8. APOIO AOS PROJETOS DO GABINETE DA SUPERINTENDÊNCIA E DA SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO”, o objetivo específico “8.4. Organização das ações relacionadas ao Centro de Memória da Educação Profissional do Centro Paula Souza” e a meta “8.4.2. Ampliar a participação de docentes em projetos relacionados à memória da educação profissional em 10% e proporcionar oportunidades para participação discentes”. Essa meta tem propiciado, por meio de



projetos de horas atividades específicas (HAE), realizadas entre 5 e 10 horas semanais, a manutenção e funcionamento de centros de pesquisa, o desenvolvimento de práticas educativas com discentes e a pesquisa sobre a história institucional, e estratégias têm sido definidas a pedido do coordenador da Cetec, Almério Melquíades de Araújo, como o museu virtual para preservação do patrimônio cultural.

Estes são alguns dos desafios relacionados aos projetos propostos dentro de temáticas definidas pelo GEPEMHEP, anualmente, por mim, curadora conteudista digital, e pelo professor Carlos Eduardo Ribeiro, curador digital do site de memórias, após aprovação dos nossos projetos no plano de metas institucional.

De 2009 a 2019, foram aprovados 93 projetos de HAE de professores das unidades escolares, relacionados às memórias e história da educação profissional na Cetec. Participaram 52 escolas técnicas. Desses projetos, 63 foram de professores que apresentaram uma única vez, enquanto 30 professores têm atuado de forma permanente no GEPEMHEP como professores-pesquisadores.

Para realização de projetos de estudos e pesquisas, é preciso perseverança e muita leitura e dedicação, considerando inclusive a dificuldade de acesso aos arquivos permanentes nas unidades escolares e, na maioria das vezes, de falta de espaço e de apoio da direção para criar um lugar de memória. Por isso, a dificuldade de ampliar o número de centros de memória na instituição que, desde 2009, cresceu de oito unidades, implantadas entre 1998 e 2002, para 21 unidades nas escolas técnicas, mesmo com o apoio da Cetec, que tem propiciado a aprovação de 20 a 25 projetos de HAE de memórias e história da educação profissional para as unidades escolares anualmente.

No Centro Paula Souza, o regimento comum das escolas técnicas inclui o artigo 108, referente à preservação da memória e história da educação profissional, desde 2006. O Plano Plurianual de Gestão (PPG) das escolas técnicas contém um item sobre elaboração da história institucional. A Cetec oferece cursos de formação continuada de professores relacionados a estudos e pesquisas em arquivologia, biblioteconomia e/ ou museologia, como contribuição para sensibilizar a comunidade escolar sobre a preservação, valorização, e salvaguarda do patrimônio cultural histórico-educativo e da ciência e tecnologia. Mas essas práticas pedagógicas não têm sido suficientes para ampliar os lugares de memória, provavelmente, em função da falta de políticas públicas para preservar os arquivos escolares.

Quanto à metodologia de pesquisa, têm se trabalhado com as categorias de cultura escolar, de patrimônio histórico educativo e de patrimônio cultural da ciência e tecnologia, em parceria com grupos de pesquisas em universidades e instituições públicas.

Neste ano, com o apoio institucional, foi ampliado o suporte digital para armazenar informações no site de memórias. Entre janeiro e fevereiro, foi possível hospedar em “percurso histórico”, dentro do programa “História oral na educação: memórias do trabalho docente”, iniciado em 2018, mais de setenta depoimentos de história oral de vida. Foram entrevistas realizadas com professores e gestores da instituição, e concedidas aos professores do GEPEMHEP (vídeos e transcrições de entrevistas). Pode-se afirmar que essas memórias contribuem para a constituição da identidade institucional, ampliando o legado do passado para o presente e para as futuras pesquisas sobre a história da educação profissional e tecnológica no estado de São Paulo.

Os professores do GEPEMHEP têm participado da Semana Nacional de Museus promovida pelo Instituto Nacional de Museus (IBRAM), e da Semana Nacional de Arquivos,



promovida pelo Arquivo Nacional e pela Fundação Rui Barbosa, envolvendo discentes na produção de exposições sobre o acervo dos centros de memória e, posteriormente, difundindo essas práticas escolares no site de memórias institucional, no link – ações educativas.

Ana Maria Camargo<sup>1</sup> (2019, p.30) considera que “quanto maior for o grau de intervenção de uma instituição no meio em que atua, maior a importância de seu arquivo, de seu centro de memória”.

Nesta ocasião especial, quando temos a oportunidade de compartilhar resultados de nossos projetos de pesquisa anuais, sou grata pela presença de todos e de todas nesta jornada em prol da história da educação profissional e tecnológica.

Bom evento e muito obrigada!

**Maria Lucia Mendes de Carvalho**  
GEPEMHEP/Cetec Capacitações  
São Paulo, 3 de outubro de 2019

---

1 CAMARGO, Ana Maria de Almeida. Os centros de memória são instrumentos de ação. Entrevistada concedida a Carla Lira, Gabriel Vituri, João Paulo Guadanucci e Maria Raquel Colabone. Cadernos SESC de Cidadania. Memórias 2019. Ano 10, número 15, 2019, p. 30-33.



## DISCURSO NA ABERTURA SOLENE

Bom dia a todos e a todas. Sejam bem-vindos ao Centro de Capacitação do Centro Paula Souza. Estamos em um momento de celebração. Nos aproximamos da data de inauguração do Centro Paula Souza, há 50 anos.

Muitas realizações podem ser contabilizadas na Instituição neste tempo. A conquista da empregabilidade pela competência profissional, a ampliação das possibilidades de formação em cursos que ao longo do tempo foram se transformando para atender a um mundo em constante mudança, as oportunidades para que as mulheres pudessem estudar e ter uma profissão, as modalidades de ensino que foram sendo multiplicadas, assim como os espaços de formação e as parcerias que a cada dia expandem seus horizontes, para além do Estado de São Paulo, para além do Brasil.

Entendemos que todo este dinamismo, que caracterizou o Centro Paula Souza ao longo desses 50 anos foi decisivo para que se alcançassem os bons resultados dos alunos que passaram pelas nossas portas.

A alma que movimenta a Instituição vem das pessoas que se encontram diariamente para estudar, para ensinar ou para construir um projeto educacional que se destaca na história da educação profissional do Estado de São Paulo; 50 anos com muitas memórias.

A memória, entretanto, não é a preocupação de destaque em nosso país. Nos esquecemos de muitos momentos históricos singulares e grandes contribuições são deixadas no passado, de modo displicente.

Como parte de formação de nossos alunos e, por que não, de todos nós, existe o projeto de Memórias da Educação Profissional que há quase 20 anos preocupa-se em fazer o resgate histórico da educação oferecida pelo Centro Paula Souza.

É de suma importância que os objetos sejam catalogados, os espaços sejam observados, documentos sejam coletados e as histórias sejam contadas.

Há dificuldades para encontrar estes itens, mas persistência, quase heróica de nossos professores, que administram os nossos mais de 20 centros de memória, criam a possibilidade que este resgate seja feito e, com este exemplo, ensinam os jovens a importância deste patrimônio.

Temos, neste momento, que agradecer à Profa. Julia Falivene Alves e ao Prof. Almério Melquíades de Araújo por fazerem a abertura deste grande livro de Memórias, deste projeto, que se consolidou como um trabalho de relevância, caracterizado pela constância e pela credibilidade.

Temos que agradecer à Profa. Maria Lucia Mendes de Carvalho, que continuou este trabalho de modo pragmático e sério, com a exigência necessária que o projeto merece e, assim, garantindo que se estabeleça uma relação de proximidade com o passado.

Um agradecimento indispensável neste momento é para a Profa. Laura Laganá, que fez e faz parte da história de sucesso do Centro Paula Souza, viabilizando nossas ações e conduzindo a todos com coragem e espírito público.

Novos rumos este projeto tem tomado, com o site de memórias institucional<sup>1</sup>, cada vez mais acessado por várias pessoas e instituições do mundo todo, tem sido referenciado pela competência e relevância dos registros. Mais centros de memória estão surgindo como evidência de que o Centro Paula Souza alcançou a maturidade de quem entende que, sem valorizar a história não pode lançar-se a novos desafios com responsabilidade, demonstrando ter aprendido com os erros e ter capacidade de potencializar os muitos acertos.

Entendo que uma empreitada importante para este momento é qualificar os registros cada vez mais e melhor. Executar a catalogação profissional dos achados, referenciá-los e disponibilizá-los à sociedade pelos meios internos e, também, considerando a publicidade devida no compartilhamento com o Arquivo do Estado, que aguarda nossos registros de modo sistematizado.

Obrigada a todos que contribuíram ou que contribuem para este trabalho, pois seria impossível conseguir os resultados que temos sem esse esforço combinado. Que essa Jornada nos traga ânimo renovado para continuar esse caminho.

50 anos de contribuição do Centro Paula Souza para o desenvolvimento da Educação Profissional no Estado de São Paulo. Celebremos esta realidade que se fez com uma história muito bonita para ser contada.

Que venham muitos anos mais. Estaremos preparados para registrar todos os momentos e assegurar o legado para os que virão!

Um bom evento a todos e muito obrigada!

**Lucília Guerra**

Diretora do Centro de Capacitação  
Técnica, Pedagógica e de Gestão/Cetec  
São Paulo, 3 de outubro de 2019

---

<sup>1</sup> Consultar: <https://www.memoria.cpscetec.com.br>

# O PATRIMÔNIO INSTITUCIONAL: EDIFÍCIOS E O ENVOLVIMENTO PARTICIPATIVO DOS DOCENTES NO CRESCIMENTO DO CAMPUS CEETEPS/FATEC-SP

**Maria Alice Pius**

Faculdade de Tecnologia de São Paulo. Departamento de Edifícios

## 1. INTRODUÇÃO

“Tecnologia”, palavra hoje difundida no mercado globalizado, vencendo fronteiras, interligando continentes, inserindo diariamente o inter-relacionamento e a interdisciplinaridade nas nossas atividades diárias e nas práticas pedagógicas.

Segundo Medeiros (2019), somos dinâmicos, em constante modificação, inseridos num meio que para conceber as mudanças necessitamos refletir sobre o emprego das ferramentas adequadas para atingir os resultados esperados.

Nesse contexto, os cursos de tecnologia, de formação técnica e de especialização do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza (CEETEPS) estão empenhados num processo de capacitar pessoas permitindo que agreguem conhecimentos permeados em competências que atendam as especificidades da área tecnológica num contexto dinamicamente atualizado.

A dinâmica desse processo requer adequabilidade dos espaços físicos, criação e/ou implemento de laboratórios, crescimento em infraestrutura, situação essa vivenciada pelas unidades e administração do Centro Paula Souza desde sua criação, o que torna oportuno este evento: “Patrimônio Cultural da Educação Profissional e Tecnológica: Edifícios, Patronos e Diversidade na Gestão Escolar”.

Na palestra de abertura deste evento relembremos a memória dos prédios desde o início dos cursos de tecnologia da Faculdade de Tecnologia São Paulo (Fatec-SP), *campus* este também ocupado pela administração do Centro Paula Souza, e situaremos a transformação dessas edificações. Essa transformação contou com o engajamento do corpo docente, discente e administrativo do Centro Paula Souza, da Fatec-SP e do Curso Superior de Tecnologia em Construção Civil – modalidade Edifícios.

Profissionais idealizadores desempenharam atividades docentes e dedicaram tempo na concepção de projetos; planejando, orçando e controlando a execução das obras; orientando alunos para as atividades, interagindo com os profissionais dos escritórios de engenharia do CEETEPS. Assim trabalham os Mestres do Centro Paula Souza envolvendo seus alunos em metodologias práticas e vislumbrando o crescimento institucional.

A “Jornada Patrimônio Cultural da Educação Profissional e Tecnológica: Edifícios, Patronos e Diversidade na Gestão Escolar” promovida pelo Centro de Capacitação Técnica, Pedagógica e de Gestão (Cetec capacitações) e pelo Grupo de Estudos e Pesquisas em Memórias e História da Educação Profissional (GEPEMHEP) do Centro Paula Souza, nos permite relemburar essa trajetória e indicar os resultados, além de demonstrar o empenho e colaboração daqueles que participaram dessa história.

Muitos outros trabalhos sucederão este, afinal, completaremos meio século de experiência, iniciativa, aprendizado, crescimento. Há muito o que ser lembrado e historiado, muito será construído, reconstruído, inovado. É nossa missão, também, permitir às atuais e próximas gerações compartilhar a estrutura e o aprendizado gerados nessas décadas de existência.

## 2. O *CAMPUS* DA FATEC-SP/CEETEPS NO INÍCIO DA OFERTA DOS CURSOS DE TECNOLOGIA

[...] O Centro Paula é uma instituição de educação profissional e tecnológica no Estado de São Paulo, criada em 1969, com a denominação de Centro Estadual de Educação Tecnológica São Paulo, oferecendo cursos de tecnologia, em 1970, em São Paulo, e em 1971, em Sorocaba. [...] (CARVALHO, 2013, p. 9)

Em abril de 1973, a nomenclatura da instituição foi alterada para Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza, conforme Decreto Estadual nº 1418, constituindo-se como mantenedor das Faculdades de Tecnologia de São Paulo e de Sorocaba. Na época da sua criação a sede administrativa funcionava no prédio da antiga Escola Politécnica, o Edifício Paula Souza, na capital, e, em 1982, foram incorporadas escolas de formação profissional, enfatiza Carvalho (2013).

O edifício Paula Souza, cuja entrada principal é direcionada para a Praça Coronel Fernando Prestes, possui acesso também, pelo *campus* da Fatec-SP; na década de 1970, seu entorno era sem grades e limitações (Figura 1).



**Figura 1** – Entrada Principal do Edifício Paula Souza, na década de 1970.

**Fonte:** Departamento de Edifícios da Fatec-SP, em 2019.

O *campus* da Fatec-SP era composto pelos edifícios Santhiago, Paula Souza, Ari Torres, Francisco Maffei, Hipólito Pujol, Oscar Machado e por uma série de galpões. Os acessos e os galpões eram denominados de Alas, que abrigavam vários laboratórios e salas de aula menores (Figuras 2, 3, 4 e 5).



**Figura 2** – “Fatec-SP antiga”, vista aérea do campus da Fatec-SP, na década de 1980.  
**Fonte:** FATECSP, 2019.



**Figura 3** – “Fatec-SP antiga”, prédio da Cantina e Alas da Fatec-SP, na década de 1980.  
**Fonte:** FATECSP, 2019.



**Figura 4** – “Fatec-SP antiga”, Laboratório no Edifício Francisco Maffei, na década de 1980.  
**Fonte:** FATECSP, 2019.



**Figura 5** – Alas A, B, C e Cantina, na década de 1980.  
**Fonte:** Departamento de Edifícios da Fatec-SP, em 2019.

Essas construções faziam-se suficientes para abrigar os cursos ofertados nas áreas de: Construção Civil, nas modalidades: 1 – Movimento de Terra e Pavimentação, 2 – Obras Hidráulicas, 3 – Edifícios; e Mecânica, nas modalidades: 1 – Desenhista Projetista e 2 – Oficinas.

Em 1988, a quantidade de alunos era crescente e a perspectiva de oferta de novos cursos culminava na necessidade premente de aumentar os espaços destinados às salas de aula e laboratórios. Alguns prédios passaram por reformas, como o Edifício Francisco Maffei que foi submetido a procedimentos de reforço de estrutura, fundações e criação de outros espaços destinados a atividades administrativas. Durante a execução dessa reforma algumas adaptações foram necessárias e as áreas destinadas para uso administrativo sofreram mudanças para abrigar salas de aula. Mesmo assim a necessidade de ampliar a quantidade de salas ainda existia, o *campus* precisava crescer.

### 3. ADEQUAÇÕES NAS EDIFICAÇÕES NO *CAMPUS* DA FATEC-SP

A reforma no edifício Francisco Maffei, iniciada em 1989, resultou no acréscimo de oito salas de aula, cinco laboratórios e algumas salas destinadas aos professores.

Em 1988 foi implantada a Escola Técnica São Paulo, localizada no edifício Ari Torres, no *campus* da Fatec-SP. A destinação de uso desse prédio para a escola reduziu a quantidade de salas, e em 1989, começou a construção de um novo prédio (Figuras 6, 7 e 8).



**Figuras 6, 7 e 8** – Área correspondente a Demolição das Alas, e início da construção do Bloco A.  
**Fotografias:** Elisa A. N. Takahashi, em 1989. (TAKAHASHI, 2019)



[...] No início dos anos 90, o campus da FATEC-SP sofreu uma remodelação, as edificações sem valor arquitetônico significativo, os galpões denominados Alas, foram demolidos. Em seu lugar foram construídos os Blocos A, B e C<sup>1</sup>, para abrigar a grande quantidade de alunos que ingressava nos cursos já existentes e nos novos. [...] (SAAD, 2013, p.346)

Para a divulgação da conclusão da primeira fase do projeto do Bloco A, o professor Wladimir Anversa elaborou um informativo referente à conclusão da obra, áreas abrangidas e colaboradores, conforme indicam as Figuras 9, 10 e 11.

|                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                       |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                  |                     |                      |                    |                         |                      |                      |                  |                             |                 |               |               |      |                                                |                                 |                          |                        |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------|----------------------|--------------------|-------------------------|----------------------|----------------------|------------------|-----------------------------|-----------------|---------------|---------------|------|------------------------------------------------|---------------------------------|--------------------------|------------------------|
| <p>GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO<br/>Governador ORESTES QUARANTA</p> <p>SECRETARIA DE ESTADO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA<br/>Secretário LUIZ GONZAGA DE NELLO RELLUZZO</p> <p>UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA<br/>Reitor PAULO KILTON BARBOSA LAMOTTA</p> <p>CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA "PAULA SOUZA"<br/>Diretor Superintendente OSWALDO VONDRAMETO</p> <p>FACULDADE DE TECNOLOGIA DE SÃO PAULO<br/>Diretor JOSÉ MARCEL SOUZA DAS NEVES</p> | <p>A construção do Bloco A constitui a primeira etapa da implantação do plano diretor do novo Campus da FATEC-SP, tendo 7639 m<sup>2</sup> de área construída, compreendendo:</p> <table border="1"> <tr> <td>Recepção e Portaria</td><td>83 Salas de Reuniões</td></tr> <tr> <td>Sala de Exposições</td><td>21 Salas de Professores</td></tr> <tr> <td>Sala de Conferências</td><td>04 Salas de Serviços</td></tr> <tr> <td>21 Salas de Aula</td><td>Vestibulares Mascul. e Fem.</td></tr> <tr> <td>11 Laboratórios</td><td>02 Elevadores</td></tr> <tr> <td>05 Auditórios</td><td>Copa</td></tr> <tr> <td>Oficinas e Laboratórios de Mecânica e Soldagem</td><td>Sanitários Professores e Alunos</td></tr> <tr> <td>04 Salas de Departamento</td><td>Área de Estacionamento</td></tr> </table> | Recepção e Portaria | 83 Salas de Reuniões | Sala de Exposições | 21 Salas de Professores | Sala de Conferências | 04 Salas de Serviços | 21 Salas de Aula | Vestibulares Mascul. e Fem. | 11 Laboratórios | 02 Elevadores | 05 Auditórios | Copa | Oficinas e Laboratórios de Mecânica e Soldagem | Sanitários Professores e Alunos | 04 Salas de Departamento | Área de Estacionamento |
| Recepção e Portaria                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                   | 83 Salas de Reuniões                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                             |                     |                      |                    |                         |                      |                      |                  |                             |                 |               |               |      |                                                |                                 |                          |                        |
| Sala de Exposições                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                    | 21 Salas de Professores                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                          |                     |                      |                    |                         |                      |                      |                  |                             |                 |               |               |      |                                                |                                 |                          |                        |
| Sala de Conferências                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                  | 04 Salas de Serviços                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                             |                     |                      |                    |                         |                      |                      |                  |                             |                 |               |               |      |                                                |                                 |                          |                        |
| 21 Salas de Aula                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                      | Vestibulares Mascul. e Fem.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                      |                     |                      |                    |                         |                      |                      |                  |                             |                 |               |               |      |                                                |                                 |                          |                        |
| 11 Laboratórios                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                       | 02 Elevadores                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                    |                     |                      |                    |                         |                      |                      |                  |                             |                 |               |               |      |                                                |                                 |                          |                        |
| 05 Auditórios                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                         | Copa                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                             |                     |                      |                    |                         |                      |                      |                  |                             |                 |               |               |      |                                                |                                 |                          |                        |
| Oficinas e Laboratórios de Mecânica e Soldagem                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                        | Sanitários Professores e Alunos                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                  |                     |                      |                    |                         |                      |                      |                  |                             |                 |               |               |      |                                                |                                 |                          |                        |
| 04 Salas de Departamento                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                              | Área de Estacionamento                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                           |                     |                      |                    |                         |                      |                      |                  |                             |                 |               |               |      |                                                |                                 |                          |                        |

**Figura 9** – Divulgação da entrega do Bloco A: Componentes da Edificação, em 1991.  
**Fonte:** Departamento de Edifícios da Fatec-SP, em 2019.

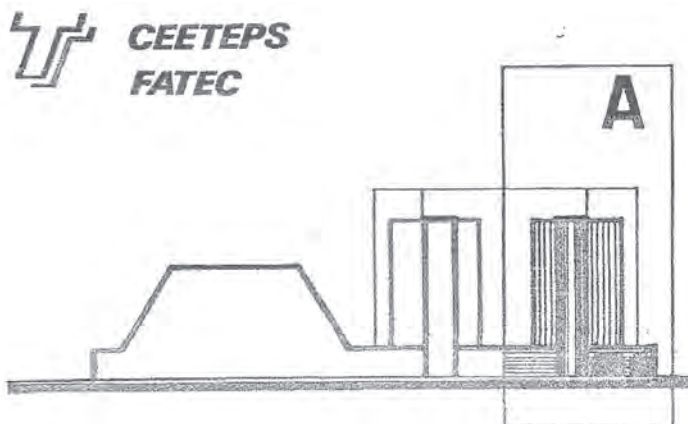


**Figura 10** – Divulgação da entrega do Bloco A: Croqui do Projeto Completo e indicação do prédio concluído, em 1991.  
**Fonte:** Departamento de Edifícios da Fatec-SP, em 2019.

1 O Bloco A foi inaugurado em 1991 e os Blocos B e C em 1995.

| Fiscalização das Obras do Bloco A     |                           |
|---------------------------------------|---------------------------|
| Escritório Piloto de Construção Civil |                           |
| Coordenador                           | Eng. Rubens Goldman       |
| Comissão Técnica de Obras             | Prof. Breno Fabiani       |
|                                       | Prof. Rufino R. Soares    |
|                                       | Prof. Wladimir Anversa    |
| Equipe Técnica Auxiliar               | Profa. Elisa N. Takahashi |
|                                       | Profa. Maria A. Pius      |
|                                       | Tecna. Sonia G. Sugahara  |
| Projeto                               | Prof. Wladimir Anversa    |
| Construção                            | SIMÉTRICA Engenharia S/A  |

**Figura 11** – Divulgação da entrega do Bloco A: Equipe envolvida, em 1991.

**Fonte:** Departamento de Edifícios da Fatec-SP, em 2019.

O projeto que incluía o Bloco A foi elaborado pelo Professor Wladimir Anversa, participaram da equipe técnica de obras os Professores Breno Fabiani e Rufino Reis Soares, todos do Departamento de Edifícios da Fatec-SP. Além deles, algumas professoras participaram da equipe, e outros professores desempenharam atividades relacionadas com a execução dessa obra participando do então “Escritório Piloto de Construção Civil” do Centro Paula Souza. A integração com os profissionais desse escritório, Engenheiro Rubens Goldman e Tecnóloga Sonia G. Sugahara, demais integrantes da equipe e estagiários, demonstrava a forma participativa entre professores, funcionários, alunos, CEETEPS e Fatec-SP para a conclusão de projetos.

A sequência executiva desse prédio compreendia a construção de outros dois edifícios, como indicado na ilustração da Figura 10. Novamente houve o envolvimento da equipe anterior, diversos professores e novos alunos e funcionários que colaboraram na elaboração de desenhos, detalhes, especificações, orçamento, fiscalização, controle e gerenciamento dos Blocos B e C (Figuras 12, 13 e 14).



**Figuras 12, 13 e 14** – Área correspondente à Demolição da Cantina, infraestrutura dos Blocos B e C.  
**Fotografias:** Elisa A. N. Takahashi, de 1992. (TAKAHASHI, 2019)

A seguir, configuração atual dos prédios no campus da Fatec-SP (Figuras 15 a 20)



**Figuras 15, 16 e 17** – Vista aérea do *campus* da Fatec-SP, Fachada dos Blocos A e B e Fachada do Bloco C, em 2018.

**Fontes:** Diretoria da Fatec-SP, década 1990; Departamento de Edifícios da Fatec-SP, 2010 e FATECSP, 2019.



**Figuras 18, 19 e 20** – Vista aérea do Edifício Francisco Maffei, Acesso aos Blocos A e B e Saguão de entrada.

**Fontes:** Departamento de Edifícios e FATECSP, 2019.

[...] Com estes edifícios foram criadas novas salas de aulas, salas, auditórios, laboratórios, sala para professores e departamentos, além do anfiteatro. Inicialmente o anfiteatro não recebeu qualquer nome significativo, porém com a morte do Professor Wladimir Anversa o auditório foi renomeado para homenageá-lo. O prof. Wladimir foi um dos primeiros professores da FATEC-SP, contratado em 1971 como professor associado, na disciplina prática de construções civis, ele foi o autor dos projetos dos novos edifícios do *campus*. Com esta homenagem criou-se um marco onde estão presentes referências próprias da FATEC-SP.[...] (SAAD, 2013, p.346)

O edifício Rodolfo Santiago, denominado costumeiramente como Santiago, apresentou em meados de 2000 destacamento do revestimento da fachada e passou por um processo de restauro (Figuras 21 e 22).



**Figuras 21 e 22** – Edifício Santiago, em 2019, e seu restauro na década 2010.

**Fontes:** FATECSP, 2019 e Acervo do LabCAD / Fatec-SP, em 2019.

#### **4. DOCENTES DO DEPARTAMENTO DE EDIFÍCIOS ENVOLVIDOS EM DIVERSAS INICIATIVAS VOLTADAS A TECNOLOGIA**

Em 1988, houve a contratação de um grupo de Auxiliares Docentes com a função de participar de intercâmbios com universidades e empresas, viabilizando agregar novas tecnologias ao curso, consequentemente aos alunos e à instituição. No ano seguinte, aconteceu a contratação de professores auxiliares para o curso de Edifícios. Esse cargo era destinado aos professores ingressantes, dedicados a promover visitas a obras e empresas, elaborar atividades extra sala de aula, pesquisas em sua área de atuação e atividades auxiliares para as disciplinas em que estavam alocados, interagindo diretamente com os professores mais experientes, muitos deles colaborando com o curso desde a sua implantação.

O Jornal do CEETEPS, 1991, registra que um grupo de professores auxiliares do Departamento de Edifícios da Fatec-SP, preocupados com a atualização da comunidade interna, realizou uma semana de palestras e cursos, extracurriculares, abordando assuntos relacionados à informatização na construção civil, gerenciamento de obras e estudos relativos à evolução de custos, utilização do CAD, sistemas construtivos. A iniciativa só foi possível com a colaboração e participação dos auxiliares que divulgaram os trabalhos e atividades em que estavam engajados.

Esse grupo era orientado por professores que atuavam no curso desde a sua criação (Figuras 23 e 24). Orientavam nas atividades docentes, atividades extracurriculares, envolvimento em atividades práticas, visitas técnicas, pesquisa, realização de eventos e colaboração nas áreas afins na instituição.



**Figura 23** – Breno Fabiani, professor de Práticas de Construção Civil, na década de 1980.

**Fonte:** Departamento de Edifícios da Fatec-SP, em 2019.



**Figura 24** – Wladimir Anversa, professor de Práticas de Construção Civil, na década de 1980.

**Fonte:** Elisa A. N. Takahashi, de 1992. (TAKAHASHI, 2019)

Os professores: Breno Fabiani, Wladimir Anversa, Rufino Reis Soares, Álvaro Pompeia de Moraes, Hilda Maria Clauzet Ferraz de Mello, Eduardo Roberto Domingues da Silva, Simão Priskulnik, José Mário Viégas, dentre outros, fizeram parte da equipe que assumiu a orientação desses professores no Departamento de Edifícios.

A instituição começava a utilizar sistemas informatizados e o Grupo de Estudos e Pesquisas “Estudo da evolução de custos na construção civil”, coordenado pelo professor Luiz Roberto Vannucci, elaborou em 1991 o programa Planilha Orçamentária Desenvolvida em Lotus 123, que passou a ser utilizada no escritório de engenharia do CEETEPS, denominado na época “Escritório Piloto de Construção Civil”. Colaboraram com o desenvolvimento do projeto, segundo o Jornal do CEETEPS de novembro de 1991, os professores Rufino Reis Soares, Fernanda Ramos e Maria Alice Pius.

A iniciativa de promover a integração faculdade-empresa e abordar temas atuais na área de construção, do Professor Simão Priskulnik, da disciplina Materiais de Construção Civil, deu origem ao evento EXPO-EDIF, que contou com palestras, exposição de produtos e o engajamento de uma equipe composta por estagiários, funcionários e professores, coordenados pelo professor Simão.

[...] A partir de 1992, o Departamento de Edifícios passou a promover as EXPO-EDIFs, eventos anuais em parceria com as Semanas de Tecnologia. A Semana de Tecnologia era um evento maior promovido pela FATEC-SP, onde haviam palestras técnicas de diversas áreas. Já a EXPO-EDIF foi uma novidade na época, empresas foram convidadas para expor seus produtos (sempre na área de construção civil) e demonstrar novos métodos construtivos. Ambos eventos cresceram e hoje a FATEC-SP, anualmente, promove o Congresso de Tecnologia, no mês de outubro, [...]. (SAAD, 2013, p. 350)

O evento acontecia anualmente, foram realizadas nove EXPO-EDIFs, a última sendo realizada em 2.000. Após esse período, atendendo uma solicitação da instituição as atividades do evento passaram a compor os Congressos de Tecnologia.

A atitude desses professores, engajados em diversas atividades científico-culturais-tecnológicas reforça o pensamento do Dr. Octanny Silveira da Mota, primeiro superintendente do CEET:

[...] A ideia que se tinha na época era a de o professor da FATEC tinha de ser um pouco diferente do professor comum, no sentido de que, tanto quanto possível, ele não deveria ser só professor. Deveria ser um profissional, alguém que estivesse exercendo sua profissão e se dispusesse a ministrar aulas. Que tivesse formação para isso, mas não fosse exclusivamente um professor, a não ser daquelas matérias básicas, naturalmente: física, matemática etc [...]. (MOTOYAMA, 1995, p.140)

Em 1993, o GEP – Grupo de Estudos e Pesquisa Gerenciamento da Construção Civil, coordenado pelo Prof. Luiz Roberto Vannucci, ministra curso aos alunos formandos incentivando a utilização de ferramentas informatizadas para o gerenciamento de obras. A iniciativa de promover o curso foi da professora Fernanda M.P.F.R. Ferreira que contou com a participação expressiva dos alunos, segundo reportagem no Jornal do Centro Paula Souza, de julho/agosto de 1993.

Outros GEPs também desenvolveram várias atividades de atualização e implantação de novos procedimentos e tecnologias. Os conhecimentos obtidos nesses estudos sempre foram divulgados através de minicursos, palestras, demonstrações, tanto em eventos internos como em atividades divulgadas pelo Programa de Atualização Tecnológica da Fatec-SP.

Os Congressos de Tecnologia foram se expandindo com palestras, exposições, minicursos, eventos associados, Simpósio de Iniciação Científica e Tecnológica. Em 2019 será realizada a 21ª edição do evento. Em todos os eventos realizados pela instituição é constante a participação dos docentes e auxiliares do curso de Edifícios, tanto na apresentação de trabalhos, como na coordenação do evento e atividades diversas como a coordenação do “Espaço Cultural”, pela professora Cleusa Maria Rossetto, evento dedicado como um momento de integração entre tecnologia e arte.

5. PARTICIPAÇÃO DOS DOCENTES DE EDIFÍCIOS NA REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES, OBRAS E REFORMAS DA FATEC-SP NO CENTRO PAULA SOUZA

O Centro Paula Souza no final de 1987 criou o Escritório Piloto e a Fundação de Apoio à Tecnologia (FAT).

O escritório ‘integrado por pessoas das ETEs e Fatecs, reunindo um grupo de professores e estagiários na área de edificações e voltado para a elaboração de projetos e orçamentos, bem como a fiscalização de obras nas unidades do CEETEPS’. [...] (MOTOYAMA, 1995, p.485)

[...] A FAT, igualmente, visa contribuir para a formação dos alunos, desenvolvimento de pesquisas e prestação de serviços à sociedade. Sua criação partiu da iniciativa de um grupo de professores da Fatec-SP, visando a agilizar pesquisas aplicadas e projetos por parte de alunos e professores da Fatec.<sup>2</sup>. [...] (MOTOYAMA, 1995, p.485)

Tanto no Escritório Piloto como na FAT houve o engajamento de professores do Departamento de Edifícios. O professor Celso Couto Junior, professor da disciplina Materiais de Construção Civil, foi designado, em 1988, para ser o coordenador-responsável pelo Escritório Piloto de Construção Civil do CEETEPS. (FATECSP, 1988)

Segundo Couto Jr. (2018, p.49) o escritório foi criado “com a finalidade de propiciar aos alunos das unidades da instituição a oportunidade de realizarem estágios na sua área de interesse e atender a demanda de obras e serviços da instituição.” A ilustração a seguir representa o organograma do Escritório Piloto implantado pelo professor Couto Jr. (Figura 25).

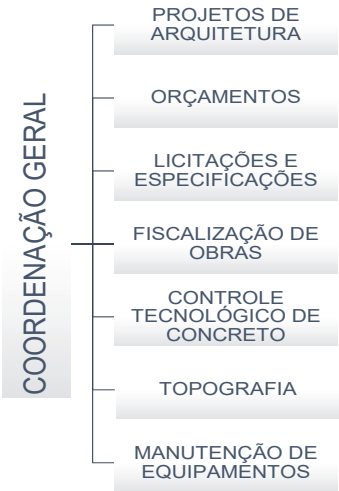


Figura 25 – Organograma do Escritório Piloto.  
Fonte: COUTO JR (2018, p.51).

2 Escritura de Instituição e Constituição da Fundação, 18 de dezembro de 1987.



Para responder pela diretoria administrativa da FAT – Fundação de Apoio à Tecnologia e como assistente do Escritório Piloto foi designado, em 1988, o professor Luiz Roberto Vannucci. (FATECSP, 1988)

O professor Wladimir Anversa (Figura 26), designado como Assistente dos Projetos de Arquitetura, foi autor dos projetos de reforma do edifício Francisco Maffei e da construção dos Blocos A, B e C da Fatec-SP. (FATECSP, 1988)



**Figura 26** – Professor Wladimir Anversa no Escritório Piloto de Construção Civil, na década de 1980.

**Fonte:** Elisa A. N. (TAKAHASHI, 2019)

Breno Fabiani e Rufino Reis Soares foram outros professores designados para colaborar nas atividades de orçamento, licitação, fiscalização das obras gerenciadas pelo escritório. A participação dos professores foi possível graças à liberação de horas-atividade específicas (HAE) para essa finalidade. Os professores trouxeram a experiência que possuíam atuando em suas áreas específicas no mercado e, dedicando algumas horas semanais no escritório colaboravam treinando profissionais recém-formados, estagiários e toda a equipe envolvida. Vários outros professores colaboraram em atividades junto ao escritório, como a elaboração de projetos e o controle tecnológico dos materiais.

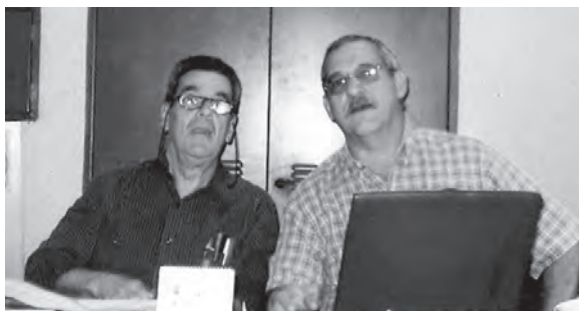


**Figura 27** – Professores Rufino Reis Soares e Celso Couto Júnior no Escritório Piloto de Construção Civil, na década de 1980.

**Fotografia:** Elisa A. N. (TAKAHASHI, 2019)



O Professor Rufino desempenhou atividades de Planejamento, Coordenação de Planejamento e Execução de Obras Cíveis, conforme a Portaria 86, de 05 de dezembro de 1991, do CEETEPS; e na Assessoria de Programação e Controle de Obras – APCO, Portaria de 24 de novembro de 1993, do CEETEPS, até junho de 2007.

O escritório Piloto também se expandiu. Inicialmente gerenciava as obras e reformas das nove Faculdades de Tecnologia e treze Escolas Técnicas e, segundo Couto Jr. (2018), também colaborou com a elaboração de projetos para a UNESP – 1988/89. Com o crescimento na quantidade de unidades, houve uma expansão do escritório que em 1993 passou a ser denominado “APCO – Assessoria de Programação e Controle de Obras”. Posteriormente denominado “Unidade de Infraestrutura”.

Couto Jr. (2018) ressalta as alterações ocorridas,

[...] Embora a oferta de estágios aos estudantes da instituição de ensino tenha sido o motivo primeiro da criação do escritório piloto, hoje não é mais assim. A sucessora do escritório piloto foi a Assessoria de Programação e Controle de Obras – APCO, hoje sucedida pela Unidade de Infraestrutura – UIE que tem atuado, quanto aos estágios, com restrições inerentes e características de uma instituição pública. [...] (COUTO JR., 2018, p. 51)

## 6. PRÉDIOS UTILIZADOS PELA ADMINISTRAÇÃO DO CENTRO PAULA SOUZA

Com o surgimento do Centro Paula Souza as atividades passaram a ser desempenhadas no Edifício Paula Souza, como expresso no início do artigo. As Figuras 28 e 29 apresentam a situação atual do prédio.



**Figuras 28 e 29** – Edifício Paula Souza, em 2008.  
**Fonte:** Departamento de Edifícios da Fatec-SP, em 2019.

[...] Machado (2004) afirma que a educação patrimonial: [...] consiste na implementação de ações educativas de investigação, apropriação e valorização do patrimônio. Tem em vista descobrir como nossos antepassados produziram a satisfação de suas necessidades, como resolviam seus problemas e como organizavam socialmente. Esse processo de reconhecimento, atribuição de significado e de identificação faz entender o que somos hoje e estruturar o sentimento de identidade e a consciência de cidadania. [...] (MACHADO, 2008 *apud* ALMEIDA; LIMA, 2006, p.114)

O Centro Paula Souza agregou em sua estrutura muitas outras unidades educacionais desde a sua criação. Hoje, segundo a página do Centro Paula Souza, no portal do Governo do Estado de São Paulo<sup>3</sup>, são 223 Escolas Técnicas (Etecs) e 73 Faculdades de Tecnologia (Fatecs).

A estrutura organizacional da administração central necessitou ser remodelada para abrigar e gerir todas as escolas e faculdades que congrega, transformou-se numa nova instituição (Figura 30).



**Figura 30** – Edifício da Administração Central do Centro Paula Souza.

**Fonte:** CPS, em 2019.

## 7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em 1970 houve a aula inaugural dos cursos de Tecnologia da Fatec-SP, naquela época a implantação de cursos inovadores no estado de São Paulo, vários cursos foram agregados à instituição que continua mantendo seu perfil inovador.

A “Jornada Patrimônio Cultural da Educação Profissional e Tecnológica: Edifícios, Patronos e Diversidade na Gestão Escolar”, promovida pelo Centro de Capacitação Técnica, Pedagógica e de Gestão e pelo Grupo de Estudos e Pesquisas em Memórias e História da Educação Profissional (GEPEMHEP) do Centro Paula Souza, com a iniciativa de promover anualmente um evento dedicado a “memória” da instituição, permite para aqueles que estão

---

3 Consultar: <https://www.cps.sp.gov.br/sobre-o-centro-paula-souza/>

envolvidos, atualmente, nas unidades de ensino e na administração que conheçam a trajetória da sua unidade, os procedimentos que foram adotados, aqueles que geraram fatores de sucesso e, portanto permanecem implantados; aqueles que geraram fatores diversos dos esperados e assim foram adaptados, repensados, readequados. Aos muitos que ainda não conheceram o histórico de sua unidade é um momento de possibilitar uma integração, uma interação: os motivos que levaram as mudanças, as situações envolvidas naquele contexto, o crescimento ou o cerceamento.

Neste artigo houve a preocupação de apresentar o envolvimento da comunidade relacionada ao curso de Tecnologia em Construção Civil – modalidade Edifícios com as atividades relacionadas a construção civil realizadas conjuntamente ao Centro Paula Souza, atividades realizadas no próprio *campus*, no decorrer dos anos após a criação do curso. Várias outras iniciativas ocorreram no mesmo período e merecem ser destacadas e historiadas, considero este como uma ínfima parcela a ser contada, há muito que deve ser expresso.

A importância do registro desse histórico de transformações, que trará subsídios para a tomada de decisões das gerações futuras, está sendo expressa e possibilitada com iniciativas como esta: a realização desse evento.

## 8. REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria de Fátima Ramos, LIMA, Sandra Cristina Fagundes de. Patrimônio Cultural, História da Educação e Formação Continuada de Professores. **Revista HISTEDBR** On-line, Campinas, n.24, p. 114-124, dez 2006. Disponível em: < [https://www.fe.unicamp.br/pf-fe/publicacao/4954/art10\\_24.pdf](https://www.fe.unicamp.br/pf-fe/publicacao/4954/art10_24.pdf)>. Acesso em 9 mar 2019.

CARVALHO, M. L. M.(org.) **Patrimônio, currículos e processos formativos**: memórias e história da educação profissional. São Paulo: Centro Paula Souza, 2013.

CPS. Centro Paula Souza. São Paulo: Centro Paula Souza, 2019. 1 **sítio eletrônico**. Disponível em: <https://portaldo participante.cps.sp.gov.br/Start>. Acesso em: 12 set. 2019

COUTO JR., C. **Gestão de projetos no escritório piloto de engenharia civil, no âmbito de uma instituição pública estadual de ensino**. Monografia apresentada para conclusão do curso de Pós-Graduação MBA em Gestão de Projetos e Processos Organizacionais do curso do Centro Estadual de Educação Tecnológica do Centro Paula Souza. 2018. 107 p.

MEDEIROS, R. O. A dinâmica da construção do currículo no CEETEPS: uma perspectiva do Direito Educacional. In: ARAUJO, A. M.; DEMAI, F. M. **Currículo escolar em Laboratório**: a Educação Profissional e Tecnológica. São Paulo: Centro Paula Souza. 2019, p.232-239

MOTOYAMA. Shozo (org). **Educação Técnica e Tecnológica em Questão**. 25 anos do CEETEPS – Uma História Viva. São Paulo: Editora UNESP, 1995.

SAAD, A. L. Edifícios: sua trajetória na formação dos tecnólogos no Estado de São Paulo. In: CARVALHO, M.L.M (Org.) **Patrimônio, currículos e processos formativos**: memórias e história da educação profissional. São Paulo: Centro Paula Souza, 2013, p.335-355.

FATECSP. Faculdade de Tecnologia de São Paulo. **Informativo Fatec-SP**. São Paulo, ano VI, n.1, ago. 1988. 4 p.

FATECSP. Faculdade de Tecnologia de São Paulo. São Paulo: Centro Paula Souza, 2019. **Sítio eletrônico**. Disponível em: : [http://www.fatecsp.br/?c=a\\_fatecsp#inicio](http://www.fatecsp.br/?c=a_fatecsp#inicio). Acesso em: 12 set. 2019.

JORNAL DO CENTRO PAULA SOUZA. São Paulo, nov. 1991. Acervo do Centro de Memória da Educação Profissional e Tecnológica do Centro Paula Souza, em 2019.

JORNAL DO CENTRO PAULA SOUZA. São Paulo, jul./ago. 1993. Acervo do Centro de Memória da Educação Profissional e Tecnológica do Centro Paula Souza, em 2019.

SÃO PAULO. **Decreto Estadual nº 1418, de 10 de abril de 1973**. Dá denominação ao Centro Estadual de Educação Tecnológica e altera a constituição de seus cursos, São Paulo, SP, 11 de abril de 1973. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1973/decreto-1418-10.04.1973.html>. Acesso em 12 set. 2019

TAKAHASHI, Elisa A. N. **Arquivo pessoal de fotografias da Fatec-SP das décadas de 1980 e 1990**, em 2019.

## AGRADECIMENTOS

A todos os colegas que possibilitaram a realização desse trabalho, em especial: professor Celso Couto Junior, professora Olga Bissi, professora Elisa Akiko Nakano Takahashi, Tatiane Ferreira Santana, Helena Tiomi Oshiro Pitton e Luciano Luis da Silva pelo empenho dedicado.

# **HISTÓRIA E ARQUITETURA ESCOLAR: OBRAS E REFORMAS DAS DEPENDÊNCIAS FÍSICAS DA ETEC SYLVIO DE MATTOS CARVALHO (1986-2018)**

**Carlos Alberto Diniz. Analder Magalhães Honório.**

**Ana Cláudia Câmara Pereira**

Escola Técnica Estadual Sylvio de Mattos Carvalho

## **1. INTRODUÇÃO**

A Escola Técnica Estadual (Etec) Sylvio de Mattos Carvalho, criada em 03 de junho de 1986 pelo Decreto Estadual nº 25.326, começou suas atividades no início do ano de 1987 em um prédio situado a Rua Cesário Mota, 644 – área central do município de Matão, onde se encontra até os dias de hoje. Tal prédio foi construído no início da década de 1940 para abrigar o recém-criado Ginásio Municipal Dr. Adhemar de Barros, atualmente Escola Estadual Prof. Henrique Morato. Também abrigou no final da década de 1970 e início dos anos 1980 a Faculdade de Ciências e Letras de Matão. De lá para cá, reformas e ampliações das instalações foram realizadas, com destaque para as obras que começaram em maio de 2016 e foram concluídas em março de 2018 que, por conseguinte, promoveram uma revitalização e reorganização completa de toda a estrutura predial da escola.

O objetivo desta comunicação é apresentar as obras (construções e reformas das dependências físicas) realizadas entre 1986 e 2018 e, ao mesmo tempo, discutir em que medida essas atenderam às necessidades dos cursos oferecidos pela Unidade Escolar no que tange às práticas pedagógicas e eventos ocorridos no recorte temporal mencionado. Nessa direção, recorreremos do arcabouço teórico da História Cultural, especialmente da História das Instituições Escolares e da História Local, além do trabalho de Roger Chartier sobre o conceito de representação que nortearam a análise documental. As fontes utilizadas neste estudo se concentraram em textos jornalísticos e documentos escolares (plantas, planos escolares, atas de reuniões e fotografias) que se encontram arquivados no Centro de Memória Profa. Sandra Maria Matavelli, da Etec Sylvio de Mattos Carvalho.

Este texto está dividido em duas partes, além das considerações finais, para melhor explicar as obras e reformas das dependências físicas ocorridas em dois períodos distintos: o primeiro, anterior à criação da Etec Sylvio de Mattos Carvalho, resgata a construção do prédio do primeiro estabelecimento de ensino secundário público de Matão, onde funciona atualmente essa Etec; o segundo período abarca os anos de 1986 a 2018 e as obras e reformas das dependências físicas ocorridas para atender os cursos técnicos oferecidos pela Unidade Escolar. Por fim, na última parte – as considerações finais –, retomamos o objetivo dessa pesquisa a partir de uma breve reflexão sobre a importância de investimentos infraestruturais realizados na Etec Sylvio de Mattos Carvalho na perspectiva do atendimento das necessidades didático-pedagógicas e de espaço de convívio social deste estabelecimento de ensino.

## 2. PRIMEIRO TEMPO (1942 a 1986): DA CONSTRUÇÃO DO GINÁSIO MUNICIPAL DR. ADHEMAR DE BARROS À IMPLANTAÇÃO DA ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL DE MATÃO

Em sua dissertação intitulada “A educação secundária no interior paulista: estudo histórico sobre o Ginásio Estadual de Matão (1940-1965)”, Diniz mapeou a criação de 58 ginásios oficiais entre os anos de 1930 e 1947, com destaque para o Ginásio Estadual de Matão, objeto desse estudo, criado pelo Decreto-Lei estadual nº 16.871, de 10 de fevereiro de 1947. Ademais, averiguou que dos 58 ginásios oficiais criados entre 1930 e 1947, 55 tiveram participação dos municípios, ou seja, doação ao Estado de terreno, prédio, instalações, equipamentos, mobiliários e, em alguns casos, até pagamento de salários de professores e funcionários por um determinado intervalo de tempo, como condições necessárias para que sua instalação se efetivasse. Todavia, o processo de atualização do ensino secundário se efetivaria a partir de uma contrapartida do município ora beneficiado.

No caso do município de Matão, o jornal *A Comarca*<sup>1</sup>, noticiou à época:

[...] o “Diário Oficial” publicou o decreto-lei n. 16.871, de 10 de fevereiro corrente, pelo qual foi, na verdade, criado o Ginásio Estadual de Matão. [...] de acordo com o mesmo decreto, a instalação do referido estabelecimento ficou na dependência da doação ao Estado, por parte da Prefeitura Municipal, do terreno, prédio e instalações do Ginásio Municipal local. Podemos afirmar que a Prefeitura está agindo com a máxima urgência para cumprir a parte que lhe compete nesse sentido e que, a demora que houver, será a decorrente da prática de atos oficiais.

Cabe destacar que a construção do prédio do Ginásio Estadual de Matão foi iniciada em 1942, quando a escola era ainda administrada pelo município sob a denominação Ginásio Municipal Dr. Adhemar de Barros, criado pelo do Decreto-Lei municipal nº 42, de 31 de dezembro de 1940<sup>2</sup>, como bem retrata o jornal *A Comarca*:

Na data de hoje, quando os matonenses assistem jubilosos ao lançamento da primeira pedra do nosso Ginásio, seria oportuno recordar, etapa por etapa, a breve e vitoriosa história dessa extraordinária iniciativa, que, não ignoramos, custou ao sr. Prefeito o dispêndio de herculeos esforços de preparo e organização. [...] Será sem dúvida o edifício mais importante da cidade, verdadeiro monumento da arquitetura moderna, elevando suas colunas de concreto no topo da aprazível colina matonense e formando com outros belíssimos prè-

1 O jornal *A Comarca* foi criado em 04 de janeiro de 1925 pelos irmãos Ítalo e Augusto Ferreira, com o objetivo de “trabalhar pela criação da Comarca de Mattão”, expresso no editorial de sua primeira edição publicado nessa data. Ressaltamos que o jornal analisado neste trabalho, mesmo dada a sua importância, não foi tomado como questão de pesquisa, mas como fonte privilegiada no que tange à reconstrução das representações ligadas aos atores políticos que estavam envolvidos na expansão do ensino secundário no interior paulista, e como elas eram apresentadas à sociedade local.

2 Vide MATÃO, 1917-1944.

dios publicos e particulares, como sejam a Igreja Matriz, o Hospital de Caridade, o Grupo Escolar, um harmonioso conjunto. Assistiremos hoje ao lançamento de sua primeira pedra; e dentro de poucos meses, si Deus quizer, teremos a sua inauguração. Será mais um marco na luminosa estrada do progresso, que vimos palmilhando. [...] A essa edificante reunião a que assistiremos hoje às 9 horas, não deverão faltar todas as características de uma festa cívica. Não faltarão á mesma as nossas autoridades, os expoentes da cultura intelectual. Não deverão faltar a juventude e a infancia das nossas escolas, o povo, enfim, representados por todas as classes. Compareçamos, pois, à cerimonia da benção e lançamento da pedra fundamental do nosso Ginásio. Consignemos os nossos nomes na Ata que será hoje colocada sob os alicerces daquele templo de instrução e que vai testemunhar um dia às gerações porvindouras; que ali ficou, talvez num passado remoto, a nossa contribuição, para a grandeza de Matão, de São Paulo e do Brasil. (UM DIA, 1942).

O prédio foi construído em um dos dois terrenos analisados previamente pelas comissões designadas para essa finalidade, das quais integrou o senhor Sylvio de Mattos Carvalho, primeiro Diretor do Ginásio Municipal<sup>3</sup> e patrono da Etec objeto deste estudo. Tendo sido escolhido o terreno avaliado pela segunda comissão, o Prefeito Municipal decretou a sua desapropriação por meio do Decreto-Lei nº 52 de 27 de outubro de 1941<sup>4</sup>. Concomitantemente à desapropriação do terreno, a Prefeitura Municipal publicou no jornal A Comarca os Editais nº 77 (de 04 de junho de 1941) e nº 78 (de 20 de julho de 1941).



**Figura 1** – Área Urbana de Matão (Central) em 1950.

**Fonte:** DINIZ (2012, p. 86).

3 A primeira comissão, constituída por Sylvio de Mattos Carvalho, Carlos Cicogna e Job de Castro Freitas, foi designada pela Portaria n. 03 da Prefeitura Municipal, datada de 02 de janeiro de 1941, para analisar o prédio e terreno situado na Rua José Bonifácio, 967, esquina com a Avenida Tiradentes. Já a segunda comissão, constituída por Carlos Cicogna, Ferdinando Bambozzi e Sylvio de Mattos Carvalho, foi designada pela Portaria n. 30 da Prefeitura Municipal, datada de 14 de março de 1941, para analisar uma área de terreno situada entre as ruas Cesário Mota e Sinharinha Frota e as avenidas 7 de setembro e Siqueira Campos.

4 Vide MATÃO, 1917-1944.





**Figura 2** – Fachada do Prédio do Ginásio Municipal de Matão, em 1945.

**Fonte:** DINIZ (2012, p. 62).

Diniz (2012) descreve que, após a estadualização do então Ginásio Municipal Dr. Adhemar de Barros, o Ginásio Estadual de Matão sofreu transformações ao longo das décadas de 1950 e 1960: a) tornou-se Escola Normal e Ginásio Estadual de Matão em 13 de abril de 1950 (Lei nº 684, de 12 de abril de 1950); b) tornou-se colégio em 1961 (Lei nº 6.173, de 14 de julho de 1961); c) recebeu a denominação de Escola Normal e Ginásio Estadual “Prof. Henrique Morato” (Lei nº 6.497, de 13 de novembro de 1961; d) foi elevado à Instituto de Educação Prof. Henrique Morato (Lei nº 9.179, de 13 de dezembro de 1965).

Além dessas mudanças, foram criadas quatro classes do curso primário anexo à Escola Normal e Ginásio Estadual de Matão no dia 29 de novembro de 1958 por decreto<sup>5</sup> do Governador. Com a criação do curso primário anexo à então Escola Normal e Ginásio Estadual de Matão, foi necessária a construção de mais salas de aulas e gabinete dentário, em prédio independente, de pavimento único (térreo), localizado à direita do prédio principal, e de uma quadra poliesportiva à esquerda do prédio principal, conforme ilustram as Figuras 3 e 4, a seguir:



**Figura 3** – Fachada da Escola Normal e Ginásio Estadual de Matão, década de 1950.

**Fonte:** Arquivo da EE Prof. Henrique Morato, em 2012.

5 Vide Diário Oficial do Estado de São Paulo, Edição de 30 de novembro de 1958, p. 8-9.





**Figura 4** – Foto aérea da Etec Sylvio de Mattos Carvalho, em 1986.  
**Fonte:** Centro de Memória da Etec Sylvio de Mattos Carvalho, em 2019.

Após a construção da quadra poliesportiva e do prédio onde foi instalado o curso primário, verificamos um intervalo de cerca de 30 anos sem a realização de obras e/ou reformas das dependências físicas, ou seja, até a criação da Escola Técnica Estadual de Matão, ocorrida no ano de 1986, que discutiremos a seguir. Vale ressaltar que, na década de 1970, o Instituto de Educação Prof. Henrique Morato, transformado em EEPSP Prof. Henrique Morato<sup>6</sup>, foi transferido para um novo imóvel, mais amplo, situado na Rua Cesário Mota, 468, a 180 metros do seu antigo endereço, construído para atender à demanda crescente de alunos daquela época. Com essa mudança, o prédio onde futuramente funcionaria a Etec Sylvio de Mattos Carvalho abrigou antes, em períodos distintos, a Faculdade de Ciências e Letras de Matão, instituição particular de Ensino Superior criada em 1975, além da comunidade escolar da EE José Inocêncio da Costa durante a reforma e ampliação das suas dependências físicas, ocorridas na primeira metade da década de 1980.

### 3. SEGUNDO TEMPO (1986 a 2018): REFORMAS E AMPLIAÇÕES DA ETEC SYLVIO DE MATTOS CARVALHO

Logo após a criação da Escola Técnica Estadual de 2º Grau de Matão, com o Decreto Estadual nº 25.326, de 03 de junho de 1986, foi iniciada a preparação para que o estabelecimento de ensino começasse suas atividades no início de 1987, que incluiu a reforma de salas de aula e a construção de um galpão onde seriam ministradas as aulas do curso de Técnico em Mecânica, além de alguns cursos pré-profissionalizantes, como narrou o jornal,

As salas de aula passam por reforma. Já o grande salão destinado a instalação de equipamentos para “Habilitação de Técnico em Mecânica”, a nível de 2º grau, qualificação profissional I e II e cursos pré-profissionalizantes de mecânica, corte e costura, eletricidade e marcenaria, encontram-se em fase de conclusão, carecendo de cobertura, o que ocorrerá até o final deste mês. (ESCOLA, 1987)

<sup>6</sup> Vide Resolução nº 13 – SE de 21/01/1976 (publicada no DOE no dia 22/01/1976 – pág. 17).

De acordo com o Plano Plurianual de Gestão da Unidade Escolar,

Os primeiros cursos oferecidos foram das Habilitações Profissionais Plenas de Mecânica, Eletrônica e Eletrotécnica com duração de 04 (quatro) anos, além de outros cursos pré-profissionalizantes. [...] No ano de 1997, o Decreto Federal n. 2.208 dava uma nova configuração ao currículo da educação profissional, separando-a do ensino médio [...]. A partir de então, na Etec Sylvio de Mattos Carvalho, os cursos técnicos de Eletrônica, Mecânica e Eletrotécnica passaram a ser oferecidos em módulos semestrais, bem como àqueles que foram incorporados nesse estabelecimento a partir de então: Eletromecânica, Auxiliar de Enfermagem e Processamento de Dados. Além disso, começaram a ser efetuadas matrículas para o ensino médio. (ETEC SYLVIO DE MATTOS CARVALHO, 2019).

Quanto à primeira proposta de ampliação da Escola Técnica, cujo documento consta da Figura 5, estima-se ter sido elaborada em 1986, sugerindo-se a intenção da construção de diversos ambientes didáticos destinados aos três primeiros cursos técnicos oferecidos pela Unidade Escolar. Tal planta, acompanhada de uma legenda (Figura 6), aponta para uma escola que disporia de um amplo aparato didático-pedagógico e administrativo:

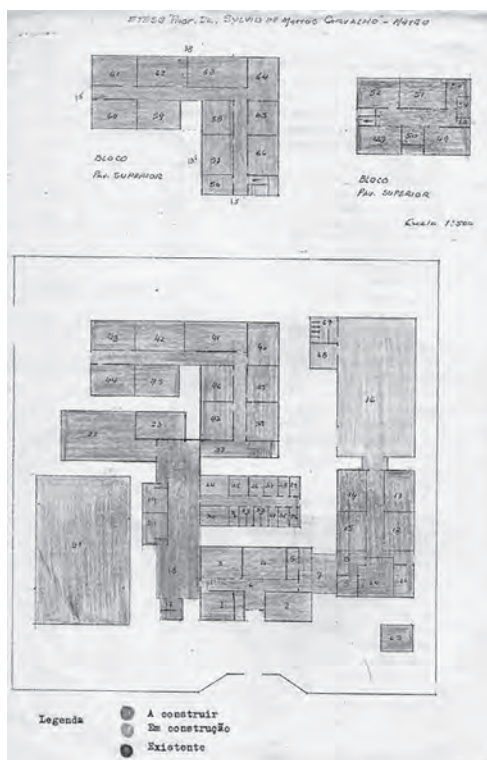


**Figura 5** – Croqui do Prédio da Unidade Escolar (1986?).

**Fonte:** Centro de Memória da Etec Sylvio de Mattos Carvalho, em 2019.



**Figura 6** – Legenda dos Ambientes Identificados no Croqui do Prédio da Unidade Escolar.

**Fonte:** Centro de Memória da Etec Sylvio de Mattos Carvalho, em 2019.

Entretanto, bem diferente da proposta apresentada na Figura 5, a Figura 7 indica a disposição dos ambientes da ETESG Prof. Dr. Sylvio de Mattos Carvalho em 1988, apontando, já no início das atividades da Unidade Escolar, a realidade de falta de espaço e, por conseguinte, a diferença entre o desejado pela comunidade escolar e a realidade que se impunha. Bom exemplo disso é o fato de que os ambientes identificados na Figura 6, sob os números 22, 23, 37 a 47 e 56 a 64, não foram construídos nos anos seguintes, e os 13 ambientes administrativos identificados com os números 24 a 36 tornaram-se 4 salas, divididas posteriormente em 6 laboratórios didáticos<sup>7</sup> mediante instalação de divisórias.

Nessa direção, à medida que a escola ia se estruturando e implantando seus cursos, verificava-se a necessidade da realização periódica de benfeitorias como, por exemplo, a criação de laboratórios didáticos para a realização de aulas práticas. Tais necessidades foram apontadas em Planos Escolares e/ou Planos Plurianuais de Gestão<sup>8</sup> de diversos anos.

7 Vide ETEC SYLVIO DE MATTOS CARVALHO, 2000.

8 Sobre Planos Escolares e/ou Planos Plurianuais de Gestão de Etecs, vide DINIZ (2018).

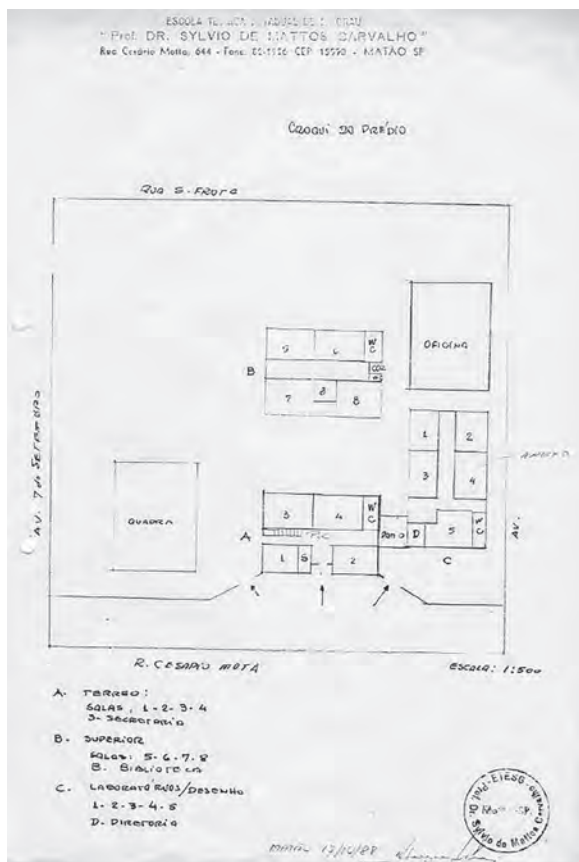


**Figura 7** – Croqui do Prédio da Unidade Escolar, em 1988.

**Fonte:** Centro de Memória da Etec Sylvio de Mattos Carvalho, em 2019.

Dentre as metas elencadas no Plano Escolar do ano letivo de 2000 – bem como em diversos outros documentos institucionais, questões ligadas às obras de reforma e ampliação dessa escola possuem espaço privilegiado,

#### META:

Terminar a construção de 04 salas iniciadas em parceria com a Prefeitura Municipal, que forneceu mão-de-obra enquanto a Escola forneceu o material de construção, doado pela comunidade.

#### INDICADORES:

O prédio onde funciona a ETE Sylvio de Mattos Carvalho, construído há 56 anos, já está pequena para abrigar as nossas instalações e o espaço exigido pelo turno da noite é estritamente o necessário. O término da construção resolveria os problemas de falta de espaço. Esclarecemos que o piso para as salas já foi conseguido, faltando as instalações elétricas e cobertura. [...] (ETEC SYLVIO DE MATTOS CARVALHO, 2000, p. 60)

A realização de ações diversas, envolvendo a comunidade local, bem como de parcerias com o setor empresarial e o poder público, organizadas pela APM da escola, objetivando angariar recursos para serem aplicados na melhoria contínua da condição imobiliária da Etec foram – e continuam sendo até hoje – alternativas adotadas pela comunidade escolar.

A alternativa adotada, a exemplo do que foi feito pelo Prof. Antonio Pinto do Nascimento Neto, que exerceu a função de Diretor da Unidade Escolar entre os anos de 2004 a 2012, foi a apresentação de projetos junto à Fundação para o Desenvolvimento da Educação – FDE<sup>9</sup> –, que culminou, no ano de 2008, na reforma da quadra poliesportiva.

Concomitantemente, tanto nas gestões da Profa. Ivone Ferioli Nunes e do Prof. Antonio Pinto do Nascimento Neto, quanto na atual gestão do Prof. Carlos Alberto Diniz, sobre o que discutiremos adiante, o Centro Paula Souza, por meio da sua Unidade de Infraestrutura, setor responsável pelo gerenciamento de obras de reforma e/ou ampliação executadas no âmbito das Etecs e Fatecs, procurou atender às reivindicações apresentadas por tais atores: na gestão da Profa. Ivone: a) construção de duas salas com cobertura em telhamento de fibrocimento (calhetão); b) adequação da cobertura para funcionamento da Secretaria Acadêmica e da Diretoria Administrativa; c) adequação de duas salas de aula para funcionamento de um laboratório de sistema flexível de manufatura e de um laboratório de bancadas didáticas (vide Figuras 8, 9, 10 e 11):

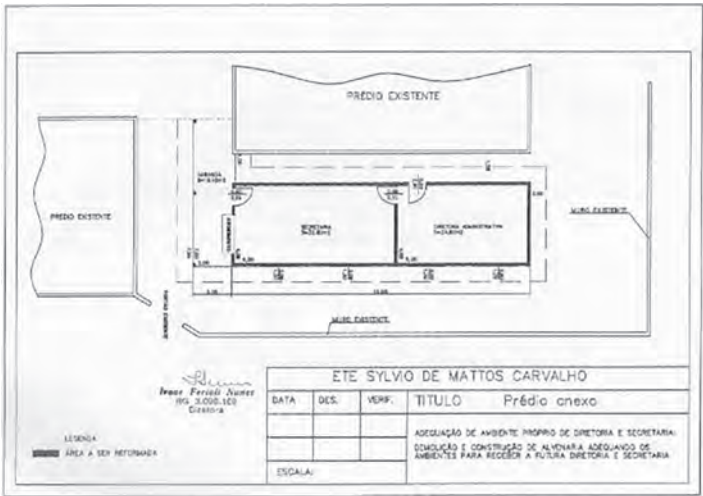


**Figura 8** – Planta Baixa da Secretaria Acadêmica e Diretoria Administrativa, em 2003.  
**Fonte:** Centro de Memória da Etec Sylvio de Mattos Carvalho, em 2019.

9 Criada em 1987, a Fundação para o Desenvolvimento da Educação – FDE – é responsável por executar programas, projetos e ações destinadas à Secretaria da Educação do Estado de São Paulo, sobretudo no que se refere a reformas e construção de escolas. Consultar: <http://www.fde.sp.gov.br/PagePublic/Interna.aspx?codigoMenu=9>. Acesso feito em: 01 jul. 2019.

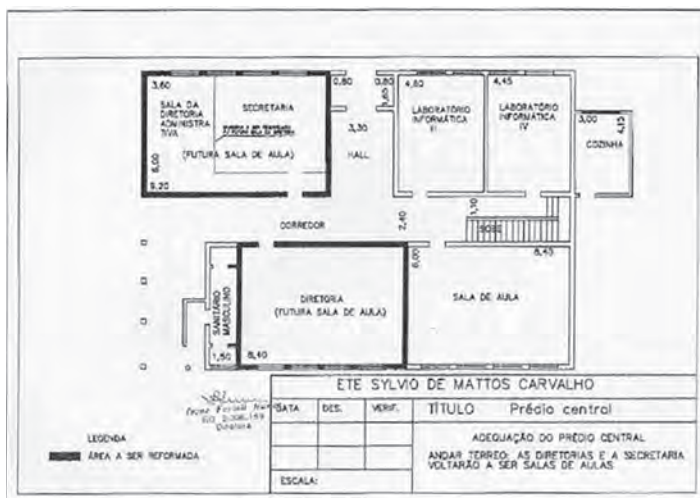


**Figura 9** – Planta Baixa de 02 Salas de Aulas, em 2003.

**Fonte:** Centro de Memória da Etec Sylvio de Mattos Carvalho, em 2019.

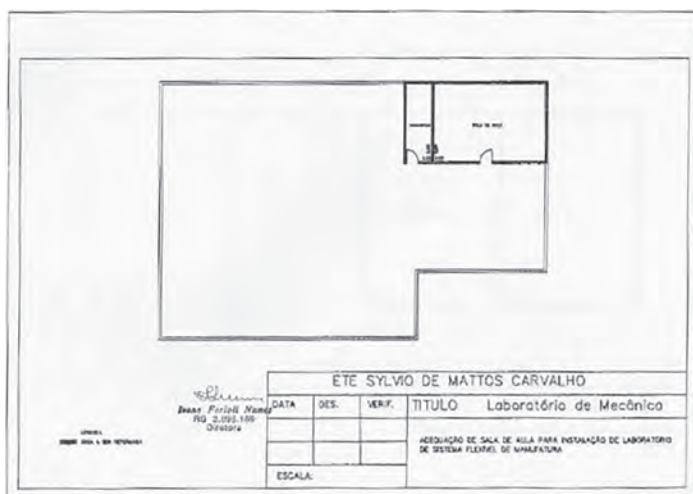


**Figura 10** – Planta baixa da sala de aula destinada ao Laboratório de Sistema Flexível de Manufatura, em 2003.

**Fonte:** Centro de Memória da Etec Sylvio de Mattos Carvalho, em 2019.



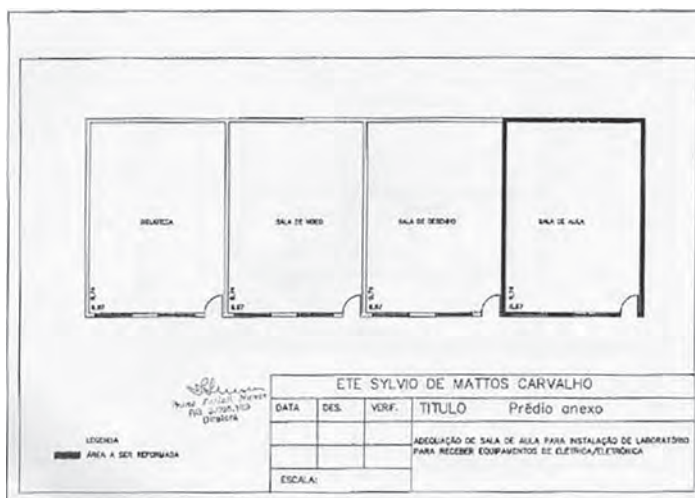


**Figura 11** – Planta Baixa da Sala de Aula Destinada ao Laboratório de Elétrica/Eletrônica, em 2003.

**Fonte:** Centro de Memória da Etec Sylvio de Mattos Carvalho, em 2019.

Na gestão do Prof. Antonio Pinto do Nascimento Neto: a) reforma de banheiros, mudança de local do portão do estacionamento, reconstrução de calçadas externas e elevação do telhado para melhor acesso às caixas-d'água; b) reforma da quadra poliesportiva; c) pintura, substituição de telhado e piso, reforma de parte elétrica, construção do laboratório de química e de 04 salas (03 salas de aula e 01 laboratório de enfermagem), de modo que, no ano de 2009, a Etec Sylvio de Mattos Carvalho possuía a configuração predial apresentada nas plantas baixas a seguir (Figuras 12 e 13):

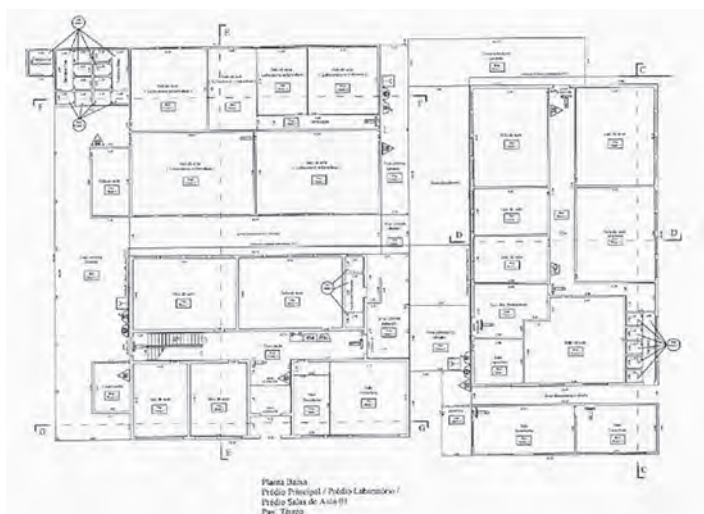


**Figura 12** – Planta Baixa da Unidade Escolar, em 2009 – Folha 02/06.

**Fonte:** Centro de Memória da Etec Sylvio de Mattos Carvalho, em 2019.



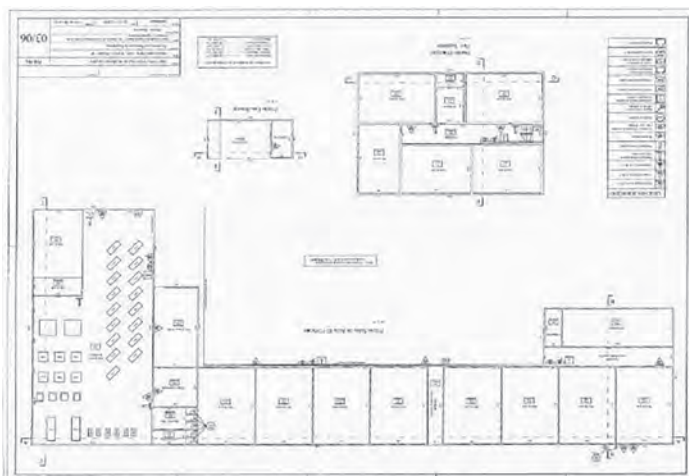


**Figura 13** – Planta Baixa da Unidade Escolar em 2009 – Folha 03/06.  
**Fonte:** Centro de Memória da Etec Sylvio de Mattos Carvalho, em 2019.

A mais recente obra de reforma e ampliação foi proposta em 2012 pelo Prof. Carlos Alberto Diniz, atual Diretor da Unidade Escolar, e iniciada em maio de 2016 pelo Centro Paula Souza. Tal intervalo de tempo foi marcado parte pelo atendimento da Unidade Escolar a exigências feitas pela Administração Central – especialmente no que tange à elaboração de projetos de engenharia, Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros (AVCB), projeto de compensação ambiental, plano altimétrico, relatório de sondagens de reconhecimento de solo e autorização da Prefeitura Municipal para execução da obra, parte pela sistemática que norteia a licitação de obras públicas.

Cabe destacar que tal período também foi marcado por reuniões da Direção da Unidade Escolar junto ao Gabinete da Superintendência do Centro Paula Souza. A primeira reunião foi marcada pela apresentação à Profa. Laura Laganá, Diretora-Superintendente da instituição de um relatório de 115 páginas com diversas ilustrações que evidenciava a necessidade da realização de uma ampla reforma e ampliação da Unidade acompanhado de um croqui (vide Figura 14) apresentado pelo Prof. Carlos Alberto Diniz que, segundo este, atenderia às necessidades atuais da Unidade Escolar,

[...] a missão desta Unidade Escolar é “promover educação profissional pública de qualidade em consonância com as demandas do mercado de trabalho, buscando a excelência no exercício das atividades profissionais e no atendimento das questões éticas, culturais e socioambientais”. Porém, cumpri-la da maneira que nossa equipe escolar almeja tem se tornado cada vez mais difícil frente a outras instituições de ensino técnico e/ou superior presentes em nosso município, as quais têm feito investimentos maciços de ordem infraestrutural para atender à demanda local e/ou regional. Mais do que isso, é perceptível a necessidade de uma reforma e ampliação da Unidade Escolar para que se possa garantir, de maneira adequada e focada no conceito de Educação de Qualidade preconizado pelo Centro Paula Souza, uma escola que atenda aos aspectos de segurança, acessibili-

dade e conforto, responsáveis por proporcionar um ambiente escolar mais atrativo e propício à construção do conhecimento e valores. Nesse ponto, entendemos que a aprovação do presente projeto se torna essencial à comunidade escolar da Etec Sylvio de Mattos Carvalho, de modo que o processo de ensino-aprendizagem ocorra de forma mais adequada e, por conseguinte, atendendo à sua finalidade precípua. (ETEC SYLVIO DE MATTOS CARVALHO, 2013b, p. 3-4).



**Figura 14** – Primeira Versão da Planta Baixa do Projeto de Reforma e Ampliação da Unidade Escolar.  
**Fonte:** Centro de Memória da Etec Sylvio de Mattos Carvalho, em 2019.

A primeira parte do relatório, intitulada O MUNICÍPIO DE MATÃO E REGIÃO, fazia uma apresentação do município a partir de indicadores socioeconômicos para destacar a sua importância no cenário regional e, por conseguinte, justificar a importância da oferta do ensino profissionalizante nessa localidade, em especial, o da Etec Sylvio de Mattos Carvalho,

Ressaltamos a importância geoestratégica de Matão em relação ao ensino profissionalizante de nível técnico, uma vez que se constitui de ótima opção para cidades regionais, devido ao fácil acesso rodoviário, entre outros fatores. Dessa maneira, todas as empresas de pequeno, médio e grande porte instaladas nessa região, sejam elas do setor público, privado e/ou de economia mista, necessitam direta ou indiretamente de profissionais com formação técnica consistente e atualizada para gerenciar e acompanhar atividades e/ou procedimentos de rotina. Tais empresas, para suprirem seus quadros funcionais técnicos, recorrem à importação de mão de obra de outras regiões ou capacitação dos seus colaboradores por meio de cursos específicos existentes, geralmente oferecidos nos grandes centros, gerando um ônus a essas organizações e dificultando a obtenção de pessoal qualificado. Sendo assim, escolas de qualidade e com estrutura física adequada à demanda local e regional compreendem item de relevante interesse para

as empresas e municípios envolvidos. Afinal, uma infraestrutura adequada é responsável por saltos de qualidade substanciais no processo educacional, principalmente do ensino profissionalizante, uma vez que a estrutura física e equipamentos essenciais a cada disciplina abarcam componentes essenciais para o desenvolvimento das atividades delegadas aos alunos. Escolas com boa infraestrutura, corpo docente qualificado e cursos que atendam às demandas do mercado acabam por constituir o cenário ideal para contratações e aumento da empregabilidade no município. Sob esse aspecto, entende-se que a Etec Sylvio de Mattos Carvalho deve ser considerada como complexo educacional ideal para o aporte de recursos, com base os critérios abaixo elencados:

a) Inexistência de cursos similares oferecidos por entidades públicas tanto em Matão como em algumas cidades da região; b) Ausência de profissionais suficientemente qualificados para atender à demanda local e regional; c) Acompanhamento das tecnologias e estruturas oferecidas pelas instituições de nível técnico e tecnológico/superior que têm se firmado na cidade [...]. (ETEC SYLVIO DE MATTOS CARVALHO, 2013b, p. 8-9).

Complementarmente, a segunda parte do referido documento apresentava as condições infraestruturais da Etec Sylvio de Mattos Carvalho no início da gestão 2012-2016 e arrolava as ações de melhoria que a Direção da escola tinha desempenhado entre julho de 2012 e junho de 2013, sob acompanhamento da Supervisão Educacional da Região de São José do Rio Preto, e aporte da Unidade de Gestão Administrativa e Financeira do CEETEPS e da APM da Unidade Escolar, com diversas ilustrações do “antes e depois”, mas que, ainda assim, se mostravam insuficientes diante da necessidade extrema de uma ampla reforma e ampliação da Unidade Escolar. Entre as ações de melhorias executadas, foram realizadas a reorganização de alguns espaços escolares para melhorar a acomodação da comunidade escolar, mas, sobretudo, da baixa patrimonial de 985 itens inservíveis, alocados na parte do terreno da escola destinada à construção do bloco de laboratórios didáticos.

Por fim, a terceira parte do relatório outrora apresentado estava dividido em duas partes,

[...] a primeira por meio de fotografias, que tem por finalidade apresentar alguns dos pontos considerados críticos na Unidade Escolar, os quais carecem de reforma e/ou manutenção. A segunda parte apresentará os aspectos inerentes à ampliação das dependências da escola, de modo a sanar o problema da falta de espaços, sejam eles salas de aula, laboratórios, refeitório, biblioteca, auditório, quadra poliesportiva coberta, entre outros. (ETEC SYLVIO DE MATTOS CARVALHO, 2013b, p. 65)

Isto posto, o projeto previa – além da readequação de: cozinha; cantina, sanitários dos professores, funcionários e alunos, sala dos professores, diretoria de serviços administrativos, secretaria acadêmica, sala do servidor de dados e de acesso à Internet, biblioteca, estacionamento, reforma geral estrutural para atendimento das normas de acessibilidade e se-

gurança vigentes, bem como pintura, reforma e/ou troca de portas e janelas, troca do piso e de forro e reforma completa da parte elétrica e hidráulica –, a ampliação e/ou construção de,

- 06 Salas de aula;
  - 01 Refeitório para 120 lugares, com cozinha, depósito e área para lavagem de utensílios;
  - 01 Sala destinada ao Laboratório de Solda;
  - 01 Sala destinada ao Laboratório de Hidráulica;
  - 01 Sala destinada ao Laboratório de Metrologia;
  - 01 Laboratório de Química, com 02 salas de apoio;
  - 02 Salas destinadas a Laboratórios de Eletrônica;
  - 03 Salas destinadas a Laboratórios de Informática;
  - 01 Sala destinada ao Laboratório de Enfermagem;
  - 01 Auditório, com palco, camarim e 02 banheiros;
  - 01 Sala destinada ao Almoxarifado;
  - 01 Sala de apoio para Diretoria de Serviços Administrativos;
  - 01 Sala de apoio para Secretaria Acadêmica;
  - Quadra poliesportiva coberta, com 02 vestiários com chuveiros e vasos sanitários (01 vestiário masculino e 01 vestiário feminino), palco e arquibancada;
  - Instalação de 01 elevador no prédio principal.
- (ETEC SYLVIO DE MATTOS CARVALHO, 2013b, p. 113).

Finalizada a tramitação da licitação, as obras foram iniciadas, ganhando destaque nos meios de comunicação locais, especialmente no jornal A Comarca,

Obra, orçada em R\$ 7,2 milhões, deve começar dentro de um mês. A direção da Etec 'Sylvio de Mattos Carvalho' aguarda ansiosamente a reforma completa do prédio, que está prevista para ser iniciada nas próximas semanas. Na condição de unidade vinculada ao Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza, a unidade matonense funciona em prédio do governo estadual, que já possui muitos anos de funcionamento. [...] Agora, o próximo passo é aguardar a ordem de serviço, que deverá sair em breve e garantirá as condições para que o quartirão da escola se transforme em um enorme canteiro de obras. [...] O prazo para execução da obra é de 540 dias e, depois de pronta, a escola deverá abrigar todos os alunos em 5.125,63 m<sup>2</sup> de área construída (atualmente são aproximadamente 3.300 m<sup>2</sup>). [...] Com os documentos em mãos e após várias reuniões na Administração Central do Centro Paula Souza, o projeto foi finalmente aprovado no primeiro semestre de 2014, uma vez que todas as solicitações foram atendidas pela Direção da Escola. A partir disso, uma revisão geral do projeto foi realizada pela equipe da Unidade de Infraestrutura do Centro Paula Souza que, com muito zelo, detalhou todos os projetos para que fosse iniciado o processo de licitação em 29 de agosto de 2015. Decorridas todas as fases da licitação, da qual participaram 18 empresas, o processo foi homologado no último dia 30 de março, tendo a Euro Construtora como vencedora da concorrência pública. "Foi um longo caminho. Passamos por situações que exigiram um esforço enorme, mas conseguimos. Agora é só aguardar que as obras se iniciem para vermos uma escola totalmente nova, respeitando todos os padrões e oferecendo à popu-

lação um ensino com ainda mais qualidade. Todo o nosso trabalho está depositado aqui e esperamos que isso resulte em uma escola excepcional, da qual todos teremos ainda mais orgulho”, conclui o diretor Carlos Diniz. (ETEC AGUARDA, 2016)

À medida que as obras na Etec Sylvio de Mattos Carvalho se desenvolviam, o jornal A Comarca informava seus leitores,

As obras de reforma e ampliação da Etec ‘Sylvio de Mattos Carvalho’ seguem a todo vapor, respeitando rigorosamente o cronograma determinado pelo Centro Paula Souza. As atividades começaram no último mês de maio, de lá para cá, importantes etapas foram concluídas pela construtora responsável pela obra. Em um primeiro momento, a quadra poliesportiva foi preparada para receber fundação e estrutura metálica de cobertura, um trabalho que demandou escavações, desvio de tubulações e construção de grandes armações de concreto e ferragens. Em seguida, a construtora providenciou a fundação e instalação da nova caixa d’água, na qual já foram realizados testes para o abastecimento da Unidade Escolar, que contará com 40 mil litros de água, sendo 12 mil reservados para uso do Corpo de Bombeiros em situações de incêndio e outros 28 mil para consumo da escola. E agora estão sendo concluídas quatro novas salas em local que antes era destinado ao estacionamento. Nestas salas também foram feitas alvenaria com acabamento, cobertura com esquadrias metálicas e ainda o contrapiso. Dado o bom andamento da obra até o momento, o próximo passo consiste na ampliação e reforma das salas que abrigam a Diretoria de Serviços Administrativos e a Secretaria Acadêmica, além da perfuração das estacas, construção de pilares de arrimo, vigas, alvenaria e passagem do dreno de água para o muro de contenção que fica na parte de trás da escola. Segundo o diretor Carlos Alberto Diniz, estas obras são essenciais para que o anexo localizado ao fundo da Unidade Escolar possa ser reformado e ampliado, etapa que deverá ser iniciada no prazo médio de duas semanas. “Com o muro de contenção concluído, começa a perfuração das estacas de fundação das salas onde serão construídos os laboratórios de informática, enfermagem, mecânica, mecatrônica e eletrônica, almoxarifado e banheiros. Como fica bem próxima a essas salas, a nova cabine primária de energia elétrica também será contemplada, com perfuração das estacas para construção dos baldrame e blocos. Vale lembrar que a potência entregue pelo atual transformador da escola é de 150kva e está no seu limite de funcionamento. Com o novo transformador, teremos 500kva, mais que o triplo do atual, o que nos permitirá fazer futuras instalações sem essa preocupação”, esclarece o diretor. (OBRAS NA ETEC, 2016)

Dado ao fato de que as aulas estavam ocorrendo na Unidade Escolar concomitantemente ao andamento das obras, foi realizado o aditamento do contrato pelo período de 90 dias, totalizando assim em 630 dias o prazo de execução das obras. As obras foram encerradas em março de 2018, e a escola foi reinaugurada no dia 31 de maio, com a pre-

sença do Governador do Estado de São Paulo, Márcio França, diversos deputados estaduais e federais, lideranças políticas locais e de localidades circunvizinhas, além da Diretora-Superintendente do Centro Paula Souza, Profa. Laura Laganá, professores, funcionários e alunos da escola, além de empresários, representantes de instituições diversas e comunidade local. Com ampla repercussão em diversos meios de comunicação, o acontecimento foi narrado pelo jornal A Comarca,

Na manhã da quinta-feira (31), o governador Márcio França inaugurou as novas instalações da Etec 'Sylvio de Mattos Carvalho' [...]. A solenidade foi realizada na quadra poliesportiva da Etec. O governador teve a companhia do prefeito Edinaldo Esquetini; do vice Moacir Matturo; do secretário municipal de Governo, Ciência, Tecnologia e Administração, Ivan Serigato Júnior; da diretora superintendente do Centro Paula Souza (CPS), Laura Laganá; do secretário de Estado de Desenvolvimento Social, Gilberto Nascimento Júnior; do deputado federal Arnaldo Jardim e dos deputados estaduais Orlando Bolçone e Itamar Borges. A placa inaugural foi descerrada por estas e outras autoridades municipais e regionais, além do diretor da Etec, Carlos Alberto Diniz. O Estado investiu R\$ 7,7 milhões na Etec, integrada ao CPS em 1994. Após as obras, a área construída da unidade passou de 3,3 mil m<sup>2</sup> para 5,1 mil m<sup>2</sup>. [...] (MÁRCIO FRANÇA, 2018)



**Figura 15** – Visão Panorâmica da Unidade Escolar após a Conclusão das Obras em 2018.

**Fonte:** Centro de Memória da Etec Sylvio de Mattos Carvalho, em 2019.

Após a conclusão das obras, a Unidade Escolar foi contemplada naquele mesmo ano pelo Centro Paula Souza com um portão e mastros para hasteamento de bandeiras que foram instalados em frente da fachada do prédio principal e que não haviam sido previstos anteriormente. Concomitantemente, a APM da Unidade Escolar custeou, no final de 2018, a construção de um estacionamento para os alunos estacionarem suas motocicletas em frente da escola, ao lado direito do prédio principal. Em 2019, a APM da Unidade Escolar arrecadou recursos financeiros durante o primeiro semestre junto à comunidade para executar a segunda etapa do referido estacionamento, recém-construído à esquerda do prédio principal.

## 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em “Templos da Civilização”, Souza (1998, p. 123) destaca que o edifício escolar era “portador de uma identificação arquitetônica que o diferenciava dos demais edifícios públicos e civis ao mesmo tempo em que o identificava como um espaço próprio – lugar específico para as atividades de ensino e do trabalho docente”.

Nessa direção, para Bencostta (2001, 2005), uma edificação própria para a escola se tratava de uma questão importante, a qual os poderes públicos tiveram que enfrentar diante do comprometimento discursivo que coroava a instrução escolar como uma das principais colunas de sustentação da civilização. Foi nessa conjuntura que foi idealizado e construído o Ginásio Municipal de Matão, prédio que, décadas mais tarde, abrigaria a Escola Técnica de 2º Grau de Matão, atualmente Etec Sylvio de Mattos Carvalho.

Construído no início da década de 1940, o prédio da então escola ginásial teve grande repercussão no município, como bem demonstra reportagens publicadas no jornal A Comarca. Diniz (2012, p. 101-102) constatou que atuação da imprensa escrita local se restringiu, desde a fase embrionária do então Ginásio Municipal e perpassando pelas transformações institucionais que culminaram com a instalação do Instituto de Educação em Matão, a enaltecer o papel desempenhado por tais atores políticos, sejam eles o Prefeito, o Interventor Federal ou os deputados estaduais. Destacou também que “a imprensa ainda teve um papel importante em reforçar a representação social do Ginásio Estadual de Matão enquanto estabelecimento de ensino destinado à uma pequena parcela de matonenses [...]”, uma vez que “estudar no Ginásio Estadual de Matão era visto como motivo de orgulho, uma verdadeira conquista, tanto para os alunos como para seus familiares, conferindo-lhes certo ‘status’ social perante a comunidade local”.

Contudo, ao noticiar a reinauguração da Etec Sylvio de Mattos Carvalho, o jornal A Comarca, bem como os demais meios de comunicação (rádio, televisão e internet), o destaque dado às autoridades públicas, especialmente o governador do Estado, foi compartilhado com as autoridades educacionais do Centro Paula Souza, em especial, a Direção da Etec Sylvio de Mattos Carvalho, evidenciando assim a mudança adotada na linguagem jornalística nas últimas décadas, aspecto que não analisamos por não se tratar do objeto dessa reflexão.

Verificamos ainda que o prédio utilizado pelo Ginásio Municipal que, após ter sido estadualizado em 1947, assumiu diversas denominações à medida que expandia sua oferta de modalidades de ensino (ensino normal, ensino primário, curso de aperfeiçoamento para normalistas, curso colegial), foi desocupado por esta instituição de ensino na década de 1970, uma vez que se fez necessário transferi-la para outro prédio mais amplo. Alguns anos mais tarde, abrigaria outras duas instituições de ensino, antes de ser instalada a Escola Técnica de 2º Grau de Matão, cujas aulas se iniciaram em 1987.

Dito isso, é válido observar que as ampliações e reformas ocorridas no imóvel em questão nas décadas de 1950, 1960, 1980, 1990, 2000 e 2010 ocorreram a partir de demandas pré-existentes, evidenciando a política educacional, característica do poder público brasileiro, de não realizar um planejamento sistemático que se antecipasse adequadamente às demandas que vão sendo criadas pelos próprios governantes. Em outras palavras, primeiro se cria a escola ou o curso e, à medida que vão sendo implantados, as benfeitorias vão sendo realizadas, em sua maioria, de modo retardativo, quando feitas.



No caso da Etec Sylvio de Mattos Carvalho, verificamos a existência de quatro momentos em que foram realizadas reformas e/ou ampliações do espaço escolar, sendo que apenas a última contemplou toda a escola. Os três momentos anteriores foram marcados por melhorias pontuais e insuficientes a todas as necessidades deste estabelecimento de ensino à época. Boa prova disso é a construção de blocos de salas de aulas, utilizando-se de materiais diferentes, métodos de construção diferentes, para acomodar “provisoriamente” – se considerarmos a baixa qualidade das construções – os cursos técnicos que a Unidade Escolar foi ofertando ao longo da sua trajetória, evidenciando assim uma não preocupação arquitetônica pelo viés educacional. O provisório por vezes tornou-se duradouro.

Por outro lado, ao que tudo indica, coube a cada gestor, à sua época, propor e/ou executar as melhorias que eram possíveis de serem feitas, na falta de uma política educacional efetiva e sistemática destinada especialmente para reforma e construção de prédios de escolas técnicas. Outrossim, a Associação de Pais e Mestres da Etec foi fundamental em diversos momentos, subvencionando benfeitorias através de recursos financeiros angariados em atividades desenvolvidas envolvendo a comunidade escolar e local como, por exemplo, festas, ações entre amigos (rifas) e campanhas, etc., mas também por meio de captação de recursos mediante participação em concursos (Programa Vitae Fat) ou apresentação de projetos a instituições, como a Fundação para o Desenvolvimento da Educação – FDE, criadas para executar ações de melhoria da rede pública de ensino.

De igual maneira, a reforma e a ampliação da Unidade Escolar iniciada em maio de 2016 e finalizada no início de 2018 teve por objetivo eliminar todas as situações que dificultavam o trabalho pedagógico no âmbito de uma escola profissionalizante detectadas anteriormente. Com efeito, é válido observar que o projeto apresentado à Administração Central pela direção da Etec Sylvio de Mattos Carvalho sofreu algumas modificações, sobretudo no que se refere aos laboratórios destinados às aulas práticas, num trabalho desenvolvido em conjunto por especialistas da Cetec (Coordenadoria do Ensino Médio e Técnico) e pela equipe da Unidade de Infraestrutura, para ajustá-lo aos requisitos ora estabelecidos nos planos de cursos das habilitações oferecidas pela Unidade Escolar, para posterior licitação e execução da obra.

Por esse viés, é possível inferir que a arquitetura escolar de uma Etec, que deve dispor de ambientes que simulam ambientes reais do mundo do trabalho como, por exemplo, um laboratório de enfermagem que simula uma enfermaria de um hospital ou, ainda, um laboratório de mecânica que tem em sua planta diversos equipamentos industriais que, por sua vez, devem estar dispostos à luz de normas de segurança, etc. – evidencia-se sua função social e, por conseguinte, sua representação na comunidade onde está inserida.

Isto posto, verificamos, a partir dos planos escolares elaborados anualmente pela Etec Sylvio de Mattos Carvalho, que os espaços escolares, construídos inicialmente para uma determinada finalidade, passavam a ser utilizados para o desenvolvimento de outras atividades. Bom exemplo é a diretoria que, no início das atividades da Etec, ocupava a sala onde funcionava a diretoria do antigo Ginásio Municipal (sala que fica no primeiro andar do prédio principal com sacada), depois ocupou uma sala de aula no piso térreo do prédio principal; anos mais tarde, ocupou uma sala no prédio construído ao lado do prédio principal para o curso primário anexo ao ginásio. Em 2012, voltou para a sala da antiga diretoria e, atualmente, ocupa uma sala no mesmo andar que já serviu inicialmente como sala de aula e laboratório de informática posteriormente.

De igual maneira, algumas salas de aulas em determinado momento foram divididas por uma parede de alvenaria e passaram a funcionar como laboratórios de informática. Há também o uso de divisórias para dividir ambientes para acomodar, ao que tudo indica, a demanda crescente de alunos. Tais reconfigurações do espaço escolar realizadas de modo improvisado, sem o registro de argumentos que as justificavam, se mostraram recorrentes, sobretudo nas décadas de 1990 e 2000, tendo sido minimizadas somente com as obras iniciadas em 2016, cujo projeto, idealizado pelo atual Diretor, organizou o espaço escolar em blocos (A, B, C, D, E, F e G), como mostra a Figura 16.



**Figura 16** – Planta Baixa da Etec Sylvio de Mattos Carvalho com Indicação de Ambientes por Blocos.  
**Fonte:** Arquivo da Etec Sylvio de Mattos Carvalho, em 2019.

Nessa configuração, os laboratórios didáticos, até então espalhados pela escola, foram alocados entre as salas 40 e 69, organizados por eixo tecnológico, para facilitar a locomoção tanto de alunos quanto de professores. As salas de aulas ficaram alocadas nos dois prédios mais antigos (nas salas 02, 03, 05, 06, 12, 13, 14, 25, 26, 27 e 28) e nas salas 33 do bloco C e 34 a 36 do bloco D, construídos durante a obra. Há que destacar a biblioteca, que também já havia funcionado em várias salas desde a criação da escola, foi alocada num salão (nº 32), na área central da escola. Sua posição privilegiada possibilitou o aumento da procura da comunidade escolar pelos seu acervo e serviços prestados, diferentemente dos anos em que foi alocada em espaços pequenos (como, por exemplo, na antiga sala da diretoria que ficava no prédio principal, hoje ocupada pelo Centro de Memória da Unidade Escolar – sala nº 04), ou em espaços de pouca visibilidade, a exemplo da sala onde funciona atualmente a sala dos professores).

Em suma, as Etecs, sobretudo aquelas que foram instaladas em prédios onde funcionaram anteriormente outras escolas, sofreram, tanto pedagogicamente quando arquitetonicamente, influências de políticas educacionais (ou a falta delas) de diferentes governos em diversos períodos históricos, o que pode ser evidenciado a partir da mescla de distintos

estilos arquitetônicos, onde os prédios mais antigos, mais imponentes e menos inclusivos, compartilham espaço com prédios mais simples, baratos e funcionais, dada a necessidade do aumento quantitativo da demanda pelo ensino profissionalizante no Brasil e, em especial, no Estado de São Paulo. A Etec Sylvio de Mattos Carvalho, em Matão, não fugiu à regra.

Isto posto, não resta dúvida que a realização de estudos em torno do ensino profissionalizante no Estado de São Paulo revela-se potencialmente necessária para compreender o papel que o Centro Paula Souza tem exercido nesses últimos 50 anos, além de possibilitar a reconstituição da história da educação brasileira, sobretudo no que se refere às questões pouco investigadas na historiografia da educação paulista, como as que estão sendo abarcadas nesse trabalho.

## 5. REFERÊNCIAS

BENCOSTTA, M. L. A. Arquitetura e espaço escolar: reflexões acerca do processo de implantação dos primeiros grupos escolares de Curitiba (1903-1928). In: **Educar**. Curitiba: Editora da UFPR, 2001, n. 18, p. 103-141.

BENCOSTTA, M. L. A. (org.). **História da educação, arquitetura e espaço escolar**. São Paulo: Cortez, 2005.

CHARTIER, R. **A História cultural: entre práticas e representações**. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1990.

DINIZ, C. A. **A educação secundária no interior paulista: estudo histórico sobre o Ginásio Estadual de Matão (1940-1965)**. Dissertação de Mestrado. Araraquara: Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – Faculdade de Ciências e Letras, 2012.

DINIZ, C. A. Fontes para a história do ensino profissionalizante no interior do Estado de São Paulo: os planos escolares da Etec Sylvio de Mattos Carvalho. In: CARVALHO, M. L. M. (org.). **Caderno de Resumos**. VI Encontro de Memórias e História da Educação Profissional: Concepções, Rupturas e Permanências. São Paulo: Centro Paula Souza, 2018.

ESCOLA TÉCNICA PROFISSIONALIZANTE em funcionamento ainda este ano. **A Comarca**, Matão, ed. 3.319, 21 fev. 1987.

ETEC AGUARDA início de reforma. **A Comarca**, Matão, ed. 4.826, 22 abr. 2016.

ETEC SYLVIO DE MATTOS CARVALHO. **Plano Escolar de 1987**. Centro de Memória Profa. Sandra Maria Matavelli. Matão, 2018.

ETEC SYLVIO DE MATTOS CARVALHO. **Plano Escolar de 1988**. Centro de Memória Profa. Sandra Maria Matavelli. Matão, 2018.

ETEC SYLVIO DE MATTOS CARVALHO. **Plano Escolar de 1989.** Centro de Memória Profa. Sandra Maria Matavelli. Matão, 2018.

ETEC SYLVIO DE MATTOS CARVALHO. **Plano Escolar de 1990.** Centro de Memória Profa. Sandra Maria Matavelli. Matão, 2018.

ETEC SYLVIO DE MATTOS CARVALHO. **Plano Escolar de 1993.** Centro de Memória Profa. Sandra Maria Matavelli. Matão, 2018.

ETEC SYLVIO DE MATTOS CARVALHO. **Plano Escolar de 1994.** Centro de Memória Profa. Sandra Maria Matavelli. Matão, 2018.

ETEC SYLVIO DE MATTOS CARVALHO. **Plano Escolar de 1995.** Centro de Memória Profa. Sandra Maria Matavelli. Matão, 2018.

ETEC SYLVIO DE MATTOS CARVALHO. **Plano Escolar de 1996.** Centro de Memória Profa. Sandra Maria Matavelli. Matão, 2018.

ETEC SYLVIO DE MATTOS CARVALHO. **Plano Escolar de 1997.** Centro de Memória Profa. Sandra Maria Matavelli. Matão, 2018.

ETEC SYLVIO DE MATTOS CARVALHO. **Plano Escolar de 1998.** Centro de Memória Profa. Sandra Maria Matavelli. Matão, 2018.

ETEC SYLVIO DE MATTOS CARVALHO. **Plano Escolar de 1999.** Centro de Memória Profa. Sandra Maria Matavelli. Matão, 2018.

ETEC SYLVIO DE MATTOS CARVALHO. **Plano Escolar de 2000.** Centro de Memória Profa. Sandra Maria Matavelli. Matão, 2018.

ETEC SYLVIO DE MATTOS CARVALHO. **Plano Escolar de 2001.** Centro de Memória Profa. Sandra Maria Matavelli. Matão, 2018.

ETEC SYLVIO DE MATTOS CARVALHO. **Plano Escolar de 2002.** Centro de Memória Profa. Sandra Maria Matavelli. Matão, 2018.

ETEC SYLVIO DE MATTOS CARVALHO. **Plano Escolar de 2003.** Centro de Memória Profa. Sandra Maria Matavelli. Matão, 2018.

ETEC SYLVIO DE MATTOS CARVALHO. **Plano Escolar de 2004.** Centro de Memória Profa. Sandra Maria Matavelli. Matão, 2018.

ETEC SYLVIO DE MATTOS CARVALHO. **Plano Escolar de 2005.** Centro de Memória Profa. Sandra Maria Matavelli. Matão, 2018.

ETEC SYLVIO DE MATTOS CARVALHO. **Plano Escolar de 2006.** Centro de Memória Profa. Sandra Maria Matavelli. Matão, 2018.

Etec SYLVIO DE MATTOS CARVALHO. **Plano Escolar de 2007**. Centro de Memória Profa. Sandra Maria Matavelli. Matão, 2018.

Etec SYLVIO DE MATTOS CARVALHO. **Plano Escolar de 2008**. Centro de Memória Profa. Sandra Maria Matavelli. Matão, 2018.

Etec SYLVIO DE MATTOS CARVALHO. **Plano Plurianual de Gestão 2009-2013**. Centro de Memória Profa. Sandra Maria Matavelli. Matão, 2018.

Etec SYLVIO DE MATTOS CARVALHO. **Plano Plurianual de Gestão 2010-2014**. Centro de Memória Profa. Sandra Maria Matavelli. Matão, 2018.

Etec SYLVIO DE MATTOS CARVALHO. **Plano Plurianual de Gestão 2011-2015**. Centro de Memória Profa. Sandra Maria Matavelli. Matão, 2018.

Etec SYLVIO DE MATTOS CARVALHO. **Plano Plurianual de Gestão 2012-2016**. Centro de Memória Profa. Sandra Maria Matavelli. Matão, 2018.

Etec SYLVIO DE MATTOS CARVALHO. **Plano Plurianual de Gestão 2013-2017**. Centro de Memória Profa. Sandra Maria Matavelli. Matão, 2018.

Etec SYLVIO DE MATTOS CARVALHO. **Plano Plurianual de Gestão 2014-2018**. Centro de Memória Profa. Sandra Maria Matavelli. Matão, 2018.

Etec SYLVIO DE MATTOS CARVALHO. **Plano Plurianual de Gestão 2015-2019**. Centro de Memória Profa. Sandra Maria Matavelli. Matão, 2018.

Etec SYLVIO DE MATTOS CARVALHO. **Plano Plurianual de Gestão 2016-2020**. Centro de Memória Profa. Sandra Maria Matavelli. Matão, 2018.

Etec SYLVIO DE MATTOS CARVALHO. **Plano Plurianual de Gestão 2017-2021**. Centro de Memória Profa. Sandra Maria Matavelli. Matão, 2018.

Etec SYLVIO DE MATTOS CARVALHO. **Plano Plurianual de Gestão 2018-2022**. Centro de Memória Profa. Sandra Maria Matavelli. Matão, 2018.

Etec SYLVIO DE MATTOS CARVALHO. **Plano Plurianual de Gestão 2019-2023**. Centro de Memória Profa. Sandra Maria Matavelli. Matão, 2019.

Etec SYLVIO DE MATTOS CARVALHO. **Projeto de reforma e ampliação da Etec Sylvio de Mattos Carvalho** – Unidade 103 do Ceeteps. Centro de Memória Profa. Sandra Maria Matavelli. Matão, 2013b.

GINASIO Estadual de Matão. **A Comarca**, Matão, ed. 1.137, 23 jan. 1947.

GINASIO Municipal. **A Comarca**, Matão, ed. 791, 02 fev. 1941.

MÁRCIO FRANÇA faz inaugurações e anuncia Fatec para Matão. **A Comarca**, Matão, ed. 4.934, 01 jun. 2018.

MATÃO, **Registro de Leis, Decretos e Atos, de 30/01/1917 a 09/09/1943**. Câmara Municipal, 1917-1944, v. 1.

MATÃO. **Registro de Leis, Decretos, etc., de 06/12/1943 a 30/12/1954**. Câmara Municipal, 1943-1954, v. 2.

OBRAS NA ETEC seguem em ritmo acelerado. **A Comarca**, Matão, ed. 4.852, 21 out. 2016.

PREFEITURA Municipal de Matão – Edital n. 77. **A Comarca**, Matão, ed. 808, 8 jun. 1941.

PREFEITURA Municipal de Matão – Edital n. 78. **A Comarca**, Matão, ed. 815, 27 jul. 1941.

SÃO PAULO. **Diário Oficial do Estado de São Paulo**. Decreto-lei nº 16.871, de 10 de fevereiro de 1947. Dispõe sobre a criação de um Ginásio Estadual. 1947.

SÃO PAULO. **Diário Oficial do Estado de São Paulo**. Decreto nº 25.326, de 03 de junho de 1986. Cria a Escola Técnica Estadual de 2.º Grau de Matão. 1986.

SÃO PAULO. **Diário Oficial do Estado**. Lei nº 684, de 12 de abril de 1950. Determina que passem a funcionar como colégio os ginásios estaduais de São Roque, Andradina e Igarapava, e dá outras providências. 1950.

SÃO PAULO. **Diário Oficial do Estado**. Lei nº 6.173 de 14 de julho de 1961. Dispõe sobre o funcionamento, como Colégio, do Ginásio de Matão. 1961a.

SÃO PAULO. **Diário Oficial do Estado**. Lei nº 6.497, de 13 de novembro de 1961. Denomina “Prof. Henrique Morato” a Escola Normal e Ginásio Estadual de Matão. 1961b.

SÃO PAULO. **Diário Oficial do Estado de São Paulo**. Lei nº 5.542, de 20 de janeiro de 1987. Dá a denominação de “Prof. Dr. Sylvio de Mattos Carvalho” à Escola Técnica Estadual de 2º Grau de Matão, em Matão. 1987.

SÃO PAULO. **Diário Oficial do Estado de São Paulo**. Lei nº 9.179, de 13 de dezembro de 1965. Transforma em Instituto de Educação o Colégio Estadual “Prof. Henrique Morato”, de Matão. 1965.

SÃO PAULO. **Projeto de Lei nº 468, de 11 de junho de 1986**. Assembleia Legislativa de São Paulo. 1986b.

SOUZA, R. F. **Templos de civilização: a implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo (1890-1910)**. São Paulo: UNESP, 1998

UM DIA festivo para a população matonense: será assentada hoje a primeira pedra do edifício do nosso Ginásio Municipal. **A Comarca**, Matão, ed. 843, 08 fev. 1942.

# **ARQUITETURA ESCOLAR E A HISTÓRIA DAS INSTALAÇÕES AGRÍCOLAS DA ETEC PROFESSOR MATHEUS LEITE DE ABREU (1965 A 2019)**

**Sueli Mara Oliani Oliveira Silva**

Escola Técnica Estadual Professor Matheus Leite de Abreu

## **1. INTRODUÇÃO**

O presente trabalho apresenta um estudo sobre a Arquitetura Escolar e a História das Instalações Agrícolas da Escola Técnica Estadual (Etec) Professor Matheus Leite de Abreu realizada desde a sua inauguração em 11 de março de 1965 até 2019.

O registro histórico fundamenta-se pela importância da preservação do patrimônio histórico-cultural, materializado no estudo da arquitetura escolar e da estrutura física das construções agrícolas instaladas na área de 18 alqueires da fazenda-escola da instituição.

Como categoria de investigação empregou-se a cultura escolar, a partir de pesquisas em fontes primárias e secundárias para o estudo das plantas baixas da fazenda-escola; do livro ata encontrado no arquivo permanente da instituição com informações sobre o histórico da escola registrado, no período de 1965 a 1983, e como metodologia utilizou-se as entrevistas de história oral realizadas com os diretores do período: Antônio Ferdinando Francisco Possebon (1964 a 1986), Osmar Scrivante Júnior (vice-diretor de 1986 a 1991, diretor de 1991 a 2004), relato redigido pelo diretor Leônidas Márcio Teixeira (2004 a 2012), Paulo Antônio Sacchi (2012 a 2014) e Itamar Garcia Martins (2014 a 2019).

Assim sendo, esse estudo traz uma investigação sobre a história dessas construções e adaptações ocorridas nos prédios escolares com a finalidade de melhor atender a comunidade interna; como também, as adequações e transformações ocorridas nas instalações agrícolas, favorecendo o trabalho nas áreas do campo dos cursos em Agropecuária ministrados na unidade escolar. Cada instalação aqui citada representa a história da Etec Professor Matheus Leite de Abreu, favorecendo a compreensão do contexto físico do período pesquisado e enaltecendo o trabalho dos gestores e profissionais da instituição.

### **1.1 A história que antecede a história da instituição: a doação do terreno**

No Brasil, as Escolas de Iniciação Agrícola são criadas pela Lei Orgânica do Ensino Agrícola nº 9.613, de 20 de agosto de 1946, decretada pelo então Presidente da República Eurico Gaspar Dutra. Essa Lei Orgânica estabelecia as bases de organização e de regime do Ensino Agrícola, que era ramo do ensino até o segundo grau, destinado à preparação profissional dos trabalhadores da agricultura. No capítulo V, art. 65,



As escolas de iniciação agrícola poderão ministrar ensino primário, de conformidade com a legislação competente, a adolescentes analfabetos ou que ainda não tenham recebido aquele ensino de modo satisfatório, e que sejam candidatos ao curso de iniciação agrícola. (BRASIL, 1946)

Impulsionados pela criação de uma escola agrícola em Mirassol, acontece em 1957 a doação do terreno para a sua instalação, por meio dos esforços do Prefeito Municipal da época, Sr. José Maria de Campos Maia<sup>1</sup>. Segundo registros históricos encontrados em maio de 2019, numa pasta de arquivo na Diretoria de Serviços da escola agrícola (MIRASSOL, 1944), esse terreno foi desmembrado de uma área de 291.750 m<sup>2</sup> destinada ao Serviço de Água, decretado em 25 de fevereiro de 1944 pelo então Prefeito Municipal Anísio José Moreira<sup>2</sup>, na conformidade do disposto no art. 12 II, do Decreto-Lei nº 1.202, de 8 de abril de 1939, combinado com o art. 6º do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, e no art. 1º,

Fica declarado de utilidade pública, a fim de ser adquirido mediante desapropriação judicial ou por via amigável, um terreno de propriedade do senhor Jeremias Alves da Costa destinado ao serviço de água, a saber: Uma área com 291.750 metros quadrados (12,05) alqueires confrontando: “Começa no ponto L situado à beira do cafezal do mesmo proprietário e na divisa com herdeiros de João de Deus Fernandes e segue beirando o dito cafezal nos seguintes rumos e distancias: S 38° E 260,00 S 52°5’0 38,80, S 38°42’ E, 192,00 até o ponto O na divisa com Miguel Alves da Costa e segue por esta divisa na distância de 955 mts, até o ponto S onde vira à direita seguindo em rumo N 52°50’0 e na distância de 84,80 até o ponto T na divisa com Atílio Cuculo, seguindo por esta divisa em rumo N 51°35’ E distancia 263,00 e rumo N 33°43’ 0 e distancia 225,40 até o ponto V na divisa com herdeiros de João de Deus Fernandes, onde vira à direita seguindo por esta divisa na distância de 758,00 até o ponto inicial” Terreno este que consta da planta junto e foi avaliado administrativamente em Cr\$ 35.840,00 (trinta e cinco mil oitocentos e quarenta cruzeiros). (MIRASSOL, 1944)

Em 1957, o Prefeito Municipal José Maria de Campos Maia, sanciona a Lei nº 372 de 26 de novembro, desmembrando 169.493,50 m<sup>2</sup> do total geral dessa área para a construção das instalações da Escola de Iniciação Agrícola, conforme art. 1º, 4º e 5º:

No Art. 1º – Fica a Prefeitura Municipal de Mirassol, autorizada a alienar ao INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DE SÃO PAULO<sup>3</sup>, por doação, o imóvel abaixo descrito, situado nas proximidades desta cidade, na Fazenda Campo, para, nos termos do decreto estadual nº 12.762, de 18 de junho de 1942, modificado pelo decreto nº 27.167, de 4 de janeiro de 1957, nele se construir as instalações destinadas ao funcionamento da ESCOLA DE INICIAÇÃO AGRÍCOLA DE MIRASSOL, a saber:

- 1 Prefeito Municipal de Mirassol – mandato de 1951-1956 a 1959
- 2 Prefeito Municipal de Mirassol – mandato de 1938 a 1945-1945 a 1946-1947
- 3 IPESP – Instituto de Previdência do Estado de São Paulo, entidade autárquica.

Um terreno de forma irregular medindo 169.493,50m<sup>2</sup> (cento e sessenta e nove mil, quatrocentos e noventa e três metros e cinquenta centímetros quadrados), com as seguintes confrontações: – começa no ponto “0” na divisão com Jeremias Alves da Costa ou seus sucessores, seguindo em rumo S 38°00’ E na distância de 260 metros até o ponto “1”; daí virar à direita em rumo S 52°05’ 0 na distância de 38,80 metros até o ponto “2”; daí sempre dividindo com os mesmos confrontantes, virar à esquerda indo em rumo S 35°42’ E na distância de 192 metros até o ponto “3”; daí virar à direita confrontando com sucessores de Miguel Alves da Costa, segue em rumo S 54°24’ 0 na distância de 418 metros até o ponto “4”; daí virando à direita segue confrontando com área dos doadores em rumo N 35°00’ 0 na distância de 333 metros até o ponto “5”; novamente à direita segue em rumo N 53°32’ E na distância de 50 metros até o ponto “6”; deste segue em rumo N 38°00’ E, ainda confrontando com os doadores, na distância de 412 metros até o ponto “0” onde tiveram início estas divisas.

Art. 4º – Após realizada a doação de que trata a presente lei, fica, desde logo, autorizada a Prefeitura Municipal a assinar contrato com o Instituto de Previdência para a construção das instalações referidas no art. 1º a ser executadas nesta cidade, com financiamento do referido Instituto, no terreno cuja doação ora se autoriza.

Parágrafo único – Mediante autorização legislativa poderá a Prefeitura Municipal transferir o contrato a terceiros, para execução das obras referidas no artigo supra.

Art. 5º – A complementação da construção das instalações de que trata o artigo 1º, deverá iniciar-se dentro do prazo de noventa (90) dias, a contar da data da escrita de doação, ficando, porém, na dependência dos recursos destinados a esse fim, à Carteira Predial do Instituto de Previdência, e obedecerá aos padrões, projetos orçamentos, especificações, cláusulas, planos e condições contratuais a que se refere o decreto nº 27.167 de 4 de janeiro de 1957, supracitado. (MIRASSOL, 1957)

Entretanto, a escritura pública de doação foi lavrada em 25 de fevereiro de 1958, conforme documento de arquivo da Diretoria de Serviços da escola, onde constatou-se algumas alterações da Lei nº 372 de 26 de novembro de 1957,

Um terreno de forma irregular com área de 169.400 metros quadrados, na Fazenda Campo, neste distrito de Mirassol, dentro das seguintes divisas e confrontações: Inicia no marco 20 plantado no lado direito da estrada que demanda Mirassol, a quem 120 metros da divisa entre os terrenos da doadora e Atilio Cucolo; daí vira à direita com o rumo de 48° 00’ N. O., na distância de 312,00 metros, confrontando com a doadora até encontrar o marco 1, plantado à margem do córrego da Gruta; desce pelo córrego da Gruta, até encontrar a barra do córrego Jeremias, onde está plantado o marco 2, numa radial de 890,00 metros, sobe pelo córrego do Jeremias até encontrar o marco 3, numa radial de 276,00 metros; daí finalmente à esquerda no rumo de N. 53° 32’ E, numa distância de 650,00 metros, confrontando com Atilio Cucolo e com a estrada que demanda Mirassol, até o ponto inicial.(MIRASSOL, 1958)

Desde a sua implantação, a escola usufrui uma área de aproximadamente 18 alqueires, sendo 11 de domínio da Prefeitura Municipal, e sete pertencentes ao IPESP, que foram doados para a construção da Escola de Iniciação Agrícola lavrados na escritura de 1958, conforme citada na escritura de 1998,

Imóvel: – Um prédio próprio para Escola de Iniciação Agrícola, de tijolos e coberto de telhas, com 1.234,87 m<sup>2</sup>, de área construída, sem emplantamento municipal, da Estrada do Logradouro da Gruta, localizado na fazenda Campos, situado neste município e comarca de Mirassol-SP, e seu respectivo terreno de forma irregular, com a área de 169.400,00 m<sup>2</sup>, dentro da seguinte descrição: – Inicia no marco 20, plantado no lado direito da estrada que demanda Mirassol, aquém cento e vinte (120,00) metros da divisa entre os terrenos da Prefeitura Municipal de Mirassol e Atílio Cucolo, daí vira à direita com o rumo de 48° 00" N. O., na distância de trezentos e doze (312,00) metros, confrontando com a Prefeitura Municipal de Mirassol, até encontrar o marco 1, plantado à margem do Córrego da Gruta, desça pelo referido córrego da Gruta, até encontrar a barra do Córrego do Jeremias, onde está plantado o marco 2, numa radial de oitocentos e noventa (890,00) metros, sobe pelo Córrego do Jeremias, até encontrar o marco 3, numa radial de duzentos e setenta e seis (276,00) metros, daí finalmente à esquerda no rumo de N. 53° 32' E., numa distância de seiscentos e cinquenta (650,00) metros, confrontando com Atílio Cucolo e com a estrada que demanda Mirassol, até o ponto inicial O – PROPRIETÁRIO: – INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DE SÃO PAULO, com sede em São Paulo, entidade autárquica, REGISTRO ANTERIOR: – transcrição sob nº 6.646, de 07 de abril 1958, deste cartório. O referido é verdade e dou fé. (MIRASSOL, 1998)

Atualmente, a área total da fazenda-escola permanece a mesma de 1998 com 169.400 m<sup>2</sup>. (Figura 1)



**Figura 1** – Vista aérea da Etec Professor Matheus Leite de Abreu, em 2017.

**Fonte:** Arquivo da Diretoria de Serviços da Etec Professor Matheus Leite de Abreu, em 2019.

## 2. A ESCOLA RUMO AO PROGRESSO

### 2.1. A Escola de Iniciação Agrícola de Mirassol

A Etec Professor Matheus Leite de Abreu, recebeu a sua primeira denominação como Escola de Iniciação Agrícola de Mirassol, criada por meio do Decreto nº 7.887, de 26 de abril de 1.963. Em 04 de novembro de 1964, recebeu seu primeiro diretor empossado, Antônio Ferdinando Francisco Possebon<sup>4</sup>, juntamente com dois professores, Wilma Camargo Morselli<sup>5</sup> e Nilton Morselli<sup>6</sup>, e treze funcionários, que trabalharam somente na parte administrativa, pois de acordo com as instalações realizadas nesse ano, não havia ainda a sala de aula que viria a ser construída no ano seguinte (Quadro 1).

Na entrevista de história oral realizada em 17 de abril de 2014, com o Diretor Antônio Ferdinando Francisco Possebon, este relatou a sua luta pela implantação da escola, o sistema de internato, a qualidade do ensino, os projetos agrícolas e a melhoria dos espaços físicos durante os 22 anos e seis meses de trabalho. Segundo Possebon (2014),

[...] o Ensino Agrícola de São Paulo se deu por meio do trabalho do professor Fued Bouéri<sup>7</sup> que se dedicou muito às escolas agrícolas, que foi pra quem não sabe um projeto do interventor em São Paulo, Fernando Costa<sup>8</sup>, que tinha como ideal uma escola de iniciação agrícola em todas as cidades, mas Mirassol e Monte Aprazível foram premiados aqui nessa região, mais tarde veio Votuporanga e assim sucessivamente. (POSSEBON, 2014)

**Quadro 1 – Relação das obras existentes na Escola Agrícola de Mirassol.**

| 1964                                             |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                     |
|--------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| I - Pavilhão de internato com 503 m <sup>2</sup> | a) Dormitório = 193 m <sup>2</sup><br>b) Refeitório = 56 m <sup>2</sup><br>c) Cozinha = 30 m <sup>2</sup><br>d) Despensa = 12 m <sup>2</sup><br>e) Sala dos professores = 13,50 m <sup>2</sup><br>f) Enfermaria = 15,50 m <sup>2</sup><br>g) Secretaria = 18 m <sup>2</sup><br>h) Diretoria = 12 m <sup>2</sup><br>i) Almoxarife = 21 m <sup>2</sup><br>j) Banheiro, instalação sanitária para alunos = 25 m <sup>2</sup><br>l) Inst. Sanitária (3) - funcionários e professores = 3 m <sup>2</sup> |
| II - Casa do zelador = 64 m <sup>2</sup>         |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                     |

4 Primeiro diretor da Escola Técnica Estadual Professor Matheus Leite de Abreu de 1964 a 1986.

5 Primeira professora da área comum de 1965 a 1976.

6 Primeiro professor da área técnica de 1965 a 1977.

7 Diretor do Ensino Agrícola no segundo mandato do governador Adhemar Pereira de Barros de 1963-1966.

8 Interventor Federal do Estado de São Paulo, de 04 de junho de 1941 a 27 de outubro de 1945.

|                                                            |                                                                                                                                                                                |
|------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| III - Caixa d'água, concreto, capacidade de 50.000 litros. |                                                                                                                                                                                |
| IV - Instalações:                                          | a) Esgoto – sistema de fossa.<br>b) Água – suprida pela rede urbana da cidade.<br>c) Energia elétrica: rede primária junto a sede com transformador de 40 KVA instalado.       |
| V - Relação das instalações elétricas e de iluminação      | Item I<br>59 Pontos de luz internos:                                                                                                                                           |
|                                                            | Item II<br>36 interruptores                                                                                                                                                    |
|                                                            | Item III<br>Tomadas de corrente baixa – 110 volt. 25                                                                                                                           |
|                                                            | Item IV<br>Quadro de distribuição: no edifício principal com 2 chaves, sendo uma geral trifásica e uma bifásica para distribuição compensada aos diversos setores do edifício. |
|                                                            | Item V<br>Botões de campainha: na entrada principal com respectiva campainha, botão externo.                                                                                   |

**Fonte:** Livro ata com o histórico da escola do período de 1965 a 1983, no Arquivo Permanente da Etec Professor Matheus Leite de Abreu, em 2019.

Vale a pena ressaltar que o professor Fued Bouéri foi Diretor do Ensino Agrícola do Estado de São Paulo durante o Governo de Adhemar Pereira de Barros e seu trabalho muito colaborou para a concretização destas escolas no Estado de São Paulo. Possebon (2014) relata que só foi possível a implantação da escola através do trabalho de prefeitos que muitos colaboraram para a sua construção e crescimento,

[...] é bom dizer que essa escola, foi iniciada numa luta na época da administração municipal de Elias Thomé, mas quando por ocasião da lei que instituiu praticamente as escolas agrícolas, estava no fim do mandato do prefeito anterior Sr. José Maria de Campos Maia. Então Seu Elias acabou realmente assumindo e dando continuidade aos trabalhos. [...] e aqui veio o engenheiro Sr. Mario Eder para instalar a escola [...] a nomeação dos que iriam trabalhar na escola aconteceu em quatro de novembro de 1964 publicado no Diário Oficial. Nós tivemos que ir a São Paulo para poder assumir na Secretaria da Educação, aí depois tomar a posse e já ir trabalhando para a escola ser instalada [...] (POSSEBON, 2014)

A escola foi inaugurada em 11 de março de 1965 com a finalidade de ministrar aulas de Iniciação Agrícola para crianças na faixa média de sete anos, cursando o 1º e 2º grau primário, selecionados através de exame de admissão. No Arquivo Permanente da Diretoria de Serviços encontra-se o livro ata com o histórico da escola, do período de 1965 a 1983, com registro de que esta iniciou suas atividades com almoço comemorativo no dia primeiro de

abril de 1965, 20 dias após a sua inauguração, quando a Sala de Aula ficou pronta para recebimento da primeira turma do curso com 40 alunos selecionados para estudar no primeiro grau. Nesse ano, foi construído um Galpão externo (Figura 2) com duas Salas de Aula com 60 m<sup>2</sup> cada, um Abrigo para Veículos e Máquinas com 63 m<sup>2</sup>, uma Lavanderia e Depósito para lenha com 64 m<sup>2</sup> e uma Pocilga com 103 m<sup>2</sup>.



**Figura 2** – Prédio central, Galpão externo com as duas Salas de Aulas, Lavanderia e Casa do Zelador.

**Fonte:** Acervo do Centro de Memória Antônio Ferdinando Francisco Possebon, em 2019.

O sistema de internato, onde os alunos ficavam no dormitório com 193 m<sup>2</sup> era um benefício para os alunos, sendo determinante para os de menor poder aquisitivo, provenientes de diversas regiões do país, alguns desses alunos raras vezes retornavam para suas casas durante a realização do curso,

Depois da inauguração começou nossa luta, uma luta difícil por que sistema de internato não é fácil [...] os alunos eram todos menores, às vezes vinham somente com a roupa do corpo, os pais traziam do Acre, Paraná, Minas Gerais, mesmo aqui do Estado de São Paulo como Jales e Votuporanga, [...] No período noturno as atividades planejadas seguiam uma rotina, depois das aulas, os alunos tomavam banho, jantavam, assistiam a TV, estudavam e na hora determinada como silêncio iam dormir juntamente com o inspetor dos alunos num único alojamento. (POSSEBON, 2014)

De acordo com o Diretor Possebon (2014) a produção da escola era muito boa, fornecia a alimentação necessária para os alunos, com suinocultura e gado abastecendo o setor da carne e o leite, e, a agricultura com grande horta. Segundo esse diretor “tudo isso só foi possível pelo trabalho dedicado do Sr. José Lemos Lopes, que era o responsável pela horta, e do Sr. Nilton Morselli na parte dos animais”. No Arquivo Permanente da Diretoria de Serviços consta no livro ata com o histórico da escola, do período de 1965 a 1983, que em 1968 foi construído um Aviário com 24 m<sup>2</sup>.

A Escola de Iniciação Agrícola de Mirassol foi transformada em Colégio Técnico Agrícola de Mirassol, por meio do Decreto nº 51.094, de 16 de dezembro de 1968, publicado no Diário Oficial em 17 de dezembro de 1968, segundo plano elaborado pela Secretaria Estadual de Educação. (SÃO PAULO, 1968)

## 2.2 O Colégio Técnico Agrícola de Mirassol

O Decreto nº 51.094/1968, criado para a implantação do Colégio Técnico Agrícola de Mirassol, dispõe que o Colégio Agrícola é a única instituição capacitada a tornar-se a base física, técnica e pedagógica de expansão desse ramo de ensino não apenas pela manutenção do curso colegial, mas também pelo aproveitamento intensivo da multiplicidade dos cursos de todos os níveis, reclamados para a consolidação do progresso da agricultura. Segundo Silva e Marques (2001), no plano elaborado pela Secretaria Estadual de Educação,

Os Colégios Técnicos Agrícolas, de grau médio, foram criados em 1968, pelo Decreto 51.094, de 16/12, em dezoito municípios paulistas: Santa Rita do Passa Quatro, São Simão, Cabrália Paulista, Cândido Mota, Cerqueira César, Franca, Graça, Igarapava, Itu, Itapetininga, Jundiá, Miguelópolis, Mirassol, Monte Aprazível, Paranapanema, Quatã, Rancharia e Vera Cruz. (SILVA; MARQUES, 2017, p. 94).

No início de 1969, começou a supressão do Ensino Primário, não abrindo matrículas para 1ª série, e já instalando duas classes da 1ª série Ginásial de Ensino Pluricurricular. O curso era estruturado em dois níveis: 1º ciclo que correspondia ao Ginásial, e 2º ciclo para a formação do Técnico Agrícola, com duração de três anos. Possebon (2014), relata que mesmo sendo o diretor efetivo da escola de 1964 a 1986, foi afastado de suas funções de 1970 a 1975, por determinação do Diretor do Ensino Agrícola do Estado de São Paulo da época, Shiguo Mizoguchi. Tal mudança ocorreu pelo mesmo decreto da criação dos colégios, designando as funções do diretor de todas as escolas agrícolas do estado de São Paulo para profissionais da área agrícola, não podendo responder pelo expediente da escola, diretores com formação em pedagogia.

Durante os sete anos de funcionamento, o Colégio foi administrado por três Diretores: Antônio Ferdinando Francisco Possebon, Henrique José D. Junqueira<sup>9</sup> e João de Deus da Costa Gomes<sup>10</sup>. O Colégio era mantido com verba da Secretaria da Educação.

9 Diretor designado no período de 1970 a 1971.

10 Diretor designado no período de 1971 a 1975.



Henrique José D. Junqueira<sup>11</sup> (1970) afirma que,

[...] esta verba era suficiente apenas para as atividades da época, não permitindo uma ampliação mínima da escola que há muitos anos permanecia estacionada quanto ao seu desenvolvimento. O sistema de Cooperativa ajudava em sua manutenção, toda a produção era para o consumo dos próprios alunos, e a produção excedente era comercializada na cidade. (JUNQUEIRA, 1970)

A organização dos setores relacionados à parte prática do Colégio ficava sob a responsabilidade da Cooperativa dos alunos, e tinha como objetivo colaborar na manutenção dos diversos setores agrícolas da fazenda escola, sendo planejados no início de cada ano letivo. Este planejamento era chamado de “Sistema de Escola Fazenda” que funcionava através de dois setores: L.P.P. – Laboratório de Prática e Produção; e o PAO – Plano Agrícola Orientado, que ficavam encarregados de distribuir o material necessário para a manutenção dos diversos setores da escola. De acordo com Junqueira (1970),

O LPP funciona da seguinte maneira: - cada classe é dividida em várias turmas que vão trabalhar no setor LPP para aprender. Isto funciona como uma fazenda modelo, onde o aluno aprende a plantar, conhecer todas as variedades de plantas e animais, tem noção de adubação, de aração, de gradiação, defesa de solo, etc. Daí, então, o aluno passa para o setor PAO onde vai aplicar as teorias do L.P.P. No PAO há somente um grupo e somente este grupo é que trabalha numa determinada área. Por exemplo: o grupo que planta arroz, cuida exclusivamente deste local; o grupo que planta feijão, somente ele cuida desta área; e assim acontece com todas as outras plantações. Tudo o que é produzido no PAO, reflete em benefício próprio do grupo que trabalhou neste setor. No LPP, sempre há renovação dos grupos e seus componentes, e estes, depois de mudados passam por vários setores diferentes. Tudo que é produzido no LPP, é vendido para dar continuidade ao sistema, então a produção do LPP volta para a cooperativa de alunos, para que esta compre inseticida, adubo, sementes, etc. para o ano seguinte. No LPP, há uma ficha para cada aluno, onde é marcado o seu horário de trabalho que é computado para pagar justamente o que a escola fornece ao aluno. [...] Através da cooperativa que os alunos vendem aquilo que eles produziram, e o dinheiro arrecadado é dividido de acordo com o setor em que o grupo trabalhou. Portanto, o LPP e o PAO funcionam através desta cooperativa. Tudo isto dá um trabalho muito grande, pois é com o LPP, o PAO e a cooperativa que funciona a organização da parte prática. (JUNQUEIRA, 1970)

---

11 Junqueira deixou registrados os aspectos historiográficos da escola durante entrevista realizada em 29 de outubro de 1970, pelas alunas Célia, Beth, Regina, Ymara e Gina da Escola Anísio José Moreira, precioso documento encontrado no arquivo permanente da Etec. O diálogo com o professor transcorreu sobre a situação do Colégio na época, o processo de ensino aprendizagem, as bases curriculares, as instalações existentes, o sistema da escola fazenda, e, sua contribuição na construção do processo educacional, ético e social dos alunos.

O PAO (Plano Agrícola Orientado) já estava em funcionamento como modelo de cooperativa para o sistema agrícola do Estado de São Paulo, desde 1965, mas somente em 1970 foi implantado no Colégio Técnico Agrícola de Mirassol, reservado somente às aulas, com objetivo de estimular à preparação do aluno com a produção agrícola da Escola.

Possebon (2014) volta a responder pelo expediente da escola em 1975, com o apoio dos Prefeitos locais, Elias Thomé<sup>12</sup> e Leopoldo Gottardi<sup>13</sup>, como também da Secretaria do Ensino Agrícola do Estado de São Paulo, começa a serem construídos: o Almojarifado, as duas Salas de Aula (Figura 3), a Quadra de Esportes, o Campo de Futebol, que foram inaugurados em 1976.



**Figura 3** – Construção de duas Salas de Aula – Vice-Prefeito Elias Thomé, Nozor de Arruda Cardoso, o Diretor Antônio Ferdinando Francisco Possebon e o Professor Nilton Morselli, em 1975.

**Fonte:** Acervo do Centro de Memória Antônio Ferdinando Francisco Possebon, em 2019.

O funcionamento do Colégio permanece até o início de 1976 quando há uma reorganização da Secretaria da Educação extinguindo a Coordenadoria de Ensino Técnico, que comportava a Diretoria de Ensino Agrícola, subordinando as Escolas Agrícolas à Coordenadoria de Ensino do Interior. Assim o Colégio Técnico Agrícola de grau médio de Mirassol foi transformado em Escola Estadual Agrícola de Mirassol, por meio do Decreto Estadual nº 7.510 de 29 de janeiro de 1976. (SÃO PAULO, 1976)

## 2.3 A Escola Estadual de Segundo Grau Agrícola de Mirassol

A partir dessa nova estruturação, funciona em 1976 o curso Técnico em Agricultura. Este ano foi de grande importância para a estrutura física da escola, pois se inauguram

12 Prefeito Municipal de Mirassol – mandato de 01 de janeiro de 1964 a 31 de janeiro de 1969, 1997 a 1998. Vice-prefeito 1973 a 1977.

13 Prefeito Municipal de Mirassol – mandato de 01 de janeiro de 1960 a 31 de dezembro de 1963, 1973 a 1977.

as novas instalações: duas Salas de Aula (Figura 4) e o Aviário. Segundo Possebon (2014), “o inspetor da região juntamente com o engenheiro, faziam a inspeção para verificar as estruturas das escolas, [...] nós tivemos que derrubar todo o telhado que estava arcado do prédio onde funcionava o dormitório para evitar acidentes”.



**Figura 4** – Corte simbólico da fita inaugural, na presença do Sr. Diretor Antônio Ferdinando Francisco Possebon e Sr. Prefeito Leopoldo Gottardi com os alunos ao fundo, em 1976.

**Fonte:** Acervo do Centro de Memória Antônio Ferdinando Francisco Possebon, em 2019.

A Resolução SE de 27 de maio de 1977 autoriza o curso em Habilitação Profissional Plena de Técnico em Agropecuária, integrando as áreas do Ensino Comum e do Ensino Técnico, sendo elaborados pela Secretaria da Educação, e que permanece até 1998. (SILVA; MARQUES, 2017)

## 2.4 O Patrono

A escola funcionou com a denominação de Escola Estadual Agrícola de Mirassol até quando recebeu a patronímia, pela Lei nº 1.960 de 27 de abril de 1979, como Escola Técnica de Segundo Grau “Professor Matheus Leite de Abreu”,

Chegou o prof. Matheus Leite de Abreu a Mirassol em 6 de junho de 1931. Filho de Benedito Leite de Abreu e dona Maria Benedita Leite de Abreu e nascido em Pindamonhangaba, em 15 de novembro de 1907, vinha de sua terra natal para assumir o cargo de professor-fiscal, mantido pelo governo estadual junto à nossa velha Escola Normal Municipal, como chefe da cadeira de Educação. Em 1946, quando o Ensino Normal e o Ginásial passaram para o Estado, foi o primeiro diretor do antigo Colégio Estadual, depois Instituto de Educação Anísio José Moreira. Aposentado, em 1955, lecionou em colégios de São José do Rio Preto e Neves Paulista, depois de haver também aqui lecionado na

Escola Técnica de Comércio e Ginásio São Paulo. Quando, em 1969, o estabelecimento interrompeu suas atividades, e a Prefeitura encampou o curso comercial, ele assumiu a direção da casa, que tornou a denominação de colégio comercial, ao qual serviu até 1975. Foi, além de educador, operoso e competente, decidido incentivador das nossas instituições. Colaborador do “Correio de Mirassol”, durante 40 anos, em períodos alternados, participou da fundação do Rotary e do Lions Club, da Casa de Machado de Assis de Mirassol, do Centro Cultural Brasil- Estados Unidos e da APAE, da qual foi presidente, de 1965 a 1970. Exerceu também a presidência do Aero Clube Municipal. Veio a falecer nesta cidade, em 7 de maio de 1978, após uma vida de intensa atividade, em prol da sociedade Mirassolense. (CORREA, 1982, p.206)

Na década de 1980 aconteceu uma série de benfeitorias na escola, conforme relação das obras apresentadas no Quadro 2.

**Quadro 2** – Benfeitorias na Escola Técnica de Segundo Grau “Professor Matheus Leite de Abreu” na década de 1980.

| ANO  | BENFEITORIAS                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                       |
|------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 1980 | Construção de mais uma sala de aula, um dormitório. Reforma e pintura do refeitório, almoxarifado, banheiro, despensa da cozinha com banheiro conjugado para os cozinheiros.                                                                                                                                                                                                       |
| 1981 | Gabinete dentário e uma sala de enfermaria                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                         |
| 1982 | Poço artesiano                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                     |
| 1984 | Reforma do prédio central, troca de janelas dos quartos do prédio central, pintura em todas as dependências do prédio central, alojamentos, salas de aula e enfermaria.<br>Construção do aviário de corte e postura; galpão de mecânica e sala do misturador de ração.<br>Implantação da rede elétrica para o estábulo.<br>Reforma da pocilga, do depósito de adubo e do estábulo. |

**Fonte:** Livro ata com o histórico da escola do período de 1965 a 1983 no Arquivo Permanente da Etec Professor Matheus Leite de Abreu, em 2019.

A escola com a construção do Dormitório e da Sala de Aula deu um grande passo para oferecer infraestrutura de qualidade para os alunos, proporcionando um melhor ambiente de aprendizado e convivência, pois uma parte do Almoxarifado era utilizada como Sala de Aula, e os alunos ficavam alojados em um único Dormitório, chamado de “Quartão”, e conforme Scrivante (2019),

[...] a escola tinha um quarto só, era o quartão que a gente chamava, ficavam as três séries dentro desse quartão, e depois foi construído mais um prédio ao lado onde foi colocado uma das séries, no caso foi a primeira série e até hoje é a primeira série no mesmo lugar. Esse

quartão foi dividido em dois, onde foi colocado a segunda e terceira série [...] (SCRIVANTE, 2019)

Com relação a área agrícola, a escola funcionava com dois grandes projetos para as aulas práticas no campo: o de Zootecnia com o trabalho relacionado à animais de pequeno, médio e grande porte; e o da Agricultura com a Olericultura, Culturas Anuais e Culturas Perenes. O Aviário construído na década de 1970 foi destruído por um temporal, e para melhor atender esses projetos foram construídos, em 1984, um novo Aviário de Corte e Postura; Galpão de Mecânica e Sala do Misturador de Ração.

Scrivante (2019) nos fala que,

[...] nos anos 1980, nós tínhamos definidos o seguinte, nós tínhamos projetos agrícolas para as aulas práticas e era definido por exemplo em duas grandes áreas: animal e vegetal, então na área de zootecnia e na área de agricultura. Na área de zootecnia era trabalhado na primeira série os pequenos animais, na segunda série animais de porte médio e na terceira série animais de porte grande. No caso da parte de agricultura, ficava a parte de olerículas para a primeira série, a parte de culturas temporárias que seria o milho para a segunda série e a parte de culturas perenes para a terceira série e nós tínhamos alguns projetos vinculados a isso aí, então por exemplo pequenos animais nós tínhamos ave, poucas aves, mas nós tínhamos aves, no segundo ano que entramos aqui os aviários não eram onde estão hoje eles eram lá em baixo perto da mata e houve um temporal e o temporal arrasou tudo, acabou com tudo e nós precisamos construir aviários novos, inclusive o aviário novo que é ainda utilizado ele foi construído na escola, dentro da disciplina de construções e instalações como aula prática para os alunos inclusive até o madeiramento que foi utilizado foi o madeiramento da escola foi uma coisa assim mais diferenciada, na parte de animal de porte médio na época nós tínhamos suínos e tínhamos um pouco de carneiros, que depois precisou acabar com os carneiros e grande porte sempre foi a parte de bovinos, uma pequena quantidade [...] (SCRIVANTE, 2019)

A fazenda-escola contava também com os seguintes projetos agrícolas: Aviário, Banana, Citros, Curral, Mandioca, Mangueiras, Pasto, Pocilga e Seringueiras, sendo a Horta, o Café e o Milho culturas implantadas desde a inauguração da escola. De acordo com Scrivante (2019),

Na parte de agricultura, a horta, bastante razoável, chegamos a ter na época um hectare fechado só de horta, a parte de cultura permanente estava concentrada em café, na época era café porque nós éramos uma região cafeeira e a parte da cultura temporária em base de milho esses então eram os projetos originários da escola. (SCRIVANTE, 2019)

Paulo Antônio Sacchi (2019) relatou,

[...] o viveiro de mudas sempre foi um projeto de grande importância para a escola, pois eram produzidas mudas de seringueira, citros e várias hortaliças. (SACCHI, 2019)

O Gabinete Dentário e a Enfermaria foram incorporados, em 1981, às instalações da escola, segundo Scrivante (2019),

[...] antigamente as escolas agrícolas contavam com uma enfermaria para fazer um atendimento de pronto socorro aos alunos em atividades dentro da escola, e um gabinete dentário, para realizar tratamento dentário aos alunos internos, onde na escola, funcionava em duas estruturas onde trabalhavam a auxiliar de enfermagem Maria Eliene Jacomini Augusto e o dentista Emilio Brandimarte Neto. (SCRIVANTE, 2019)

Tanto as instalações agrícolas como os prédios da fazenda-escola foram registrados no desenho (Figura 5) realizado pelo aluno Marcellus Pimenta, do primeiro ano do curso Habilitação Profissional Plena de Técnico em Agropecuária, como também no esboço da fazenda-escola (Figura 6) encontrado no arquivo permanente:

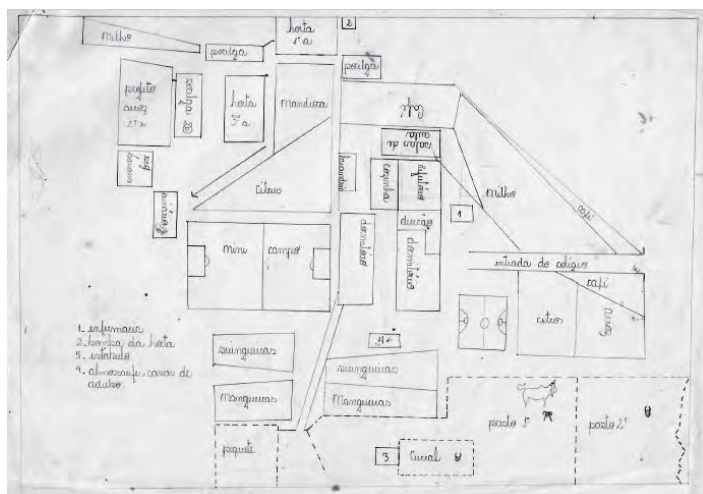


**Figura 5** – Desenho realizado pelo aluno Marcellus Pimenta em 1981.

**Fonte:** Acervo do Centro de Memória Antônio Ferdinando Francisco Possebon, em 2019.



**Figura 6** – Esboço com os prédios e as instalações agrícolas, na década de 1980.  
**Fonte:** Arquivo Permanente da Etec Professor Matheus Leite de Abreu, em 2019.

Nesse mesmo período funcionava numa área da escola, o estande do Tiro de Guerra, vinculado ao Ministério do Exército, o prédio que era utilizado por eles como depósito para alvos e material inerte. Atualmente funciona o Auditório da unidade, conforme relatou Scrivante (2019),

[...] o ministério do exército tinha seu estande aqui, então os atiradores, o tiro de guerra de Mirassol praticava a parte de tiro dentro da escola em um lugar que a gente denominava como estande de tiro, ele ficava na lateral, era utilizado para o treinamento com armas de fogo pelos atiradores e ali onde é o auditório era o depósito do estande do tiro de guerra, era um pavilhão aberto, tinha cinco vãos, dois vãos um de cada lado, um depósito de cada lado, onde se guardava arma, alvos, onde se guardava o material inerte e três partes abertas que era onde se movimentava, onde faziam a manutenção das armas para entrar no corredor de tiro, então aquilo ali era um prédio que era vinculado ao tiro de guerra de Mirassol [...] a cidade cresceu e o barranco onde se dava os tiros hoje é o muro da vila vicentina, que precisou ser desativado, por que se dava tiro de fuzil em direção a cidade, que já tinha chegado a cabeceira do estande então foi desativado o estande [...] então na verdade não era uma instalação física de um projeto da escola, ele era um prédio vinculado ao prédio do exército que depois [...] parou de utiliza-lo. Foi incorporado dentro da escola, para diversos usos, inclusive uso para a área do projeto e a estrutura física do galpão foi adequada para ser o auditório nosso. (SCRIVANTE, 2019)

## 2.5 A Escola Técnica Agrícola de Segundo Grau “Professor Matheus Leite de Abreu”

A partir de 22 de junho de 1985, conforme Resolução S.E 120/85, a Escola passou a ser denominada Escola Técnica Agrícola de 2º Grau – ETAESG Professor Matheus Leite de Abreu. No período de seu funcionamento de 1985 a 1991, as construções e as instalações permaneceram às mesmas. Em 1988, foi implantado o Sistema de Irrigação por Aspersão,



e, em 1990, foi realizado uma pintura geral do Prédio central, um reparo total na Zeladoria e com verba do FDE houve uma reforma do telhado do Prédio central, Salas de Aulas e rede elétrica, como também a construção de dois Alojamentos Femininos (Figura 7). Neste momento, havia uma demanda razoável de meninas de outras cidades na escola, e não havia a possibilidade de moradia estudantil. Então com construção desses alojamentos possibilitou uma infraestrutura adequada, a fim de viabilizar a permanência das meninas, na instituição. Segundo Scrivante (2019),

[...] foram construídos os alojamentos femininos [...] nós tínhamos na escola uma demanda razoável por meninas e não tinha como atender [...] foi pleiteado um alojamento feminino e foi autorizada na época a construção de dois apartamentos com capacidade para oito meninas em cada um deles, que hoje é o centro de memória. (SCRIVANTE, 2019)

Com relação aos projetos agrícolas, praticamente continuaram os mesmos de 1981, mas com ênfase no café por ser uma cultura forte na região, conforme relata Paulo Sacchi,

[...] nós tínhamos uma ênfase muito forte em café, então tivemos a cultura do café, todos os projetos que a região demandava nós implantávamos na escola com laboratório para estudo e renda para escola, o plantio de banana [...] tivemos também tangerina que é a parte dos citros, limão [...], a laranja que está sendo até hoje um projeto, [...] temos a manga como laboratório. (SACCHI, 2019)

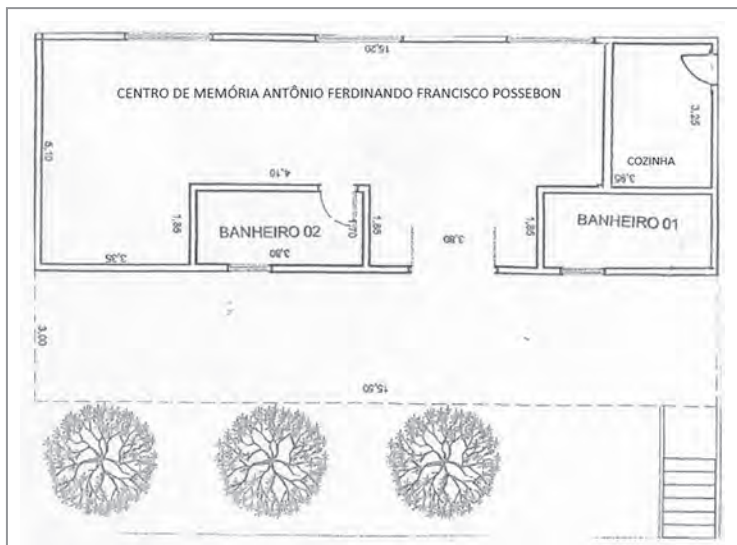


**Figura 7** – Planta baixa do antigo alojamento feminino atual Centro de Memória Antônio Ferdinando Francisco Possebon.

**Fonte:** Acervo do Centro de Memória Antônio Ferdinando Francisco Possebon, em 2019.

## 2.6 A Escola Técnica Estadual Professor Matheus Leite de Abreu

Por meio do Decreto nº 34.032 de 22 de outubro de 1991, publicado no Diário Oficial do Estado, de 22 de outubro de 1991, a Escola foi transferida da Secretaria da Educação para a Secretaria da Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico, e passa a ser denominada: Escola Técnica Estadual Professor Matheus Leite de Abreu. Em 1994, a unidade escolar foi transferida para o Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza, que pertence à Secretaria da Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico e Turismo. O Quadro 3 apresenta os cursos voltados para a Agropecuária que funcionaram no período de 1997 a 2019.

**Quadro 3** – Cursos de Agropecuária na Etec Professor Matheus Leite de Abreu, de 1997 a 2019.

| CURSO                                                                                                                                                                     | PERÍODO DE FUNCIONAMENTO |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------|
| Curso Técnico em Administração Rural                                                                                                                                      | 1997 a 1999              |
| Curso Médio Técnico em Agropecuária em Concomitância com a Alternância                                                                                                    | 1998 a 2008              |
| Ensino Médio Integrado à Habilitação Profissional Técnica de Nível Médio de Técnico em Produção Agropecuária, sob a Pedagogia da Alternância, com ênfase em Plasticultura | 2007 a 2009              |
| Habilitação Profissional Técnica de Nível Médio de Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio (Modalidade Alternância).                                            | 2009 a 2014              |
| Habilitação Profissional Técnica de Nível Médio de Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio                                                                      | 2009 a 2019              |

**Fonte:** Elaborado pela autora, em 2019.

Com a transferência para o Centro Paula Souza, houve um maior investimento na infraestrutura da unidade escolar, foi construído um novo prédio com as seguintes acomodações: três Salas de Aula, um Laboratório de Biologia e Química, um Laboratório de Informática, dois Banheiros: masculino e feminino; um Prédio com dois Alojamentos Masculinos, Academia e Depósito; como também a construção da Capela.

A ideia da construção da Capela partiu da comunidade escolar no ano 2000. Conforme relata Leônidas Márcio Teixeira (TEIXEIRA, 2019),

A história da capela Sagrado Coração de Jesus começou em 2000, quando um grupo de alunos arrumou a imagem de Nossa Senhora das Graças e pediram um espaço para fazer um grupo de oração na escola. Começaram a se reunir onde hoje é a sala dos professores. Desse grupo nasceu à ideia de criar um local em que eles pudessem realizar as orações. Nesse período o pai do aluno Marcio, conseguiu marcar na cidade onde morava (Ibitiúva) um pequeno baile com o intuito de arrecadar fundos para criar um ambiente permanente para

a oração. Daí veio o primeiro dinheiro para começar a obra, diziam que “se aquilo fosse uma obra de Deus por si só ela se edificaria”, pois a escola não tinha condições e nem poderia colocar algum dinheiro na sua construção. A verba tinha que ser toda com iniciativa da própria comunidade escolar, que na época o público em sua grande maioria era 95% católico, provenientes do meio rural, que gostavam de rodeio e devotos de Nossa Senhora Aparecida. Todo o dinheiro foi arrecadado por meio da iniciativa da comunidade escolar, grande parte dos bancos, portas e janelas foram doadas pelo empresário José Salgueiro, proprietário da empresa Graneleiro, outros pais se cotizaram para pagamento do restante dos bancos, e aqueles alunos que estavam à frente do movimento levaram listas aos seus familiares para contribuir na construção da capela, e as pessoas religiosas de bom coração foram doando dois reais, cinco reais. No final da obra, ficou faltando somente à pintura que estava orçada em R\$ 500,00 reais, o senhor José Gregolim dono do bar Colonial, ficou sabendo do grupo de oração e da intenção de construir a capela, contribuiu com o valor total para a pintura. Quatro imagens compõe o acervo da capela: a do Sagrado Coração de Jesus que foi doada por um fiel da Igreja Matriz de Mirassol (paróquia de São Pedro), a de Nossa Senhora Aparecida que foi doada pelo aluno Alexandro da cidade de Monte Alto (imagem que acompanhava a companhia de rodeio), a de São José e Santo Antônio foram doadas pela Dona Elvira Cabral de Medeiros empresária da cidade. O Bispo Diocesano de São José do Rio Preto da época, Dom Orani Tempesta veio para fazer a Sagração da Capela. Disse que essa capela seria um território santo e que poderia ser usada por qualquer religião para honrar e glorificar o nome de Jesus Cristo o filho de Deus. A sagração ocorreu em 13 de junho de 2001 dia de Santo Antônio. (TEIXEIRA, 2019)

De acordo com Scrivante (2019), com a implantação do curso Habilitação Profissional Técnica de Nível Médio de Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio, em 2009, houve a necessidade da construção dos novos alojamentos masculinos para melhor acomodar os alunos do curso Habilitação Profissional Técnica de Nível Médio de Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio (Modalidade Alternância).

Segundo Scrivante (2019),

[...] no final da minha última gestão que começou a se movimentar uma reforma mais volumosa que se concretizou na gestão logo a seguir, foi construído os novos alojamentos, os novos pavilhões de aula e foi na época um investimento bastante grande do Centro Paula Souza em praticamente todas as escolas agrícolas, nós tivemos uma mudança de configuração do desenho físico da escola, combinado com praticamente como está hoje, [...] daí pra cá tivemos pequenas reformas sem grandes transformações estruturais [...] (SCRIVANTE, 2019)

As instalações e projetos rurais desse período foram se modificando de acordo com as necessidades da escola e a demanda das culturas da região. Por esses motivos, alguns projetos não conseguiram permanecer e acabaram sendo eliminados na fazenda-escola, como o Escargot, e a sexagem de Tilápias. A represa construída com o objetivo de criar peixes, na década de 1990, foi escoada, em 2007, por decisão do Ministério Público,

em virtude da invasão da população na área, que causou sérios problemas na comunidade escolar. Segundo Sacchi (2019),

[...] houve a implantação de um projeto, professor Osmar Scrivante como diretor conseguiu a implantação da piscicultura aqui na escola, onde eu participei como topógrafo, no levantamento da represa, tudo isso com os alunos, foram implantados seis tanques de 12 X 6 metros com o projeto de inversão sexual em tilápias, onde fiz um laboratório com alevinos e tilápias de engorda, o projeto teve problemas de invasão da cidade e depois foi extinto, infelizmente [...] (SACCHI, 2019)

No ano de 2007, a escola ganha novas instalações de Estufas e a aprovação do projeto de Implantação da Bovinocultura de Leite para aperfeiçoamento da formação do Técnico em Agropecuária, por meio do Programa Parceiros VITAE de Apoio ao Ensino Técnico e Agrotécnico.

A construção das Estufas por meio de verbas do Centro Paula Souza, se deu visto que o curso Ensino Médio Integrado à Habilitação Profissional Técnica de Nível Médio de Técnico em Produção Agropecuária, sob a Pedagogia da Alternância, passa a ter ênfase em Plasticultura, e por isso à escola implanta as estufas para atender à exigência do referido curso. De acordo com Sacchi (2019),

[...] A partir da implantação da alternância que tinha uma característica de ênfase em plasticultura, no qual participei como coordenador e gestor na questão dos plantios, junto com os outros professores, com a implantação do tomate orgânico e outras hortaliças orgânicas [...] a escola começou a aparecer na mídia, veio o diário da região fazer uma entrevista, a Globo, o Globo rural, então a escola a partir desses momentos começou a aparecer [...] A plasticultura dava ênfase em toda a atividade do plástico, estufa, canteiros cobertos, uso do plástico em toda atividade agrícola, então foi envolvida todas as disciplinas, desde o 1º até o 3º ano. No começo era um sistema convencional e a gente foi mudando para um sistema orgânico, participava alunos da alternância que trabalhavam em usinas e conseguiam para a gente materiais orgânicos, foi um projeto que valeu a pena. Houve problemas climáticos de destruição das estufas pelo vento, apesar de todos os esforços que fizemos, foram chuvas muito fortes, pedra, que acabou destruindo a estufa e a escola não teve como recuperar, isso depois de um bom tempo de trabalho e desenvolvimento da escola. (SACCHI, 2019)

Com o tempo, as Estufas foram destruídas por problemas climáticos, atualmente foi montada uma pequena Estufa onde estão sendo produzidas mudas orgânicas de Hortaliças, Legumes e Verduras para a comercialização no CEASA, feira semanal na cidade e a feira do produtor rural no Mercado Municipal de Mirassol. Sacchi nos relata que,

[...] atualmente o viveiro está renovado e localizado numa pequena estufa onde a gente está dando ênfase na produção de mudas de

hortaliças, legumes, verduras, por que a escola está se expandindo na área e nós estamos com uma produção muito alta de legumes e verduras que está sendo fornecidas para o CEASA, nós temos nossa feira na cidade, a feira do SENAR do produtor rural e a feira semanal na praça que é muito procurada, devido aos nossos produtos de qualidade ser a maioria orgânica, então há uma ênfase maior nesse viveiro novo que acabamos de reconstruir. (SACCHI, 2019)

A escola foi contemplada com o projeto: Implantação da Bovinocultura de Leite para aperfeiçoamento da formação do Técnico em Agropecuária, por meio do Programa Parceiros Vitae de Apoio ao Ensino Técnico e Agrotécnico. A Fundação Vitae<sup>14</sup> foi uma associação civil sem fins lucrativos, que apoiava projetos nas áreas de Cultura, Educação e Promoção Social. O programa realizou uma trajetória expressiva de reconhecimento público na área de preservação do patrimônio cultural. Sacchi (2019) descreve que,

O projeto VITAE quando lançado, escrevi o pré-projeto e ele foi aprovado. Esse projeto foi implantado com a pastagem rotativa, irrigação, o kit de ordenha, bretes de contenção, material de inseminação, botão de inseminação, as vacas que eram na época muito caras, enfim todo um projeto que vem se desenvolvendo até hoje, a produção de leite da escola a partir daí foi muito grande e vem se desenvolvendo muito bem [...] (SACCHI, 2019)

Em 2006, foi realizado o levantamento planímetro da área da fazenda-escola (Figura 8) e a escola contava com os seguintes projetos agrícolas: Banana, Café, Cana, Espaldário, Estufas, Goiaba, Horta, Laranja, Limão, Milho, Napie, Pasto, Piscicultura, Seringueira, Viveiro de Mudas.

De acordo com relato descrito por Teixeira (Quadro 4), em 2009, a escola estava com o Setor Agropecuário em alta, desempenhando um papel importante no aprendizado do aluno e melhoria da produtividade dos projetos na unidade. Período que se inicia o curso presente até os dias atuais: Habilitação Profissional Técnica de Nível Médio de Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio.

---

14 VITAE – Apoio à Cultura Educação e Promoção Social – <http://www.forumpermanente.org/rede/vitae> Acesso em 03 de ago de 2019



**Figura 8** – Projetos agrícolas no ano de 2006.

**Fonte:** Arquivo permanente da Etec Professor Matheus Leite de Abreu, em 2019.

**Quadro 4** – Projetos da fazenda-escola, em 2009.

| NÚMERO DE PROJETOS PRODUTIVOS DESENVOLVIDOS EM 2009 |                                  |
|-----------------------------------------------------|----------------------------------|
| RELAÇÃO DOS SETORES AGROPECUÁRIOS PRODUTIVOS        | ÁREA UTILIZADA (m <sup>2</sup> ) |
| Acerola                                             | 100                              |
| Agroindústria                                       | 43.40                            |
| Avicultura de Corte:                                | 32                               |
| Avicultura de Postura                               | 24                               |
| Avicultura Semi Confinada:                          | 150                              |
| Banana                                              | 960                              |
| Bovinocultura Corte                                 | 131.100                          |
| Bovinocultura de Leite                              | 18.000                           |
| Café                                                | 1.200                            |
| Cana de Açúcar                                      | 9.500                            |
| Carambola                                           | 200                              |
| Cunicultura                                         | 24                               |
| Espaldário                                          | 100                              |
| Estufas                                             | 1.600                            |
| Goiaba                                              | 1.100                            |
| Laranja                                             | 5.200                            |

|                             |        |
|-----------------------------|--------|
| Lichia                      | 200    |
| Lichia                      | 2.000  |
| Limão                       | 2.000  |
| Mandioca                    | 500    |
| Manga                       | 700    |
| Milho                       | 20.000 |
| Napier                      | 17.500 |
| Olericultura a Campo Aberto | 5.000  |
| Seringueira                 | 17.500 |
| Sorgo                       | 15.000 |
| Suinocultura                | 210    |
| Tangerina Ponkan            | 900    |
| Vermicultura                | 30     |

**Fonte:** Arquivo Permanente da Etec Professor Matheus Leite de Abreu, em 2019.

Scrivante (2019) relatou que,

[...] atualmente a comunidade escolar entende que os projetos são os laboratórios da escola, porque se é em uma escola técnica em agropecuária, os seus laboratórios serão em agropecuária. Quanto melhores forem os seus projetos, melhores serão seus laboratórios, e em cima desse pensamento foi decidida uma ação fazendo com que haja cada vez mais um desenvolvimento, chegando ao o que nós temos hoje, 100% de ocupação da fazenda-escola. A escola está hoje 100% ocupada, nós não temos área ociosa, tanto que quando um professor faz alguma proposta de projeto novo a primeira coisa que a gente vai analisar é a viabilização da escola, se tem local suficiente e adequado para aquele projeto. (SCRIVANTE, 2019)

Enquanto, Itamar Garcia Martins (2019) declarou que,

[...] a escola atualmente tem algumas peculiaridades, e essas peculiaridades são em decorrência do meio social que ela ocupa, as necessidades de evolução da educação, viabilizando competências e habilidades para as pessoas que procuram na escola um desenvolvimento acadêmico no universo do trabalho. O nosso aluno escolhe participar de uma atividade prática junto com as bases tecnológicas e científicas que ele consegue ter mais afinidade com aquilo que ele faz, naquilo que ele põe a mão por que ele viu isso lá na família dele, por exemplo, na bovinocultura, o aluno tem uma pequena propriedade rural e gosta do leite, gosta da criação do boi, do corte, tem alunos que vem de famílias que tem propriedades rurais voltadas para o plantio de hortaliças então ele escolhe participar da horta e desse seguimento, mas o interessante é que ele acaba participando de outros



projetos e participa inclusive da colocação ao mercado desses projetos, da feira, ele participa da venda dos produtos no CEASA então houve um entusiasmo acadêmico de pessoas pegando o universo científico da sala de aula colocando na prática o porquê do saber, acho que a escola nova propõe isso, observo no rosto do aluno professorar o entusiasmo, quando ele vê que faz parte de tudo aquilo que está sendo feito, ele entende o conceito da escola, ele entende o conceito da memória da escola, ele tem aquele sentimento, que nós educadores procuramos nos alunos, pertencimento, ele pertenceu à história da nossa escola. (MARTINS, 2019)

Atualmente, a escola conta com as mesmas instalações arquitetônicas da época da sua inauguração e das descritas durante toda a sua trajetória histórica (Figura 9).



**Figura 9** – Vista aérea da Escola, em 2017.

**Fonte:** Arquivo da Diretoria de Serviços da Etec Professor Matheus Leite de Abreu, em 2019.

### 3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A construção da história da instituição da qual fazemos parte é sempre uma forma de enaltecer aqueles que lutaram e fizeram dela, apesar de todas as dificuldades, uma instituição de ensino que honra seus alunos com o máximo de conhecimento que possa ser extraído. Fruto de anos de trabalho dos que por ali passaram e deixaram suas contribuições e dos que hoje buscam, sobre suas bases, sempre melhorar.

Em 1965, a escola funcionava com as seguintes instalações: uma modesta casa para moradia do Zelador Antônio Rodrigues, a Lavanderia e um Prédio com 384 m² com as dependências: Dormitório, Refeitório, Cozinha, Despensa, Sala dos Professores, Enfermaria, Secretaria, Diretoria, Almoxarifado, Banheiro para alunos e Banheiro para funcionários e professores.

Ao longo de sua trajetória, há uma série de ampliações e benfeitorias construídas em seu espaço escolar, onde atualmente funciona Anfiteatro, Arquivo Permanente, Biblioteca, Cantina, Capela Sagrado Coração de Jesus, Casa do Técnico Agrícola, Casa do Zelador, Cozinha Industrial, Culturas Anuais e Perenes, Diretoria Acadêmica, Diretoria de Serviços, Diretoria, dois Alojamentos masculinos e um feminino, quatro Estufas, duas Guaritas, duas Pocilgas, Horta convencional e orgânica, Garagem com ferramentaria, instalações de Cunicultura, Laboratório de Industrialização Agropecuária, Laboratório de Informática, Laboratório de Química e Biologia, Lavanderia, Pastos, Quadra coberta, cinco Aviários, quatro Banheiros para funcionários e professores, Refeitório, Sala da Cooperativa e gerência da escola, Sala da Orientadora Educacional, Sala de Coordenação Pedagógica, Sala de Coordenadores de Curso, Sala de Indústria, Sala de Ordenha, Sala de Vídeo, três Salas de Aula, três Salas para Depósito de Materiais e Insumos, Viveiro de Mudas, e o Centro de Memória Antônio Ferdinando Francisco Possebon.

A estrutura física atual é fruto do trabalho daqueles que não mediram esforços para que a escola estivesse com instalações adequadas para atender o perfil dos alunos que se identificam com o meio agrícola. Além de todo capital humano ali empregado, na forma de conhecimento de professores, diretores e funcionários, para a formação de alunos qualificados na área.

Dessa forma, este estudo favorece a divulgação para que a comunidade escolar identifique os espaços escolares e reconheça o trabalho dos que fizeram e que fazem parte dessa história.

#### 4. REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei Federal nº 9.613, de 20 de agosto de 1946.** Lei Orgânica do Ensino Agrícola. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decllei/1940-1949/decreto-lei-9613-20-agosto-1946-453681-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 08 ago. 2019.

CORREA, Ariovaldo. **Mirassol** – Estruturas & Gravuras. São Paulo: Editora Soma, 1982.

JUNQUEIRA, Henrique. **Entrevista nas dependências do Colégio Técnico Agrícola de Mirassol**, em 29 outubro de 1970. Acervo da Etec Professor Matheus Leite de Abreu.

MARTINS, Itamar Garcia. **Entrevista concedida à professora Sueli Mara Oliani Oliveira**, em 25 de abril de. 2019, no Centro de Memória Antônio Ferdinando Francisco Possebon da Etec Professor Matheus Leite de Abreu. Disponível em: <http://www.memorias.cpscetec.com.br/historiaoraldocVer.php?cma=93&vol=8>. Acesso em: 22 nov. 2021

MIRASSOL. **Decreto Municipal nº 11 de 25 de fevereiro de 1944.** Desapropriação judicial de terreno destinado ao serviço de água. Documento impresso no Acervo da Diretoria de Serviços da Etec Professor Matheus Leite de Abreu, em 2019.

MIRASSOL. **Decreto-Lei 372 de 26 de novembro de 1957**. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/sp/m/mirassol/lei-ordinaria/1957/38/372/lei-ordinaria-n-372-1957-autoriza-a-prefeitura-municipal-de-mirassol-a-alienar-o-instituto-de-previdencia-do-estado-de-sao-paulo-por-doacao-o-imovel-abaixo-descrito-conforme-especifica>. Acesso em 08 ago. 2019.

MIRASSOL. **Lei nº 379, de 25 de fevereiro de 1958**. Revoga lei municipal que autoriza doação para construção da Escola de Iniciação Agrícola. Documento impresso no Acervo da Diretoria de Serviços da Etec Professor Matheus Leite de Abreu, em 2019.

MIRASSOL. Serviço de Registro de Imóvel. Livro 2. **Registro de imóvel do Prédio próprio para a Escola de Iniciação Agrícola**. Matrícula 27.481, de 19 de maio de 1998. Acervo da Diretoria de Serviços da Etec Professor Matheus Leite de Abreu, em 2019.

POSSEBON, Antônio Ferdinando Francisco. **Entrevista concedida à professora Sueli Mara Olini Oliveira**, em 14 de abril de 2014, na residência do diretor, em Mirassol/SP. Disponível em: <http://www.memorias.cpscetec.com.br/historiaoraldocVer.php?cma=107&vol=8>. Acesso em: 22 nov. 2021.

SACCHI, Paulo Antônio. **Entrevista concedida à professora Sueli Mara Olini Oliveira**, em 18 de abril de 2019, no Centro de Memória Antônio Ferdinando Francisco Possebon da Etec Professor Matheus Leite de Abreu. Disponível em: <http://www.memorias.cpscetec.com.br/historiaoraldocVer.php?cma=92&vol=8>. Acesso em: 22 nov. 2021.

SÃO PAULO. **Decreto nº 7.887, de 26 de abril de 1.963**. Cria Escolas de Iniciação Agrícola nos Municípios de Eldorado Paulista, Franca, Guaimbé, Igarapava, Jaú, Miguelópolis, Mirassol, Pederneiras, Santa Rita Do Passa Quatro, São Simão e Vera Cruz. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1963/lei-7887-26.04.1963.html>. Acesso em 08 ago. 2019.

SÃO PAULO. **Decreto nº 51.094, de 16 de dezembro de 1968**. Dispõe sobre expansão do ensino agrícola. Disponível em: <http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1968/decreto-51094-16.12.1968.html>. Acesso em 20 jul. 2017.

SÃO PAULO. **Decreto nº 7.510, de janeiro de 1976**. Dispõe sobre a reorganização da Secretaria de Estado da Educação. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1976/decreto-7510-29.01.1976.html>. Acesso em 06 dez. 2021.

SÃO PAULO. **Resolução SE, de 27 maio de 1977**. Dispõe sobre a regularização das Habilitações de Técnico Agrícola e Técnico em Agropecuária. Diário Oficial do Estado de São Paulo., p 21, 28 de maio de 1977. Poder Executivo, Seção I.

SÃO PAULO. **Lei nº. 1.960, de 27 de abril de 1979**. Dá a denominação de «Prof. Matheus Leite de Abreu» à Escola Estadual de 2º Grau de Mirassol (Agrícola). Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1979/lei-1960-27.04.1979.html>. Acesso em 08 de ago. 2019.

SÃO PAULO. **Decreto nº 34.032, de 22 de outubro de 1991**. Dispõe sobre a transferência da Divisão de Supervisão e Apoio às Escolas Técnicas Estaduais da Secretaria da Educação para a Secretaria da Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico e dá providências correlatas. Disponível em: < <http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1991/decreto-34032-22.10.1991.html>>. Acesso em 20 jul. 2017.

SCRIVANTE JUNIOR, Osmar. **Entrevista concedida à professora Sueli Mara Olini Oliveira**, em 26 de abril de. 2019, no Centro de Memória Antônio Ferdinando Francisco Possebon da Etec Professor Matheus Leite de Abreu. Disponível em: <http://www.memorias.cpscetec.com.br/historiaoraldocVer.php?cma=94&vol=8>. Acesso em: 22 nov. 2021.

SILVA, Marta Leandro da; MARQUES, Waldemar. A trajetória política e histórico-normativa do ensino técnico da área de agropecuária no estado de São Paulo: a história política de transição por decretos (de 1882 a 2001). **Revista on line de Política e Gestão Educacional**, Araraquara, n. 16, 2017. DOI: 10.22633/rpge.V0i16.9362. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/rpge/article/view/9362>. Acesso em: 3 dez. 2021.

TEIXEIRA; Leônidas Márcio. **A História da Capela Sagrado Coração de Jesus**. Relato redigido e impresso em 4 de junho de 2019. Acervo do Centro de Memória Antônio Ferdinando Francisco Possebon da Etec Professor Matheus Leite de Abreu.

VITAE. **Apoio à Cultura Educação e Promoção Social**. Disponível em: <http://www.forumpermanente.org/rede/vitae>. Acesso em: 03 ago. 2019.

# **SETOR AVIÁRIO DA ESCOLA PROFISSIONAL AGRÍCOLA E INDUSTRIAL MISTA DE JACAREÍ (1930 A 1950): ARQUITETURA, CURRÍCULO E REPRESENTAÇÕES**

**Júlia Naomi Kanazawa**

Escola Técnica Estadual Cônego José Bento

## **1. INTRODUÇÃO**

As escolas no Brasil, a partir do século XIX, passaram a funcionar em lugares fisicamente circunscritos e com edificações e espaços que visavam atender as diversas necessidades pedagógicas, como salas de aulas, laboratórios, biblioteca, quadras de esportes, dentre outras. As escolas profissionais agrícolas, particularmente, foram instaladas em grandes áreas, com diversas construções e que demandaram exigências arquitetônicas específicas.

Pesquisas na área da história da educação tem enfatizado, a partir da cultura escolar, aspectos internos da escola por meio dos espaços e da arquitetura. Deste modo, o objetivo desta pesquisa consistiu em investigar o Setor Aviário da Escola Profissional Agrícola Industrial Mista Cônego José Bento durante as décadas de 1930 a 1950. Vestígios da sua construção, ainda presentes na Escola Técnica Estadual (Etec) Cônego José Bento, aliados a outras fontes como fotografias, relatórios de diretor, termos de visita, livro de conta corrente, planta baixa, fichas de patrimônio, depoimento e matérias do jornal "O Combate", permitiram estudar a arquitetura, as relações pedagógica e curricular e de poder, e as representações sociais que se estabeleceram a partir do local.

## **2. A ESCOLA PROFISSIONAL AGRÍCOLA E INDUSTRIAL DE JACAREÍ NAS DÉCADAS DE 1930 A 1950**

A Escola Profissional Agrícola e Industrial Mista, atual Etec Cônego José Bento, faz parte da rede de escolas técnicas administradas pelo Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza (CEETEPS). Foi criada em 5 de julho de 1935, pelo Decreto nº 7.319, com a denominação de Escola Profissional Agrícola Industrial Mixta. O início de suas atividades – administrativa e escolar – só ocorreram, respectivamente, em 25 de agosto de 1936 e 27 de setembro de 1937, devido à falta de instalações.

Foi a segunda das Escolas Profissionais Agrícolas Industriais Mistas a ser implantada no estado de São Paulo. Pelo Decreto nº 7.319/1935, a necessidade de localizar uma escola técnica profissional servida pela Estrada de Ferro Central do Brasil e o desenvolvimento da agricultura e da pecuária na região do Vale do Paraíba Paulista, justificaram a sua criação.

Em 19 de novembro de 1940, pelo Decreto nº 11.588, foi atribuída à Escola o nome Cônego José Bento. A Instituição, ao longo da sua trajetória, recebeu diversas denominações,

mas, desde 1940, sempre manteve o nome do patrono. Numa área de 35 alqueires, cedida pelo Bispado de Taubaté, que foi posteriormente desapropriada pelo governo do Estado de São Paulo, a Escola foi construída e funciona até hoje. Durante décadas a Escola ofereceu apenas o curso técnico relacionado ao Ensino Agrícola.

Nas fases da história da Instituição, desde a criação, na década de 1930 até a década de 1950, período delimitado no presente estudo, ela foi administrada pela Secretaria da Educação e Saúde Pública (1935-1955) e Secretaria da Agricultura (1956-1964) e ofertou modalidades distintas de ensino e atendeu diferentes públicos.

De 1937, quando teve início as atividades escolares, até 1947, atendeu somente o público masculino nos cursos de Iniciação Agrícola e independente de Mecânica Industrial, que teve o seu funcionamento suspenso, em 1943, em razão das novas diretrizes estabelecidas pela Lei Orgânica do Ensino Industrial, e os alunos matriculados foram transferidos para as séries correspondentes, em regime de internato, para a Escola Industrial Escolástica Rosa, em Santos. (LAURINDO, 1961, p. 279)

A Lei Orgânica, por meio do Decreto-Lei nº 9.613, de 20 de agosto de 1946, que organizou o Ensino Agrícola a nível federal e o governo do Estado de São Paulo, que aprovou a Consolidação das Leis e demais normas relativas ao ensino em 1947, por meio do Decreto nº 17.698, de 26 de novembro de 1947, possibilitou o ingresso feminino no curso de Iniciação Agrícola na Escola Profissional Agrícola e Industrial Mista Cônego José Bento, que ocorreu em 1948 até 1954.

Em todo o curso deveria ser considerada a natureza da personalidade feminina e o papel da mulher no lar, o que justificou a inclusão do ensino de Economia Rural Doméstica. Era importante para as meninas, futuras donas de casa, terem em seu currículo escolar uma disciplina que oferecesse os conhecimentos relacionados ao papel da mulher.

Na época em que a Escola esteve sob a responsabilidade da Secretaria da Educação e Saúde Pública, a Superintendência da Educação do Estado de São Paulo, criada em 1934, organizou o currículo do Ensino Agrícola. Os cursos das seções masculina e feminina compreendiam duas partes: uma propedêutica ou geral, com as seguintes disciplinas: Português; Aritmética, Álgebra e Geometria; Geografia Econômica e História do Brasil; Noções de Ciências Físicas e Naturais (para os alunos); Desenho Técnico; Higiene; Educação Física; Puericultura (para as alunas) e Economia Rural: noções de contabilidade, administração e legislação rural (para os alunos). (SUPERINTENDENCIA DO ENSINO PROFISSIONAL, 1939, p. 16-17)

A parte técnico-profissional abrangia as Seções Agrícola e Industrial; na parte agrícola, eram realizados estudos teóricos e práticos de Agricultura Geral; Agricultura Especializada; Noções de Zootecnia e Veterinária; Máquinas Agrárias; Noções de Agrimensura, Nivelamento, Irrigação e Drenagem e Química Agrícola para os alunos. Para as alunas eram ministradas as aulas de Criação; Laticínios; Horticultura e Jardinagem. (SUPERINTENDENCIA DO ENSINO PROFISSIONAL, 1939, p. 17)

Na Seção Industrial, para os alunos do curso primário, constava de habilitação para as atividades rurais em trabalhos de metal, madeira, tijolos, pedra, cimento, couro (sela e trançagem); Mecânica Agrícola (montagem, desmontagem e reparos de máquinas agrícolas); e Tecnologia das Indústrias Rurais. Às alunas desta Seção eram ministradas as aulas de Costura geral, Economia e Artes domésticas, com o aproveitamento de todos os produtos agrícolas. (SUPERINTENDENCIA DO ENSINO PROFISSIONAL, 1939, p. 18-19)

O Ensino Industrial não visava a especialização, mas aparelhar os alunos com as habilitações necessárias para o Conserto de Máquinas e Aparelhos Agrícolas, Confecção

de Instrumentos e Arreios destinados aos serviços da lavoura, além de conhecimentos técnicos para a construção de habitações higiênicas. (SUPERINTENDENCIA DO ENSINO PROFISSIONAL, 1939, p. 18)

O curso previa na sua estrutura, a criação, nas escolas, de uma fazenda, que seria o departamento experimental da escola. Nesta fazenda haveria um campo-escola e campos experimentais onde várias culturas seriam ensaiadas, proporcionando aos aprendizes o ensino racional e vivo de agronomia prática. Além das duas Seções estavam previstos laboratórios para estudos e pesquisas ligados à Agricultura e à Zootecnia e Veterinária e destinados aos alunos dos 2º, 3º e 4º anos. (SUPERINTENDENCIA DO ENSINO PROFISSIONAL, 1939, p. 18-19)

O programa a ser desenvolvido no campo-escola, para a seção masculina, visava a prática de todos os assuntos tratados teoricamente nas aulas da parte propedêutica, agrícola e de criação (SUPERINTENDENCIA DO ENSINO PROFISSIONAL, 1939, p. 29). Era subdividido em duas seções: a) Seção de Cultura: áreas cultivadas, seção de sementeiras, preparo de mudas, ripado, estufas e culturas em vasos; b) Seção de Criação de pequeno porte. Efetivamente na Escola Profissional Agrícola e Industrial de Jacareí, nos campos experimentais, cultivavam-se trigo e centeio; plantas hortícolas, forrageiras, medicinais, reflorestamento, pragas de lavoura, venenosas, ornamentais, cereais de inverno; e café, conforme registros efetuados no Relatório de 1938. (ESCOLA PROFISSIONAL AGRÍCOLA INDUSTRIAL MISTA DE JACAREÍ, 1938)

Toda produção dos campos experimentais era colhida, selecionada pelos alunos e pelos funcionários, e escoada para o mercado interno. O regime de internato, destinado somente para a seção masculina, garantiu a realização das práticas agrícolas nos campos experimentais, que abrangiam desde o cultivo até a colheita e armazenamento dos produtos. As atividades eram organizadas na véspera para os alunos executarem.

Na Escola, este regime esteve presente desde 1937, quando se iniciou as atividades escolares e só recentemente foi extinto. Da primeira turma de alunos, composto por 54 estudantes do sexo masculino, 24 foram admitidos no sistema de internato, segundo dados registrados no Relatório de 1937. (ESCOLA PROFISSIONAL AGRÍCOLA INDUSTRIAL MISTA DE JACAREÍ, 1937, p. 15)

O regulamento para o funcionamento do sistema campo escola estava previsto pela Superintendência e compreendia os trabalhos de agricultura e a criação de pequeno porte. Na Seção Agrícola, ocorreriam os trabalhos relativos ao preparo do solo, demarcações, irrigação e drenagem, semeadura, tratos de sementes, preparo de mudas. Um controle era exercido sobre os alunos da Escola Profissional, tanto no campo como cotidianamente, com base no princípio de que “criança ocupada é criança quieta”, conforme consta no Relatório de 1937 (ESCOLA PROFISSIONAL AGRÍCOLA INDUSTRIAL MISTA DE JACAREÍ, 1937, p. 16). A fiscalização das atividades era efetuada, semestralmente, por meio de uma ficha de serviço.

Em 1946, a Lei Orgânica (Decreto-Lei nº 9.613), de 20 de agosto de 1946, organizou o Ensino Agrícola a nível federal; e o governo do Estado de São Paulo, em 1947, por meio do Decreto nº 17.698, de 26 de novembro de 1947, aprovou a Consolidação das leis e demais normas relativas ao ensino. O referido Decreto norteou as finalidades e cursos e o currículo do Ensino Profissional Agrícola-Industrial, tanto da parte propedêutica como da técnica profissional e não trouxe alterações, mantendo em seus artigos o que a Superintendência da



Educação Profissional e Doméstica do Estado de São Paulo, em 1934, tinha estabelecido para as escolas agrícolas.

Para a turma feminina de Iniciação Agrícola a escola seguiu o currículo estabelecido na Lei Orgânica do Ensino Agrícola, cujo quadro curricular compreendia a parte propedêutica ou cultura geral e a técnica.

Em 1954, pela Lei nº 2.561, de 12 de janeiro de 1954, a escola de Jacareí, juntamente com a de Pinhal e São Manuel, foram transformadas em Escolas Agrotécnicas para atender às normas da Lei Orgânica Federal do Ensino Agrícola, porém continuaram vinculadas à Secretaria da Educação do Estado de São Paulo. Somente no ano de 1956 passaram a ser administradas pela Secretaria da Agricultura consolidando a rede estadual de Ensino Agrícola. Sob a administração da Secretaria da Agricultura, inicialmente, seguiu-se as prescrições que estavam previstas na legislação, mas já se gestava, nesse período, um sistema que predominaria nas décadas de 1960 e 1970 no ensino agrícola técnico e profissional paulista, a Escola-Fazenda<sup>1</sup>.

Notadamente, a questão do trabalho sempre esteve incorporada na concepção do ensino profissional no Brasil desde a sua origem, e no ensino técnico-profissional agrícola, igualmente. Oficialmente, no cotidiano das escolas agrícolas, o que se alterou na relação educação-trabalho, em decorrência das legislações, foi o enfoque.

### **3. SETOR AVIÁRIO DA ESCOLA PROFISSIONAL AGRÍCOLA E INDUSTRIAL MISTA DE JACAREÍ (DÉCADAS DE 1930 A 1950): ARQUITETURA, CURRÍCULO E REPRESENTAÇÕES**

A escola e seus edifícios possuem materialidade e historicidade, conforme afirmam Funari e Zarkin (2005, p. 136). Assim ocorreu com o setor aviário da Escola Profissional Agrícola e Industrial Mista de Jacareí. A sua arquitetura e grandeza podem ser dimensionadas pelas fotografias (Figuras 1, 2, 3 e 4) que foram anexadas no Relatório de 1937, elaborado por Mário França, primeiro diretor da Escola, para a Superintendência do Ensino Profissional e arquivada na Fundação Cultural José Maria de Abreu/Prefeitura Municipal de Jacareí.

---

<sup>1</sup> O Sistema Escola-Fazenda originou-se no país no Colégio Agrícola Estadual de Presidente Prudente, no ano de 1961, no estado de São Paulo, dirigido por Shigueo Mizouguchi. O modelo organizacional proposto se constituía dos seguintes componentes: a) Escola – Fazenda – Área de terra da Escola Agrícola destinada à produção de alimentos para autoabastecimento, no qual os alunos trabalhavam para aprenderem a produzir. b) Programa Agrícola Orientado – Programa constituído por um conjunto de projetos de inteira responsabilidade dos alunos, orientados pelos professores das disciplinas técnicas, e desenvolvidos em áreas destinadas para esse fim, onde o lucro era dividido pelos alunos. c) Salas de aula – Ambiente convencional das escolas onde são ministradas aulas de educação geral e de formação técnica. d) Cooperativa – Componente nuclear do sistema destinado ao fornecimento dos insumos de produção para os projetos da escola, dos alunos e comercialização dos produtos agropecuários, funcionando dentro dos princípios de cooperação e auxílio mútuo. (MACHADO, L. M. Ensino agrícola no Estado de São Paulo: introdução ao estudo da relação trabalho-educação. 1992. 223 p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual Paulista, Marília, 1992, p. 106-108)



**Figura 1** – Sede e Parque de Reprodutores.

**Fonte:** Fotografia anexada no Relatório, 1937. Acervo da Fundação Cultural José Maria de Abreu/Prefeitura Municipal de Jacaréí.



**Figura 2** – Parques dos Pintos.

**Fonte:** Fotografia anexada no Relatório, 1937. Acervo da Fundação Cultural José Maria de Abreu/Prefeitura Municipal de Jacaréí.



**Figura 3** – Vista parcial de diferentes Parques do Aviário.

**Fonte:** Fotografia anexada no Relatório, 1937. Acervo da Fundação Cultural José Maria de Abreu/Prefeitura Municipal de Jacaréí.



**Figura 4** – Vista parcial do Aviário.

**Fonte:** Fotografia anexada no Relatório, 1937. Acervo da Fundação Cultural José Maria de Abreu/Prefeitura Municipal de Jacaré.

No Relatório de 1938, também elaborado por Mário França, primeiro diretor da Escola, para a Superintendência do Ensino Profissional, encontra-se registrado que, durante o ano de 1938, foram construídos oito alojamentos de tijolos para galos, cinco casas de madeira para recria, um parque rústico para poedeiras com capacidade para 300 aves, além da instalação de um galinheiro de madeira. (ESCOLA PROFISSIONAL AGRÍCOLA INDUSTRIAL MISTA DE JACARÉ, 1938, p. 35). No inventário de bens de dezembro de 1938, anexado neste mesmo relatório, no Setor de Avicultura constavam os seguintes bens: 1 balança para 100kg, 1 chocadeira de 50 ovos, 1 chocadeira de 300 ovos, 4 chocadeiras de 200 ovos, 1 criadeira elétrica de quatro gavetas, 2 campânulas elétricas, 6 gaiolas para aves, 50 caixas pedigree, 6 ninhos galvanizados “Paulista, 6 mesas poleiro, 1 estante para ovos, 6 comedouros industriais, 1 ovoscópio, 1 balança para pintos, 2 balanças para ovos, 1 seringa para injeção, 1 classificador para ovos, 4 cestas de arame, 1 esguicho de borracha com dois bicos, 1 termômetro, 1 higrômetro, 5 termômetros para incubadeiras, 5 higrômetros para incubadeiras, 1 maçarico “Primus”, 4 comedouros de verduras, 52 comedouros diversos, 1 bomba “Smith”, 1 arquivo, 2 latões para leite, 1 latão para leite de 10 litros, 28 bebedouros de alumínio, 18 bebedouros de folha, 1 tesoura para cortar grama, 2 alfanges, 1 assentador para alfange.

De acordo com o Livro de Conta Corrente de 1940 a 1945, p. 1, o Setor Aviário da Escola Profissional Agrícola e Industrial Mista Cônego José Bento, era composto por 10 parques destinados para reprodutoras (um), para pintos (um), para poedeiras (três), para reprodutoras (três), para galos (um), e para recria. Pelas fichas de patrimônio, que constam no acervo do Centro de Memória Etec Cônego José Bento, foi possível quantificar e descrever os investimentos materiais e bens semoventes que foram destinados/adquiridos para este setor.

O Setor Aviário atendeu as necessidades curriculares dos cursos de Iniciação Agrícola e Mestria Agrícola, turma masculina e, também dos cursos de Monitoria Agrícola e Especialização Rural Agrícola. No currículo da turma feminina (1948-1954), embora não constasse a disciplina de Avicultura, pela fotografia da (Figura 5) se observa um grupo de

alunas, uniformizadas e acompanhadas pelo docente, no interior de um dos parques. A imagem pode indicar apenas um registro casual ou um momento de aprendizado oculto.



**Figura 5** – Fotografia das alunas no Aviário, 18/08/1948.  
**Fonte:** Acervo do Centro de Memória Etec Cônego José Bento, em 2019.

Na ocasião em que a Escola Profissional Agrícola e Industrial ofertou o curso de formação de Monitor Agrícola, no período de 1950 a 1954, destinado aos professores Normalistas, com duração de um ano, que era realizado em função da Especialização em Educação Rural para atender à proposta pedagógica do Ensino Típico Rural, além da pontuação no magistério, a Avicultura foi uma das matérias oferecidas. Nos dados coletados no Livro de Atas do Curso de Formação de Monitor Agrícola, 1950 a 1954 (ESCOLA PROFISSIONAL AGRÍCOLA INDUSTRIAL MISTA DE JACAREÍ, 1950-1954, folha 1) foi possível identificar a disciplina e o professor que ministrava a aulas (Quadro 1).

Durante a sua existência, o Aviário foi um setor que, juntamente com a sua produção, foi cenário e alvo de enaltecimentos como de indignações e reclamações por parte de autoridades, de professores e do jornal “O Combate”, um periódico que iniciou sua circulação em 26 de novembro de 1950, em Jacareí<sup>2</sup>.

Em seu termo de visita José Paula de Castro, Paulo e Lima e Corrêa e Virgílio Penha deixaram consignados a ótima impressão causada na ocasião da visita realizada no dia 8 de outubro de 1937 à Escola Profissional Mixta de Jacareí afirmando que,

As edificações existentes deixam antever a segura orientação que vae tomando a organização da escola, que alia a technica agrícola á technica didatica. São dignos dos melhores elogios os parques do aviário, cujas construções foram executadas obedecendo a mais moderna technica avícola. (ESCOLA PROFISSIONAL AGRÍCOLA INDUSTRIAL MISTA DE JACAREÍ, 1937, p. 11)

<sup>2</sup> Durante a sua existência e, em determinado período da história política de Jacareí, exerceu forte influência, por sua posição radicalmente manifesta a favor de uma ideologia partidária, que tinha em Adhemar de Barros a grande liderança. (LENCIONI, 2005, p. 162)

**Quadro 1** – Disciplinas ministradas no curso de Monitoria Agrícola e seus respectivos professores, em 1950.

| DISCIPLINAS        | PROFESSORES                  |
|--------------------|------------------------------|
| Olericultura       | Fernão Paes Leme Zamith      |
| Jardinagem         | Fernão Paes Leme Zamith      |
| Fruticultura       | Johel de Souza               |
| Indústrias rurais  | Antonio Martins de Castro    |
| Avicultura         | José Clóvis Passos Guimarães |
| Pequenos animais   | Daniel Ribeiro Zilli         |
| Higiene Rural      | João Victor Lamana           |
| Economia Doméstica | Irene Marques                |
| Máquinas Agrícolas | Hélio de Almeida Manfrinato  |

**Fonte:** ESCOLA PROFISSIONAL AGRÍCOLA INDUSTRIAL MISTA DE JACAREÍ, 1950 -1954, folha 1, verso.

A produção de ovos do setor, conforme indica o Relatório de 1937, foi de 4.296 unidades, sendo 1.691 vendidos e 2.605 foram postos para incubar (ESCOLA PROFISSIONAL AGRÍCOLA INDUSTRIAL MISTA DE JACAREÍ, 1937). Além das construções do Setor Aviário, a criação desta seção era significativa. No relatório de 1938, elaborado para a Superintendência do Ensino Profissional por Mário França, se encontram registrados o movimento de aquisição e criação de galinhas no ano: 30 galinhas “Leghorns”, adquiridas em 1937; 4 galinhas “Rhodes” adquiridas em 1937; 220 galinhas “Leghorns”, produzidas na escola em 1937; 4 galinhas “Rhodes”, produzidas na escola em 1937; 300 galinhas “Leghorns”, produzidas na escola em 1938; 16 galinhas “Rhodes”, produzidas na escola em 1938; 35 galinhas “Rhodes”, produzidas na escola em 1938; 36 galinhas “Catalãs”, produzidas na escola em 1938; 4 galos “Leghorns”, adquiridos em 1937; 12 galos “Leghorns”, produzidos na escola em 1937; 106 galos “Leghorns”, produzidos na escola em 1938; 30 galos “Rhodes”, produzidos na escola em 1938; 15 galos “Catalãs”, produzidos na escola em 1938; 1 galo “Rhode”, produzido na escola em 1938. (ESCOLA PROFISSIONAL AGRÍCOLA INDUSTRIAL MISTA DE JACAREÍ, 1938)

Em 1946, Horácio Augusto da Silveira, Superintendente do Ensino Profissional do Estado de São Paulo, em sua passagem pela Escola, relatou que percorreu todas as suas dependências, Oficinas e Campos de Cultura e, no Aviário, cujo setor de criação é uma das características. Encontrou-o totalmente reformado, repovoado com aves que apresentam excelente aspecto físico e em franca produção, e destacou a ordem e técnica de trabalho que predominavam no local. Segundo Horácio da Silveira, “em tudo há ordem e técnica de trabalho”, sendo visível a preocupação educacional que preside todas as atividades escolares [...]”. (Termo de Visita, 23 mai. 1946. In: LAURINDO, 1961, p. 286)

No dia 23 de agosto de 1953, o jornal “O Combate” publicou um balanço das atividades administrativas e físicas realizadas por Arnaldo Laurindo quando este esteve à frente da direção da Escola Profissional (08/11/1944 a 10/08/1946). O Aviário era uma das dependências que ele encontrou em total abandono, com parques tomados pelo mato, as diversas dependências com materiais empilhados e necessitando reparos, as telas soltas ou corroídas pela ferrugem, mas que conseguiu reorganizá-lo e povoá-lo.

Shigueo Mizoguchi<sup>3</sup>, em entrevista concedida à Lourdes Marcelino Machado (1992), afirmou que quando chegou a Jacareí para lecionar, em 1954, a situação do Aviário era desolador. Segundo Mizoguchi o,

[...] aviário era de grandes dimensões, tão rico que não se pagaria com financiamento do Banco do Brasil. O galinheiro, que comportava 500 galinhas, só tinha dez. A horta abandonada. Procurei o diretor e perguntei: – Como é possível ensinar assim? Ao que ele respondeu: – Não há verba.  
(MIZOGUCHI. In: MACHADO, 1992, p. 155)

Diante do estado caótico, se reuniu com os alunos e propôs uma organização em sistema cooperativista. Uma comissão se formou e entrou em contato com Secretaria de Agricultura, no Departamento de Assistência ao Cooperativismo, para solicitar esclarecimentos de como se poderia constituir, legalmente, uma cooperativa na escola.

Pouco tempo depois a cooperativa foi constituída e a primeira ação foi a solicitação, junto ao diretor, do empréstimo do Aviário que se encontrava em desuso, e a apresentação de um plano para desenvolvê-la, que contemplava a compra de aves e insumos, custo da produção e venda. No entanto, quando a cooperativa já estava funcionando, Mizoguchi foi designado por Jânio Quadros para instalar e dirigir uma escola em Presidente Prudente.

Novamente, o jornal “O Combate”, na sua edição de 13 de fevereiro de 1955, noticiou sobre o Aviário, agora em relação à produção dos ovos da seção, 600 dúzias, que foram atirados no rio Paraíba, exigindo uma sindicância do fato.

#### Sindicância na Escola Agrotécnica

Sobre as 600 dúzias de ovos que foram atiradas para os <<dourados>> do Rio Paraíba, soubemos que a Secretaria da Educação, para intermédio do Departamento competente vai tomar as devidas providências, vai saber por que deixaram apodrecer tantos ovos. Dra. Carolina, a nova secretária da Educação, sabe também que, o que não pode ser vendido pode ser doado aos pobres. O que não é certo é jogar-se fora o que custou caro para o Governo. Assim vai-se acabar também, cremos-nos com aqueles banquetes fora do tempo, já chega esses funcionários que GANHAM LIVRES: casa, comida, e roupa lavada, será que o Sr. Janio Quadros sabe disso, que muitos funcionários ganham livre? Tem tudo...até bicicletas?  
A sindicância precisa continuar firme sem arrefecimento.  
(JORNAL O COMBATE, 1955)

---

3 Shigueo Mizoguchi nasceu em Yokohama (Japão), em 1924 e se naturalizou brasileiro. Formou-se na Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiróz, USP e, em 1954, veio trabalhar na Escola Profissional Agrícola e Industrial Mista Cônego José Bento. Em seguida, foi nomeado diretor da Escola Fazenda de Presidente Prudente. Foi diretor geral do Ensino Agrícola no Estado de São Paulo e vice-diretor do Centro Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal para Formação Profissional – CENAFOR. Faleceu em 2003, com 79 anos. Fonte: <http://www.imigracaojaponesa.com.br/index.php/entrevistas/os-primeiros-engenheiros-nikkeis/>. Acesso em 16 out. 2018.



## 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Seção de Avicultura existe desde o início das atividades escolares, 1937, até hoje no estabelecimento de ensino, atualmente denominada Etec Cônego José Bento, e, durante a sua trajetória nas décadas de 1930 a 1950, representou um lugar de modernidade técnica e pedagógica na década de 1930, assim como um local de total abandono e sem uso, na década de 1950, conforme apontaram as fontes.

As construções, organização, aquisição de materiais e aves e produção, desta Seção, atenderam os currículos dos cursos de Iniciação Agrícola, Mestria Agrícola, Monitoria Agrícola e Especialização Rural Agrícola, e o ensino da matéria de Avicultura.

Como vestígio da cultura material de uma determinada época possui uma historicidade, foi um local onde se estabeleceram relações sociais e de poder, mudanças e permanências e se transmitiu saberes.

## 5. REFERÊNCIAS

ESCOLA PROFISSIONAL AGRÍCOLA INDUSTRIAL MISTA DE JACAREÍ. **Relatório elaborado por Mário França, 1937.** Acervo da Fundação José Maria de Abreu/Prefeitura Municipal de Jacareí.

ESCOLA PROFISSIONAL AGRÍCOLA INDUSTRIAL MISTA DE JACAREÍ. **Relatório elaborado por Mário França, 1938.** Acervo da Fundação José Maria de Abreu/Prefeitura Municipal de Jacareí.

ESCOLA PROFISSIONAL AGRÍCOLA INDUSTRIAL MISTA CÔNEGO JOSÉ BENTO. **Fotografia,** 18 ago. 1948. Acervo do Centro de Memória Etec Cônego José Bento, em 2019.

ESCOLA PROFISSIONAL AGRÍCOLA INDUSTRIAL MISTA CÔNEGO JOSÉ BENTO. **Livro de atas do Curso de Formação de Monitor Agrícola,** 1950 a 1954. Acervo do Centro de Memória Etec Cônego José Bento, em 2019.

ESCOLA PROFISSIONAL AGRÍCOLA INDUSTRIAL MISTA CÔNEGO JOSÉ BENTO. **Livro de Conta Corrente,** 1940 a 1945, p. 1. Acervo do Centro de Memória Etec Cônego José Bento, em 2019.

FUNARI, P. P.; ZARKIN, A. Cultura material escolar: o papel da arquitetura. **Revista Pro-Posições,** [S.l.], Campinas, SP, v. 16, n. 1, p. 135-144, jan./abr. 2005.

JORNAL O COMBATE. 23 ago. 1953. Acervo da Fundação José Maria de Abreu/Prefeitura Municipal de Jacareí.

JORNAL O COMBATE. **Sindicância na Escola Agrotécnica,** 13 fev. 1955. Acervo da Fundação José Maria de Abreu/Prefeitura Municipal de Jacareí.



LAURINDO, A.. **50 anos de ensino profissional Estado de São Paulo, 1911-1961**. SP: Editora Gráfica Irmãos Andrioli S/A, 1961, v. 1.

LENCIONI, B. S. **A história da imprensa em Jacareí**. São José dos Campos: Univap, 2005.

MACHADO, L. M. **Ensino agrícola no Estado de São Paulo**: introdução ao estudo da relação trabalho-educação. 1992. 223 p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual Paulista, Marília, 1992.

SUPERINTENDENCIA DO ENSINO PROFISSIONAL. **O ensino profissional primário e médio agrícola em São Paulo**. SP: Empresa Gráfica da Revista dos Tribunais, 1939.



# COOPERATIVA-ESCOLA DE ALUNOS: UM PERCURSO INACABADO

Eva Chow Belezia

Unidade de Ensino Médio e Técnico

## 1. INTRODUÇÃO

Este trabalho apresenta um breve histórico do Ensino Agrícola no Brasil e em São Paulo, destacando que o Ensino Agrícola regular no país surgiu em 1812 com a Imperial Escola Agrícola da Bahia na Comarca de Santo Amaro, na Bahia, com o objetivo de formar agrônomos. Esta iniciativa foi seguida por outras, como os Institutos de Agricultura em Sergipe, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e São Paulo (LAMONIER, 1984).

Em São Paulo, no ano de 1.836, foi criada a Estação Agronômica de Campinas, hoje Instituto Agronômica de Campinas, vinculado à Secretaria de Estado da Agricultura, e em 1895 a Estação Agrícola de Piracicaba, hoje a Escola Superior de Agricultura Luis de Queiróz, da Universidade de São Paulo.

O Ensino Agronômico foi regulamentado em 1910 pelo Decreto nº 8.319, de 20 de outubro de 1910, estabelecendo “ensino superior, médio, prático, aprendizado agrícola, ensino primário agrícola, escolas especiais de agricultura, escolas domésticas agrícolas, cursos ambulantes, cursos conexos com o ensino agrícola, consultas agrícolas e conferências agrícolas” (BRASIL, 1910).

A Lei Orgânica do Ensino Agrícola, por meio do Decreto Lei nº 9.613 de 20 de agosto de 1946 (BRASIL, 1946) determinou que as escolas teriam as funções de educação e profissionalização, inclusive com cursos de aperfeiçoamento e atualização para técnicos já formados, além de abranger o público feminino e as comunidades. O decreto contemplava, ainda, a formação pedagógica de professores e o magistério da economia rural doméstica.

As Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 20 de dezembro de 1961, Lei nº 4.024 (BRASIL, 1961) estruturaram o Ensino Agrícola em três graus: Primário, Médio e Superior. Até 1967 o Ensino Agrícola esteve sob o controle e coordenação do Ministério da Indústria e Comércio, passando a partir de então, para a responsabilidade do Ministério da Educação e Cultura – MEC, ficando a coordenação a cargo da Diretoria do Ensino Agrícola – DEA.

É nesse período que foi adotado o Sistema Escola-Fazenda, trazendo para a modalidade de ensino uma filosofia, estrutura e metodologia específicas, através do Convenio MEC/USAID para suporte do Ensino Agrícola. Segundo Peçanha (s/d), o Sistema Escola-Fazenda,

[...] tem como principal característica a conjugação do ensino com a produção. Todas as tarefas, desde a plantação até a comercialização, são feitas pelos próprios alunos que assim são preparados para, futuramente, administrar uma propriedade agrícola. O sistema é bastante flexível e rentável, participando os alunos do lucro resultante da venda dos produtos. (PEÇANHA, s/d)

O Sistema fundamenta-se em quatro pilares integrados e interligados: as Salas de Aula, os Laboratórios de Prática e Produção (LPP), o Programa Agrícola Orientado (PAO) e a Cooperativa Escolar Agrícola (COOP).

As Salas de Aula seriam locais para as aulas teóricas de Cultura Geral e Cultura Técnica, podendo ainda compor as Salas Ambiente.

As atividades práticas e demonstrativas seriam realizadas no LPP, constituindo-se nos Setores Produtivos, Oficinas e Laboratórios Agroindustriais. Ali aconteceria a produção direcionada à manutenção da residência dos alunos, sendo o excedente comercializado e revertido ao próprio sistema.

OPA seria o espaço para que os alunos, organizados em grupos, desenvolvessem Projetos Produtivos em todas as fases: desde o Planejamento até a Colheita, sob a supervisão dos professores.

A COOP teria a função de comercializar os produtos do PAO e os excedentes do LPP, sendo os resultados dos primeiros revertidos para os próprios alunos do grupo, após descontar as despesas de custeio e uso das instalações, equipamentos e terras. Vale observar que no Sistema Escola-Fazenda as produções contavam, quase que exclusivamente, com a mão-de-obra dos alunos.

Em 1971 a profissionalização passou a integrar o currículo, com a iniciação para o trabalho no 1º grau e a habilitação profissional no 2º, conforme art. 5º da Lei Federal Nº 5.692/71, “em consonância com as necessidades do mercado de trabalho local ou regional, à vista de levantamentos periodicamente renovados” (BRASIL, 1971).

Finalmente, em 1996, a Lei n.º 9.394/96 de 20 de dezembro de 1996 estabelece as novas Diretrizes e Bases da Educação Nacional e o Decreto n.º 2.208/97 regulamenta o Ensino Profissional em seus diversos níveis.

No estado de São Paulo, em sintonia com as legislações federais, em 1907 foi realizada a Reforma Carlos Botelho e criada a Diretoria de Agricultura, na Secretaria da Agricultura. Esta Diretoria absorveu o Ensino Agrícola e os campos experimentais do estado de São Paulo.

Nas décadas de 1910 a 1940 o segmento de Ensino Agrícola passou por inúmeras mudanças, entre elas a criação dos Patronatos Agrícolas, a transformação da Secretaria do Interior em Secretaria da Educação e Saúde Pública e a criação da Superintendência da Educação Profissional e Doméstica, por meio do Decreto nº 6.604/34 (SÃO PAULO, 1934) com o objetivo de padronizar os procedimentos administrativos e pedagógicos do ensino profissional, embora as escolas agrícolas permanecessem subordinadas à Secretaria da Agricultura.

O Secretário da Agricultura, Paulo Peçanha, expõe no “Inquérito sobre a instrução pública em São Paulo” (1926), o preconceito que cercava o Ensino Agrícola, declarando que,

[...] As escolas agrícolas, em nosso Estado, falharam de um modo lastimável, seja por preconceitos oriundos da escravidão, seja por ineficiência dos cursos que proporcionam. [...] A nossa população, essencialmente analfabeta nas camadas inferiores e essencialmente bacharelesca nas camadas superiores, repele este gênero de ensino, entendendo que a velha rotina dos práticos vale mais que a ciência de moços inexperientes. (AZEVEDO, citado por MACHADO, 1992, p. 48)

A dualidade de comando das escolas agrícolas entre Secretaria da Educação e Saúde Pública e a Secretaria da Agricultura permanece, tendo sido instaladas em 1935

pela Secretaria da Educação as escolas agrícolas de Espírito Santo do Pinhal e Jacareí, e de São Manuel em 1939.

Segundo Belezia (2006),

Em 1942 foi criada a Diretoria do Ensino Agrícola, vinculada à Secretaria da Agricultura, com a determinação de instalar 10 Escolas Práticas de Agricultura nos municípios de Bauru, Guaratinguetá, Itapetininga, Presidente Prudente, Pirassununga, Ribeirão Preto e São José do Rio Preto, organizados em três anos, com regime de internato, na metodologia do “aprender a fazer, fazendo” (Decreto-Lei nº 12.742/42). O Decreto estabelecia, ainda, que as Escolas deveriam buscar a autossuficiência por meio da produção de gêneros necessários à sua manutenção. (BELEZIA, 2006, p.24)

Em 1943, o Ensino Agrícola passa para a Secretaria da Educação para em seguida voltar à Secretaria da Agricultura em 1955, por Decreto nº 24.809/55 (SÃO PAULO, 1955), e desta para a Educação, em 1963, conforme Decreto nº 42.155/63. (SÃO PAULO, 1963)

Em 1976, com a implantação da Lei nº 5.692/71, as Escolas Técnicas passaram a ser denominadas Escolas de Segundo Grau ou de 1º e 2º Graus. A mudança não resultou apenas na denominação, mas também na própria identidade do Ensino Profissional e neste caso, do Ensino Agrícola, por ser esta uma modalidade com especificidades únicas, como o fato de ter como material pedagógico seres vivos (plantas e animais), além do desenvolvimento de seu plano de curso estar vinculado, muitas vezes, às variações climáticas e à sazonalidade das produções agrícolas.

Assim, um tratamento pedagógico, administrativo e financeiro igual ao proporcionado às demais escolas da Secretaria da Educação resultou em dificuldades para a continuidade do processo educacional realizado até então.

O documento “O Ensino Agrícola do Segundo Grau no Estado de São Paulo: Avaliação e Sugestões para a Melhoria de seu Desempenho”, elaborado pela Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (FESP), em 1986, afirma que: “faltam sementes na época do plantio porque a burocracia na aquisição de sementes é mais lenta que o fluir do calendário agrícola”. (FESP, 1986, p. 30-31). Tal afirmação extrapola a simples falta de sementes no momento certo, pois o aluno perde a oportunidade de acompanhar o ciclo da cultura, ciclo este que, dependendo da cultura, apenas se repetirá no ano seguinte.

Na intenção de proporcionar uma administração que levasse em consideração as especificidades do Ensino Agrícola, algumas ações foram colocadas pela Secretaria da Educação, como a criação do Grupo Especial de Trabalho do Ensino Profissionalizante – GETECP, em 1979, o Grupo Executivo do Ensino Agrícola – GEAGRI, em 1984, e, em 1985, a Divisão de Supervisão e Apoio às Escolas Técnicas Estaduais – DISAETE.

Em 1991, o Decreto nº 34.032/91 transfere as Escolas Técnicas Estaduais para a Secretaria da Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico, constituindo-se a Divisão Estadual de Ensino Tecnológico (DEET), com a incumbência de organizar e otimizar os indicadores das escolas técnicas, tendo sido constituídas equipes específicas para cada área: Equipes Industrial, de Serviços e Agrícola.

Para a equipe agrícola foi apresentado um desafio e uma tarefa: apresentar uma proposta que desse conta de minimizar os problemas estruturais do Ensino Agrícola. A

Cooperativa Escolar de alunos, encerrada nos anos 70 no estado de São Paulo, mas ainda vigentes nas Escolas Agrotécnicas Federais (EAF) com a denominação de Cooperativa-escola dos Alunos<sup>1</sup>, apresentou-se como uma alternativa viável na medida em que possibilitava dar sentido e identidade aos cursos técnicos da área e, ao mesmo tempo, poderia vir a constituir-se em um auxiliar na geração de recursos com a comercialização de excedentes de produção, como acontecera no passado e ainda acontecia nas EAF.

A Resolução SCTDE 4, de 17 de março de 1993, artigo 1º, constituiu o Grupo de Trabalho Multi-institucional para “desenvolver estudos visando a elaboração de projeto para implantação das Cooperativas Escolares de Produção e Serviços junto às Escolas Técnicas Agrícolas Estaduais de Segundo Grau, da Divisão Estadual de Ensino Tecnológico – DEET.” (SÃO PAULO, 1993b)

O Projeto Cooperativa-escola foi elaborado pelo Grupo de Trabalho constituído por profissionais do Instituto de Cooperativismo e Associativismo (ICA) da Secretaria da Agricultura, professores do Departamento de Sociologia e Economia Rural da Escola Superior de Agricultura Luís de Queiróz (ESALQ), além dos membros da Equipe Agrícola e professores das Escolas Agrícolas.

Ainda em 1993 foi incluída no currículo do curso Técnico em Agropecuária a disciplina Cooperativismo e Associativismo, com 72 horas-aula na 1ª série, com vistas a preparar a escola e os alunos para a implantação da Cooperativa-escola. Também em agosto de 1993 a Escola Agrícola de São Manuel sediou o “I Seminário de Cooperativismo”, com a participação dos professores da disciplina Cooperativismo e Associativismo, com a entrega de materiais didáticos e que resultou no Projeto Pedagógico da disciplina, elaborado pelos professores ali presentes.

De acordo com os registros da época, estiveram presentes 21 escolas, tendo formulado como Objetivo Geral da disciplina “Capacitar o aluno a participar de cooperativas” e como Objetivo Específico “Aplicar a prática cooperativa nos órgãos da Escola através dos alunos da disciplina”. No entanto, o projeto Cooperativa-escola elaborado não foi apresentado ao coordenador da DEET uma vez que, em 1993, as Escolas Técnicas foram transferidas para o Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza, pelo Decreto n.º 37.735/93. (SÃO PAULO, 1993a)

## **2. ENSINO TÉCNICO AGRÍCOLA E COOPERATIVA-ESCOLA: UM TECIDO IMPROVÁVEL, PORÉM REAL**

A pesquisa documental realizada considerando o período iniciado na transferência das Escolas Técnicas Estaduais para o Centro Paula Souza revela que as 34 Escolas Agrícolas foram transferidas, da Secretaria da Ciência, Tecnologia, Desenvolvimento Econômico (hoje Secretaria do Desenvolvimento Econômico) para o Centro Paula Souza juntamente com as demais escolas técnicas provocando impactos administrativos, gerenciais, de infraestrutura e financeiros.

---

1 As cooperativas escolares assumiram a identidade jurídica de Cooperativa-escola dos Alunos a partir de 1982 com a Resolução CNC 23/82.

Em março de 1994 a instituição realizou o “I Seminário sobre o Ensino Técnico Agrícola Paulista”, com a participação dos diretores e coordenadores de todas as Escolas Agrícolas, buscando dessa forma criar uma compreensão mútua entre os atores envolvidos. Foram definidos ali as diretrizes para o Ensino Técnico Agrícola (CEETEPS, 1994a):

- considerar, na formação do técnico em agropecuária, a estrutura agrária brasileira e a necessidade de direcionar as ações pedagógicas da Escola no sentido do desenvolvimento do pequeno e médio produtor rural;
- viabilizar a permanência dos alunos na Escola, considerando-se as características do ensino agropecuário e procurando garantir-lhes condições mínimas de conforto, segurança e privacidade, bem como organização e convivência social;
- organizar o ensino agrícola utilizando a Cooperativa-escola como recurso catalisador das ações pedagógicas, administrativas e produtivas da unidade” (CEETEPS, 1994a, p. 3)

Foi apresentado ao Coordenador do Ensino Técnico e, na sequência, à Superintendência do Centro Paula Souza o Projeto de Implantação de Cooperativas-Escola, que tinha em sua fundamentação a formação “integral do técnico e do cidadão e ainda como instrumento de agilização dos procedimentos administrativos ligados aos setores de produção da fazenda” (CEETEPS, 1994b, p. 5). A aprovação do projeto possibilitou a busca por parcerias para sua viabilização. Apresentado à VITAE – Apoio à Cultura, Educação e Promoção Social, instituição sem fins lucrativos, foi aprovado e estabelecida a parceria para a implantação das Cooperativas-Escola em seis escolas-piloto, para

[...] dimensionar um microuniverso onde possam ser observados e analisados todos os fatores condicionantes do Ensino Agrícola à luz dos parâmetros pedagógicos, sociais, econômicos e políticos, numa circunstância de relativa autonomia, onde os alunos estarão se responsabilizando pelo gerenciamento dos setores produtivos. A implantação deste projeto para o total de escolas agrícolas da rede estadual acontecerá nos 3 anos subsequentes, a partir da observação de experiências bem e/ou mal sucedidas e das necessárias adequações.que se apresentarem.” (CEETEPS, 1994b, p. 3-4)

Os critérios de seleção utilizados eram divididos em 2 categorias: critérios excludentes e seletivos. Entre os excludentes, o Projeto de Implantação citava que a escola não apresentasse em seu quadro curricular a disciplina Cooperativismo e Associativismo, que a gestão e/ou equipe escolar fosse recente e que não apresentasse infraestrutura necessária para o desenvolvimento de projetos.

Para ser selecionada, a Unidade deveria apresentar instituições como APM e Grêmios Estudantis atuantes, o que denotaria predisposição para uma gestão participativa; que a equipe escolar tivesse alta interação com a comunidade através de ações comunitárias, assistência técnica a produtores, entre outras; a inexistência de fatores dificultadores como problemas fundiários, e ainda, que após submetido a estudo econômico dos projetos já desenvolvidos na escola através de análise comparativa de três anos e de aplicação e reaplicação de projetos, apresentasse viabilidade econômica.



Foram selecionadas como pilotos da experiência as escolas técnicas: Prof. Urias Ferreira, de Jaú; Benedito Storani, de Jundiá; Padre José Nunes Dias, de Monte Aprazível; Prof. Dr. Antonio Eufrásio de Toledo, de Presidente Prudente; Maria Joaquina do Espírito Santo, de Santa Cruz do Rio Pardo; e Paulo Guerreiro Franco, de Vera Cruz.

Destaca-se, entre os objetivos gerais do projeto,

- Estimular na Escola um trabalho articulado entre alunos, professores e funcionários, onde os educadores devam ter clareza da situação da Escola como um todo, dos seus problemas, das causas destes problemas e do contexto no qual se manifestam. A unidade escolar precisa definir o ideal de ser humano a ser formado e, neste sentido, professores, funcionários e alunos devem trabalhar como uma equipe coesa na busca deste ideal.
- Co-responsabilizar os alunos pelos projetos agropecuários, desde sua elaboração até o suprimento da Escola e a comercialização dos excedentes de produção. (CEETEPS, 1994b, p. 5)

Entre os objetivos específicos, podem ser destacados,

- Educar os alunos dentro dos princípios do cooperativismo e servir de instrumento operacional dos processos de aprendizagem.
- Viabilizar as atividades produtivas essenciais ao processo de ensino e aprendizagem. (CEETEPS, 1994b, p. 6)

A implantação do projeto piloto nas seis escolas seguiu uma programação que destacava a mobilização das comunidades escolares por meio de capacitações, reuniões, consultorias e avaliações pela equipe de implantação e por instituição externa.

O projeto incluiu a contratação de um técnico em contabilidade para cada Cooperativa-escola implantada, a aquisição de equipamentos de informática e veículos para viabilizar a comercialização da produção. Vale observar que o quesito capacitações, que incluía cursos, viagens técnicas, palestras e seminários abrangia 44,58% dos valores conveniados, evidenciando a prioridade dada à formação cooperativa e de gestão, tanto pelo Centro Paula Souza como pela instituição parceira, Vitae.

O Projeto Cooperativa-escola foi oficialmente aprovado pelo Conselho Deliberativo do Centro Paula Souza em 14 de setembro de 1994, na Deliberação CEETPS-17.

A metodologia para a implantação das cooperativas-escola baseou-se naquela recomendada pelo Sistema Cooperativista Brasileira (OCB e OCESP)<sup>2</sup>: motivação/capacitação/organização/realização de assembleia de constituição/registro.

O primeiro Estatuto Social das Cooperativas-escola, em 1994, estabelecia que esta seria uma sociedade “formada por alunos, destinando aos professores, funcionários e gestores da escola o papel de orientadores e apoiadores no processo educacional” (BELEZIA, 2006).

---

2 OCB – Organização das Cooperativas Brasileiras. OCESP – Organização das Cooperativas do Estado de São Paulo.

Segundo os registros pesquisados nas Escolas e na Administração Central do Centro Paula Souza, os primeiros Conselhos de Administração e Fiscal das Cooperativas-escola eram, portanto, formadas exclusivamente por alunos. Entretanto, a exigência legal de sua maioria foi um obstáculo para que tal situação pudesse ter continuidade. A exclusão de alunos menores de idade interessados em participar também foi um fator de desestímulo.

Assim, em 1997 foi realizada a reforma estatutária, possibilitando aos professores e funcionários da escola se associarem e, conseqüentemente, candidatarem ao preenchimento de cargos nos Conselhos de Administração e Fiscal.

A partir de 1996, baseando-se na observação e análise dos resultados até então obtidos nas seis escolas pilotos do projeto, “à luz dos parâmetros pedagógicos, sociais, econômicos e políticos, numa circunstância de relativa autonomia, onde os alunos estarão se responsabilizando pelo gerenciamento dos setores produtivos” (CEETEPS, 1994b, p.3), iniciou-se a segunda fase de implantação das Cooperativas-escola, em mais doze unidades que se manifestaram.

Foram elas: Dr. Luís César Couto, em Quatá; Deputado Paulo Ornelas de Carvalho de Barros, em Garça; Dr. Carolino da Motta e Silva, em Espírito Santo do Pinhal; Professor Carmelino Correa Junior, em Franca; Prof. Edson Galvão, em Itapetininga; Prof. Luis Pires Barbosa, em Candido Mota; Engenheiro Herval Bellusci, em Adamantina; Professora Carmelina Barbosa, em Dracena; Augusto Tortolero Araújo, em Paraguaçu Paulista; João Jorge Geraissate, em Penápolis; Frei Arnaldo Maria de Itaporanga, em Votuporanga, e Professor Matheus Leite de Abreu, em Mirassol.

Nos anos subsequentes as demais Escolas Técnicas Estaduais (Etecs) Agrícolas foram integrando ao projeto, respeitando-se seu momento e disposição. Embora sem o apoio da Vitae, o Centro Paula Souza buscou apoiar as escolas na implantação, contando com o apoio do Instituto de Cooperativismo e Associativismo da Secretaria da Agricultura e da Organização das Cooperativas do Estado de São Paulo, OCESP.

### **3. ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO DA COOPERATIVA-ESCOLA COMO FERRAMENTA PEDAGÓGICA**

O funcionamento da Cooperativa-escola é, de acordo com o seu Estatuto Social, apoiado nos seguintes órgãos sociais:

- Assembleia Geral – formada pelo corpo de cooperados, é órgão social que define as políticas de atuação da cooperativa, vota e aprova o Estatuto Social e suas reformulações, e elege o Conselho de Administração e Conselho Fiscal, além de aprovar as contas da sociedade.
- Conselho Fiscal – com base na Lei Federal 5.764/71<sup>3</sup>, é formada por três conselheiros titulares e três suplentes, sendo responsáveis por

---

3 Lei nº 5.764/71 é a lei do cooperativismo brasileiro. Define a Política Nacional e Cooperativismo e institui o regime jurídico das sociedades cooperativas.

fiscalizar todas as atividades e operações econômicas da cooperativa, aprovando ou rejeitando as prestações de contas, balanços, balancetes e fundos da sociedade.

- Conselho de Administração- realiza a gestão da Cooperativa-escola em todas as suas fases.
- Comissão Técnica de Apoio e Execução – tem a finalidade de assessorar o Conselho de Administração, não sendo obrigatória a maioria dos cooperados para participar. Cada Cooperativa-escola tem autonomia para organizar sua Comissão de Apoio de acordo com as suas especificidades produtivas.
- Comitê Educativo – também previsto na Lei do Cooperativismo, é o elemento de representação dos cooperados junto aos Conselhos.

Para o funcionamento da Cooperativa-escola, é importante resgatar o descrito por Belezia e Rossi (1997) que afirmam que,

Os Projetos Agropecuários têm dupla função: como componentes do currículo escolar, instrumentalizam o aprendizado do aluno, nos diversos aspectos técnicos, propiciando o desenvolvimento de habilidades para a prática agropecuária, bem como para os aspectos administrativos e gerenciais, buscando eficiência e eficácia nos projetos. Paralelamente, têm a função de viabilizar a fazenda e a residência dos alunos, mantendo o refeitório e, com a venda dos excedentes de produção, os próprios projetos e setores técnico-produtivos. São funções que não podem ser desvinculadas. (BELEZIA; ROSSI, 1997)

Assim, as ações da Cooperativa-escola devem estar, necessariamente, alinhadas com o Plano Plurianual de Gestão – PPG, o Plano Escolar e os Planos de Curso relacionados.

Sendo a Cooperativa-escola parte de uma política pública e institucional, aprovada no Conselho Deliberativo, seu funcionamento implicou em responsabilidades que estiveram estabelecidas nos convênios para cessão de uso mútuo dos bens produtivos das escolas firmados entre o Centro Paula Souza e cada uma das Cooperativas.

De acordo com aqueles convênios e Belezia (1998), caberia à escola “definir e dirigir o processo educacional, implementando o Plano Escolar que estabelece prioridades e define estratégias, ações e papéis dos envolvidos no processo”.

O corpo docente (Coordenadores, Professores, Auxiliares de Instrução e Técnicos Agrícolas) seria responsável pelo processo de ensino e aprendizagem, tanto em aulas teóricas como práticas e nas práticas profissionais e estágios supervisionados. Caberia à Cooperativa-escola gerenciar os Setores Técnico-Produtivos quanto ao desenvolvimento dos projetos em andamento e uso de insumos, encaminhando a produção ao refeitório e os excedentes para comercialização. Tais atividades, desenvolvidas durante as aulas práticas ou durante os estágios supervisionados e estágios extracurriculares voluntários, proporcionariam aos alunos a prática administrativo-cooperativista uma vez que estariam ali embutidas as atividades de planejamento, controle, registro, comercialização e análise dos resultados dos projetos agropecuários.

A partir de 2017 estabeleceu-se a necessidade de regularizar e renormalizar as relações entre o Centro Paula Souza e as Cooperativas-escola, uma vez que inúmeros convênios não haviam sido renovados e legislações<sup>4</sup> relacionadas às relações entre o público e o privado deveriam ser atualizadas no tocante às Cooperativas-escola.

O Decreto Estadual nº 63.623, de 01 de agosto de 2018 vem a regulamentar “as relações jurídicas entre Cooperativas-Escola e o Centro Estadual de Educação Tecnológica “Paula Souza” – CEETEPS, visando ampliar a vivência de práticas produtivas e de gestão dos alunos apoiando a realização dos objetivos educacionais do CEETEPS”. (SÃO PAULO, 2018)

A Portaria CEETEPS-GDS nº 2.163 de 07 de agosto de 2018, que constituiu “Comissão para propor regulamentação e propor cronograma para celebração de Acordos de Cooperação CEETEPS/Cooperativas-escola nos termos do Decreto 63.623” resultou na Deliberação CEETEPS 49 de 13 de dezembro de 2018, que definiu os termos para a celebração dos Acordos de Cooperação entre as Cooperativas-escola e o Centro Paula Souza. Os termos do Acordo de Cooperação, anexo ao Decreto nº 63.623/2018, estabelecem as responsabilidades do Centro Paula Souza e da Cooperativa-escola. Cabe aqui destacar alguns de seus termos, uma vez que definem e evidenciam o esforço institucional em fomentar e estimular o desenvolvimento, de forma ordenada, da proposta inicial do Projeto Cooperativa-escola, apresentada em 1994.

Assim, entre outros, cabe ao Centro Paula Souza,

emanar diretrizes para a educação técnica e tecnológica desenvolvida por suas unidades de ensino, a ser executada por meio do presente termo, estabelecendo conceitos e critérios de qualidade a serem observados pela COOPERATIVA-ESCOLA;

prestar apoio necessário e indispensável à Cooperativa-escola para que seja alcançado o objeto da parceria em toda sua extensão e no tempo devido;

permitir que a COOPERATIVA-ESCOLA utilize recursos físicos e materiais das Unidades de Ensino onde estiverem sediadas, para implantação e manutenção dos projetos previstos e aprovados nos Planos Anuais vinculados ao Plano de Trabalho, para a execução do objeto da parceria, em consonância com as metas, fases ou etapas de execução do objeto;

relacionar as instalações e equipamentos cedidos à COOPERATIVA-ESCOLA no Termo de Permissão de uso constante do Plano de Trabalho

Por seu lado, cabe à Cooperativa, entre outros:

elaborar e desenvolver, Planos de Trabalho e respectivos Planos Anuais de acordo com diretrizes do CEETEPS, apresentar relatórios de execução do objeto e de execução financeira, este último quando

---

4 Lei Federal nº 13.019 de 31/07/2014, Decreto Estadual nº 61.981 20/05/2016 e suas alterações.

cabível, na periodicidade definida, elaborados eletronicamente por meio de formulários específicos constantes de sistema próprio disponível no sítio eletrônico do CEETEPS aplicar os recursos públicos decorrentes da comercialização de bens excedentes e gerir os bens públicos com observância dos princípios da legalidade, da legitimidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da economicidade, da eficiência e da eficácia; utilizar os bens (instalações e equipamentos), materiais e serviços vinculados à parceria em conformidade com o objeto pactuado; zelar pela boa qualidade das ações e serviços prestados, buscando alcançar os resultados pactuados de forma otimizada.

Considerando que é objetivo da Cooperativa-escola constituir-se como ferramenta pedagógica no processo de ensino e aprendizagem colaborando na construção de competências socioemocionais e de gestão, há que se observar o alinhamento entre esta e o currículo dos cursos.

O currículo cooperativista que desejamos circunscrever e delimitar, de maneira aberta e democrática, deve reconhecer as matrizes da tradição filosófica e escolar brasileira e buscar fundamentar as diretrizes da visão de mundo e de homem que carregamos. Necessita também questionar as relações institucionais da escola, a concepção básica de conhecimento e provocar as partes envolvidas para a construção de uma novidade histórica, institucional e pedagógica.” (NUNES, 2001, p. 65-66)

O Plano de Curso Técnico em Agropecuária elaborado pelo Centro Paula Souza define, no perfil do Técnico Agrícola, o “domínio de conhecimentos e habilidades administrativas na sua área de atuação, além do espírito cooperativista e da capacidade de liderança, inerentes ao agente de transformações socioeconômicas” (CEETEPS, 2003).

A Cooperativa-escola existente em cada escola técnica deve ser uma ferramenta educacional multidisciplinar para o corpo docente, na medida em que oferece informações e *locus* para dar significado para as inúmeras bases tecnológicas dos mais diversos currículos, não apenas do eixo tecnológico de Recursos Naturais, mas também de Meio Ambiente, Gestão, Informática, Química entre outros, sem deixar de mencionar o Ensino Médio.

Para dar suporte aos alunos-cooperados e ao mesmo tempo ao funcionamento da Cooperativa-escola, são atribuídas Horas-Atividade Específicas (HAE) aos professores orientadores da Cooperativa-escola, sob a coordenação da Unidade de Ensino Médio e Técnico – Cetec.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O propósito inicial da Cooperativa-escola foi tornar-se elemento integrador das práticas curriculares, estabelecendo as ligações entre a teoria e a prática e ainda,

com a pretensão de dar aos alunos voz ativa na gestão dos projetos agropecuários desenvolvidos na escola.

Ao mesmo tempo, propunha-se a construção de uma proposta pedagógica que alinhasse os conhecimentos técnico-produtivos com a educação cooperativista, sendo a Cooperativa-escola o local para esta *práxis*. Para tanto, é necessário que a comunidade escolar esteja comprometida em formar uma consciência crítica e solidária.

Após 24 anos da implantação do projeto, cabe refletir se efetivamente existe entre a teoria e a prática cooperativista coerência e ainda, em que grau e, mais, se entre alunos, ou entre professores ou entre a comunidade escolar como um todo.

Reverendo os objetivos gerais do Projeto de Implantação da Cooperativa-escola que são

[...] estimular na Escola um trabalho articulado entre alunos, professores e funcionários; co-responsabilizar os alunos pelos Projetos Agropecuários, desde sua elaboração até o suprimento da Escola e a comercialização dos excedentes de produção; integrar a Escola com a comunidade rural através da prestação de serviços, extensão rural e atividades sócio-culturais; garantir maior flexibilidade administrativa da unidade escolar através do gerenciamento, pela Cooperativa-escola, dos recursos físicos e materiais, da produção e da comercialização. (CEETEPS, 1994b)

E analisando o desenvolvimento das 34 cooperativas-escola, não se pode deixar de considerar que, apesar das Etecs estarem subordinadas a um mesmo órgão coordenador e a iguais normas e legislações, cada uma tem as suas especificidades e sua própria cultura escolar. Assim, um contexto de maior ou menor alcance dos objetivos estabelecidos é compreensível estando atualmente o Centro Paula Souza imbuído em estabelecer procedimentos padronizados do ponto de vista legal, deixando para cada escola e sua Cooperativa-escola a gestão e adequação de acordo com suas especificidades. Tal iniciativa visa dar às Cooperativas-escola uma identidade institucional necessária para sua consolidação como instituição de apoio educacional.

O período de 24 anos foi para o Ensino Agrícola no estado de São Paulo período de transformações legais e estruturais, inclusive curriculares. Tais transformações, já relatadas anteriormente, causam reflexos nos processos educacionais e consequentemente, também na Cooperativa-escola.

Em 1994, quando o Projeto de Implantação das Cooperativas-escola foi iniciado, as Escolas Agrícolas ofereciam apenas o curso Técnico em Agropecuária, com um alunado majoritariamente rural. O curso era em período integral, com três anos de duração. A permanência da maior parte dos alunos no sistema de residência favorecia a participação e o envolvimento dos mesmos, nos projetos agropecuários, e na Cooperativa-escola.

Com a expansão urbana em muitos municípios, diversas Etecs estão no perímetro urbano ou próximo dele, sendo o transporte facilitado. As escolas oferecem uma diversidade grande de habilitações técnicas, desde Agropecuária até Enfermagem,

passando por Informática, Turismo, entre outras. Os alunos do curso de Agropecuária são tanto rurais como urbanos, com predomínio de urbanos em algumas Etecs. O sistema de residência, em algumas unidades, não existe, ou é mínimo.

Tal cenário implica, necessariamente, em repensar a Cooperativa-escola, não em relação aos seus objetivos ou aos princípios do cooperativismo e sua importância na formação do técnico e na construção de uma sociedade mais justa, mas na sua estrutura e funcionamento.

É importante ressaltar que a educação cooperativista deve ser constantemente cuidada e retomada, não apenas na Cooperativa-escola, mas em todas as cooperativas. Portanto, a escola deve constantemente proporcionar momentos para tal, não delegando esta responsabilidade apenas para o professor orientador.

A Cooperativa-escola é composta de cooperados diversos: alunos cuja permanência é efêmera (de três semestres a três anos), professores que na maior parte não permanecem na escola em tempo integral, e funcionários. Assim, enquanto processo, nunca se esgota ou se encerra.

O fundamental será atentar para que a Cooperativa-escola não seja priorizada como instrumento de agilização de procedimentos administrativos e de geração de recursos pela comercialização de sua produção. Tal responsabilidade caberá principalmente aos professores através de práticas educativas e valorização da Cooperativa-escola.

## 5. REFERÊNCIAS

BELEZIA, E. e ROSSI, M. Aparecida Bastos. **Cooperativa-escola**: Caderno-subsídio. São Paulo: Copidart, 1997.

BELEZIA, E. Projeto Cooperativa-escola. **Synthesis**, São Paulo: CEETECPS, n. 5, p. 64-71, outubro 1998.

BELEZIA, E. **Cooperativa-escola**: Metodologia para a construção de uma cultura escolar cooperativa? Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em Educação do Centro Universitário Nove de Julho – UNINOVE, como parte dos requisitos para obtenção do grau de Mestre em Educação. São Paulo, 2006.

BRASIL. **Decreto nº 8.319, de 20 de outubro de 1910**. Criou o Ensino Agrônomo, a cargo do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, abrangendo cursos nas áreas de agricultura, medicina veterinária, zootecnia e indústrias rurais.

BRASIL. **Decreto nº 982, de 23 de dezembro de 1938**. Cria a Superintendência do Ensino Agrícola – SEA.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 2.832, de 4 de novembro de 1940.** Altera a denominação da Superintendência do Ensino Agrícola – SEA para Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário – SEAV, sendo o órgão responsável pelo ensino agrícola até maio de 1967.

BRASIL. **Decreto Lei nº 9.613, de 20 de agosto de 1946.** Lei Orgânica do Ensino Agrícola, estabelece a classificação dos estabelecimentos de ensino agrícola.

BRASIL. **Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961.** Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, estruturando o ensino em 3 graus: primário, médio e superior.

BRASIL. **Decreto nº 60.731, de 19 de maio de 1967.** Transfere a Superintendência de Ensino Agrícola e Veterinário – SEAV do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio para o Ministério da Educação e Cultura – MEC.

BRASIL. **Decreto nº 66.296, de 9 de março de 1970.** Cria o Departamento de Ensino Médio – DEM no MEC.

BRASIL. **Lei nº 5.692/71, de 11 de agosto de 1971.** Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

BRASIL. **Lei nº 5.745/71, de 16 de dezembro de 1971.** Define a política nacional do cooperativismo e institui o regime jurídico das sociedades cooperativas.

BRASIL. **Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996,** estabelece as novas Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

BRASIL. **Decreto nº 2.208/97, de 17 de abril de 1997,** regulamenta o Ensino Profissional em seus diversos níveis.

CEETEPS. Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza. Coordenadoria de Ensino Técnico. **I Seminário sobre o Ensino Técnico Agrícola Paulista.** Relatório. São Paulo, 1994a.

CEETEPS. Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza. Coordenadoria de Ensino Técnico. **Projeto de Implantação de Cooperativas-Escola nas Escolas Técnicas Agrícolas do Estado de São Paulo.** São Paulo, março 1994b.

CEETEPS. Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza. Coordenadoria de Ensino Técnico. **Plano de Curso Técnico da Área Agropecuária.** São Paulo, 2003.

FESP. Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo. **Relatório Final do Projeto “O Ensino Agrícola de Segundo Grau no Estado de São Paulo: avaliação e sugestões para a melhoria de seu desempenho”.** Relatório. São Paulo, 1986.



LAMONIER, Oscar. **Retrospectiva histórica do Ensino Agrícola de 2º Grau: papel da COAGRI**. Brasília: MEC-SEPS-COAGRI, Texto mimeografado, 65 p., 1984.

MACHADO, Lourdes Marcelino. **Ensino Agrícola no Estado de São Paulo: Introdução ao estudo da relação trabalho-educação**. 426 p. Dissertação (Mestrado em Educação) – UNESP, Marília, 1992.

NUNES, César. Educação Cooperativista: Novos Paradigmas para a Educação Brasileira no Terceiro Milênio. In: PANZUTTI, Ralph (Org.). **Educação Cooperativista**. São Paulo: OCESP/SESCOOP-SP, 2001. cap. 3, p. 61-71.

PEÇANHA, Wolga (Org.). **Escola Fazenda**. São Paulo: CENAFOR, s/d

SÃO PAULO. **Decreto nº 6.604/34, de 13 de agosto de 1934**. Cria a Superintendência da Educação Profissional e Domestica.

SÃO PAULO. **Decreto-Lei nº 12.742/42, de 3 de junho de 1942**. Dispõe sobre a criação da Diretoria do Ensino Agrícola, vinculada à Secretaria da Agricultura, com a determinação de instalar 10 Escolas Práticas de Agricultura.

SÃO PAULO. **Decreto nº 24.809/55**. Dispõe sobre a reintegração do Ensino Agrícola à Secretaria da Agricultura.

SÃO PAULO. **Decreto nº 42.155/63**. Transfere o Ensino Agrícola para a Secretaria da Educação.

SÃO PAULO. **Decreto Estadual de 21 de dezembro de 1971**. Autoriza “a instituição de Cooperativas Escolares de Produção e de Serviços e o seu funcionamento junto aos estabelecimentos estaduais de ensino de 2º grau”.

SÃO PAULO. **Decreto Estadual nº 7.510/76, de 29 de janeiro de 1976**. Dispõe sobre a reforma administrativa da Secretaria da Educação.

SÃO PAULO. **Resolução SE nº 135, de 18 de agosto de 1977**. Suspende as atividades das Cooperativas Escolares.

SÃO PAULO. **Decreto nº 34.032/91, de 22 de outubro de 1991**, transfere as Escolas Técnicas Estaduais para a Secretaria da Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico.

SÃO PAULO. **Decreto nº 37.735/93, de 27 de outubro de 1993**, transfere as Escolas Técnicas Estaduais da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico para o Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza.1993a.

SÃO PAULO. **Resolução SCTDE 4, de 17 de março de 1993**, constitui grupo de trabalho multi-institucional para “desenvolver estudos visando a elaboração de projeto para implantação das Cooperativas Escolares de Produção e Serviços junto às Escolas Técnicas Agrícolas Estaduais de Segundo Grau, da Divisão Estadual de Ensino Tecnológico – DEET.” 1993b.

SÃO PAULO. **Deliberação CEETPS-17, de 14 de setembro de 1994**. Autoriza o funcionamento de Cooperativas-Escola de Produção e Serviços junto às ETAEs do CEETEPS.

SÃO PAULO. **Decreto nº 63.623, de 01 de agosto de 2018**, regulamenta as relações jurídicas entre Cooperativas-Escola e o Centro Estadual de Educação Tecnológica “Paula Souza” – CEETEPS, visando ampliar a vivência de práticas produtivas e de gestão dos alunos apoiando a realização dos objetivos educacionais do CEETEPS.



# OS EDIFÍCIOS OCUPADOS PELA CENTENÁRIA ETEC GETÚLIO VARGAS: DE SUA FUNDAÇÃO AOS DIAS ATUAIS

**Camila Polido Bais Hagio**

Escola Técnica Estadual Getúlio Vargas

## 1. INTRODUÇÃO

A história da Escola Técnica Estadual (Etec) Getúlio Vargas tem início no dia 28 de setembro de 1911, conforme publicação do Decreto nº 2118-B, assinado pelo Major Albuquerque Lins, na época denominado Presidente do Estado de São Paulo, criando duas escolas profissionais na capital. Tais escolas eram uma para o sexo masculino, destinada ao ensino de artes e ofícios, denominada Escola Profissional Masculina, atual Etec Getúlio Vargas, e outra para o sexo feminino, destinada ao ensino de economia doméstica e prendas manuais, chamada de Escola Profissional Feminina, atual Etec Carlos de Campos.

Ao longo de mais de 100 anos dedicados ao ensino profissional, a escola feminina ocupa o mesmo endereço (Rua Monsenhor Andrade esquina com Rua Oriente, no bairro do Brás), tendo sofrido reformas e ampliações durante este período. Já a escola masculina esteve localizada em três endereços diferentes de sua fundação aos dias atuais.

A presente pesquisa propõe a apresentação e uma breve análise destes três endereços e, consequentemente, dos edifícios ocupados pela escola masculina ao longo de sua existência a partir da reflexão sobre o conceito de cultura material escolar exposto no artigo “Cultura material escolar: o papel da arquitetura” publicado em 2005 na Revista Pró-Posições, no volume 06, de autoria de Pedro Paulo Funari<sup>1</sup> e Andrés Zarankin<sup>2</sup>. Segundo os autores,

Ao pensar em uma escola, a primeira imagem que vem à nossa cabeça, provavelmente, é a de um edifício. Podemos dizer, então, que a representação mental que temos de uma escola é seu correlato físico (edifício). [...] E, no entanto, estamos muito acostumados a pensar na escola como uma abstração, como quando dizemos que o “que aprendemos na escola será importante para o resto da vida”. Neste caso, a escola adquire essa conotação abstrata, não um local concreto, mas transforma-se em uma referência ao processo de conhecimento. (FUNARI; ZARANKIN, 2005, p.135)

Neste processo reflexivo a conotação abstrata a que se refere escola tem origem na sua própria palavra. Os autores explicam que o termo escola deriva da palavra grega

---

1 Pedro Paulo Funari é doutor em arqueologia, mestre em antropologia social e graduado em história (<http://lattes.cnpq.br/4675987454835364>).

2 Andrés Zarankin, doutor em história, com especialização em história e crítica da arquitetura e do urbanismo e graduado em antropologia (<http://lattes.cnpq.br/2866806723847425>).

*shkolé*, que se traduzida fielmente refere-se a “ócio”, mas seria melhor entendida como “liberdade para conhecer o mundo” e as demais terminologias como aluno (aquele que cresce em conhecimento) e professor (aquele que leva o aluno adiante), estão mais próximas de noções de liberdade do que de mera reprodução (FUNARI; ZARANKIN, 2005, p.136). Afirmam ainda que esta liberdade não está atrelada ao labutar e que por muito tempo as noções de escola derivaram de “escola como instituição disciplinar, moldada em paralelo às prisões, como lugar controlado e destinado ao controle de corpos e mentes”, fazendo referência aos conceitos de Foucault<sup>3</sup>.

O objetivo do estudo apresentado no artigo de Funari e Zarankin (2005) é mostrar que a escola, como instituição, possui historicidade e materialidade. Para isto definem cultura material escolar como sendo o envolvimento de dois elementos, são eles, o artefato fixo, entendido como o edifício, e os artefatos móveis, correspondendo a infinidade de objetos que estão no interior ou à volta do edifício escolar. (FUNARI; ZARAKIN, 2005, p.137)

Deste modo, em concordância com a importância dada ao estudo do edifício dentro da cultura material escolar, e de acordo com a proposta do eixo temático “Pesquisas sobre a arquitetura escolar, seus edifícios, artefatos e usos didáticos”, da “Jornada Patrimônio Cultural da Educação Profissional e Tecnológica: Edifícios, Patronos e Diversidade na Gestão Escolar”, promovida pelo Centro de Capacitação Técnica, Pedagógica e de Gestão (Cetec) e pelo Grupo de Estudos e Pesquisas em Memórias e História da Educação Profissional e Tecnológica (GEPEMHEP) do Centro Paula Souza neste ano de 2019, optou-se pela exposição das pesquisas que estão sendo desenvolvidas pelo Centro de Memória da Etec Getúlio Vargas acerca dos edifícios ocupados por esta instituição de sua fundação aos dias atuais.

## **2. OS EDIFÍCIOS OCUPADOS PELA CENTENÁRIA ETEC GETÚLIO VARGAS**

A Escola Profissional Masculina inicia suas atividades em novembro de 1911, alguns meses após a publicação do decreto de sua criação. Seu primeiro endereço foi na Rua Miller, nº 04, no bairro do Brás. Inicialmente as Escolas Profissionais Masculina e Feminina localizavam-se no mesmo bairro e estavam bastante próximas fisicamente, conforme aponta o mapa da cidade de São Paulo da década de 1930 (Figura 1).

---

3 Michel Foucault (1926-1984), filósofo francês, autor do livro “Vigiar e Punir” de 1975.



**Figura 1** – Bairro do Brás, década de 1930, indicando as Escolas Profissionais Masculina e Feminina.  
**Fonte:** Geosampa da Prefeitura de São Paulo (SÃO PAULO, 2019).

Para entender a escolha de sediar, ambas escolas, no bairro do Brás é necessário conhecer um pouco da história desta região. Conforme aponta artigo de Margarida Maria de Andrade (1991),

No período que se estende, grosso modo, de 1870 até os anos 40 deste século, o Brás (incluindo parte do Pari), a Mooca e o Belenzinho transformaram-se de subúrbios de chácaras em bairros industriais e operários; a maior concentração de imigrantes e de fábricas da cidade de São Paulo, da última década do século passado. (ANDRADE, 1991, p.97)

Segundo a autora,

As transformações na cidade de São Paulo nas últimas décadas do século XIX, têm suas raízes em modificações profundas na sociedade brasileira que inicia o movimento pelo qual a base agrário-exportadora se agrega o componente urbano-industrial. A inauguração, em 1867, da primeira ferrovia paulista (a antiga São Paulo Railway), ligando o porto de Santos à zona cafeeira, marca praticamente, o início da transformação das terras além-Tamanduateí. [...] No que diz respeito às terras além-Tamanduateí, a Estação do Brás, inaugurada já em 1867, foi um ponto a partir do qual a urbanização avançou para leste, ao mesmo tempo em que a ferrovia passava a constituir mais um obstáculo, mais um elemento de separação (junto com o rio e sua várzea) entre a “cidade” e os novos bairros de imigrantes. Dez anos depois, uma segunda estação ferroviária vem impulsionar a urbanização – ficou no Brás a estação da antiga Estrada de Ferro do Norte que, em 1877, ligou São Paulo à cidade do Rio de Janeiro. [...] A presença de duas estações ferroviárias no Brás foi responsável pelo estabelecimento de imigrantes nas suas imediações, tanto imigrantes

entrados pelo porto de Santos, como pelo porto do Rio de Janeiro. [...] Mas, um impulso muito mais poderoso à urbanização das terras além-Tamanduateí decorreu da localização no Brás da Nova Hospedaria de Imigrantes, inaugurada em 1887. (ANDRADE, 1991, p. 98)

Como consequência da instalação de duas estações ferroviárias no Brás e da nova Hospedaria de Imigrantes, Margarida Maria de Andrade relata que a população deste bairro quintuplicou neste período, indo de 6 mil habitantes, em 1886, para 32 mil habitantes, em 1893, sendo que a população de São Paulo no ano de 1900 era de 240 mil habitantes. (ANDRADE, 1991, p.99)

Ainda sobre este artigo, vale destacar a opinião da elite paulistana, apresentada pela autora, sobre as classes menos favorecidas e a intenção de separar fisicamente a cidade por meio do rio Tamanduateí e das estações de trem que estavam ali localizadas. “Os bairros além-Tamanduateí, polarizados pelo Brás, apareciam à elite paulistana da primeira metade do século como ‘uma outra cidade’, ‘com outra gente e outra vida’, lugar de uma ‘população laboriosa’.” (ANDRADE, 1991, p.102)

Conhecendo brevemente a história do bairro do Brás, no início do século XX, verifica-se que ele oferecia as condições ideais para a instalação de escolas profissionalizantes, com sua grande concentração de fábricas e numerosa população, a qual necessitava de instrução para ingresso no mercado brasileiro. Este conhecimento colabora também para justificar o enorme número de estrangeiros matriculados na Escola Profissional Masculina em seus primeiros anos, conforme verifica-se em seus primeiros livros de matrícula, os quais fazem parte do acervo do Centro de Memória da Etec Getúlio Vargas.

Além de entender a região escolhida, faz-se necessário conhecer mais sobre o início do sistema educacional em nosso país e sua relação com os edifícios escolares. Conforme afirma Rita Beatriz Enge (2007) em sua dissertação intitulada “Planejamento da rede física escolar”, antes de se tornar uma República, “A inexistência de prédios escolares era a norma, e as escolas abrigavam-se em prédios cedidos ou alugados, muitas vezes bastante precários, ou, frequentemente, na residência do próprio professor”. (ENGE, 2007, p.31)

Sempre muito pautada por aspectos legais e pela elaboração legislativa, a política educacional nacional foi durante séculos objeto apenas de promessas e descaso por parte do poder público. Segundo Enge (2007),

Se os sucessivos governos foram incapazes de organizar o sistema educacional público até o final do século XIX, com o advento da República a educação pública nacional, objetivando a formação cívica dos cidadãos, passou a ser considerada fator determinante do progresso individual e coletivo. Sob o ideário republicano, a instrução primária, desde sempre negligenciada, tornou-se paulatinamente prioritária e objeto de inúmeros projetos de reformas e providências governamentais que se sucederiam também no século seguinte. Data de fevereiro de 1891 a primeira Constituição Republicana. De cunho federalista e laico, contribuiu para aumentar o poder e a autonomia dos Estados acarretando, segundo Vieira e Freitas (2003:75,80), o aprofundamento do processo de descentralização, na área educacional, iniciado no Império. A União seguiu com a responsabilidade

de criar, de forma não exclusiva, instituições de ensino superior e secundário nos Estados e prover a instrução primária e secundária no Distrito Federal e os Estados tiveram assegurada sua autonomia para criar e manter escolas de todos os níveis de ensino. (ENGE, 2007, p.32)

Dessa forma, o governo do Estado de São Paulo, passa a realizar uma reorganização do ensino primário e a construir inúmeros prédios com a função específica de abrigar escolas primárias, grupos escolares e escolas normais por todo o Estado. (ENGE, 2007, p.33)

Os primeiros dois edifícios ocupados pela Escola Profissional Masculina ilustram o cenário inicial do sistema de ensino nacional descrito acima por meio de seus prédios escolares. Como visto, a localização escolhida para sediar a escola foi o bairro do Brás e inicialmente ela foi instalada em um prédio alugado e adaptado na Rua Miller, encaixando-se com o discurso de que alugar edifícios foi uma prática comum no início da política educacional. Deste edifício quase não se tem informações, somente uma fotografia de sua fachada (Figura 2) encontra-se no acervo do Centro de Memória da Etec Getúlio Vargas.



**Figura 2** – Fachada do primeiro prédio da Escola Profissional Masculina da Capital.  
**Fonte:** SAITO (2010, p.168).

Com o aumento expressivo de alunos interessados na escola, o prédio não supria a demanda por vagas. Os dados desta rápida expansão podem ser observados no Relatório de Direção de 1919, onde Aprígio de Almeida Gonzaga descreve que a instituição iniciou seus trabalhos em 17 de novembro de 1911 com cerca de 70 alunos, no segundo ano de funcionamento já tinha 200 alunos matriculados e, em 1919, atendia aproxima-



damente 800 alunos. Acrescentando a este crescimento, o momento de investimento na construção de prédios escolares pelo estado paulista, entre 1913 e 1915 foi encomendado um projeto para a construção de um edifício próprio e, em 1917, a escola é transferida para a Rua Piratininga, número 105, no mesmo bairro do Brás. (MORAES; ALVES, 2002, p.48)

A Escola Profissional Masculina continuava próxima da Escola Profissional Feminina e das duas estações de trem (Figura 3). Já o novo prédio é extremamente diferente do anterior (Figura 4).

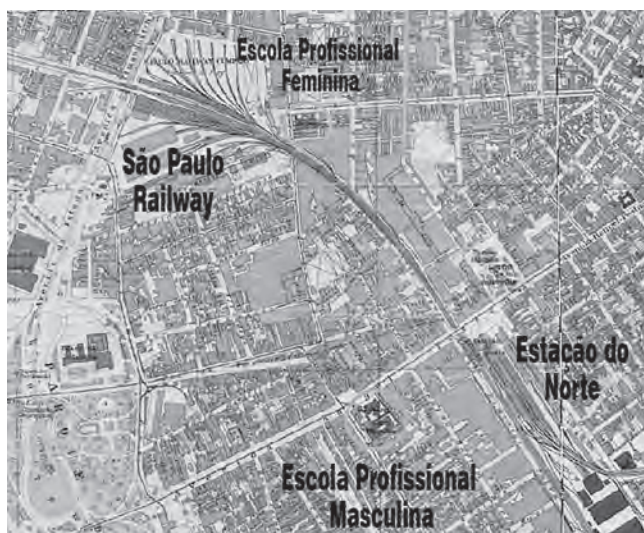


**Figura 3** – Bairro do Brás, década de 1930, indicando novo endereço da Escola Profissional Masculina.

**Fonte:** Geosampa da Prefeitura de São Paulo (SÃO PAULO, 2019).



**Figura 4** – Fachada do edifício escolar na Rua Piratininga.

**Fonte:** GONZAGA (1926, p. 59).

Ainda de acordo com o Relatório de 1919 de Aprígio Gonzaga, a escola oferecia naquele ano os cursos de Pintura, Marcenaria, Mecânica, Funilaria e Eletricidade, e cursos noturnos, tendo cinco opções: Desenho Profissional Mecânico, Desenho Profissional para Frentistas e Pedreiros, Desenho Profissional para Marceneiros, Carpinteiros e Pintores, Desenho profissional para tecelões e curso Prático de Fiação e Tecelagem, e por fim, curso de Escultura e Plástica. Em seu Relatório de 1926, o diretor explica mais profundamente três cursos oferecidos pela Escola (Mecânica, Marcenaria e Pintura e Decoração) e acrescenta que estes cursos contavam com o denominado Curso Teórico, o qual era obrigatório e comum a todos os cursos, e compreendia as matérias: a) Português, b) Aritmética e Geometria, c) Desenho Geométrico, d) Desenho Profissional e e) Física e Química.

Como o foco do ensino da escola é a formação de mão-de-obra capaz para atender as demandas industriais, a parte do ensino prático era fundamental. Por isso a necessidade de oficinas e máquinas para os alunos aprenderem era de extrema importância. Com as fotografias dos relatórios de direção são observados alguns dos espaços da escola que funcionavam como oficinas para as aulas práticas (Figuras 5 e 6).



**Figura 5** – Alunos em curso de Ajustagem e torneado, oficina da escola na Rua Piratininga.

**Fonte:** GONZAGA (1926, p. 4).



**Figura 6** – Alunos em seção de fundição, oficina da escola na Rua Piratininga.  
**Fonte:** GONZAGA (1926, p. 8).

A Escola Profissional Masculina passa por constantes mudanças de nome após os anos 1930, sendo a primeira delas em 27 de janeiro de 1931, quando o Decreto nº 4.853, converte a Escola Profissional Masculina da Capital em Escola Profissional e Industrial de São Paulo. Dois anos depois, a escola é convertida em Instituto Profissional Masculino da Capital, por meio do Decreto nº 5.885, de 21 de abril de 1933. Em dezembro de 1942, o Decreto nº 13.125, altera seu nome de Instituto para Escola Técnica de São Paulo, subordinada a Superintendência do Ensino Profissional. No ano seguinte, a escola passa a ser denominada Escola Técnica Getúlio Vargas, por meio do Decreto nº 13.178, publicado no dia 07 de janeiro de 1943, provavelmente devido à duas visitas oficiais realizadas no ano de 1940 pelo presidente em exercício Getúlio Vargas.

É notável a relevância que a Escola vai adquirindo no campo da educação profissional, e com isso o número de matrículas aumentava anualmente. Visando atender o aumento da demanda dois novos prédios são construídos. O primeiro, no final da década de 1930, à Rua Piratininga, nº 85, e o segundo, em 1940, na mesma rua, no nº 51 (Figura 7). O Departamento de Obras Públicas (DOP) foi responsável pelos projetos e fiscalização da obra, e sua construção ficou sob responsabilidade do engenheiro Romeu S. Mindlin e da firma Severo & Villares conforme ilustram páginas da Revista Acrópole Nº63 publicada em julho de 1943 (Figura 8).

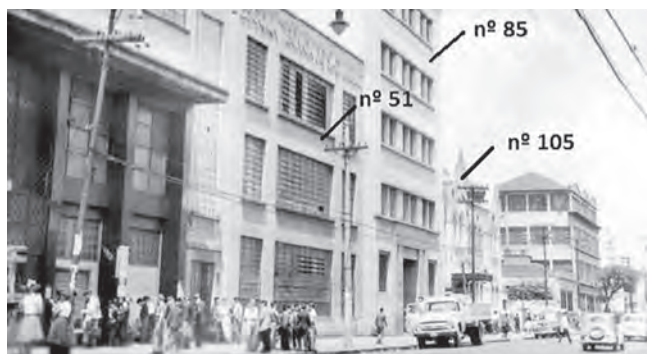


**Figura 7** – Fachadas dos prédios à Rua Piratininga, 51, 85 e 105.  
**Fonte:** Acervo Centro de Memória da Etec Getúlio Vargas, em 2019.



**Figura 8** – Reportagem sobre projeto de ampliação da Escola Técnica Getúlio Vargas, na Revista Acrópole, 1943, p. 60-61.

**Fonte:** <http://www.acropole.fau.usp.br/edicao/63>, em 2019.

Em 2012 foram realizadas duas entrevistas pela coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisas em Memórias e História da Educação Profissional e Tecnológica (GEPEMHEP), Maria Lucia Mendes de Carvalho, com o Sr. Mario laneta, que em 1943 foi aluno da primeira turma de Eletrotécnica da Escola Técnica Getúlio Vargas. Anos mais tarde, o Sr. laneta retorna à escola como funcionário. Entre 1948 e 1961, atuou como Técnico em Educação no Departamento do Ensino Profissional, mas em exercício na Escola Técnica Getúlio Vargas. Por diversas gestões foi vice-diretor ou diretor substituto da escola, aposentando-se em 1980 (IANETA, 2012a). Na segunda entrevista, o Sr. laneta conta que em 1962, ele estava na direção da escola e recebeu o aviso de que os edifícios da escola precisavam ser reformados, mas que esta reforma não poderia ser realizada com seus quase dois mil alunos dentro da escola. Então a escola seria dividida em três unidades. (IANETA, 2012b)

Assim, o Decreto nº 43.182, publicado no dia 25 de março de 1964, discorre sobre o funcionamento da Escola Técnica Getúlio Vargas na Capital, conforme o artigo 1º – “Fica autorizada a Escola Técnica “Getúlio Vargas” a funcionar nos seguintes prédios: no bairro do Ipiranga, à rua Moreira e Costa, s/n., [...] nos bairros Tatuapé [...] e Vila Prudente” (SÃO PAULO, 1964). A única unidade que manteve o nome foi a atual Etec Getúlio Vargas localizada no bairro do Ipiranga. A escola do Tatuapé é a atual Etec Martin Luther King e a da Vila Prudente, a atual Etec José Rocha Mendes (Figura 9).



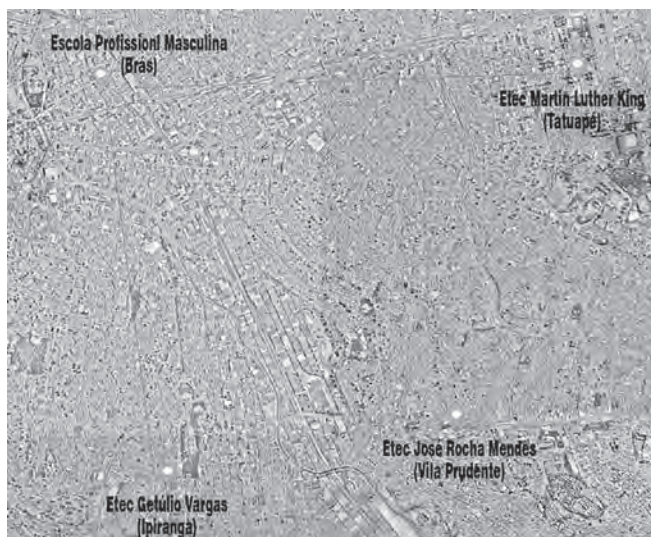


**Figura 9** – Localização das três unidades originadas da Escola Profissional Masculina.  
**Fonte:** Geosampa da Prefeitura de São Paulo (SÃO PAULO, 2019).

O prédio nº 105 da Rua Piratininga foi tombado em 2016 pelo Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da cidade de São Paulo – CONPRESP (SÃO PAULO, 2016). Atualmente este edifício abriga o Fórum Brás das Varas Especiais da Infância e Juventude.

A mudança para os três novos endereços foi realizada durante a gestão de Mario Ianeta. No dia da mudança, segundo ele relata na entrevista, foi ele quem decidiu o que ia para cada unidade, pois não havia sido feito um planejamento. O Sr. Ianeta conta que as máquinas dos cursos técnicos foram todas para a unidade do Ipiranga e os alunos tinham que se locomover para ter aulas em outro bairro. Comenta também que sofreu muita pressão por parte dos pais dos alunos, naquele momento, pois eles desejavam o nome de Getúlio Vargas em todas as unidades. Ainda segundo fala do Sr. Ianeta as três escolas foram construídas durante o governo de Carvalho Pinto, sem o cuidado de construir prédios específicos para escolas técnicas, “construiu para outras escolas que iriam funcionar, mas todas de nível até abaixo de básico industrial”. (IANETA, 2012b, p. 9)

Essa colocação do Sr. Mario Ianeta (2012b) pode ser verificada na dissertação de Rita Beatriz Enge (2007, p. 87-89), na qual ela explica que devido ao grande crescimento demográfico de São Paulo, a partir dos anos 1950, e a forte participação da cidade na indústria nacional exigiu-se um aumento substancial do número de vagas nas escolas e na construção de novos prédios escolares,

Diante desta situação, ao assumir o governo do Estado em 1959, Carvalho Pinto utiliza-se do planejamento como instrumento auxiliar das ações governamentais e cria um Plano de Ação, com metas, prioridades e prazos a serem cumpridos, no qual estabelece como meta do governo na área educacional acabar com o déficit de salas de aula existentes. (ENGE, 2007, p. 88)

Conforme aponta a pesquisa de Enge (2007), foram construídas aproximadamente sete mil salas de aula no quadriênio 1959/1962 apenas para o ensino primário, sob responsabilidade do DOP. Neste contexto, a Secretaria da Educação propôs a criação de um órgão específico dedicado ao planejamento escolar, e em 1960, cria e regulamenta o Fundo Estadual de Construções Escolares (FECE).

Para compreender melhor os órgãos responsáveis pelo desenvolvimento e expansão da rede física do ensino estadual paulista, Rita Beatriz Enge (2007) explica que,

A partir de 1890, quando se iniciou a implantação da rede física estadual paulista, até os dias atuais, a rede física vem se expandindo contínua e incessantemente, com maior ou menor vigor conforme a prioridade conferida à área educacional pela diretriz política vigente e pelas determinações das políticas educacionais estabelecidas. Vários órgãos foram, ao longo do tempo, responsáveis por essa expansão no Estado de São Paulo e o estudo dos prédios escolares com frequência baseia-se na periodicidade estabelecida por esses órgãos, enquanto responsáveis pela expansão e manutenção da rede física escolar estadual. Dessa forma, a Superintendência de Obras Públicas, criada em 1890, foi inicialmente encarregada da execução dos primeiros prédios construídos especificamente para abrigar escolas públicas, e também responsável por uma série de melhoramentos urbanos por todo o Estado. Mais tarde denominada Departamento de Obras Públicas – DOP exerceu a função de construir e manter os prédios escolares da rede pública estadual até o final da década de 1960, sendo que a partir de meados da década de 1950 até 1965 partilhou a tarefa com o Instituto de Previdência do Estado de São Paulo – IPESP. Ambos, entretanto, possuíam inúmeras outras atribuições além da expansão e manutenção da rede física escolar. Seu sucessor, o Fundo Estadual de Construções Escolares – FECE (1960-1976), foi o primeiro órgão público estadual que teve incumbência específica de planejar a expansão da rede física escolar, cujas obras eram então projetadas e executadas pelo DOP e pelo IPESP, e apenas num segundo momento, em 1965, assumiu a função de executá-las, juntamente com o DOP que atuou nessa área até pelos menos 1969. O FECE foi posteriormente substituído pela Companhia de Construções Escolares do Estado de São Paulo – Conesp (1976-1987), que desde sua criação ficou incumbida de todas as etapas do processo de expansão da rede física, ou seja, planejamento, projeto e obras, bem como da manutenção da mesma. Essa, por sua vez, foi sucedida pela Fundação para o Desenvolvimento da Educação – FDE (a partir de 1987 até os dias de hoje), que teve ampliada sua competência geral passando a possuir, além das atribuições relativas à expansão e manutenção da rede física, também as pertinentes à capacitação do magistério, avaliação dos alunos da rede escolar, distribuição de livros didáticos e projetos complementares à atividade pedagógica. No entanto teve, a partir de 1995, reduzida sua participação no tocante ao planejamento da expansão da rede física. (ENGE, 2007, p.126-7)

Em seu novo endereço, a Escola Técnica Getúlio Vargas, ocupa um quarteirão inteiro entre as Ruas Moreira e Costa, Clóvis Bueno de Azevedo, Padre Marchetti e Gama Lobo, no bairro do Ipiranga (Figura 10).



**Figura 10** – Quarteirão ocupado pela Etec Getúlio Vargas, no bairro do Ipiranga.

**Fonte:** Geosampa da Prefeitura de São Paulo (SÃO PAULO, 2019).

Atualmente a escola conta com quatro blocos edificadas, porém no momento da mudança de endereço do Brás para o Ipiranga, apenas dois blocos estavam construídos, sendo eles os denominados bloco C e D (Figura 11). O Bloco C era um espaço destinado às oficinas, atualmente é a Oficina de Mecânica, e o Bloco D abrigava salas de aula, assim como hoje. Os demais blocos foram edificadas nos anos seguintes.

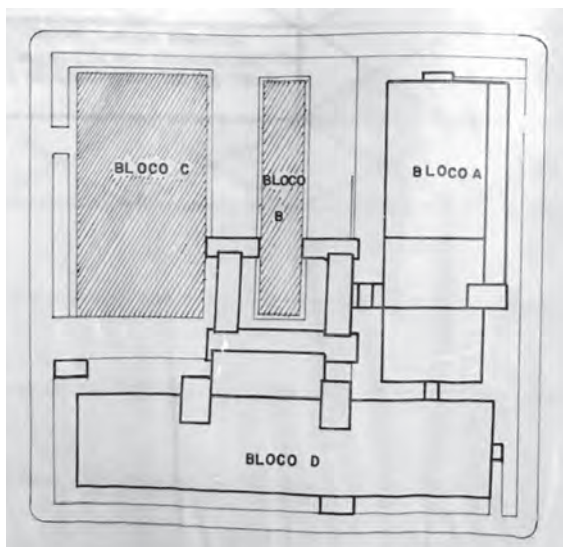


**Figura 11** – Desenho da implantação dos blocos feita pela FECE na década de 1970.

**Fonte:** Centro de Memória da Etec Getúlio Vargas, em 2019.

Conforme análise de diversas folhas de desenhos técnicos, com plantas arquitetônicas, plantas de reformas, projetos estruturais, entre outras, encontradas e destinadas ao acervo do Centro de Memória da Etec Getúlio Vargas, pode-se verificar em seus carimbos as denominações do Fundo Estadual de Construções Escolares – FECE e da Companhia de Construções Escolares do Estado de São Paulo – Conesp.

Na dissertação de Mirela Geiger de Mello (2012) foram identificados 900 edifícios escolares construídos pelo FECE em seus 10 anos de atividade, de 1966 a 1976. Nesta listagem encontra-se o nome da Etec Getúlio Vargas (MELO, 2012, p. 296), porém sem a identificação do autor do projeto original. Além desta listagem, a pesquisadora faz a análise de 15 escolas desenvolvidas pelo FECE no período estudado. Vale destacar o grande número de repetição de denominados “projetos padrão” observado por Mello,

[...] dos 900 projetos concebidos para o Fece para obras novas, 500 edifícios foram construídos a partir de projeto padrão, alguns já concebidos como padrão dentro do próprio Fece, outros que, projetados para determinado lote, foram reimplantados. Aproximadamente 400 projetos são únicos, construídos uma única vez. (MELLO, 2012, p. 14)

Outro dado interessante que possibilita relacionar a dissertação de Mello com as pesquisas em andamento sobre o edifício da Etec Getúlio Vargas é acerca de suas características físicas. Apesar de ter sido construído antes de 1966, muitos detalhes construtivos são similares, conforme relata,

Esses edifícios, projetados em meados dos anos 1960, têm como característica estrutura de concreto aparente, fechamentos em alvenaria convencional, lajes de concreto, coberturas em telhas de cimento amianto, recreios cobertos com vãos maiores, comumente em telhas vã, caixas d’água locadas sobre o volume da escada, gárgulas de concreto que deságuam sobre o receptáculo do mesmo material nas extremidades do edifício, ou as telhas “U” que deságuam no sentido transversal em várias descidas, caixilhos basculantes usados tanto para as salas de aula como também para as ventilações cruzadas e para os demais ambientes, e escadas com espelhos inclinados. (MELLO, 2012, p. 14, 15)

Apenas neste trecho, retirado dessa dissertação, pode-se identificar diversas características construtivas similares nos edifícios da Etec Getúlio Vargas, como o sistema construtivo em concreto aparente, o fechamento em alvenaria convencional, o uso dos caixilhos basculantes, conforme ilustra a fotografia abaixo da fachada principal da escola (Figura 12).





**Figura 12** – Fachada frontal da Etec Getúlio Vargas, na Rua Clóvis Bueno de Azevedo, década de 1980.  
**Fonte:** Acervo Centro de Memória da Etec Getúlio Vargas, em 2019.

Pode-se considerar que as mudanças de prédios da Etec Getúlio Vargas caminharam juntas com a expansão da rede física escolar estadual paulista, desde sua fundação até 1982, quando a escola é incorporada ao Centro Paula Souza. Atualmente o Centro Paula Souza conta com um setor denominado de Unidade de Infraestrutura atuando em dois departamentos, sendo eles “Obras” e “Equipamentos e gestão imobiliária”; além de contar com uma equipe de assistência técnica para licitações e uma célula administrativa de apoio para construir e reformar suas escolas técnicas e faculdades de tecnologia.

### 3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa em desenvolvimento acerca dos endereços e edifícios ocupados pela Etec Getúlio Vargas de sua fundação aos dias atuais tem colaborado com importantes informações sobre a história do ensino profissional e com a organização do acervo de seu Centro de Memória na medida em que estão sendo resgatados os projetos técnicos. As mudanças pelas quais a centenária escola passou, seja na localização ou na configuração espacial do prédio escolar, refletem, muitas vezes, as transformações pelas quais a sociedade passa e, consequentemente, o ensino deveria acompanhar.

Estudar seu edifício é colaborar com a formação de parte da cultura material escolar, retomando o artigo de Funari e Zarankin (2005), e colaborar com futuros estudos que, conforme relatam os autores,

[...] a arquitetura e o espaço escolar, à exceção de alguns poucos trabalhos, têm sido temas pouco discutidos profundamente pelos cientistas sociais. [...] Assim, são comuns os trabalhos que discutem temas como os metros quadrados de que uma escola necessita por aluno, as melhores formas de iluminação e ventila-

ção, localização dos sanitários, dentre outros. Pelo contrário, são poucos os que se interessam por estudar a dimensão ideológica e simbólica do prédio escolar. Isto soa estranho, pois, em geral, quando pensamos na escola, a primeira lembrança que nos ocorre é a de um prédio. (FUNARI; ZARANKIN, 2005, p. 137)

#### 4. REFERÊNCIAS

ANDRADE, Margarida Maria de. Bairros além-Tamanduateí: o imigrante e a fábrica no Brás, Mooca e Belenzinho. In: **Seminário “Indagações sobre a presença italiana no Estado de São Paulo”**, realizado na FFLCH-USP em 1991. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rdg/article/download/47331/51067>. Acesso em 05 jul. 2019.

BRASIL. **Decreto nº 2118-B, de 28 de setembro de 1911**. Organiza as escolas profissionais da capital, de acordo com a Lei nº 1214, de 24 de outubro de 1910 e dá-lhes regulamento. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. 05 de novembro de 1911, p.4216. Disponível em: <http://dobuscadireta.imprensaoficial.com.br/default.aspx?DataPublicacao=19111105&Caderno=DO&NumeroPagina=4216>. Acesso em: 28 fev. 2018.

CARVALHO, Maria Lucia Mendes de. Patrimônio, trabalho e educação. A arquitetura escolar como lugar de memórias e da história da educação profissional pública de São Paulo. **V Jornada de Recuperação de Patrimônio Histórico – Educativo: la arquitectura escolar**, em Buenos Aires/AR, em 7 de agosto de 2012. Disponível em: [http://www.bnm.me.gov.ar/proyectos/medar/actividades/v\\_patrimonio/doc/carvalho\\_ponencia.pdf](http://www.bnm.me.gov.ar/proyectos/medar/actividades/v_patrimonio/doc/carvalho_ponencia.pdf). Acesso em: 06 abr. 2018.

ENGE, Rita Beatriz. **Planejamento da rede física escolar**. Dissertação de mestrado. São Paulo: FAUUSP, 2007.

ESCOLA TÉCNICA GETÚLIO VARGAS. Reportagem “AMPLIAÇÃO da Escola Técnica Getúlio Vargas - São Paulo”. In: **Revista Acrópole**, São Paulo, n.63, p.60-64, julho, 1943. Disponível em: <http://www.acropole.fau.usp.br/edicao/63>. Acesso em 28 mar. 2018.

FUNARI, Pedro Paulo. ZARANKIN, Andrés. Cultura material escolar: o papel da arquitetura. In: **Revista Pro-Posições**, v.16, n.1 (46) – jan./abr. 2005. Disponível em: [https://www.fe.unicamp.br/pf-fe/publicacao/2296/46-dossie-funari\\_pp\\_et\\_al.pdf](https://www.fe.unicamp.br/pf-fe/publicacao/2296/46-dossie-funari_pp_et_al.pdf). Acesso em 05/07/2019.

GONZAGA, Aprígio. **Em redor da Escola Profissional Masculina da Capital** (Obra comemorativa da instalação definitiva da Escola Profissional Masculina em seu prédio próprio, à rua Piratininga), em 1919. Diário Oficial, São Paulo. Centro de Memória da Etec Getúlio Vargas.

GONZAGA, Aprígio. Escola Profissional Masculina da Capital. **Relatório do ano de 1926**. Centro de Memória da Etec Getúlio Vargas.

GONZAGA, Aprígio. Escola Profissional Masculina da Capital. **Relatório do ano de 1927**. Centro de Memória da Etec Getúlio Vargas.

IANETA, Mario. **Entrevista concedida à professora Maria Lucia Mendes de Carvalho**, no Centro Paula Souza, em São Paulo/SP, em 19 de janeiro de 2012a, 30p. Disponível em: [http://www.memorias.cpscetec.com.br/publicacoes/percurso/DocRE\\_HOEmtd\\_MI19jan2012.pdf](http://www.memorias.cpscetec.com.br/publicacoes/percurso/DocRE_HOEmtd_MI19jan2012.pdf). Acesso em 31 jul. 2019.

IANETA, Mario. **Entrevista concedida à professora Maria Lucia Mendes de Carvalho**, em sua residência, em São Paulo, em 31 de janeiro de 2012b, 31p. Disponível em: [http://www.memorias.cpscetec.com.br/publicacoes/percurso/DocRE2\\_HOEmtd\\_MI2012.pdf](http://www.memorias.cpscetec.com.br/publicacoes/percurso/DocRE2_HOEmtd_MI2012.pdf). Acesso em 31 jul. 2019.

MELLO, Mirela Geiger de. **Arquitetura Escolar Paulista. Fundo Estadual de Construções Escolares – FECE: 1966-1976**. Dissertação de mestrado. São Paulo: FAUUSP, 2012.

MORAES, Carmem Sylvia Vidigal; ALVES, Júlia Falivene. (Org.). **Escolas Profissionais Públicas do Estado de São Paulo: uma História em Imagens (Álbum Fotográfico)**. Secretaria da Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico – Governo do Estado de São Paulo, 2002.

SAITO, Mario Izumi. **Os egressos da “GV” do Brás: Escola Técnica Getúlio Vargas (1911-1963)**. São Paulo, 2010. Disponível em: <http://www.cpscetec.com.br/memorias/livros/memorias/egressosgv.pdf>. Acesso em: 28 fev. 2018.

SÃO PAULO. **Decreto n. 43.182, de 25 de março de 1964**. Dispõe sobre o funcionamento da Escola Técnica Getúlio Vargas na Capital, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1964/decreto-43182-25.03.1964.html>. Acesso em: 09 abr. 2018.

SÃO PAULO. Prefeitura do Município. Secretaria Municipal de Cultura. Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo. Tombamento do Edifício da Escola Profissional Masculina, atual Fórum Brás, na Rua Piratininga, 105. **Resolução nº 24/ CONPRESP/2016**, de 04 de outubro de 2016. Disponível em: [http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/upload/Re2416TombamentoPrimeiraEscolaProfissionalMasculinaPDF\\_1478277217.pdf](http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/upload/Re2416TombamentoPrimeiraEscolaProfissionalMasculinaPDF_1478277217.pdf). Acesso em 06 abr. 2018.

SÃO PAULO. Prefeitura Municipal. **GeoSampa**: Prefeitura disponibiliza a visualização de lotes no mapa digital. Disponível em: [http://geosampa.prefeitura.sp.gov.br/PaginasPublicas/\\_SBC.aspx](http://geosampa.prefeitura.sp.gov.br/PaginasPublicas/_SBC.aspx). Acesso em: 26 jul. 2019.

# EDIFICIOS ESCOLARES EN EL SIGLO XIX EN DOS CIUDADES LATINOAMERICANAS EN BUENOS AIRES, ARGENTINA Y SAN LUIS POTOSÍ, MEXICO

**Francisco Hernández Ortiz. Emir Antonio Cruz Rentería**

Universidad Pedagógica Nacional/Benemérita y Centenaria. Escuela Normal del Estado de San Luis Potosí. México. División de Estudios de Posgrado. Universidad del Valle de San Luis

## 1. INTRODUCCIÓN

Este estudio constituye su objeto de investigación: “los edificios escolares a fines del siglo XIX” como espacios que simbolizan la modernidad, en ellos se difunde la cultura, la ciencia y la ideología del Estado. El referente geográfico, son dos ciudades, la de San Luis Potosí, México, y la de Buenos Aires, Argentina. La comparación del surgimiento de los primeros edificios escolares en estas dos latitudes permitió conocer las causas políticas, educativas y pedagógicas de la construcción de los primeros edificios escolares, con la finalidad de detonar la modernización en la educación en estas dos ciudades; atendiendo a los principios filosófico- políticos de la educación pública en cada país.

La historia de la humanidad está relacionada con el tiempo y el espacio, en especial el creado para la convivencia, donde se realizan las actividades de la vida cotidiana. El lugar donde se consumen los alimentos o donde se descansa o se duerme, etc. Así surge el espacio escolar como un sitio a donde se acude para que unos enseñen y otros aprendan. Antonio Viñao (1993) refiere que la escuela es espacio y lugar, es también una construcción cultural, esta marca diferencias significativas para cualquier otro espacio en donde interactúan las personas.

Las construcciones escolares en Europa se intensificaron desde la segunda mitad del siglo XIX Antonio Viñao (2008) argumenta que los edificios escolares son espacios en donde se socializa y educa a las personas. En América es tardía la construcción de edificios exclusivos para la tarea educativa, en México, Argentina y Colombia, lo expresa Rafael Maldonado (1999) los edificios eran casas habitación adaptadas, casi siempre descuidadas; coincide con lo documentado por Francisco Hernández (2011) respecto a los establecimientos públicos en la ciudad de San Luis Potosí, México, estos funcionaban en casas rentadas o de propiedad del gobierno; los edificios carecían de los espacios pedagógicos para la enseñanza y el aprendizaje.

José Miguel Godínez Visedo (1991) analiza en sus investigaciones, el espacio escolar, deduce que para una mayor comprensión debe verse desde lo diacrónico, histórico y didáctico; su utilidad para las tareas escolares. La contribución que hace Francisco Javier Rodríguez (2004) al estado de conocimiento de la arquitectura escolar, reconoce la influencia suiza, alemana y francesa en la definición conceptual y arquitectónica de los primeros edificios escolares en España en el siglo XIX; argumenta la importancia del diálogo profesional entre maestros y arquitectos para la definición de los espacios escolares; aunque no siempre fue así, el movimiento de la educación moderna en Europa, obligó a que estos dos profesionales acordaron las necesidades de espacio para la enseñanza; por otro lado la construcción de los

imaginarios de la escuela como espacios iluminados por la ciencia, asociado con la belleza arquitectónica. La escuela moderna, cuestiona la distribución de los espacios en el interior del aula, como el hacinamiento, el cansancio a los alumnos, propone nuevos espacios como lo dice Purificación Lahoz Abad (2010) afirma que en el modelo froebeliano, buscaba libertad y acción de los alumnos, por tanto la escuela debía tener una reorganización de sus espacios para el cultivo de prácticas pedagógicas diferentes a la escuela tradicional.

El movimiento internacional sobre la higiene y sanidad, a fines del siglo XIX, está asociado al papel del Estado como benefactor de la sociedad, como se dio en Europa y América. María Teresa Gutiérrez (2010), asevera que este movimiento a través de políticas higienistas y de salud, el Estado las intensificó para contrarrestar la mortalidad de la población provocada por epidemias, en parte debido a las condiciones de pobreza e insalubridad de la población, siendo los niños los más vulnerables a las enfermedades y por ende el incremento de decesos infantiles.

En la ciudad de México en 1909, se introdujeron medidas higienistas y pedagógicas para crear espacios adecuados para la enseñanza, dando origen propiamente a los edificios escolares; el tema fue discutido en el Congreso Higienista de 1882. “Las modernas recomendaciones no sólo de la higiene sino también de la pedagogía aconsejaban construir la escuela como un lugar exclusivo, que tuviera asignadas tareas propias y definidas.” (CHAQUI, 2012, p. 252). Acompañaron a Justo Sierra Ministro de Instrucción y Bellas Artes: “Ezequiel Chávez y Gregorio Torres Quintero, Manuel Uribe y Troncoso, Eugenio Latapí, Jesús González Ureña y su equipo de médicos, arquitectos e ingenieros se convirtieron en los principales promotores de los cambios en lo que respecta a la higiene escolar” (CHAQUI, 2012, p. 255). El impulso a la adaptación de escuelas en el Distrito Federal sirvió de base para que se intensificara en el periodo posrevolucionario, como una política de Estado a lo largo del siglo XX en México.

Para el caso de Colombia, María Teresa Gutiérrez (2010) refiere que las ideas higienistas se introdujeron desde 1886 con la creación de la “Junta Central de Higiene”, aunque por las diferencias políticas en el país, la ejecución de las medidas higienistas se aplicó hasta las primeras décadas del siglo XX. Lucía Leonetti (2005) sostiene que la Argentina a partir de 1880 inició una transformación para construir un sistema de representación política unificado y organizado por el Estado, para construir la Nación, eso implicó definir el tipo de educación para la formación del nuevo ciudadano. Patricia Barbieri (2016) reconoce al mismo tiempo que se implementaron acciones para transformar la educación, se concatenaron medidas higienistas, que se relacionan con el cuidado del espacio físico y su organización espacial en los edificios públicos, como las escuelas públicas. Lucía Lionetti (2011) pone a discusión cómo la ley 1420 de 1884 de la Argentina, se declara a la educación común, laica gratuita y obligatoria: aunado a lo anterior se integró a los ideales liberales los aportes de la medicina, la eugenesia y la puericultura para mejor educar a los niños y niñas cuidando los espacios expreso para la educación.

Este trabajo tiene como objetivo, dar a conocer las condiciones en las que surgen los primeros edificios escolares a fines del siglo XIX en la ciudad de Buenos Aires, Argentina y en la ciudad de San Luis Potosí, México, dentro del marco de la educación moderna.

Se parte de los supuestos: primero, la construcción de los centros escolares en la ciudad de Buenos Aires, Argentina a fines del siglo XIX tuvo como referente los principios pedagógicos de la educación moderna; impulsados con las decisiones políticas que

favorecieron construcciones específicas para la tarea educativa, de acuerdo a ciertos ordenamientos de la higiene escolar lo que dio pauta a la construcción de los primeros centros escolares. Segundo, la construcción de edificios escolares *expro-feso* para la tarea educativa, en la ciudad de San Luis Potosí, México, fue tardía comparado con lo acontecido en la ciudad de Buenos Aires, Argentina. Las preguntas que guían el análisis son: *¿Cuáles fueron las causas sociopolíticas y pedagógicas para la construcción de los edificios escolares en la ciudad de Buenos Aires y en la Ciudad de San Luis Potosí?, ¿Cómo se tradujeron las ideas pedagógicas de la educación moderna en la educación de la ciudad de Buenos Aires y en San Luis Potosí para crear los edificios escolares?, ¿Qué papel jugaron las comisiones pedagógicas u organizaciones que tomaban las decisiones educativas en cada uno de los países?*

La metodología, se diseñó bajo un procedimiento analítico-sintético que permitió hacer la reconstrucción histórica complementado con técnicas del método comparativo. Los datos fueron tomados de fuentes primarias del concentrado de planos de los edificios escolares de 1894 que se localizan en la Biblioteca Nacional de Maestros en la ciudad de Buenos Aires, Argentina. Del Archivo Histórico del Sistema Educativo Estatal Regular de San Luis Potosí, México, se tomaron los datos del compendio de planos de los establecimientos públicos del gobierno del estado de San Luis Potosí, México, 1889. Los conceptos teóricos bajo los cuales se hace la argumentación son: pedagogía, educación moderna, higiene escolar, modernidad y Estado.

## **2. LOS PRIMEROS EDIFICIOS ESCOLARES EN LA CIUDAD DE BUENOS AIRES, ARGENTINA, DENTRO DEL MARCO DE LA EDUCACIÓN MODERNA**

El trabajo que aquí se presenta recupera, la forma en cómo las ideas de la educación moderna y la higiene escolar influyeron en las decisiones de los gobiernos para crear organismos para administrar la educación, renovar los sistemas educativos integrando las ideas pedagógicas de la educación moderna, además se incluye la infraestructura física educativa; se planteaba en los discursos pedagógicos la necesidad de crear edificios escolares, bajo los preceptos de que la tarea educativa, debía realizarse en espacios contruidos *expro-feso*, ya que esto permitía a los alumnos el acceso al saber científico, artístico, humanístico; además de la práctica de la gimnasia, y la educación física, como ya sucedía en Europa.

A continuación se da a conocer el proceso de creación de los primeros edificios escolares modernos, a través del análisis de los planos de los centros escolares de la ciudad de Buenos Aires, Argentina; edificios que se construyeron en la segunda mitad del siglo XIX. Los planos que se preservan son un legado documental de 1894, elaborados por el Consejo Nacional de Educación (CNE) y preservados por la Biblioteca Nacional de Maestros (BNM).

El CNE fue creado el 28 de enero de 1881, por el presidente Julio Argentino Roca; tuvo jurisdicción solamente en la ciudad de Buenos Aires, posteriormente tuvo cobertura nacional. Este organismo se convirtió en “la voz oficial del gobierno del sistema educativo nacional.” (1991, p. 71). Este organismo del Estado, tuvo atribuciones, para “arbitrar las disposiciones concernientes a garantizar la fiel inversión de los fondos que se distribuyen a las provincias en virtud de la ley de subvenciones a la educación común, y propuso al Ministerio de

Instrucción Primaria su adopción.”<sup>1</sup> También se encargó de todos los expedientes o gestiones sobre construcción y reparación de edificios de escuelas en las provincias, colonias y territorios nacionales, adquisición de mobiliario, material científico y pago de sueldos del personal docente y administrativo, todo a cargo del Tesoro Nacional de Argentina.

El compendio de planos de los primeros edificios escolares de fines del siglo XIX bajo la responsabilidad del CNE, indican el interés del gobierno argentino, de construir espacios educativos acordes a las exigencias de la pedagogía moderna y de la higiene escolar; cada uno de los planos indica que dichos edificios fueron concebidos como espacios exclusivos para la tarea educativa. Los edificios escolares son construcciones simbólicas de la modernidad, en ellos se conjugan las aportaciones de tres disciplinas: la arquitectura, la higiene y la pedagogía, en cada uno, subyace el ideal educativo asimilado por los intelectuales y políticos dirigentes del país de fines del siglo XIX. El edificio simboliza el espacio construido para la escuela que se convierte en un “dispositivo de generación de ciudadanos- sostienen algunos liberales-, o de proletarios – según algunos marxistas –, pero no solo eso.” (PINEAU; DUSSEL; CARUSO, 2001, p. 28). Es también el espacio de confluencia social, en donde los alumnos se apropian de los contenidos culturales, ahí se construye la identidad y sentido de pertenencia a la nación. Los edificios de los centros escolares fueron construidos con las recomendaciones de las ideas higienistas como “espacios abiertos, el gimnasio y el jardín y los patios interiores aportaban condiciones de salubridad y de orden estético.” (2016, p. 41) Era el espacio idóneo, para las actividades escolares de la escuela moderna.

El informe del presidente del CNE doctor José María Gutiérrez, de la creación y construcción de edificios escolares, señala datos de la precariedad de las escuelas, los esfuerzos del gobierno por acondicionar o construir edificios con las condiciones mínimas para su funcionamiento; la descripción de las condiciones de precariedad de los centros escolares es un símil de lo que sucedía en los países latinoamericanos, como en el caso de México.

Los datos que proporciona el CNE cuantifican que en la ciudad capital, había 80 centros escolares “existiendo al mismo tiempo 55 escuelas que ocupan casas arrendadas”<sup>2</sup> refiere que en las provincias, inició la edificación de escuelas, principalmente en Santa Fé y Corrientes; señala dos diferencias significativas: las escuelas que funcionan en casas rentadas, y las que sus edificios se encuentra en proceso de construcción; “ya cavados sus cimientos, bajo la iniciativa progresista”<sup>3</sup> de las autoridades educativas de las provincias.

Se explica que en todo el país había 509 escuelas de instrucción primaria. Otros temas del informe fueron: la reforma a los planes de estudio bajo los preceptos de la pedagogía moderna, los libros de texto, como recursos didácticos.

La capital de Argentina, en 1896 se dividía en veinte distritos escolares, distribuidos en las zonas poblacionales. Las escuelas argentinas; además de la vigilancia

---

1 Archivo digital de la Biblioteca Nacional de Maestros, Argentina (BNM). El Monitor de la Educación Común, Publicación Oficial de la Comisión Nacional de Educación, Año 1. Buenos Aires, Septiembre de 1881. Núm. 1 (BNM, 2019).

2 El Monitor de la Educación Común, Publicación Oficial de la Comisión Nacional de Educación, Año XVI. Buenos Aires, Marzo de 1896. Núm. 272 (1896) 530. (BNM, 2019).

3 El Monitor de la Educación Común, Publicación Oficial de la Comisión Nacional de Educación, Año XVI. Buenos Aires, Marzo de 1896. Núm. 272 (1896) 530. (BNM, 2019)



eran atendidas por los supervisores escolares, por un cuerpo médico escolar; que tenían como finalidad la “inspección de las escuelas públicas y particulares, visitas hechas a los domicilios de los niños afectados de enfermedades contagiosas, vacunaciones y revacunaciones practicadas, informes y certificaciones, etc.”<sup>4</sup> (BNM, 2019)

Los primeros edificios escolares se inauguraron el 1º. de junio de 1884, fueron catorce edificios, con la presencia del general Julio Argentino Roca. El boletín “Monitor de la Educación Común” publicó la crónica que describe y narra la ceremonia en donde estuvieron los funcionarios públicos. El presidente de la Republica, sólo asistió a la inauguración del edificio que se localizaba “en el ángulo de las calles de Cochabamba y Entre – Ríos.”<sup>5</sup> (BNM, 2019) En la ceremonia protocolaria, estuvieron presentes los cadetes de la escuela naval, de cabos y sargentos, un regimiento de infantería y un escuadrón de artillería, que hizo disparos de salva de veinte disparos al terminar la ceremonia. Los funcionarios de la Comisión Nacional de Educación, el secretario de Hacienda doctor Plaza, y el ministro de Instrucción Pública y Relaciones Exteriores, miembros del Estado Mayor del ejército acompañaron al presidente. La ceremonia representa el compromiso del gobierno y del Estado de ofrecer educación popular a la población argentina.

La inauguración de los catorces edificios fue la respuesta del gobierno de impulsar la educación pública a la población infantil. Los discursos pedagógicos y políticos aluden a educar a la población infantil, creación de aulas y espacios adecuados a las necesidades de los alumnos.

Vamos sustituyéndolas por casas propias, construidas con arreglo a las leyes de la higiene escolar y a los adelantos de la arquitectura moderna, lo que además ofrece una gran ventaja económica como hemos sustituidos los antiguos métodos y sistemas por aquellos que la lógica y la práctica ha reconocido como buenos en Alemania, en Suiza y en Estados Unidos.<sup>6</sup> (BNM, 2019)

La influencia europea y norteamericana de la educación moderna en la Argentina, quedó documentada en las fuentes historiográficas de la educación, en los discursos políticos y pedagógicos de los funcionarios de las Comisión Nacional de Educación, se alude a la necesidad de mejorar las escuelas, los materiales educativos, la biblioteca, los museos, y los salones de clase con los materiales educativos apropiados de acuerdo a los ordenamientos de la pedagogía moderna.

Los edificios escolares reflejan las concepciones pedagógicas: espacio para la alfabetización y la cultura, para las actividades lúdicas, para la convivencia e interacción de los alumnos, para realizar sus necesidades fisiológicas, y lugar para la lectura. El Estado institucionaliza el espacio para que los estudiantes se formen en los ideales del ciudadano que la nación necesita dentro del contexto de la modernidad. Aunque los discursos también

---

4 El Monitor de la Educación Común, Publicación Oficial de la Comisión Nacional de Educación, Año XVI. Buenos Aires, Marzo de 1896. Núm. 272. (1896) 534. (BNM, 2019).

5 BNM. El Monitor de la Educación Común, Publicación Oficial de la Comisión Nacional de Educación, Año. III. Buenos Aires, Junio 1884. Núm. 60 (1884) 620. (BNM, 2019).

6 BNM. El Monitor de la Educación Común, Publicación Oficial de la Comisión Nacional de Educación, Año. III. Buenos Aires, Junio 1884. Núm. 60. (1884) 620. (BNM, 2019).

reconocen la precariedad en la que se encuentran la mayoría de los edificios escolares a fines del siglo XIX; arrendamiento y adaptación de casas particulares como escuelas, también las adquiría el Estado y las iba adaptando o construía nuevos edificios.

Los edificios escolares, con base en los planos de 1894, testimonian las primeras iniciativas gubernamentales de construir espacios públicos para la educación de la población, su diseño, demuestra que había una uniformidad en la distribución de los espacios para la tarea educativa. Los datos recabados permiten reconstruir que en el distrito 1º, había tres instituciones; el distrito 2º, sólo tenía dos centros escolares; distrito 3º, contaba con cuatro escuelas; el distrito 4º, contaba con tres centros escolares; del 6º distrito sólo se localizó una escuela; del distrito 12º, se identificaron dos escuelas; del distrito 14º, se ubicó un centro escolar; y tres edificios escolares en el distrito 15º, todos en la ciudad de Buenos Aires. Los planos de 1894 corresponden a 20 edificios escolares que fueron construidos para atender la educación de la población de la capital de la República Argentina.

El plano como representación cartográfica de la superficie en la que se construyeron los edificios escolares en la ciudad de Buenos Aires, tienen definidos los espacios, acotados para las actividades físicas, académicas centradas principalmente en las aulas, las salas o galería, algunas con gimnasio, laboratorio, comedores, áreas administrativas y oficinas de la dirección.

Del análisis de los veinte planos de los edificios escolares se localizó que no todas las escuelas tenían los mismos espacios; lo que sí se identificó es que todas tenían edificios de dos plantas; todos los edificios fueron construidos para ser centros escolares para niñas y niños. Eran inmuebles construidos para realizar tareas educativas, conforme a los ordenamientos de la pedagogía de la educación moderna. Los edificios y el espacio escolar construidos para el aprendizaje y la enseñanza de alumnos y profesores respectivamente, “destinado exclusivamente a la enseñanza, diseñado y construido con tal fin, y arquitectónicamente identificables por una serie de rasgos morfológicos, visibles y funcionales” (VIÑAO FRAGO, 2008, p.18) que la arquitectura e higiene escolar determinaron para su construcción.

Las aulas por ser los espacios centrales de la tarea educativa, donde se lleva a cabo los procesos de enseñanza aprendizaje, varía el número de aulas entre cada una de las escuelas: tres edificios tenían once aulas, diez edificios contaban quince aulas, uno doce aulas, uno de diez aulas, uno de nueve aulas, uno de ocho aulas y otro de seis aulas, Las escuelas tenían entre doce y trece aulas, haciendo un promedio general de 11.7 aulas por centro escolar; lo anterior demuestra que eran centros escolares con una alta población escolar en la capital del país. La tabla 1 sintetiza el número de edificios analizados y la distribución de los espacios para las tareas escolares.

**Tabla 1** – Edificios Escolares en la ciudad de Buenos Aires, Argentina en el Siglo XIX.

| EDIFICIO               | DISTRITO     | DOMICILIO                 | AULAS | PATIO | SALAS<br>GALERÍA | SANITARIOS | BODEGA | DIRECCIÓN | GINNASIO | BIBLIOTECA | LABORATORIO | COMEDOR |
|------------------------|--------------|---------------------------|-------|-------|------------------|------------|--------|-----------|----------|------------|-------------|---------|
| ESCULEAS (DOS PLANTAS) | DISTRITO 1º  | Calle Esmeralda<br>Nº 287 | 11    | 1     | 1                | 2          | 1      | 1         | 0        | 0          | 0           | 0       |
|                        |              | Cuyo Nº 790               | 11    | 1     | 0                | 2          | 1      | 1         | 0        | 0          | 0           | 0       |
|                        |              | San Martín<br>Nº 456      | 6     | 1     | 0                | 2          | 1      | 1         | 0        | 0          | 0           | 0       |
|                        |              | Reconquista<br>Nº 561     | 9     | 1     | 2                | 2          | 1      | 1         | 0        | 0          | 0           | 0       |
|                        | DISTRITO 2º  | Suipacha<br>Nº 116        | 11    | 1     | 2                | 2          | 1      | 1         | 0        | 0          | 0           | 0       |
|                        |              | Cancallo<br>Nº 1136       | 13    | 1     | 2                | 2          | 1      | 1         | 0        | 0          | 0           | 0       |
|                        | DISTRITO 3º  | Bolívar<br>Nº 344         | 13    | 1     | 2                | 2          | 1      | 1         | 0        | 0          | 0           | 0       |
|                        |              | Venezuela<br>Nº 793       | 13    | 1     | 3                | 2          | 1      | 1         | 0        | 0          | 0           | 0       |
|                        |              | Ilegible                  | 13    | 1     | 1                | 2          | 1      | 1         | 0        | 0          | 0           | 0       |
|                        |              | Callao<br>Nº 450          | 13    | 1     | 2                | 2          | 1      | 1         | 0        | 0          | 0           | 0       |
|                        | DISTRITO 4º  | Perú<br>Nº 982            | 13    | 1     | 2                | 2          | 1      | 1         | 0        | 0          | 0           | 0       |
|                        |              | Comercio<br>Nº 339        | 13    | 1     | 2                | 2          | 1      | 1         | 0        | 0          | 0           | 0       |
|                        |              | Defensa<br>Nº 1431        | 13    | 1     | 2                | 2          | 1      | 1         | 0        | 0          | 0           | 0       |
|                        | DISTRITO 6º  | Talcahuano<br>Nº 678      | 13    | 1     | 3                | 2          | 1      | 1         | 0        | 0          | 0           | 0       |
|                        | DISTRITO 12º | Pichincha<br>Nº 1873      | 13    | 1     | 1                | 2          | 1      | 1         | 0        | 0          | 0           | 0       |
|                        |              | Jujuy<br>Nº 1741          | 8     | 1     | 1                | 2          | 1      | 1         | 1        | 1          | 1           | 0       |
|                        | DISTRITO 14º | Caridad<br>Nº 227         | 10    | 1     | 2                | 2          | 1      | 1         | 0        | 1          | 1           | 1       |
|                        | DISTRITO 15º | Floresta S/N              | 12    | 1     | 2                | 2          | 1      | 1         | 0        | 1          | 1           | 1       |
|                        |              | Buenos Aires              | 13    | 1     | 2                | 2          | 1      | 1         | 0        | 1          | 0           | 1       |
|                        |              | Constitución              | 13    | 1     | 1                | 2          | 1      | 1         | 1        | 1          | 1           | 0       |
|                        | %            |                           | 11.7  | 1     | 1.65             | 2          | 1.65   | 1.65      | 1.0      | 2.5        | 2.0         | 1.5     |
|                        | totales      |                           | 274   | 20    | 33               | 40         | 20     | 20        | 2        | 5          | 4           | 3       |

Iboración Propia.

**Fuente:** Biblioteca Nacional de Maestros, Buenos Aires/AR (BNM, 2019).

El cien por ciento de los planos de los centros escolares, tenían señalado un patio para el recreo o la convivencia de los niños, niñas y maestros. Once edificios escolares contaban con dos salas o galerías. Tres escuelas tenían hasta tres salas, cinco edificios, tenía sólo un espacio para sala, y dos escuelas carecían de dichos espacios; las salas o galerías servían a los alumnos y profesores para desarrollar actividades complementarias a la educación de los estudiantes.

Los edificios de las veinte escuelas, de la ciudad de Buenos Aires, tienen diseñados dos módulos de sanitarios, una bodega para concentrar materiales y muebles, sólo a dos se les identificó gimnasio; cinco contaban con una biblioteca, cuatro con laboratorio y sólo a tres se les identificó comedor, lo anterior de acuerdo a la distribución en los planos de cada uno de los centros escolares. La construcción de edificios escolares a fines del siglo XIX en la República Argentina refleja el interés del gobierno por proporcionar educación a la población, dentro de un modelo de educación moderna; en donde las ideas ilustradas basadas en la ciencia y la pedagogía se traducen en acciones educativas en la formación de la ciudadanía y lograr la unidad nacional.

### **3. LAS APORTACIONES DEL CONGRESO HIGIÊNICO – PEDAGÓGICO DE 1882 PARA LA CREACIÓN DE LOS PRIMEROS EDIFICIOS ESCOLARES EN MÉXICO**

La construcción de los primeros edificios escolares, con las características físicas de espacio y arquitectura conforme a las recomendaciones de la pedagogía y medicina, se discute a fines del siglo XIX, en el esplendor de la dictadura de Porfirio Díaz en México. Los maestros, pedagogos, médicos, inspectores escolares, autoridades educativas y los representantes del gobierno discuten la necesidad de reorientar la educación de acuerdo a los nuevos enfoques del positivismo y la educación moderna, coinciden en el rol de la escuela y el profesor al considerar que “el niño se convertiría en objeto principal de los educadores.” (LOYO; STAPLES, 2010, p. 129). El gobierno porfirista impulsó la creación de escuelas, pero no logró la cobertura educativa; si no que se generó un rezago en la educación, en el área rural.

El Congreso, es un referente sociopolítico-educativo del Porfiriato, ahí se acordaron e implementaron acciones para sacar a las instituciones educativas de la precariedad en la que se encontraban, carentes de una funcionalidad que la pedagogía exigía en el contexto de la modernidad; no había aún una infraestructura física educativa.

Las escuelas mexicanas a fines del siglo XIX funcionaban en casas habitación adaptadas, rentadas por el Estado, con el conflicto de que los dueños no aceptaron fácilmente que fueran modificadas o adaptadas, porque al término del contrato pedían que se les dejara en las condiciones en las que las rentaron; esto provocó pérdida económica para el erario público. Otras se establecieron en locales, no aptas para las tareas educativas. Algunas escuelas funcionaban en casas de vecindad por lo que las habitaciones eran reducidas, con serias dificultades de ventilación.

La construcción de los edificios escolares deberían tomar en consideración: el tipo de terreno “seco y elevado, porque el vapor de agua es el vehículo de las materias orgánicas, las cuales entran en descomposición pútrida cuando la temperatura no es muy

baja, y lo segundo, para facilitar la renovación de un aire puro y saludable.”<sup>7</sup> Los materiales de construcción “menos higroscópicos, usar tezontle, ladrillo refractario, los ladrillos de arcilla vitrificada y perforados.”<sup>8</sup> El tipo de piso de la escuela debería ser elevado sobre el nivel de la calle, los techos con soporte rieles y la madera de cedro. La elevación de la escuela es una condición indispensable. Las escuelas deberán estar alejadas de fábricas e industrias que producen mal olor o problemas en el ambiente, alejada de lugares insalubres, peligroso o incómodos. Cuidar la orientación, y los vientos que favorezcan la ventilación, evitando los fríos y velocidad del viento.

En el ocaso del Porfiriato las construcciones de los primeros edificios, tomaron como base las recomendaciones del Congreso Higiénico-Pedagógico, con influencia de la arquitectura francesa en su diseño arquitectónico. “El modelo propuesto por el arquitecto Nicolás Mariscal suponía salones para 50 alumnos, con una superficie de m<sup>2</sup> y 4.50 m de altura. En el emplazamiento se buscó que los alumnos – sentados en pupitre – recibieran luz por el lado izquierdo y buena ventilación; condiciones de habitabilidad retomados de los tratados franceses de Louis Cloquet y Julien Guadet, además de la influencia artística de la época.” (SANTA ANA LOZADA, 2011, p. 71). En 1905 empiezan a construirse los primeros edificios, se ve limitado con el advenimiento de la Revolución, fueron los gobiernos posrevolucionarios a partir de la década de los veinte, que se intensifica la creación de edificios escolares prediseñados, con los espacios adecuados para las tareas pedagógicas en México.

## 5. LOS EDIFICIOS ESCOLARES EN LA CIUDAD DE SAN LUIS POTOSÍ, MÉXICO

La ciudad de San Luis Potosí se localiza en la zona centro-noreste de la República Mexicana, a fines del siglo XIX en la plenitud del Porfiriato, había evolucionado significativamente en lo social, cultural y económico. El control político como característica del gobierno porfirista, también se percibía a nivel local con la autoridad de Carlos Díez Gutiérrez como uno de los gobernantes que por más de quince años dirigió los destinos de la entidad. En el rubro educativo se introdujeron las nociones de la educación moderna con la reforma educativa en 1884 en esta ciudad.

Hubo nuevos discursos pedagógicos de cómo educar a los niños y jóvenes, de los materiales educativos, la preparación de los profesores bajo los nuevos preceptos de la escuela moderna; una parte que poco se transformó fueron los espacios educativos. El segundo inspector de instrucción primaria, profesor Reynaldo Morales, documentó dónde se localizaban las escuelas de instrucción primaria en la ciudad capital de San Luis Potosí, y a través de la colección de planos elaborados por él mismo en 1889; se infieren las condiciones en las que estaban los edificios y espacios escolares.

La colección de los veinticinco planos que comprende el compendio, se demuestra que todos los edificios escolares, eran casa – habitación, rentadas en su mayoría, otras

---

7 Memorias del primer Congreso Higiénico-Pedagógico: reunido en la Ciudad de México el año de 1882. Biblioteca Nacional de Medicina de EE. UU.

8 Memorias del primer Congreso Higiénico-Pedagógico: reunido en la Ciudad de México el año de 1882. Biblioteca Nacional de Medicina de EE. UU.

eran propiedad del gobierno del estado, pero ninguno de los edificios había sido construido *exprofeso* para la tarea educativa. La ciudad se dividía en siete barrios y en cada uno, había dos escuelas; una para niñas y otra para niños. Algunas escuelas tenían sección de párvulos; antecedente de los jardines de niños.

Los edificios escolares, primero fueron casa habitación, los veinticinco edificios tienen señalado un zaguán, con techo de viga y piso de ladrillo; fachadas del periodo colonial, con un alto grado de deterioro; en todas se localiza un patio empedrado, sólo una casa-escuela se le señala en el plano un comedor, veintidós escuelas tiene localizado un salón para las clases; éste es de dimensiones suficientes para atender a los alumnos. Sólo tres tienen dos salones para las clases; dos casa-escuela, tienen 4 cuartos habitación sin uso, tres escuelas tienen tres cuartos sin uso, once sólo tiene los salones de clase; es decir eran los cuartos de la casa que se adaptaron, dos casas-escuela tenía siete cuartos adicionales cada una que no se ocupaban para las tareas escolares, una casa-escuela tenía ocho cuartos, una tenía cinco cuartos adicionales, una dos adicionales y una tenía seis cuartos adicionales. Los cuartos adicionales, al que fungía como salón de clase, eran espacios que no correspondían al diseño arquitectónico de una escuela, demuestran que eran casas adaptadas para las actividades escolares. Aunado a lo anterior, se identificó en una escuela que tenía ubicado en el plano una caballeriza.

Los planos, tienen definida una sección de párvulos, en doce edificios, se señala espacio de cocina, en siete instituciones se identifica en el plano que tenían cuartos sin techo, porque estos habían colapsado por el deterioro y conservación. Dos centros escolares contaban con bodegas para guardar bastidores, aparatos y materiales para gimnasia. Los veinticinco centros escolares contaban con una sección de sanitarios. La mitad de las escuelas contaba con pozo para sustraer el agua para el consumo de los alumnos de cada escuela.

Los datos recabados de los planos de las escuelas de instrucción primaria en San Luis Potosí demuestran que, aunque en los discursos se mencionaba la importancia y necesidad de crear espacios adecuados para la tarea educativa de acuerdo a las exigencias de la educación moderna; la infraestructura física de los centros educativos no ayudaba a que se concretizaran los ideales de la educación moderna. Caso contrario sucedía en Argentina, ahí el gobierno había creado edificios para la tarea educativa, por tanto, estaban en mejores condiciones la atención de los estudiantes, con mayor apego a los preceptos de la educación moderna del siglo XIX, principalmente en la ciudad de Buenos Aires.

## **6. LA PRIMERA ESCUELA MODELO EN LA CIUDAD DE SAN LUIS POTOSÍ**

Las escuelas de instrucción primaria públicas de la ciudad capital del estado de San Luis Potosí/México durante el siglo XIX, funcionaron en casas-habitación adaptadas para realizar las actividades escolares. La primera escuela construida por el gobierno del estado de San Luis Potosí fue hasta el siglo XX, cuya inauguración fue en el año de 1907.

El edificio pertenece al movimiento arquitectónico ecléctico que imperaba todavía a principios del siglo en la ciudad, aunque se inclinaba hacia el neoclásico. Su fachada está construida con piedra

gris (extraída de la cantera de los cortes de la hacienda de Bocas), y ladrillo prensado de color rojo y amarillo. Es un edificio de una sola planta, elevado unos noventa centímetros sobre el nivel de la acera. (VILLAR RUBIO, 2000, p. 150)

Al hacer un análisis de los planos de la primera escuela modelo se localizan los siguientes espacios, que, de acuerdo, a los requerimientos de la escuela moderna y de la corriente de higiene escolar que en Europa y los Estados Unidos, ya se habían institucionalizado desde fines del siglo XIX, en San Luis Potosí, este primer edificio, marcó una ruptura e inaugura una nueva etapa de la educación pública en la entidad.

Los planos ubican una parte central del edificio; contiene vestíbulo, lavabos y percheros en cada sección para los alumnos de las clases, mesas y asiento para el conserje, seis aulas con capacidad para atender a cincuenta alumnos, cada aula con su plataforma y mesa para profesores. Patios pavimentados con mosaico para el abrigo de los alumnos, otros patios para ejercicio militares, patios con jardines y fuentes. Cuatro módulos de sanitarios para los estudiantes.

Los planos de los pabellones laterales tienen la dirección, sala de espera de la dirección, habitaciones del director, recámaras, sala-comedor y corredor cubierto, con entradas independientes, con su sanitario, cocina, jardín, pabellón de conserje, correspondiente, primer piso. Por primera vez en San Luis Potosí, se creó el primer edificio construido especialmente para atender las actividades escolares, con espacios diseñados de acuerdo a las aportaciones científicas de la higiene, arquitectura, ingeniería y pedagogía. La construcción de edificios escolares se convirtió en una política educativa del Estado Mexicano, que se intensificó durante el siglo XX después de la Revolución Mexicana, al considerarse a la educación como un derecho social bajo la responsabilidad del Estado.

## 7. COMENTARIOS FINALES

Los edificios escolares de las ciudades de Buenos Aires en Argentina y de San Luis Potosí en México respectivamente, reflejan el grado de evolución de los sistemas educativos de estos dos países. Comprender la complejidad en la que se da la creación de los primeros edificios escolares, como espacios para la enseñanza, los datos, antes analizado permiten inferir el rol del papel el Estado, como responsable de la educación en los ciudadanos, se evidencia en las decisiones políticas que tomó a fines del siglo XIX para crear escuelas, profesores, invertir en materiales educativos y mobiliario. La educación como medio para la consolidación de las ideas liberales del Estado; adquiere características ideologizantes desde los centros escolares. La República de Argentina y la República Mexicana, a través de los ministerios de Justicia, Culto e Instrucción Pública y Justicia e Instrucción y Bellas Artes, respectivamente, definían en razón a las necesidades sociopolíticas de la época, cómo debía ser la educación. Cada país tiene procesos diferenciados en el desarrollo educativo a fines el siglo XIX; aunque en ambos países la influencia del liberalismo y positivismo se refleja en la educación, y en las decisiones políticas para generar las condiciones óptimas para que la educación popular o pública cumpla su función formativa e ideológica de cada ciudadano que educa el Estado.



La construcción de edificios escolares exprofeso, es un ejemplo de las ideas de renovación pedagógica. Argentina a fines del siglo XIX, en la ciudad de Buenos Aires, integra al sistema educativo las ideas de la educación moderna. Las ideas ilustradas, del papel de la ciencia, sólo puede concretizar, si existen espacios educativos que satisfagan los requerimientos de la educación moderna. A fines del siglo XIX se están construyendo edificios con aulas, salas, galerías, gimnasio, comedores y laboratorios. El espacio escolar, es lugar del estudio de la ciencia, también de convivencia, de la recreación y la cultura. Las nuevas construcciones escolares se justifican desde los discursos políticos y pedagógicos, como sinónimo de la modernidad.

Los postulados las ideas de la educación moderna se introducen en la ciudad de México; y en el interior de los estados como San Luis Potosí, se diseminan en las escuelas normales durante el Porfiriato. Enrique C. Rébsamen, Justo Sierra, Joaquín Baranda, Gregorio Torres Quintero, jugaron un papel importante en los debates, para introducir la educación moderna en México. Los discursos discuten la necesidad de salir de la instrucción y pasar a la educación, esto implicó también pensar en el espacio escolar. El Congreso Higiénico-Pedagógico, fue donde confluyen las ideas de la pedagogía moderna, la medicina y la higiene; las conclusiones del congreso demuestran la precariedad de las escuelas mexicanas, y la urgente necesidad de que el país avanzara hacia la modernidad; refleja también la asimetría en la desarrollo urbano y rural de las ciudades y comunidades del Porfiriato.

Tanto en la ciudad de Buenos Aires, como en la ciudad de San Luis Potosí, las comisiones encargadas de administrar la educación la componían profesores, pedagogos y médicos. Con el impulso de la construcción de los centros educativos: ingenieros, médicos, maestros y pedagogos contribuyeron a interrelacionar sus disciplinas para crear los edificios y espacios simbólicos para el estudio y trabajo escolar.

La creación de los edificios escolares como espacios simbólicos de la modernidad sintetizan los avances de la ciencia y las disciplinas: pedagogía, medicina, ingeniería y arquitectura. El espacio escolar, es lugar común creado por el Estado, al que acuden los estudiantes para apropiarse de la cultura y de la ideología que subyace a la acción educativa. Los edificios escolares que se construyeron a fines del siglo XIX en la ciudad de Buenos Aires, como lo testimonian los planos de 1894 eran construcciones que representaban la aspiración educativa del Estado enmarcado dentro del contexto de la modernidad.

En México, en la ciudad de San Luis Potosí, los planos de 1889 reflejan las condiciones de precariedad en la que se encuentran las escuelas; no hay edificios exprofeso. Los espacios escolares fueron creados en casas habitación, en casas rentadas o comparadas por el gobierno, pero no cumplían con las exigencias de la Modernidad, que, en Europa, ya existían, y que, en México, los primeros edificios escolares aparecieron hasta la primera década del siglo XX.

Las construcciones de los edificios escolares y sus espacios reflejan el poder del Estado, el ideal de educación y ciudadano que se forman a través de la educación. Las diferencias entre la ciudad de Buenos Aires y la ciudad de San Luis Potosí en México, es resultado de la evolución histórica y de las condiciones del contexto sociopolítico e histórico de cada país. Las similitudes que se identifican, es el interés del Estado, por ofrecer una educación que forme al sujeto para integrarse a la vida social y política, como ciudadano, bajo los preceptos de la ciencia, y la moralidad que el Estado considera pertinente para la convivencia social: esto es incuestionable en el interés de cada uno de los países.

## 8. REFERÊNCIAS

BARBIERI, Patricia. Arquitectura para la educación e higienismo: el Hospital e Instituto de Enseñanza Médica del Centenario y la Escuela Normal n.º 1 «Dr. Nicolás Avellaneda» en la ciudad de Rosario. **Revista de Historia de la educación**, vol.17, n.2, 2016, p. 31-52.

BAZANT, Milada. **Historia de la educación durante el Porfiriato**. México: El Colegio de México, 2006.

Biblioteca Nacional de Maestros. **Planos de los edificios escolares del Consejo Nacional de Educación, Sala de sesiones, Edificios escolares, Capital 1894**. Repositorio. Buenos Aires. Argentina. 2019.

Biblioteca Nacional de Medicina de EE. UU. Memorias del primer Congreso Higiénico-Pedagógico: reunido en la Ciudad de México el año de 1882. **Open Knowledge Commons**, Repositorio. <https://archive.org/details/23911420R.nlm.nih.gov> .

CERINO HERNÁNDEZ, Tomasa. La higiene escolar durante el Porfiriato: una aproximación a su estudio a través de sus textos. En: **El patrimonio Histórico Educativo: el acervo y los libros de higiene escolar, pedagogía, economía doméstica y geografía**. México: Ediciones De Lirio, 2016.

CHAQUI, María. La higiene escolar en la Ciudad de México en los inicios del siglo XX. **Historia Mexicana**, vol. LXII, nº.1, Editorial El Colegio de México, A.C. (2012) 249-304.

GODÍNEZ VISEDO, José Miguel. Espacio escolar y reforma de la enseñanza. **Revista interuniversitaria de formación del profesorado** 11, 1991. p. 125-135.

GUTIÉRREZ, María Teresa. Proceso de institucionalización de la higiene: estado, salubridad e higienismo en Colombia en la primera mitad del siglo XX. **Estudios Socio-Jurídicos**, [S.I.], v. 12, Colombia. 2010. p. 73-97.

HERNÁNDEZ ORTIZ, Francisco. **Compendio de planos de los Establecimientos Públicos de San Luis Potosí a finales del siglo XIX**. México: Editorial Pedro Vallejo, 2011, p. 21-46.

LAHOZ ABAD, Purificación. El modelo froebeliano de espacio-escuela. Su introducción en España. **Historia de la Educación**, Salamanca, v. 10, 2010. p. 107-133.

LIONETTO, Lucía. Discursos, Representaciones Y Prácticas Educativas sobre el Cuerpo de los Escolares: Argentina en las primeras Décadas Del Siglo XX. **Cuadernos de Historia**, Santiago 2011, p.31-52.

LIONETTI, Lucía. La función republicana de la escuela pública. La formación del ciudadano en Argentina a fines del siglo XIX. **Revista Mexicana de Investigación Educativa**, 10 (27), 2005. p.1225-1255.

LOYOI, Engracia, STAPLES, Anne. **Fin del siglo y de un régimen en La Educación en México**. México: El Colegio de México. 2010.

MALDONADO TAPIAS, et al. **Historia de la arquitectura escolar en Colombia**. Universidad Nacional de Colombia-Unibiblos, 1999.

MARENGO, Roberto. Estructuración y consolidación del poder normalizador: el Consejo Nacional de Educación en Puiggrós, A., Puiggrós, A., & Carli, S. **Sociedad civil y Estado en los orígenes del sistema educativo argentino**. vol. 2. Argentina: Editorial Galerna, 1991.

NOGUERA RAMÍREZ, Carlos Ernesto. Los manuales de higiene: instrucciones para civilizar al pueblo. **Revista Educación y Pedagogía**. n. 34, (2010) 275-288.

PINEAU, Pablo. DUSSEL Inés y CARUSO, Marcelo. **La escuela como máquina de educar**. Buenos Aires: Editorial Paidós, 2001.

RODRÍGUEZ MÉNDEZ, Francisco Javier. **Arquitectura escolar en España: 1857-1936**. Tesis de doctorado en Universidad Politécnica de Madrid. Arquitectura, 2004, 897p.

SANTA ANA LOZADA, Lucia. **Arquitectura escolar en México**. Bitácora arquitectura, [S.I.], n. 17, 2011, p. 70-75.

VILLAR RUBIO, José Victoriano. **El centro histórico de la ciudad de San Luis Potosí**. San Luis Potosí/México. Universidad Autónoma de San Luis Potosí: Editorial Universitaria Potosina, 2000.

VIÑAO FRAGO, Antonio. Escolarización, edificios y espacios escolares. **Revista Participación Educativa**, 7, 2008, p. 16-27.

VINÃO FRAGO, Antonio "Del espacio escolar y la escuela como lugar: propuestas y cuestiones." Historia de la Educación. **Revista Interuniversitaria**. Madrid 12, 1993, p. 17-74.

# A EXPERIÊNCIA DO INSTITUTO LAURO SODRÉ: DO IMPÉRIO À REPÚBLICA UM MODELO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL A SER SEGUIDO<sup>1</sup>

**Sueli Soares dos Santos Batista. Maricilde Oliveira Coelho**  
Unidade de Pós-graduação/CEETEPS. Universidade Federal do Pará

## 1. INTRODUÇÃO

[...] por toda parte direi que ele é um modelo no seu gênero<sup>2</sup>  
(João Oliveira de Sá Camello Lampreia, 1904)

O presente estudo proposto para a “Jornada Patrimônio Cultural da Educação Profissional e Tecnológica: Edifícios, Patronos e Diversidade na Gestão Escolar”, enquadra-se no Eixo II: Instituições, Patronos, Identidade, Memórias e História da Educação Profissional e Tecnológica, refere-se à pesquisa e à análise da trajetória histórica do Instituto Lauro Sodré, em Belém do Pará. Buscando os fundamentos históricos das instituições de educação profissional no Brasil no que se refere aos seus processos de internacionalização, encontramos documentos relacionados ao Instituto Lauro Sodré, escola de formação de jovens para o trabalho na cidade de Belém-Pará, instituição essa surgida em meados do século XIX e que inspirará as primeiras escolas republicanas de educação profissional no Brasil.

O estudo se justifica por ser essa instituição considerada exemplar na passagem do século XIX para o século XX no que tange à educação profissional naquele período. A experiência do Instituto Lauro Sodré foi considerada como um exemplo a ser seguido por médicos sanitaristas de São Paulo, que o visitaram devido a vários aspectos que apresentaremos nesse estudo. Mas não só em termos nacionais esse Instituto se destacou. Nos relatórios que fazem parte do *corpus* documental da nossa pesquisa, o Instituto Lauro Sodré é apresentado como referência na América Latina.

O caráter profissionalizante dessa instituição e de suas técnicas de ensino das quais fazem parte também o currículo e a arquitetura escolar estão intimamente relacionados a um interesse na formação de trabalhadores agrícolas e fabris, em escala não só nacional, mas também mundial como fica explicado nos relatórios produzidos por essa escola.

A pesquisa se baseia em bibliografia específica sobre a história da educação profissional, sobre estudos relacionados ao patrimônio educativo acompanhados de pesquisa documental dos relatórios produzidos pela direção desse Instituto nos anos de 1899 e 1904.

Os relatórios de 1899 e 1904 do Instituto Lauro Sodré revelam concepções da época, pertinentes não só para a região amazônica já que o Instituto era referência para autoridades,

---

1 Esse estudo se insere nas atividades do projeto sobre internacionalização da Educação Profissional e Tecnológica financiado pela Fapesp. (Processo 2018/03106-8)

2 Frase de João Oliveira de Sá Camello Lampreia, Ministro de Portugal em 1904 sobre o Instituto Lauro Sodré.

intelectuais e outras instituições educacionais brasileiras e estrangeiras. Nos documentos consultados encontram-se relatos sobre o espaço físico, as regras internas de funcionamento, o currículo geral e profissionalizante, a estrutura das oficinas, as exigências de formação de professores e mestres, bem como os critérios para seleção, permanência e aprovação dos alunos. Nesse estudo, especificamente trataremos da apresentação do Instituto como promotor de um modelo de educação profissional a ser seguido, algo que se percebe ao longo de todo relatório, mas que fica mais evidente na narrativa de apresentação do relatório de 1899 e nos relatos dos visitantes brasileiros e estrangeiros presentes no relatório de 1904.

De alguma forma, o presente estudo é continuidade de pesquisas já iniciadas por Coelho e Batista (2019) em que as autoras consideram que a experiência do Instituto Lauro Sodré demonstra, entre outros aspectos,

[...] o surgimento de uma mentalidade educacional que visava preparar para o trabalho em espaços e tempos racionalizados e controlados cientificamente. Modernidade e cientificidade são os pressupostos básicos dessa formação para meninos educáveis e civilizáveis à medida que a passagem pelo Instituto significava se submeter ao regimento que permitia aos funcionários controlarem todo o espaço e o tempo dos educandos. (COELHO; BATISTA, 2019, p. 11)

## 2. PATRIMÔNIO HISTÓRICO EDUCATIVO E AS TECNOLOGIAS DE ENSINO COMO MODO DE PRODUÇÃO

A valorização das fontes materiais no contexto da história das instituições escolares está associada a importantes transformações na historiografia de modo geral e, também quanto à história da educação. Supõe, como afirma Escolano (2010) uma mudança epistêmica e social significativa. Essa mudança epistêmica se refere a um tipo de investigação histórica que ilumina as práticas culturais e os modos empíricos de produção da cultura escolar. É significativa a mudança de estatuto dos documentos produzidos pelas instituições escolares, comumente alijados para o arquivo morto e mais recentemente elevados à condição de importantes fontes históricas.

Tudo isso é um processo de dar visibilidade não só à escola, à cultura produzida por ela e dentro dela, como também aos materiais de toda ordem em que essa cultura está inscrita. Saem também da invisibilidade e da indigência dos estudos históricos os atores produtores dessa cultura material, atores que produzem e produziram essa cultura escolar num processo de diálogo e interação com outras instituições, espaços e tempos de produção de conhecimento e de representações sociais. Como afirma Escolano (2010),

La nueva historia cultural, a través de sus líneas etnográfica y microhistórica, principalmente, viene tratando de configurar un nuevo campo historiográfico en torno al estudio de las materialidades de la escuela, no como un ámbito polarizado simplistamente hacia la historia instrumental, sino como una orientación investigadora que puede ser incluso globalizante en

la medida en que desde lo material, examinado siempre en sus significaciones culturales, se puede estructurar toda una historia holística de la educación que estudie los usos de los objetos, las vinculaciones de unos materiales con otros, las relaciones de estos con los actores y con las prácticas empíricas que ponen en acción, su ubicación en los espacios institucionales y la imbricación de todas estas mediaciones en la estructuración de la tecnología de la enseñanza como modo de producción. (ESCOLANO, 2010, p. 17)

Isso implica em considerar que os estudos sobre patrimônio histórico educativo podem iluminar experiências específicas de atores e instituições educacionais em suas várias dimensões materiais e cotidianas, mas também quanto à sua inserção e resistência quanto aos sistemas educativos, às normatizações e aos territórios nos quais essas experiências estão inseridas não sem contradições. Ou seja, ancorados no que se convencionou chamar de nova histórica cultural, os estudos sobre o patrimônio educativo enquanto parte da micro-histórica e da etnografia não dispensam uma perspectiva abrangente capaz de compreender as relações complexas entre a cultura escolar e as estruturas sociais, políticas econômicas de caráter mais global. O global aqui mencionado se refere menos a uma perspectiva geral e universalizante do que à existência de relações entre as dimensões micro e macro que são medidas por algumas estruturas que talvez não sendo totalmente homogeneizadoras, são produzidas com essa potencialidade.

A cultura escolar, nesse contexto, pode ser lida por meio da concepção e da execução de protocolos, de sanções normalizadoras, de espaços e discursos organizados que não só se constituem como difusores de saberes, mas também como produtores de um saber pedagógico e formativo, visando um ideal de produtividade e de eficiência que é incontestado quando se trata de ensino vocacional e/ou profissional. Quando se aborda a complexidade da cultura escolar nos estudos sobre educação profissional e tecnológica essa abordagem se torna não só algo evidente como necessária.

Aproveitamos, portanto, para os limites desse nosso estudo a reflexão que Escolano (2010) faz da “tecnologia de ensino como modo de produção”. Conceber o ensino na sua face tecnológica como modo de produção só é possível à medida que se reconhece que a ciência, no nosso caso, a ciência educativa associada ao desenvolvimento tecno-científico se desenvolveu também como parte de um modo de produção de conhecimento, de sociabilidades e de institucionalidades educativas. Mas esse não é um mundo à parte. Antes o modo de produção do conhecimento educacional se entrelaça às exigências de formação escolar e profissional visando o mundo do trabalho, do consumo e do desenvolvimento tecno-científico.

A narrativa presente nos documentos analisados, ou seja, nos relatórios de 1899 e de 1904 do Instituto Lauro Sodré, são registros de uma nova tecnologia de ensino como modo de produção educativo com vistas à formação de trabalhadores. Não se tratava mais de aprender ofícios por meio da tradição do trabalho manual oriunda dos mestres. Sem poder ainda dispensar a orientação dos mestres, o Instituto Lauro Sodré e instituições educativas congêneres esboçam um processo de trabalho pedagógico racional e racionalizante, visando a produtividade na aprendizagem e nos resultados dessa aprendizagem avaliados pelos artefatos produzidos pelos alunos artífices. É o que se percebe no relato sobre o Instituto Lauro Sodré por parte de médicos paulistas que o visitaram entre 1904 e 1905,

Sabidamente administrado, o Instituto é hoje fonte de renda para o Estado. Lá se fazem todas as roupas para os próprios *alumnos*, para os presos da cadeia, fardamentos para o regimento policial e ainda roupas para particulares. Todas as encadernações e muitas impressões do Estado são lá feitas, além do mobiliário para as escolas e obras diversas, de *encommenda*, para particulares, calçado para o collegio e regimento, e obras de ferreiro e serralheiro para os diversos estabelecimentos mantidos pelo governo, etc. (LINDENBERG, GODINHO, 2011, p. 120)

O educador Zeferino Cândido, também, visitando a instituição celebra a produtividade resultante das oficinas da escola, verdadeiro manancial de artífices e artefatos produzidos por esses artífices,

As suas oficinas de alfaiate e de sapateiro vestem os alunos de lá e de outros estabelecimentos públicos; vestem a força pública, fazem-lhe os seus fardamentos. Dali saem as mobílias escolares para as escolas, e ainda os gradis, portões e outras obras dos estabelecimentos públicos! E agora? Quem não há de sentir admiração e amor a tão notável e simpática instituição? (INSTITUTO LAURO SODRÉ, 1904, p. 97)

A experiência de educação profissional desse Instituto além de se colocar como referência para outros espaços do império e, também da república brasileira nascente, teria também inspirado outros países porque se baseou de maneira especial em experiências de instituições internacionais de formação profissional. No caso brasileiro um dos principais argumentos para a criação de instituições desse tipo era realizar uma espécie de “caridade prática” capaz de dar um lugar na sociedade para inúmeros sujeitos não escolarizados e desfavorecidos. Mas o objetivo era formar rápida e eficazmente o maior número possível de trabalhadores com o menor custo para os cofres públicos à medida que os jovens estudantes aprendiam já produzindo uma série de mercadorias que garantiam a sobrevivência econômica da instituição e de outras que também se beneficiavam dos produtos manufaturados oriundos de lá.

A capacidade de trabalho desses meninos, não só como futuros trabalhadores, mas de imediato produzindo as mais variadas mercadorias nas oficinas da escola era o critério diferenciador de outras instituições que visavam mais o abrigo que a instrução e o trabalho manual.

O Instituto Lauro Sodré, mesmo tendo em seu relatório a celebração de seu caráter excepcional em seu projeto educativo e arquitetônico, supostamente ombreado com outras escolas similares em outros países carece de várias condições que não permitem essa comparação sem que se corra riscos. No relatório de 1899 aparece a aposta na melhora das condições socioeducativas, a partir da reforma na legislação e, também na inauguração do novo prédio. Esperava-se que em quatro ou seis anos o Instituto pudesse superar a formação de “raros operários” podendo “entregar anualmente à sociedade paraense dezenas de cidadãos operários e agricultores instruídos” (INSTITUTO LAURO SODRÉ, 1889, p. 8). Em 1904, mediante as condições de infraestruturas sensivelmente melhoradas, a ênfase do relatório não é a entrega de profissionais habilitados, mas o inventário das peças produzidas pelos alunos trabalhadores nas diversas oficinas.



No relatório do Instituto Lauro Sodré publicado, em 1904 há uma seção dedicada aos relatos de visitantes. Essa seção se intitula “O que se diz do Instituto Lauro Sodré”. Os relatos compilados nessa publicação de 1904 são comumente de autoridades da política local e não necessariamente de intelectuais ou educadores. Contudo, na linha de uma escola que se pensa internacionalizada e internacional, ou seja, em diálogo com instituições congêneres em outros países da América e da Europa, no registro há relatos de ingleses, portugueses, americanos e franceses como os de M. A. Churchill (*Consul de S. M. Britannica*), Bisel e J. Caula (Consules da França), Charles Page Bryan e E. C. Pendliton (representantes americanos), João Oliveira de Sá Camelo Lampreia (Ministro de Portugal), K. K. Kenneday (Consul dos Estados Unidos), Eug. Parrot (*Société de Constructions des Batignolles – Paris*)<sup>3</sup>

Nesse universo de relatos de personalidades políticas e administrativas, no relatório de 1904 há um destaque importante quanto aos comentários de Antonio Zeferino Cândido, diretor de escola no Rio de Janeiro, que insere de uma forma explícita a educação profissional como estratégia de controle social, como se pode apreender pela transcrição de seu juízo “altamente competente” na perspectiva do relator,

Destina-se o Instituto à educação profissional dos *orphãos* do Estado, servindo-lhes de complemento na *protecção* que lhes é concedida desde o momento em que *d'ella* se tornaram carecedores. D'ali saem mestres, artistas, artífices, feitos e preparados para o honesto e independente grangeio da vida. Seres que, abandonados às tristes condições da miséria em que a sorte os lançou, chegariam à maioridade ociosos e viciosos, *factores* do crime e da desgraça social, toma o Estado dó Pará conta *d'elles* e só os entrega ao mundo quando lhes tem armado o braço d'um potente instrumento de grangeio e de autonomia. Converte-os em cidadãos, livres, educados e uteis, a si e ao Estado. O seu trabalho converte-se em riqueza que os faz independentes, em riqueza que *fertilisa* as forças da sociedade e do estado em que vivem. E' a melhor resposta que os *sabios* governos *pódem* dar aos clamores do socialismo, por 'ventura aos desesperos do anarquismo. E' a magna questão social que entra na sua unica solução pratica, real e digna. O dr. Augusto Montenegro, confiando inteiramente na *realidade* da instituição e na *sabia* dedicação do homem que dirige o seu dileto Instituto, tem sido prodigo, ele o meticoloso administrador da poupança, na administração do estabelecimento. As obras de montagem e ampliação de officinas não param ali. Nas 7 *officinas* já creadas, ha 86 *machinas*, das quaes 53 *fôram adqueridas e montadas pelo actual* Governador. Todas pelo Dr. Ernesto Mattoso; porque dirige o estabelecimento desde a sua *creação*, e já o dirigia quando *elle ainda* existia na primeira casa, em condições muito outras e muito inferiores. Ora, coisa deveras digna de nota, este íngente estabelecimento devia custar *gróssas sommas* ao Estado. Quem ali entra, e verifica a *magestade*, a amplidão, a ordem, o asseio e a *abundancia* de todos os meios requeridos à saúde, ao sustento, á *instrucção*, ao ensino, pensa naturalmente que ali se tem de empregar grossas quantias. Ora quem saber o que é uma zelosa e sabia *directção* e aproveitamento de serviços? O Instituto Lauro Sodré dá ao Governo do Estado do Pará um lucro de muitas dezenas de contos de réis *annuaes*. E sabem porque? As suas *officinas* de alfaiate e de sapateiro vestem os *alumno's* de lã e de outros estabelecimentos *publicos*; vestem a força *publica*,

3 Os termos itálicos correspondem à grafia literal que consta no documento.

fazem-lhe os seus fardamentos. *D'alí* saem as mobílias escolares para as escolas, e ainda os gradis, portões e outras obras dos estabelecimentos publicos! E agora? Quem não há de sentir admiração e amor a tão notavel e *sympathica* instituição? Quem não ha de admirar e louvar homens que, de modo tão *util* e tão *humanitario*, promovem a crescente prosperidade do Instituto? (INSTITUTO LAURO SODRÉ, 1904, p. 96-97)

Zeferino Cândido considera, portanto, que experiências como a do Instituto Lauro Sodré são “[...] a melhor resposta que se pode dar os governos aos clamores do socialismo e ao desespero do anarquismo dando à questão social a sua única solução prática, real e digna” (INSTITUTO LAURO SODRÉ, 1904). Tratando o problema social como uma questão de caridade produtiva, o jornalista ressalta o aspecto administrativo e financeiro, algo que estaria bem resolvido pela atuação de seu diretor.

Nesses relatos de uma forma geral se exaltam a ordem, o asseio, a salubridade, e a disciplina do lugar, a importância da instrução aos meninos e o valor da ação política e civilizadora de seus idealizadores, uma verdadeira preocupação com o “ensino racional das classes pobres” (INSTITUTO LAURO SODRÉ, 1904, p. 91)

### 3. O INSTITUTO LAURO SODRÉ: UMA ESCOLA MAIS PRÁTICA

A feição eminentemente prática que tem sido imprimida a esta escola profissional cada vez mais se accentúa. Todos os anos a sua força productora aumenta de modo notável. Ensinar produzindo, poderia ser a divisa a inscrever na fachada dessa casa de instrução que não encontra igual em nosso paiz (Mensagem do governador do Pará, Antonio Montenegro, em 1907, *apud* SOUSA, 2010)

O Instituto Lauro Sodré, surgido durante o Brasil Império, foi uma experiência acumulada de ensino profissional atrelado ao controle social que norteará nos primeiros anos da República a criação e fundação das Escolas de Aprendizes Artífices.

Era uma espécie de colônia educativa em que não só os alunos, mas o diretor, e a maior parte do corpo administrativo, dos professores e mestres das oficinas deveriam ali residir. A entrada desses meninos na instituição era condicional a atestados de autoridades judiciais e médicas, como é mencionado no artigo 6º. do Decreto nº 986 de 1901, reorganizando a instituição anteriormente designada de Instituto Paraense de Educandos Artífices, em meados da década de 1890. De alguma forma essa experiência de educação profissional já ocorria ainda embrionariamente desde a primeira metade do século XIX com as Casas de Educandos.

Lauro Sodré, governador do Pará em 1897, terminou seu mandato como governador sem conseguir concluir as obras desse instituto educacional. O seu substituto, Paes de Carvalho assumindo o governo assinou o Decreto nº 414, de 01 de fevereiro de 1897, dispondo sobre a mudança do nome da instituição, que passaria a se chamar Instituto Lauro Sodré, em homenagem ao governador anterior, que havia articulado a reformulação da escola por meio da Lei nº 90, de 09 de março de 1893. (SOUSA, 2015)

Em agosto de 1899 o Decreto estadual de nº 755, que instituiu o Regulamento do Instituto Lauro Sodré obrigava, por parte da direção, a escrita de um relatório geral da administração da escola. O *corpus* documental desse estudo se refere a duas edições desse relatório, a de 1899 e a de 1904. Boa parte do conteúdo desses relatórios, além da descrição de espaços, currículos, funcionários e atividades desenvolvidas, dedica-se a apresentar decretos estaduais e regulamentos próprios da instituição, sendo os próprios relatórios uma fonte sobre as normatizações em curso e como eram recebidas pela comunidade escolar. Quanto ao cotidiano dos alunos, pode-se apreender algo mais detalhadamente a partir das fotografias deles nas aulas ou nos espaços comuns como no refeitório e no pátio para educação física.

Concebido para ser uma instituição de ensino industrial e agrícola, o Instituto Lauro Sodré é descrito em seu primeiro relatório como “o mais notável e útil estabelecimento de educação do continente sul-americano” (INSTITUTO LAURO SODRÉ, 1899, p. 8). O Instituto, naquele período passara por uma reforma administrativa e, também de infraestrutura, tendo sido construída uma nova sede fartamente documentada nos relatórios.

O relatório de 1899 apresenta uma aposta tímida e mesmo vacilante numa formação para trabalhadores da indústria como ocorria em outros países. Ao mesmo tempo que se duvida de uma formação profissional apenas para a agricultura, não se tem elementos claros para que se defenda a racionalização dessa formação de maneira mais efetiva, apostando-se mais em fatores pouco racionais e controláveis.

O relator afirma que mesmo sendo fator de progresso, o sucesso da escola profissional está sujeito aos costumes, à índole de cada um, às necessidades, à aglomeração nos centros populosos e ao próprio organismo humano. Essas seriam no relatório, as forças determinantes que impulsionam novos meios de vida e de ocupação para os impossibilitados de lavrar a terra.

Mesmo assim, a notabilidade da instituição se daria por conta de ser inspirada em instituições congêneres espalhadas pela Europa e pelos Estados Unidos. As escolas agrícolas belgas, buscando uma “agricultura inteligente” são as primeiras a ser mencionadas no relatório de 1899. A Bélgica, no final do século XIX, colocava-se, segundo o relator e diretor do Instituto Lauro Sodré como “o mais completo manancial das indústrias e da agricultura” (INSTITUTO LAURO SODRÉ, 1899, p. 8). Refere-se diretamente ao então professor De Vuyst, empregado da fiscalização dos cursos agrícolas na Bélgica.

A celebração dessa experiência na narrativa do documento em tela também é possível de ser perceber em iniciativas como a de São Paulo, em que se desenvolveu na mesma época, entre 1893 e 1896, uma escola agrícola sob a direção do belga Leon Aphonse Morimont, na cidade de Piracicaba. A influência das escolas e métodos belgas de ensino agrícola eram considerados de tal maneira relevantes que o Sr. De Vuyst chegou a ser recebido em São Paulo, em 1924, com honras de chefe de Estado. O fato é que naquele momento já era chamado de cientista e ocupava o cargo de diretor geral do Ministério da Agricultura na Bélgica. (CORREIO PAULISTANO, 1924)

No entanto, estudos relacionados a essas escolas agrícolas revelam o seu fracasso explicável por vários motivos. As escolas agrícolas de inspiração francesa, belga e americana foram projetos e ideias “fora de lugar”. Segundo Molina (2012) isso se devia, entre outros fatores, à situação material do Brasil e sua inserção na divisão internacional do trabalho.

As menções às escolas estrangeiras no relatório são feitas sem que se considere a especificidade dessas experiências, a maioria delas relacionadas ou posteriormente

relacionadas às escolas superiores de engenharia, como é o caso da referência a Charles William Dabney Junior, então secretário do Departamento de Agricultura de Washington em 1896 e presidente da Universidade do Tennessee entre 1897 e 1904.

Escolas de países como França, Alemanha e Itália, sem deixar mencionar experiências similares na Dinamarca, Holanda, Suécia, Noruega, Espanha e Portugal são mencionadas como exemplos de formação teórica e prática na formação de trabalhadores para a agricultura e para a indústria. Quanto à América do Sul em que apenas Brasil, Chile e Argentina apresentam esse tipo de preocupação, segundo o relatório, destacaria se o Instituto Lauro Sodré por ser a mais prática (INSTITUTO LAURO SODRÉ, 1899, p. 10).

Esse ensino prático enfatizado pelo relatório era a tônica das escolas profissionais em vários países do mundo com enfoques não necessariamente os mesmos dados pelo Instituto Lauro Sodré. Segundo estudos de Bennet (2015), o *sloyd* educacional, um modelo de educação profissional que se generalizou em diversos países europeus na virada do século XIX para o século XX, havia um intenso debate sobre a articulação entre a dimensão prática e a dimensão mais ampla da formação desses estudantes.

Ao mesmo tempo que o *sloyd* educacional se generalizava e se popularizava na Europa como um método econômico e eficaz de profissionalizar os trabalhadores a partir dos 14 anos, havia uma preocupação dos educadores no sentido dessa formação apenas uma parte de uma formação geral não estritamente profissionalizante. Não é sem contradições que a França instalará, em 1892, o seu sistema de escolas profissionalizantes. Isso fica claro, por exemplo, na manifestação do Ministro da Indústria e Comércio da França em 1892 e citado por Bennet (2015),

O valor de uma educação geral, tanto por si só quanto como base necessária para o conhecimento técnico. É evidentemente incontestável. Ninguém gostaria de bani-las das escolas práticas que irão incluir alguma instrução primária e nas quais não serão admitidos meninos que não tiverem atendido às condições impostas pela lei de educação compulsória de março de 1882. Por outro lado, é essencial que desde já sejam feitas prescrições especiais para as necessidades da indústria e do comércio. (*apud* BENNET, 2015, p. 160)

Essas considerações vindas não propriamente de um educador se referem a uma cláusula da lei educacional francesa de 1892 que, dentro de um sistema nacional de escolas profissionalizantes criava as escolas práticas de indústria e comércio,

A avidez da concorrência internacional revolucionou as condições comerciais. O uso de máquinas no atacado e a minuciosa divisão do trabalho praticamente extinguiu a aprendizagem em oficina. Porém, em vistas das mudanças constantes pelas quais passam as máquinas, é evidente que nunca antes houve uma necessidade tão grande de que os operários possuíssem conhecimentos científicos e fossem completamente versados em todas as necessidades das oficinas. O objetivo principal da escola prática é preencher o vazio existente no comércio e na indústria. (*apud* BENNET, 2015, p. 160)

## 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

De qualquer forma, apesar de características políticas, econômicas e culturais muito específicas do contexto em que se desenvolveu o Instituto Lauro Sodré, o esforço do governo paraense estava *pari passu* com as tentativas de se instituir uma política estadual e nacional para a educação técnica e profissionalizante.

Os estudos e observações internacionais entre escolas de diferentes países comumente estão relacionados a comparações e a busca de subsídios para criar sistemas de ensino (GOERGEN, 1996). No caso da educação profissional, o desenvolvimento econômico é a motivação principal, procurando-se associar a formação educacional a métodos alinhados com o que se exige do conhecimento científico e tecnológico como força produtiva, ainda que essa força produtiva seja desigual e multifacetada em diferentes contextos.

## 5. REFERÊNCIAS

BENNET, Charles A. **História da educação em artes manuais e industriais (1870-1917)**. São Paulo. Senai-Editora, 2015.

COELHO, Maricilde. O; BATISTA, Sueli S. S. Memórias e história da educação no norte do Brasil a partir de relatos de médicos paulistas no início do século XX. **Anais do X Congresso Brasileiro de História da Educação**. Belém, 02 a 05 de setembro de 2019.

CORREIO PAULISTANO (1920-1929). **Chronica Social: Professor Vuyst**. Disponível em: <[http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=090972\\_07&pagfis=16146&url=http://memoria.bn.br/docreader#](http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=090972_07&pagfis=16146&url=http://memoria.bn.br/docreader#)>. Acesso em 10 jun. 2019.

GOERGEN, PEDRO. Educação comparada: uma disciplina atual ou obsoleta? **RBEC Rev. Bras. Educ. Comp.**, Campinas, SP, v.1, n. 1, p.1-2, jun. 2018

INSTITUTO LAURO SODRÉ, **Relatório de 1899**. Disponível em <https://fauufpa.org/2018/07/14/instituto-lauro-sodre-ilustracoes-da-monographia-de-1904>. Acesso em 10 jul. 2019.

INSTITUTO LAURO SODRÉ. **Relatório de 1904**. Disponível em <https://fauufpa.org/2018/07/14/instituto-lauro-sodre-ilustracoes-da-monographia-de-1904>. Acesso em: 06 mar. 2019.

LINDENBERG, Adolfo; GODINHO, Vitor. **Norte do Brasil através do Amazonas, do Pará e do Maranhão**. Brasília: Edições do Senado Federal, 2011.

ESCOLANO BENITO, Agustín. Patrimonio material de la escuela e historia cultural. **Revista Linhas**. Florianópolis, v. 11, n. 02, p. 13 – 28, jul. /dez. 2010.

MOLINA, Rodrigo S. Primeiras escolas agrícolas no Brasil: limites e falências (1877 a 1936). **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n.46, p. 309-324, jun2012. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/download/.../7647>, Acesso em 20 jul. 2019.

SOUSA, Celita Maria Paes de. Instituto Lauro Sodré: Instituição para meninos desvalidos no Pará. **Anais do XII do Congresso Nacional de Educação Educere**, 2015. Disponível em: <https://educere.pucpr.br/dados/2015/apresentacao.html>. Acesso em 10 mai. 2019.

SOUSA, Celita Maria Paes de. **Instituto Lauro Sodré: formando bons trabalhadores. In: Traços de compaixão e misericórdia na história do Pará: instituições para meninos e meninas desvalidas no século XIX até o século XX**. Tese de Doutorado em Educação. São Paulo, PUC-SP, 2010, 196 p.

# PATRONOS DO PRIMEIRO LICEU FEMININO PORTUGUÊS

Amaro Carvalho da Silva

Escola Secundária Maria Amália Vaz de Carvalho, Lisboa

## 1. INTRODUÇÃO

Será arbitrária e inútil a atribuição de patronos a estabelecimentos públicos de ensino? A prerrogativa da escolha de um patrono pertence ao poder político central ou à comunidade pedagógica local? É possível que exista um conflito entre uma cultura de escola e uma cultura exterior? Que modelos de patronos – protetor, exemplo moral ou intelectual, glória do país, ... – para uma comunidade escolar? Que circunstâncias e que ideias se poderão enunciar para se compreender a escolha de um patrono?

São muitas as questões que se poderão analisar em torno de algo que parece tão simples como escolher um patrono para um estabelecimento de ensino. Mas as questões de cultura de escola, ambiente e *ethos* escolar, memória e identidade de uma comunidade escolar, bem como e em contraponto, conceber-se a escola como instrumento de uma política central são questões fundamentais para um estudo sobre como se organizam e estruturam os estabelecimentos públicos de ensino.

Os patronos das escolas, como os nomes das ruas, praças e avenidas (toponímia) ou de instituições de saúde e de assistência, são emanações das representações sociais e políticas que consagram historicamente símbolos, figuras emblemáticas e representantes das ideias e figurações dominantes. Todas as sociedades têm os seus totens, os seus santos protetores ou padroeiros e o seu panteão ou galeria de figuras ilustres.

O presente texto, inserido no eixo temático “ET2 – Instituições, Patronos, Identidade, Memórias e História da Educação Profissional e Tecnológica”, pretende fazer um levantamento histórico dos patronos do Primeiro Liceu Feminino português e, em seguida, proceder a uma reflexão em torno dos patronos dos liceus históricos portugueses (1836-1950). A parte histórica dá conteúdo objetivo à reflexão de modo a fugir-se de um discurso demasiado abstrato e generalista.

## 2. ESCOLA PROFISSIONAL MARIA PIA

O Primeiro Liceu Feminino português, designado Maria Pia e estabelecido em 1906, é herdeiro da Escola Profissional Feminina Maria Pia que foi criada pelo executivo da Câmara Municipal de Lisboa, em 4 de setembro de 1884, e inaugurada, em 10 de junho de 1885, dia de Camões<sup>1</sup>. Para se perceber a atribuição do nome Maria Pia é necessário referir as circunstâncias históricas dos anos 80 do século XIX em Portugal. Nessa época as forças políticas mais progressistas e mais próximas do ideário das Luzes, fossem republicanas ou monárquicas, ligadas à maçonaria ou ao pensamento positivista, afirmavam-se no desenvolvimento de uma obra de “instrução popular” para o sexo feminino, sobretudo na cidade de

---

1 Cf. SILVA, Amaro Carvalho da – Liceu Maria Amália Vaz de Carvalho – Lisboa, 2003, p. 487.

Lisboa, onde essas forças tinham as suas bases mais sólidas. Como nesse período a sociedade portuguesa se debatia com inúmeras questões – económicas, sociais, coloniais, industriais, agrícolas e até religiosas – e querendo acompanhar o que de mais avançado se fazia pela Europa, os promotores da criação da Escola Profissional Feminina Maria Pia entenderam por bem indicar o nome da rainha para patrona da escola de modo a que a sua “proteção” acautelasse os problemas da sua viabilidade social, legal, institucional e financeira. Nas várias sessões do executivo da Câmara Municipal de Lisboa em que se discutiu o problema da escola profissional, foi apresentado o nome da rainha Maria Pia para patrona da nova escola por várias razões: aprovação da proposta de criação da escola por ocasião do aniversário da rainha a 16 de outubro, por se considerar a rainha um “modelo de esposas, de mães e de educadoras”, por se considerar que a escola prosperaria desde que “protegida e amparada pela nossa soberana”. Sobretudo esperava-se a “real proteção” e amparo de Sua Majestade pois adivinhavam-se períodos conturbados para esta escola<sup>2</sup>.

Maria Pia de Saboia (Figura 1) nasceu em Turim em 1847, era filha de Victor Emmanuel, primeiro rei de Itália, afilhada do Papa Pio IX e tinha casado, em 1862, com o rei português D. Luís I. Maria Pia sempre se dedicou às causas sociais e ficou conhecida como “O Anjo da Caridade e A Mãe dos Pobres”<sup>3</sup>. Saiu de Portugal aquando da implantação da República em outubro de 1910 e faleceu no Piemonte em 1911.

Ao fim de três anos de funcionamento, em 1888, a Escola Maria Pia, por vontade das autoridades camarárias, dos seus professores e das suas alunas pretendeu converter-se num liceu feminino, a exemplo do que já se fazia pela Europa, mas a sua situação legal não o permitia. Nestes termos, por Carta de Lei de 9 de agosto de 1888 e, Decreto de 6 de março de 1890, foram dados os passos políticos necessários para a criação de “institutos destinados exclusivamente ao ensino secundário do sexo feminino”. Como não foi possível converter a Escola Maria Pia em Liceu Maria Pia, a escola profissional feminina continuou apesar de ter assumido um regulamento e um plano de estudos mais adequados a liceu que a escola profissional.



**Figura 1** – Rainha D. Maria Pia (1847-1911), Patrona da Escola de 1884 a 1919.

**Fonte:** Reprodução fotográfica de impressão em papel (38cm X 29cm)  
pela Companhia Nacional Editora – séc. XIX-XX.

2 Cf. ATAS das sessões da Câmara Municipal de Lisboa In ARQUIVO Municipal de Lisboa de 18 de outubro de 1883, pp. 677-678; 09 de maio de 1885, p. 168.

3 Cf. [https://pt.wikipedia.org/wiki/Maria\\_Pia\\_de\\_Saboia](https://pt.wikipedia.org/wiki/Maria_Pia_de_Saboia) – consultado em 02 de julho de 2019; DIAS, Virgínia – Maria Pia de Saboia e Bragança ..., 2013, pp.695-698.



Os tempos complicados da Escola Maria Pia sintonizavam-se com os tempos complicados do país que esteve envolvido no *Ultimato Inglês* em 1890, numa revolta republicana no Porto em 1891, numa crise financeira gravíssima em 1892 e com questões várias como a colonial e a religiosa. Até à criação do Liceu Maria Pia em 1906, a escola profissional muito precisou da proteção da rainha Maria Pia, já viúva desde 1889, e da rainha D. Amélia que a visitaram em 1891 e 1892. Também visitaram a escola diversas comissões estrangeiras<sup>4</sup>. Em 1905, falecia Cunha Belém<sup>5</sup>, o Diretor da Escola Maria Pia desde a sua criação em 1885 e que era uma das personalidades mais afirmativas para a manutenção dessa escola.

## 2.1 Liceu Maria Pia – Primeiro Liceu Feminino Português

Por um Decreto de 31 de janeiro de 1906 a Escola Maria Pia foi transformada em Liceu Maria Pia, mantendo-se o nome da patrona com toda a sua carga de “real proteção”. Segundo este Decreto, “Dispõe-se [...] que a maioria dos professores pertença ao sexo feminino e que determinadas disciplinas sejam só ensinadas por senhoras.” Para reafirmar o género feminino do liceu, especificava o mesmo Decreto: “Além das disciplinas professadas nos liceus nacionais ensinar-se-ão mais as seguintes: Moral, deveres da mulher na família e na sociedade, direito usual, economia doméstica, higiene, culinária, pedagogia, música (canto coral) e trabalhos manuais (principalmente costura e labores)”<sup>6</sup>.

Com esta organização, sonhada desde 1888, o liceu Maria Pia cresceu exponencialmente, tendo-se registado a matrícula de 277 alunas em 1906-1907 e de 620 em 1910-1911. Com o regicídio no dia 01 de fevereiro de 1908, Maria Pia, já viúva desde 1889, ficava sem o seu filho Rei D. Carlos e o seu neto príncipe real Luís Filipe e entrava num processo de desorientação psicológica e moral que a impediam de continuar a ser “protetora” ativa do Liceu Maria Pia como o havia sido. Assim, Maria Pia passou de “protetora” a personalidade ligada à identidade do Primeiro Liceu Feminino português.

Em 5 de outubro de 1910 foi implantada a República em Portugal e o nome da rainha permaneceu. Nenhum registo ocorreu para se alterar o nome da patrona; pelo contrário, foi com grande entusiasmo e um elevado sentido de comunidade escolar que o Liceu Maria Pia se transferiu, em 1911, para um outro edifício, ao Largo do Carmo (Palácio Valadares), com melhores condições. Aumentando sempre as matrículas, melhorando e ampliando-se o seu corpo docente e ocupando-se um edifício com instalações mais adequadas, aprimorou-se a sua dimensão feminina e consolidou-se a sua cultura interna. Foi um tempo de grande crescimento, apesar do tempo conturbado de afirmação da República e da ocorrência da 1.ª Grande Guerra (1914-1918).

Apostando a República na educação, e em especial na educação feminina, em 14 de abril de 1912 o Presidente da República Manuel de Arriaga visitou o Liceu Maria Pia onde o orfeão “composto de 700 meninas, que, sob a regência da professora, Sr.ª D.

4 Cf. LIVRO de Visitantes da Escola Maria Pia / Liceu Maria Pia ..., 1891-1990.

5 António Manuel da Cunha Belém (1834-1905), natural de Lisboa, foi médico militar, político, deputado, jornalista, escritor, destacado elemento da maçonaria, presidente da Junta Escolar do Conselho de Lisboa e sócio da Academia das Ciências de Lisboa. Foi reformado no posto de General de Brigada em 1904.

6 Cf. Diário do Governo nº 43 de 23 de fevereiro de 1906, pp.725-727.

Alice Petitpierre Salazar Beça, coadjuvada pela professora Sr.<sup>a</sup> D. Nicolanga Barbosa e pelo professor Sr. Tomás Borba, cantou a *Portuguesa* [...]”<sup>7</sup>. Também visitaram o liceu o Ministro da Instrução em 14 de julho de 1913, 10 de junho de 1915 e 30 de julho de 1915<sup>8</sup>, uma comissão argentina em 23 de maio de 1912 e uma comissão espanhola em 6 de outubro de 1915. Para a sua dinâmica interna e promoção da sua identidade, muito contribuíram a criação de um curso especial de educação feminina com a duração de cinco anos em 1915<sup>9</sup>, a fundação, em 22 de abril de 1915, da Associação Escolar do Liceu Maria Pia, a exposição periódica de trabalhos escolares, a realização de visitas de estudo, passeios e festas escolares e a ocorrência de rituais, como 10 de junho e 1.º de dezembro, que marcaram os tempos fortes do liceu.

### 3. LICEU CENTRAL DE GARRETT

O Liceu Maria Pia consolidava-se e a patrona continuava sem questionamento até que surgiram outras circunstâncias políticas, neste caso o Sidonismo<sup>10</sup> em dezembro de 1917, que vieram alterar a situação. Dado o confronto entre uma linha monárquica restauracionista e um republicanismo que queria afirmar-se, vencendo a linha republicana mais afirmativa, o nome da patrona foi substituído por um dos maiores vultos da cultura portuguesa e uma das figuras tutelares do liberalismo português que está na base de um ideário republicano, Almeida Garrett. Mais que outra questão, pesou muito a simbologia ligada ao nome do patrono.

Assim, por Decreto de 7 de janeiro de 1919<sup>11</sup>, o Primeiro Liceu Feminino passou a ter por patrono um nome masculino, Almeida Garrett. Diz este Decreto em registo de justificação:

Sendo de grande conveniência distinguir com designações próprias os vários estabelecimentos de ensino secundário e havendo a prática adotado, para tal objetivo, o meio altamente educativo de atribuir a esses estabelecimentos nomes de grandes individualidades, cuja lembrança constitua para os educados perene sugestão de virtudes cívicas e morais e o reconhecimento de sólidos valores intelectuais; Sendo também legítimo aproveitar esta oportunidade para perpetuar alguns dos nomes mais notáveis na vida intelectual e ativa de Portugal; [...] Hei por bem decretar, sob proposta do Ministro da Instrução Pública, que os liceus do continente e ilhas passem a ter as designações seguintes: [...].

7 Cf. O Século – Lisboa, n.º 10902, 19 de abril de 1912, p. 1 e Jornal do Commercio e das Colónias – Lisboa, n.º 17442, 19 de abril de 1912, p. 1.

8 Cf. *Ilustração Portuguesa*, II série, n.º 494, 09 de agosto de 1915, p.185.

9 Cf. MINISTÉRIO de Instrução Pública – Educação Feminina ..., 1915, pp.15-16. Por Decreto n.º 1802, de 24 de julho de 1915, aprova-se o regulamento deste curso especial e por Decreto n.º 1926, de 25 de setembro de 1915, aprovam-se os seus programas. Cf. Pedro José da Cunha – O ensino secundário do sexo feminino em Portugal, *Revista de Educação Geral e Técnica*, abril 1916, pp.232-233.

10 Sidónio Pais liderou um golpe militar em dezembro de 1917 e em seguida foi Presidente da República. Foi assassinado em 14 de dezembro de 1918 e na sequência deste acontecimento surgiu a Monarquia do Norte entre 19 de janeiro de 1919 e 13 de fevereiro de 1919.

11 Cf. *Diário do Governo*, n.º 8, I série, Decreto n.º 5096, 13 de janeiro de 1919, p. 59.

Em registo de curiosidade refira-se que o quadro a óleo de Almeida Garrett que ainda se encontra na sala de professores da Escola Secundária Maria Amália Vaz de Carvalho foi realizado em 1918, pouco antes da atribuição do nome ao liceu feminino. Por conseguinte, a pintura também contribuiu para “perpetuar [...] um dos nomes mais notáveis na vida intelectual e ativa de Portugal” e acomodá-lo a um liceu que se percecionava como necessitado de “nomes de grandes individualidades, cuja lembrança constitua para os educados perene sugestão de virtudes cívicas e morais e o reconhecimento de sólidos valores intelectuais”<sup>12</sup>.

João Baptista da Silva Leitão de Almeida Garrett (Figura 2) nasceu no Porto a 4 de fevereiro de 1799 e faleceu em Lisboa a 9 de dezembro de 1854. A partir de 1816, em Coimbra, cursou Direito e envolveu-se nos ideais liberais. De seguida, em 1821, veio para Lisboa e aí iniciou a sua carreira política, parlamentar, jornalística e literária. Por ocasião da Vila-Francada, em 1823, e da subida ao trono de D. Miguel, em 1828, partiu para o exílio em Inglaterra. Voltou a Portugal integrado no contingente das tropas liberais que desembarcaram na praia do Mindelo e se instalaram no Porto dando origem à Guerra Civil de 1832-1834. Passos Manuel confiou-lhe a restauração do Teatro em Portugal.



**Figura 2** – Almeida Garrett (1799-1854) – Patrono da Escola de 1919 a 1926.

**Fonte:** Reprodução fotográfica: João Soares Santos (julho 2019). Óleo sobre tela de 1918, de autor não identificado, existente na sala de professores da Escola Secundária Maria Amália Vaz de Carvalho, em 2019.

A sua obra literária é extensa e faz dele um dos expoentes do liberalismo e do romantismo em Portugal: Um Auto de Gil Vicente (1838), D. Filipa de Vilhena (1840), O Alfageme de Santarém (1842), Romanceiro e Cancioneiro (1843-...), Frei Luís de Sousa (1844), Flores sem Fruto (1845), O Arco de Sant’Ana (1845 e 1850), Viagens na Minha Terra (1846), A Sobrinha do Marquês (1848), Folhas Caídas (1853) e outras mais<sup>13</sup>.

12 A permanência, ainda hoje, na sala de professores, atesta bem não só o aconchego da história da escola como a consideração por um dos vultos maiores da cultura portuguesa.

13 MENDES, João – Garrett, Almeida ..., 1969, coll.207-211.

O Liceu Feminino continuou com as suas atividades de estabelecimento de educação e ensino cada vez mais afirmativo e reforçando a sua orientação de género. Foi o que aconteceu por decreto de 10 de maio de 1919 que refere:

Um outro ponto [...] diz respeito aos indivíduos que deverão ministrar o ensino nos liceus exclusivamente femininos. [...] lógico é que o sistema seja levado às últimas consequências, estabelecendo-se definitivamente que o provimento em todas as vagas que naqueles liceus venham a dar-se deverá exclusivamente recair sobre indivíduos do sexo feminino legalmente habilitados. [...] Artigo 1.º Os atuais liceus femininos são exclusivamente destinados à educação e instrução de indivíduos do sexo feminino. [...] Artigo 5.º O provimento das vagas de professores efetivos ou agregados dos liceus femininos não poderá nunca recair em indivíduos do sexo masculino<sup>14</sup>.

Embora reconhecendo-se a importância e enquadramento histórico do símbolo, foi muito pouco usual a utilização de um patrono para um liceu feminino em período tão voltado para a exclusividade feminina no liceu feminino, fosse ao nível das suas alunas, fosse ao nível dos seus professores. Se a orientação prosseguia no sentido de a mulher educar a jovem, por que razão ter por patrono um nome masculino?

#### 4. LICEU MARIA AMÁLIA VAZ DE CARVALHO

No dia 26 de maio de 1926 ocorreu um pronunciamento militar que conduziu a uma Ditadura Militar (1926-1928) e, mais tarde, ao chamado Estado Novo (1933-1974). Terminava, assim, a 1ª República (1910-1926) e surgiam novos protagonistas políticos. Os planos da Ditadura Militar/Nacional (1926-1933) traziam transformações profundas em todos os domínios, marcadamente no domínio da educação. Se a mudança de patrono em 1919 ocorreu por questões políticas, muito mais em 1926 com a instauração de uma Ditadura que queria cortar radicalmente com as experiências da 1ª República (1910-1926).

No plano da exclusividade do feminino nos liceus femininos, o Decreto de 16 de julho de 1926 impõe a transferência dos últimos 10 professores do sexo masculino dos liceus femininos do Porto, Coimbra e Lisboa<sup>15</sup>. O pessoal administrativo e auxiliar também se tornou progressiva e inteiramente feminino. Na mesma linha da exclusividade do feminino o artigo 133º do Decreto nº 12.425, de 2 de outubro de 1926, o Liceu Central de Garrett passou a designar-se Maria Amália Vaz de Carvalho, retomando a tradição de um nome feminino para o liceu feminino<sup>16</sup>. Este Decreto nº 12.425 de 2 de outubro de 1926 altera os patronos

14 Cf. Diário do Governo nº 98, Decreto nº 5683, 10 de maio de 1919, pp.1078-1079.

15 Cf. Diário do Governo nº 153, Decreto nº 11897, 16 de julho de 1926, p.797.

16 Cf. Diário do Governo nº 220, Decreto nº 12425, 02 de outubro de 1926, pp.1457-1468. Refere o artigo 133 deste Decreto: “Os atuais liceus femininos de Garrett e de Sampaio Bruno passam a denominar-se respetivamente de Maria Amália Vaz de Carvalho e de Carolina Michaëlis.” Carolina Michaëlis (1851-1925) foi escritora, crítica literária, a primeira mulher a lecionar na Universidade de Coimbra e, com Maria Amália Vaz de Carvalho, as duas primeiras mulheres a entrarem na Academia das Ciências de Lisboa em 1912.

dos liceus femininos que tinham nomes masculinos, mas não apresenta, como em 1919, uma justificação ou uma qualquer consideração.

A partir de 1926 todos os liceus femininos passaram a ter nomes femininos: Infanta D. Maria em Coimbra, Carolina Michaëlis e, a partir de 1946, Rainha Santa Isabel no Porto, Maria Amália Vaz de Carvalho e, a partir de 1928, Filipa de Lencastre em Lisboa. No Liceu Maria Amália o reitor Caetano José Pinto dá lugar, em 1926, a Maria Josefina Mariana de Urquia Rodrigues Tocha e esta, em 1928, dá lugar a Maria Baptista dos Santos Guardiola que se mantém até 1946.

Maria Amália Vaz de Carvalho (Figura 3) nasceu em Lisboa no mesmo ano – 1847 – em que nasceu a rainha Maria Pia, anterior patrona, e faleceu em 1921, pouco antes de o Primeiro Liceu Feminino tomar o seu nome para patrono. Embora nascida no seio de uma família ilustre nas letras, no jornalismo, no ensino e na política, começou cedo a viver da escrita remunerada, sobretudo para os jornais de grande circulação em Portugal e no Brasil. No ano de 1874 casou com António Cândido Gonçalves Crespo (1846-1883), um poeta parnasiano que havia nascido no Rio de Janeiro e estudava Direito na Universidade de Coimbra. Cedo morreu Gonçalves Crespo e Maria Amália, com três filhos, foi compondo uma multifacetada obra dividida por áreas como poesia, escrita jornalística, crónica e crítica literárias, ensaio, conto e novela, literatura infantil, biografia e retrato psicológico, investigação histórica e tradução.



**Figura 3** – Maria Amália Vaz de Carvalho (1847-1921) – Patrona da Escola de 1926 – atual.

**Fonte:** Reprodução de Francisco Silva (julho 1996) Óleo de Veloso Salgado – 1896 (propriedade do bisneto José Luís Crespo).

Através da imprensa periódica e da sua obra impressa, foi modeladora da opinião pública, animadora de uma tertúlia literária em sua casa, uma moralista e uma interveniente em causas ligadas à educação e emancipação da mulher sem se envolver no “movimento feminista” da época<sup>17</sup>.

Foi sócia honorária d’*O Instituto* de Coimbra (1896), [proposta para] Oficial da Ordem de Santiago (1901), sócia da Academia das Ciências de Lisboa (1912) [...] e personalidade da toponímia de Lisboa (1950). O seu nome anda ligado a vários prémios literários, como é o caso do prémio instituído pela Câmara Municipal de Loures.<sup>18</sup>

Pode apontar-se como principal obra de Maria Amália: *Mulheres e Crianças – Notas sobre Educação* (1880), *Contos e Fantasias* (1880), *Contos para os Nossos Filhos* (1882?), *Um Conto – Carta a Luísa* (1885), *Cartas a Luísa – Moral, Educação e Costumes* (1886), *Alguns Homens do Meu Tempo – Impressões Literárias* (1889), *Crónicas de Valentina* (1890), *Cartas a uma Noiva* (1891), *A Arte de Viver na Sociedade* (1895), *Vida do Duque de Palmela – D. Pedro de Sousa e Holstein* (1896-1898-1901), *Figuras de Hoje e de Ontem* (1902), *Cérebros e Corações* (1903), *As Nossas Filhas – Cartas às Mães* (1904-1905), *Ao Correr do Tempo* (1906), *Coisas de Agora* (1912/1913).

A escolha de Maria Amália Vaz de Carvalho para patrona do Primeiro Liceu Feminino, no tempo inicial da Ditadura Militar, constitui não só um reconhecimento da sua obra literária e da sua orientação cívica e moral, como a necessidade de se tomar um rumo bem diferente para a educação liceal. “Por ocasião da passagem do 8º aniversário do falecimento de Maria Amália (24/3/1929), foi realizada uma [...] homenagem em sua memória no liceu com o seu nome, onde foi feita a «inauguração do retrato de Maria Amália Vaz de Carvalho»”.<sup>19</sup> Essa cerimónia contou com a presença da comunidade escolar e de vários familiares de Maria Amália (Cândida Vaz de Carvalho Ayres de Magalhães, Luís Vaz de Carvalho Crespo, José Luís Vaz de Carvalho Viana Crespo e António Vaz de Carvalho Viana Crespo).<sup>20</sup> A Drª Teresa Emília Marques Leitão de Barros foi uma das principais impulsionadoras desta ideia e a ela coube pronunciar um discurso alusivo.

Na continuação destas cerimónias de evocação de Maria Amália, no final do ano letivo, em junho e julho de 1929, realizou-se uma grande exposição dos trabalhos escolares das alunas. A atestar a importância desta exposição estão os registos do Livro de Visitantes do Liceu Maria Amália que nos indicam o elevado número de visitantes, a importância dos objetos expostos e o valor pedagógico da iniciativa.<sup>21</sup>

No período do Estado Novo o Liceu Maria Amália teve um protagonismo tal que o evidencia no panorama dos liceus portugueses, e não apenas dos femininos. Deste modo, logo em 1931, ocorreram as comemorações do 25º aniversário do Primeiro Liceu Feminino

17 Cf. Maria Amália Vaz de Carvalho – *Impressões de História*, 1910, p.175.

18 SILVA, Amaro Carvalho da – Carvalho, Maria Amália Vaz de Carvalho, ..., 2003, p. 298.

19 Trata-se de uma reprodução fotográfica, a preto e branco, do quadro a óleo (1896) do pintor Veloso Salgado.

20 LIVRO de Visitantes da Escola Secundária Maria Amália Vaz de Carvalho, p. 21.

21 SILVA, Amaro Carvalho da – *Esboço da Vida e Obra de Maria Amália*. ... 1997, p. 172.

onde convergiram, em várias manifestações e atividades, os vários liceus do país; em 1933 passou a dispor de um novo edifício, o primeiro a ser construído de raiz para liceu feminino; em 1934, pelo ato eleitoral realizado no dia 16 de dezembro, a reitora do Liceu Maria Guardiola, a professora do liceu e sua primeira diretora Domitila de Carvalho e a advogada Maria Cândida Parreira são eleitas como as três primeiras deputadas à Assembleia Nacional; o Liceu Maria Amália foi núcleo inicial e dinamizador de algumas organizações femininas como Ação Escolar Vanguarda (AEV), Guias de Portugal, Obra das Mães pela Educação Nacional (OMEN), União Noelista e, sobretudo, Mocidade Portuguesa Feminina (MPF) estando aí o seu centro nº 1, o centro de instrução de dirigentes e a Comissária Nacional Maria Guardiola; no Liceu Maria Amália organizaram-se as mais diversas ações de propaganda do regime como sessões solenes, jantares, convívios e conferências.

Por conseguinte, pode dizer-se que o Liceu Maria Amália teve um papel assinalável na afirmação e consolidação do Estado Novo uma vez que por lá passou a ordem estabelecida e as realizações do Estado Novo em sintonia com a Igreja Católica, sobretudo por via da Ação Católica presente no dinamismo da MPF, e uma cultura de escola em plena adequação à ordem jurídica e política do Estado Novo.

Deve referir-se que apesar de uma cultura dominante de apoio ao regime, sobretudo a partir dos anos 60 o Liceu Maria Amália foi-se pontuando por diversas experiências de contestação ao rumo da política do Estado Novo<sup>22</sup>, discussão da guerra colonial, abertura às novas ideias oriundas da Europa desenvolvida e modernizada e adoção de práticas pedagógicas inovadoras e afirmadoras de uma perspetiva democrática.

Por sua vez a patrona Maria Amália Vaz de Carvalho foi considerada e consagrada de múltiplas formas pois deu nome a um prémio literário estabelecido pelo Secretariado Nacional de Informação (SNI)<sup>23</sup>; também deu o nome a outro prémio literário estabelecido, em 1932, pela Associação das Antigas Alunas e Amigas do Liceu de Maria Amália Vaz de Carvalho (ALMAC); de igual modo intitulou a "Obra Maternal Maria Amália Vaz de Carvalho", primorosa instituição de proteção à primeira infância, cuidada por senhoras da sociedade [...]<sup>24</sup>.

Com todo este historial bem pode dizer-se que o Liceu Maria Amália constitui um caso muito especial onde cresceu e se afirmou um modo múltiplo de ser liceu feminino. Nos anos 70 o Liceu Maria Amália encontrava-se num processo de transformação da sua cultura interna e da sua relação com o poder político e a patrona continuava sem qualquer contestação. Com a Revolução de Abril ou Revolução dos Cravos de 1974 e as transformações operadas no país no domínio da educação, a patrona continuou a designar a escola e até se consolidou internamente o nome, evidenciando-se assim o peso da tradição e do percurso histórico e os valores da identidade de um estabelecimento escolar.

As transformações operadas no país, visando uma escola democrática, ocorreram em muitos domínios: eliminação da separação entre escolas comerciais, industriais e liceus,

---

22 Tenha-se presente que uma das professoras de Física e Química do Liceu Maria Amália, Alice Bravo Torres Maia Magalhães (1914-1989), autora de livros escolares e também professora da universidade, esteve expulsa do ensino entre 1949 e 1972.

23 Torre do Tombo: Cota: SNI / cx.s 784 e 2065.

24 Cf. Diário de Notícias - Lisboa, n.º 26165 de 10 de dezembro de 1938, pp.1 e 5.



passando todas a designarem-se “escolas secundárias”<sup>25</sup>; afirmação da coeducação e recusa da divisão entre escolas masculinas e escolas femininas, quer quanto a alunos quer quanto a corpo docente ou funcionários; reformulação completa dos planos de estudo; instauração de um regime democrático na governação das escolas; etc.

## 5. ESCOLA SECUNDÁRIA MARIA AMÁLIA VAZ DE CARVALHO

As convulsões que atravessaram a sociedade portuguesa a partir do 25 de abril de 1974 atingiram de um modo muito especial o Primeiro Liceu Feminino português. Num primeiro momento houve inquietação, em seguida fez-se o acerto de contas com as práticas interditas no liceu, depois surgiu a fase iconoclasta e por fim a estabilização da vida interna com uma autogestão democrática.

Até onde foi a onda transformadora e revolucionária que muitos entendiam como pura onda iconoclasta devido ao reduzido conteúdo ideológico? Derrubou-se a distância entre alunas e professoras, afirmou-se uma direção autogestionária, passou a imperar o “reino do informal”, destruiu-se o rigor e a disciplina do “antigo regime”, retirou-se o estrado e o ponteiro, derrubaram-se as verdades feitas. Este foi um momento crucial de desconstrução do liceu feminino e lançamento da escola secundária democrática mista onde se passou a afirmar a coeducação. A entrada de professores e de funcionários deu-se à medida que os concursos se foram realizando.

Que aconteceu à Reitora Beatriz da Conceição Rebelo? Em maio de 1974 a reitora apresentou a sua demissão e a direção da escola passou para uma comissão de autogestão de três professoras: Maria Eugénia Reis Gomes, Arlete Maria Ladeira Rosa e Adelaide Salvador. Parecia que tudo se fazia sem grande sobressalto. No campo das professoras nenhum grupo contestatário se organizou para assumir a nova ordem democrática e afirmar-se como alternativa.

Se muito mudou com o 25 de abril, é legítimo questionar o inverso: o que permaneceu? Ficou intacto, até hoje, a designação “Liceu Feminino” nas pedras da calçada à entrada da escola e na fachada principal do edifício; continua a designação “sala das professoras” sobre a porta da atual sala de professores; as *toilettes* só muito lentamente, mediante obras, se transformaram em WC para o sexo masculino; manteve-se a capela onde algumas vezes se reuniram colegas e amigos para uma cerimónia de sufrágio por algum colega ou familiar de colega falecido; continuam as mesmas medidas para os ginásios e campos de jogos; continua hoje, ainda, a usar-se a designação “O Maria”, “O Amália”, “O Maria Amália” ou “o Liceu”; entre 1980 e 1983 foi presidente do Conselho Diretivo uma

---

25 Refere o Decreto-Lei nº 80 de 14 de abril de 1978 e publicado no Diário da República de 27 de abril de 1978: “Considerando que as modificações introduzidas no ensino secundário tornaram manifestamente obsoleta a distinção entre liceus e escolas do ensino técnico secundário: Nestes termos: O Governo decreta [...] o seguinte: Art. 1º Todos os estabelecimentos do ensino secundário passam a ter a designação genérica de escolas secundárias. Art. 2º As escolas secundárias mantêm as designações dos antigos liceus e das antigas escolas técnicas industriais, comerciais e industriais e comerciais. Art. 3º O Ministro da Educação e Cultura procederá, mediante portaria, às alterações de designação das escolas secundárias tornadas necessárias por força do disposto no presente decreto-lei.”



professora que tinha tido ligação às realizações do anterior regime, concretamente à Mocidade Portuguesa Feminina<sup>26</sup>; continua a predominar, se bem que por outras razões, a população feminina, sobretudo ao nível do corpo docente e dos funcionários.

O peso da memória, da história e do património é muito significativo na Escola Secundária Maria Amália a ponto de muito do seu anterior dinamismo se manter no período posterior ao 25 de abril de 1974. Concretamente no capítulo das atividades escolares, os seus professores envolveram-se de tal modo nas mais diversas dinamizações escolares e circum-escolares que bem podemos considerar a Escola Maria Amália como uma “escola cultural”. Citemos algumas realizações: Projeto de Inserção da Escola na Comunidade (outubro 1990 a junho de 1993) sob o conceito de autonomia escolar; Semanas Culturais (maio de 1993 e 1997-1998); Clube de Solidariedade; Projeto Economia – Cultura; Teatro na Escola; atividades desportivas das mais diversas; exposições; colóquios; conferências; intercâmbios com o Liceu Pierre d’Ailly de Compiègne (2007 e 2009). No capítulo das celebrações e comemorações a Escola Maria Amália continuou a conviver com a sua memória de um modo bastante afirmativo: 50º aniversário da inauguração do edifício (1933-1983)<sup>27</sup>, 1º centenário da Escola Secundária Feminina (1885-1985), 150º aniversário de nascimento da patrona da escola (1847-1997), 20 anos do 25 de abril e 25 anos do 25 de abril. Particular relevo tiveram as comemorações do 150º aniversário da patrona que, sob o conceito de “escola cultural”, contou uma grande variedade de atividades e realizações durante todo o ano letivo de 1996-1997: sessões públicas, exposições, atividades cénicas e saraus<sup>28</sup>, atividades de arte e design (medalha, pin, cartaz e autocolante), passeios culturais, concurso literário, edição da revista Maria Amália dedicada às comemorações<sup>29</sup>, edição de uma obra sobre a patrona (Esboço da Vida e Obra de Maria Amália Vaz de Carvalho) e atividades musicais.

## 6. REFLEXÃO EM TORNO DOS PATRONOS DOS LICEUS HISTÓRICOS PORTUGUESES (1836-1950)

Se o que se referiu diz respeito a uma escola, o que se teria passado nas restantes escolas do país? Como variou o nome do patrono e quais as razões da mudança? Alargando-se a amostra, ter-se-ão mais elementos de análise e de problematização.

26 A Dr<sup>a</sup> Jorgete Carolina da Conceição Gonçalves Costa, natural de Tavira, onde nasceu em 1917, era licenciada em Filologia Clássica e foi professora de Português, Latim e Grego em vários liceus e presidente do Conselho Diretivo da Escola Secundária Maria Amália entre 1980 e 1983. Antes do 25 de abril de 1974 a professora Jorgete Costa foi autora de vários artigos publicados na revista da Mocidade Portuguesa Feminina (MPF) Menina e Moça: nº 146 – fev. 1960, nº 152 – set. 1960, nº 153 – out. 1960, nº 154 – nov. 1960, nº 155 – dez. 1960. “Esta assídua colaboradora da MM desempenhou várias funções dentro da MPF. Foi delegada provincial de Trás-os-Montes e Alto Douro (1950-51), auxiliar dos Serviços Centrais (1963) e diretora do Centro de Estudos e Informação, a partir de 1969. Além de colaborar na MM, [...] foi ainda redatora de Mãos Dadas.” (Marta Isabel O. V. Fidalgo – “Menina e Moça”: Um Ideal de Formação Feminina (1960-1970). Dissertação de Mestrado [...]. Coimbra, 2002, p. VIII.)

27 Cf. Correio da Manhã – Lisboa, 20 de maio de 1984, p.10.

28 Foi realizado um sarau no Palácio de Pintéus – Loures, onde tinha vivido Maria Amália.

29 Publicaram-se 3 números dos 5 projetados.

## 6.1 Patronos dos liceus históricos portugueses (1836-1950)

Nesse sentido, apresenta-se o Quadro I com as designações dos liceus históricos portugueses do continente que foram criados até 1950 e que foram objeto de estudo monográfico no âmbito Projeto PRAXIS XXI (História), aprovado em 1996, cujos resultados foram publicados em 2003<sup>30</sup>.

- Indica-se o início do funcionamento de cada liceu de modo a perceber-se a longevidade da sua história e o tempo de permanência de um determinado patrono.
- Quando não aparece designação num determinado período é porque o liceu foi designado por “Liceu Nacional”, “Liceu Central”, “Liceu Nacional Central” ou “Liceu Municipal”. Como estas designações não são objeto de consideração no presente estudo, foram retiradas para só ficarem os nomes dos patronos.
- Assinalam-se os liceus femininos; os restantes são masculinos ou mistos.
- Entre parêntesis, a seguir a cada patrono, aparecem as datas em que vigorou o seu nome.
- Quando se apresentam reticências é porque não se encontraram datas limite.

Poder-se-ão agrupar todos estes patronos por diversas categorias conforme os objetivos e âmbito do estudo. E cada patrono, sendo na maioria dos casos uma personalidade multifacetada, poderá ser incluído em várias categorias. No entanto, a título de ensaio, registem-se as seguintes categorias e os correspondentes patronos:

- Estadistas, políticos e parlamentares destacados: Mouzinho da Silveira, Passos Manuel, bispo de Viseu Alves Martins, Sá da Bandeira, José Estêvão e Latino Coelho;
- Monarcas: D. João III e D. Manuel II;
- Rainhas e infantas protetoras: Maria Pia, Rainha Santa Isabel, Filipa de Lencastre e Infanta D. Maria;
- Figuras republicanas: Rodrigues de Freitas, Sampaio Bruno, Emídio Garcia e José Falcão;
- Militares: Nuno Álvares Pereira/Santo Condestável;
- Navegadores e eminentes figuras da gesta marítima portuguesa: Vasco da Gama, Fernão de Magalhães, Afonso de Albuquerque, Infante de Sagres, D. João de Castro e Gonçalo Velho;
- Pedagogos, humanistas e homens/mulheres das letras: Diogo de Gouveia, André de Gouveia, João de Deus, Frei Heitor Pinto e Carolina Michaëlis;
- Escritores: Sá de Miranda, Rodrigues Lobo, Camões, Gil Vicente, Alexandre Herculano, Garrett, Castilho, Eça de Queirós, Bocage, Camilo Castelo Branco, Maria Amália Vaz de Carvalho e Fialho de Almeida;
- Homens de ciência e cientistas: Pedro Nunes, Martins Sarmento, José Falcão e Júlio Henriques;
- Santo/as: Nuno Álvares Pereira ou São Nuno de Santa Maria e Rainha Santa Isabel;
- Filantropos e cidadãos ilustres: Bissaia Barreto.

---

30 Cf. NÓVOA, António; SANTA-CLARA, Ana Teresa (Dir.) – “Liceus de Portugal”..., 2003. Neste estudo não foram incorporadas as monografias dos liceus das ilhas dos Açores e da Madeira nem das colónias (Angola, Moçambique, Guiné, Cabo Verde, S. Tomé e Príncipe, ...).

**Quadro I – Liceus portugueses e seus patronos (1851-1951).**

| LOCALIDADE       | ANO  | PATRONOS                                                                                               |
|------------------|------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Aveiro           | 1851 | Vasco da Gama (1919-1927) – José Estêvão (1927-1947)                                                   |
| Beja             | 1852 | Fialho de Almeida (1915-1937) – Diogo de Gouveia (1937-1947)                                           |
| Braga            | 1845 | Sá de Miranda (1912-1947)                                                                              |
| Bragança         | 1853 | Emídio Garcia (1911-1928)                                                                              |
| Castelo Branco   | 1851 | Nuno Álvares (1918-1947)                                                                               |
| Chaves           | 1903 | Fernão de Magalhães (1919-1947)                                                                        |
| Coimbra          | 1918 | Liceu feminino – Infanta D. Maria (1919-...)                                                           |
| Coimbra          | 1836 | José Falcão (1914-1936 e 1974-...) – Júlio Henriques (1928-1936) – D. João III (1936-1974)             |
| Covilhã          | 1934 | Heitor Pinto (1934-1947)                                                                               |
| Évora            | 1841 | André de Gouveia (1919-1947)                                                                           |
| Faro             | 1851 | João de Deus (1919-1947 e 1966-...)                                                                    |
| Figueira da Foz  | 1932 | Bissaia Barreto (1932-1947)                                                                            |
| Guarda           | 1855 | Afonso de Albuquerque (1919-1936)                                                                      |
| Guimarães        | 1891 | Martins Sarmento (1917-1928)                                                                           |
| Lamego           | 1880 | Latino Coelho (1919-1920 e 1936-1947)                                                                  |
| Leiria           | 1851 | Rodrigues Lobo (1912-1947)                                                                             |
| Lisboa           | 1903 | Camões (1908-...)                                                                                      |
| Lisboa           | 1928 | Liceu feminino – Filipa de Lencastre (1928-...)                                                        |
| Lisboa           | 1928 | D. João de Castro (1928-...)                                                                           |
| Lisboa           | 1814 | Gil Vicente (1914-...)                                                                                 |
| Lisboa           | 1906 | Liceu feminino – Maria Pia (1906-1919) – Garrett (1919-1926) – Maria Amália Vaz de Carvalho (1926-...) |
| Lisboa           | 1838 | Passos Manuel (1908-...)                                                                               |
| Lisboa           | 1905 | Pedro Nunes (1911-...)                                                                                 |
| Portalegre       | 1851 | Mouzinho da Silveira (1916-1947)                                                                       |
| Portimão         | 1932 | Infante de Sagres (1932-1947)                                                                          |
| Porto            | 1906 | Alexandre Herculano (1908-...)                                                                         |
| Porto            | 1915 | Liceu feminino – Castilho (1919) – Sampaio Bruno (1919-1926) – Carolina Michaëlis (1926-...)           |
| Porto            | 1946 | Liceu feminino – Rainha Santa Isabel (1946-...)                                                        |
| Porto            | 1840 | D. Manuel II (1908-1910 e 1947-1974)<br>Rodrigues de Freitas (1910-1947 e 1974-...)                    |
| Póvoa de Varzim  | 1904 | Eça de Queirós (1915-1947)                                                                             |
| Santarém         | 1843 | Sá da Bandeira (1911-1947)                                                                             |
| Setúbal          | 1857 | Bocage (1906-1947)                                                                                     |
| Viana do Castelo | 1853 | Gonçalo Velho (1918-1947)                                                                              |
| Vila Real        | 1848 | Camilo Castelo Branco (1914-1947)                                                                      |
| Viseu            | 1849 | Alves Martins (1911-1947)                                                                              |

**Fonte:** Elaborado pelo autor, em 2019.

Pelo exposto nesta categorização, predominam as figuras ilustres com feitos notáveis ligados, sobretudo, à gesta marítima e à afirmação do país. Como se trata de patronos de estabelecimentos escolares, os escritores, pedagogos, humanistas e homens das letras têm um lugar destacado. Quanto ao género masculino – feminino, nenhum liceu masculino recebeu nome feminino e raramente um liceu feminino recebeu um nome masculino e, se isso aconteceu, o tempo de permanência foi limitado como foi o caso de Garrett para o primeiro liceu feminino de Lisboa e Castilho/Sampaio Bruno para o primeiro liceu feminino do Porto.

Nos patronos escolhidos não é predominante a figura prestigiada de professor e se o são, parece que outras qualidades se sobrepõem. Neste aspeto destaca-se Carolina Michaëlis, a primeira professora da Universidade de Coimbra.

Conforme o que já está aqui referido, os critérios principais para a escolha de um patrono têm a ver com a notabilidade da figura, a consensualidade, a universalidade da sua ação e constituir-se como um modelo cívico e intelectual.

Neste critério deve ter-se em conta que se prefere quase sempre a figura ilustre com ligação à região, sobretudo se ela é daí natural, se ela tem aí a sua “terra”. Assim, regional – nacional – universal cruzam-se num jogo de brio local ou regional, de consagração nacional e de projeção universal. Neste jogo o poder político central, para evitar atritos, tem sempre de peracionar as vontades locais, sejam do estabelecimento de ensino sejam do poder local ou regional. É caso paradigmático a recusa do patrono Castilho, em 1919, para um liceu do Porto. Por outro lado, das figuras mais enraizadas na região, refira-se a figura tutelar que foi e continua a ser Martins Sarmiento para Guimarães.

Recorre-se, regra geral, a figuras consagradas pela história que na altura da intuição não eram vivas, como se o tempo fixasse os feitos notáveis. Eram vivos na altura da atribuição do nome Maria Pia, D. Manuel II e Bissaia Barreto. Maria Pia para proteger a escola, D. Manuel II, último rei de Portugal, em sinal de apoio à monarquia na sequência do regicídio do 1º de fevereiro de 1908 e Bissaia Barreto por ser um filantropo, um ativista das obras sociais e uma figura ilustre da política e da medicina. Alguns teriam falecido poucos anos antes da sua escolha: Fialho de Almeida, Carolina Michaëlis, Maria Amália Vaz de Carvalho, Sampaio Bruno, Emídio Garcia, etc.

Os mecanismos de aprovação passam quase sempre por um período de auscultação, de deliberação local e central e, em seguida, de aprovação pelo poder político central. Quando se verifica uma imposição do poder político central e sendo o patrono de forte pendor ideológico pode ocorrer a breve trecho uma mudança de patrono. Retiraram-se reis (Maria Pia e D. Manuel II) em período republicano ou substituíram-se figuras sem enraizamento local, casos de Castilho no Porto e Vasco da Gama em Aveiro.

Como períodos históricos marcantes para a mudança de patronos, refira-se que em 1919, por ocasião do Sidonismo e dos movimentos de afirmação da monarquia (“Monarquia do Norte”), o poder central determinou a alteração de muitos patronos. Tenha-se em atenção o Decreto de 7 de janeiro de 1919<sup>31</sup> (Figura 4). Parece que o poder político central queria servir o país com uma galeria de figuras ilustres apostas aos liceus portugueses e para as novas gerações.

---

31 Cf. Diário do Governo, n.º 8, I série, Decreto n.º 5096, 13-01-1919, p. 59.



**Figura 4 – Mudanças dos Patronos em Liceus Portugueses.**

**Fonte:** Decreto nº 5.096 de 7 de janeiro de 1919.

Conforme já está referido neste trabalho, em 1926, ocorreram também grandes alterações numa reação política e ideológica ao que havia sido feito durante a 1ª República.

Em 1931, por Decreto nº 20573 de 27 de novembro<sup>32</sup>, determina-se que,

[...] aos estabelecimentos de ensino oficial só devem ser dados como designação os nomes de individualidades que, pelos seus méritos e incontestáveis serviços ao País, sejam credores da gratidão pública e dignas de ser apontadas como exemplo às gerações escolares» e que «As designações a dar aos estabelecimentos de ensino oficial

32 C.f. Diário do Governo nº 278, Série I, 03 de dezembro de 1931.

são estabelecidas pelo Governo, depois de aprovação em Conselho de Ministros.

As alterações mais significativas ocorreram, em 1947, por ocasião de uma “reforma do ensino liceal” e definição do “estatuto do ensino liceal”<sup>33</sup>. Refere, muito laconicamente, o Decreto nº 36.507 de 17 de setembro de 1947: “Art. 9º – Os liceus das localidades onde haja mais que um terão uma denominação que os distinga dos outros. Os restantes terão como denominação o nome da localidade.”. Por este decreto o poder central, na sua face burocrática e ideológica, impunha a designação dos estabelecimentos liceais numa atitude de afirmação de uma conceção nacionalista de alinhamento corporativista. Mais importante que uma galeria de figuras ilustres, como aconteceu em 1919, afirmava-se uma cultura nacionalista e impersonalista sem consideração pelo enraizamento e justificação das denominações dos liceus. Mais que figuras simbólicas, interessava uma linha de afirmação da Nação como um todo e não dividida em figuras regionais ou personalistas.

## 6.2 PALAVRAS FINAIS: O PATRONO COMO INSTRUMENTO DE DINAMIZAÇÃO DA ESCOLA

Os patronos são um recurso ou instrumento que visa conferir identidade e aprofundar a cultura, o *ethos*, ou fortalecer o ambiente académico e intelectual de um estabelecimento, instituição ou organização com fins educativos pois apresenta à instituição um modelo, uma referência, um símbolo ou uma marca. Patrono também é um ideal de pessoa-cidadão a construir ou um ideal a assumir e que cada comunidade escolar trabalhará dentro de portas a começar pela força veiculada pelo patrono ou padroeiro e a terminar numa multiplicidade de atividades, comportamentos e ideias assumidas. Assim, neste domínio, entra-se num campo muito vasto que a psicologia social, a sociologia das organizações, a história da educação e os estudos sobre as culturas das comunidades educativas têm vindo a consagrar. Os conceitos de cultura (interna e externa), ambiente, identidade e imagem e *ethos*, são de grande complexidade, exigem aturada reflexão e necessitam de uma boa recolha de informação, o que não pertence a este texto.

Dada a relevância dos problemas da cultura e do ambiente de escola, esclareça-se um pouco o conceito de *ethos* que muito poderá servir para uma melhor compreensão da cultura interna no que respeita às atividades, valores e ideias, com ou sem ritual elaborado, em torno dos patronos dos estabelecimentos de ensino e de educação. Diz Aline Seça,

[...] cada escola possuirá uma cultura própria que a distingue das outras e a identifica como única. O conceito de *ethos*, por seu turno, tem sido frequentemente usado em estudos organizacionais para designar as crenças, os valores e as práticas observáveis dos membros duma organização, concorrendo para o que alguns denominam a sua “filosofia ou atmosfera. (DONNELLY, 2000 *apud* seça, 2016)

33 Cf. Decreto nº 36507 de 17 de setembro de 1947 in Diário do Governo nº 216 de 17 de setembro de 1947, pp.879-887; Decreto nº 36508 de 17 de setembro de 1947 in Diário do Governo nº 216 de 17 de setembro de 1947, pp.888-927.

Considera-se, de um modo geral, que no *ethos* se revelam as dinâmicas interacionais, os procedimentos e a estrutura da organização, razão pela qual lhe é reconhecida relevância e a pertinência do seu estudo é justificada. No entanto, a complexidade do conceito dificulta a delimitação do respetivo campo semântico – que apresenta sobreposições parciais com o de conceitos próximos, como “cultura, clima, atmosfera, ambiente – criando assim espaço para a equívocidade”.<sup>34</sup>

No decurso da vida escolar numa instituição pública poder-se-ão diferenciar os tempos do quotidiano, onde os dias decorrem indiferenciadamente, e os tempos fortes ou marcantes das celebrações, comemorações, cerimónias, palestras evocativas e festividades, muitas vezes associadas aos patronos e à identidade da escola. Esses tempos fortes marcam a vida da escola e da sua cultura identitária pois estão ligados a rituais de início e termo do ano letivo, celebração do Dia da Escola ou celebração do Dia do Patrono. Associada a estes rituais e celebrações está a iconografia escolar onde a figura do patrono poderá estar presente em pinturas de qualidade estética variável, em impressos vários, em carimbos e em bandeiras ou logotipos em uso. A imagem do patrono, mais ou menos estilizada, passa a ser onnipresente e assumida como uma marca identitária.

É natural que variem muito todas estas dinâmicas nas várias escolas pois o que uma considera como uma ação meritória a outra considerará como folclore inútil, apesar de variadas vezes as orientações surgirem do poder político central, como seja o Dia do Diploma. Se o patrono se apresenta como uma proposta de modelo, é natural que as instituições de ensino o considerem como um pretexto para ações várias, como exposições escolares, estudo da sua obra, concursos literários, roteiros literários estabelecidos em função da obra que o patrono realizou (roteiro camiliano, roteiro queirosiano, ..., prémios literários, constituindo tudo isso uma forma dinâmica de se falar do patrono, da sua obra, da sua época e das suas ideias. E, muitas vezes, por intermédio dela chegar-se a outras épocas, a outras obras e a outras ideias.

Em todo esse processo de dinâmica cultural de uma comunidade educativa se desenvolvem os sentimentos de orgulho, autoestima e amor-próprio presentes no processo de construção de uma instituição.

Quando o poder central, uma cultura exterior e burocratizante, se quer impor, algo enfraquece na cultura interna e na dinâmica escolar tão necessária ao trabalho intelectual e ao desenvolvimento cultural dos envolvidos enquanto cidadãos. Um espaço de liberdade dos atores de uma organização face ao poder central torna-se algo imprescindível para a criação de um ambiente moral pois condiciona os aspetos psicológicos e anímicos fundamentais para uma cultura académica.

## 7. REFERÊNCIAS

CORREIA, Luís Grosso. O *thymos* segundo o Liceu Feminino do Porto (1917-1927). **História Revista da Faculdade de Letras**, Porto, III série, vol. I, 2000, pp.83-100. Disponíveis em: <http://ojs.letras.up.pt/index.php/historia/article/view/5419> . Acesso em:03 jul. 2019.

---

34 Cf. SEIÇA – Labirintos da Justiça ... , 2016, p.24.



DIAS, Virgínia. Maria Pia de Sabóia e Bragança In: ESTEVES, João; CASTRO, Zília Osório de (Dir.). **Feminae** - Dicionário Contemporâneo. Lisboa: CIG (Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género), 2013, pp. 695-698.

ESCOLA SECUNDÁRIA MARIA AMÁLIA VAZ DE CARVALHO. **Livro de Visitantes da Escola Maria Pia, Liceu Maria Pia, Liceu Central de Garrett, Liceu Maria Amália Vaz de Carvalho**. Manuscrito. Lisboa, 1891-1990.

ESCOLA SECUNDÁRIA MARIA AMÁLIA VAZ DE CARVALHO. **Revista do 150º aniversário de nascimento de Maria Amália Vaz de Carvalho**. Lisboa, nº 1, maio, 1996.

ESCOLA SECUNDÁRIA MARIA AMÁLIA VAZ DE CARVALHO. **Revista do 150º aniversário de nascimento de Maria Amália Vaz de Carvalho**. Lisboa, nº 2, novembro, 1996.

ESCOLA SECUNDÁRIA MARIA AMÁLIA VAZ DE CARVALHO. **Revista do 150º aniversário de nascimento de Maria Amália Vaz de Carvalho**. Lisboa, nº 3, fevereiro, 1997.

LISBOA. ARCHIVO Municipal. **Atas das sessões da Câmara Municipal de Lisboa**, em 18 de outubro de 1883.

LISBOA. ARCHIVO Municipal. **Atas das sessões da Câmara Municipal de Lisboa**, em 28 de agosto 1884.

LISBOA. ARCHIVO Municipal. **Atas das sessões da Câmara Municipal de Lisboa**, em 04 de setembro de 1884.

LISBOA. ARCHIVO Municipal. **Atas das sessões da Câmara Municipal de Lisboa**, em 09 de maio de 1885.

MENDES, João. Garrett, Almeida. In: **Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura**. Lisboa: Editorial Verbo, 1969, vol. 9, coll.207-211.

PORTUGAL. MINISTÉRIO de Instrução Pública. **Educação Feminina**. Disposições do Curso Especial de Educação Feminina estabelecido por Decreto de 11 de junho de 1915.

NÓVOA, António; SANTA-CLARA, Ana Teresa (Dir.). **Liceus de Portugal: Histórias, Arquivos, Memórias**. Porto: Edições Asa, 2003.

SEIÇA, Aline Bernardes. **Labirintos da Justiça na Escola: Perspetivas de Alunos e de Professores**. Santo Tirso: De Facto Editores, 2016.

SILVA, Amaro Carvalho da. **Esboço da Vida e Obra de Maria Amália Vaz de Carvalho**. Lisboa: ESMAVC, 1997.

SILVA, Amaro Carvalho da. Liceu Maria Amália Vaz de Carvalho – Lisboa. In: NÓVOA, António; SANTA-CLARA, Ana Teresa (Dir.). **Liceus de Portugal: Histórias, Arquivos, Memórias**. Porto: Edições Asa, 2003, pp. 484-505.



SILVA, Amaro Carvalho da. Maria Amália Vaz de Carvalho. In: NÓVOA, António (Dir.). **Dicionário de Educadores Portugueses**. Porto: Edições Asa, 2003, pp. 298-301.

TORRES, Leonor Lima. A escola como entreposto cultural: o cultural e o simbólico no desenvolvimento democrático da escola. **Revista Portuguesa de Educação**, 2008, 21(1), pp. 59-81.



# **ETEC CARLOS DE CAMPOS PIONEIRA NA IMPLANTAÇÃO DO CURSO TÉCNICO EM NUTRIÇÃO E DIETÉTICA: 80 ANOS DE HISTÓRIA**

**Clara Korukian Freiberg**

Escola Técnica Estadual Carlos de Campos

## **1. INTRODUÇÃO**

A historiadora Emília Viotti da Costa, já dizia que “Um povo sem memória é um povo sem história. E um povo sem história está fadado a cometer, no presente e no futuro, os mesmos erros” (PORTAL VERMELHO, 2017). Por isso, fazemos da história da nossa Escola Técnica Estadual Carlos de Campos (Etec) e, de nossos cursos, uma forma de resgatar e manter acessa a chama do aprimoramento, do crescimento e da sua identidade.

Ao fazer um resgate na história, desde o início do século passado, se denominava de Instrução Popular ao trabalho realizado nas escolas de Ensino Primário e de Ensino Profissional, instituições educacionais dirigidas basicamente aos trabalhadores e aos filhos de trabalhadores nacionais e imigrantes. Já considerando os anos finais do Império, a educação tinha dois segmentos bem distintos: 1) Instrução Popular Oficial - bastante deficitária - o governo mantinha duas casas de recolhimento e educação de crianças órfãs e abandonadas: o Instituto de Educandos Artífices, para meninos, e o Seminário da Glória, para meninas – voltados à assistência social aos desfavorecidos. 2) Instituições Particulares de Ensino Elementar - em número bem reduzido, mantidas e dirigidas por ordens religiosas destinados à educação de crianças de camada social mais privilegiada.

Com a vigência do Estado Republicano e a presença do trabalho livre desencadeou-se o processo de desenvolvimento comercial, urbano e industrial, implementando novos rumos no ensino popular e profissional. O Ensino Popular se expande sensivelmente e as Escolas Primárias Oficiais passam a ser constituídas por Grupos Escolares, Escolas Reunidas e Escolas Isoladas. No que se refere ao Ensino Profissional, são criadas em 1910, na gestão Oscar Thompson na Diretoria da Instrução Pública, as primeiras escolas oficiais do Estado como parte do projeto de constituição de um mercado interno de mão de obra qualificada. As Escolas Profissionais tinham por objetivo atingir uma população específica: os filhos de trabalhadores que iam seguir a profissão de seus pais e constituíam uma fonte de inesgotável atividade e energia, alimentando as forças vivas de nosso Estado. (MORAES; ALVES, 2002a, p.17; NOVELLI, 2004 p. 1)

Em 28 de setembro de 1911 foi publicado o Decreto nº 2118-B, organizando e regulamentando as duas primeiras Escolas Profissionais da Capital, de São Paulo, instituições que deveriam servir como modelos para as demais: a Escola Profissional Masculina, atual Etec Getúlio Vargas, destinada ao ensino das Artes Industriais para o sexo masculino, e a Escola Profissional Feminina, atual Etec Carlos de Campos, de Economia Doméstica e Prendas Manuais para o sexo feminino. Ambas foram implantadas no Brás, bairro que, na época, vivia um período de intensa atividade fabril e comercial, com grande concentração de operários e imigrantes.

A Escola Profissional Feminina iniciou suas atividades em 11 de dezembro de 1911. Através da implantação destas escolas profissionais, o Governo visava contribuir para a qualificação de mão de obra, atendendo às necessidades do setor fabril, tornando o operário brasileiro competitivo com o estrangeiro e educando o novo trabalhador com ordem, disciplina, devoção ao trabalho e elevado espírito patriótico, o que se considerava o oposto do trabalhador imigrante, influenciado por idéias libertárias e anarquistas. (MORAES; ALVES, 2002a, p.17; 2002b, p. 22)

Na Escola Profissional Feminina, no início, as alunas recebiam aulas teóricas de Português, Aritmética, Geografia e Desenho Geométrico, entre outras e participavam das atividades práticas nas Oficinas. A mais procurada era a de Confecção, que fornecia aprendizagem geral de costura, seguida pela de Rendas e Bordados e de Flores e Chapéus. Os cursos eram destinados a meninas maiores de 12 anos, que possuísem o diploma do Grupo Escolar ou conhecimentos equivalentes. O corpo docente, formado por professoras primárias, mestras e auxiliares, e compunha-se, de senhoras da alta sociedade paulistana, que dominavam certas artes e ofícios para os quais a escola oferecia habilitação. (MORAES; ALVES, 2002b, p. 22; ITAÚ CULTURAL, 2019)

Em 1930, Lourenço Filho assume a Diretoria da Instrução Pública e inicia uma série de reformas, com o Código da Educação, equipara o Ensino Profissional ministrado nessas escolas ao curso Secundário, à chamada escola acadêmica; ao mesmo tempo, realiza-se a aproximação do ensino das escolas profissionais oficiais às necessidades do mercado de trabalho de cada localidade. (MORAES; ALVES, 2002a, p.18) E em 1931, foi implantado o primeiro curso Normal na Escola Profissional Feminina, com o objetivo de formar professores para o magistério profissional feminino. As alunas matriculadas eram, geralmente, as que tinham obtido melhor desempenho no curso profissional (MORAES; ALVES, 2002b, p.22). Enquanto em 1934, é criada a Superintendência da Educação Profissional e Doméstica, imprimindo nova forma de gestão à organização do sistema de ensino. Neste período, Horácio Augusto da Silveira, era o Diretor da Escola Profissional Feminina da Capital, atuou de forma significativa na organização do Serviço de Psicotécnica, previsto pelo Código de Educação, e na montagem de Gabinetes de Psicotécnica nas Escolas Profissionais da Capital e na de Santos, onde selecionavam alunos, a partir de um perfil psicológico, social, econômico e profissional, encaminhando às profissões adequadas às suas aptidões. O aluno tinha um acompanhamento do rendimento individual no decorrer de toda a aprendizagem escolar, mediante provas e testes psicotécnicos, o que incluía serviços de readaptação profissional de operários já em trabalho nas indústrias. (MORAES; ALVES, 2002a, p.18)

A Escola Profissional Feminina recebeu diferentes denominações durante toda sua existência: 1º) Escola Profissional Feminina, da capital, de 1911 a 1927; 2º) Escola Profissional Feminina Carlos de Campos, de 1927 a 1931; 3º) Escola Normal Feminina de Artes e Ofícios, em 1931 a 1933; 4º) Instituto Profissional Feminino, de 1933 a 1945; 5º) Escola Industrial Carlos de Campos, de 1945 a 1952; 6º) Escola Técnica Carlos de Campos, em 1952; 7º) Escola industrial Carlos de Campos, em 1961; 8º) Escola Técnica de Economia Doméstica e Artes Aplicadas Estadual Carlos de Campos de 1961 a 1965; 9º) Colégio de Economia Doméstica e Artes Aplicadas Estadual Carlos de Campos, de 1965 a 1976; 10º) Centro Estadual Interescolar Carlos de Campos, de 1976 a 1979; 11º) Escola Técnica de Segundo Grau Carlos de Campos, de 1979 a 1994, e 12º) Escola Técnica Estadual Carlos de Campos, em 1994, quando foi incorporada ao Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza (CEETEPS) mantendo este nome até os dias de hoje. (MORAES; ALVES, 2002, p. 23; NOVELLI, 2004, p. 1)

A Escola Profissional Feminina instalou-se, em primeiro lugar, num antigo sobrado, conforme ilustra a Figura 1, na rua Monsenhor de Andrade 798, Brás, São Paulo, já demolido, onde anteriormente funcionava o Colégio Azevedo Soares.



**Figura 1** – Escola Profissional Feminina.

**Fonte:** <http://www.ibamendes.com/2011/12/fotos-de-escolas-antigas-viii.html>.

Em meados da década de 20, o edifício adquirido em 1911, passou a sofrer críticas de diversos segmentos da sociedade, o que levou o Governo do Estado a construir um novo prédio para a escola, de acordo com os “preceitos de higiene, harmonia e beleza”.

Em 1930, foi entregue a primeira etapa da construção, sendo que a segunda nunca foi concluída. A Etec Carlos de Campos funciona, até hoje, no mesmo endereço, no edifício construído nos anos 30 (Figura 2) e em outra ala, construída nos anos 70, nos moldes e padrões desta década. Sua arquitetura foi mantida até os dias de hoje, bem preservada.



**Figura 2** – Edificação da Etec Carlos de Campos, em 2019.

**Fonte:** <http://www.eteccarlosdecampos.com.br/quem-somos/historico/>

A construção do prédio, na década de 1930, o projeto era bastante robusto. Alguns detalhes nos fazem lembrar o cuidado com a identificação da escola e a quem ela se destinava: o capitel compósito, a extremidade superior de algumas colunas de sustentação do prédio tinha na sua composição frutas, relacionadas a alimentação; enquanto que a , roca da costura, no frontão da fachada da escola indica alguns dos detalhes alusivos aos cursos que ali se apresentavam: Costura, Rendas e Bordados.

O objetivo deste trabalho é contribuir com a história dos cursos técnicos do Centro Paula Souza, no campo da alimentação e nutrição, apresentando a trajetória do curso Técnico em Nutrição e Dietética numa relação de fidelidade e compromisso com a formação de profissionais. Na educação profissional, se destacam patronos que normalmente são eleitos pela forma como conduzem seu trabalho e suas relações interpessoais na jornada de um curso. Foi escolhida para representar como patronesse dos 80 anos do curso Técnico em Nutrição e Dietética a Profª Neide Gaudenci de Sá.

## 2. MATERIAIS E MÉTODOS

Esse trabalho surgiu da proposta de comemoração dos 80 anos do curso Técnico em Nutrição e Dietética, considerando que o curso Auxiliares em Alimentação, foi o primeiro no campo da alimentação e nutrição no país, criado por Francisco Pompêo do Amaral, em 17 de maio de 1939, na primeira Superintendência do Ensino Profissional do Estado de São Paulo. O curso teve seu início no Instituto Profissional Feminino, atual Etec Carlos de Campos, e foi precursor do curso superior de Nutrição. Mediante um resgate histórico, se traçou uma trajetória desde o processo da proposta de implantação do curso, sua evolução através dos tempos na Educação Profissional, e o papel de vários profissionais envolvidos

nesta diversidade da Gestão Escolar, na manutenção de profissionais de excelência, entre eles o da Profª Neide Gaudenci de Sá.

Este estudo foi realizado a partir de um levantamento em fontes primárias e da revisão bibliográfica sobre a implantação do ensino profissionalizantes na escola pública, a origem dos cursos de Auxiliares em Alimentação ou Dietistas e de Nutricionistas, e o trabalho da Profª Neide Gaudenci de Sá nesta trajetória. A pesquisa foi realizada consultando documentos textuais e iconográficos existentes no Centro de Memória da Etec Carlos de Campos. Nesse estudo também utilizou-se do arquivo pessoal da Profª Neide Gaudenci de Sá, cedido pela sua filha Ana Cristina de Sá, e dados fornecidos pela Profª Maria Lucia Mendes de Carvalho, uma estudiosa da origem dos cursos no campo da alimentação e nutrição no Brasil e os protagonistas desta história.

Após contato com professores que tiveram a oportunidade de serem contratados pela Profª Neide Gaudenci de Sá e trabalhar junto à ela na Etec Carlos de Campos, foi realizado uma conversa informal a respeito do trabalho desenvolvido ao longo dos anos no curso Técnico em Nutrição e Dietética, e sob a orientação e coordenação dessa professora. Foram dados depoimentos pessoais e cada participante mostrou um pouco de sua experiência no processo educativo. Também foi contactado ex-alunos, formandos de 1985, que tiveram a oportunidade de estudar na escola, e serem alunos tanto da professora Neide Gaudenci de Sá como dos professores citados neste trabalho. Foi enviado um questionário por email às ex-alunas, convidando-as para participar e que estas pudessem indicar o que a Profª Neide Gaudenci de Sá representou em sua formação, conforme roteiro a seguir:

Você poderá responder cada uma destas questões com detalhes, como se fosse uma volta no tempo...

1. Como foi feita sua escolha para estudar na Escola Carlos de Campos? Quem teve um papel importante nesta decisão?
2. Como você decidiu ser Técnico em Nutrição e Dietética?
3. Fale um pouco da relação entre você e os professores daquela época e o que você lembra com carinho?
4. Conte-nos uma passagem sua inesquecível, na escola, ou com os colegas, ou com os professores, ou com os funcionários, em aula prática, que remete aquele tempo e aquela idade.
5. Como você se lembra da D. Neide? Qual o papel dela na sua formação profissional?
6. Conte-nos um pouco sobre sua carreira profissional.

Todos os contatos foram realizados por email, e a documentação de manifestação pessoal por parte dos participantes, também se deu por email, em forma de aceite indireto, uma vez que a proposta era fazer parte de um estudo sobre os 80 anos do curso na Etec Carlos de Campos. Nem todas as ex-alunas que se propuseram a responder o questionário, responderam as questões na ordem do roteiro. Após filtrar as respostas, destaquei a questão nº 5 abordando o papel de Neide Gaudenci de Sá na formação da educação profissional.

### 3. PROPOSTA IDEALIZADORA DA FORMAÇÃO DO TÉCNICO EM NUTRIÇÃO E DIETÉTICA

Horácio Augusto da Silveira, Superintendente do Ensino Profissional, atento às necessidades do seu tempo, no que diz respeito ao problema da alimentação coletiva, de forma estratégica, se mobilizou para apoiar a implantação do primeiro curso no campo da alimentação e nutrição no país, o de Auxiliares em Alimentação ou Dietistas no Ensino Profissional. Em 02 janeiro de 1939, foi contratado como médico chefe da Superintendência, o Dr. Francisco Pompêo do Amaral, que propõe e organiza a grade curricular para a criação do primeiro curso de formação de técnicos em alimentação no país, para enfrentar os problemas de saúde e nutrição que o Brasil encarava, inspirado na versão do Dr. Pedro Escudero, que criou o Instituto Municipal de Nutrição em 1926, da Escola Nacional de Dietistas em 1933, e do curso de médicos “dietólogos” da Universidade de Buenos Aires. (CARVALHO, 2013b, p. 84; VASCONCELOS, 2002, p. 128; CARVALHO, 2015)

Naquela época, há 80 anos, Dr. Adhemar Pereira de Barros, o Interventor Federal no Estado de São Paulo, no uso das suas atribuições, sanciona o Decreto nº 10.033, de 3 de março de 1939, determinando que os cursos de Educação Doméstica das Escolas Profissionais Secundárias e o Curso de Aperfeiçoamento para Formação de Mestras de Economia Doméstica, do Instituto Profissional Feminino da Capital, fossem transformados, respectivamente, em cursos de Educação Doméstica e Dietética para Donas de Casa e na capital, curso de Formação de Mestras de Educação Doméstica e Auxiliares de Alimentação (SÃO PAULO, 1939a). Neste mesmo ano é publicado o Decreto de nº 10.080, em 29 de março de 1939, permitindo a matrícula no curso de Aperfeiçoamento do Instituto Profissional Feminino da Capital para a Formação de Mestras de Educação Doméstica e Auxiliares em Alimentação a candidatas diplomadas em curso Secundário, ou apresentando o curso completo de Ginásio ou de Escola Normal Oficial (SÃO PAULO, 1939b). Esses decretos são documentos históricos que permitem identificar que o primeiro curso no campo da alimentação e nutrição foi criado na Superintendência do Ensino Profissional do Estado de São Paulo, enquanto que o curso de Nutricionistas, Decreto Estadual Nº 10.617, de 24 de outubro de 1939, tendo como mentor o professor Dr. Geraldo Horácio de Paula Souza foi criado, posteriormente, na Universidade de São Paulo. (CARVALHO, 2009)

Em uma retrospectiva histórica, vale lembrar que nesta mesma época, havia falta de atenção ao problema alimentar no país. A preocupação quanto a melhoria da alimentação e saúde brasileira era uma bandeira de luta. O Brasil passava por um desordenado processo de urbanização que aprofundava a crise alimentar. Josué de Castro, em 1933, apresentava de forma clara o problema, considerando que, as deficiências alimentares qualitativas e a crise econômica proporcionando deficiências quantitativas, não promovia os princípios elementares de uma alimentação saudável, contribuindo para a baixa imunidade e baixa produtividade chamando atenção para que ações concretas neste campo fossem realizadas (CAMPOS, 2012, p.30-31). E o curso de Nutrição, segundo a Profª Neide Gaudenci de Sá, aluna e professora do curso na década de 1950, esta dizia que,

[...] além de sua importância histórica dentro do quadro do ensino nacional, foi significativo para as mulheres, pois ele provava, na época, que nós podíamos exercer atividades socialmente



#### **4. PAPEL DE NEIDE GAUDENCI DE SÁ NA TRAJETÓRIA DA FORMAÇÃO DE TÉCNICOS EM NUTRIÇÃO E DIETÉTICA NA ETEC CARLOS DE CAMPOS**

A Profª Neide Gaudenci de Sá é uma das protagonistas deste curso, na Etec Carlos de Campos. Em 1946, aos 12 anos ingressou na Escola Industrial Carlos de Campos, por meio de exame de admissão e, por quatro anos, cursou o Vocacional (um semestre letivo) e o Industrial Básico, optando pela área de Corte e Costura e Bordados. Filha de pais de descendência européia, sabiam da importância de se ter uma profissão. Pesquisando outros cursos da escola, um dia foi entrevistar o Dr. Pompêo, o idealizador do curso, para o jornal 'A Roca', órgão do Grêmio "Carlos de Campos", do qual era diretora durante o Ginásio Industrial, e ele com muito entusiasmo se pôs a falar sobre o curso de Auxiliares em Alimentação, seus objetivos e o profissional que a escola formava. Isso foi decisivo a sua escolha profissional de Neide e motivo de orgulho para seus pais. (CARVALHO, 2013, p. 221). Em 1950, Neide Gaudenci ingressa no curso de Formação de Mestras de Educação Doméstica e Auxiliares em Alimentação. No final do curso, sua Prova Final de Habilitação foi sobre o tema "Variações do metabolismo basal sob a influência da alimentação" abrangendo parte teórica e prática. Apresentou de forma brilhante e com muitos elogios. Ao concluir o curso, em 1952, foi nomeada para lecionar na própria escola como professora de Dietética, passando a integrar a equipe de professores do curso Dietistas. (CARVALHO, 2013, p. 222) Naquele tempo o critério de seleção para trabalhar na escola, era bastante meritocrático.

Ainda em 1952, Arnaldo Laurindo, Diretor do Departamento do Ensino Profissional no Estado de São Paulo, na época Deputado Estadual, propôs o Projeto de Lei nº 697/52 para desmembrar o curso de Formação de Mestras, transformando-o em dois cursos: o de "Formação de Professoras de Educação Doméstica e Trabalhos Manuais" e o de "Formação de Dietistas", justificando que: [...] há prejuízo para as especializações abrangidas, face à premência de tempo para a execução integral dos respectivos programas". (CARVALHO, 2013, p. 223) Em São Paulo, em 9 de outubro de 1953 é publicada a lei nº 2318/53 que desmembrava os dois cursos. (SÃO PAULO, 1953)

Isso significa que neste novo formato o curso encontrou um campo mais próprio para o seu funcionamento, como integrante definitivo do Ensino Técnico, em nível igual ou superior ao colegial. Segundo Prof. Pompêo, que posicionava de forma bastante eloquente, com a mudança de designação e com a declaração bem precisa dos direitos das diplomadas na lei que originou na Escola Técnica Carlos de Campos, deixou claro que,

[...] dietistas, técnicas, seriam equiparadas às melhores auxiliares do médico, do dietólogo, em todos os trabalhos que digam respeito à alimentação de pessoas enfermas e sadias. Também com essa nova determinação ficou estabelecido que teriam o direito de pleitear, cargos de fiscais de gêneros alimentícios, auxiliares técnicos de laboratórios de bromatologia, etc., alegando na

época que eram cargos de rara importância em nosso sistema administrativo e que, num absurdo consagrado pela praxe, eram entregues a funcionários leigos, sem condições para exercê-los. (Entrevista concedida à Neide Gaudenci, em julho de 1950 *apud* CARVALHO, 2013, p. 221)

Ainda 1953, Francisco Pompêo do Amaral articulou e transferiu o curso de Formação de Dietistas, para um prédio alugado na Rua Rego Freitas, 474, no centro de São Paulo, funcionado neste espaço o Serviço de Alimentação e Higiene Escolar do Departamento do Ensino Profissional, com as seções técnicas de Alimentação e Nutrição, assim como de Pesquisa e Ensino da Alimentação, lá permanecendo até 1958, quando toda equipe do curso retorna a Escola Industrial Carlos de Campos e ocupa o prédio antigo, de 1911. (CARVALHO, 2017, p. 59)

O curso Formação de Dietistas continuou em período integral, com aulas teóricas e práticas, e as alunas fazendo estágios nos Refeitórios da Escola Carlos de Campos e da Escola Getúlio Vargas. Daí começaram a sair para outras áreas como: nas indústrias, nos hospitais, e inclusive, na vigilância sanitária, nas creches, nas escolas. Os estágios já eram em diferentes áreas e em um número expressivo de horas. Como práticas escolares e pedagógicas, pautada em metodologia científica, foram realizados inquéritos econômicos e sociais e ainda coletados dados sobre a saúde e o consumo alimentar de estudantes e seus familiares. (Entrevista com Neide Gaudenci de Sá *apud* CARVALHO, 2013, p. 224).

Entre as pesquisadoras, Neide Gaudenci de Sá foi designada a ordenar e analisar estes inquéritos realizados e a dar continuidade à pesquisa com ênfase higiênico-sociais relacionada à alimentação. (CARVALHO, 2011) Os relatórios gerados, ano a ano, proporcionou um robusto banco de dados, apresentados no livro “A alimentação em São Paulo no período 1940-1951”, redigido por Pompêo do Amaral envolvendo sua equipe de Dietistas, culminando em 1954, com o Prêmio Nacional de Alimentação do Serviço de Alimentação da Previdência Social. (AMARAL, 1960 *apud* CARVALHO, 2009) Vale lembrar que o Serviço de Alimentação da Previdência Social se transformaria em um dos principais centros de formação de recursos humanos na área de Nutrição (nutrólogos, nutricionistas, economistas domésticas etc.), bem como em um dos principais campos de trabalho para nutricionistas. (VASCONCELOS, 2002, p. 132)

Em 1960, Neide Gaudenci de Sá participou da comissão organizadora do II Congresso Brasileiro de Nutricionista, promovido pela Associação de Nutricionistas da Universidade de São Paulo, com a colaboração da Associação Brasileira de Nutricionistas, apresentando a comunicação “Inquéritos sobre Alimentação – Técnica de sua realização” (CARVALHO, 2011, p. 567), mostrando aqui não só o reconhecimento do trabalho realizado, mas a valorização da pesquisadora dentro de sua equipe de trabalho.

Neide Gaudenci de Sá participou ativamente, durante anos, do processo de legalização profissional do Técnico em Dietética, levando aos deputados documentos e elementos para a elaboração do decreto que regulamentou a profissão. (CARVALHO, 2009) Em 1961, por meio do Decreto Estadual nº 38.643, de 27 de junho, artigo 246, o curso de Formação de Dietista passa a ser denominado Técnico em Dietética (SÃO PAULO, 1961). Por meio da Lei Federal nº 5.276, de 24 de abril de 1967, que dispõe sobre a profissão de nutricionista e regula o seu exercício, assegurando o exercício dos cargos e funções de Nutricionistas e Dietistas, aos profissionais que tenham sido providos, em caráter efetivo, na

data de entrada da lei em vigor. Em 1967, a profissão de Nutricionista é regulamentada e as Dietistas da Escola Industrial Carlos de Campos, em São Paulo, têm seus direitos reconhecidos para atuarem na profissão em função do currículo do curso criado pelo seu mentor. Todos os formandos até 1967 no curso de Nutrição da Escola Carlos de Campos tiveram o direito de exercer a profissão de Nutricionista desde que solicitassem dentro do prazo estipulado, o seu registro. (BRASIL, 1967)

Neide Gaudenci de Sá participou da escolha da nova designação do nome do curso e do profissional, baseando-se no fato que a nutrição é o estudo da ciência e a dietética é a aplicação da ciência,

[...] quando as Dietistas, juntamente com as Nutricionistas, tiveram a sua profissão regulamentada nasceu o Curso Técnico de Nutrição e Dietética. O Técnico em Nutrição e Dietética vai fazer a aplicação, isso não significa que ele não tenha que estudar a ciência, mas ele precisa mais dessa parte prática [...]. (CARVALHO, 2011, p. 566)

Em 1968, a Revista Hospital de Hoje (Figura 3), do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento de Pesquisas Hospitalares publicou o artigo “Estudo do pessoal necessário ao SND” (SÁ, 1968).



**Figura 3** – Capa e Índice da Revista Hospital Hoje que traz o artigo de Neide Gaudenci de Sá.

**Fonte:** Acervo do Centro de Memória da Etec Carlos de Campos, em 2019.

Após longa jornada e trabalho na área pedagógica, em 1979, Neide lança seu livro “Nutrição e Dietética” na Escola Estadual de Segundo Grau Carlos de Campos, para difundir os conhecimentos de nutrição humana fundamentais para a formação deste profissional. Destaca-se que, na época, a literatura nesta área era apenas de autores es-

trangeiros com a realidade de outros países (CARVALHO 2011, p. 567), o que representou um grande marco para o estudo da ciência da Nutrição.

No final dos anos 70, professores que fizeram história no curso Técnico em Nutrição e Dietética da Escola Técnica Carlos de Campos, depois de anos de trabalho, solicitaram a aposentadoria e Neide Gaudenci de Sá, coordenadora do curso, precisava renovar o quadro de profissionais e manter o propósito de excelência do curso. Utilizou no processo de contratação e renovação do quadro de professores a mesma tônica adotada e aplicada a ela, nos primórdios do curso. Selecionava ex alunos, em que conhecia bem o perfil durante sua jornada, como aluno do curso, e que se encaixavam na disciplina disponível. Assim, em um primeiro momento foram chamadas as alunas, Leila Maria Biscola Esperança, Solange Santiago Galisa, Gladys Del Corso, Silvia Maria Monteiro das Neves e Selma Maria Bocato. (Figura 4)



**Figura 4** – Corpo docente.

**Fonte:** Acervo do Centro de Memória da Etec Carlos de Campos, em 2019.

Entre 1982 e 1983, em um segundo momento, o curso Técnico em Nutrição e Dietética tem uma renovação do corpo docente, pois com a saída dos professores aposentados, o mesmo processo de seleção permanece. Entraram então as Professoras Marina Favalli, Rosana Toscano, Clara Korukian (a única não ex aluna), Angela Antonia Russo, que juntamente com Leila Maria Biscola Esperança, Solange Santiago Galisa, Tereza Cristina Mayboroda, Dalila Ramos sob a coordenação da Profª Neide Gaudenci de Sá formaram o novo corpo docente (Figura 5). Segundo a autora,

Eu, Clara Korukian Freiberg, fui uma das professoras que tive a oportunidade de trabalhar com essa equipe. Fui convidada a dar uma palestra na escola em uma jornada de estudos que anualmente os cursos promoviam. Apresentei o conteúdo sem saber que estava sendo observada e avaliada, pois fui indicada por uma das professoras que

conhecia o meu trabalho a fazer parte da equipe. Foi uma honra e um grande desafio. Apesar de ter visto como eu me apresentava, queria garantir que o corpo docente manteria o mesmo padrão uma vez que a excelência do curso era sua bandeira de luta. Concordava com sua forma de capitanear o curso e sempre mostrei disponível para seus propósitos. Foi com muito carinho que durante um ano todo assistia suas aulas de Nutrição e Dietética e Inquéritos e Técnicas de Educação Alimentar. Particpei de suas pesquisas junto com os alunos, no “Levantamento do custo da ração correta” e ainda colaborava em monitorar os grupos das salas de aula. Também fui expectadora das aulas de Fisiologia Humana e Bromatologia da professora Dalila Ramos, que posteriormente, com sua aposentadoria assumi as aulas teórico-práticas. Continuo na escola até então e com a disciplina de Planejamento Alimentar me inspiro toda semana na Mestra que a princípio com muito carinho me fez filha adotiva e que posteriormente me atribuiu a legitimidade maternal.



**Figura 5** – Corpo docente. Em pé: Angela Antonia Russo, Clara Korukian, Tereza Cristina Mayboroda e Dalila Ramos. Sentadas: Solange Santiago Galisa, Leila Maria Biscola Esperança, Rosana Toscano, Marina Favalli, e Profa. Neide Gaudenci de Sá.

**Fonte:** Acervo do Centro de Memória da ETEC Carlos de Campos, em 2019.

Ainda, em 1983, foram contratadas as Professoras Martia Christina Pelliciari e Letizia Nuzzo, também ex-alunas. Toda essa equipe trabalhou para dar continuidade no grande projeto do Ensino Técnico, na formação do profissional consciente: o cuidado e o cuidar – principalmente da alimentação, necessidade básica – que assumem uma dimensão importante na qualidade de vida dos seres humanos e devem ser preocupação constante dos profissionais de Nutrição, tornando-se inerente ao seu desempenho técnico. Essa fala estava sempre presente e mais uma vez Neide Gaudenci de Sá faz referência em seu discurso público, junto ao CRN, na comemoração do Dia do Técnico em Nutrição e Dietética em 27 de junho de 2004.

Em maio de 1984, a Profª Neide Gaudenci de Sá se aposentou, tendo atuado como aluna, professora, pesquisadora, coordenadora e orientadora. (CARVALHO, 2011, p. 566)

Em 1985, publicou a Pesquisa “Custo da Alimentação em São Paulo de 1940 a 1984”, que foi incorporada ao acervo do Departamento Intertisindical de Estatísticas e Estudos Sócio-Econômicos – DIEESE. (CARVALHO, 2011, p. 567)

A Profª Neide Gaudenci de Sá foi homenageada pelo Conselho Regional de Nutricionistas, CRN-3, na Assembléia Legislativa de São Paulo, em 26 de setembro de 2002. Durante a solenidade foi criado o Prêmio Destaque Profissional do Ano, denominado Neide Gaudenci de Sá por sua importância profissional no campo da nutrição. Foi estabelecido a data de 27 de junho o “Dia do Técnico em Nutrição e Dietética”, a partir daquele evento. (CARVALHO, 2011, p. 567)

Em 2007, a Profª Neide Gaudenci de Sá lança o livro “Nutrição – Conceitos e Aplicações” (Figura 6), juntamente com todas as professoras que ela havia contratado na época de sua aposentadoria, para continuar seu legado. Foram co-autoras com ela: Leila Maria Biscolla Esperança, Marina Favalli, Rosana Toscano Ferreira, Clara Korukian Freiberg, Angela Antonia Russo, Martia Christina Pelliciari, Letizia Nuzzo e Vera Cristina Soares. A Profa. Monica Santiago Galisa foi convidada a participar juntamente com a equipe, pois também foi professora da escola após a aposentadoria da Profª Neide e estaria, representando a Prof. Solange Santiago Galisa, sua irmã, que havia falecido em 2000. (Figura 7) O livro foi editado pela Editora MBooks, em São Paulo. Esta relação profissional, ganhou grandes dimensões. Surge uma relação de amor fraterno implicando em uma relação de carinho e cumplicidade gerada pela maneira como a Profª Neide conduziu o grupo.



**Figuras 6 e 7** – Último livro lançado pela Profª Neide Gaudenci de Sá e Imagem do lançamento do livro junto das autoras na Livraria Cultura, em 2007.

**Fonte:** Fotografia do Arquivo Pessoal de Clara Korukian Freiberg, em 2019.

A relação dos professores, junto a coordenação da Profª Neide Gaudenci de Sá, extrapolou as paredes da escola. Era de uma verdadeira família, onde cada um tinha as suas peculiaridades mas, todos juntos eram muito fortes. O Quadro I apresenta testemunhos que a autora recolheu de professoras escolhidas pela Profª Neide Gaudenci de Sá, e que com ela trabalharam na Escola Técnica Carlos de Campos, no final da década de 1970 até sua aposentadoria.



**Quadro I – Testemunhos de professoras do curso Técnico em Nutrição e Dietética na Etec Carlos de Campos, em 2019.**

| DOCENTES                      | TESTEMUNHOS SOBRE ATUAÇÃO DE NEIDE GAUDENCI DE SÁ                                                                                                                                                                                                                                                                                                                   |
|-------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Leila Maria Biscola Esperança | A Profª Neide exercia seu papel com tanto amor e dedicação que logo fui contagiada, fiquei encantada com o conteúdo e participava enquanto aluna da maioria dos trabalhos extracurriculares, não havia livro, somente conteúdos apostilados. Uns dos trabalhos que mais me encantou foi o cálculo nutricional da dieta adequada e balanceada do cardápio de um dia. |
| Rosana Toscano Ferreira       | A Profª Neide era muito muito inteligente e exigente. Era brilhante, excelente professora, explicava como ninguém e eu adorava as aulas de Nutrição e Dietética. Ela te conquistava e sem dúvida foi o meu exemplo para me tornar professora. Foi uma relação inesquecível.                                                                                         |
| Marina Favalli                | Profª Neide foi responsável por eu amar tanto a Nutrição e a docência. Como eu admirava aquela mulher forte, inteligente, determinada, exigente!                                                                                                                                                                                                                    |
| Angela Antonia Russo Barioni  | Dona Neide foi, com certeza, quem me inspirou para continuar estudando e fazer a Faculdade de Nutrição. Foi sempre uma professora exigente, organizada e muito estimuladora.                                                                                                                                                                                        |
| Clara Korukian Freiberg       | Ela era muito inteligente, exigente e encantadora. Como eu não havia estudado na escola, abracei aquele convite com todas as garras. Foi uma relação incrível, de admiração, de lealdade, cumplicidade e carinho maternal.                                                                                                                                          |
| Letizia Nuzzo                 | A Profª Neide era admirável, sempre exigente e de uma organização impecável, que exemplo. Ela, com certeza, foi a pessoa contribuiu para que eu fosse professora, pois nem havia pensado nessa possibilidade antes do convite dela surgir.                                                                                                                          |
| Vera Cristina Soares          | Entrei na escola após a aposentadoria da Profª Neide e a conheci durante a fase de elaboração do livro. Pude ver um pouco mais de perto a excelência na profissional que era, sua organização. Sou grata a ela e as colegas que me concederam o privilégio de participar, de alguma forma, desse legado!                                                            |
| Monica Santiago Galisa        | Minha irmã, a Solange Santiago Galisa, foi aluna da Profª Neide e professora da Escola Técnica de Segundo Grau Carlos de Campos. De ver sua trajetória tão bem sucedida, eu também acabei optando pelo mesmo caminho. Eu convivi com os professores como aluna e depois como docente da escola.                                                                     |
| Silvia Honorato da Silva      | Sentia orgulho de ter uma professora como ela. Foi minha inspiração. Uma época muito boa em que os conhecimentos ficaram enraizados. Era a mestre e não simplesmente a professora.                                                                                                                                                                                  |

**Fonte:** Elaborado pela autora, em 2019.

Algumas alunas da turma de 1985, também deram seus testemunhos sobre a convivência com a mestre tão admirada, e que foi a última turma do curso Técnico em Nutrição e Dietética, que tiveram a oportunidade de estudar com a Profª Neide Gaudenci de Sá, e apresentados no Quadro II.

**Quadro II** – Testemunhos de ex-alunas do curso Técnico em Nutrição e Dietética, turma de 1985, na Etec Carlos de Campos, em 2019.

| EX-ALUNAS                 | TESTEMUNHOS SOBRE ATUAÇÃO DE NEIDE GAUDENCI DE SÁ                                                                                                                                                                                                                                        |
|---------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Rosilene Melero           | Excelente na minha formação profissional. Quando me deparei com mercado de trabalho senti que estava muito bem preparada.                                                                                                                                                                |
| Neide Lopes               | Tive a oportunidade de acompanhar o lançamento do livro. Tinha o maior orgulho de fazer parte de tudo aquilo.                                                                                                                                                                            |
| Cleusa do Espírito Santos | Me lembro da D. Neide em enfatizar sempre para todas as alunas do curso de Nutrição e Dietética, quanto a importância e o desafio em manter o curso com um alto nível. Sempre foi motivo de muito orgulho para ela, mas principalmente para todas nós.                                   |
| Edsonia F. Mello Franco   | Foi com ela que aprendi a amar a nutrição. Seu amor pela profissão sempre me inspirou, tanto que continuei a estudar e fiz faculdade de Nutrição.                                                                                                                                        |
| Viviane Rossi             | Um exemplo de profissional e de pessoa. Não esqueço uma frase “ensine o homem a pescar não lhe de o peixe”, até hoje uso.                                                                                                                                                                |
| Felisbela Pino            | Profª Neide impunha respeito, seriedade, compromisso. Seus ensinamentos ficaram muito marcados. Ela foi um ícone, um exemplo.                                                                                                                                                            |
| Sueli Maria da Silva      | Profissional marcante, muito séria e determinada. Sempre nos cobrava postura, ética, empenho e atitudes coerentes. Essas características estão presentes na minha vida profissional e pessoal: de fazer tudo com ética, da melhor forma possível, visando o bem-estar de quem atendemos. |

**Fonte:** Elaborado pela autora, em 2019.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Profª Neide Gaudenci de Sá nos fez docentes, e nos ensinou a fazer do magistério uma paixão. Mostrou o quanto temos que exercê-lo de forma responsável. Agir com ética, com resiliência, com compromisso. Com ela aprendemos ensinar o que se sabe, praticar o que se ensina, perguntar o que se ignora como ela mesmo dizia. Com carinho nos ensinou a oração que sempre repetia: “Pai, agora que aumenta o círculo de criaturas que me olham e esperam alguma coisa de mim, dá-me um pouco de sabedoria, ensina-me a palavra certa, inspira-me o gesto exato, norteia a minha atitude.”

A Profª Neide Gaudenci de Sá faleceu no dia 03 de dezembro de 2018, e em sua homenagem deixo este trabalho.



## 6. REFERÊNCIAS

BRASIL. Câmara dos Deputados. Palácio do Congresso Nacional. Constituição de 1967. **Lei nº 5.276, de 24 de abril de 1967**. Dispõe sobre a profissão de Nutricionista, regula o seu exercício, e dá outras providências. Brasília, 1967. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-5276-24-abril-1967-358700-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 22 set. 2019.

CAMPOS, Rui Ribeiro de. Josué de Castro e o direito à alimentação. **Geografia em Questão**, Marechal Cândido Rondon, v. 5, n. 1, p.28-46, 2012.

CARVALHO, Maria Lucia Mendes de. **Jornada “70 anos de Educação Profissional no Brasil: da Alimentação à Nutrição”**. Memória. Cronológico de Neide Gaudenci de Sá. 2009. Disponível em: [http://www.cpsctec.com.br/memorias/70\\_anos/cronologico/cronologico\\_neide.pdf](http://www.cpsctec.com.br/memorias/70_anos/cronologico/cronologico_neide.pdf). Acesso em: 13 set. 2019.

CARVALHO, Maria Lucia Mendes de. Neide Gaudenci de Sá: professora, pesquisadora e autora no campo da alimentação e nutrição. **IX Encontro Regional Sudeste de História Oral**, São Paulo, v. 1, n. 1, p.563-569, ago. 2011. Disponível em: [http://www.memorias.cpsctec.com.br/publicacoes/artigos/2011Anais\\_IX\\_ERSHOp503a509MLMC.pdf](http://www.memorias.cpsctec.com.br/publicacoes/artigos/2011Anais_IX_ERSHOp503a509MLMC.pdf). Acesso em: 22 set. 2019.

CARVALHO, Maria Lucia Mendes de. **Desvendando raízes e retratos no campo da alimentação e nutrição no Brasil: de Francisco Pompêo do Amaral ao Centro Paula Souza**. 2013. 451 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Engenharia Agrícola, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2013.

CARVALHO, Maria Lucia Mendes de (2015). Francisco Pompêo do Amaral: médico, jornalista, professor e escritor científico no campo da alimentação e da nutrição no Brasil. **Intellêctus**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 1, p.103-126, 2015. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/intellectus/issue/view/1025>. Acesso em: 23 set. 2019.

CARVALHO, Maria Lucia Mendes de. **Patrimônio Cultural da Química e da Dietética no Centro de Memória da Escola Técnica Estadual Carlos de Campos (SP)**: Catálogo da pesquisa sobre a arquitetura escolar, artefatos e suas possibilidades de musealização. São Paulo: Centro Paula Souza, 2017. 144 p. Disponível em: <http://www.memorias.cpsctec.com.br/publicacoes/arquivos/CatalogoPCQDCMCACA.pdf>. Acesso em: 22 set. 2019.

ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL CARLOS DE CAMPOS. **Histórico da Escola Técnica Estadual Carlos de Campos**. São Paulo: Etec Carlos de Campos. 2019. Disponível em: <http://www.eteccarlosdecampos.com.br/Sobre-N%C3%B3s/>. Acesso em: 12 set. 2019.

ITAÚ CULTURAL Escolas Profissionais Masculina e Feminina do Brás. In: **Enciclopédia Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileiras**. São Paulo: Itaú Cultural, 2019. Disponível em: <<http://enciclopedia.itaucultural.org.br/instituicao480226/escola-profissional-masculina-do-bras-sao-paulo-sp>>. Acesso em: 11 set. 2019.

MORAES, Carmen Sylvia Vidigal; ALVES, Júlia Falivene (org.) **Escolas Profissionais Públicas do Estado de São Paulo: uma história em imagens** (Álbum Fotográfico). São Paulo: Centro Paula Souza. 2002. Disponível em: <<http://www.cpscetec.com.br/memorias/imagens/albumfoto1104pb.pdf>>. Acesso em: 11 set. 2019.

NOVELLI, Giseli. **Ensino Profissionalizante na cidade de São Paulo: um estudo sobre o currículo da Escola Profissional Feminina nas décadas de 1910, 1920 e 1930**. Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação - ANPED. Disponível em: <http://27reuniao.anped.org.br/gt09/t0910.pdf> Acesso em 05 abr. 2019.

PORTAL VERMELHO 2017. **Morre, aos 89 anos, a historiadora Emília Viotti da Costa**. São Paulo. 2017. Disponível em: <<http://vermelho.org.br/noticia/303952-1>>. Acesso em: 04 set. 2019.

SÁ, Neide Gaudenci de. Estudo do pessoal necessário ao Serviço de Nutrição e Dietética. **Hospital de Hoje** - Instituto Brasileiro de Desenvolvimento e Pesquisas Hospitalares, São Paulo, v. 33, p.17-21, 1968.

SÃO PAULO. Assembléia Legislativa do Estado. **Decreto nº 10.033, de 3 de março de 1939**. Modifica a organização dos cursos de educação doméstica das escolas profissionais femininas e cria cursos de dietética para donas de casa e auxiliares de alimentação. 1939a. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1939/decreto-10033-03.03.1939.html>. Acesso em: 02 set. 2019.

SÃO PAULO. Assembléia Legislativa do Estado. **Decreto nº 10.008, de 29 de março de 1939**. Permite a matrícula no Curso de Aperfeiçoamento do Instituto Profissional e Feminino da Capital, para a formação de mestras de educação doméstica e auxiliares de alimentação a candidatas diplomadas por curso secundário. 1939b. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1939/decreto-10080-29.03.1939.html>. Acesso em: 21 set. 2019.

SÃO PAULO. Assembléia Legislativa do Estado. **Lei nº 2.318, de 09 de outubro de 1953**. Dispõe sobre o desdobramento do Curso de Formação de Mestres de Educação Doméstica e Auxiliares de Alimentação, anexo à Escola Industrial “Carlos de Campos” da Capital, e dá outras providências. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/norma/32086>. Acesso em: 12 set. 2019.

SÃO PAULO. Assembléia Legislativa do Estado. **Decreto nº 38.643, de 27 de junho de 1961**. Regulamenta a Lei n.6.052, de 3 de fevereiro de 1961, que dispõe sobre o Ensino Industrial, Ensino de Economia Doméstica e de Artes Aplicadas e Cursos Vocacionais.

Disponível em: <<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1961/decreto-38643-27.06.1961.html>>. Acesso em: 22 set. 2019.

VASCONCELOS, Francisco de Assis Guedes de. 2002. O nutricionista no Brasil: uma análise histórica. **Rev. Nutr.**, Campinas, v. 15, n. 2, p. 127-138, Aug. 2002.



# **DR. JÚLIO CARDOSO, PATRONO DA ESCOLA PROFISSIONAL DE FRANCA**

**Joana Célia de Oliveira Borini**  
Escola Técnica Estadual Dr. Júlio Cardoso

## **1. INTRODUÇÃO**

Patrono é aquela personalidade escolhida para ser homenageada. A comunidade escolar não conhecia a importância do patrono da escola, e talvez por esse motivo, anteriormente, não houve interesse em saber mais sobre sua história. O homenageado da Escola Técnica Estadual (Etec) de Franca é o Dr. Júlio Cesar Cardoso, que nasceu em Recife, Pernambuco. Ainda muito moço veio para São Paulo, onde bacharelou-se em Direito pela Faculdade do Largo de São Francisco, em 1894.

Júlio Cardoso foi jornalista, advogado e destacado político, participava de intensos debates políticos na imprensa paulistana e foi redator do jornal "O Estado de São Paulo". Quando foi nomeado Promotor Público de Franca, não exerceu esse cargo, preferiu participar da política. É bastante oportuno investigar a figura do patrono, visto que este atuou ativamente na cidade de Franca/SP, foi vereador por dois mandatos, de 1898 a 1906, e Juiz de Paz, em 1908.

Em 1910, candidatou-se a deputado estadual, vencendo nas urnas grandes adversários, exercendo o cargo por três mandatos consecutivos. Em São Paulo foi grande batalhador por Franca e seu povo, lutando sempre ao lado do Dr. Washington Luís, a esse tempo, presidente do estado de São Paulo. Contribuiu grandemente para que fosse sancionada a Lei nº 1.635 em 31 de dezembro de 1918, que criou a Escola Profissional de Franca, que tem o seu nome, solenemente inaugurada em 1924, conseguiu também verbas para a construção de uma Delegacia de Polícia. Dirigiu os jornais: "Diário da Franca", "Município", "Gazeta" e "O Francano". Faleceu no dia 11 de junho de 1920, no auge de sua carreira política, vítima de uma congestão cerebral, no Hotel Fraccarolli, em São Paulo. Seu corpo foi trasladado para Franca, devido sua situação econômica, o Estado teve que saldar as despesas do funeral, e aqui, os filhos desta terra prestaram as mais comoventes homenagens.

A metodologia utilizada na perquirição incluiu pesquisas no acervo do Centro de Memória da Etec Dr. Júlio Cardoso, no Arquivo Histórico Municipal de Franca, Museu Histórico e Jornal Comércio da Franca, para confrontar e/ou acrescentar aos documentos oficiais da escola. A pintura do busto do patrono que se encontra no pátio da escola, que estava em péssimo estado de conservação, foi restaurada. Após buscar referências no arquivo do Cemitério Municipal de Franca, localizou-se o túmulo do patrono, que se encontra no Cemitério Municipal de Franca, quadra 2, sepultura nº 537, tombado pelo Decreto nº 9673 de 30 de agosto de 2011, tendo como titular a Prefeitura Municipal de Franca, que foi higienizado por profissionais liberais que atuam no cemitério. Na escola, três alunos do Ensino Médio Integrado ao Técnico de Informática – ETIM elaboraram um pôster sobre o patrono da Etec Dr. Júlio Cardoso.

O passado é a história, e nele fica escrito com letras eternas, o que as pessoas são, por mais simples e humildes que sejam no caminho trilhado, deixam a marca do que

foram e nunca do que gostariam de ser. Com este trabalho pretendeu-se resgatar dados que possibilitem construir a história da Etec Dr. Júlio Cardoso, difundido às pessoas interessadas em conhecerem o acervo do centro de memória, e buscando conscientizar a comunidade sobre a necessidade de salvaguardar o patrimônio histórico educativo, a fim de fortalecer o compromisso da instituição com a responsabilidade de preservar as memórias e história da educação profissional.

## 2. MATERIAIS E MÉTODOS

A metodologia utilizada para escrever a trajetória do ilustre advogado Dr. Júlio Cesar Cardoso e compreender o seu papel durante o processo de criação e fundação da Escola Profissional de Franca, constituiu-se na análise de documentos textuais e iconográficos encontrados no Centro de Memória da Etec Dr. Júlio Cardoso, como: matérias em jornais sobre a inauguração da escola, homenagens ao patrono, publicações em Diário Oficial sobre a legislação.

A pesquisa estendeu-se ao Arquivo Histórico Municipal “Capitão Hipólito Antonio Pinheiro”, ao Museu Histórico Municipal de Franca “José Chiachiri” e ao Jornal “Comércio da Franca”. Posteriormente, fez-se uma visita ao túmulo do patrono para se certificar das suas condições, a fim de realizar a higienização e pintura. Na escola, o busto que encontra-se no pátio, também necessitava de reparos e pintura, em seguida, iniciou-se a pesquisa documental sobre a vida e a obra do patrono da Etec Dr. Júlio Cardoso.

## 3. DA CRIAÇÃO À INAUGURAÇÃO DA ESCOLA PROFISSIONAL DE FRANCA

A criação da Escola Profissional de Franca só foi possível após mobilização do PRP (Partido Republicano Paulista) local e empenho do Dr. Júlio Cardoso junto ao Governo do Estado. Como deputado, pode representar a cidade de Franca na Assembleia Legislativa e intermediar a instalação da segunda escola profissionalizante no estado, por meio da Lei nº 1635 de 31 de dezembro de 1918 que instituía a criação das escolas profissionais.

Tenho grande satisfação de comunicar à V.S. que acabo de promulgar a lei criando uma escola profissional nessa cidade e faço os mais sinceros votos para que esse importante instituto de ensino prático seja um novo elemento de progresso para esse próspero município. Cordiais saudações (a) Altino Arantes Presidente do Estado. (COMÉRCIO DA FRANCA, 1974a, p. 6)

Em uma pequena nota, o jornal “Comércio da Franca”, de 6 novembro de 1919, registrava a aprovação pelo governo paulista do decreto de outubro do mesmo ano, autorizando à Secretaria do Interior o crédito de 300 contos destinado às obras de instalação

das escolas profissionais de Franca e Rio Claro. Obteve êxito a campanha do PRP (Partido Republicano Paulista) local para que a cidade recebesse uma unidade deste tipo de ensino, desde que teve início a expansão da rede de ensino profissional promovida pelo Governo de São Paulo a partir de 1910. (LIMA, 2007, p. 53)

O contrato para a construção do prédio deu-se em junho de 1920, e a Câmara Municipal se prontificou a doar ao Estado o terreno para a execução da obra. A construção do edifício da escola (Figura 1) ficou sob a supervisão dos engenheiros Afonso Geribello e Antonio Quevedo, e o empreiteiro designado em Franca para acompanhar a obra foi o Sr. José Ponton. (LIMA, 2007, p. 54)



**Figura1** – Imagens da Escola Profissional de Franca, s/d.

**Fonte:** Acervo do Centro de Memória da Etec Dr. Júlio Cardoso, em 2019.

O Jornal “Tribuna da Franca” do dia 04 de maio de 1924, dedica a primeira página à inauguração da Escola Profissional “Dr. Júlio Cardoso”, destacando que,

[...] o sr. Dr. Washington Luís, chegou a esta cidade, a fim de assistir a inauguração da Escola Profissional Dr. Júlio Cardoso. Com ele vieram, como membros de sua distinta comitiva, os srs. Dr. Alarico Silveira, secretário do Interior, Dr. João de Faria, deputado federal por este districto, major Márcilio Franco, chefe da Casa Militar da Presidencia, Dr. Guilherme de Oliveira, Dr. Luiz Gonzaga de Macedo Vieira, Honorio de Syllos, do Correio Paulistano, João Bernardes, da Agencia Americana e Paulo Duarte, do Jornal do Commercio, tendo agregado a essa comitiva, em Boa Sorte, onde, comissionados, foram receber o ilustre chefe do Estado, os srs. Dr. Jonas Ribeiro, vice-presidente da Camara, cel. Ricarte Narciso, Dinamerico Azevedo, cap. José Fernando Peixe, vereadores municipais; advogado Luiz de Lima, secretário do Directorio Político; Dr. Antonio Petraglia, pela comissão de festejos; Plinio Villela, Representante do Directorio da Camara Municipal de Pedregulho; Pascoal Salgado, diretor da Escola Profissional Dr. Júlio Cardoso, e prof. Horacio Silveira, diretor da Escola Profissional Feminina da Capital”. (TRIBUNA DA FRANCA, 1924a, p.1)

A inauguração ocorreu no dia 25 de abril de 1924, com a presença da comitiva do Dr. Washington Luís, ao chegar recebeu as continências das tropas e as aclamações do povo. Durante o discurso, teve com o ilustre patrono, as palavras repassadas dos mais sinceros elogios ao seu trabalho desenvolvido em favor do ensino de Franca. O ilustre Deputado pernambucano, bem mereceu aquelas palavras do Sr. Presidente:

[...] que a Escola Profissional que se inaugurava era devido a Júlio Cardoso. Foi o seu esforço tenaz, o seu trabalho incansável, que a trouxe para Franca, ele, de fato fez, pela Escola Profissional, o que bem poucos seriam capazes de fazer. [...] Após a inauguração da Escola Profissional, o presidente visitou o túmulo do saudoso Dr. Júlio Cardoso, no qual depositou um ramalhete de flores naturais. (TRIBUNA DA FRANCA, 1924b, p. 1)



**Figura 2** – Fachada da Escola Profissional de Franca, sem data.

**Fonte:** Acervo do Centro de Memória da Etec Dr. Júlio Cardoso, em 2019.

#### 4. O PATRONO DR. JÚLIO CARDOSO

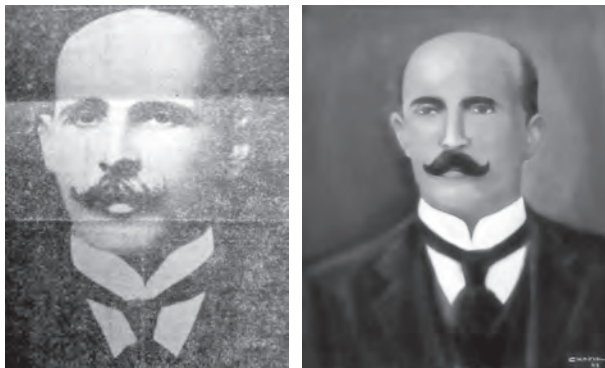
A seguir, um documento com a biografia do patrono da Etec Dr. Júlio Cardoso, autor desconhecido, de duas páginas, que se encontra no arquivo público municipal de Franca.

Júlio Cesar Cardoso, nasceu na cidade de Recife, no estado de Pernambuco, em 04 de outubro de 1869, filho de Manuel Rodrigues Cardoso e Dulce Rodrigues Cardoso. Transferiu-se cedo para o Rio de Janeiro e, mais tarde para São Paulo, onde em 1889, matriculou-se na Faculdade de Direito. Apesar das agitações múltiplas que preocupavam o seu espírito durante o seu atentado tirocínio acadêmico, foi brilhante o curso que fez, bem como foi brilhante a sua colaboração na imprensa paulistana, onde ocupou posição de destaque na redação de “O Estado de São Paulo”. Em 1894, o mesmo que recebeu o grau de bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, veio um reclamo da Pátria a desviar o seu labor de estudo e este foi incorporado ao primeiro batalhão de Voluntários Paulista. Seguiu para a cidade de Santos com o posto de alferes porta-bandeira, a



fim de prestar às forças legais o seu concurso, na Revolta da Armada. Nomeado promotor público desta cidade, após haver exercido igual cargo na Comarca de São Simão, deixou logo esta função, na qual se salientou por excepcionais qualidades de inteligência e caráter, para se entregar devotadamente à política, sendo eleito vereador de nossa edilidade em 1896. Candidatou-se a deputado estadual, vencendo nas urnas grandes adversários. Reeito por duas vezes, por idêntico cargo, passou a desempenhar maior papel na política em 1910, mercê do diploma de deputado, que soube honrar até a morte. Dirigiu por muito tempo jornais locais: Diário da Franca, Município, Gazeta e o Francano. Mas só os íntimos tinham conhecimento das vocações poéticas que muitas vezes revelou em boas produções que ressumbravam a mais fina verve. Lutou denodadamente pelo progresso de Franca. O edifício da Delegacia de Polícia, da Rua Major Claudiano, construído a partir de 1912, foi reivindicação de sua autoria. Faleceu em São Paulo no auge de sua carreira política, no dia 11 de junho de 1920, deixando viúva Sra. Anna Izaura Cardoso. Seu corpo foi trasladado para Franca, e aqui, os filhos desta terra prestaram as mais comovedoras homenagens. Morreu pobre, seus funerais foram feitos às expensas do estado, jaz numa humilde sepultura, arruinada pelo tempo. A Rua da Misericórdia, recebeu o nome de Dr. Júlio Cardoso, através da Lei nº 156, de 15 de julho de 1920". (ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL "CAPITÃO HIPÓLITO ANTONIO PINHEIRO, s/d)

A fotografia do Dr. Júlio Cardoso (Figura 3), faz parte do acervo da escola, encontra-se na exposição permanente do Centro de Memória. Na entrada da escola está exposto o quadro do nosso patrono (Figura 4), pintura a óleo, realizada pelo ex-aluno e professor Chafic Felipe, em 1999.



**Figuras 3 e 4** – Fotografia do Dr. Júlio Cardoso e Pintura a óleo produzida a partir dessa fotografia pelo egresso e professor Chafic Felipe, em 1999.

**Fonte:** Acervo do Centro de Memória da Etec Dr. Júlio Cardoso, em 2019.

No Arquivo Histórico Municipal "Capitão Hipólito Antônio Pinheiro", encontram-se diversos processos com a atuação do Dr. Júlio Cardoso, como advogado, entre eles destaca-se o de nº 398 de 13 de julho de 1901, do Cartório de Primeiro Offício, dirigido ao Exmo. Sr. Dr.

Juiz, de Direito de Franca: Dr. Manuel Policarpo Moreira, pedindo para analisar as assinaturas das procurações de eleitores da Comarca de Franca, que por ora eram duvidosas.

[...] Tendo de interpor contra a indicação de diversos eleitores o recurso que me faculta através do art.42 – decreto 7561 de 24/03/1900. [...] Nomear dois ou três peritos de sua inteira confiança, pessoas alheias as luctas políticas, a fim de examinarem as procurações que se dizem passadas pelos cidadãos cujos nomes são adiante, se responderem aos seguintes quesitos:

- Quaes as letras das firmas das procurações dos cidadãos abaixo declaradas são ou não manifestamente disfarçadas, parecendo até que algumas delas são feitas pela mesma pessoa?

- Quaes as letras e firmas das procurações aludidas que só os peritos podem afirmar que são visivelmente disfarçadas, mencionando os nomes dos respectivos signatários?

- Quaes são os signatários das procurações cujas letras e firmas parecem ter sido feitas pela mesma pessoa?

- Quaes as que não parecem ter sido feitas pela mesma pessoa, entretanto a calligraphia é visivelmente simulada?...

- Podem os peritos afirmar de quem é a calligraphia disfarçada?

Nestes termos seguem à V. Ex.<sup>a</sup>, e digne fazer a nomeação pedida, marcando com toda urgência possível, dia e hora a fim de ter lugar e exame, visto estar exgottando-se o praso para os recursos. (CARTÓRIO DE PRIMEIRO OFFICIO CIVIL DE FRANCA, 1901)

Constam 21 nomes de eleitores, cujas assinaturas foram examinadas pelos peritos. Após o autoexame, vem o pedido ao Juiz Dr. Manuel Policarpo Moreira,

[...] exame nas procurações dos cidadãos, cujos nomes vão adiante e ficando d'esse exame, como ficou demonstrada a falsidade dos instrumentos pelo disfarce e simulação das letras e assignaturas, vem, por isto e para mais corroborar a prova da falsidade, requerer a V.Ex.<sup>a</sup>, se digne ordenar a intimação dos cidadãos aludidos para em dia, lugar e hora que se designar, virem em presença de V.Ex.<sup>a</sup>, dar a prova de que sabem escrever e de que são de seus próprios punhos os instrumentos arguidos de falsos. (CARTÓRIO DE PRIMEIRO OFFICIO CIVIL DE FRANCA, 1901)

Após a petição o Dr. Manuel Policarpo Moreira, nomeia o Oficial de Justiça para intimar os cidadãos aludidos, após as intimações relata,

Após ir nas cazas dos envolvidos, muitos dizem que não sabiam de nada, não tem dado nem assinado papel algum requerendo para ser eleitores. Belmiro Bernardes da Silva disse que foi ele quem escreveu para um desses eleitores. Outros não foram encontrados nos. (CARTÓRIO DE PRIMEIRO OFFICIO CIVIL DE FRANCA, 1901)

Posteriormente ao relato do Oficial de Justiça, o Cartório de 2º Ofício, através do Processo nº 653 do dia 15 de abril de 1902, realiza a exclusão dos eleitores que comprovada-

mente tinham registro de eleitores em Franca e em outras Comarcas, como a de Santa Rita de Cássia, em Minas Gerais, ou mesmo aqueles que sequer provaram que existiam.

Outro processo também chamou atenção, foi o de nº 437, do dia 09 de abril de 1896, que foi movido pelo advogado Thomaz Gomes, em favor do Dr. Júlio Cardoso, contra o capitão Antonio Bento Ferreira Lopes, que era o devedor:

[...] tendo obtido a sentença favorável, e como até esta data não tenha satisfeito o pagamento a que foi condenado, [...] para pagar dentro de 24 horas que correrão em cartório [...] de principal a juros legais e custos importando cinco mil quinhentos e oitenta reis, sob a pena de, não o fazendo, nomeando bens a penhora, a ser requerida [...]. (CARTÓRIO DE SEGUNDO OFFICIO CIVIL DE FRANCA, 1896)

Várias tentativas de acordo foram firmadas, mas nenhum foi pago. Oficiais foram designados a irem à Fazenda Bom Jardim, à casa do capitão Antonio Bento Ferreira Lopes, onde procederam a penhora executiva em tantos bens pertencentes ao executado, quantos foram precisos para o pagamento da quantia de 573\$593 (quinhentos e setenta e três mil e quinhentos e noventa e três reis) ao Dr. Júlio Cardoso, mais juros e custas da ação. No dia 10 de outubro de 1897, realizou-se a penhora de bens de uma parte da Fazenda Bom Jardim. Foram realizados vários pregões, mas ninguém compareceu. Várias audiências foram marcadas para a avaliação das terras, para a penhora. As terras foram avaliadas em 1:000\$000 (um conto) e 600\$000 (seiscentos mil reis). Através do edital de 17 de outubro de 1897, foi afixado na porta do fórum da cidade e publicado no Diário Oficial. No final do processo o capitão Antonio Bento Ferreira Lopes teve que pagar a conta, mais as custas no valor de 887\$000 (oitocentos e oitenta e sete mil) e 440 (quatrocentos e quarenta reis). (ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL CAPITÃO HIPÓLITO ANTÔNIO PINHEIRO, em 2019)

Não foram encontrados documentos que provem que o Dr. Júlio Cardoso recebeu a quantia devida.

## 5. AS HOMENAGENS AO PATRONO DR. JÚLIO CARDOSO

Nas comemorações dos 22 anos de existência da escola, o Jornal “Diário da Tarde”, do dia 25 de abril de 1946, dedica a primeira página, com a manchete “Uma Significativa Página na História Educacional de Franca”, do qual destaco que:

Deu-se ao novo estabelecimento de Ensino, o nome que lhe convinha. O nome que se sagrou no plebiscito da gratidão, como o único adequado, por construir uma prerrogativa do Direito e um imperativo do coração de todo francano: Dr. Júlio Cardoso [...] ao inaugurar a Escola Industrial Dr. Júlio Cardoso, o então presidente, Dr. Washington Luiz teve para com o ilustre patrono as palavras repassadas dos mais sinceros elogios ao seu trabalho desenvolvido em favor do ensino de Franca. O ilustre deputado pernambucano, eleito por esta zona, bem merecia aquelas palavras do Senhor Presidente: “Ele, de fato, fez, pela nossa Escola Profissional, o que bem poucos seriam capazes de fazer”. (DIÁRIO DA TARDE, 1946)

Em São Paulo, o Dr. Júlio Cardoso foi grande batalhador por Franca e seu povo. Lutando sempre ao lado do Dr. Washington Luís, presidente do estado de São Paulo, conseguiu para Franca essa extraordinária escola, que tem o seu nome, solenemente instalada em 1924.

[...] Se Franca muito deve a ele, muito mais devedores somos nós que diretamente usufruímos dos benefícios desta escola. Sejam os continuados de sua obra, batalhando por um ensino melhor, por uma educação mais aprimorada e vocês alunos, procurem corresponder aos ideais da escola. Só assim, estarão homenageando condignamente nosso patrono. Se estivesse presente, muita coisa poderíamos dizer-lhe mas nestas circunstâncias apenas dizemos: DEUS LHE PAGUE “DR JÚLIO CARDOSO”. (JORNAL DA ESCOLA “TRABALHO E CULTURA”, 1966)

Nas comemorações dos 50 anos, o jornal “Comércio da Franca”, de 25 de abril de 1974, dedica a primeira página com o título “Ginásio Industrial Estadual Dr. Júlio Cardoso, sua história, em meio século de existência”. Sobre o patrono: veio do Norte para tornar-se francano, relata um pouco sobre sua trajetória profissional e acrescenta,

“Era casado com dona Anna Izaura Cardoso e um dos seus filhos, Benedito Cardoso, reside hoje em São Paulo. Dos esforços do jovem que veio do norte e tornou-se francano, resultou este telegrama, do chefe do Estado de São Paulo ao vice-prefeito Adolfo Mendonça: Tenho a satisfação de comunicar a V.S<sup>a</sup>. que acabo de promulgar a lei criando uma escola profissional nessa cidade e faço os mais sinceros votos para que esse importante instituto de ensino prático, seja um novo elemento de progresso para esse próspero município”. Cordiais Saudações – Altino Arantes- Presidente do Estado”. No mesmo dia, o Diretório envia ao deputado Júlio Cardoso, a primeira congratulação: “Tenho recebido o Dr. Presidente do Estado, aviso da promulgação da lei que cria nesta cidade a Escola Profissional, em nome da Prefeitura agradeço os bons ofícios de V. Exc<sup>a</sup>, em prol do tão importante melhoramento”. Era a lei nº 1635, de 31/12/1918, criando a Escola Profissional e dois anos depois, era concedida a verba de 150 mil cruzeiros para a construção do prédio, exatamente no dia 10 de junho de 1920. Mas, em meio à alegria da certeza de que Franca passaria a ter, finalmente um estabelecimento de aprendizado prático, no dia seguinte vinha a triste notícia: o Dr Júlio Cardoso falecera, vítima de congestão cerebral, no Grande Hotel “Fracarolli”, em São Paulo, poucas horas depois de saber que seus esforços não tinham sido em vão. Seus restos mortais foram trasladados para a cidade que não tinha como lhe agradecer por tantos trabalhos e aqui foi sepultado no dia 12 de junho de 1920. (COMÉRCIO DA FRANCA, 1974)

O Jornal da Escola, “Trabalho e Cultura” de 04 de outubro de 1966, traz o seguinte texto do redator professor José Ricardo Pucci Netto,

Comemora-se no dia de hoje, o aniversário de nascimento do DR. JÚLIO CÉSAR CARDOSO. Patrono da nossa escola. O Dr. Júlio Cardoso foi elemento profundamente interessado pela causa do

ensino em nossa terra. Deve-se á sua intervenção junto ao então Presidente do Estado, Exmo. Sr. Dr. Washington Luiz Pereira de Souza, a assinatura do contrato de construção de nossa Escola. É interessante observar que tal fato se deu precisamente na véspera da morte do nosso ilustre Patrono. Faleceu ele em São Paulo, repentinamente, às nove horas do dia 11 de junho de 1920, constando com 50 anos de idade. É esse o nosso patrono. Notável político, emérito advogado e destacado jornalista. Cultuar a sua memória é um dever de gratidão não só dos que estão ligados ao Ensino Industrial em Franca, como de todo o povo francano. (JORNAL DA ESCOLA “TRABALHO E CULTURA”, 1966)

O Jornal da Escola: Trabalho e Cultura, do dia 4 de outubro de 1966, traz o seguinte cronograma das comemorações do dia do Patrono:

Comemorações: o dia de hoje marca as festividades do dia do patrono de nossa escola e das aposentadorias dos senhores professores: MARIA ELFRIDA EWBANK SEIXAS (Da. NENE) e DANTE MACANTI. Para tanto se programou o seguinte:

7h30 – Missa em Ação de Graças na Capela do Colégio Nossa Senhora de Lourdes.

8h30 – Visita ao túmulo do Dr Júlio César Cardoso, ocasião em que duas placas serão colocadas no jazigo.

9h30 – Sessão solene na Escola.

12h – Almoço de confraternização aos colegas aposentados.

(JORNAL DA ESCOLA “TRABALHO E CULTURA”, 1966)

O Jornal da Escola “Oficina”, edição setembro/outubro de 1992, traz a matéria “Júlio Cardoso – perfil de um patrono”:

Júlio César Cardoso nasceu na capital do estado de Pernambuco, Recife, no dia 04 de outubro de 1869. Em tenra idade adotou o chão paulista, se bacharelando aos 25 anos de idade, pela Faculdade de Direito de São Paulo. Notável advogado, político e jornalista, já se destacava na imprensa, por ocasião de sua permanência na capital do Estado, como redator do jornal “O Estado de São Paulo”. Mudou-se para Franca para desempenhar as funções de promotor público da Comarca. No período compreendido entre 1889 até 1906, foi vereador de nossa cidade por dois mandatos consecutivos. Em 1908 vem ser o primeiro juiz de paz de Franca. Os afazeres jurídicos e a participação político-partidária não apagaram a alma do jornalista que continuou atuando na imprensa local como redator de vários jornais. Em 1910, Júlio Cardoso foi eleito deputado estadual, vencendo nas urnas grandes adversários, exercendo o cargo por três mandatos consecutivos, até 1920, no ano de sua morte. Foi, como deputado, o autor do projeto de criação da Escola Profissional de Franca. Faleceu na cidade de São Paulo, 11/06/1920. [...] Com muita justiça, a Escola Profissional de Franca, solenemente instalada em 1924, foi entronizado como seu patrono, homenagem que definitivamente vinculou à nossa Escola, o nome do ilustre filho adotivo de Franca, (JORNAL DA ESCOLA “OFICINA”, 1992)

A professora de Português, Ruth Silvestre Figueiredo, escreveu um texto homenageando o patrono, foi publicado no jornal “Comercio da Franca”, no dia 04 de outubro de 1974, no mesmo dia, várias atividades foram realizadas.

Da oficina nasce o sábio, o homem consciente, o homem século XX, o homem certo para a realidade brasileira. Nos tempos hodiernos, quando tudo revolucionava e se complica, a nossa luta se faz necessária. Bendito, pois o ensino industrial que nos leva a essa luta. Bendito o ensino industrial que humanizou o operário brasileiro, dando-lhe cultura ao lado do trabalho, ensinando-o simultaneamente como manusear um livro e uma ferramenta. Ele eleva e dignifica o nosso operário, propulsando o avanço da técnica, dando mão de obra à nossa indústria. Educar é preparar para a vida e a nossa escola corresponde a esse ideal de educação. Aqui, o ambiente é de trabalho e num esforço conjunto batalhamos pelo aprimoramento da técnica, o progresso da comunidade consequentemente da nação. Pioneira intrépida, bandeirante, a “Rede Industrial” arranca o país à fase colonial e coloca em pé de igualdade com as nações mais evoluídas. E quem lançou o germe dessa escola ativa e revolucionária? Foi aquele que hoje homenageamos com respeito e gratidão: Dr. Júlio Cesar Cardoso. Na longínqua Recife, nos idos 1869, num quatro de outubro nascia o nosso benemérito, o nosso patrono. Seu espírito jovem e dinâmico o levou a ingressar na política e exerceu por duas legislaturas a vereança em nossa câmara. Ele que não era francano de nascimento o tornou de coração e muito lutou em prol de nossas causas. Foi então que, quando deputado estadual, conseguiu do presidente do estado a assinatura contrato da construção de nossa escola. No dia 10 de junho de 1920, Franca feliz recebe a notícia da vitória alcançada e no dia seguinte, uma sombra vem empanar essa felicidade, quando chega a notícia do passamento daquele notável homem público. Acendia uma nova estrela que iria clarear tantas inteligências, enquanto outra fulgurante estrela se apagava. Comovida e cheia de gratidão, a sua terra adotiva acolhe os seus restos mortais. E hoje, nessa data natalícia desse notável patrício, nós, nos reunimos render-lhe as nossas homenagens. Se há muita simplicidade nesta homenagem, muito há de gratidão. Se Franca muito deve a ele, muito mais devedores somos nós que diretamente usufruímos dos benefícios desta escola. Sejam os continuadores de sua obra, batalhando por um ensino melhor, por uma educação mais aprimorada e vocês alunos, procurem corresponder aos ideais da Escola. Só assim, estarão homenageando condignamente nosso patrono. Se ele estivesse presente, muitas coisas poderiam dizer-lhe, mas nestas circunstâncias apenas dizemos: DEUS LHE PAGUE “DR. JÚLIO CARDOSO”. (COMÉRCIO DA FRANCA, 1974b)

Cronograma das atividades do dia 04 de outubro de 1974, em homenagem ao Dr. Júlio Cardoso.

[...] 19h30 – Solenidade de encerramento das Comemorações do dia do patrono. Abertura-pelo Sr. Moacir Lima – 5 minutos. Número Musical – (Colégio) – Prof. Livia. Prof. José Geraldo e um grupo de alunos. Cumprimento da prova nº 9 da gincana. Senhor prefeito

falará sobre o patrono, até 5 minutos. Dom Diógenes da Silva Mathes, falará sobre a importância religiosa nos dias atuais, até 5 minutos. Dr. Maurício Genofre falará até 5 min, sobre o efeito dos tóxicos nos adolescentes. Dr. Aníbal Vilela Moreira falará sobre meningite, até 5 minutos. Um ex-funcionário mais antigo da escola, contará um fato pitoresco referente ao estabelecimento. Presença do Sr. Minoru Utuni para coordenar o final da gincana. Música popular cantada por um grupo de alunos sobre a batuta da prof.<sup>a</sup> Livia Caleiro. Desfiles dos elementos caracterizados de Júlio Cardoso. Paródia Apresentação pelas equipes – 40 minutos. Entrega das medalhas referentes aos trabalhos comemorativos. Resultado Final da gincana e entrega do troféu à equipe vencedora. Encerramento pelo Senhor Diretor, [...] (COMÉRCIO DA FRANCA, 1974c)

Na escola, o busto que se encontra no pátio, também necessitava de reparos e pintura (Figuras 5, 6, 7 e 8).



**Figuras 5 e 6** – Busto do Dr. Júlio Cardoso, pátio da escola, antes e depois da higienização e pintura.  
**Fotografia:** Aparecida Helena Costa, em 2019.



**Figuras 7 e 8** – Foto do pátio onde encontra-se o busto do Dr. Júlio Cardoso.  
**Fotografias:** Aparecida Helena Costa e Maria Medianeira N. A. Monteiro, em 2019.



## 6. MORTE E SEPULTAMENTO

[...] Faleceu em São Paulo no auge de sua carreira política, no dia 11 de junho de 1920. Seu corpo foi trasladado para Franca, e aqui, os filhos desta terra prestaram as mais comoventes homenagens. Morreu pobre, seus funerais foram feitos a expensas do estado, jaz numa humilde sepultura, arruinada pelo tempo. Faleceu em São Paulo no auge de sua carreira política. Seu corpo foi trasladado para Franca e aqui, os filhos desta terra lhe prestaram as mais comoventes homenagens. Morreu pobre, seus funerais foram feitos às expensas do Estado, jaz numa humilde sepultura no Cemitério da Saudade, arruinada pelo tempo. Seu falecimento se verificou no dia 11 de junho de 1920, contava com 50 anos de vida. Além da homenagem prestada pela Câmara, dando seu nome numa das importantes vias públicas da cidade, o atual Ginásio Industrial leva em seu frontispício o nome Ginásio Industrial Júlio Cardoso". (ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL CAPITÃO HIPÓLITO ANTÔNIO PINHEIRO, s/d)

O túmulo do Dr. Júlio Cardoso, localizado no Cemitério da Saudade, em Franca, foi tombado pelo Decreto nº 9.673, de 30 de agosto de 2011, localizado na quadra 02, sepultura 537, no Cemitério da Saudade, em Franca, titular Prefeitura Municipal de Franca. Ao visitar a sepultura, verificou-se o lastimável estado de conservação (Figuras 9 e 10). Diante do projeto a direção da escola prontificou-se em pagar os custos da higienização e pintura do túmulo, como forma de gratidão ao ilustre patrono Dr. Júlio Cardoso (Figuras 11 e 12).



**Figuras 9 e 10** – Túmulo do Dr. Júlio Cardoso de 1920, antes da higienização e pintura.

**Fonte:** Joana Célia de Oliveira Borini, em 2019.



**Figuras 11 e 12** – Túmulo do Dr. Júlio Cardoso de 1920, primeira higienização e pintura.

**Fotografia:** Joana Célia de Oliveira Borini, em 2019.



As placas: a primeira, de 11 de junho de 1920, dia da morte de Júlio Cesar Cardoso; a segunda consta o dia do nascimento e morte; e a terceira que foi uma homenagem prestada pelos funcionários da escola, em 1966, conforme Figura 13, foram devidamente restauradas.



**Figura 13** – Placas restauradas em homenagem ao patrono.  
**Fotografia:** Aparecida Helena Costa, em 2019.

Após os trabalhos concluídos, em agosto de 2019, as professoras Maria Medianeira N. A. Monteiro, Joana Célia de Oliveira Borini, Aparecida Helena Costa e o Diretor da Etec Dr. Júlio Cardoso, Airton Pereira de Moraes, visitaram o túmulo, ocasião em que levaram flores em homenagem ao patrono (Figura 14).



**Figura 14** – Visita ao túmulo do patrono, Professoras Maria Medianeira N. A. Monteiro, Joana Célia de Oliveira Borini e o Diretor da Etec Dr. Júlio Cardoso, Airton Pereira de Moraes.  
**Fotografia:** Aparecida Helena Costa, em 2019.

Dr. Júlio Cardoso, deputado estadual paulista, elaborou, defendeu e apresentou o projeto de criação da Escola Profissional. Considerava o ilustre parlamentar que havia uma dívida a saldar com Franca que, em 1918, viu fecharem-se as portas de sua Escola de Farmácia e Odontologia, por falta de reconhecimento oficial, mesmo funcionando satisfatoriamente desde 1916. A providencial intervenção de Júlio Cardoso contribuiu grandemente para que fosse sancionada a Lei nº 1635 em 31 de dezembro de 1918, que criou a Escola Profissional de Franca. Finalmente, o Decreto Estadual nº 3103 de 20 de outubro de 1919, deliberou a construção do prédio da escola, no entanto, somente no dia 10 de junho de 1920, o crédito especial 150 contos de reis foi liberado para a construção da escola de Franca, que tem o seu nome, solenemente inaugurada em 1924. Infelizmente o idealizador da escola, não pode ver a obra de sua criação, faleceu no dia seguinte da liberação do crédito para a construção da escola tão desejada.

Foi muito querido pelo povo francano como juiz, advogado, vereador, deputado estadual, redator dos jornais da cidade e representante na política. Pouco se sabe sobre a vida particular do ilustre patrono, as informações divulgadas pela imprensa diziam que era casado com dona Anna Izaura Cardoso e um dos seus filhos, Benedito Cardoso, residia em São Paulo. A escola recebeu uma carta em 1933 de um amigo do Dr. Júlio Cardoso, da cidade de Socorro, pedindo informações sobre a viúva ou parentes. Dizia que tinha negócios que se prendiam ao exercício da advocacia e que ele era muito estimado e contava com grande número de amigos e parentes.

Segundo os jornais, gostava de escrever poesias, mas só os íntimos tinham conhecimento das vocações poéticas que Dr. Júlio Cardoso revelava em boas produções que ressumbravam a mais fina inspiração.

## **7. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Constatou-se por meio das pesquisas realizadas nos acervos do Centro de Memória da Etec Dr. Júlio Cardoso, do Museu Histórico Municipal José Chiachiri e do Arquivo Municipal Capitão Hipólito Pinheiro, por intermédio da análise de vários documentos e matérias publicadas nos jornais locais da época, sendo possível traçar a história do nosso ilustre patrono Dr. Júlio César Cardoso, ou simplesmente Dr. Júlio Cardoso, como era conhecido.

Como simples reconhecimento, seu busto que se encontra no pátio da escola, recebeu uma higienização e pintura, assim como seu túmulo. Os alunos do ETIM – Informática criaram um pôster que será exibido no corredor principal da escola. Desta forma prestou-se uma singela homenagem ao nosso querido patrono Dr. Júlio Cardoso. Cultuar a sua memória é um dever de gratidão não só dos que estão ligados à Etec de Franca, mas de todo o povo francano.

## 8. REFERÊNCIAS

ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL CAPITÃO HIPÓLITO ANTÔNIO PINHEIRO. **Biografia do Dr. Júlio Cardoso**, s/d, Franca/SP, em 2019.

CARTÓRIO DE PRIMEIRO OFFÍCIO CÍVEL DE FRANCA. **Processo de Autuação nº 398, de 13 de junho de 1901**. Caixa de Arquivo número 0792. Acervo do Arquivo Histórico Municipal Capitão Hipólito Antônio Pinheiro, em 2019.

CARTÓRIO DE SEGUNDO OFÍCIO CÍVEL DE FRANCA. **Processo de Execução de Sentença, nº 437. Execução de Sentença de 9 de abril de 1896**. Caixa de Arquivo número 0164. Acervo do Arquivo Histórico Municipal Capitão Hipólito Antônio Pinheiro, em 2019.

COMÉRCIO DA FRANCA, **Júlio Cardoso**. Out.1974b. Acervo do Centro de Memória da Etec Dr. Júlio Cardoso, em 2019.

COMÉRCIO DA FRANCA. **Criação da Escola Profissional de Franca**. Abr.1974a. Acervo do Centro de Memória da Etec Dr. Júlio Cardoso, em 2019.

COMERCIO DA FRANCA. **Cronograma de atividades**. Out.1974c. Acervo do Centro de Memória da Etec Dr. Júlio Cardoso, em 2019.

COMÉRCIO DA FRANCA. **Ginásio Industrial Estadual Dr. Júlio Cardoso, sua história, em meio século de existência**. Abr.1974. Acervo do Centro de Memória da Etec Dr. Júlio Cardoso, em 2019.

DIÁRIO DA TARDE. **Uma significativa página na História Educacional de Franca**, Matéria Jornalística de 25 de abril de 1946. Acervo do Centro de Memória da Etec Dr. Júlio Cardoso, em 2019.

JORNAL DA ESCOLA "OFICINA". **Nossa Escola tem História**. Set/out.1992. Acervo do Centro de Memória da Etec Dr. Júlio Cardoso, em 2019.

JORNAL DA ESCOLA "TRABALHO E CULTURA". **Dia do Patrono**. Out. 1966. Acervo do Centro de Memória da Etec Dr. Júlio Cardoso, em 2019.

LIMA, Cacilda Comássio. **Educação para o Trabalho: A Escola Profissional de Franca (1924-1970)**. 53-54 p. Tese de doutorado. Unesp – Franca, 2007. Acervo do Centro de Memória da Etec Dr. Júlio Cardoso, em 2019. Disponível em: <https://www.franca.unesp.br/Home/Pos-graduação/cacilda-lima.pdf>. Acesso em: 02 mar. 2019.

TRIBUNA DA FRANCA. **O Sr. Washington Luiz em Franca.** Nov. 1924d. Acervo do Centro de Memória da Etec Dr. Júlio Cardoso, em 2019.

TRIBUNA DE FRANCA. **Inauguração da Escola Profissional.de Franca.** Abr. 1924a. Acervo do Centro de Memória da Etec Dr. Júlio Cardoso, em 2019.

# **A VIDA E O TEMPO DE TRAJANO DE BARROS CAMARGO (1890-1930), PATRONO DA ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL DE LIMEIRA/SP**

**Marlene Aparecida Guiselini Benedetti**  
Escola Técnica Estadual Trajano Camargo

## **1. INTRODUÇÃO**

Escrever uma biografia original de Trajano de Barros Camargo, é uma tarefa difícil. Há anos ela fez parte do Plano Plurianual de Gestão, no tópico “Etec Trajano Camargo: um histórico”, com poucas alterações ao longo dos anos, porque as fontes são as mesmas: jornais, monografias, fotos. Um acréscimo seria levantar a sua atuação política nas atas da Câmara Municipal de Limeira, além de registrar seu conhecido dinamismo como industrial.

De várias maneiras, Trajano é personagem relevante na história da cidade. Dá seu nome à escola técnica estadual, a importante rua no centro da cidade, é lembrado e reconhecido como empresário de visão e de futuro, e assim, sua vida e obra foram narrados em jornais e revistas, em trabalhos acadêmicos, em monografias e vídeos.

Por ocasião do centenário de seu nascimento, em 1990, a Secretaria de Educação e Cultura da Prefeitura Municipal de Limeira promoveu um concurso. A monografia “Dr. Trajano: cem anos de história dedicada à Limeira”, de João Augusto Cardoso, recebeu o Prêmio Jornalístico Trajano de Barros Camargo. (CARDOSO 1990)

Em agosto de 2011, a Câmara Municipal resolveu homenagear personagens relevantes de Limeira, por meio de vídeos a serem projetados no seu auditório, antes do início, e no intervalo das sessões plenárias. O primeiro, que o Departamento de Imprensa da Câmara realizou, foi sobre o Trajano Camargo, basicamente, com o material fornecido pela pesquisadora. Inserido estava um filme da Machina S. Paulo, com 20 minutos de duração, realizado em 1928.

Com produção amadora, com o título “Trajano de Barros Camargo e Maria Thereza Silveira de Barros Camargo: registros da vida pública e privada”, em 2017, a pesquisadora, como professora de História e suas alunas, produziram um vídeo com fotos e fatos do casal, e da empresa fundada por ele, e dirigida por ela, ao se tornar viúva. O objetivo era tornar essas personalidades conhecidas e reconhecidas pelos estudantes, professores e funcionários da escola técnica estadual de Limeira.

A tela (grafite) com o retrato de Trajano Camargo e o esboço da Machina S. Paulo, abre a galeria dos empresários de Limeira, montada no auditório do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (CIESP), do artista plástico André Mecatti.

A segunda parte do presente trabalho, traz apontamentos sobre a gestão do primeiro diretor, Professor Creso Assumpção Coimbra, embasada nos escassos dados de seu prontuário arquivado na Diretoria de Serviços e em quatro livros do seu tempo como diretor (1953-1967) da Escola Industrial Trajano Camargo, depois Ginásio Industrial Estadual. São dois livros denominados documentos históricos, um livro ponto e um livro do regimento interno.

Portanto, o objeto do estudo se encaixa no Eixo Temático 2 – “Instituições, Patronos, Identidade, Memórias e História da Educação Profissional e Tecnológica” da “Jornada Patrimônio Cultural da Educação Profissional e Tecnológica: Edifícios, Patronos e Diversidade na Gestão Escolar.

## 2. A VIDA E O TEMPO DE TRAJANO DE BARROS CAMARGO (1890-1930)

Trajano de Barros Camargo (Figura 1) nasceu no dia 15 de março de 1890, em Limeira, sexto filho do Cel. Flaminio Ferreira de Camargo e de D. Cândida Virgínia de Barros (Figura 2), membros de tradicionais famílias limeirenses.



**Figura 1** – Trajano de Barros Camargo.

**Fonte:** Cópia xerográfica do original, Phot. Wollsack, São Paulo, de 10/02/1914. Acervo do Centro de Memória da Etec Trajano Camargo, em 2019.



**Figura 2** – Fotografia da família do Coronel Flaminio Ferreira de Camargo.

Sentados: Hermantina, Cel. Flaminio, Trajano, D. Cândida, Carlota (no colo), Zenaide, Martinho e Mário. Em pé: Celisa, Flaminio, Cândido e Fausto, em 1896.

**Fonte:** Acervo do Centro de Memória da Etec Trajano Camargo, em 2019.

Trajano Camargo frequentou escolas na cidade de São Paulo. Fez o curso primário no Colégio Buarque e no Seminário Episcopal, o secundário na Escola Americana do Mackenzie, “transpondo, com notas distintas os humbraes da Escola de Engenharia, do Mackenzie College”, segundo O Vagalume, jornal do Collegio Santo Antonio (1930, p. 22).

Diplomou-se, em 1909, aos 19 anos. No início do ano seguinte, ingressou na *University of Wisconsin*, cidade de Madison, no estado de Wisconsin, nos Estados Unidos, para fazer um curso de especialização em Engenharia Elétrica. Participou como flautista da Orquestra Sinfônica da universidade. Não concluiu os estudos. Com o falecimento de seu pai, regressou.

A partir de 1911, Trajano Camargo dedicou-se ao comércio e à indústria de madeira no povoado chamado Faxina de Itapeva, hoje cidade de Taquarivaí, com as posteriores demarcações territoriais dos municípios.

Lecionou Matemática na Escola Agrícola de Piracicaba, mais tarde, denominada Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz. Nessa cidade, conheceu a professora Maria Thereza Silveira Mello, de ilustre família, neta de Prudente de Moraes, terceiro Presidente da República. O casamento aconteceu, no dia 10 de fevereiro de 1914, no Rio de Janeiro, onde residia o Dr. João Baptista da Silveira Mello, pai da noiva.

Em 30 de janeiro de 1914, Trajano Camargo constituiu com dois sócios, o dentista Abelardo Aguiar de Souza e o engenheiro Antonio Augusto de Barros Penteado, seu cunhado, a empresa “Souza Penteado & Cia”, para a produção de máquinas de beneficiamento de café. Em 1917, com a saída do primeiro sócio, a indústria, já com a denominação de “B. Penteado & Cia” foi transferida de Piracicaba para Limeira. Segundo Marson (2015), a B. Penteado tinha um capital de 100 mil réis, 60 operários e produzia máquinas de beneficiar, em 1916.

No país, segundo Santiago, Cerqueira e Pontes (2016),

[...] Já em 1920, com o estímulo à industrialização (capitais originários do café e política para substituir os produtos importados), mais de 13 mil indústrias empregavam cerca de 275 mil trabalhadores, sem contar as usinas de açúcar e as salinas. A concentração industrial verificava-se, principalmente, nos estados de São Paulo (31%), Rio Grande do Sul (13,3%), Rio de Janeiro (11,5%) e Minas Gerais (9,3%). Em 1928, pela primeira vez na história do país, a renda industrial superou a gerada pela agricultura. (SANTIAGO; CERQUEIRA; PONTES, 2016, v. 2, p. 230)

Em sintonia com a industrialização nacional, na década de 1920, foi grande o crescimento da empresa, agora denominada “Machina S. Paulo”, atraindo profissionais de cidades vizinhas. No seu apogeu, chegou a ter mais de 600 empregados. Anos depois, alguns deles, com o estímulo do patrão, fundaram oficinas e fábricas do ramo mecânico-metalúrgico: Machina Zaccaria (fabricante de máquinas de beneficiar arroz), em 1925; José Fabri & Filhos (máquinas para beneficiar cereais e equipamentos agrícolas), em 1931; e Indústrias Machina D’Andréa (máquinas para beneficiar arroz e para fabricação de papel e papelão), em 1934.

Para os filhos maiores de 12 anos dos funcionários, a “Machina S. Paulo” oferecia na própria fábrica, cursos de Carpintaria e de Montagem de máquinas. Os aprendizes

produziam e aumentavam a renda familiar e poderiam se tornar futuros trabalhadores da empresa. A sociedade com Antonio Augusto de B. Penteado foi desfeita<sup>1</sup>.

No início dos anos de 1920, o Engenheiro Trajano Camargo concebeu o primeiro descascador de café por impacto do Brasil. A criação foi significativa para a indústria nacional, o que lhe deu um importante prêmio na Exposição Internacional do Rio de Janeiro (1922-1923). A *Machina S. Paulo*, concedia benefícios a seus empregados, tais como férias, assistência médica familiar, participação nos lucros, incentivos à evolução de carreira e gratificação de acordo com o desempenho.

A maioria dos direitos dos trabalhadores urbanos vai constar da Constituição Federal de 1934, entretanto algumas leis de caráter social foram aprovadas, antes dela, citadas por Rodrigues (1997, p.36-37): a Lei de Acidentes de Trabalho, de 1919, a de aposentadoria, de 1923, que atendeu primeiro os ferroviários, depois os portuários (setores vitais para a economia nacional e que se mobilizavam, reivindicando melhores salários e condições de trabalho). Em dezembro de 1925, a Lei de Férias foi promulgada, 15 dias por ano, para os empregados dos estabelecimentos industriais, comerciais e bancários. Os empresários não concordavam. O Código do Trabalho do Menor, aprovado pelo Congresso em 1927, encontrou a mesma resistência da burguesia.

A questão de moradia foi uma preocupação para o industrial Trajano Camargo. Mandou construir para os seus encarregados, os contramestres, 48 pequenas casas na “Villa São Paulo”, uma quadra delimitada pelas ruas Tiradentes, Humaitá, Carlos Gomes e uma rua sem nome (hoje Tenente Belizário). Com o mesmo propósito, adquiriu 11 casas pequenas na “Villa Sant’Anna”, na quadra delimitada pelas ruas Visconde do Rio Branco, Alferes Franco, 1º de Março (atual Presidente Roosevelt) e Humaitá.

O Dr. Trajano (assim conhecido), estimulou a transferência, em 1923, de Descalva para Limeira, do “Collegio Santo Antonio”, escola de instrução primária e secundária, sob a direção geral do Professor Antonio de Queiroz, seu colega de estudos no *Mackenzie College*. Foi construído para o colégio um prédio moderno, em forma de U, no quadrilátero ladeado pelas ruas Santa Cruz, Alferes Franco, Liberdade (atual Deputado Octavio Lopes) e Visconde do Rio Branco e concluído em 1928. Com professores formados em escolas normais e em faculdade de direito, funcionava em regime de internato (para meninos), semi-internato e externato. O Ginásio Municipal de Limeira, criado pela Lei nº 238, de 28 de dezembro de 1928, passou a funcionar nesse colégio. O Dr. Trajano era o presidente do “Collegio Santo Antonio”.

### 3. ATUAÇÃO POLÍTICA DE TRAJANO CAMARGO

A Câmara Municipal é uma instituição antiga no Brasil. Segundo Busch (2007, p. 31), em 22 de julho de 1844, ocorreu a instalação da Câmara Municipal e a posse dos vereadores da nova Vila de Limeira (Figura 3). O vereador mais votado, Cap. Manoel José de

---

1 Trajano Camargo era sócio e um dos fundadores da firma B. Penteado & Companhia. Por ser tratado por muitos clientes como Penteado, optou por assinar Trajano B. Camargo Penteado. É como consta da averbação judicialmente autorizada em 07 de fevereiro de 1927 (Certidão de Nascimento em Inteiro Teor, cópia do original, 28/05/2007 – documento no acervo do Centro de Memória escolar).



Carvalho prestou juramento legal perante a Câmara de Piracicaba e empossou os outros cinco vereadores. Tempos depois,

Com o advento da República, proclamada em 1889 e que instaurava um novo modelo político-administrativo de caráter federalista no Brasil, foram criados os cargos de Intendente Municipal, chefe do poder executivo da cidade. Esta proposta de organização dava maior destaque e autonomia legal para a esfera municipal e, com isso, as Câmaras Municipais assumiram o papel legal, cabendo ao Intendente promover o cumprimento das leis bem como o bom governo da cidade, [...]. Em 1908, os governantes municipais passaram a receber o título de prefeitos [...] havia a necessidade de uma nova sede que deveria ser grande o suficiente para acolher as novas atividades republicanas. O prédio escolhido foi um uma residência de arquitetura sóbria e com resquícios neoclássicos, construída, no final do século XIX, pelo médico Dr. Antonio Candido de Camargo (1864-1947). Em 1906, o edifício sobrado foi vendido por Camargo para Agostinho Prada que, mudando-se para São Paulo, em 1911, vendeu-o para a municipalidade, instalando-se ali a Câmara Municipal e alguns setores da nova administração municipal. (BERTO, 2014)



**Figura 3** – Sede da Câmara Municipal de Limeira, na década de 1920.

**Fonte:** Acervo do Museu Histórico e Pedagógico Major José Levy Sobrinho, em Limeira/SP.

Pela Constituição de 1891, o país passou a ser uma república federativa, com os poderes legislativo, executivo e judiciário.

Os membros dos dois primeiros poderes eram eleitos diretamente pela população. Podiam votar os homens alfabetizados com mais de 21 anos. Ficava, assim, a maioria da população excluída: mulheres, analfabetos, padres, soldados, mendigos e menores de idade. (SANTIAGO; SERUEIRA; PONTES, 2016, v. 2, p. 224)

O Arquivo da Câmara Municipal possui livros de atas das sessões da Câmara, de eleições, de atos municipais, dentre outros. A atuação política de Trajano Camargo ocorreu entre 1918 e 1930.

A pauta da sessão extraordinária, que se converteu em ordinária, de 20 de abril de 1918, era sobre as eleições municipais de 12 de maio. A cidade de Limeira teria três seções eleitorais e, Cordeiro, uma. A Comissão de Finanças indeferiu o requerimento de B. Penteado & Cia., apresentado na sessão de 23 de março, solicitando restituição do imposto, o qual acreditava que pagou a mais. A sessão seguinte, de 16 de maio de 1918, comunicava que o prédio do Grupo Escolar Coronel Flaminio, foi colocado pelo diretor, à disposição, para as eleições do dia 12 de maio.

Na sessão extraordinária de 03 de junho de 1918, Trajano de Barros Camargo foi empossado vereador junto com o Cap. Olavo Ferreira. Ao ser homenageado “Agradeceu prometendo fazer tudo quanto estivesse no possível”. Na sessão ordinária de 06 de junho de 1918, tendo como presidente o Cap. Flaminio Augusto de Toledo Barros, Trajano de Barros Camargo concorreu aos cargos de Vice-Presidente da Câmara (1 voto), membro da Comissão de Obras Públicas (6 votos) e membro da Comissão de Finanças (6 votos). Angelo Pixiteli, também vereador, foi eleito para a Comissão da Justiça, mas renunciou ao cargo. Trajano Camargo concorreu contra o Cap. Olavo Ferreira e recebeu um voto.

Em 18 de julho de 1918, na sessão ordinária, Trajano Camargo apresentou um projeto de lei para a criação de uma escola diurna masculina na Fazenda Barreiro. Projeto aprovado.

Na sessão ordinária de 19 de agosto, o assunto foi o calçamento de paralelepípedo, em ruas do centro da cidade. O Trajano Camargo esteve presente na sessão de 29 de agosto de 1918, que classificou as escolas de Limeira e votou pela desapropriação, para fins de utilização pública, do edifício onde funcionaria a escola alemã “Associação Escolar Pires”. Ele faltou à sessão seguinte, do dia 10 de outubro. Falta justificada. Na sessão de 26 de outubro de 1918, que tinha como objetivo a “discussão do orçamento e da tabela de impostos para 1919”, Trajano Camargo propôs o aumento do imposto de exportação. Proferiu breve discurso em homenagem ao Cap. Bento Ferreira da Silva, recém falecido por “suas benfeitorias ao município”. Requereu que constasse na ata do dia, um voto de pesar. Constatou da ata da sessão extraordinária de 16 de dezembro de 1918: “Congratulações da Câmara pelo feliz restabelecimento do vereador Sr. Dr. Trajano Barros Camargo e que nesse sentido foi oficializado”.

Na sessão de 15 de janeiro de 1922 aconteceu a eleição, de acordo com o Regimento Interno, para Presidente da Câmara – Dr. Trajano (7 votos), Cap. Joaquim Rodrigues (1 voto), para vice-presidente, Joaquim Rodrigues (4 votos). Após eleito e empossado, Dr. Trajano passou a presidir a sessão que prosseguiu na eleição do prefeito, vice-prefeito e subprefeito de Cordeiro.

O Presidente da Câmara Municipal exercia o mandato por um ano. O do Dr. Trajano expirou em 16 de janeiro de 1923. Foi então eleito para a Comissão de Finanças junto com Huberto Levy. Cada um recebeu 7 votos. Concorreu também para a Comissão de Obras Públicas e Viação e para a Comissão de Higiene e Saúde Pública. Não foi eleito.

Foram verificadas as presenças e ausências do Dr. Trajano às sessões nos anos posteriores a 1923. Não marcou presença na sessão de 15 de janeiro de 1930, por isso, não assinou a última ata, a da sessão de 28 de dezembro de 1929. Doente, não compareceu a nenhuma sessão no ano de 1930.

No dia 09 de abril de 1930, foi realizada a sessão solene extraordinária em homenagem à memória do Sr. Dr. Trajano de Barros Camargo, no edifício da Câmara Municipal, na sala de sessões, às 12 horas. O presidente Sr. Dr. Alfredo Ferraz de Abreu comunicou aos seis vereadores presentes, a morte do Dr. Trajano com “a mais viva emoção de pesar”. Convidava a Câmara a deliberar sobre as homenagens a serem prestadas. O prefeito municipal já tinha baixado uma portaria para a suspensão do expediente do dia, ordenado o hasteamento da bandeira nacional por sete dias no edifício da Câmara e enviado uma coroa para o funeral. Os vereadores aprovaram os atos do prefeito, e foi sugerido

[...] fazer constar da acta o necrologo do finado; oferecer a família enlutada terreno para o jazigo perpetuo; comparecer a Camara incorporada ao enterro e a todas as demais homenagens fúnebres; cobrir de crepe as lâmpadas da iluminação publica no trajecto por onde passará o cortejo fúnebre; considerar vaga, durante a legislatura, a cadeira onde habitualmente se sentava o finado, na sala das sessões, mesmo depois da eleição do seu substituto, sendo tudo, unanimemente aprovado. (LIVRO DE ACTAS 1925-1936, p. 122-123. In: LIMEIRA, 2019d)

Da biografia dessa ata constava que o Dr. Trajano foi vereador por duas vezes, exerceu os cargos de Presidente da Câmara e de Vice-Prefeito, ocupando a Prefeitura, várias vezes. Era vereador municipal e membro da Comissão de Finanças.

A sessão extraordinária de 02 de maio de 1930 foi convocada para dar conhecimento da vaga aberta com o falecimento do Dr. Trajano de Barros Camargo. De acordo com o Regimento Interno, o presidente consultava a Câmara para designar o dia para proceder, em todo o município, a eleição do novo vereador. Foi marcado o primeiro dia de junho.

O Dr. Trajano faleceu em Limeira, no dia 08 de abril de 1930, às 22h15min., vítima da moléstia de Hodgkin, aos 40 anos de idade. Deixou viúva D. Maria Thereza Silveira de Barros Camargo e sete filhos menores: Nelson, Flávio, Renato, Flaminio, Trajano, Prudente e Maria Thereza. O jornal Vagalume do Colégio Santo Antonio e do Ginásio Municipal de Limeira, na edição de abril de 1930, nº 22, trouxe depoimentos escritos de várias pessoas sobre as realizações e traços de personalidade do falecido, tais como: homem empreendedor, generoso, filantropo, modesto, simples, culto, sem vaidade e sem orgulho que “amou o estudo, o trabalho e mais que tudo, os pobres!” (p.10).

No seu tempo de vida teve notícias ou foi afetado por acontecimentos marcantes das três primeiras décadas do século XX, como a 1ª Guerra Mundial, a Revolução Russa, o *crash* da Bolsa de Valores de Nova Iorque, as práticas fraudulentas nas eleições da república brasileira, os movimentos tenentistas, o modernismo nas artes e na literatura, o início da perda de poder econômico e político da oligarquia cafeeira, a criação do Partido Comunista e do Partido Democrático. Não viu a subida de Getúlio Vargas ao poder, seu projeto de industrialização, os direitos “concedidos” ao trabalhador urbano, o voto feminino, a extinção dos partidos políticos, inclusive do Partido Republicano, a instalação da Escola Profissional Primária e a Festa da Laranja, em Limeira, assim como não soube da ascensão de regimes fascistas na Itália, Alemanha, Portugal e Espanha.

Com a morte do marido, D. Maria Thereza assumiu a empresa, juntamente com o filho Nelson, de 15 anos de idade, e iniciou a carreira política. Participou do esforço dos revolucionários paulistas de 1932 e foi presidente do diretório do Partido

Constitucionalista. Nomeada, em 05 de julho de 1934, para o cargo de prefeito pelo interventor Armando de Salles Oliveira, se tornou a primeira prefeita do Estado de S. Paulo, e uma das primeiras do Brasil. A posse ocorreu, em São Paulo, no gabinete do interventor federal, em 16 de julho: “Em pouco tempo, sua atuação na Prefeitura revolucionou a política local, que durante anos, foi dominada pelo Partido Republicano Paulista”, segundo Shumaker e Brazil (2000, p. 411).

A “Machina S. Paulo”, como é conhecida, apesar de outras denominações, em cerca de 50 anos de existência, além das máquinas de café, fabricou outras máquinas como: fiadeiras de seda; secadores de mandioca; botijão de gás e, em tempos de revolução (1932) e de guerra (anos 1940), material bélico – corpos de granadas de mão, munição para canhão.

A indústria abalada por um conjunto de fatores: crise de 1929, Revolução Constitucionalista de 1932, 2ª Guerra Mundial e decisões governamentais, foi “vendida para a Mercedes Benz, em 1962, que desativou a empresa, desmontou e dispersou todo o seu maquinário”, conforme noticiou o jornal Limeira Ontem (1997, p. 10).

#### **4. ESCOLA INDUSTRIAL TRAJANO CAMARGO: A GESTÃO DO DIRETOR CRESO ASSUMPÇÃO COIMBRA (1952-1967)**

Creso Assumpção Coimbra (Figura 4) foi o primeiro diretor da Escola Industrial Trajano Camargo de Limeira. O auditório leva seu nome, bem como uma escola estadual, hoje Escola Municipal de Educação Infantil e de Ensino Fundamental (EMEIEF), localizada no Jardim Campos Elíseos, em Limeira/SP.



**Figura 4** – Creso Assumpção Coimbra.  
**Fonte:** EMEIEF Prof. Creso Assumpção Coimbra<sup>2</sup>.

---

<sup>2</sup> A foto, sem data e sem identificação do fotógrafo, e os dados biográficos, foram fornecidos por familiares, à EMEIEF Prof. Creso Assumpção Coimbra, que enviou por e-mail, em 14/05/2019, ao ex-aluno Fernando Cyrillo Junior que, em 2019, era aluno do 2º Etim Nutrição do Trajano Camargo e monitor de História.

Ao coletar dados para uma biografia, no seu prontuário, na Diretoria de Serviços da Etec Trajano Camargo, foram encontradas fichas de exercício do funcionário, fichas da vida funcional, com nomeações, designações e exonerações de cargos, funções nas diferentes escolas onde trabalhou, o total de dias trabalhados, de faltas abonadas, justificadas, de licenças e afastamentos. Porém, nenhum histórico escolar, foto 3X4, atestado de sanidade física e mental, diplomas, certidão de nascimento e casamento, registro para lecionar. Certas exigências devem ter sido implantadas, a posteriori.

Creso nasceu em Piracicaba/SP, no dia 27 de outubro de 1919, filho de Joaquim Coimbra e Maria Antonieta Assumpção Coimbra. Foi casado com a Professora Guiomar Bellini Coimbra e teve três filhos: Creso, Bernadete e Ibsen. Formou-se no Colégio Santo Antonio, em Limeira. Sua vida profissional se iniciou em São Paulo, capital, como Auxiliar do Gabinete de Psicotécnica do Instituto Profissional Masculino, em 1939. Foi professor de Português e de Geografia na Escola Técnica Getúlio Vargas, entre 1943 e 1947. Pediu exoneração do cargo de professor de Português. Em 1948, foi nomeado, interinamente para exercer o cargo de professor secundário de Português no Ginásio Estadual de São Pedro. No ano seguinte, foi exonerado do cargo e nomeado, por concurso, para o cargo de professor de Português na Escola Industrial Joaquim Ferreira do Amaral de Jaú. Foi nomeado vice-diretor efetivo dessa escola, até ser designado para o cargo de diretor na Escola Industrial Trajano Camargo, de Limeira, em 30 de outubro de 1952<sup>3</sup>. Mas, a primeira nomeação, para exercer interinamente o cargo de Mestre de Mecânica de Máquinas, foi a de Ary Correa Marinho, no dia 28 de fevereiro de 1952.

O professor Creso ficou afastado da direção, entre junho de 1964 a junho de 1967, ao ser nomeado para constituir o Conselho Técnico-Administrativo da Escola Técnica Industrial Conselheiro Antonio Prado, em Campinas. Reassumiu a direção do Ginásio Industrial Estadual Trajano Camargo e, em novembro de 1967, foi aposentado pelo Regime de Dedicção Profissional Exclusiva. Transferiu-se para Campinas, onde faleceu em 03 de abril de 1973, aos 53 anos. Cursava o 4º ano de Direito da Pontifícia Universidade Católica de Campinas.

#### **4.1. A cidade de Limeira que o Diretor Creso Coimbra encontrou e as providências iniciais que tomou**

Na década de 1940, conforme o censo demográfico de 1950, o município de Limeira, com os distritos de Limeira, Iracemápolis e Tatu, contava com 46.281 habitantes, sendo 24.036 na zona suburbana, 17.360 na zona rural e 4.885 na zona urbana (IBGE, p.134-135).

Os produtos agrícolas de maior valor, em ordem decrescente eram a laranja, a cana-de-açúcar, o milho, o feijão e o café beneficiado. [...] Entre os anos de 1930 e 1950, importantes indústrias de transformação estavam em atividade no município: Machina Zaccaria, Indústrias Lucato, José Fabri e Filhos, Indústria de Máquinas D'Andréa S.A., Indústria de Máquinas Penedo Ltda., Cia. Industrial de Máquinas São Paulo, Máquinas Varga S.A., Indústria de Máquinas Invicta S.A., Indústria

---

3 Em exercício de diretor, em 17 de novembro de 1952, e como diretor efetivo, a partir de 08 de julho de 1954.

Máquinas Lima S.A., Metais Perfilados Glória, Irmãos Rossi, Rodas Arcaro, Rodas Fumagalli, Cia. Prada, Tecelagem Marilena Ltda., Ferreira Viana, Camilo Ferrari, Sandálias Atlântida, Indústria e Comércio Ribeiro Parada S.A. E o processo de industrialização se consolidou, na década de 1960. [...] As indústrias do ramo metalúrgico-mecânico, fabricavam máquinas operatrizes para madeira e beneficiamento de cereais, máquinas de costura industrial, furadeiras, soldadeiras, punçadeiras, prensas e engraxadeiras, mancais e buchas para rolamentos e peças para a indústria automobilística (rodas, cilindros para freios, radiadores, silenciosos e tanques). Outras fábricas produziram sandálias, tecidos, papelão, chapéus, joias, sucos e vinho de laranja, aguardente. (BENEDETTI, 2013, p. 318-319)

Nos anos de 1950, os dados coletados pelo IBGE, comprovaram a existência de 228 estabelecimentos industriais no município de Limeira, os quais ocupavam 5.075 trabalhadores, sendo 4.138 operários. O valor de produção registrado era de Cr\$ 3.098.223,00 (Três milhões, noventa e oito mil e duzentos e vinte e três cruzeiros) e o valor da transformação industrial de Cr\$ 1.370.115,00 (Um milhão, trezentos e setenta mil e cento e quinze cruzeiros). As indústrias com maior número de estabelecimentos eram a alimentícia, a de minerais não metálicos, a mecânica e a metalúrgica.

Ao chegar à Escola Industrial Trajano Camargo, o diretor Creso Assumpção Coimbra tinha algumas tarefas a realizar: convocar os candidatos para o processo seletivo, equipar as oficinas com máquinas, ferramentas e utensílios, receber os primeiros alunos, nomear professores, dar continuidade à construção do edifício escolar.

Uma das primeiras medidas que tomou, foi convidar, no final de 1952, Maria Negro Lencioni e Maria Aparecida Bueno de Oliveira, que lecionavam Português e Matemática no Colégio S. José, para prepararem a turma inicial de candidatos ao exame de admissão: “Eu preparei essa turma toda. A condição que seu Creso deu para mim e para a Cida, [...], era a nossa nomeação. Eu dei aulas de Português e História e ela de Matemática e Geografia”. (LENCIONI, 2012)

As provas de matemática e português foram organizadas pelo Departamento do Ensino Profissional de São Paulo e aplicadas em 20 de fevereiro de 1953, para os candidatos ao curso Industrial de Mecânica de máquinas (período diurno) e ao curso Extraordinário de Torneiros e Ajustadores Mecânicos (período noturno). A aula inaugural para os alunos do curso Industrial Básico aconteceu no dia 20 de março. Estiveram presentes o Prefeito Municipal, empresário Virgínio Ometto, o presidente da Câmara dos Vereadores, Américo Francisco, D. Maria Thereza de Barros Camargo (a prefeita que criou a escola profissional, empresária e viúva do patrono da escola), autoridades civis, religiosas e convidados. As aulas do noturno se iniciaram em abril. No mês seguinte, no dia 17, um domingo, a escola industrial foi oficialmente inaugurada pelo governador do estado, Lucas Nogueira Garcez, na presença do Prefeito Municipal, Virgínio Ometto, do Superintendente do Ensino Industrial, Professor Arnaldo Laurindo, do Diretor da Escola, Creso Assumpção Coimbra e de autoridades.

O curso Industrial Básico era integral, com a duração de quatro anos, e os cursos Extraordinários, de três anos. Em 1954, foi oferecido o curso de Fundação, com disciplinas específicas e, em 1955, o de Desenho Técnico Mecânico. A primeira formatura aconteceu em

dezembro de 1956, com a participação dos quinze concluintes de Mecânica de Máquinas, cinco Ajustadores e três Torneiros Mecânicos.

O Decreto-lei nº 17.698, de 12 de fevereiro de 1953, publicado no D.O.E. de 14 de fevereiro de 1953, nomeou os professores de Português, Matemática, Geografia e História do Brasil, Ciências Físicas e Naturais, Educação Física, Canto Orfeônico e Desenho, o Mestre de Fundição e o Contramestre de Forja. As nomeações obedeciam a critérios políticos. O quadro de funcionários foi sendo preenchido com Auxiliar de Ensino, Atendente, Contador, Escriturário, Almojarife, Serventes.

Com o último concurso do Ensino Industrial, em 1957, alguns docentes foram exonerados em virtude da remoção e/ou da admissão de novos servidores.

## 4.2. As fontes documentais da primeira gestão escolar

Para fundamentar a narrativa de alguns aspectos da gestão do Professor Creso Assumpção Coimbra, materiais do arquivo escolar guardados na Diretoria de Serviços serviram como fontes: um livro ponto de abril de 1962 a fevereiro de 1971, um livro denominado Documentos Históricos 1959, outro, Documentos Históricos 1961-1962, e o Regimento Interno – 1962<sup>4</sup>. A Diretoria Acadêmica contribuiu com um livro de Registro de Diplomas de 1956 a 1965, uma pasta com diplomas de 1956 a 1961, não retirados, e uma pasta de certificados expedidos entre 1961 e 1970, igualmente não retirados pelos concluintes.

O Regimento Interno, aprovado pelo Conselho de Professores em 11 de dezembro de 1962, tem 16 páginas datilografadas, e 13 títulos (I a XIV<sup>5</sup>), assim especificados: Título I – Denominação, propriedade, fins; Título II – Do patrimônio; Título III – Dos cursos; Título IV – Do calendário escolar; Título V – Do corpo docente; Título VI – Do Corpo Discente; Título VII – Do Regimento Escolar; Título VIII – Distribuição das Matérias nos Vários Cursos; Título IX, cap. I – Orientação Educacional, cap. II – Coordenação Escolar; Título X – Da Administração dos Cursos, cap. I – Da Diretoria, cap. II – Da Secretaria, cap. III – Dos Auxiliares Administrativos, cap. IV – Do Conselho de Professores, cap. V – Do Conselho de Representantes, cap. VI – Do Fundo De Ensino Profissional; Título XI – Da Escrituração e Arquivo; Título XII – De Associações, cap. I – Das Associações Estudantis, cap. II – Da Associação de Pais e Mestres; Título XIV – Das Disposições Gerais e Transitórias.

A análise de alguns títulos mostra que eram finalidades do ensino industrial formar categorias profissionais para o mercado de trabalho e aperfeiçoar/especializar o pessoal da indústria bem como a formação da personalidade, dos valores cristãos, morais e cívicos. O diretor contava, em caráter consultivo e deliberativo, com o Conselho de Professores, o Conselho de Representantes, a Associação de Pais e Mestres. Era auxiliado por um Assistente de diretor, Secretário, Escriturário, Atendente, Contador, Auxiliar de ensino, Almojarife, Orientador educacional, Inspetor de alunos e Serventes. Os docentes deveriam seguir uma lista de obrigações e não incorrer nos vedados. Do contrário, poderiam sofrer penalidades de advertência do diretor e, em caso de reincidência, às outras penas disciplinares contidas

4 Com exceção do livro ponto, os três últimos fazem, atualmente, parte do acervo do Centro de Memória da Etec Trajano Camargo.

5 Por erro de enumeração, o título XII é seguido pelo XIV, quando deveria ser XIII.



nos dispositivos legais<sup>6</sup>: advertência, repreensão, suspensão, multa, destituição da função, disponibilidade, demissão, demissão a bem do serviço público. Os alunos tinham também muitos deveres. Ao serem transgredidos, eram aplicadas penalidades de repreensão, suspensão, cancelamento de matrícula e expulsão.

O livro ponto de maio de 1962 (frequência apurada entre 16/4 e 15/5) a fevereiro de 1971, evidencia as mudanças quanto ao número e cargos dos funcionários da Escola Industrial/Ginásio Industrial Estadual Trajano Camargo. Não há assinaturas, posto que desde 16 de setembro de 1953, o registro passou a ser feito pelo relógio ponto. No livro – leitura da fita, estão escritos os nomes, os dias do mês, os dias letivos, os pontos facultativos, feriados, férias. Conforme a ordem numérica, eram feitas as anotações de falta abonada, justificada, falta retirada, licença, licença prorrogada, falta no período da tarde, férias regulamentares, atrasos, saída antes do término do trabalho.

Entre 1956 e 1965, de acordo com dados do livro de Registro de Diplomas, número 1, a escola tinha alunos do sexo masculino no Ginásio Industrial, especialidade Mecânica de Máquinas e especialidade Fundição e no de Aprendizagem Industrial, especialidade Mecânica Geral. As alunas cursavam o Ginásio Industrial, seção Corte e Costura e de Aprendizagem Industrial, especialidade Corte e Costura. A 1ª grade curricular não evidencia que Corte e Costura, tenha sido planejada para as egressas serem trabalhadoras em indústrias têxteis, tanto pelas disciplinas do currículo, como pelas “quatro máquinas de costura Singer, com pedal e correia”, segundo aluna da 1ª turma feminina.

O registro de diplomas traz informações sobre nome do aluno, nacionalidade, naturalidade, data de nascimento, sexo, filiação, diploma de artífice, especialidade, nome do diretor e do secretário. No verso, as notas do exame de admissão, de Português e Matemática e as notas de todas as disciplinas do curso.

Reduzido era a número de diplomados, pela elevada evasão, como evidencia os dados da Quadro 1, nos cursos de Mecânica de máquinas e de Fundição, esse com baixa procura, de tal modo que o relatório de 1962, incluso no livro Documentos históricos 1961-1962, recomendava a sua extinção.

**Quadro 1 – Concluintes de Mecânica de Máquinas e de Fundição (1956-1965).**

| ANO                  | 1956 | 1957 | 1958 | 1959 | 1960 | 1961 | 1962 | 1963 | 1964 | 1965 |
|----------------------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|
| Mecânica de Máquinas | 15   | 14   | 12   | 8    | 9    | 6    | 14   | 11   | 16   | 18   |
| Fundição             | -    | 2    | 2    | -    | -    | 1    | 3    | 3    | 2    | -    |

**Fonte:** Livro de Registro de Diplomas, nº1 (ESCOLA INDUSTRIAL TRAJANO CAMARGO, 2019e).

As disciplinas de Português, Matemática, Ciências Físicas e Naturais, mais Desenho estavam presentes em todas as quatro séries; Geografia, na 1ª e 2ª séries; História, na 3ª e 4ª. As disciplinas técnicas eram: Tecnologia, Forja, Fundição, Ajustagem, Serralheria,

<sup>6</sup> O amparo legal era o Decreto-lei nº 12.273 de 28 de outubro de 1941, Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado de São Paulo, assinado pelo interventor Fernando Costa.



Máquinas Operatrizes, Ferramentaria, Construção e Montagem de Máquinas. O curso de Fundição tinha as mesmas disciplinas básicas e as técnicas, eram: Modelação, Fundição de Ferro e Fundição de Ligas Metálicas.

As mudanças curriculares foram percebidas nos históricos dos concluintes de 1964, em Mecânica de Máquinas, com a supressão de duas disciplinas: Ferramentaria, Construção e Montagem de Máquinas, e acréscimo de Inglês e de Oficina. Na especialidade Fundição, a disciplina Fundição de Ligas Metálicas não foi ministrada. Há outras situações, como o curso de três anos de Aprendizagem Industrial, especialidade Mecânica Geral, de 1962, 1963 e 1964, masculino, que tinha, em todas as séries, Português, Matemática, Estudos Sociais, Ciências, Desenho Técnico, Tecnologia e Oficina.

O Ginásio Industrial, especialidade Corte e Costura apresentava uma grade formada por Português, Matemática, Ciências, História, Geografia, Desenho, Oficina, Inglês, Culinária e Introdução Dietética, Corte e Costura. O curso Ginásio Industrial Integral foi substituído pelo Ginásio Industrial Concomitante, com aulas, no período da tarde, de segunda-feira a sábado e mais três horas, no período da manhã. As turmas eram mistas e se separavam nas aulas práticas.

Em síntese: no período entre 1953 e 1967, a Escola Industrial passou a se chamar Ginásio Industrial Estadual, ofereceu o curso Pré-Industrial, os cursos para o sexo masculino, como o Básico Industrial de Mecânica de Máquinas e de Fundição, o Extraordinário de Torneiro e Ajustador Mecânico e de Desenho Técnico Mecânico, o de Aprendizagem de Mecânica Geral, Modelador de Fundição. Os cursos para o sexo feminino eram o de Aprendizagem – costureira<sup>7</sup> e o Ginásio, especialidade Corte e Costura. O ginásio integral se tornou concomitante, em um turno. As turmas eram únicas (mistas) nas aulas de Português, Matemática, Ciências, História, Geografia, Desenho, mas separadas em Canto, Educação Física e nas aulas específicas do curso feminino ou do masculino. Para dar conta da variedade de grades e de cursos, estudos mais aprofundados são necessários.

O livro denominado Documentos Históricos 1959, contém desenhos do prédio: 1º pavimento (térreo) frente da escola; 2º pavimento (superior); prédio de aulas e administração; porão; edifício de oficinas. A construção do prédio frontal estava em andamento. (ESCOLA INDUSTRIAL TRAJANO CAMARGO, 2019a).

Uma das fontes mais interessantes e substanciosas que consta de Documentos Históricos 1961-1962, é o relatório da reunião realizada em 09 de janeiro de 1962, em São Paulo, presidida por J.B. Salles Silva (sem identificação do cargo), com muitos dados sobre a escola industrial apresentados pelo Diretor Creso Assumpção Coimbra (ESCOLA INDUSTRIAL TRAJANO CAMARGO, 2019b). O relatório foi elaborado para atender a circular 53, de 13 de dezembro de 1961, do Departamento de Ensino Profissional. Em “meio escolar”, apresentou totais de alunos que concluíram o primário, em 1961, nos municípios de Limeira, Cascalho, Iracemápolis, Cordeirópolis e Tatu; a capacidade das escolas de nível médio da região: Instituto de Educação Castello Branco, Ginásio Estadual de Cordeirópolis, Escola Técnica de Comércio de Limeira, Colégio São José; um levantamento dos ramos de indústrias, o número de empresas e o número de trabalhadores registrados, como mostra o Quadro 2.

---

7 Vagas oferecidas para o curso Básico Industrial, em 1962: 35 vagas para o sexo masculino e 35 para o sexo feminino: Mecânica Geral, 20, no diurno, e 22, no noturno; Modelador de Fundição: 8, no diurno; Costureira, 15, no diurno e 15, no noturno. (ESCOLA INDUSTRIAL TRAJANO CAMARGO, 2019b)

**Quadro 2** – Indústrias e número de trabalhadores registrados no município de Limeira, em 1961.

| RAMOS DE INDÚSTRIAS                           | Nº DE EMPRESAS | Nº DE TRABALHADORES |
|-----------------------------------------------|----------------|---------------------|
| Alimentação                                   | 60             | 516                 |
| Vestuário                                     | 56             | 767                 |
| Construção e mobiliário                       | 35             | 75                  |
| Indústria urbana                              | 1              | 2                   |
| Extrativa                                     | 3              | 10                  |
| Fiação e tecelagem                            | 3              | 38                  |
| Artefatos de couro                            | 4              | 6                   |
| Artefatos de borracha                         | 4              | 6                   |
| Joalheria                                     | 7              | 152                 |
| Química                                       | 5              | 23                  |
| Papel e papelão                               | 6              | 207                 |
| Gráfica                                       | 9              | 33                  |
| Metalúrgicas mecânicas e de material elétrico | 114            | 1980                |
| Total <sup>8</sup>                            | 307            | 3.822               |

**Fonte:** (ESCOLA INDUSTRIAL TRAJANO CAMARGO, 2019b).

Esse levantamento, sem indicação da proveniência dos dados, é importante para fundamentar a escolha de cursos de uma instituição escolar de caráter profissionalizante. Sendo Ginásio Industrial, é pertinente preparar trabalhadores para as indústrias metalúrgicas e mecânicas, que junto com as de material elétrico, representavam cerca de 1/3 das indústrias locais, sem contar aqueles trabalhadores sem carteira assinada.

O relatório trouxe ainda o nível de estudo dos professores. Fez um inventário do equipamento escolar que se encontrava nas salas e oficinas. Assim, a sala de Canto Orfeônico tinha um harmônio portátil, marca *Bohn*, de 24 teclas, com 75 cm e 83 cm de altura 83 cm; um afuxé; dois maracás; um bongô e uma frigideira. A sala com 11 metros de comprimento por 7,20 de largura, tinha duas portas (2,20x0,90), três janelas (2,00x2,50), uma lousa (5,00x1,00) e 35 carteiras com os respectivos assentos. A sala de Desenho tinha 35 carteiras próprias para desenho (0,72mx0,56mx0,82m), 35 banquetas (0,29x0,29x0,59m) para as carteiras e 40 pranchetas com régua T. O pátio, com 27 m de comprimento e 17 m de largura, era cimentado.

8 A somatória correta é 309 e 3.782 e não como consta no Quadro 2.

### 4.3 Um balanço da administração de Creso Assumpção Coimbra

Creso Assumpção Coimbra foi diretor quando a escola começou, quando cresceu em número de alunos, cursos, professores, funcionários e espaço físico, quando participou de desfiles cívicos, com carros alegóricos saídos de oficinas da escola industrial e confeccionados por professores e alunos, tais

como a maquete da gruta, em escala rigorosa, que liberava, durante o desfile, os pombos para uma revoada; carro da abelha e sua colmeia em forma do estado de São Paulo; carro do gigante colhedor de laranja, com quase 40 m de altura, carregando uma enorme caixa de laranja; carro do carrossel com seus barcos girando, representando a exportação da laranja (carro criado e confeccionado totalmente pelos alunos da quarta série). Eram simplesmente maravilhosos, foram muito aplaudidos pelo povo e que ganharam quase todos os prêmios conferidos pela comissão julgadora. (GODOY, 2006)

Foi na direção do Professor Creso Coimbra, a montagem da fanfarra, a conquista dos primeiros troféus esportivos (mais numerosos nos anos de 1967 e 1968) e do Troféu Fumagalli (1964), pelo Coral Limeirense, regido pela Professora Dyrcea Ricci Ciarrochi. O recebimento do busto do patrono, colocado no jardim externo, a participação na Feira Agro-Científica, Comercial e Industrial de Limeira (FACIL), cuja primeira edição ocorreu em março de 1965, nas instalações da antiga Machina S. Paulo.

Alguns depoimentos orais foram colhidos para caracterizar Creso Assumpção Coimbra como pessoa. A primeira resposta é física – baixinho, gordinho, depois, exigente, atento às necessidades dos professores, nem simpático nem bem educado, que fazia nomeações por indicação política (era do partido do Adhemar de Barros, o Partido Social Progressista – PSP), que discutia com o almoxarife (o primeiro, o segundo era seu cunhado), que aplicava advertências a professores e funcionários pelo não cumprimento das ordens dos superiores; por não desempenhar com zelo e presteza os trabalhos de que foi incumbido; por não tratar com urbanidade as partes; por não apresentar-se convenientemente trajado em serviço ou com o uniforme. Sempre atento à pontualidade e ao cumprimento dos deveres dos funcionários e docentes, que colaborou para edificar uma imagem mais positiva, da chamada, maldosamente, por alguns, “escola de pobres”.

O professor Creso empenhou-se junto ao Departamento do Ensino Profissional, à Secretaria da Educação e às forças vivas locais para conseguir o andamento das obras [do prédio] até sua conclusão. Além disso, deve-se à sua incansável dedicação, a obtenção de todos os móveis e equipamentos necessários, não apenas dos cursos masculinos, mas dos femininos e dos extraordinários noturnos. Assim, Trajano Camargo, passou a ser o maior estabelecimento de ensino local. (JORNAL DO CPP, 2007, p. 4)

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa é uma narrativa possível, fundamentada nas fontes consultadas, sobre os dois personagens dessa pesquisa, o Dr. Trajano de Barros Camargo, patrono da escola, e o Professor Creso Assumpção Coimbra, primeiro diretor da Escola Industrial, hoje, Escola Técnica Estadual Trajano Camargo.

A leitura de um número razoável de atas da Câmara Municipal, que tinha um Regimento Interno (não localizado), permitiu um certo conhecimento sobre o processo eleitoral na 3ª seção de Limeira, que poderia ser objeto de uma futura pesquisa. Não há menção de partido político. Aos vereadores competia legislar e tomar medidas sobre as vias e obras públicas, a higiene e saúde pública, o abastecimento de água, a abertura de escolas primárias, as finanças do município e o orçamento anual. A expectativa da população é que esses proprietários de terras, denominados lavradores, alguns com patentes da Guarda Nacional, médicos, industriais, comerciantes, enfim, os ilustres da terra, mesmo não remunerados, zelassem pela administração e encontrassem soluções para os problemas do município de Limeira e dos distritos de Cordeiro e Iracemápolis.

As fontes poderiam ser usadas para outros propósitos e interesses. A documentação da Diretoria de Serviços está organizada desde a passagem da escola Trajano, da Secretaria da Educação para a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia, em 1991, e para o Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza, em 1994. Alguns livros das décadas anteriores precisam ser localizados e organizados, outros se perderam numa inundação do porão, outros foram descartados “porque não teriam utilidade”.

## 6. REFERÊNCIAS

BENEDETTI, Marlene Aparecida Guiselini. A Escola Trajano Camargo de 1953 a 1956: o curso industrial básico e os extraordinários. In: CARVALHO, Maria Lúcia Mendes de (org.). **Patrimônio, Currículos e Processos Formativos**. São Paulo: Centro Paula Souza, 2013, p. 317-334.

BERTO, J.P.; BERTO, A.C.C. **O Legislativo faz História: 170 anos da Câmara Municipal de Limeira**, 2014, folheto para exposição. Acervo do Centro de Memória da Etec Trajano Camargo, 2019.

BUSCH, Reynaldo Kuntz. **História de Limeira**. Limeira: Sociedade Pró Memória de Limeira, 2007, 3 ed., 402 págs.

CARDOSO, João Augusto. **Dr. Trajano: cem anos de história dedicada a Limeira**. Limeira: O Jornal, janeiro de 1990. Acervo pessoal, 2016.

JORNAL DO CPP, Centro do Professorado Paulista. Limeira, março 2007. Acervo do Centro de Memória da Etec Trajano Camargo, 2019.

ESCOLA INDUSTRIAL TRAJANO CAMARGO. **Documentos históricos – 1959**. Acervo do Centro de Memória da Etec Trajano Camargo, 2019a.

ESCOLA INDUSTRIAL TRAJANO CAMARGO. **Documentos históricos - 1961-1962**. Acervo do Centro de Memória da Etec Trajano Camargo, 2019b.

ESCOLA INDUSTRIAL TRAJANO CAMARGO. **Livro de cópia de diplomas e certificados**, 10/12/1953 a 21/09/1971. Diretoria Acadêmica, 2019c.

ESCOLA INDUSTRIAL TRAJANO CAMARGO. **Livro de lançamento integral de nomeação dos funcionários da Escola Industrial Trajano Camargo de Limeira**, 17/11/1952 a 23/09/1971. Diretoria de Serviços, 2019d.

ESCOLA INDUSTRIAL TRAJANO CAMARGO. **Livro de registro de diplomas**, 1956 a 1965. Diretoria Acadêmica, 2019e.

ESCOLA INDUSTRIAL TRAJANO CAMARGO. **Livro de registro de matrícula às diversas séries dos cursos industriais e extraordinários da Escola Industrial “Trajano Camargo”**, 03/01/1957 a 26/09/1971. Diretoria Acadêmica, 2019f.

ESCOLA INDUSTRIAL TRAJANO CAMARGO. **Livro de registro diário de frequência do pessoal administrativo e docente da Escola Industrial “Trajano Camargo” de Limeira - Livro de Ponto**, abril de 1962 a fevereiro de 1971. Diretoria de Serviços, 2019g.

ETEC TRAJANO CAMARGO. Histórico para o **Plano Plurianual de Gestão (PPG), 2018-2022**. Limeira, mar. 2018.

GAZETA DE LIMEIRA. **Suplemento histórico-1826-1980**. Limeira: Limeira Artes Gráficas, 15 de setembro de 1980. Acervo pessoal, 2018.

GAZETA DE LIMEIRA. **Limeira ontem** Edição Comemorativa de Aniversário. 171 anos Limeira, 13 set. 1997, pag. 10

GODOY, Antonio Ferian. **Relato escrito pelo aluno da 1ª. turma de Mecânica de Máquinas (1953 -1956), concedido a Marlene Aparecida Guiselini Benedetti**, em abril 2006.

IBGE **Enciclopédia dos municípios brasileiros**, 1950, série XXV, tomo I e II, versão eletrônica. Disponível em: <[http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/sinopse1948/SP\\_Limeira.pdf](http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/sinopse1948/SP_Limeira.pdf)> e <[http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/censoindustrial/Censo%20Industrial\\_1960\\_SP.pdf](http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/censoindustrial/Censo%20Industrial_1960_SP.pdf)>. Acesso em: 10 jun. 2012.

LENCIONI, Maria Negro. **Entrevista concedida a Marlene Aparecida Guiselini Benedetti**, em 2012.

LIMEIRA. Câmara Municipal. **Livro de Actas**, 31/01/1907 a 25/04/1925, em 2019a.

LIMEIRA. Câmara Municipal. **Livro de Actas**, de 12/07/1915 a 08/01/1920, em 2019b.

LIMEIRA. Câmara Municipal. **Livro de Actas**, de 15/01/1920 a 16/02/1925, em 2019c.

LIMEIRA. Câmara Municipal. **Livro de Actas**, 19/02/1925 a 02/01/1936, em 2019d.

MARSON, Michel Deliberali. A industrialização brasileira antes de 1930: uma contribuição sobre a evolução da indústria de máquinas e equipamentos no estado de São Paulo, 1900 -1920. São Paulo: **Estudos Econômicos**. vol. 45, no. 4, Out./Dez. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ee/a/Pht8npZxzQDvRb48z7FTmDL/?lang=pt>. Acesso em: 06 jul. 2018.

O JORNAL. **Dr. Trajano**: cem anos de história dedicada à Limeira, janeiro de 1990, ano 1, ed. especial, p.1. Acervo do Centro de Memória da Etec Trajano Camargo.

O VAGALUME, jornal do “**Collegio Santo Antonio e do Gymnasio Muncipal de Limeira**”. Anno III, abril de 1930, no. 22.

RODRIGUES, Marli. **O Brasil na década de 1920**. São Paulo: Ática, 1997.

SANTIAGO, Pedro. CERQUEIRA, Célia. PONTES, Maria Aparecida. **Por dentro da História**. São Paulo: Escala Educacional, 2016, v. 2, 4 ed.

SCHUMAHER, Schuma; BRAZIL, Érico Vital (org.). Maria Teresa Silveira de Barros Camargo (1894-1975). **Dicionário Mulheres do Brasil: de 1500 até a atualidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000, p. 411- 412.

# **A ETEC DE ORLÂNDIA E SEU PATRONO, PROFESSOR ALCÍDIO DE SOUZA PRADO**

**Maria Teresa Garbin Machado**

Escola Técnica Estadual Professor Alcídio de Souza Prado

## **1. INTRODUÇÃO**

Instalada em 1949, como Curso Prático Profissional, a Escola Técnica Estadual (Etec) Professor Alcídio de Souza Prado, de Orlândia, cidade situada a nordeste do Estado de São Paulo, e próxima a Ribeirão Preto, Franca e Barretos, possui uma trajetória de desafios e sucessos em seus 70 anos de história. Com uma equipe, neste ano letivo de 2019, constituída de 67 professores e 27 funcionários, firmou-se como uma escola pública de qualidade, oferecendo cursos de Ensino Médio, Ensino Técnico Integrado ao Médio – ETIM, Ensino Médio com Habilitação Profissional em Administração – MTEC, e cursos técnicos de nível médio, para 958 alunos matriculados na escola sede, e na classe descentralizada de Morro Agudo. (ETEC PROF. ALCÍDIO DE SOUZA PRADO, 2019)

Como muitas outras escolas instaladas na mesma época, inicialmente ofereceu cursos de Ajustadores Mecânicos e de Serviços Domésticos, com 70 matrículas. Em 1954, com 100 matrículas iniciais no ano letivo, o Curso Prático Profissional foi transformado em Escola Artesanal e, em 1959, mudou para um prédio mais amplo, após dez anos de funcionamento. Em 1963, com a denominação alterada para Escola Industrial, além dos cursos profissionais, passou a oferecer o curso Ginásial para 99 alunos, perfazendo neste ano, um total de 129 alunos. Em 1965, como Ginásio Industrial Estadual de Orlândia, contava com 168 matrículas. O nome do patrono, Professor Alcídio de Souza Prado foi incorporado em 1968, com a clientela aumentada para 378 matrículas no início do ano letivo. (MACHADO, 2021)

Ao ser transformada em Centro Estadual Interescolar Professor Alcídio de Souza Prado, em 1976, a escola, instalada em prédio próprio, viu sua clientela ser ampliada significativamente para 1.137 matrículas, ao receber alunos de outras escolas, por ser a única a oferecer o curso de Segundo Grau da cidade. Com o curso Ginásial Industrial sendo extinto gradativamente, em 1978, passou a chamar-se Escola Estadual de 2º Grau Professor Alcídio de Souza Prado. Outras denominações se seguiram, sendo que em 1980 tornou-se Escola Estadual de Primeiro e Segundo Graus, e em 1989, Escola Técnica de Segundo Grau, sempre com o nome do patrono. Finalmente, a partir de 1994, ao ser incorporada à rede de escolas do Centro Paula Souza, recebeu a denominação que persiste até os dias atuais, de Escola Técnica Estadual Professor Alcídio de Souza Prado. (MACHADO, 2021)

Em sua história, a escola passou por mudanças de secretarias de estado e leis educacionais, ocupando dois outros prédios até o endereço atual. No entanto, apesar dos percalços e desafios que se fizeram presentes, sempre visou o atendimento aos anseios da comunidade escolar, seja na construção da cidadania, ou no preparo e inserção para o mercado de trabalho.

Muitas das alterações de denominações determinadas por legislações de cada época foram compartilhadas por outras escolas técnicas estaduais. Porém, algumas delas

continuaram a ser conhecidas em suas cidades como “escolas industriais”, uma evidência do efeito emblemático que foi preservado no imaginário das pessoas, mesmo com alterações de denominações posteriores. (SANFINS, 2013; LIMA, 2007) Como exemplos, no entorno da região de Orlândia, podem ser citadas as Etecs de Franca e de Ribeirão Preto. De uma forma diversa, a escola orlandina teve sua identidade cristalizada pelo nome de seu patrono, sendo conhecida carinhosamente, até os dias atuais por “Etec Alcídio”.

Sendo assim, na proposta de resgate da história do patrono da escola, o objetivo deste trabalho tem seu foco na preservação e memória da história das instituições, tendo como pano de fundo a trajetória da Etec Alcídio, de Orlândia.

Com o arcabouço teórico apoiado na História Cultural, foram visitadas como fontes primárias documentos escolares e iconográficos, legislações de época, entre outros, que permitiram a construção do perfil e biografia do patrono da escola, bem como do entorno político e educacional nas décadas de 1960 e 1970. Também, diante do universo investigado e conforme a História Oral, foram inseridos relatos de entrevistas de familiares, protagonistas atuantes na construção e compreensão da memória escolar do período citado. As contribuições orais, relatos e fotografias foram dos seguintes familiares do Professor Alcídio de Souza Prado:

- Pedro Paulo Manso do Prado, 63 anos, filho único do professor Alcídio, engenheiro eletricista, que atualmente reside e trabalha como analista do Banco Central na cidade de São Paulo;
- Hélio Prado, irmão do professor Alcídio (penúltimo de nove irmãos), 87 anos, formado em Assistência Social e Direito, residente na cidade de São Paulo. Em visita à irmã Zuleika, foi entrevistado em Orlândia (Figura 1);
- Zuleika de Souza Prado Munari, 85 anos, irmã caçula do professor Alcídio, professora aposentada residente em Orlândia;
- Danilo Prado Munari, filho de Zuleika, portanto sobrinho do professor Alcídio, 57 anos, engenheiro de materiais metálicos e proprietário de escola de Inglês, residente em Orlândia, que foi o articulador dos contatos entre a autora deste trabalho e a família Prado.



**Figura 1** – Irmãos Zuleika de Souza Prado Murari e Hélio Prado.

**Fotografia:** Danilo Prado Munari, em 01/07/2019.



A entrevista de D. Zuleika encontra-se registrada em um trabalho de pesquisa efetuado, em 2006, por alunos da 1ª Série A do Ensino Médio da Etec Alcídio, a saber: Déborah Vansulin Pinho, Karina Aparecida Evangelista, Mikeli Aparecida Silva, William Macedo e William Natal Rodrigues, uma vez que suas condições de saúde atuais não permitem uma revisita aos dados registrados.

## 2. DESENVOLVIMENTO

Preservar a história local e homenagear as figuras que contribuíram de forma positiva para a educação, ou como exemplo para o mundo, deve fazer parte da missão das escolas e instituições. Como uma forma de valorizar essas personalidades, cada unidade escolar tem seu patrono, como professores, educadores, compositores, poetas, entre outros, que permaneceram vivos na memória de cada um. (SÃO PAULO, 2017)

Sendo assim, define-se patrono como:

[...] aquela personalidade escolhida para ser homenageada por algo ou alguém. No âmbito religioso, por exemplo, o patrono pode ser considerado um padroeiro, ou seja, algum santo que é conhecido por defender determinado grupo de pessoas ou situação específica. Nas forças armadas, os patronos são figuras heroicas escolhidas para defender uma unidade militar, por exemplo. O patrono também é aquele que defende, aconselha e direciona. Na Educação, o termo está representado no nome de cada unidade. Caso seja uma mulher a homenageada, a forma correta de designá-la é patronesse. (SÃO PAULO, 2017)

Exemplificando, no universo das 5 mil escolas da rede estadual de ensino paulista, 2.587 têm nome de educadores, sendo 1.779 de professores e 805 de professoras. Também existe uma escola que leva o nome do famoso educador Paulo Freire e duas em homenagem à Anísio Teixeira. Há também homenagens aos grandes nomes da história brasileira e mundial. Em todo o Estado, duas unidades de ensino carregam o nome do famoso poeta Castro Alves. Mais duas receberam o nome do escritor Monteiro Lobato, responsável pela obra “O Sítio do Pica-pau Amarelo”. Também há homenagem para a música popular brasileira, com duas escolas que têm como patrono o maestro e compositor Carlos Gomes. Além disso, mais duas escolas estaduais foram batizadas com o nome do médico e educador Caetano de Campos, que também dá nome ao prédio onde está localizada a sede da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo. Personalidades como Zumbi dos Palmares, Clarice Lispector, Adoniran Barbosa, Sergio Buarque de Holanda, Cecília Meireles, Mário de Andrade, Vinicius de Moraes, Érico Veríssimo, Tarsila do Amaral, Jorge Amado, Anne Frank e Candido Portinari permanecem também presentes em nossas memórias com seus nomes espalhados pelas unidades de ensino. (SÃO PAULO, 2017)

O nome do patrono da escola objeto deste trabalho foi incorporado a partir de maio de 1968, quando passou a ser chamada de Ginásio Industrial Estadual Professor Alcídio de Souza Prado, por conta da Lei nº 10.114 de 13 de maio de 1968, publicada no DOE de 14 de maio de 1968. (MACHADO, 2014)

O Projeto de Lei nº 822, de 12 de dezembro de 1967 (SÃO PAULO, 1967) publicado no DOE de 15 de dezembro de 1967, de autoria de Sólón Borges dos Reis, que dispõe sobre denominação a Estabelecimentos de Ensino, que especifica, localizados em Aparecida, Cachoeira Paulista, Guaratinguetá, Irapuã, Lorena, Orlândia, nesta Capital e em Santo Anastácio, apresenta dados biográficos do professor Alcídio de Souza Prado. Por ser um tanto longo, constam abaixo alguns trechos,

O Prof. Alcídio de Souza Prado nasceu na cidade de Morro Agudo, Estado de São Paulo, aos 3 de fevereiro de 1917, vindo a falecer em São Paulo, aos 29 de outubro de 1966. Filho de lavradores de nosso interior, apenas pôde iniciar sua vida de estudos aos 12 anos de idade, em Orlândia, onde, finalmente concluiu com excepcional brilho o curso ginasial no antigo Liceu de Orlândia [...] quase adolescente, concorreu a uma vaga para a cadeira de Português naquele mesmo estabelecimento que um ou dois anos antes o vira obter a primeira colocação em todos os exames das cinco séries em que se dividia o curso ginasial [...] São Paulo e aqui, ao lado das aulas de línguas néo-latinas que ouviu na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, distribuiu amizade e cultura aos alunos do velho e tradicional Liceu Eduardo Prado [...] fundou escolas, semeando luzes. E nasceram a “Laffayette” na Lapa (hoje Instituto de Educação “Anhanguera”) e o Externato Pinheiros (onde funciona hoje a Escola Israelita “Chaim N. Bialik” e a Escola Técnica de Comércio “Campos Elíseos” [...] ministrava aulas por correspondência de Português (especialmente de redação, no que era um técnico) [...] Concorreu a uma vaga para lecionar na Escola Industrial “Getúlio Vargas”, logrou obter o 2º lugar na classificação, em razão da contagem de pontos favorável àquele que se classificou em primeiro. No entanto, suas provas foram de tal qualidade que, excepcionalmente, o Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP) não o quis perder e admitiu-o para si mesmo. Passou então a exercer o cargo de Técnico de Administração [...] chegou a Delegado do DASP em São Paulo. Bacharel em Direito pela famosa Faculdade do Largo de São Francisco [...] Ingressou no magistério superior para lecionar na Escola de Administração de Empresas da Fundação “Getúlio Vargas” em São Paulo [...] rumou ele para os Estados Unidos da América do Norte e, na Universidade de Michigan conquistou, galhardamente, o título de “Master of Business Administration” [...] Para ele, estudo e trabalho faziam parte de um mesmo conceito, soavam a mesma tônica e tinham a mesma intensidade, refletindo-se no futuro do desenvolvimento, que sempre esteve em sua mira, com que tanto sonhou e pelo qual (ilegível) tudo ao seu alcance. (MACHADO, 2014, p. 45-46)

A biografia aligeirada presente no Projeto de Lei nº 822/67 serviu de norteammento para aprofundamentos nas pesquisas efetuadas. Torna-se importante registrar que nos relatos colhidos, embora a autoria do projeto de lei conste como sendo do Deputado Estadual Sólón Borges dos Reis (SÃO PAULO, 1967), esta é atribuída pela família e conhecidos a um deputado estadual de Sales Oliveira e grande amigo, o Deputado Paulo de Castro Prado. (PINHO et al, 2006; CATTA PRETA, 2009)

O professor Alcídio de Souza Prado nasceu em domicílio, na Fazenda Contendas, no município de Morro Agudo, em 03 de fevereiro de 1917, às 13 horas, pois na época não havia maternidades e os nascimentos eram assistidos por “parteiras”. Seu registro de nascimento foi efetuado dois dias depois, em 05 de fevereiro de 1917. (MORRO AGUDO, 2019) Como o nascimento ocorreu na zona rural, o pai da criança foi a cavalo até a cidade de Morro Agudo para registrar o filho, sendo que o nome pretendido era Alcides, e não Alcídio, como constou no registro de nascimento. (PRADO, 2019b)

Seus pais, Dominciano de Souza Prado, fazendeiro bem-sucedido, e Maria Ferraz de Souza tiveram nove filhos: Alcídio, Malvina, Ademar, Elza, Zélia, Rubens, Antônio Cícero, Hélio e Zuleika, sendo que atualmente somente os dois filhos mais novos estão vivos. Quando Zuleika nasceu, o primogênito Alcídio, com 17 anos, foi seu padrinho de batismo. (PINHO et al, 2006)

Anos mais tarde, a família se estabeleceu em uma chácara na cidade de Orlândia, onde hoje é o bairro Jardim Prado. Dominciano não valorizava o estudo, mas a mãe, Maria Ferraz, apesar de analfabeta, com muita sabedoria, incentivou o início dos estudos de Alcídio, que ocorreu somente quando este tinha 11 anos de idade. (PRADO, 2019b)

Torna-se oportuno registrar que Orlândia e Morro Agudo são cidades vizinhas, distando apenas 24 quilômetros uma da outra.

Os nove filhos do casal tiveram uma boa educação escolar, sendo que oito deles se formaram professores, com exceção de Rubens, cujo interesse voltado para a administração das propriedades da família, o levou a se formar em Contabilidade. (PINHO et al, 2006)

Relatos diversos salientam que Alcídio era muito preocupado com seus irmãos, e um grande incentivador de seus estudos, visitando sempre a família, quando se mudou para São Paulo. A aquisição de um *Citroen* 1950 foi motivo para que Alcídio sugerisse ao irmão Antônio Cícero que levasse Elza e Zélia, diariamente, para fazer o curso Normal em São Joaquim da Barra, cidade vizinha a Orlândia, distante 19 Km uma da outra. Depois de formadas, Zélia se tornou professora de Educação Especial e Elza, diretora de escola. (PRADO, 2019a)

Lembranças do senhor Hélio da vida rural familiar foram caracterizadas por tempos de fartura, qualidade de vida e conforto. Abundância e diversidade de frutas de um pomar muito rico, vacas leiteiras e artefatos como bomba d’água, dínamo para geração de energia elétrica, e moinho de fubá marcaram o passado de sua infância. (PRADO, 2019a)

Apesar de ter iniciado seus estudos aos 11 anos, Alcídio sempre se destacou como um excelente aluno, tanto que, mesmo cursando as últimas séries do curso Ginásial, atuava como professor convidado de Português nas primeiras séries, no Liceu Municipal de Orlândia. (PRADO, 2019a)

Na Figura 2, Alcídio de Souza Prado se encontra de pé, com terno claro, ao lado do militar. Sentado na ponta do lado direito, com terno claro, o Diretor do Liceu, Geraldo Rodrigues. Na Figura 3, Alcídio de Souza Prado se encontra de pé, o segundo da esquerda para a direita, e o Diretor do Liceu, Geraldo Rodrigues, se encontra sentado, o primeiro à direita.

Uma vez que os horizontes no interior não eram vastos, Alcídio partiu sozinho para a Capital, formando-se em Direito (Figura 4) pela Faculdade do Largo São Francisco, em 1954. (PRADO, 2019b)



**Figura 2** – Corpo docente do Liceu Municipal de Orlândia, em 1937.  
**Fonte:** Pedro Paulo Manso do Prado, em 2019.



**Figura 3** – Corpo docente do Liceu Municipal de Orlândia, em 1938.  
**Fonte:** Pedro Paulo Manso do Prado, em 2019.



**Figura 4** – Formatura em Direito de Alcídio de Souza Prado, em 1954.  
**Fonte:** Pedro Paulo Manso do Prado, em 2019.

Alcídio casou-se com Nilza Vieira Manso, em São Joaquim da Barra, em 23 de junho de 1945. (MORRO AGUDO, 2019) A noiva era filha do chefe da estação ferroviária desta mesma cidade, e anos depois de Nilza ter sido aluna de Alcídio, se reencontraram em um trem. O casamento ocorreu pouco tempo depois, uma vez que ela já era apaixonada por ele (Figura 5). Em seguida, foram para São Paulo, onde Alcídio morava. (PRADO, 2019b)

A carreira profissional de Alcídio foi delineada com muito esforço e competência. Ainda como estudante da Faculdade de Direito, atuou como educador social no Serviço Social da Indústria – SESI, e ministrou aulas por correspondência de Português, no qual se destacava no ensino de Redação, tendo lecionado também no Liceu Eduardo Prado. (PINHO et al, 2006)



**Figura 5** – Casamento de Alcídio de Souza Prado e Nilza Vieira Manso, em 1945.

**Fonte:** Pedro Paulo Manso do Prado, em 2019.

Recém-formado em Direito, mediante resultado brilhante em concurso público de professores na Escola Industrial “Getúlio Vargas”, foi designado como Diretor do Departamento de Administração do Serviço Público Federal (DASP), responsável pela jurisdição nos Estados de São Paulo, Paraná e Mato Grosso. A principal função deste órgão consistia em atuar nas seleções de candidatos para o provimento de funcionários do Serviço Público Federal. (PRADO, 2019a) Conforme relato do senhor Hélio Prado, estes procedimentos exigiam transparência e sigilo no trato com as provas, enviadas lacradas da matriz do DASP, no Rio de Janeiro. (PRADO, 2019a)

Sua carreira profissional se estabilizou ao fazer parte da Escola da Administração de Empresas de São Paulo – EAESP, da Fundação Getúlio Vargas, como um dos professores fundadores. Pela mesma escola, fez Mestrado em Administração de Empresas na Universidade de Michigan, nos Estados Unidos (Figura 6), conquistando o título de *Master of Business Administration*. (PRADO, 2019b)



**Figura 6** – Alcídio e família nos EUA, em 1959.

**Fonte:** Pedro Paulo Manso do Prado, em 2019.

Na Figura 6, Alcídio se encontra de pé, o primeiro da esquerda para a direita. Sua esposa Nilza (de verde) está mais à frente na fotografia, com o filho Pedro Paulo. Sempre considerando o estudo muito importante, para atender aos alunos menos favorecidos financeiramente, Alcídio foi o precursor do que hoje é o Fundo de Financiamento Estudantil – FIES. Na Escola de Administração de Empresas de São Paulo – EAESP, criou a Bolsa de Mérito Professor Alcídio de Souza Prado, na qual os alunos poderiam quitar as despesas com a própria instrução após a formatura, conquanto obtivessem boas notas. Os beneficiados dessa bolsa a indicavam como destaque de seus currículos. (PRADO, 2019b)

Conforme Prado (2019b), Alcídio fundou e afundou escolas. Entusiasmado pela educação, criou três escolas particulares de Ensino Primário e Médio, mas não se preocupava com a administração. Aceitava matrículas sem os cuidados financeiros adequados, e em pouco tempo faltava verba até para o pagamento de professores, e as escolas acabaram sendo incorporadas pelo governo estadual, a saber: Escola “Conselheiro Laffayette”, atualmente Escola Estadual Pereira Barreto, na Rua Nossa Senhora da Lapa, 615, no bairro da Lapa; Escola Técnica de Comércio “Campos Elíseos”, atualmente Escola Estadual Miss Browne, na Rua Padre Chico, 102, bairro das Perdizes; e Externato Pinheiros, onde funcionou a Escola Israelita “Chaim N. Bialik”, sendo atualmente a Escola Estadual Fernão Dias Paes, na Av. Pedroso de Moraes, 420, no bairro de Pinheiros.

Como obra póstuma publicada em 1968, Alcídio deixou um livro, cuja capa aparece na imagem abaixo, com mais dois autores: Ary Bouzan (homenageado como patrono de uma escola em Cotia, que leva seu nome), e Antônio Angarita Silva, com o título “Aspectos Legais e Econômicos de pequena empresa brasileira”. (PRADO, 2019b)



**Figura 7** – Livro Aspectos Legais e Econômicos, 1968.  
**Fonte:** WORLD CAT. ORG, 2019.

Alcídio de Souza Prado faleceu, em 29 de outubro de 1966, com 49 anos, no Hospital Santa Cruz, no bairro Vila Mariana, em São Paulo, tendo como causas da morte, bronco-respiração, parada cardíaca, embolia cerebral e cardiopatia chagásica, em decorrência do Mal de Chagas. (SÃO PAULO, 1966)

É provável que tenha adquirido esta doença na infância, uma vez que na época não havia informação a respeito. Os percevejos transmissores (*Triatoma infestans*) serviam de brinquedos para as crianças, que os chamavam de “boizinhos”. (PRADO, 2019a)

Em homenagem a ele há uma rua em São Paulo, que leva seu nome, no bairro Jardim Ângela, na zona sul da capital, cujo CEP é 04929-175. (PRADO, 2019b)

Na trajetória histórica da Etec Alcídio, o ano de 1968, no qual houve a incorporação do nome do patrono, o reconhecimento da escola perante a comunidade orlandina foi evidenciado pela continuidade do crescimento do número de matrículas, que neste citado ano foram de 378 matrículas. A anterior Escola Artesanal, com seus cursos profissionais já existentes, ao receber o curso ginasial em 1963, teve seu trabalho educacional gradativamente ampliado.

Portanto, foi providencial a inserção do nome do patrono no Ginásio Industrial da cidade, e o falecimento precoce e recente, ocorrido dois anos antes, de Alcídio de Souza Prado deve ter causado uma grande comoção na época. Na rotina escolar foi incorporado o cultivo e respeito a esta figura, que acompanhou a trajetória do Ginásio Industrial Estadual, e pelas diversas denominações que se seguiram, até os dias de hoje.



Inúmeras homenagens ao patrono foram realizadas no transcorrer de todos estes anos. Entre estas, podem ser citadas a realização de trabalhos de resgate e democratização de sua biografia por alunos em 2006, sendo que um deles foi utilizado como uma das fontes deste trabalho; o concurso do selo comemorativo em 2009; e o desfile cívico em comemoração aos 100 anos da cidade de Orlândia em 2010.

Em 2009, dentre os eventos realizados por ocasião das comemorações dos 60 anos da escola objeto deste trabalho, foi organizado um concurso entre alunos para escolha de uma gravura que representasse o patrono e a escola, a ser inserida em selo comemorativo, produzido pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (Figura 8). O vencedor do concurso foi o aluno Alison Fernando Medeiro Souza, que na época cursava o Ensino Médio, com a gravura abaixo (JORNAL EMPÓRIO CULTURAL, 2009).



**Figura 8** – Gravura inserida no selo comemorativo de 60 anos.

**Fonte:** JORNAL EMPÓRIO CULTURAL, 2009.

Em 30 de março de 2010 a Etec comemorou, juntamente com a comunidade orlandina e região, o centenário da cidade de Orlândia, com eventos comemorativos cívicos, culturais e populares. Dentre estes, foi realizado um desfile cívico (precedido de alvorada musical pela Corporação Musical e Fanfarra musical), cujo tema foi “Resgatando a História de Orlândia”, com a participação das escolas, colocadas por ordem de instalação. A Etec Alcídio foi a terceira escola fundada em Orlândia em 1949, acompanhada no mesmo ano, pela fundação da Associação de Proteção à Maternidade e Infância- Casa da Criança Getúlio Lima. Também no mesmo desfile cívico foram homenageados o Grupo Escolar de Orlândia (Coronel Orlando) fundado em 1914, e a atual Escola Estadual Oswaldo Ribeiro Junqueira (fundada em 1922), como também ex-professores orlandinos, verdadeiros baluartes da educação da cidade, já falecidos: Geraldo Rodrigues, Cyro Armando Catta Preta, e Azis Abrahão. (ETEC PROFESSOR ALCÍDIO DE SOUZA PRADO, 2019)

A Figura 9 refere-se ao Desfile Comemorativo dos 100 anos de Orlândia, com a então Diretora da escola, professora Maria Teresa Garbin Machado, e a professora e



ex-diretora Maria Inês Cutlac, levando um quadro com a fotografia do patrono, professor Alcídio de Souza Prado.



**Figura 9** – Desfile Comemorativo de 2010, em Orlândia.

**Fonte:** Acervo do Centro de Memória da Etec Prof. Alcídio de Souza Prado, em 2019.

### 3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar de o nome do patrono da escola ter sido incorporado na própria identidade da escola, uma vez que é conhecida por todos, na cidade e em seu entorno, como “Etec Alcídio”, reflexões foram feitas a respeito da inserção do nome do professor Alcídio de Souza Prado como patrono. As principais justificativas remetem ao fato de não ser natural de Orlândia, e sim de Morro Agudo, e por não ter nenhuma ligação profissional com a escola objeto deste trabalho. Esta ideia foi expressa por Cyro Armando Catta Preta, personalidade de grande relevância para a cidade de Orlândia. Nascido em 1922 e falecido em 2010, foi professor de Português e formado em Direito, com muitos livros de poesia publicados. Em sua carreira política, foi eleito prefeito de Orlândia em duas legislaturas, e vereador em outras quatro. (FALANDO DE..., 2019)

Por ocasião dos 60 anos da Etec Alcídio, o professor Cyro publicou em jornal da cidade,

[...] Com referência ao nome Alcídio de Souza Prado (sem nenhuma ligação com a escola) deve-se (até hoje considero interferência indébita) ao então deputado estadual, Paulo de Castro (de Sales Oliveira), parente direto do Prof. Alcídio (residente em São Paulo), sendo o deputado muito amigo do governador Sodrê.

[...] Nada tenho contra o amigo Alcídio Prado, morador de Orlândia, filho de querida família, estimada e respeitada. Alcídio logo formado mudou-se para São Paulo e lá permaneceu precocemente vitimado pelo mal de chagas. [...]. (CATTAPRETA, 2009, p. 3)

Como já foi colocado neste trabalho, a escolha de um patrono consiste em uma homenagem para figuras que representam um exemplo para a história local e para o mundo. Sendo assim, o professor Alcídio, em sua trajetória, embora um tanto efêmera, constitui um grande exemplo a ser democratizado aos jovens, tanto pela sua vida pessoal, como profissional, esta última delineada por muitas conquistas, aqui apresentadas.

Quanto à vida pessoal, as falas registradas construíram um perfil de amor ao estudo, competência, retidão de caráter e amor à família, conforme os fragmentos abaixo:

- Entendia ser mesmo muito importante estudar, de Pedro Paulo, seu único filho, (PRADO, 2019b)
- Alcídio foi uma pessoa muito social. Sempre desejou uma vida melhor para si e para a família que era o tesouro mais precioso de sua vida.... apesar de almejar sempre sua independência, sem esquecer, é claro, de suas origens, de sua irmã Zuleika, (PINHO et al, 2006)
- Apesar de morar longe, sempre manteve o contato com a família, acolheu e incentivou os irmãos a estudarem, de seu irmão Hélio, (PRADO, 2019a)
- A humanidade é carente de realidade histórica. (PRADO, 2019b)

Talvez a melhor justificativa e motivo para que o professor Alcídio de Souza Prado seja eternizado por ter sido patrono de uma escola que, iniciada de maneira tímida e modesta, com a missão de proporcionar condições para inserção rápida, de meninos e meninas, no mercado de trabalho, mas que, em sua trajetória, foi ganhando importância e reconhecimento pela comunidade, constituindo atualmente um exemplo de sucesso no ensino gratuito, esteja encerrada nas palavras dos seus próprios alunos,

Podemos dizer que Alcídio de Souza Prado realizou todos os seus sonhos, e o Mestre Alcídio de Souza Prado deixou muitos ensinamentos durante a sua jornada aqui na Terra e continua deixando para todos aqueles que tem a oportunidade de conhecer a sua história, sendo um exemplo de perseverança, esperança, confiança e amor para o próximo e hoje para todos nós, orgulhosos por conhecer sua história! (PINHO et al, 2006)

## 4. REFERÊNCIAS

BOUZAN, Ary; SILVA, Antônio Angarita; PRADO, Alcídio de Souza. **Aspectos Legais e econômicos de pequena empresa brasileira**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1968. Disponível em: <<https://www.worldcat.org/title/aspectos-legais-e-economicos-de-pequena-empresa-brasileira/oclc/1749531>>. Acesso em: 12 jul. 2019.

CATTA PRETA, Cyro Armando. PROF. CYRO insere dados na história do “Alcídio”. **Feitiço da Vila**. Orlandia, 04 jul. 2009. p. 3.

ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL PROFESSOR ALCÍDIO DE SOUZA PRADO. **Plano Plurianual de Gestão - 2019-2025**. Orlândia: SP, 2019.

FALANDO DE Trovas. **Portal de Trovas do Brasil**. 2019. Disponível em: <<http://falandodetrova.com.br/quemsomos>>. Acesso em: 12 jul. 2019.

JORNAL EMPÓRIO CULTURAL. **60 Anos da Etec Alcídio**. Concurso do selo comemorativo. Orlândia. Ano I, n. 06, p. 02, jun. 2009.

LIMA, Cacilda Comássio. **Educação para o Trabalho**: a escola profissional de Franca (1924- 1970). 2007. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social da Universidade Estadual Paulista, Franca, São Paulo.

MACHADO, Maria Teresa Garbin. O Centro de Memória da Etec Professor Alcídio de Souza Prado, de Orlândia, como protagonista de sua própria história. In: CARVALHO, Maria Lucia M. de Carvalho (org.) **Concepções, Rupturas e Permanências**. São Paulo: Centro Paula Souza. 2021, p. 51-72.

MACHADO, Maria Teresa Garbin. **O ensino profissional estadual paulista dos anos de 1940 a 1970**: trajetória na cidade de Orlândia. 2014. Tese (Doutorado em Educação Escolar) – Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista, Araraquara, São Paulo.

MORRO AGUDO. Registro de Imóveis e Anexos. **Certidão de Nascimento**. Matrícula nº. 146308 01 55 1917 1 00008 006 0000032 51. Morro Agudo: SP. 2019.

PINHO, Déborah Vansulin; EVANGELISTA, Karina Aparecida; SILVA, Mikeli Aparecida; MACEDO, William; RODRIGUES, William Natal. **Alcídio de Souza Prado**. Orlândia: SP. 2006.

PRADO. Hélio. **Entrevista com o Sr. Hélio Prado**. Orlândia. SP. 2019a. 02 p. Acervo do Centro de Memória da Etec Professor Alcídio de Souza Prado.

PRADO, Pedro Paulo. **Professor Alcídio**. E-mail de relato encaminhado à professora Maria Teresa Garbin Machado, em 04 de julho de 2019. São Paulo: SP. 2019b. 2 p. Acervo do Centro de Memória da Etec Professor Alcídio de Souza Prado.

SANFINS, Anderson Wilker. A Escola Técnica Estadual Rosa Perrone Scavone e as exposições educacionais. In: CARVALHO, Maria Lúcia Mendes de (Org.). **Patrimônio, Currículo e Processos Formativos**. São Paulo: Centro Paula Souza, 2013. p. 79-92.

SÃO PAULO. Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. **Projeto de Lei 822/67**. Dispõe sobre denominações de estabelecimentos de ensino que especifica. São Paulo: SP. 1967. Disponível em <<https://www.al.sp.gov.br/propositura/?id=931382>>. Acesso em: 10 jul. 2019.

SÃO PAULO. Secretaria da Educação do Estado de São Paulo. **Saiba o que significa o termo patrono e sua importância.** São Paulo: 2017. Disponível em: <<https://www.educacao.sp.gov.br/noticias/saiba-o-que-significa-o-termo-patrono-e-sua-importancia/>>. Acesso em: 15 jul. 2019.

SÃO PAULO. Oficial de Registro Civil das Pessoas Naturais. 21º. Subdistrito. **Certidão de Óbito.** São Paulo: SP, 1966.

WORLDCAT.ORG. **Aspectos Legais e Econômicos de pequena empresa brasileira.** Disponível em: <<https://www.worldcat.org/title/aspectos-legais-e-economicos-de-pequena-empresa-brasileira/oclc/1749531>>. Acesso em 15. jul. 2019.

# A HISTÓRIA DE VIDA DO PATRONO DA FATEC OURINHOS, PROVEITOS E PERCALÇOS DE UMA TRAJETÓRIA NO ENLACE ENTRE A ESCOLA E A SOCIEDADE LOCAL

**Eunice Corrêa Sanches Belloti**  
Faculdade de Tecnologia de Ourinhos

## 1. INTRODUÇÃO

A Faculdade de Tecnologia de Ourinhos é uma instituição pioneira na cidade no Ensino Superior Público, que iniciou suas atividades, em 1991, e teve seu ensino reconhecido por sua qualidade e eficiência ao longo dos anos, na região e no Estado de São Paulo. Sua trajetória recente passa a ser contada por meio de um estudo aprofundado, pelo viés da História Oral, da Memória e da Subjetividade, que no campo psicanalítico, com suas peculiaridades, especificidades e nuances, julga em seu eixo o que melhor pôde situar acerca do ser humano.

O objetivo deste trabalho é apresentar a História de Vida do Professor Me. Paulo Henriques Chixaro, os proveitos e percalços de sua trajetória na instituição; esse método é uma das modalidades de estudo em abordagem qualitativa, apresentando especialmente os relatos contados pela pessoa que os vivenciou, em seu importante ponto de vista, de quem está narrando os fatos, tirando o autor da pesquisa como o dono do saber e escutando a pessoa com o que ela tem para falar sobre si e o que ela acredita que seja necessário e importante relatar sobre sua vida.

Um dos propósitos da pesquisa é também o de recuperar, para a História da Fatec Ourinhos, os rastros deixados por Chixaro e outras pessoas, que muitas vezes apagados da memória em determinados tempos e lugares, evidenciam e alternam momentos de alegrias e momentos de tristeza, fazendo um balanço do que deu certo, do que deu errado; dos planos não cumpridos, dos sonhos realizados, dos desejos frustrados e dos sonhos futuros, dando visibilidade aos acontecimentos que possibilitam identificar e reconhecer espaços de resistências dos interesses da própria sociedade local. Também pretende com este trabalho, consultar, pela abordagem de entrevista em História Oral, as lembranças da Diretora de Serviço, Telma Menegazzo, sobre a escolha e o processo do nome de Chixaro, para o patronato do *campus* da Fatec Ourinhos.

De acordo com alguns dicionários da língua portuguesa, “Patrono” na Roma antiga, era o cidadão nobre, rico e poderoso, ligado a outras pessoas de condição inferior, as quais protegia e ajudava, em troca de alguns serviços. É um termo usado para definir uma personalidade que foi escolhida para se tornar o padrinho de uma turma de formandos, na qual normalmente recebe homenagem durante a cerimônia de colação de grau pelos graduandos e, de forma geral, pode-se afirmar que o patrono é alguém ou será algo que defende alguma causa ou ponto de vista, é um protetor ou um zelador. Nesse papel, Chixaro evidencia alternâncias em aquisições e perdas, que permeia sua passagem pela Fatec Ourinhos. Com seus enlances, que envolvem abraços, casamento, combinação, concate-

nação, elo, encadeamento, enlaçadura, ligação, nexos, nó, união, vínculo, a instituição Fatec Ourinhos, construindo sua história, perpetuando seus valores e permitindo o crescimento de seu corpo docente e discente, mudando a sociedade local, rumo a novos desafios.

## **2. PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS: MEMÓRIA E HISTÓRIA ORAL**

A despeito do que às vezes parecem julgar os apreciadores de histórias e memórias, os documentos não surgem, aqui ou ali, por aplicação de não se sabe qual enigmático decreto dos deuses. Sua participação ou carência em artigos escritos, em arquivos, em bibliotecas, em uma escola, em uma sociedade, deriva de causas humanas que não escapam de qualquer modo à análise e aos problemas que seu contágio colocam, longe de terem somente a extensão de exercícios de escritos técnicos, tocam eles mesmos no mais intrínseco da biografia do passado, da vida das pessoas, apresentando o que se encontra nos escritos, assim o que se relatam nas histórias contadas e vividas, são, nada menos do que a passagem da lembrança por meio das gerações que devem ser apreciadas e perpetuadas. (BLOCH, 2001)

Para Silva (2015), a memória de algo ou de alguém possuem um enredo próprio, para além daquelas palavras que guardamos para nós próprios. Se o trabalho do historiador se baseia na observação dos testemunhos do passado, muitas vezes reunidos em arquivos, é essencial que eles sejam tornados como vestígios ou rastros do acontecido, como meio de investigação interrogado pelo decorrer histórico, e não continuado por este. A análise do passado não é fundamentada em uma força de inércia na produção e na localização de rastros, de fontes, de documentos, mas na cooperação ativa de eras passadas, em um acontecimento que vai em direção à conservação e à extinção do que se vive.

A partir deste roteiro teórico, ainda em desenvolvimento contínuo pelas nuances da vida, que o tempo encarregará de perpetuar, volta-se para uma proposta dessa pesquisa e a problemática anunciada se desdobra, conseqüentemente, em um campo de questões que perpassa diferentes momentos analíticos e expostos a seguir.

Destarte, o presente trabalho compõe-se dos seguintes tópicos: a caracterização da História de Vida; a História de Vida do professor Me. Paulo Henrique Chixaro; as lembranças de Telma Menegazzo; a Questão do Patrono e, por fim, os Enlaces.

### **2.1 Caracterizando História de Vida...**

Ao termo História de Vida, metodologias e métodos diferentes, seja pela coleta de dados, análise ou tipo de hipótese que ela verifica, permite mostrar informações com uma riqueza de detalhes por meio de pesquisas com informantes de uma pessoa ou de um grupo de indivíduos. Assim, a História de Vida busca conhecer informações pessoais e dá ao sujeito uma liberdade para falar livremente sobre sua vida pessoal e, para Santos e Santos (2008), o significado do termo História de Vida perpassa por um relato da vida muito próximo ao modo daquilo que aconteceu, apoiando-se, concomitantemente, com o auxílio de documentos, informações de amigos e familiares, entrevistas com pessoas que conhecem o sujeito, dossiês, testemunhos de amigos, familiares e até mesmo com testes psicológicos e prontuários médicos que possam ser utilizados. Para as autoras, a História de Vida é um conto de vai e

vem e não segue um ritmo contínuo, em relação ao personagem que irá apresentar sua biografia, constituindo sim, um conjunto significativo de seleção, procedimentos e narrativas, partindo-se de uma reconstrução temporal organizada cronologicamente na datação dos acontecimentos, da idade ou nas lembranças de seu autor.

A narrativa de História de Vida, segundo Spindola e Santos (2003), é uma das modalidades de análise em abordagem qualitativa. O termo História de Vida, traduzido de “*histoire*” (em francês) e de “*story e history*” (em inglês), tem significados distintos.

Denzin, sociólogo americano comentou em 1970, a distinção das terminologias: “*life story*” (a história ou o relato de vida) é aquela que designa a história de vida contada pelo indivíduo que a vivenciou. Nesta circunstância, o pesquisador não confirma a veracidade dos fatos, pois o relevante é o ponto de vista de quem está narrando. Quanto à “*life history*” (ou estudo de caso clínico), compreende na análise aprofundada da vida de uma pessoa. (BERTAUX, 1980 *apud* SPINDOLA; SANTOS, 2003)

Além da própria narrativa de vida, trabalha-se com a história ou o relato de vida, ou seja, a história contada por quem a viveu. Na exposição de vida o que interessa ao pesquisador é o ponto de vista do indivíduo. O importante nesse tipo de estudo é exatamente apreender e compreender a vida conforme ela é relatada e interpretada pelo ator; é dar luz à voz do sujeito.

Esse processo de história ou relato de vida tem como objetivo tirar o pesquisador de seu pedestal de “dono do saber” e escutar o que o indivíduo tem a dizer sobre si, o que ele acredita que seja essencial sobre sua vida, sobre seu olhar. (GLAT, 1994)

A utilização da História de Vida como abordagem metodológica tem evoluído. Foi introduzida no ambiente acadêmico, em 1920, pela Escola de Chicago e desenvolvida por Znanieski, na Polônia. A partir da década de 1960, esse método de pesquisa determinou as estratégias de análise do vivido, do constituído no processo de coleta de dados da pessoa, no contexto de suas relações com a sociedade. Pelo relato sobre sua vida, a pessoa se completa de si própria, organizando de forma coesa as suas memórias e as percepções que caracterizam a sua vida cotidiana e suas vivências individuais que permitem a elaboração da realidade. (CHIZOTTI, 1991)

Para Spindola e Santos (2003), assim que começa a contar sobre sua vida, a pessoa começa a refletir sobre ela. Dessa forma, percebe-se que quando estamos fazendo um relato sobre um fato, estamos tendo oportunidade de refletir sobre os momentos da vida, lembrando e analisando coisas que até alguns momentos não recordávamos.

O gênero de texto que conta a história da vida de alguém se chama biografia, “*bio*” significa vida e *grafia* é, escrita, surgindo uma mistura entre a Literatura e História, em que se relata e registra a história da vida da pessoa, enfatizando e apresentando os principais fatos relatados por ela. De acordo com Nery (2011), trata-se de um gênero de narrativa não ficcional onde os fatos podem ser contados em ordem cronológica a partir do nascimento, por temas como amores, derrotas, vivências etc. Conhecer a biografia de uma pessoa permite entender um pouco melhor o tempo em que ela viveu, o que a fez ser importante, como alcançou seus objetivos, os atos que podem servir de exemplos e outros assuntos interessantes sobre sua vida.

É dessa maneira que é apresentada a história de vida oral, relatada e escrita por seu próprio autor, transcrita pela autora desse artigo, conforme as referências.

Outra questão importante é refletir sobre o fato de que para Carvalho e Ribeiro (2013, p. 13), quem trabalha com história oral trata diretamente com a construção narrativa de uma memória, que é o resultado de uma construção, feita a partir de escolhas vocabulares realizadas por quem narra a história. A história oral de vida, é a manifestação mais subjetiva de uma narrativa, que se constrói sobre a experiência de uma vida. Chixaro teve liberdade para contar, o mais livremente possível, sobre sua experiência pessoal de acordo com suas lembranças, sua vontade, seus sentimentos, suas impressões, seus sonhos e suas condições.

A autora do artigo, ao trabalhar com a História Oral de Vida, é uma mediadora da organização da narrativa, pois quem fala, fala para alguém, ao ajudar o colaborador a ordenar sua própria memória. (CARVALHO & RIBEIRO, 2013, p.21)

A escrita abaixo, feita por Chixaro, divide-se em quatro etapas: infância, adolescência, vida adulta e vida atual.

### 3. A HISTÓRIA DE VIDA DO PROFESSOR PAULO HENRIQUES CHÍCARO

#### 3.1. A infância...

Nascido na cidade de Manaus, estado do Amazonas, em 29 de janeiro de 1951, seus pais foram Paulo Candeia de Freitas Chixaro e Delorme Henriques Chixaro, a relação com eles sempre foi muito boa. Seu pai sempre trabalhou e viajou muito, dando o apoio financeiro, enquanto a mãe foi presente na sua vida o incentivando e apoiando-o constantemente. Fisicamente se parece com o pai, mas seu comportamento é semelhante ao da mãe, que não por acaso foi uma excelente professora normalista. (Figura 1)

Tive um único irmão, Laerte Henriques Chixaro que, por ter uma diferença de oito anos de idade, saiu cedo de casa e tivemos pouco contato. Viemos nos conhecer melhor depois de certa idade, dava-me muito bem com ele, apesar de sermos muito diferentes, tanto fisicamente como mentalmente. (CHÍXARO, 2019)



**Figura 1** – A família Chixaro, s/d.  
**Fonte:** Arquivo pessoal da autora, em 2019.



De acordo com as colocações do entrevistado, seu pai lhe passou o gosto por colecionar selos e a mãe, o amor que ela tinha pelos filhos e pelas pessoas. Para ele, a herança de sua mãe é a caligrafia e o amor pelo próximo.

Entrou na escola com cinco anos de idade, em Manaus, no Ginásio Amazonense. Depois, fez parte do Ginásio (hoje, Ensino Fundamental) e do Colegial (hoje, Ensino Médio), em Bauru, interior de São Paulo e, a Faculdade, cursou em São Paulo, capital.

Quando foi para Bauru, dos onze aos quatorze anos, brincava na rua e tinha muitos amigos (Figura 2).

Sempre gostou de frequentar a escola. Fazia amigos com facilidade e apreciava estudar. Tinha um pouco de dificuldade em línguas, pois no seu tempo as disciplinas eram inglês, latim, francês e português.



**Figura 2** – Fanfarra do Colégio Guedes de Azevedo, em Bauru.

**Fonte:** Arquivo pessoal da autora, em 2019.

Gostava muito de tocar na fanfarra da minha escola e das brincadeiras de rua, como: bolinha de gude, rodar pião, salva, pula cela, entre outros. Nesta fase de Bauru, passamos muitas dificuldades e tenho uma certa bronca do Papai Noel, que nunca trouxe um trem que todo ano eu pedia. Mas isso foi resolvido aos quarenta anos, quando morei na Alemanha e comprei o trem que eu queria. Na época, gostava muito de revistas em quadrinhos, como: Fantasma, Mandrak, Tarzan, Capitão Marvel, Super-Homem, Pato Donald, Tio Patinhas, Bolinha e Luluzinha, Pinduca, além de gostar de filmes de faroeste. (CHÍXARO, 2019)

O que desejava ser quando fosse adulto era ser inventor. Adorava inventar coisas como pequenos foguetes com pólvora, carrinhos de madeira e aparelhos eletrônicos. Gostava também de tocar guitarra e fazer composições, chegou a montar um conjunto musical.

Também queria ser músico, até que conheceu melhor a Matemática e então decidiu que seria engenheiro ou professor.

Uma questão interessante sobre minha infância é que eu gostava muito de acompanhar o leiteiro que passava de carrocinha em casa e me levava junto para ajudá-lo a vender leite. Fui coroinha da catedral de Bauru, mas abandonei quando, num domingo, um amigo e eu bebemos o vinho do padre e não sabíamos que era a última garrafa. Fomos até o bar da esquina e compramos uma garrafinha pequena de vinho de São Roque (chapinha), era o que nosso dinheirinho dava, e colocamos para o padre na hora da missa. Eu falei para o meu colega que o padre não ia perceber, pois iria virar o “sangue de Cristo”. Mas não foi o que aconteceu e o padre cuspiu o vinho no meio da missa. Não voltei mais na igreja com medo do padre e claro, não contei nada para minha mãe. (CHÍXARO, 2019)

Em São Paulo, dos oito aos dez anos, teve dificuldades e limitações, pois seus pais trabalhavam e ele passava uma grande parte do dia com a avó materna. Foram momentos bons, pois ela o ensinou a fazer tricô, que faz até hoje quando quer relaxar. Seus pais nunca tiveram nenhuma reclamação de suas atitudes e desempenho escolar, foi um menino comportado quando pequeno. Sempre respeitou seus professores, pais e familiares.

### 3.2. A adolescência...

Nessa fase de sua vida era tímido e um pouco extrovertido. Quando tocava guitarra, tornava-se mais extrovertido. A maioria das namoradas que teve foi por gostar de Matemática, pois elas estavam sempre precisando de ajuda. Sempre gostou de sair com seus amigos. Sua mãe sempre confiou nele, aos dezesseis anos, foi tocar com seu conjunto no Guarujá e levou um “cano” no pagamento do evento, tive que voltar no dia seguinte de carona, com os amigos. Quatro garotos, sendo que o mais velho tinha dezoito anos, mas foi uma ótima aventura.

Gostava de sair com meus amigos, ensaiar com meu conjunto, ir ao cinema, paquerar nos fins de semana no parque do Ibirapuera e ir aos bailinhos na tarde de domingo, no Círculo Militar, os famosos “Mingaus”. Por falar em cinema, na estreia do filme dos Beatles, Help, “matei” aula e fui com meus amigos, às dez da manhã, assistir à estreia. Para minha surpresa, no dia seguinte, lá estava eu e meus amigos na primeira página do jornal, embaixo da seguinte manchete: “Estudantes matam aula para assistir estreia do filme dos Beatles”. Foi uma loucura esconder o jornal para meus pais não vissem. Não adiantou, eles viram. (CHÍXARO, 2019)

Ocorreram crises nessa época, sempre o maior problema era a falta de recursos financeiros, mas seus pais o ajudavam. Era caro comprar uma guitarra e ele teve o privilégio

de poder estudar até entrar na faculdade sem precisar trabalhar. Na fase do colegial estudou no Colégio Oswaldo Cruz, na Barra Funda, em São Paulo. O Colégio foi pago pelos seus pais. Entrou na Faculdade Oswaldo Cruz, em 1969, com dezoito anos, onde fez o curso de Matemática e, depois, frequentou a FEI (Faculdade de Engenharia Industrial), onde cursou por dois anos Engenharia Elétrica (Figura 3). Abandonou o curso quando conseguiu um emprego de professor e não quis deixar a Matemática.



**Figura 3** – O ingresso na faculdade, aos 18 anos.  
**Fonte:** Arquivo pessoal da autora, em 2019.

Para o entrevistado, seus sonhos e desejos nessa época voltavam-se ao seu lado artístico, pois queria ser artista, fazer uma carreira solo, já que começou a tocar em uma boate, na Rua Augusta e acreditava que seria sua carreira. Queria também comprar um carro, na época. Sua primeira namorada chamava-se Luiza e se conheceram na escola quando ele tocava guitarra com o conjunto. Ela foi vê-lo com uma amiga e começaram a namorar. Terminaram o namoro quando ela conheceu um rapaz bem mais velho que ele e acabou se casando com essa pessoa, mas foi uma experiência muito boa na ocasião.

Meus hobbies nessa época eram os selos e o aeromodelismo. Fazia alguns aviões de madeira. Sem contar, é claro, com o meu conjunto onde eu tocava guitarra. Minha mãe sempre me incentivou bastante, permitindo que eu tocasse, mas cobrava sempre meus estudos. Não me lembro de ter tido algum trauma ou frustração na adolescência, ou que algo tenha me marcado negativamente. Meus heróis, personagens, ídolos favoritos nessa época, fazem-me recordar que eu era fanático pelo Beatles, tanto que, no meu conjunto, a maioria das músicas que tocávamos era deles. Gostava muito de Rock e sempre admirei o Pelé, no futebol. O que desejava ser quando fosse adulto me causava dúvida: artista, professor ou engenheiro eletrônico. (CHÍXARO, 2019)

Sobre sua adolescência, lembra-se das apresentações de seu conjunto musical. Se apresentavam no auditório da Folha de São Paulo, onde tocavam com o pessoal da Jovem Guarda e, além de ter tocado em um baile de formatura do ITA, também se apresentaram em vários clubes, e foi uma fase muito boa. O entrevistado também consertava rádios e televisões para a vizinhança, pois fez um curso por correspondência no Instituto Universal Brasileiro, para consertos de aparelhos domésticos. Quando não conseguia resolver o problema, levava o aparelho no bairro de Santa Efigênia e cobrava do cliente o mesmo que pagava para consertar.

### 3.3. A vida adulta...

Chíxaro, frequentou a Faculdade Oswaldo Cruz, em São Paulo, e se graduou como professor de Matemática, Física e Desenho, em 1972. Fez também a FEI (Faculdade de Engenharia Industrial) e a abandonou em 1971, pois precisava ganhar algum dinheiro e, nessa época, conseguiu seu primeiro emprego com carteira assinada. Suas maiores dificuldades durante a faculdade estavam relacionadas à administração do tempo para dar conta de todas as atividades que tinha, principalmente, a partir de 1971, quando começou a trabalhar em um cursinho chamado “Diágoras Cultural”, que ficava em São Paulo, na Liberdade. Foi muito tranquilo trabalhar lá, pois sempre gostou muito de Matemática. Fez o processo seletivo e na semana seguinte, estava lecionando. Se formou em 1972 e já trabalhava como professor. Fez um curso no SERPRO e foi trabalhar com informática em 1974. Trabalhou com informática até 1988. Nunca deixou de dar aulas.

Seus namoros e relacionamentos na vida adulta, sempre foram tranquilos. Não foram muitos, mas foram todos bons e alguns divertidos. O mais divertido foi o namoro com uma chinesa cuja família não queria este relacionamento.

Meu primeiro casamento foi com Yara Regina Grasso, ela nasceu em 21 de dezembro de 1950. Nos casamos em 04 de julho de 1974 e nos separamos em 14 de dezembro de 1979. Tivemos dois filhos o Dan Grasso Chíxaro, que nasceu em 15 de março de 1976 e a Tauana Grasso Chíxaro, que nasceu em 17 de dezembro de 1977. O Dan trabalha na Caixa Econômica Federal, fez licenciatura em Português/Inglês, casado e mora na cidade de São Paulo. A Tauana é pedagoga, presta consultoria para várias empresas em projetos de Ensino a Distância, casada e mora em São Paulo. Adora dançar. (CHÍXARO, 2019)

Seu segundo casamento foi com Ivone Irene Salvini (Figura 4), conheceram-se no trabalho e foram morar juntos a partir de 1981. Para o entrevistado, ela é uma pessoa muito ativa, honesta o que se pode chamar de “pau pra toda obra”. Ótima companhia e excelente mãe.



**Figura 4** – A esposa atual.

**Fonte:** Arquivo pessoal da autora, em 2019.

Em 16 de novembro de 1984, nasceu o terceiro filho, Paulo Candeia de Freitas Chíxaro Neto, que é formado em Física com especialização em Astronomia, trabalha na empresa MM, casado e mora em Ponta Grossa. Depois, o filho caçula nasceu em 29 de fevereiro de 1992, o Davi Salvini Chíxaro, que está cursando Engenharia de Produção, trabalha na empresa Exon de Curitiba, solteiro e mora em Curitiba.

Ele tinha dúvidas se teria um neto, pois os dois primeiros filhos (Figuras 5 e 6) não tiveram e o tempo foi passando e ele estava preocupado. Mas de repente, teve a notícia que seria avô, “um vovô babão que não sabe o que fazer para ver um sorriso do meu querido neto”. (CHÍXARO), 2019)



**Figura 5** – Filhos do primeiro casamento e a mãe.

**Fonte:** Arquivo pessoal da autora, em 2019.



**Figura 6** – Filhos e neto.

**Fonte:** Arquivo pessoal da autora, em 2019.

Meu neto é um doce de criança e está tendo uma educação maravilhosa, pois tem um pai e uma mãe maravilhosos. Só me dá alegria. Sempre tive vontade de ter uma família, pois minha família por parte de mãe sempre foi muito unida e, felizmente, fui agraciado com o melhor que se pode esperar de uma família. Tenho ótimas relações com meus familiares. Procuramos, Ivone eu, não intervir na vida deles e somos muito respeitados. Tenho certeza de que vai continuar assim. Família é meu porto seguro e tenho muito apoio de todos, principalmente, de minha companheira Ivone. Minha vida adulta foi sem traumas e sem frustrações. É claro que tem coisas que poderiam ter sido melhores como, por exemplo, minha passagem como Secretário de Educação da cidade de Ourinhos, mas infelizmente você é cercado por pessoas que estão interessadas somente nelas mesmas, que torcem para que tudo dê errado. Pessoas que nunca quiseram o bem da educação de nossa cidade. Mas tudo bem, eu tentei e acredito que alguma coisa foi importante na minha passagem como Secretário Municipal da Educação. (CHÍXARO, 2019)

Nessa fase de sua vida, gosta muito de músicas românticas. Não tem ninguém, nenhum personagem de preferência, da área musical, pois música boa pode ser de qualquer procedência e artista. Sempre foi muito feliz e realizou seus sonhos, tanto profissionalmente como emocionalmente. Vivenciou muitas mudanças, empregos novos, cidades novas e muitos desafios novos.

### 3.4. Vida atual...

Atualmente trabalha no Centro Paulo Souza, na Fatec da cidade de Ourinhos. Trabalha e sempre trabalhou com o que gosta e em locais onde gosta. De 1978 a 1988, trabalhou na Empresa Paulo Abib Engenharia, São Paulo. Desde 1986 até os dias atuais, dedica sua vida profissional ao Centro Paula Souza, mais precisamente na Fatec de Ourinhos. De 2010 a 2012, atuou como Secretário Municipal de Educação de Ourinhos. Mas, de 1989 a 1990, foi professor convidado pela Fachhochschule Gummersbach, na Alemanha.

Seu maior sonho atualmente é o de ver restabelecida a saúde de minha esposa Ivone. Ai então, pretende fazer uma viagem pela Europa.

Conforme o entrevistado, os maiores obstáculos que enfrentou para conseguir alcançar meus objetivos sempre foram relacionados a pessoas que têm dificuldade em respeitar o próximo. O importante é acreditar que ser honesto não é uma virtude e sim, uma obrigação.

Nunca imaginei que algum dia estaria na Fatec, pois cheguei à faculdade, por acaso. Um grande amigo, o professor Carlos Murakami que, em minha casa, disse que tinham vagas abertas na Fatec de São Paulo e que ele iria prestar um concurso e porque eu não prestava também. Entrei em 1986, prestando um concurso público no qual fui o terceiro colocado. Meu amigo Carlos Murakami foi o primeiro. Como só tinham duas vagas não fui chamado, mas alguns meses depois, o Carlos se mudou para o Recife e eu fui chamado para preencher a vaga dele. (CHIXARO, 2018)

A primeira vez que veio para Ourinhos foi em 1991, apenas para conhecer a cidade, a convite do Prof. Oduvaldo Vendrameto e do Prefeito da época, Dr. Clovis Chiaradia. Iniciar a Fatec Ourinhos foi a melhor experiência profissional que teve na sua vida. É muito bom quando você vem para um lugar onde tudo era só projeto e depois de alguns anos você vê o sonho se realizar, afirma o entrevistado.

A Fatec representa para mim, a minha história de vida. Não tem nada na minha vida profissional mais importante que ela. Hoje, eu me sinto muito bem e, com certeza, no melhor local de trabalho que eu poderia estar. Penso que meu futuro, hoje já é o presente e o futuro da Fatec tenho certeza de que será cada vez maior e melhor, pois felizmente ainda temos muitas pessoas que vivem este sonho e fazem muito pela nossa escola. (CHIXARO, 2018)

Sente-se suspeito para falar da cidade de Ourinhos, pois foi agraciado com o título de cidadão Ourinhense. Portanto, é um filho de Ourinhos e ama a cidade.

Para Chixaro (2019), as pessoas mais importantes da sua vida são seus filhos. Mas ressalta a importância da esposa Ivone que, sem ela, ele não teria feito nada, nesta aventura de vir morar em Ourinhos e realizar este sonho que foi tanto dele, quanto da esposa.

Na sua vida profissional houve pessoas importantes que passaram por sua vida, se fosse citar nomes, com certeza esqueceria de muitos. Mas permite-se em resumir todos, em dois nomes: Professor Oduvaldo Vendrametto e Ivone Irene Salvini.

Tem muitos amigos e todos eles de uma forma ou outra foram, são e serão muito importantes em alguma fase de sua vida.

A experiência mais marcante foi morar quase um ano na Alemanha, longe de minha esposa e meus filhos, tendo que me comunicar com uma língua difícil de dominar. Mas foi um aprendizado maravilhoso que me abriu muitas portas, principalmente minha vinda para Ourinhos onde pude realizar nosso sonho de Fatec. Creio que minhas

qualidades são ser honesto, carinhoso, amigo, amo a vida, adoro os seres humanos e animais. Meu defeito é ser teimoso. Meus hobbies atuais são: selos, quebra cabeças, exercícios que envolvam raciocínio lógico e violão. (CHÍXARO, 2019)

Para as pessoas que estão passando por momentos difíceis, o entrevistado aconselha a nunca desistir. Para quem está começando a atuar na sua área profissional, afirma que devem se interessar por todas as novidades, serem flexíveis. Estudar bastante para ser o melhor. No mercado de trabalho tem pouco espaço para o “mais ou menos” e o que é preciso fazer para tornar o mundo melhor, com certeza tem a ver com altruísmo entre as pessoas, o gostar e a possibilidade de propiciarem alegrias umas às outras, sem esperar nenhum tipo de pagamento.

Sua vida atual está cheia de incertezas, mas de uma coisa tem certeza, acredita que todas essas incertezas serão resolvidas.

Em relação à Fatec Ourinhos eu dou meu nome ao *Campus*, foi uma homenagem que os professores, juntos com a professora Lia Cupertino, nossa atual diretora, fizeram quando me afastei de Ourinhos para ser Diretor da Fatec Carapicuíba. Foi uma cerimônia simples, porém muito emocionante que ficará para sempre no meu coração. E gostaria de manifestar um desejo. Quando eu vier a falecer quero minhas cinzas espalhadas pelo *Campus* da Fatec Ourinhos. (CHÍXARO, 2019)

Acredita que foi gratificante apresentar sua história de vida. Diz ter sido muito bom lembrar de coisas que já estavam, por vezes, quase esquecidas e que foram primordiais em momentos de sua trajetória, quer pessoal, quer profissional.

## 4. AS REMEMORAÇÕES DE TELMA MENEGAZZO

A seguir destacamos as colocações de Telma Menegazzo, que é a atual Diretora de Serviços, entrou na Fatec Ourinhos como estagiária em 1993 e que afirma que o professor Paulo Henriques Chíxaro, foi um dos idealizadores da vinda da Faculdade de Tecnologia do Centro Paula Souza na cidade de Ourinhos.

Em 15 de março de 1991, o Departamento de Processamento de Dados da Fatec São Paulo indicou o Professor Paulo Henriques Chíxaro para coordenar as atividades de criação da Faculdade em Ourinhos. Em 18 de abril de 1991, a congregação da Fatec São Paulo aprovou a criação de uma extensão de *campus*. A aprovação pelo Conselho Deliberativo do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza (CEETEPS) se deu em 09 de maio de 1991. (BELLOTI, 2015)

O Reitor da UNESP, Prof. Dr. Paulo Milton Barbosa Landin, em 14 de outubro de 1991, com o Parecer nº 16/91, autorizou o oferecimento, em caráter experimental, em Ourinhos, de uma extensão de *campus*, onde funcionaria o curso de Processamento de Dados. Foi criada a Fatec-Ourinhos, como extensão da Fatec São Paulo, para início das atividades no 1º semestre do ano de 1992. E, em São Paulo, no dia 30 de novembro de 1991, o então Diretor da Fatec São



Paulo, Prof. Paulo Yamamura e o Diretor Superintendente do CEETEPS, Kazuo Watanabe, dão posse ao Professor Paulo Henrique Chixaro como Coordenador da Extensão de *campus* de Ourinhos. Estiveram presentes na cerimônia o Dr. Clóvis Chiaradia, então Prefeito Municipal e esposa, a Secretária de Educação, Esportes e Cultura, Adelhaid Chiaradia; o Vereador Kiyoshi Horie; o Diretor para Assuntos Parlamentares da Prefeitura Municipal de Ourinhos, Antônio Carlos Nunes Surumba; as Professoras Iná Ikuno, Niomar Bolano Jalhium e as alunas da ETE de Ourinhos, Júnia Duarte Pimentel e Elisangela Coutinho Armando.

Ainda conforme Belloti (2016), foi anunciada a notícia, em 09 de dezembro de 1997, da criação da Fatec Ourinhos, conforme Decreto do Sr. Governador Mário Covas, publicado em 10 de dezembro de 1997, trazendo grande contentamento para todos aqueles que sempre acreditaram na instituição e a nomeação do Professor Chixaro como o primeiro diretor da faculdade.

Menegazzo (2019), afirma que em função de sua importância histórica, do seu carisma e da sua magnitude, a comunidade fatecana acabou por encontrar uma forma de homenagear o professor Chixaro (Figuras 7 e 8), atribuindo à unidade o seu nome, e fazendo jus aquele que marcou a história da instituição.

Essa homenagem aconteceu em um sábado, na tarde de 27 de maio de 2006, e estiveram presentes o Prefeito Municipal da época, o Engenheiro Toshio Misato, juntamente com a primeira dama, a Sra. Yoko Misato, além da Professora Doutora Lia Cupertino Duarte Albino, que assumiria a direção da Fatec Ourinhos na ocasião, os idealizadores da vinda da Fatec para Ourinhos, o Ex Superintendente do Centro Paula Souza, Prof. Oduvaldo Vendrameto, os Vereadores Kioski Horie e Antônio Carlos Surumba Nunes, os Professores Norival Vieira da Silva e Antônio Alexandre Muraro, dentre várias autoridades municipais e funcionários da instituição.



**Figura 7** – Homenagem ao professor Chixaro em 2006.  
**Fonte:** Arquivo pessoal da autora, em 2019.



**Figura 8** – Homenagem da Fatec Ourinhos ao professor Paulo Chixaro, em 2006.

**Fonte:** Arquivo pessoal da autora, em 2019.

A Figura 8, evidencia a reportagem publicada em jornal da cidade de Ourinhos, noticiando os acontecimentos de 27 de maio de 2006, escrita pela autora desse artigo.

Chixaro foi homenageado pelos quinze anos de dedicação à primeira instituição de ensino superior público da cidade, também a sociedade local reconheceu seu legado, várias autoridades e representantes da comunidade ourinhense se fizeram presente no ato.

## 5. A QUESTÃO DO PATRONO

Por meio da lei nº14.707/12, que dispõe sobre a denominação de prédios, rodovias e repartições públicas pertencentes ao Estado, torna-se possível perceber que atualmente podem ser atribuídos nomes de homenageando, personalidades nacionais ou estrangeiras a prédios, rodovias e repartições públicas desde que a proposta seja acompanhada da biografia, relação de obras e ações do homenageado que favorecem a sociedade, à Pátria, ou à humanidade, assim como documento que declara falecimento ou onde exiba que possui mais de 65 anos, documento referente à pessoa a ser denominada expedido pelo órgão responsável no qual conste que o estabelecimento pertence ao Estado e está em condições satisfatórias, bem como sua exata localização, conjuntamente a um abaixo-assinado com no mínimo 400 assinaturas de moradores da região atendida, não sendo permitido o registro caso exista outro prédio com o mesmo nome do homenageado. (SÃO PAULO, 2012)

Se a atribuição de denominação se referir a estabelecimento oficial de ensino, a proposta deve considerar e obedecer aos seguintes critérios: a preferência é dada ao nome de educadora ou educador que esteve vinculado de maneira especial à comunidade atendida e, no caso de nomes que não são ligados ao ensino a biografia, deve conter informações que estimulem os educandos ao estudo. Logo, os estabelecimentos de ensino devem promover comemoração da data de nascimento do patrono, divulgando a vida e a obra, a fim de que seja mostrado o exemplo e influencie na conduta dos educandos. (ALMEIDA, 2017)

Segundo o autor acima, em relação à lei acima citada, o autor afirma que os prédios e repartições públicas devem manter, em local nobre, o busto ou o retrato do patrono com indicação sucinta de sua vida e obra e, na fachada, o nome do homenageado, assim como os documentos e papéis oficiais da repartição devem conter o nome do homenageado e, em complemento à lei, é mencionado que nos trechos iniciais de rodovias estaduais são colocadas placas indicativas do nome da pessoa homenageada.

Segundo Almeida (2017), o processo de denominação de uma personalidade ou objeto é atribuído a um dispositivo que encontra e difere cada um dentro de seu grupo correspondente e onde as nomenclaturas podem expressar significados que atendem ao ideal em um todo, considerando também que o patronímico de uma instituição escolar é referido conforme as contribuições à sociedade, à educação, à humanidade, exercidos pelo homenageado.

Em 1946, tornou-se facultativo a denominação de nomes de pessoas falecidas a estabelecimentos de ensino primário da federação. A atribuição de nomes de pessoas falecidas está diretamente atrelada a homenagem à memória de seus grandes feitos e funciona como estímulo aos educandos. O autor conclui que a denominação patronímica por cada escola deve demonstrar o busto de seu patrono em local nobre e de visibilidade. (ALMEIDA, 2017)

A Resolução SE nº 13, de 11 de fevereiro de 1988, conferiu ainda mais importância do reconhecimento dos aspectos de vida atribuído ao patrono de cada instituição escolar, criando assim, a Secretaria de Educação, o Arquivo do Patrono em cada Delegacia de Ensino. (SÃO PAULO, 1988)

Para Almeida (2017), de acordo com depoimentos até o início da década de 1980, existiam homenagens a patronos distintos em cada sala; entretanto, esta prática foi deixada de lado em algum momento. O candidato a ser homenageado como patrono de cômodos e espaços públicos deve ter mais de 65 anos ou ser pessoa falecida. A participação da comunidade escolar ou do Conselho de Escola no designio do patrono representá-lo-á de forma coerente e justa considerando que a instituição fará parte de seu cotidiano.

Ribeiro (1992), afirma que as escolas e as pessoas que participam da vida escolar têm seus valores perante a instituição que se dedicam, pois, os alunos, professores, funcionários e gestores “fazem” a instituição se transformar de uma certa forma que possibilitam agregar valores a ela, caso esse que ocorreu com Chixaro.

Seguindo essa perspectiva, acredita-se que professores, alunos, gestores e pessoal de apoio, terão condições de trabalhar para a preservação da cultura desta instituição em que trabalham ou estudam e preservar os valores do bem. (ALMEIDA & LIMA, 2006)

Para Felgueiras (2005), toda trajetória da vida tem sua parte importante, como se o caminho fosse moldado por ações que no futuro implicam em consequências, as quais

representam detalhes de suas preservações e interpretações desse trabalho humano, que deve ser perpetuado nos escritos de memória.

De acordo com as informações apresentadas de Moraes, Zaia e Vendramento (2005), os professores, juntamente com a história do patrimônio cultural, são a chave para transmitir o valor agregado da instituição, mostrando as especificidades que caracterizam cada uma e a história que é única, com seus proveitos e percalços próprios.

Ainda conforme diz Felgueiras (2005), assim como um museu é um lugar onde se pode descobrir coisas e acabar se espantando com algo inusitado, conversar com as pessoas, conhecer suas histórias de vida, pode ser interpretado de forma a se estar descobrindo algo talvez muito peculiar e importante para a instituição.

Gaulejac (1996), enaltece que histórias de vida são meios que permitem ao indivíduo “trabalhar sua vida” ao contá-la, permitindo reconstruir o passado, vinculando fragmentos para tornar nítida respostas sobre momentos perdidos, contribuindo assim para novas interpretações e elaboração de fatos já vivenciados, trazendo à tona que acontecimentos passados são como os do cotidiano e os vivenciados nos dias de hoje, onde o presente se faz mediante a trama da memória e seus entrelaçamentos.

A memória corresponde a uma vasta gama de riquezas de histórias de vida, assim como um ambiente delicado que abre portas a inventividade e imprecisão. (NOGUEIRA et al, 2017)

Bosi (1997), ressalta que a memória corresponde ao trabalho e as lembranças em reconstruir ideias das experiências do passado com as de hoje e complementa que, a partir disso, ela dá espaço ao processo de deslocamento, que permite o novo. Por meio de estudos Bosi (2003), mostra que a memória atua como fato precursor de mudanças para o futuro, reinventando o passado.

As ideias, para Santos (2008), não estão em novos lugares; porém, contrapondo-se a Nogueira et al (2017), afirma que a memória não se encontra apenas no passado. Ele retrata que a Psicanálise instrui como momentos e experiências que são feitas hoje e, assim, não é necessário que nos preocupemos com a cronologia de acontecimentos justamente por ela ser de difícil constatação. Existem duas dimensões no entendimento de Histórias de Vida, sendo elas, a descrição de fatos e a busca de sentido, onde os fatos retratam as condições de existência e o sentido é a retomada posterior do que foi narrado.

Em sua visão, o autor acima, exprime que essa dimensão se mantém sobre o trabalho da memória em conjunto à possibilidade do indivíduo de retomar sua história e mobilizá-la. Ele considera que não se trata apenas de reafirmar a relação de objetos que muitas vezes as universidades produziram, mas sim, que o indivíduo que narra sua história é um participante ativo do conhecimento produzido. (SANTOS; SANTOS, 2008)

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por fim, os Enlaces... A coleta de histórias de vida cria um laço de vínculos recíprocos de confiança e de afinidades com o tempo, a recompensa está em buscar o que se deseja conhecer. O encontro da reflexão sobre o pesquisado demonstra a importância e faz toda a diferença em relação ao peso simbólico. Ele demonstra a importância da escrita

de memórias e afetos na produção da experiência subjetiva que permite enxergarmos três laços sobre o contar da vida, sendo eles, as condições objetivas, as experiências vividas e a maneira como são narradas e reflete sobre a linha tênue que separa o estudo do tempo de vida em relação à morte, conferindo assim a importância devida ao registro histórico. Enaltecendo a importância de acontecimentos existe uma relação direta com a origem e o caminho percorrido pela vida, a riqueza está nos significados que atribuímos a cada momento e que estão em constante mudança. (NOGUEIRA et al, 2017)

As informações que nos foram evidenciadas, com a História de Vida de Chixaro, com o depoimento em História Oral do entrevistado e de Telma, nos apresentam na questão metodológica do artigo a flexibilidade dos diferentes ajustes que a História de Vida nos faz sentir, passando pela percepção não só do único olhar da autora do artigo, mas para a agudeza de múltiplos olhares identificatórios, do personagem que narra sua história própria, como dos outros olhares que estão presentes neste artigo e na história da instituição. Nesse aspecto, aproximamo-nos das opiniões de autores que dizem que o traço que interessa é o de ressaltar a evidente e inegável abordagem dos enlaçamentos entre a escola e a sociedade ourihense, na construção dos valores educacionais e humanos que permeiam o bem. (BOZZOLO; BONANO; L'HOSTE, 2008)

Segundo Moratório (2017), em momentos de percalço, é fácil olhar para trás ao longo dos anos e sentir que certas circunstâncias de nossas vidas não fazem sentido, levando-nos a uma análise, a uma reflexão sobre tudo que não deu certo ou nos erros experimentamos, debruçando-nos nos planos não cumprimos ou os sonhos que abortamos.

Contar a História de Vida, fazer a biografia, é uma tarefa que não se relaciona apenas a celebridades, mas é, no fundo, uma atividade que deve ser universal, fazer parte do plano de vida das pessoas. Ao rememorar os proveitos e percalços de nossa trajetória, está se escrevendo em nossas mentes a história sobre quem somos, para onde estamos indo e o sonhos que sonhamos, é isso que bem fez Chixaro.

O bom contador de história, como Chixaro, assume que o personagem central da história, deve ser um bom narrador, não personalizar excessivamente e nos levar consigo em seus momentos de vida, envolvendo-nos em seus enlaces, com a instituição Fatec Ourinhos, a sociedade local e com a vida, em toda a sua plenitude.

## 6. REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria de Fátima Ramos de; LIMA, Sandra Cristina Fagundes. Patrimônio Cultural, História da Educação e Formação Continuada de Professores. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n.24, p. 114 –124, dez. 2006. Disponível em: <[https://www.fe.unicamp.br/pf-fe/publicacao/4954/art10\\_24.pdf](https://www.fe.unicamp.br/pf-fe/publicacao/4954/art10_24.pdf)>. Acesso em: 12 jun. 2019.

ALMEIDA, Wilson Ricardo Antoniassi de. Professor Leovegildo Chagas Santos (1955): Patrono do Terceiro Grupo Escolar de Limeira. Universidade Federal de São Carlos, Brasil. **Hist. Educ.** (Online) Porto Alegre v. 21 n. 52 mai./ago., 2017 p. 335-355. Disponível em: < [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S2236-34592017000200335](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2236-34592017000200335)>. Acesso em: 11 jun. 2019.

BELLOTTI, Eunice Corrêa Sanches. A Construção de Saberes e Memórias ao viés das Antigas Aulas de E.P.B. e de Eventos Culturais e Artísticos na Fatec de Ourinhos (SP). In: CARVALHO, Maria Lucia Mendes de (Org). **Coleções, Acervos e Centros de Memória**. Memórias e História da Educação Profissional. São Paulo: Centro Paula Souza, 2016, p. 274-284.

BELLOTTI, Eunice Corrêa Sanches. Aspectos de Subjetivação e Memória na Criação da Extensão de Campus da Fatec/SP – em Ourinhos. In: CARVALHO, Maria Lucia Mendes de (Org). **Patrimônio Artístico, Histórico e Tecnológico de Educação Profissional**. São Paulo: Centro Paula Souza, 2015, p. 267-276.

BLOCH, Marc Leopold Benjamin. **Apologia da história ou o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

BOSI, E. **Memória e Sociedade**: Lembranças de Velhos. São Paulo: Edusp, 1997.

BOSI, E. **O tempo vivo da memória**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

BOZZOLO, Raquel; BONANO, O; L'HOSTE, M. **El oficio de intervenir, Políticas de subjetivación em grupos e instituciones**. Buenos Aires: Biblos, 2008.

CARVALHO, Maria Lucia Mendes de; RIBEIRO, Suzana Lopes Salgado. **História Oral na Educação**: memórias e identidades Temas Transversais Maria. São Paulo: Centro Paula Souza, 2013. Disponível em: <<http://www.cpscetec.com.br/memorias/historiaoral.pdf>>. Acesso em: 17 mai. 2019.

CHÍXARO, Paulo Henriques. **Entrevistas concedidas à Eunice Corrêa Sanches Bellotti**, na Fatec Ourinhos, em 09 de maio de 2018 (primeiro depoimento); na residência do entrevistado, em 02 mai. 2019 (segundo depoimento).

CHIZOTTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. São Paulo: Cortez; 1991.

FELGUEIRAS, M. L. Materialidade da cultura escolar. A importância da museologia na conservação/comunicação da herança educativa. **Pró-Posições**, vol. 16, n. 01, Campinas: Unicamp, abr., 2005, p. 87-102. Disponível em: < <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/proposic/article/view/8643756>>. Acesso em: 12 jun. 2019.

GAULEJAC, V. Histórias de Vida e escolhas teóricas. In: **Les Cahiers du Laboratoire de Changement Social**. Vol. 1, pp. 32-45. Université de Paris 7, 1996. Disponível em: <<http://www.lcsp.univ-paris-diderot.fr/de-Gaulejac-Vincent>>. Acesso em: 29 jun 2019.

GLAT, R. **Ser mãe e a vida continua**. 2ed. Rio de Janeiro: Agir; 1994

MENEGAZZO, Telma. **Entrevista concedida a Eunice Corrêa Sanches Bellotti**, na Fatec Ourinhos, em 12 jun. 2019.

MORAES, C. S. V.; ZAIA, I. B. & VENDRAMETO, M. C. (2005). Arquivos escolares e pesquisa histórica: fontes para o estudo da educação brasileira. **Pró-Posições**, vol. 16, n. 01, Campinas: Unicamp, mar, p. 117-133. Disponível em: < <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/proposic/article/view/8643758>>. Acesso em: 22 jun. 2019.

MORATÓRIO, David. Como narrar sua história de vida, **Living**, 15 dez 2017. Disponível em: <<http://www.welove.com.br/como-narrar-sua-historia-de-vida/>>. Acesso em: 17 maio 2019.

NERY, Alfredina Biografia. Como contar a história da vida de alguém.

**Pedagogia e Comunicação...** 2011 p. 3. Disponível em: <<https://educacao.uol.com.br/disciplinas/portugues/biografia-como-contar-a-historia-da-vida-de-alguem.htm?cmpid=copiaecola>>. Acesso em: 01 jun. 2019.

NOGUEIRA, Maria Luísa Magalhães et al. O método de história de vida: a exigência de um encontro em tempos de aceleração. **Pesquisas e Práticas Psicossociais** 12 (2), São João del Rei, maio-agosto de 2017. Disponível em: < [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1809-89082017000200016](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-89082017000200016)>. Acesso em: 11 jun. 2019.

RIBEIRO, Marcus Venício Toledo. Os arquivos das escolas. In: NUNES, Clarice.

**Guia Preliminar de fontes para a História da Educação Brasileira**. Brasília: INEP, 1992.

SANTOS, Inês Maria Menezes dos; SANTOS, Rosângela da Silva. A Etapa de Análise no Método História de Vida – Uma Experiência de Pesquisadores de Enfermagem. **Contexto Enferm**, Florianópolis, 2008 out-dez; 17(4): 714-9. Disponível em: < [revistaenfermagem.eean.edu.br/audiencia\\_pdf.asp?aid2=965&nomeArquivo...pdf](http://revistaenfermagem.eean.edu.br/audiencia_pdf.asp?aid2=965&nomeArquivo...pdf)>. Acesso em: 16 maio 2019.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo; razão e emoção**. São Paulo: HUCITEC, 2008.

SÃO PAULO. **Lei nº 14.707, de 08 de março de 2012**. Dispõe sobre a denominação de prédios, rodovias e repartições públicas estaduais. Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/2012/lei-14707-08.03.2012.html>>. Acesso em: 12 jun. 2019.

SÃO PAULO. **Resolução SE no 33, de 11 de fevereiro de 1988**. Institui nas Delegacias de Ensino, o arquivo do patrono. Disponível em: [http://www.imprensaoficial.com.br/PortalIO/DO/BuscaDO2001Documento\\_11\\_4.aspx?link=/1988/executivo%2520secao%2520i/fevereiro/12/pag\\_0001\\_6GDK3ACHED8D1e027LRA1CJR7J8.pdf&pagina=1&data=12/02/1988&caderno=Executivo%20l&paginaordenacao355](http://www.imprensaoficial.com.br/PortalIO/DO/BuscaDO2001Documento_11_4.aspx?link=/1988/executivo%2520secao%2520i/fevereiro/12/pag_0001_6GDK3ACHED8D1e027LRA1CJR7J8.pdf&pagina=1&data=12/02/1988&caderno=Executivo%20l&paginaordenacao355). Acesso em: 17 mai. 2019.

SILVA, Camila. Arquivo, história e memória: a constituição e patrimonialização de um acervo privado (Coleção Varela – AHRs, 1850/1930). In: **Anais**. XXVIII Simpósio Nacional de História, 27 a 31 jul.2015. Florianópolis-SC. Disponível em: < [http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1439844543\\_ARQUIVO\\_textocamilaST13.pdf](http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1439844543_ARQUIVO_textocamilaST13.pdf)>. Acesso em: 22 mai. 2019.

SPINDOLA, Thelma; SANTOS, Rosângela da Silva. Trabalhando com a história de vida: percalços de uma pesquisa(dora?) **Rev Esc Enferm USP** 2003; 37(2):119-26. Disponível em: <<http://www.ee.usp.br/reeusp/upload/pdf/207.pdf>>. Acesso em: 22 jun. 2019.



# THOMAZ NOVELINO: PRECURSOR DOS CURSOS DE TECNOLOGIA EM FRANCA/SP

**Liene Cunha Viana Bittar**

Faculdade de Tecnologia Dr. Thomaz Novelino

## 1. INTRODUÇÃO

Este trabalho se integra ao Eixo Temático “Instituições, Patronos, Identidade, Memórias e História da Educação Profissional e Tecnológica”, de acordo com sua finalidade de pesquisar sobre o patrono da Faculdade de Tecnologia de Franca, em busca de estabelecer uma relação dessa personagem da História Francana com a instituição.

A Fatec Franca foi criada pelo Decreto Estadual nº 39.268, de 23 de setembro de 1994, tendo sido implantada apenas em setembro de 2008. Logo após o início de seu funcionamento, a instituição passou a ser chamada de Faculdade de Tecnologia Dr. Thomaz Novelino, a partir da Lei Estadual nº 13.475, de 30 de março de 2009 (Projeto de Lei nº 276/2008, do então Deputado Estadual Roberto Engler do PSDB), publicada no D.O.E., de 31 de março de 2009, Seção I, página 001.

Thomaz Novelino (Figura 1), apesar de nascido na cidade de Delfinópolis, Minas Gerais, veio a morar e a trabalhar em Franca, onde se casou e construiu um grande patrimônio relacionado à educação e à religião espírita.



**Figura 1** – Thomaz Novelino, s/d.  
**Fonte:** Acervo Cléber Novelino, em 2019.

Esta pesquisa tem por objetivo compreender quem foi o patrono da instituição, conhecendo suas ações e seu pensamento e podendo, assim, relacioná-lo à faculdade de tecnologia de Franca. Para essa finalidade, buscou-se inicialmente realizar um levantamento de dados a respeito do Dr. Thomaz Novelino e de pessoas que o influenciaram em sua jornada. Esses dados foram levantados por meio de pesquisa bibliográfica e, também por entrevista, realizada

com o filho do patrono, Cléber Rebelo Novelino (Figura 2), caracterizada como História de Vida e realizada na sede da Fundação Pestalozzi, em março de 2019. (NOVELINO, 2019)



**Figura 2** – Cléber Rebelo Novelino, em 2011.  
**Fonte:** Acervo Cléber Novelino s.d. e GCN, 2011.

A partir dessa entrevista e da pesquisa bibliográfica, puderam-se identificar três personagens muito presentes na vida do patrono e que tiveram influência definitiva na conformação do pensamento e no projeto de vida ligado à educação e desenvolvido por Novelino: Anália Franco, Pestalozzi e Eurípedes Barsanulfo<sup>1</sup>. De acordo com Carvalho e Ribeiro (2013),

História Oral pode ser definida como um processo de trabalho que privilegia o diálogo e a colaboração de sujeitos considerando suas experiências, memórias, identidades e subjetividades, para a produção do conhecimento. Neste processo de intervenção e mediação se dá a construção de narrativas e de estudos referentes à experiência de pessoas e de grupos (CARVALHO; RIBEIRO, 2013, p.13). (grifo nosso)

Ainda, segundo Carvalho e Ribeiro (2013), a decisão sobre o uso da história oral em um projeto se justifica pela necessidade em situações nas quais não existam documentos a respeito do objeto de estudo. Thomaz Novelino foi muito conhecido na cidade e na região durante seu tempo de vida; os resultados de seu trabalho em prol da educação são ainda visíveis na cidade – sua fundação é uma instituição muito conhecida e respeitada. Entretanto, não há fontes a seu respeito além de páginas em alguns poucos sites (geralmente ligados ao seu trabalho no espiritismo). No campo acadêmico, há algumas menções a Novelino,

---

<sup>1</sup> Thomaz Novelino “Morreu como um homem simples e sem grandes posses, aos 99 anos de idade, lúcido e com memória prodigiosa, falando ainda com o mesmo entusiasmo juvenil de seus mestres espirituais, Eurípedes e Anália, Pestalozzi e Kardec”. (INCONTRI, 2001, p. 237)

também na obra de Incontri (2001, 2010, 2012), a respeito da pedagogia espírita, assim como em Bigheto (2003, 2006) e em Castro (2010). Assim, a entrevista com seu filho, Cléber Rebelo Novelino, portador de suas histórias, mostrou-se fonte de informações capazes de possibilitar a construção de uma narrativa a seu respeito.

## 2. THOMAZ NOVELINO: MÉDICO, EDUCADOR, EMPRESÁRIO E PATRONO DA FACULDADE DE TECNOLOGIA DE FRANCA

Thomaz Novelino (ou Tomás Novelino, grafia comumente encontrada em suas biografias) nasceu no dia 06 de outubro de 1901, filho de Tomás Novelino de Aquino e Auta Maria das Dores Novelino. Aos seis anos de idade já tinha perdido o pai e sua mãe veio a falecer. Como orientado por esta, seu tio José Davi Novelino, o internou no orfanato “Anália Franco”, em São Paulo, para que pudesse estudar, juntamente com duas irmãs e um irmão, todos mais velhos. (INCONTRI, 2001)

Nesse orfanato, apesar de encontrar a alegria do estudo e do conhecimento, e da admiração pelo trabalho de sua tutora, Anália Franco, Novelino “sentiu na pele” a dificuldade pela qual a instituição passava para se manter. De acordo com seu filho Cléber e com Castro (2010), as crianças viviam em extrema pobreza, com muitas limitações materiais,

Dono de uma ótima memória, o médico contava suas lembranças da época em que o trabalho assistencial da AFBI foi transferido, em 1911, para a Fazenda Paraíso, no atual bairro do Tatuapé na cidade de São Paulo. Era comum que o médico, ao conversar com as pessoas sobre sua vida, lembrasse que a pobreza do lar de Anália era grande e que todas as instalações da propriedade tais como o solar, estrebarias e senzala, foram utilizadas para atender aos assistidos. (CASTRO, 2010)

Em 1912, seu tio-tutor o retirou do orfanato com o irmão e os colocou para aprender com um mestre-escola em Delfinópolis. No ano de 1916, aos 14 anos, foi levado para Sacramento/MG, passando a frequentar o Colégio Allan Kardec. De acordo com Incontri (2001, p. 236), Novelino lhe afirmou sobre esse período que “foram os três anos mais felizes da minha vida”. Fundado em 1907 por Eurípedes Barsanulfo, esse colégio tinha por método o ensino de Pestalozzi, abordando, entre outras matérias, Astronomia e fundamentos da doutrina espírita.

Thomaz Novelino foi aluno do próprio Eurípedes Barsanulfo, por dois anos, até a morte do mestre, em 1918. Naquele mesmo ano, transferiu-se para Muzambinho/MG, onde fez a preparação para o curso superior<sup>2</sup>. Em 1922, Thomaz Novelino foi ao Rio de Janeiro para realizar o sonho, que Barsanulfo não conseguira seguir: – estudar

---

2 Segundo Castro (2010, *online*), o “Lyceu de Muzambinho, fundado em 1901, tinha equivalência com o Colégio D. Pedro II, do Rio de Janeiro. Essa posição educacional do Lyceu garantiu a Novelino as condições legais para que pudesse concorrer a uma vaga para a Faculdade de Medicina da Praia Vermelha”.

Medicina, formando-se em 1928, quando voltou ao interior de Minas Gerais (INCONTRI, 2001). Inicialmente morou em Ibiraci/MG, por cerca de cinco meses, e em seguida foi para Monte Sião/MG. (CASTRO, 2010)

Em 1933, Novelino veio a Franca/SP, a princípio apenas para acompanhar um amigo (Fortunato) que estava em tratamento no Hospital Allan Kardec. Acabou por permanecer na cidade, como voluntário (chegando a diretor) do hospital por 28 anos. Posteriormente, já como espírita atuante, passou a ser redator do jornal “A Nova Era”, no qual publicou uma série de artigos, mais tarde reunidos no livro “Escritos Espíritas: uma militância pedagógica”. Casou-se com a professora Maria Aparecida Rebêlo (1914-1990), de Cravinhos/SP (Figura 3), que conheceu durante uma palestra em um Centro Espírita de Ribeirão Preto/SP. Tiveram seis filhos.



**Figura 3** – Casal Aparecida e Thomaz Novelino à época do noivado, s/d.

**Fonte:** Arquivo pessoal de Cléber Novelino, em 2019.

Em 1943, um acontecimento veio a fazer nascer no casal<sup>3</sup> o desejo de criar uma escola. Segundo entrevista concedida por Thomaz Novelino à Incontri (2001),

[...] um senhor montou uma escola ali na praça, próximo da igreja. Era um ex-seminarista e na sua escola, em cada classe, havia a imagem de um santo. E, segundo nos constava, antes de começar a aula os alunos tinham de rezar reza da igreja. Um aluno, vindo de Rifaina, depois ficamos sabendo que os pais eram espíritas, fora lá matriculado. E o pai desse aluno recebeu uma carta da escola dizendo que ele estava sendo expulso, por duas razões: primeiro porque ele era espírita, segundo porque era indisciplinado. Acreditamos que a indisciplina do aluno era por

---

3 Segundo Castro (2010), “a capacidade empreendedora de Dona Aparecida Rebelo Novelino era ímpar, fazendo-se notar em várias atividades comunitárias pelas cidades pelas quais ela passou”.

não se conformar com aquele regime de catolicismo na escola. Então, levantou-se a maçonaria e nós também. Nós e a nossa companheira deliberamos: temos de levantar uma escola para proteger os estudantes espíritas e quem quer que seja, livre em suas crenças...' (INCONTRI, 2001, p 237-8)

Foi com esse propósito, de criar uma escola na qual todas as religiões fossem respeitadas, em 1 de agosto de 1944, que o casal abriu uma instituição, à qual deu o nome de "Escola Pestalozzi", na Rua Monsenhor Rosa, n. 765, no centro de Franca/SP (CASTRO, 2010). Ainda de acordo com o relato de Thomaz Novelino:

Alugamos um cômodo, fizemos umas carteirinhas e começamos com a escolinha. A nossa companheira [a Sra. Maria Aparecida Rebêlo] era a professora e nós ajudávamos também. Lecionamos lá Ciências e noções de Física. Mas as primeiras aulas começaram com o pré-primário, depois um curso de admissão e, por fim, um curso de alfabetização de adultos. Tínhamos algumas professoras que trabalhavam gratuitamente para nós e a escola era toda gratuita. Acontece que aquilo foi crescendo... (INCONTRI, 2001, p 238)

Com o crescimento da escola, surgiu a necessidade de ampliação, construindo sede própria. Em 1945, os Novelino compraram uma chácara de dois alqueires (atualmente em posição central na cidade de Franca), com fundos próprios, por 74 mil cruzeiros (CASTRO, 2010). Em 20 de maio, daquele ano, foi criada a Fundação Educandário Pestalozzi. O lançamento da pedra fundamental ocorreu, no dia seguinte, ao bicentenário do nascimento de Pestalozzi (13-01-1946)<sup>4</sup>:

[...] foi organizada uma sociedade civil, por cotas, com a colaboração de pessoas de Franca e de outras localidades. A rifa de um automóvel permitiu a arrecadação de Cr\$ 350.000,00, além de outros recursos advindos de quermesses e promoções variadas. Dois anos, após a compra do terreno, adquiriu-se a madeira e o material para a construção que permitiram o início da obra. Esses recursos, na realidade, não foram suficientes. (CASTRO, 2010)

A escola foi erguida ao longo de dois anos, com contribuições de espíritas, da maçonaria, campanhas e todos os recursos do casal (Figura 4), que por fim teve que vender sua casa e se mudar para a escola com a família, acrescida das três filhas mais velhas (Figura 5). De acordo com Cléber Novelino, esse "provisório" durou dezessete anos e ele o irmão nasceram na escola.

---

4 Nessa data D. Aparecida Novelino afirmou: "O Educandário primará por ser livre e fazer homens e mulheres livres, criaturas ciosas de sua liberdade, amantes do bem, do trabalho, da atividade, da evolução, e não seres modorrentos que muito embora consigam às vezes grande cultura, a traga simplesmente acumulada na memória. [...] O educandário porfiará por lapidar em seus alunos intelecto e coração, aprimorando-lhes razão e sentimento" (INCONTRI, 2001, p. 239). Nessa ocasião, a Sra. Novelino fez também referências a Pestalozzi, Allan Kardec e Fröebel. (CASTRO, 2010)



**Figura 4** – Educandário Pestalozzi em construção, em 1951.

**Fonte:** Arquivo pessoal Cléber Novelino, em 2019.



**Figura 5** – Família Novelino morando na escola, s/d.

**Fonte:** Arquivo pessoal Cléber Novelino, em 2019.

Em 1949, quando o prédio da escola já estava em fase adiantada de construção, começou a funcionar também o curso ginásial. Em 1953, abriram na escola um internato, no qual chegaram a viver cerca de 100 crianças e adolescentes, criados junto com os filhos do casal, em um só casarão. A igreja católica fazia campanha contra a instituição, afastando alguns professores, ameaçados de excomunhão.

Segundo Castro (2010),

Após os primeiros tempos, sobrevivendo de promoções, doações, do investimento dos próprios salários recebidos por seus cargos em outras instituições, os dirigentes perceberam que era necessária uma solução econômica que permitisse a auto-suficiência. (CASTRO, 2010)

Incontri e Bighto (2012) relatam que, montou-se, então, em 1955, uma fábrica de calçados, de acordo com conselho dado por Miguel Sábio de Melo, tesoureiro da Fundação, desde 1945, e que ainda emprestou alguns equipamentos para a fábrica,

Tomás Novelino (1901-2000) [...] fundou uma fábrica de sapatos, em Franca (São Paulo), cuja renda era toda destinada à manutenção de três escolas da Fundação Pestalozzi. Conseguiu, com isso, relativa estabilidade financeira durante 50 anos, chegando a atender cerca de 2000 crianças, com escola e alimentação (INCONTRI; BIGHTO, 2012, p. 19).

À semelhança do que Pestalozzi fizera em sua experiência, em Neuhof, nessa escola Novelino pretendia unir educação e trabalho e, também, conseguir fundos para sustentar a instituição. Assim, na “Calçados Narizinho”, Novelino precisou aprender a modelar e a montar sapatos junto com seus alunos. Entretanto, como na experiência de Pestalozzi, a empreitada teve insucesso (as crianças não tinham ainda compromisso com o trabalho e os ex-donos da fábrica, que inicialmente se dispuseram a ensiná-los, não tiveram paciência e se retiraram). A solução foi separar os processos de produção e de aprendizagem. Assim, em 1961, a proposta da fábrica foi reformulada, dando origem à “Fábrica de Calçados Pestalozzi” (Figuras 6 e 7). A fábrica pôde prosperar, tornando-se uma das maiores exportadoras de sapato da cidade. Em 1970, construiu-se uma sede própria, ao lado de onde fica a prefeitura atualmente.

De acordo com a doutrina de Allan Kardec, Novelino não usava para seu próprio enriquecimento os lucros da empresa, mas para ampliar suas obras assistenciais e educacionais (INCONTRI, 2001). Trabalhava também como médico e professor da Faculdade de Direito de Franca.

Em 1963, a Fundação criou o lar-escola (devido às dificuldades de abrigar órfãos). Era uma espécie de creche, onde as crianças passavam o dia e estudavam. Nesse período, no qual a indústria calçadista de Franca gerou grandes lucros, a fundação prosperou, criando-se o Lar-Escola, a Unidade II, a Unidade III e foi construído o “Observatório Astronômico Eurípedes Barsanulfo” (Figura 8), na fazenda comprada também para sustentar as obras educacionais (Figuras 9 e 10).



**Figuras 6 e 7** – Fábrica de Calçados Pestalozzi – imagem externa e interna.

**Fonte:** Arquivo pessoal Cléber Novelino, em 2019.





**Figura 8** – Aparecida e Thomaz Novelino na frente do Observatório Eurípedes Barsanulfo, s/d.

**Fonte:** Arquivo pessoal Cléber Novelino, em 2019.



**Figuras 9 e 10** – Ordenha Mecânica na Fazenda Pestalozzi e casas dos funcionários.

**Fonte:** Arquivo pessoal Cléber Novelino, em 2019.

De acordo com Incontri (2001),

Durante várias décadas (até 1996, com o fechamento da fábrica, devido à crise do sapato em Franca), uma bem-sucedida indústria de calçados Pestalozzi sustentou três lares-escolas, em média com 2500 alunos, a maioria estudando em período integral, gratuitamente. Uma fazenda de propriedade da Fundação Pestalozzi fornecia leite, frutas e legumes para a alimentação das crianças. No meio da fazenda, nos anos 80, Dr. Tomás construiu um potente observatório astronômico, que infelizmente chegou a ser pouco usado, por causa do declínio financeiro da instituição. (INCONTRI, 2001, p. 340)

Os lucros da fábrica permitiram, também, a Novelino, dar início a um outro sonho: criar uma faculdade de tecnologia. Assim nasceu a Faculdade Pestalozzi de Ciências, Educa-



ção e Tecnologia (Decreto Federal nº 70373, de 6 de abril de 1972)<sup>5</sup> (CASTRO, 2010). Segundo Cléber Novelino (2019), a Fundação chegou até mesmo a comprar um terreno e a construir o primeiro prédio da instituição (onde atualmente é o *campus* da Universidade de Franca). Entretanto, a faculdade era deficitária,

Estamos desenvolvendo uma Faculdade de Tecnologia altamente deficitária porque acreditamos em seu futuro admirável. Por esta Faculdade, Franca ainda exportará técnicos altamente qualificados para todos os cantos do país. Cremos que a Faculdade será deficitária ainda por dois ou três anos. A partir daí será auto-suficiente. Ainda no ano de 1975, poderemos experimentar a evolução de nosso ensino superior. (FUNDAÇÃO EDUCANDÁRIO PESTALOZZI, 1974, p. 2, *apud* CASTRO, 2010) (grifo nosso)

Em 1975, entretanto, foi necessário vender a faculdade para a Associação Cultural e Educacional de Franca (ACEF S/A), que a transformou na Universidade de Franca. Sempre visando à manutenção das obras assistenciais da Fundação, Novelino precisou desistir do sonho da faculdade e, depois, da fazenda e da fábrica – a tentativa de manutenção desta última acabou por dilapidar muito do patrimônio da Fundação.

Atualmente, a Fundação mantém a Unidade I (Figura 11), escola particular, que funciona no prédio original, e a Unidade II (Figura 12), que atende crianças carentes (aproximadamente 400) gratuitamente com o lucro da Unidade I. A escola funciona da pré-escola ao quinto ano; a partir de então, o Projeto Girassol recebe as crianças, que estudam em escolas do Estado, no período oposto. Desenvolvem cursos diversos e reforço escolar.



**Figuras 11 e 12** – Unidades I e II da Fundação Educandário Pestalozzi, 1962.

**Fonte:** Arquivo pessoal Cléber Novelino, em 2019.

5 Art. 1º Fica autorizado o funcionamento da Faculdade Pestalozzi de Ciências, Educação e Tecnologia, mantida pela Fundação Educandário Pestalozzi, na cidade de Franca, no Estado de São Paulo, com os cursos de Matemática, Física, Ciências Sociais, Pedagogia, Comunicação Visual, Desenho Industrial, Ciências (Licenciatura de 1º grau) e os cursos técnicos de grau superior, de curta duração, de Eletricidade (habilitação em máquinas elétricas e em transmissão e distribuição de energia), Construções (habilitação em estradas e pavimentação), Processamento de Dados (habilitação em computação) e Produção Industrial (habilitação em tecnologia de couros e calçados). Revogado pelo Decreto s.nº, de 25.04.1991, DOU 26.04.1991. (NORMASBRASIL, s.d.)

Todos esses empreendimentos, mais do que religiosos ou educacionais, constituíram um projeto de vida de Thomaz Novelino. A princípio quase inconcebível, dada sua grandiosidade e persistência, sua trajetória pode ser em parte compreendida pelas influências, que Novelino teve em sua educação. Na verdade, pode-se afirmar que tudo teve início pelo desejo de sua mãe que, à morte, pediu que suas crianças fossem encaminhadas ao asilo mantido por Anália Franco, em São Paulo. De acordo com Cléber Novelino, sua avó obtivera informações a respeito desse asilo por intermédio de “revistinhas que recebia” – supostamente, o “*Álbum das meninas: revista literária e educativa dedicada às jovens brasileiras*”, editada por Anália Franco. Não se pode ter ideia, hoje, o quanto sua mãe se engajava às ideias de Franco a respeito de questões sociais (como feministas e de igualdade racial) ou se apenas compartilhava suas ideias a respeito da educação inclusiva e sua crença espírita. De qualquer forma, pode-se afirmar, que certamente a expressão do desejo da senhora Auta deu início ao grande “projeto Pestalozzi”.

Além de Anália Franco, outras duas personagens marcaram a educação do jovem Novelino, e podem ser entrevistadas em sua obra: o próprio Pestalozzi e Eurípedes Barsanulfo, dois homens de ação que inspiraram muito suas ideias e seu modo de vida. Ainda uma quarta pessoa marcou a vida tanto de Barsanulfo, quanto de Novelino: Allan Kardec, que não será abordado por esta pesquisa.

Iniciaremos por Pestalozzi (1746-1827) pela anterioridade cronológica. Soëtdard (1994) o denomina “padre de la pedagogia moderna”, devido ao fato de que muitos dos pedagogos do século XIX e XX se referiam à sua obra como uma “fonte”. Para o pedagogo, todos os jovens, não apenas os ricos, deveriam ter acesso à educação, a qual deveria incluir também o trabalho (agrícola e industrial). Assim, Pestalozzi construiu várias escolas nas quais abrigava crianças órfãs ou cujos pais não podiam sustentar, acumulando sucessos e fracassos nesses empreendimentos e, por meio deles, construindo e aprimorando sua concepção de Pedagogia. Seus vários fracassos nesses empreendimentos levaram Soëtdard (1994) a chamá-lo de “Vítima do sonho da educação”. Nessas instituições tentou realizar seu duplo objetivo, de formar indivíduos autônomos, mas que se sujeitassem às leis da economia, capazes de prover seu próprio sustento: “pueden unirse en un mismo proyecto de educación del hombre (libre) y la del ciudadano (utilizable)” (SOËTARD, 1994), introduzir as crianças ao mundo da racionalidade econômica e ao mesmo tempo estimular o desenvolvimento de sua personalidade autônoma. Buscava, assim, superar o paradoxo de Rousseau, segundo o qual seria impossível “formar al mismo tiempo al hombre y al ciudadano” (SOËTARD, 1994). Ainda, segundo este autor, a originalidade desse método seria a introdução da autonomia no processo de ensino-aprendizagem,

[...] su gran debilidad sigue siendo el hecho de que jamás logró separar verdaderamente su obra de sí mismo, de su existencia y de sus experiencias. Pero esta flaqueza se convierte a su vez en una fuerza debido a lo que Pestalozzi jamás dejó de buscar desde el comienzo: la realización de la libertad autónoma en cada uno y en todos. (SOËTARD, 1994, p.10)

Essa ideia parece se relacionar com Novelino, cuja vida e obra são inseparáveis, em busca da realização do sonho de construir homens livres pela educação. O pedagogo suíço foi tão importante para Novelino que já sua primeira escola recebeu seu nome. As ideias e a

vida de Pestalozzi influenciaram indiretamente Novelino, por intermédio de Anália Franco e Eurípedes Barsanulfo.

A professora Anália Franco, nasceu em Resende/RJ, em 1856, mas viveu e desenvolveu sua obra, em São Paulo, vindo a falecer, em 1919, durante um surto de gripe espanhola em uma de suas colônias. A partir da Lei do Ventre Livre, que libertou os filhos de escravos, iniciou seu trabalho beneficente, escrevendo cartas às mulheres fazendeiras, pedindo abrigo às crianças que, quando libertas, eram abandonadas à própria sorte, marginalizadas. Essa iniciativa se estendeu para a criação de abrigos para essas crianças, além de instituições para ressocialização de mulheres, na cidade e no interior de São Paulo (foram mais de 100 unidades). Franco foi uma mulher muito à frente de seu tempo, tomando iniciativa, quebrando barreiras e enfrentando preconceitos em sua militância pedagógica ecumênica, inter-racial, feminista e republicana. (BIGHETO, 2006)

Apesar da grandiosidade do empreendimento realizado por Franco, o que realmente diferencia seu trabalho de filantropia é sua característica pedagógica. De acordo com Fonseca e Johansen (2018),

À diferença do típico filantropo de então, Anália Franco buscou dar substância pedagógica à ação assistencial, fato que se pode depreender do numeroso trabalho publicado de sua autoria que abrange de manuais didáticos a livros destinados às famílias para aconselhar sobre a melhor criação dos filhos<sup>6</sup>. Soma-se a esse empenho a posição de liderança e articuladora entre a sociedade civil, por intermédio da organização que presidia (a Associação Feminina Beneficente e Instrutiva, a AFBI), e o poder público a fim de angariar apoio econômico e político para um conjunto considerável de estabelecimentos assistenciais e escolares mantidos pela AFBI ou apoiados por ela (grifo nosso). (FONSECA; JOHANSEN, 2018)

Assim, construiu asilos que eram também escolas. A Associação Feminina Beneficente e Instrutiva de São Paulo (AFBI), mantenedora do asilo no qual Thomaz Novelino foi internado, foi fundada por Franco, no mesmo ano de seu nascimento, em 1901. No Relatório da instituição publicado em 1912, consta a existência de dez escolas na capital que atendiam 415 crianças.

Apesar de Franco ser adepta à doutrina espírita, suas instituições atendiam mulheres e crianças de qualquer credo e a Associação se declarava leiga. Entretanto,

[...] ensinava a existência de Deus, a imortalidade da alma e moral, sem fazer proselitismo a uma ou outra religião, como previsto em estatuto, para não prejudicar as crenças familiares das crianças. Por isso, qualquer culto deveria ser externado fora das dependências dos estabelecimentos da Associação. (LODI-CORRÊA, 2009, p.14; INCONTRI, 2001)

---

6 Material esse que, conforme se afirmou anteriormente, provavelmente era lido pela mãe de Thomaz Novelino, a Sra. Auta. (NOVELINO, 2019)

Essa ideia vai ao encontro do que moveria Novelino na criação de sua escola: acolher crianças de todas as religiões. Segundo Lodi-Corrêa (2009), a pedagogia utilizada por Franco trazia elementos novos e de grande importância, naquele momento, inicial da República,

A atividade educacional de Anália Franco também esteve relacionada com a proposta de organização pedagógica da Reforma Leôncio de Carvalho, já que em seus escritos encontram-se referências ao método intuitivo, utilizando a percepção, a defesa da liberdade de culto, o ensino livre e a propagação de jardins da infância – prática já realizada anteriormente por Anália Franco. (LODI-CORRÊA, 2009, p. 7)

O método intuitivo remete a Pestalozzi, trabalhando com a percepção do aluno a fim de desenvolver seu raciocínio, mantendo sua curiosidade e estimulando sua inteligência. Dessa forma, pode-se depreender que foi nessa instituição, que o menino Thomaz teve seu primeiro contato com as ideias do educador.

De acordo com Lodi-Corrêa (2009), Franco sofreu também grande influência do pensamento de Fröbel, segundo o qual a união entre família e escola seria fundamental para o desenvolvimento humano<sup>7</sup>,

Nos meios educacionais utilizados por Fröbel, especificamente na relação entre família e escola, deve a família reconhecer a importância de a criança receber um ensino alegre e jovial para progredir no aprendizado. Mas, a relação familiar em momento algum deveria impor qualquer ofício para seus filhos, deixando com que a criança possa ter sua liberdade de escolha, mantendo sua autonomia. Assim o estudo da natureza, as formas geométricas, a matemática, a linguagem, o cuidado com o corpo, trabalhos manuais, leitura e escrita, histórias e contos, desenho e o jogo poderiam contribuir para que a criança pudesse fazer suas escolhas, (LODI-CORRÊA, 2009, p.19)

Trata-se de uma concepção pedagógica centrada na experiência e na alegria de aprender, no aguçamento da curiosidade. Assim, sobre o tempo que Thomaz Novelino passou no orfanato, Incontri (2001) relata:

Segundo as lembranças de Dr. Tomás Novelino, que antes de estudar com Eurípedes, passou de 1908 a 1912, como órfão interno no Asilo de Anália Franco, em São Paulo, o método procurava ser o mais concreto possível. Refere-se ele a certos ‘pauzinhos pintados’ para as crianças trabalharem conceitos de retas, linhas e curvas. Conta também da dinâmica que se procurava imprimir ao ritmo das aulas: ‘Havia intervalos curtos, para as crianças não se cansarem. Dava-se uma aula, depois um canto, uma aula, um canto e depois o recreio’. [...] Novelino narra as suas experiências na tipografia e na área agrícola, coordenada por Francisco Bastos – que tinha mais caráter de aprendizagem. (INCONTRI, 2001, p. 233-4)

---

7 Friedrich Fröbel foi um pedagogo alemão que viveu entre 1782 e 1852 e teve influência de Pestalozzi (HEILAND, 1993). Cléber Novelino (2019) cita, em sua entrevista, o fato de a Fundação Pestalozzi buscar manter o vínculo familiar das crianças.

Dessa forma se pode compreender o fato, com o qual tivemos contato pela primeira vez na entrevista de Cléber Novelino e surpreendente para a atualidade, de que os alunos trabalhavam na fábrica de sapatos. Trata-se de ideia trazida de Pestalozzi para Anália Franco e reproduzida por Novelino, no sentido da aprendizagem pela prática, mesmo envolvendo trabalho infantil.

A esse respeito, Bigheto (2006) afirma:

Quanto à pedagogia espírita, praticada por Anália de forma não-elitista e socialmente engajada, também foi continuada por um discípulo seu e de Eurípedes, Tomás Novelino, que manteve com uma Fundação o Educandário Pestalozzi, oferecendo lar-escola a cerca de 3000 alunos, durante 50 anos, na cidade de Franca (SP). Com os recursos de uma fábrica de sapatos, em Franca, cuja renda era toda destinada à manutenção das três escolas, inclusive para os filhos dos operários, essa experiência lembra a de Robert Owen, um industrial inglês, socialista e amigo de Pestalozzi, que pretendeu criar um sistema de instrução e de organização do trabalho, na intenção de dar a dignidade humana e cultura aos operários e seus filhos. (BIGHETO, 2006, p. 72)

É possível supor-se, portanto, que os anos em que Novelino passou no internato em São Paulo o marcaram pelo encantamento com a aquisição do conhecimento<sup>8</sup> e também pela postura de sua protetora, Anália Franco, com suas iniciativas no sentido de educar crianças sem recursos, preparando-os para a autonomia de pensamento, mas também para o trabalho. Em uma edição do “Álbum das Meninas”, Franco afirma:

Enquanto a maioria do povo continuar entregue a deplorável incúria, profundamente imersa nas trevas de uma ignorância absoluta, verdadeiramente lamentável, a escravidão não se extinguirá entre nós. A liberdade não passará de uma falsidade se faltar ao seu mais importante e rigoroso dever: – a educação do povo. Em suma, a Democracia que se constitui amiga da Ciência deve esforçar-se para que ela penetre por toda parte e compreendendo melhor o que disse o divino revolucionário da Judéia: – Na verdade é que está a liberdade; por conseguinte, a Ciência que conduz à verdade é a primeira emancipadora dos povos; e que há de elevá-los à conquista dos seus lisonjeiros destinos, assegurando-lhes a paz à família, a prosperidade, a liberdade do trabalho, o bem-estar, a felicidade, e, enfim, o engrandecimento real de toda a humanidade. (FRANCO, Anália. *Álbum das Meninas*. Revista literária e educativa dedicada às jovens brasileiras. São Paulo, outubro, 1898, p.158 *apud* INCONTRI, 2001, p. 225)

8 “Deve-se anotar que a falta de recursos financeiros era fator gravíssimo. Doações de simpatizantes, venda de produtos manufaturados pelos internos, apresentações musicais e teatrais, apoio do movimento espírita, dos políticos e da maçonaria – tudo isso não era suficiente para manter as escolas e os abrigos em condições razoáveis. Embora guardasse intensa admiração pela figura de Anália Franco – referindo-se a ela como ‘uma mulher virtuosa, íntegra, completa, uma mulher na verdadeira designação do termo’ – Tomás Novelino lembrava-se da fome, do frio, das carências de toda espécie, experimentadas durante os anos em que ficou interno” (INCONTRI, 2001, pp 234-5). A fim de sustentar seus asilos-escolas, Franco utilizava inicialmente seu salário como professora, doações, chegando, eventualmente, a mendigar pelas ruas, o que em muitos momentos indis pôs a sociedade com a benfeitora, (LODI-CORRÊA, 2009)

Esse trecho explica o pensamento de Franco a respeito do que seriam para ela as relações entre a democracia, a ciência e a religião, estas últimas servindo como portas para a libertação do homem. Essas ideias serão patentes, mais tarde, na obra desenvolvida por Novelino,

No nosso entender, da convivência de Tomás com dona Anália Franco, na condição de interno, ficaram pelo menos três influências: a convicção de que era necessário acudir aos pobres através de obras assistenciais, a obstinação pela ideia que os lares-escola mantidos pela Fundação Educandário Pestalozzi primassem pelas boas instalações físicas e pela qualidade dos serviços prestados e, finalmente, um grande respeito pelo potencial intelectual e realizador das mulheres, certeza que o levou a admirar a capacidade empreendedora de sua esposa, contando com ela, em condições de paridade, no processo de estruturação e condução da Fundação. (CASTRO, 2010) (grifos nossos)

Apesar do ecumenismo praticado no orfanato, Thomaz Novelino era um espírita convicto e atuante. De acordo com seu filho Cléber (NOVELINO, 2019), na entrevista, essa crença lhe teria sido passada por sua mãe. Posteriormente, ocorreria um fortalecimento<sup>9</sup> no Colégio Allan Kardec em Sacramento/MG, primeira escola espírita no Brasil (INCONTRI, 2001).

Eurípedes Barsanulfo (1880-1918) fundou o Colégio Allan Kardec, em Sacramento/MG, em 1 de abril de 1907, com a finalidade de atender crianças não católicas. Na escola havia três cursos: o primário (elementar), o médio e o superior. Thomaz Novelino foi mandado a essa escola por seu tio-tutor, a partir de 1916:

Segundo relato do Dr. Tomás Novelino, o ambiente do Colégio era precário: um salão, dividido em três ambientes. De um lado, D. Negrinha (Maria Gonçalves) com as crianças menores no 'curso primário', do outro o 'curso médio', a cargo do irmão de Eurípedes (Watersides Wilson) [...] e do outro o próprio Eurípedes com o 'curso superior'. Os professores eram voluntários e os alunos não pagavam. (INCONTRI, 2001, p. 214)

De acordo com Bigheto (2006), as contribuições de Barsanulfo para a escola atual ainda são visíveis:

[...] métodos dinâmicos de ensino, com observação dos fenômenos da natureza (Botânica, Zoologia, Astronomia); teatro; adoção de clas-

---

9 A doutrina espírita foi criada por Hippolyte-Léon-Denizard Rivail (mais tarde chamado de Allan Kardec), que desde os 11 anos de idade (1815) estudou em uma das escolas de Pestalozzi - o Instituto Yverdon na Suíça, onde se formou na "arte de educar". Como discípulo de Pestalozzi (assim assinava seus escritos), suas ideias a respeito da educação envolviam questões sociais, defendendo a escola pública e gratuita. Além de professor, foi diretor de escola (BIGHETO, 2006, p.23) antes de se tornar o criador e divulgador da doutrina espírita.

ses mistas<sup>10</sup>; abolição de castigos e de exames tradicionais; aulas de filosofia e história das religiões, relacionamento afetivo entre educador e educando, baseado no diálogo, etc. (BIGHETO, 2006, p. 2)

Além dessas novidades introduzidas na tradicional escola brasileira, a instituição de Barsanulfo trazia a característica do foco no espiritismo, que também a fez ser rejeitada por uma grande parcela da população, que chegou a pedir ao presidente do estado (Delfim Moreira) que fechasse a escola,

O nobre povo de Sacramento é talvez do Estado de Minas o que mais sofre com o Espiritismo. A cidade está invadida de tuberculosos, morféuticos, loucos e outros doentes repugnantes, que vão se tratar com o Sr. Barsanulfo. Este reúne tais enfermos afetados de moléstias contagiosas no salão da Escola Allan Kardec, onde inúmeras crianças se reúnem também, com o risco de receberem, no organismo tenro, horripilantes afecções. E o nosso governo conhece tudo isto e permite semelhante anomalia. [...] essa escola é um antro diabólico no qual se atiram inocentes criancinhas inexperientes e indefesas. (ÁLVARES, 1917, p.10 *apud* BIGHETO, 2006, p. 66)

Ainda segundo o autor, nessa ocasião, em 1917, frequentavam a escola mais de 80 alunos de ambos os sexos (“outra anomalia” da instituição). Nesse ano, inúmeros protestos foram mandados ao governador, como cartas e abaixo-assinados, contra e a favor da escola. (BIGHETO, 2006)

Como herdeiro de Kardec, Barsanulfo não foi um teórico da educação, mas um homem de ação, que não apenas criou sua escola como também militou a favor da educação e do espiritismo, como vereador (entre 1902 e 1910) na Comissão de Instrução Pública de sua cidade<sup>11</sup>. A doutrina espírita tem muita relação com a educação na medida em que compreende o homem como em constante evolução, necessitando, assim, conquistar a perfeição por meio do aprendizado. Dessa forma, a doutrina esteve ligada naquele momento inicial da República a uma educação mais progressista, dando origem a estabelecimentos de ensino alternativos, como o de Anália Franco e o de Barsanulfo (BIGHETO, 2006), que convergiam com a educação preconizada pelos progressistas da época.

A escola deveria ser integral, ativa, desenvolvendo simultaneamente os aspectos morais, intelectuais e físicos das crianças, cujas fases do desenvolvimento deveriam ser respeitadas. Era necessário também formar professores e abolir castigos e recompensas. Essas características, como rejeição aos métodos baseados na memorização e na rigidez de prin-

---

10 “Conta Dr. Tomás que havia convivência entre os sexos ‘tanto no recreio, quanto na sala de aula, e era a coisa melhor do mundo”. (INCONTRI, 2001, p. 215)

11 De acordo com Bigheto (2006, p.78), as Atas da Câmara Municipal de Sacramento desse período retratam, com grande frequência, as preocupações de Barsanulfo relativas à educação, especialmente da população de baixa renda: “aponta para a necessidade de uma educação do povo com qualidade, o sustento de escolas municipais primárias; a criação de grupos escolares; a melhoria dos salários dos professores, dos prédios, dos materiais e dos métodos; de cortar as verbas que os colégios católicos recebiam dos poderes públicos”. Pregava, também, a necessidade de ocorrerem mudanças no modelo pedagógico das escolas para melhorar sua qualidade.

cípios, podem ser observadas nas cartas enviadas pelos alunos da escola Allan Kardec no período entre 1907 e 1917.

A influência de Pestalozzi, nesse método utilizado por Barsanulfo, é constatada por Corina Novelino (irmã de Thomaz),

A nova pedagógica, que aliás se tornava patente, sob muitos aspectos, em países Europeus, como Suíça e França, através da escola ativa de Pestalozzi, proporcionava a Sacramento, pela visão extraordinária de Eurípedes, o enriquecimento do contingente didático-pedagógico. (NOVELINO, 1997, p. 116 *apud* BIGHETO, 2006, p. 105)

A fonte dessa influência, apesar da ausência de documentos, provavelmente é indireta, podendo ser atribuída à leitura de Allan Kardec<sup>12</sup>. Em 1996, a Fundação Educandário Pestalozzi foi homenageada na Suíça por ser uma das instituições que mais se aproximaram da ideologia do pedagogo.

Há uma correlação estreitíssima entre os métodos de Pestalozzi, os métodos de dona Anália e os métodos de Eurípedes Barsanulfo. [...] Educar, como dizia Pestalozzi, é o desenvolvimento harmonioso dos poderes anímicos do ser. É a educação integral. Poderes anímicos são poderes do espírito, portanto não é uma educação materialista. A educação de Eurípedes, Anália Franco e Pestalozzi tem cunho espiritualista, com o desenvolvimento integral da criatura. Desenvolvimento da inteligência, educação da vontade e do sentimento. A cultura do sentimento do bem e do amor. Essa era a escola de Pestalozzi, essa era a escola de Anália Franco, essa era a escola de Eurípedes Barsanulfo. [...] Foi nesse ambiente que vivemos, sentimos e formamos a nossa vida. Por isso, temos uma dívida muito grande de gratidão e reconhecimento para com esses preceptores, instrutores, orientadores...’ – Assim se exprimia Tomás Novelino aos 90 anos de idade, reavaliando a sua longa atividade educacional espírita. (INCONTRI, 2001, p. 235)

Thomaz Novelino morreu em 31 de outubro de 2000, aos 99 anos. A respeito de Pestalozzi, Soëtdard (1994) afirma que,

Pestalozzi fue un pensador y ante todo un apasionado hombre de acción. una persona que, después de que su sueño filantrópico se malograra en una primera experiencia, supo esforzarse para captar toda la dimensión histórica de la idea educativa, y arraigarla en una actitud pedagógica que se convirtió en la razón de ser de toda una existencia. (SOËTARD, 1994)

Isso teria feito “en búsqueda de un nuevo orden social” (SOËTARD, 1994). Assim também, seu discípulo Thomaz Novelino, construiu sua vida em torno do sonho da educação para todos, na tentativa de criar um mundo mais justo. Segundo Castro (2010),

---

12 Pestalozzi foi mais um homem de ação do que um teórico, construindo suas concepções pedagógicas ao longo de seu trabalho nas escolas que fundou e dirigiu.



A trajetória da Fundação Educandário Pestalozzi é épica. Sua história, pelos elementos que a compõem, bem poderia ser guardada na memória dos mais respeitados *griots* para ser desfiada geração após geração e assim servir de farol ou de bússola para as gerações vindouras. Talvez dissessem: houve entre nossa gente quem se arriscasse a realizar seus sonhos e aspirações com o suor do rosto, com a força de suas convicções e que acreditasse que a vida de muitos poderia ser melhor ao abrigo dessa arquitetura humanitária. (CASTRO, 2010)

### 3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Thomaz Novelino, além de médico, foi educador, escritor, empreendedor, empresário, investidor social. Um homem múltiplo<sup>13</sup>, que acreditava na educação como forma de redimir o homem e mudar a sociedade. Não mediu esforços para realizar suas aspirações, dedicando sua vida a melhorar o mundo em que vivia.

Ecléa Bosi afirmou que “uma história de vida não é feita para ser arquivada ou guardada numa gaveta como coisa, mas existe para transformar a cidade [o local] onde ela floresceu” (BOSI, 2004, p.69 *apud* CARVALHO; RIBEIRO, 2013, p.35). Assim a história de vida de Thomaz Novelino deve ser considerada.

Em sua entrevista, Cléber Novelino (2019) afirmou que seus pais tinham tanto amor pela educação<sup>14</sup> como “formação das pessoas”, que em seus momentos em família, na conversa do dia a dia, o tema era sempre educação. Viviam na escola, tomavam refeições com os alunos. Muito alegre, otimista, Thomaz Novelino sempre via o lado positivo dos acontecimentos. Quando a fábrica teve que ser fechada, a fazenda vendida e vendido quase todo o patrimônio da Fundação, ele, que já contava 96 anos, falava: “Tudo isso não tem importância. O cerne foi preservado”.

Espera-se que “o cerne” de sua obra permaneça sempre lembrando os fatecanos que por meio da educação é possível mudar o mundo.

---

13 “Novelino foi homem ativo e polivalente. Médico cirurgião, médico homeopata, astrônomo amador, construtor, fundador e diretor de escolas, jardineiro de rosas e de orquídeas, fabricante de sapatos para exportação, orador eloquente e, acima de tudo, educador”. (INCONTRI, 2001, p. 237)

14 Desde a graduação Thomaz Novelino demonstrou interesse por questões relacionadas à educação. Durante o curso de Medicina um professor que o impressionou foi Miguel Couto. Quando este foi homenageado Associação Brasileira de Educação (ABE), em 1927, Tomás esteve presente e relata: “O Professor Miguel Couto era um ídolo no Rio de Janeiro, um coração bondoso e, a bem da verdade, até amigo dos espíritos. No ano em que eu saí da Escola, ele fez uma palestra no Rio de Janeiro, na qual a afluência de público foi espantosa para ver e ouvir aquele expoente da medicina. O tema era sobre educação, e ele afirmava: ‘No Brasil só existe um problema: a educação do povo’. Iniciou a palestra falando que no norte da Europa havia um convento em que os monges se cumprimentavam pela manhã proferindo as seguintes palavras: ‘Pensai na morte, irmãos’. E o Professor Miguel Couto, parodiando-os, sentenciava: ‘Pensai na educação, brasileiros...’ Essa postura do Dr. Miguel Couto, extremamente preocupado com a educação, me marcou profundamente”. (GOBI, 2000, online, *apud* CASTRO, 2010)

#### 4. REFERÊNCIAS

BIGHETO, Alessandro C. **Eurípedes Barsanulfo, um educador espírita na Primeira República**. Dissertação de Mestrado. Campinas, Unicamp, 2006. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/253305>. Acesso: 19 abr. 2019.

BIGHETO, Alessandro C. A trajetória pedagógica de Eurípedes Barsanulfo. **Revista HISTEDBR Online**, Campinas, Universidade Estadual de Campinas, n. 12, dez. 2003. Disponível em: [http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/revis/revis12/art19\\_12.htm](http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/revis/revis12/art19_12.htm). Acesso: 4 jul. 2019.

BOSI, Ecléa. **O Tempo Vivo da Memória**: Ensaios de Psicologia Social. 2ª Ed. Cotia: Ateliê, 2004.

CARVALHO, Maria Lucia Mendes de; RIBEIRO, Suzana Lopes Salgado. **História oral na educação**: memórias e identidade. São Paulo: Centro Paula Souza, 2013. Disponível em: <http://www.memorias.cpscetec.com.br/publicacoes/apostilas/historiaoral.pdf>. Acesso em: 4 jul. 2019.

CASTRO, Lucileida M. de. **O impacto das medidas neoliberais sobre a educação e o trabalho na Fundação Educandário Pestalozzi de Franca (SP)**: uma análise da trajetória da entidade entre as décadas de 1980 e 1990. Dissertação de Mestrado em Serviço Social. FCHS, Unesp Franca/SP, 2010. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/98520>. Acesso: 4 jul. 2019.

FONSECA, Sérgio C da; JOHANSEN, Carla C. Anália Franco, uma referência de assistência à infância para as cidades do interior de São Paulo? (1901-1923). **Revista História Unicamp**, v.5, n.9, jun. 2018. Disponível em: <http://www.unicap.br/ojs/index.php/historia/article/view/1052>. Acesso: 09 jul. 2019.

HEILAND, Helmet. Friedrich Fröbel. **Perspectivas**: Revista Trimestral de Educación Comparada, Paris, UNESCO: Oficina Internacional de Educación, vol. XXIII, n. 3-4, 1993 p. 501-519. Disponível em: <http://dmz-ibe2-vm.unesco.org/sites/default/files/frobels.PDF>. Acesso: 9 jul. 2019.

INCONTRI, Dora. A pedagogia espírita e a educação para a morte. In: SANTOS, Franklin S. (Org). **A Arte de Morrer**: Visões Plurais. vol.3. São Paulo: Editora Comenius, 2010. p.49-56. Disponível em: [http://www.espiritualidades.com.br/Artigos/i\\_autores/INCONTRI\\_Dora\\_tit\\_Pedagogia\\_Espirita\\_e\\_a\\_educacao\\_para\\_a\\_morte-A.pdf](http://www.espiritualidades.com.br/Artigos/i_autores/INCONTRI_Dora_tit_Pedagogia_Espirita_e_a_educacao_para_a_morte-A.pdf). Acesso: 4 jul. 2019.

INCONTRI, Dora; BIGHETO, Alessandro C. Encontro com Rivail. In: INCONTRI, Dora; GRZYBOWSKI, Przemysław (orgs.). **Kardec Educador**: Textos Pedagógicos de Hippolyte Léon Denizard Rivail. 2ª Ed. Bragança Paulista-SP: Comenius, 2012, p. 9-24. Disponível em: [https://s3.amazonaws.com/academia.edu.documents/40769878/Grzybowski\\_-\\_Kardec\\_Educador.pdf?response-content-disposition=inline%3B%20filename%3DKardec\\_educador.\\_Textos\\_](https://s3.amazonaws.com/academia.edu.documents/40769878/Grzybowski_-_Kardec_Educador.pdf?response-content-disposition=inline%3B%20filename%3DKardec_educador._Textos_)

pedagogicos\_de\_H.pdf&X-Amz-Algorithm=AWS4-HMAC-SHA256&X-Amz-Credential=A  
KIAIWOWYYGZ2Y53UL3A%2F20190704%2Fus-east-1%2Fs3%2Faws4\_request&X-Amz-  
Date=20190704T102351Z&X-Amz-Expires=3600&X-Amz-SignedHeaders=host&X-Amz-Si  
gnature=d693253d9a79044c7e2a873e8e86e7a3dd8f23b47ec7005092b6190ed6417f8f.  
Acesso: 4 jul. 2019.

INCONTRI, Dora. **Pedagogia Espírita**: um Projeto Brasileiro e suas Raízes Histórico-  
Filosóficas. São Paulo, Faculdade de Educação da USP, Tese de Doutorado. 2001. Disponível  
em: [http://cavile.com.br/wp-content/uploads/2017/06/Pedagogia-Espirita-Um-Projeto-  
Brasileiro-e-suas-Raizes-Historico-Filosoficas-Dora-Alice-Colombo.pdf](http://cavile.com.br/wp-content/uploads/2017/06/Pedagogia-Espirita-Um-Projeto-Brasileiro-e-suas-Raizes-Historico-Filosoficas-Dora-Alice-Colombo.pdf). Acesso em:  
4 jul. 2019.

LODI-CORRÊA, Samantha. Anália Franco e sua ação Educacional na Primeira República. In:  
Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas em “Estado, Sociedade e Educação no Brasil,  
8., Campinas, 2009. **Anais eletrônicos**. Campinas: HISTEDBR/Universidade Estadual de  
Campinas, Campinas, 2009. Disponível em: [http://www.espiritualidades.com.br/Artigos/L\\_  
autores/LODI-CORREA\\_Samantha\\_tit\\_Analia\\_Franco\\_e\\_sua\\_acao\\_socioeducacional.htm](http://www.espiritualidades.com.br/Artigos/L_autores/LODI-CORREA_Samantha_tit_Analia_Franco_e_sua_acao_socioeducacional.htm).  
Acesso em: 09 jul. 2019.

NORMASBRASIL. **Decreto n. 70.373 de 06 de abril de 1972**. Autoriza o funcionamento  
na Faculdade Pestalozzi de Ciências, Educação e Tecnologia, com os cursos que especifica.  
Disponível em: [https://www.normasbrasil.com.br/norma/decreto-70373-  
1972\\_29784.html](https://www.normasbrasil.com.br/norma/decreto-70373-1972_29784.html). Acesso em : 20 abr. 2022.

NOVELINO, Cléber Rebelo. **Entrevista concedida à Liene Cunha Viana Bittar**, na sede da  
Fundação Pestalozzi, em março 2019.

NOVELINO, Corina. **Eurípedes, o homem e a missão**. Araras, IDE, 1981.

SOËTARD, Michel. Johan Heinrich Pestalozzi (1746-1827). **Perspectivas**: Revista Trimestral  
de Educación Comparada, Paris, UNESCO: Oficina Internacional de Educación, v. XXIV, n.1-2,  
1994, p. 299-313. Disponível em: <http://193.242.192.196/sites/default/files/pestalozzis.PDF>.  
Acesso: 19 abr. 2019

## AGRADECIMENTOS

Meus agradecimentos à Fundação Pestalozzi, nas pessoas do Dr. Cléber Rebelo  
Novelino e de sua filha Gisele, que com muita gentileza e alegria se dispuseram a nos ajudar  
neste empreendimento tão apaixonante que foi buscar conhecer Thomaz Novelino.

Agradeço também às minhas queridas orientandas Flávia Salustino de Oliveira  
Rosa e Mônica Dominique Silva, que partilham de minha alegria neste projeto. Espero que,  
a partir da divulgação desta pesquisa, a família Fatec Franca possa também compartilhar do  
nosso orgulho em ter como patrono uma figura de tal porte, que foi o dr. Thomaz Novelino.



## 1. INTRODUÇÃO

A Faculdade de Tecnologia Nilo De Stéfani, em Jaboticabal/SP, é uma das 73 unidades de ensino superior do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza, autarquia de regime especial, vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação do Estado de São Paulo, atendendo mais de 84 mil alunos, matriculados nos 77 cursos de graduação tecnológica. (CPS, 2019) Criada em 21 de janeiro de 2008, por meio do Decreto Estadual nº 52.642, a Fatec de Jaboticabal oferecia, inicialmente, o Curso Superior de Tecnologia em Bioenergia Sucroalcooleira (Portaria CEE/GP nº 182, de 17 de abril de 2008), que teve seu nome alterado para Curso Superior de Tecnologia em Biocombustíveis (Portaria CEE/GP nº 458, de 29 de dezembro de 2009). A alteração do nome atendeu ao propósito de adequação à terminologia proposta no Catálogo Nacional de Cursos Superiores em Tecnologia, do Ministério da Educação. O reconhecimento do curso ocorreu em 2010 (Portaria CEE/GP nº 319, de 18 de novembro de 2010), e a renovação, por cinco anos, em setembro de 2016 (Portaria CEE/GP nº 316, de 29 de setembro de 2016).

O curso de Tecnologia em Gestão Empresarial (Despacho da Presidente nº 012/2014, de 15 de setembro de 2014, CD 140/2014, Processo CEETEPS nº 5262/2014) teve sua primeira turma aberta no primeiro semestre de 2015, oferecendo 40 vagas na modalidade EaD (Ensino à Distância), porém este curso não tem oferecido novas vagas, desde 2018. O curso de Tecnologia em Gestão Ambiental (Portaria CEE/GP nº 2734, de 13 de abril de 2017) iniciou-se no segundo semestre de 2017, e é o segundo curso presencial da unidade. A Fatec Jaboticabal tem, atualmente, 626 alunos matriculados e 494 profissionais formados.

A Fatec recebeu a nomeação de Faculdade de Tecnologia Nilo De Stéfani, por meio do Projeto de Lei nº 628 de 2011, sendo sancionado pela Lei Estadual nº 14.929, de 9 de janeiro de 2013. O funcionamento inicial da unidade foi possível devido ao firmamento de um termo de cooperação entre o Centro Paula Souza, a Prefeitura de Jaboticabal e a UNESP, que forneceu o espaço necessário para os primeiros passos da Faculdade. Em outubro de 2008, o Conselho do Patrimônio Imobiliário do Estado de São Paulo (DOE, de 31 de outubro de 2008) concedeu à Secretaria de Desenvolvimento do Estado o terreno, onde a Prefeitura de Jaboticabal construiu as instalações físicas da Faculdade de Tecnologia. Essa área encontra-se em localização privilegiada, de fácil acesso e próxima à Incubadora de Empresas e da Faculdade de Ciências Agrárias e Veterinárias da UNESP. A partir de julho de 2014, a Fatec Jaboticabal se mudou para a sede própria, construída numa área de 17.993 m<sup>2</sup>, situada a Avenida Eduardo Zambianchi nº 31, Vila Industrial.

## 2. A HISTÓRIA DE JABOTICABAL

Conforme consta na história da cidade, o fundador de Jaboticabal, João Pinto Ferreira, nasceu por volta de 1778, em Portugal. Em 2 de dezembro de 1816, adquiriu as terras relativas à Fazenda Cachoeira, mais tarde denominada de Fazenda Pintos, onde começou a ser edificada a cidade de Jaboticabal. (JABOTICABAL, 2009) Considera-se que o Sr. João Rodrigues de Lima “devia ter entrado para o sertão por volta de 1809”, sendo o primeiro possuidor daquelas terras,

[...] porque na escritura de venda, ele e sua mulher Joana Eufrosina de Jesus se dizem senhores e possuidores de uma sorte de terras, composta e campos e matas virgens, cerrados e capoeiras, e uma casa de morada, paiol, monjolo e rego d'água, currais e seus pertences e árvores de espinhos, bananeiras de seis ou sete anos, de posse atual, sem contradição de pessoa alguma nesta paragem denominada Ribeirão da Cachoeira. (JABOTICABAL, 2009)

Segundo consta na história de Jaboticabal (2009) foram povoadas as terras da fazenda, então evidenciou-se a dificuldade de comunicação com o povoado de São Bento de Araraquara (o mais próximo, 12 léguas da fazenda), não só pelas famílias que vieram a constituir seus numerosos descendentes, mais ainda pelas famílias de agregados que, segundo o costume do tempo, eram sempre bem recebidos por constituírem elementos de defesa contra eventual invasão de intrusos e por todos aqueles a quem Pinto e os seus fizeram as primeiras vendas de terras do grande latifúndio. Assim, João Pinto Ferreira fundou uma povoação dentro de suas terras, doando para isso a Nossa Senhora do Carmo, “uma gleba cujo perímetro envolvia a nascente do Córrego Jaboticabal, na qual e à margem direita deste edificou, uma pequena igreja, coberta com folhas de palmeira”. Cronologicamente a história da fundação da cidade de Jaboticabal se resume aos seguintes fatos,

- em 1848, Jaboticabal é elevada a Distrito de Paz, que eram as divisões administrativas e judiciárias dos municípios;
- em Assembleia Legislativa Provincial eleva o Curato de Jaboticabal à Freguesia, pela Lei Provincial n.º 43, de 30-04-1857 (IBGE, 2019);
- trinta e nove anos após sua fundação, Jaboticabal é elevada, Pela Lei Provincial n.º 10, de 05-07-1867, à categoria de vila, desmembrando-se de Araraquara;
- também neste ano, em 7 de outubro, faleceu João Pinto Ferreira, sepultado no cemitério da Vila de Jaboticabal, atual Praça 9 de Julho, no centro da cidade. (JABOTICABAL, 2009)

A implantação das ferrovias e a expansão da cafeicultura para o oeste do Estado de São Paulo, foram os marcos do desenvolvimento da região, na segunda metade do século XIX. Em 1872, a população local de Jaboticabal era de 5.269 habitantes. Quatorze anos depois, já eram 26.224 habitantes. (Figura 1)



**Figura 1** – Jaboticabal, em 1879.  
**Fonte:** Ache tudo e região, em 2019.

A primeira metade do século XX foi marcada pelo predomínio da imigração, com destaque para os italianos, portugueses, espanhóis e japoneses. (IBGE, 2019) Com base econômica na agricultura, Jaboticabal se destacou como importante centro regional nas atividades industriais, comerciais, bancárias e de prestação de serviços. Esta fase do início do século XX foi a mais importante no setor econômico, deixando marcos na arquitetura da cidade, apresentando casas e prédios públicos ainda em uso.

Em 1920, era o vigésimo município do Estado em produção de café (em arrobas), de acordo com Milliet (1982). A população, passou a ser a décima primeira maior do Estado, com 51.941 habitantes, sendo 19.452 na cidade de Jaboticabal. O município era composto pelos Distritos de Córrego Rico, Taiúva, Taiaçu, Pirangi e Urupi (WIKIPEDIA, 2019). A atividade industrial também deu grande salto, destacando-se, em 1922, a existência de fábricas de cerca de 40 tipos de produtos diversos, incluindo 46 de açúcar, 4 de macarrão, 14 de moagem de cereais, 10 de cerveja, 23 serrarias, 8 de sabão, 2 de licores e uma fundição. (LAPRI, 1922 *apud* BELLINGIERI, 2003)

As indústrias de alimentação se destacavam regionalmente, juntamente com a cerâmica, fábricas de louças e olarias. Na década de 30, Jaboticabal tornou-se importante centro regional, sendo conhecida como ‘Athenas Paulista’ pela grande atividade cultural.

Com a decadência da cafeicultura, ocorrida a partir da depressão dos anos 30, Jaboticabal enfrentou a estagnação econômica, perdurando até o começo dos anos 50. E como mecanismo de reativação econômica, o município procurou diversificar a lavoura, destacando-se o algodão, o amendoim, o arroz e o milho. (JABOTICABAL, 2019)

Na década de 1940, a partir de duas empresas preexistentes, foram constituídas duas usinas de açúcar que, em 1968, passaram também a produzir etanol. A partir da década de 1970, com os incentivos governamentais do Programa Nacional do Alcool (Pró-Álcool), adquiriram crescente importância e transformaram-se nas maiores empresas locais. (BELLINGIERI et al., 2018) Nesse tempo, Jaboticabal consolidou-se como município centrado na agroindústria sucroalcooleira. (CAPALBO, 1999)

A cidade, desde os primórdios de sua evolução, sempre apresentou atividades relacionadas à cerâmica. A localização geográfica do município, certamente foi fator fundamental para isso, uma vez que está a 13 quilômetros da margem esquerda do Rio Mogi Guaçu, dotado de abundante jazida de argila. Além de existirem diversos córregos ao redor da cidade (Rico, Mico, Tijuco, Cerradinho, etc.), os quais também eram utilizados para obtenção desta matéria-prima. (BELLINGIERI, 2003)

Por isso, na década de 1950, algumas cerâmicas fabricantes de filtros de água (filtros de barro) conquistaram o mercado nacional, tornando Jaboticabal a maior aglomeração brasileira de empresas desse segmento, e fazendo do filtro o produto símbolo da economia local. (BELLINGIERI, 2007) A primeira indústria de barro, foi a “Cerâmica Lamparelli”, uma pequena empresa que funcionou entre os anos de 1920 e 1947, do Sr. Victor Lamparelli, fundador da empresa (BELLINGIERI, 2003), sendo adquirida pelos irmãos Stéfani.

Outra modificação marcante ocorrida foi o êxodo rural. Nos anos 50, 60 e 70 (Figuras 2 e 3), a população urbana representou 48%, 61% e 76% da população total do município, respectivamente, caracterizando uma intensa urbanização. (JABOTICABAL, 2019)

Um fato muito relevante para o município ocorreu em 1966, com a instalação da Faculdade de Medicina Veterinária e Agronomia de Jaboticabal que, em 1976, foi incorporada à Universidade Estadual Paulista (Unesp), consolidando o município como polo educacional (CAPALBO, 1999), e que atualmente conta com cinco instituições de ensino superior, sendo uma destas a Fatec Jaboticabal.



**Figura 2** – Vista aérea de Jaboticabal em 1970.

**Fonte:** Ache tudo e região, em 2019.



**Figura 3** – Rua Rui Barbosa, Centro, em 1969.

**Fonte:** Ache tudo e região, em 2019.



Nos anos de 90, Jaboticabal tinha aproximadamente 59 mil habitantes. (ATLAS BRASIL, 2013) Atualmente, a cidade de Jaboticabal (Figura 4) possui população de aproximadamente 76 mil habitantes (SEADE, 2014), Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) elevado, 0,778 – 145º de 5.565 municípios no Brasil e o 75º dos 645 do Estado de São Paulo, com área de 706,6 km<sup>2</sup> e Produto Interno Bruto (PIB) per capita de R\$31.932,69 (SEADE, 2014) e aproximadamente 61% população de 18 a 24 anos com ensino médio completo.



**Figura 4** – Vista atual da cidade, em 2019.

**Fonte:** Jaboticabal, em 2019.

### 3. A HISTÓRIA DO PATRONO “NILO DE STÉFANI”

Nilo De Stéfani (Figura 5) era descendente de italiano. A Sra. Olga Morello De Stéfani, veio para o Brasil em 1895, aos seis anos, e se casou em 1917, com o Sr. Valentim De Stéfani, indo residir em Tabapuã.

Retornou a Jaboticabal, em 1927, devido à enfermidade do marido com seus 5 filhos: Jayme, Nilo, Rubens, Mário e Neyda.

D. Olga acabou criando seus filhos com ajuda da família que aqui residia numa chácara no Bairro Alto, principalmente com o apoio de seu pai, Sr. Angelo Morello, que na ausência de uma figura paterna, serviu de exemplo aos netos.



**Figura 5** – Nilo De Stéfani.

**Fonte:** Acervo da Família Stéfani, em 2015.

Todos os irmãos começaram a trabalhar cedo para auxiliar na renda familiar e no início da vida profissional, aos 12 anos, Nilo era ajudante na Selaria Irmãos Bruzadim. Posteriormente, foi trabalhar como Auxiliar de Escritório na Fábrica de Macarrão dos Irmãos Verardino e, por 15 anos, no Banco Banespa da cidade. Um dos irmãos iniciou como Carpinteiro e os outros dois foram aprender a moldar barro na Cerâmica do Bairro Alto Rosário e Pinto.

Aproveitando-se que o Sr. Victor Lamparelli queria se desfazer da cerâmica, em 1947, os irmãos Jayme, Rubens e Mário Stéfani juntaram economias suficientes para comprá-la, a Cerâmica Lamparelli, transformando-a em Irmãos Stéfani Ltda (Figuras 6 e 7). A cerâmica foi o ponto de partida dos negócios da família.



**Figura 6** – Instalações da Cerâmica Stéfani, em 1947.

**Fonte:** Cerâmica Stéfani, em 2019.



**Figura 7** – Novas instalações da Cerâmica Stéfani, em 1952.

**Fonte:** Cerâmica Stéfani, em 2019.

Nilo casou-se em 1950, com a Sra. Dinah Silva Teixeira De Stéfani, professora de Matemática no Instituto de Educação Aurélio Arrôbas Martins e tiveram cinco filhos, Marcelo, Ricardo, Ligia, Celia e Silvia. Foi no ano de 1955, que Nilo assumiu a área comercial da empresa Stéfani, mas ainda assim continuou trabalhando no banco, somente se desligando definitivamente em 1961.

O apoio da esposa Dinah, que sustentava a família com o ganho da profissão, foi o que possibilitou, durante anos, que não se utilizasse o dinheiro que seria advindo da cerâmica para despesas da família. Essa possibilidade somou-se à consciência dos irmãos em retirar o mínimo necessário, para que o que sobrasse fosse investido em melhorias na fábrica, resultando que, ainda na década de 50, instalassem o setor metalúrgico, para fabricação das torneiras usadas nos filtros.

Exnergando uma nova possibilidade de negócios, devido à necessidade e a dificuldade de veículos para transportar seus produtos, em 1959, os irmãos fundaram a S/A Stéfani Comercial, a primeira concessionária Mercedes-Benz do interior. Em pouco tempo a S/A Stéfani Comercial passou a ser Concessionária Massey Ferguson, contendo peças de reposição e assistência técnica autorizada, além de comercializar implementos agrícolas na região.

Quanto ao crescimento da cerâmica, no ano 1960, os investimentos foram para adquirir máquinas para fabricar velas filtrantes e, em 1970, passaram fabricar torneiras plásticas, sendo quase autossuficiente na produção de peças para os filtros. Nessa época, a Cerâmica Stéfani gerava 190 empregos e produziam 50.000 unidades/mês, demonstrando a representatividade econômica para a cidade.

Pessoa muito simples e preocupado com as pessoas, família e amigos, o crescimento profissional, a participação na vida econômica não se resumiu apenas à geração de empregos diretos, e nos diversos, empreendimentos. No entanto, expandiu-se para ações sociais, culturais, educacionais na cidade. Em 1966, participou do Conselho de fundação da Unesp Jaboticabal, uma das faculdades mais importantes da região de Ribeirão Preto.

Mediante a necessidade de ampliar as instalações da cerâmica, em 1974, construíram outra fábrica no Distrito Industrial, dobrando a produção e se tornando a maior fabricante de filtros do país, alterando a razão social em 1979, para Cerâmica Stéfani S/A (Figura 8). E, em 1985, já empregava quase 780 pessoas.



**Figura 8 – Instalações da cerâmica em 1988.**

**Fonte:** Cerâmica Stéfani, em 2019.

Os negócios foram sendo ampliados e diversificados e naturalmente “O Grupo Stéfani” foi criado. Atualmente a Cerâmica Stéfani (Figura 9) se tornou a maior cerâmica de filtro de água do país e emprega milhares de pessoas direta e indiretamente. O grupo tem 22 empresas, entre elas há várias no setor automotivo (carros, motos, pneus, caminhões e tratores), seguradoras, imobiliárias, espalhados por dez cidades do estado de São Paulo.



**Figura 9** – Instalações atuais da Cerâmica Stéfani em Jaboticabal/SP.  
**Fonte:** Cerâmica Stéfani, em 2019.

### 3.1. Cronologia do patrono Nilo De Stéfani

Com a importância dos seus feitos, começaram os reconhecimentos sociais e empresariais a Nilo De Stéfani, destacados cronologicamente no Quadro I.

**Quadro I** – Atividades e homenagens de Nilo De Stéfani entre, 1921 e 2001.

| ANO  | ATIVIDADES/HOMENAGENS                                                                                                                                                                                                     |
|------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 1921 | Nasceu em 06 de novembro, em Tabapuã, e com seis anos mudou-se para Jaboticabal                                                                                                                                           |
| 1933 | Começou a trabalhar                                                                                                                                                                                                       |
| 1941 | Apaixonado pela aviação, participou da fundação do Aeroclube de Jaboticabal                                                                                                                                               |
| 1944 | Entrou no Banco do Estado de São Paulo permanecendo até 1961                                                                                                                                                              |
| 1945 | Formou-se em contabilidade                                                                                                                                                                                                |
| 1950 | Casou-se com D. Dinah                                                                                                                                                                                                     |
| 1955 | Começou as atividades na Cerâmica Stéfani                                                                                                                                                                                 |
| 1964 | Eleito presidente do Aeroclube de Jaboticabal                                                                                                                                                                             |
| 1967 | Foi presidente da Associação Comercial e Industrial, e em 68, 69 e 71                                                                                                                                                     |
| 1968 | Recebeu a primeira honraria, a medalha “Brigadeiro José Vieira Couto de Magalhães”, concedida pela Sociedade Geográfica Brasileira, em consideração a seus méritos pessoais e dedicado culto à história pátria brasileira |
| 1970 | Participou da criação do Clube de Campo Laffranchi angariando fundos e sócios;                                                                                                                                            |

|      |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                   |
|------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 1972 | Eleito presidente do Conselho da Associação Comercial de Jaboticabal                                                                                                                                                                                                                                                                                                              |
| 1973 | Recebeu o grau de Comendador do Centro de Estudos de Ciências Jurídicas e Sociais do Brasil, pelo reconhecimento de seus dotes culturais, méritos profissionais e de honra e amor a humanidade; Ganhou a medalha “Santos Dumont”, honraria concedida àqueles que serviram a Força Aérea de modo geral.                                                                            |
| 1975 | Foi conselheiro da Fundação Judith Buzaid, cujo objetivo era promover bolsas de estudos de Pós-Graduação, no caso do Sr. Nilo, à cidadãos jaboticabalenses                                                                                                                                                                                                                        |
| 1976 | Interveio para mudança da lei de propriedade de jazidas minerais, para que a posse fosse concedida aos proprietários das terras, e não a quem requeresse sua exploração                                                                                                                                                                                                           |
| 1978 | Foi inaugurado o Salão Nobre Nilo De Stéfani, na sede da Associação Comercial; Uma das aeronaves do Aeroclube de Jaboticabal, recebeu o nome de Nilo De Stéfani.                                                                                                                                                                                                                  |
| 1979 | Recebeu a Medalha do Descobridor do Brasil, pelas demonstrações inequívocas aos gloriosos feitos de Portugal, na América e, em especial, pela reverência à memória de Pedro Álvares Cabral                                                                                                                                                                                        |
| 1982 | Foi indicado para presidente de honra do Clube dos Diretores Lojistas de Jaboticabal;                                                                                                                                                                                                                                                                                             |
| 1983 | Os 4 irmãos receberam o título de Cidadãos Jaboticabalenses e o Sr. Nilo recebeu a Medalha “Dr. Joaquim Baptista Ferreira Sobrinho”, por sua meritória contribuição em favor do engrandecimento do município                                                                                                                                                                      |
| 1987 | Recebeu condecoração no grau de Comendador, do Supremo Grão Mestrado Internacional da Real e Soberana Ordem do Mérito Jurídico e Social do Brasil, juntamente com a Câmara Brasileira de Difusão das Ciências Sociais Internacionais                                                                                                                                              |
| 1988 | Recebeu da Câmara Municipal de Jaboticabal, a Medalha do Mérito do Trabalho, pelos relevantes serviços prestados à comunidade; Diploma de Honra ao Mérito, da Câmara Municipal de Taquaritinga, em reconhecimento aos relevantes serviços prestados ao Município.                                                                                                                 |
| 1992 | Homenageado em São Paulo, no Clube Atlético Juventus, recebeu o prêmio de Empresário do Ano, da região de Ribeirão Preto pela Facesp – Federação das Associações Comerciais do Estado de São Paulo, em reconhecimento e a exaltação dos méritos pessoais e empresariais de cidadãos que contribuem para o engrandecimento do meio empresarial e de suas entidades representativas |
| 2001 | Mercedes-Benz do Brasil prestou uma homenagem a Nilo, registrou a estrela RA 12H13M38S D-63°42', na constelação CRUX, com registro no International Star Registry's Vault, 2010, na Suíça                                                                                                                                                                                         |

Elaborado pelos autores, em 2019.

### 3.2. Os negócios do Grupo Stéfani

Depois da Cerâmica Stéfani, muitos outros empreendimentos surgiram, integrando o Grupo Stéfani: S/A Stéfani Comercial (1959), a primeira revendedora Mercedes-Benz do interior de São Paulo; fundadores da S/A Stéfani Comercial, em 1972, unidos a outros investidores fundaram a Ribeirão Diesel S.A. Veículos, Concessionária Mercedes-Benz para Ribeirão Preto e região. Logo após, surge na cidade de Ribeirão Preto a Cia. Itacua de Veículos,

que é hoje uma das concessionárias Volkswagen mais bem-conceituadas da região de Ribeirão Preto e, também, é revendedora autorizada dos pneus Michelin, motos Yamaha, além de seminovos. E em 1990, surge a Stéfani Seguros com o objetivo de somar junto às outras empresas do Grupo como também atendê-las.

Visionários e preocupados com os clientes, em 1995 a S/A Stéfani Comercial, aproveitando-se da tecnologia disponível no mercado, iniciou um projeto de investimentos e evolução continuada dos sistemas de informação voltado para incorporá-las, tornando um diferencial em seus empreendimentos. Em 1996 começou a medir o índice de satisfação de seus clientes e qualidade e isso gerou reconhecimento e premiações.

Em 06 de novembro de 1998, a Ribeirão Diesel funda a Stecar Automóveis para representar toda linha de automóveis, nacionais e importados, da marca Mercedes-Benz. No final de 2004, a Stecar passa a representar também as marcas Chrysler, Jeep e Dodge. E em 1999, surge a Concessionária Toyota, Stéfani Motors Ltda. atuando no segmento de automóveis, camionetas, peças de reposições e assistência técnica autorizada.

Sabe-se que há outros empreendimentos ligados à família, porém são frutos de parcerias, portanto não se utilizam do nome e não foram citados neste texto.

Uma das marcas mais importantes dos empreendimentos da família, são suas políticas sociais e ambientais, que vão além das preocupações empresariais convencionais. A preocupação do Sr. Nilo com educação e o crescimento profissional de seus funcionários e com todo o entorno das empresas, foram bem traduzidas em diversos momentos de luta social e por fim basearam as políticas que a S/A Stéfani Comercial (GRUPO STÉFANI, 2019) segue, e que hoje são bem consonantes aos cursos que oferecemos na Fatec Jaboticabal:

**Socioambiental:** A Stéfani Comercial, desde a fundação, tem como compromisso oferecer qualidade de vida e condições exemplares de trabalho a todos os seus funcionários, com extensão aos familiares e dependentes. Diversos projetos funcionam como transformadores sociais nas áreas da educação, esporte, cultura e saúde. A criação do Clube ADC Stéfani concretizou avanço para seus colaboradores. Além disso, parcerias sérias e contínuas contribuem para o crescimento social na cidade.

**Política Ambiental:** Tendo em vista o respeito a natureza, ao próximo e as gerações futuras a Stéfani, empresa atuante no mercado de comercialização e assistência técnica de veículos das marcas Mercedes-Benz, Massey Ferguson, Michelin e Recamic, apresentam o compromisso de manter os processos, produtos e serviços com base na: Conscientização ambiental dos colaboradores diretos e indiretos; Identificação, controle e monitoramento de todos os agentes agressores do meio ambiente, eliminando efeitos adversos, quando possível; Gestão permanente dos resíduos, controlando desde a geração até a destinação final, com melhoria contínua dos processos de qualidade; Aplicação e controle dos requisitos legais aplicáveis; Avaliação contínua do desempenho dos processos, de forma a melhorar sistematicamente a qualidade do meio ambiente; e Através do Sistema de Gestão Ambiental (SGA), a concessionária Stéfani implantou projetos sustentáveis, visando reduzir os impactos ambientais de suas atividades.

**Gerenciamento de Resíduo Sólido:** Todo resíduo contaminado de hidrocarboneto é acondicionado em local apropriado (ilha de resíduo) e posteriormente encaminhado a empresa



especializada no descarte correto desses resíduos. Resíduos como: Filtro de ar, Filtro de óleo, Embalagem de óleo, Serragem, Estopa, EPI.s.

**Gerenciamento de Óleo lubrificante queimado:** Todo óleo proveniente da manutenção de caminhões (óleo queimado), é acondicionado em tanque e recolhido por empresa especializada em transporte desse material (aprovaada pela ANP) e encaminhado para refino.

**Coleta seletiva:** A concessionária Stéfani disponibiliza para seus colaboradores e clientes pontos de coleta seletiva.

**Papa Lâmpadas:** Todas as lâmpadas usadas são descaracterizadas e descontaminadas através de um equipamento exclusivamente desenvolvido para atender todas as normas de controle da ABNT. Esse equipamento possui tripla filtragem para completa separação do pó fosfórico, partículas de vidro e retenção de gases de mercúrio.

**Papa pilhas:** Em parceria com a empresa Triangulo Alimentos de Itápolis, a concessionária disponibiliza para seus colaboradores e clientes coletor de pilhas.

**Conscientização Ambiental:** A concessionária preocupa-se em conscientizar seus colaboradores, com isso, incluiu em suas atividades palestras e diálogos semanais com temas ambientais atuais.

## 4. MEMORIAL NILO DE STÉFANI

A Fatec Jaboticabal recebeu a nomeação de Faculdade de Tecnologia de Jaboticabal – Nilo De Stéfani, por meio de um Projeto de Lei nº 628/2011, de autoria do Deputado Geraldo Vinholi do PSDB, e que foi sancionado pela Lei Estadual nº 14.929, de 9 de janeiro de 2013 (SÃO PAULO, 2013). Segundo destaca-se no referido projeto de lei, o Sr. Nilo “tinha um entusiasmo contagiante, uma invejável capacidade de trabalho, a facilidade de enxergar as oportunidades e de unir e liderar pessoas em torno de seus projetos”. E em outro trecho,

[...] O exemplo de vida e os princípios que a nortearam, são o maior legado que ele deixou a seus descendentes e a todos que tiveram o privilégio de conhecê-lo. Desta forma, Nilo De Stéfani, faz jus a esta homenagem, com a indicação do seu nome para denominar a Faculdade de Tecnologia – FATEC, em Jaboticabal. (SÃO PAULO, 2011)

Aos poucos houve aproximação da Fatec Jaboticabal e da família de Sr. Nilo. Foi quando surgiu a possibilidade de realizar a primeira homenagem, em 2015, ao Patrono, descerrando uma placa no dia de seu aniversário, 06 de novembro (Figura 10).



**Figura 10** – Placa em homenagem ao Patrono Nilo De Stéfani.  
**Fonte:** Acervo institucional, em 2019.

Já no ano de 2017, no dia de seu aniversário, houve o plantio de uma árvore da qualidade “Sibipiruna”, que foi batizada com o nome do Sr. Nilo, na Fatec de Jaboticabal (Figuras 11 e 12).



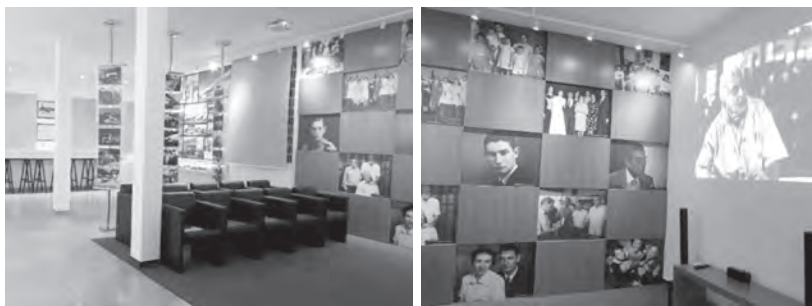
**Figuras 11 e 12** – Plantio da “Sibipiruna” em homenagem ao patrono da Fatec, em 2017.  
**Fonte:** Acervo institucional, em 2019.

Um projeto mais audacioso foi proposto à família, que aceitou o convite para elaborar o Memorial Nilo De Stéfani, inaugurado em 06 de novembro de 2018, e que conta a história de vida do patrono da Fatec Jaboticabal. O acervo contou com a atuação direta da neta, Renata Stéfani e equipe. Nele há exposição dos filtros e painel explicativo sobre o processo de produção da cerâmica, demonstração de fotos das empresas, automóveis em miniatura, medalhas, documentos, que atestam a vida prolífica do Sr. Nilo, além de um vídeo, de aproximadamente trinta minutos, que mostra os depoimentos da família e de amigos sobre a trajetória do Sr. Nilo. Há também uma parede com fotos da família Stéfani.

Atualmente, o memorial (Figuras 13 e 14) recebe visitas de alunos, funcionários da própria Fatec, além de empresários, estudantes de escolas estaduais e privadas. Está aberto



nos dias úteis das 8h às 21h. O local também vem sendo utilizado para receber visitas importantes na unidade para reuniões, além de ser utilizado para defesas de trabalho de graduação dos alunos. Muito salutar pelo Sr. Nilo ser prolífico nos negócios e na tecnologia. É fonte de inspiração para quem visita a unidade. Um local para contemplar o poder de inovação de uma família tão importante para a cidade.



**Figuras 13 e 14** – Memorial Nilo De Stéfani na Fatec de Jaboticabal.  
**Fonte:** Acervo institucional, em 2019.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Sr. Nilo De Stéfani foi modelo de empresário inovador e visionário no seu tempo. Destacou-se pelo envolvimento com a comunidade jaboticabalense, pela capacidade de trabalho, visão empresarial, competência, e por ser homem de grande coração. Nunca se envolveu com partidos políticos, mas esteve presente em movimentos ligados à classe empresarial e aos de cunho assistencial. Ajudou muitas pessoas, humilde e focado no desenvolvimento da cidade de Jaboticabal e região. Levou vida simples, voltada à família, aos amigos e ao trabalho.

Nilo De Stéfani despediu-se deste mundo em 2010, aos 89 anos, porém a trajetória ficou marcada na história da cidade, de seu povo e de sua gente pelos inumeráveis feitos, em prol, inclusive, do país e outros rincões, onde a marca registrada Stéfani, supera todas as expectativas, pela qualidade e confiança.

Ele não conheceu seus bisnetos, mas lhes deixou um legado invejável, de respeito e conquistas. Em março de 2019, também se despediu D. Dinah, sua companheira inseparável.

## 6. REFERÊNCIAS

Ache tudo e região. **História De Jaboticabal**. 2019. Disponível em: <<https://www.achetudoeregiao.com.br/sp/jaboticabal/historia.htm>>. Acesso em: 05 de jul. 2019.

ATLAS BRASIL. **Atlas do desenvolvimento humano no Brasil**. Jaboticabal/SP. 2013. Disponível em: <[http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil\\_m/jaboticabal\\_sp](http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/jaboticabal_sp)>. Acesso em: 12 jul. 2019.

BELLINGIERI, J. C. **A indústria cerâmica em São Paulo e a “invenção” do filtro de água**: um estudo sobre a Cerâmica Lamparelli – Jaboticabal (1920-1947). 2003. Disponível em: <[http://www.abphe.org.br/arquivos/2003\\_julio\\_cesar\\_bellingieri\\_a-industria-ceramica-em-sao-paulo-e-a-invencao-do-filtro-de-agua-um-estudo-sobre-a-ceramica-lamparelli\\_jaboticabal-1920\\_1947.pdf](http://www.abphe.org.br/arquivos/2003_julio_cesar_bellingieri_a-industria-ceramica-em-sao-paulo-e-a-invencao-do-filtro-de-agua-um-estudo-sobre-a-ceramica-lamparelli_jaboticabal-1920_1947.pdf)>. Acesso em 05 jul. 2019.

BELLINGIERI, J. C. Origem e evolução da aglomeração de empresas fabricantes de filtros de água em Jaboticabal-SP: 1920-2005. **História Econômica & História de Empresas**, São Paulo, v. 10, n. 1, jan./jun. 2007, p. 143-169.

BELLINGIERI, J. C.; SOUZA, J. G.; MIRANDA, C. S. Percepções do desenvolvimento em três municípios paulistas. **Planejamento e Políticas Públicas**. n. 51. jul./dez. 2018. p. 285-314. Disponível em: <<file:///C:/Users/JANAINA/Downloads/908-4048-1-PB.pdf>> Acesso em 05 jul. 2019.

CAPALBO, C. R. **A história de Jaboticabal**: 1979-1997 e outras histórias. Jaboticabal: Multipress, 1999.

CERÂMICA STÉFANI. **História**. 2019. Disponível em: <<http://ceramicastefani.com.br/historia.php>>. Acesso em: 01 jul 2019.

CPS. Centro Paula Souza. **Sítio eletrônico** 2019. Disponível em: <<https://www.cps.sp.gov.br/sobre-o-centro-paula-souza/>>. Acesso em 05 jul. 2019.

GRUPO STÉFANI. **Evolução**. 2019. Disponível em: <<https://www.gsr.com.br/#comp-igim90av>>. Acesso em 02 jul. 2019.

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Cidades. 2019. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/jaboticabal/historico>>. Acesso em 04 jul. 2019.

JABOTICABAL. **História**. 2009. Disponível em: <<http://jaboticabal.sp.gov.br/2010/index.php/conteudo/listar/22/historia>>. Acesso em 01 jul. 2019.

LAPRI, R. O Estado de São Paulo e o Centenário da Independência. São Paulo: s/n, 1922. In: BELLINGIERI, J. C. **A indústria cerâmica em São Paulo e a “invenção” do filtro de água**: um estudo sobre a Cerâmica Lamparelli – Jaboticabal (1920-1947). 2003. Disponível em: <[http://www.abphe.org.br/arquivos/2003\\_julio\\_cesar\\_bellingieri\\_a-industria-ceramica-em-sao-paulo-e-a-invencao-do-filtro-de-agua-um-estudo-sobre-a-ceramica-lamparelli\\_jaboticabal-1920\\_1947.pdf](http://www.abphe.org.br/arquivos/2003_julio_cesar_bellingieri_a-industria-ceramica-em-sao-paulo-e-a-invencao-do-filtro-de-agua-um-estudo-sobre-a-ceramica-lamparelli_jaboticabal-1920_1947.pdf)>. Acesso em 05 jul. 2019

MILLIET, S. **Roteiro do café e outros ensaios**: Contribuição para o estudo da história econômica e social do Brasil (4ª ed.). Hucitec. 1982.

SEADE. Jaboticabal. 2019. Disponível em: <<http://www.perfil.seade.gov.br/jaboticabal>> Acesso em 12 jul. 2019.

SÃO PAULO. **Projeto de Lei 628/2011**. Dá a denominação de “Nilo De Stéfani” à Faculdade de Tecnologia – FATEC de Jaboticabal. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/propositura/?id=1020127> Acesso em: 25 jul. 2022.

SÃO PAULO. Assembleia Legislativa. **Lei nº 14.929, de 09 de janeiro de 2013**. Dá denominação à Faculdade de Tecnologia – FATEC, em Jaboticabal. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/2013/lei-14929-09.01.2013.html>. Acesso em: 25 jul. 2022.

WIKIPEDIA. **Jaboticabal**. 2019 Disponível em: <<https://pt.wikipedia.org/wiki/Jaboticabal>>. Acesso em: 01 jul. 2019.



# **PARA UM GLOSSÁRIO DO CURRÍCULO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO BRASILEIRA ORGANIZADO POR COMPETÊNCIAS: ANÁLISE CONCEITUAL E DESCRIÇÃO TERMINOLÓGICA**

**Fernanda Mello Demai**

Unidade de Ensino Superior de Graduação

## **1. INTRODUÇÃO**

Este trabalho, proposto para a “Jornada Patrimônio, Cultural da Educação Profissional e Tecnológica: edifícios, patronos e diversidade na gestão”, realizada pelo Centro Paula Souza, em 2019, objetiva demonstrar aspectos da configuração e do significado de termos pertinentes ao Currículo da Educação Profissional Técnica de Nível Médio, a partir de procedimentos relacionados a análise conceitual e descrição terminológica, observando a relação tripartite fundamental entre Currículo, Cultura (Escolar) e Sociedade.

A linguagem verbal escrita consubstanciada nos discursos especializados é apropriada e utilizada pelas comunidades linguísticas interessadas em um tema, principalmente as comunidades de profissionais que necessitam conhecer e utilizar conceitos e termos técnicos e/ ou científicos de sua área de atuação. ‘Currículo Escolar em Educação Profissional Técnica de Nível Médio’ é definido como “esquema teórico-metodológico que direciona o planejamento, a sistematização e o desenvolvimento de perfis profissionais, a fim de atender a objetivos de Formação Profissional de Nível Médio, de acordo com as funções do mundo do trabalho e com as demandas sociopolíticas e culturais”.

A metodologia a ser utilizada é pautada em análise conceitual e descrição terminológica, a partir da fundamentação teórico-metodológica extraída de teorias da Linguística e da Terminologia que preconizam o estudo de conceitos e de termos conforme suas funções comunicativa, social, cultural e histórica.

O estudo é descritivo e as fontes são exclusivamente escritas, que se constituem em textos legais e textos institucionais. Após a extração de termos com maior frequência, serão descritos os conceitos subjacentes, como foco nos processos de formação dos termos (aspecto formal) e nos processos de formação de significados (aspecto semântico). Dos processos ligados à forma, destaca-se a composição sintagmática, ou seja: a formação de termos ou expressões compostas por mais de uma palavra; dos processos ligados à significação, destacam-se metáforas e metonímias.

## **2. TEORIAS DA TERMINOLOGIA DIRECIONADAS PARA ESTUDOS DA SOCIEDADE, COGNIÇÃO E COMUNICAÇÃO**

Objetivamos discutir aspectos da configuração de termos da área-tema, a partir da análise de textos fidedignos, exclusivamente escritos, em uma abordagem terminológica (com ênfase nos princípios das Teorias Sociocognitiva e Comunicativa da Terminologia).

Em relação à Teoria Comunicativa da Terminologia (TCT), destacamos a valorização dos estudos semânticos, pragmáticos e morfossintáticos, sob um enfoque descritivista e não prescritivista e a concepção de termo como unidade de função comunicativa e discursiva. (CABRÉ, 1993; 1999) Dessa forma, os termos não sofrem intervenções ou modificações de cunho ortográfico, ou eliminação de sinônimos e variantes ou ainda em sua estrutura sintagmática: as unidades terminológicas são apresentadas tal e qual foram extraídas dos contextos reais de utilização, dos textos do *corpus*.

Em relação à Teoria Sociocognitiva da Terminologia (TST), destacamos os preceitos relacionados às funções comunicativa, cognitiva e discursiva dos termos, além da motivação terminológica. (TEMMERMAN, 2001; 2002)

Dessas teorias tomamos como um aparato teórico de extrema relevância a abordagem do termo como um signo linguístico que representa um conhecimento especializado de uma área do saber humano, caracterizado pela integração e pela interação das “faces” significado e significante e pelos mesmos fenômenos morfossintáticos e semântico-pragmáticos que formam e determinam as demais unidades da língua, como a variação, a sinonímia, a polissemia, a homonímia, a antonímia e os processos de neologia, como a fonológica, a sintática, a semântica. Depreende-se, também, dessas proposições, o signo linguístico como representante de valores da cultura, da sociedade, da história de uma comunidade, que passa o estabelecimento e a constante ampliação dos campos técnicos, científicos e tecnológicos. (BARBOSA, 2007); (CABRÉ, 1993; 1999); (DEMAI, 2014); (TEMMERMAN, 2001; 2002)

Objetivamos demonstrar aspectos da configuração formal e dos significados que caracterizam as unidades terminológicas, especialmente no que diz respeito aos recursos metafóricos e metonímicos.

### **3. METÁFORAS E METONÍMIAS NA TERMINOLOGIA DA ÁREA DE CURRÍCULO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO: RECURSOS DE ORGANIZAÇÃO E IDEIAS E DE CONCEITOS**

Para os limites deste trabalho, destacamos sinteticamente alguns pressupostos relacionados a metáfora e a metonímia conceitual (LAKOFF; JOHNSON (2003 [1980]), sistematizados também por Vilela (2002).

A Teoria Cognitiva da Metáfora, proposta por George Lakoff e Mark Johnson em sua obra-marco *Metaphors we live by*, edição original de 1980, fundamenta muitos estudos sobre a natureza, as funções e as características de metáforas (e, também, de metonímias). Utilizaremos a edição de 2003 dessa obra de Lakoff e Johnson.

Com os estudos cognitivistas, a concepção de metáfora não é mais voltada ao subjetivismo ou a um objetivismo estreito, nem é pensada como aparato estético da linguagem. A metáfora é pensada como uma forma de conceptualizar e de interpretar a realidade, pois cria associações relativas ao homem e sua percepção de si, da sociedade e do “mundo natural” que o cerca.

As metáforas estão presentes na língua comum, nas terminologias e, também, nas manipulações estilísticas da linguagem.

Conforme Lakoff e Johnson (2003[1980]), pela sistemática da metáfora, compreendemos aspectos de um conceito em termos de outro, ao passo que escondemos certos aspectos dos conceitos e enfocamos outros. (LAKOFF; JOHNSON 2003 [1980])

Nas terminologias, com a necessidade de mais e mais especificações, as metáforas aparecem ligadas às formações sintagmáticas como um recurso elucidativo, assim como também são relacionadas a termos simples, formados por uma única unidade vocabular.

As metáforas e metonímias são recursos de organização de ideias/conceitos, a partir da utilização de recursos da analogia/similaridade ou da relação entre conceitos. Esses recursos permitem estruturar um conceito comparando-o a outro, considerando as características de uma dada cultura, de uma sociedade, em um período histórico.

As metáforas e metonímias caracterizam muitos discursos, como o literário, o poético, o jornalístico, o humorístico, o publicitário e também os discursos técnicos e /ou científicos, que trazem os termos técnicos dos diversos campos do saber humano.

Segundo Lakoff e Johnson (2003 [1980]), muitas pessoas creem que podem viver sem as metáforas, pois, para elas, as metáforas seriam artifícios retóricos ligados à imaginação poética. Todavia, os autores Lakoff e Johnson defendem que as metáforas são pertencentes à vida cotidiana, ao sistema conceitual comum, que orienta nossa percepção do mundo. Os autores vão mais além, afirmando que os sistemas conceituais ordinários são metafóricos por natureza. (LAKOFF; JOHNSON (2003 [1980], p. 3-4)

Dessa forma, as metáforas estão ligadas à natural seleção contextual que caracteriza toda a linguagem humana, que vai além de recursos estilísticos e da chamada linguagem poética.

Mario Vilela ressalta que “a metáfora não é apenas nem sobretudo um produto da imaginação poética ou ornato retórico, assim como não é simples uso extraordinário da língua ou algo apenas ligado a palavras, mas sim algo que é típico da língua e da sua construção”. (VILELA, 2002, p. 72-73)

Na terminologia em estudo, o próprio termo que designa a área-tema já é caracterizado por recursos metafóricos e metonímicos: *Currículo da Educação Profissional Técnica de Nível Médio* é um termo sintagmático (composto por mais de uma palavra) combinado com significados metafóricos e metonímicos, já que o próprio termo *currículo* tem origem metafórica, pois o currículo é um caminho, atalho a ser percorrido.

O currículo, como *ato de correr, atalho, corte*, já é documentado na língua portuguesa desde 1899 (séc. XIX). (CUNHA, 1986, p. 235)

Conforme Saviani (2009), o primeiro registro do termo *currículo* (em Educação) é datado de 1663 – século XVII –, na acepção de “documento escolar expedido pela Universidade de Glasgow, na Escócia, segundo o *Oxford English Dictionary*”. (SAVIANI, 2009, p. 25)

Para a formação do termo *currículo* (escolar, que ocorre na instituição *escola*), destacam-se os traços semânticos de *atalho* e de *corte*.

Desses elementos de significação pode-se depreender que o currículo é (ou deve ser) um direcionamento preciso, uma condução por um caminho, que deve ser o menos tortuoso e mais certo para o alcance de objetivos. (DEMAI, 2017, p. 105)

Mesmo com a configuração de uma metáfora já desgastada pelo uso (não reconhecemos sincronicamente essa metáfora imediatamente), “Currículo” sofreu ressignificações e estabelece relações sinonímicas ou quase-sinonímicas com *currículo vitae*, o conjunto

de informações pessoais e profissionais sobre uma pessoa, em forma de documento utilizado para seleção de emprego ou vagas de estudo – como esse documento traz informações também sobre o grau de escolaridade e conhecimentos adquiridos dentro e fora da escola, não deixa de carregar uma parte em comum ou intersecção semântica com “currículo” no âmbito da Educação.

No Universo da Educação Profissional Técnica de Nível Médio, “Currículo” é novamente ressignificado, pois ao núcleo semântico comum foram acrescentados traços “da Educação Profissional”, relacionados a uma educação profissionalizante, que visa à preparação para o trabalho.

Podem ser reconhecidas também relações metonímicas na configuração do termo, considerando que o Currículo refere-se a cursos de Educação Profissional – dessa forma, são identificadas relações metonímicas entre parte e todo – os cursos são uma parte da Educação Profissional e os currículos são partes de cursos – todavia, o termo configura-se linguisticamente como “Currículo da Educação Profissional”, utilizando-se o expediente metonímico no processo de terminologização ou “passagem” do conceptual para o linguístico.

## 4. TIPOLOGIAS DE METÁFORAS E DE METONÍMIAS CONCEITUAIS ESPECIALMENTE ELABORADA PARA ESTE TRABALHO

### 4.1 Tipologia de metáforas conceituais

Elaboramos uma tipologia de metáforas conceituais, a partir do estudo de teorias sobre o assunto e das especificidades do *corpus* em estudo.

Para os limites deste trabalho, os tipos de metáforas utilizados para classificação e análise de termos estão dispostos a seguir.

#### 4.1.1 Metáfora orientacional espacial

As metáforas orientacionais conferem ao conceito uma orientação espacial; são motivadas pela experiência física e cultural, partem do concreto (experiência física do deslocamento espacial) para o abstrato (experiências emocionais e de interação social e são determinadas cultural e socialmente, como os outros tipos de metáforas.

Mário Vilela, retomando o paradigma cognitivista experiencial proposto por Lakoff e Johnson, caracteriza as metáforas orientacionais como as que “estruturam conceitos numa dimensão linear, dando-lhes uma orientação espacial, como se constata em “a dor está em baixo”: *sinto-me em baixo*; e “a alegria está em cima”: *ando nas nuvens*; “o futuro está à frente/ o passado atrás” [...]. (VILELA, 2002, p. 109)

As metáforas orientacionais-espaciais são tipos de metáforas orientacionais, a exemplo de: *Área de atividades*; *Currículo*, em que a comparação ou entendimento de um conceito em termos de outro utiliza a noção de espaço, como área, ou caminho, itinerário currículo (caminho facilitado, corte, atalho).



### 4.1.2 Metáfora estrutural – ação comportamental-profissional

Segundo Mário Vilela, as metáforas estruturais “consistem no fato de se projetar sobre um dado conceito complexo os aspectos correspondentes do conceito fonte, que, por sua vez, é também complexo, por exemplo, a inflação é um inimigo que é preciso combater (“a luta contra a inflação é um inimigo que é o pão nosso de cada dia”)”. (VILELA, 2002, p. 109)

As metáforas de “ação comportamental-profissional” são tipos de metáforas estruturais, a exemplo de: *Competências*, em que um comportamento ou ação é utilizado como base para a comparação metafórica ou transposição de conceitos – a ação ou comportamento, no caso, é de “demonstrar competências”, é essa a ideia da utilização do termo “Competências”, uma ação ou comportamento profissional.

### 4.1.3 Metáfora estrutural – lógico-matemática

As metáforas “lógico-matemáticas” são tipos de metáforas estruturais, a exemplo de: as novas situações a serem resolvidas na atuação profissional são problemas a serem solucionados. Utilizam-se conceitos matemáticos para expressar conceitos da área de Educação Profissional, como “solução de problemas”, “matriz”, entre outros.

### 4.1.4 Metáfora estrutural – científico-experencial

As metáforas “científico-experenciais” são tipos de metáforas estruturais, a exemplo de: *Laboratório de Currículo*, em que utilizam-se conceitos científico-experenciais para expressar conceitos da área de Educação Profissional, como “Laboratório”, com a ideia de que os currículos dos cursos são experimentos produzidos em laboratório.

## 4.2 Tipologia de metonímias conceituais

Conforme Mario Vilela, também a metonímia é básica para a organização do nosso conhecimento [como a metáfora], ainda com uma base experiencial.

A metonímia é igualmente explicada como projeção entre domínios conceituais. Enquanto na metáfora compreendemos um domínio conceptual em termos de outro, já a metonímia é definida como uma projeção conceptual dentro de um único domínio”. (VILELA, 2002, p. 101)

Para os limites deste trabalho, os tipos de metonímias utilizados para classificação e análise de termos estão dispostos a seguir.

### 4.2.1 Relações metonímicas entre parte e todo

Em nosso *corpus*, ocorrem termos caracterizados por relações entre “parte e todo”, a exemplo de: *Solução de novos problemas* – ‘Solução de novos problemas’ é uma Parte da Educação por Competências.

#### 4.2.2 Relações metonímicas entre todo e parte

Em nosso *corpus*, ocorrem termos caracterizados por recursos metonímicos, que representam relações entre “todo e parte”, a exemplo de: “Conhecimentos”

“Conhecimentos” representa o todo, é um termo usado para representar ‘lista de conteúdos programáticos a serem ensinados para o desenvolvimento de competências’.

#### 4.2.3 Relações metonímicas entre resultado e ação

Em nosso *corpus*, ocorrem termos caracterizados por recursos metonímicos, que representam relações entre “resultado e ação”, a exemplo de: *Competências*, que representa “ação de desenvolver competências”.

#### 4.2.4 Relações metonímicas entre processo e instrumento

Em nosso *corpus*, ocorrem termos caracterizados por recursos metonímicos, que representam relações entre “processo e instrumento”, a exemplo de: *Educação por projetos* – os projetos são um instrumento desse tipo de Educação – instrumento de ensino e aprendizagem).

### 5. A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA NA HIERARQUIA DAS ÁREAS DE CONHECIMENTO

A seguir, ilustramos a organização hierárquica entre área(s) e subárea(s) a que pertence a Educação Profissional e Tecnológica:



**Figura 1** – Organograma das áreas (Ciências Humanas e Educação) e subárea (Educação Profissional e Tecnológica – EPT).

**Fonte:** Elaboração da autora, com base em: FUNDAÇÃO CAPES/ MEC, 2017.

Verifica-se, na Figura 1, que a “Educação Profissional e Tecnológica” está contida, na condição de subárea, na área de conhecimento ou área básica da “Educação”, a qual, por sua vez, é subordinada à grande área “Ciências Humanas”.

Na próxima Figura, 2, o tema “Currículo Escolar em Educação Profissional Técnica de Nível Médio organizado por Competências” está circunscrito na especialidade “Currículos Específicos para Níveis e Tipos de Educação”, contido na subárea “Educação Profissional e Tecnológica (EPT)”.

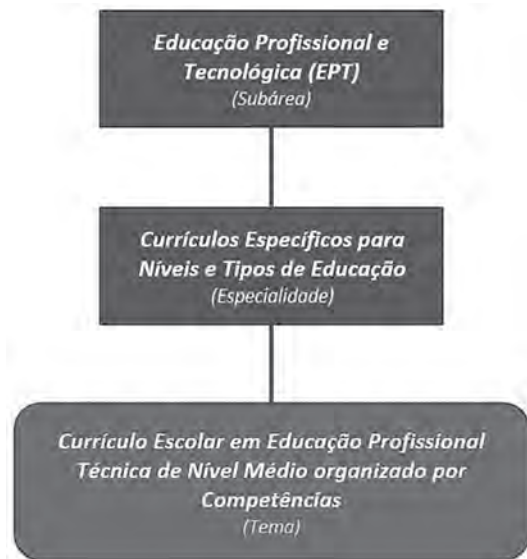


**Figura 2** – Organograma da Subárea (Educação Profissional e Tecnológica – EPT), da Especialidade (Currículos Específicos para Níveis e Tipos de Educação) e do Tema (Currículo Escolar em Educação Profissional Técnica de Nível Médio organizado por Competências).

**Fonte:** Elaboração da autora, com base em: FUNDAÇÃO CAPES/ MEC, 2017.

A Figura 2 é um desdobramento da Figura 1; as duas figuras destinam-se a uma representação da divisão em “grande área, áreas, subáreas, especialidade e tema” da pesquisa. É um modo de referenciar e “ancorar” a pesquisa em categorias e “posições” notoriamente conhecidas pela ciência.

Fizemos essas considerações a fim de delimitar o conceito ou tema em questão e procurar evidenciar alguns aspectos que permitem distinguir as relações metafóricas (como em *área, currículo*) e metonímicas (relações entre parte e todo – o currículo é uma parte dos cursos, que, por sua vez, são partes das áreas da Educação).

As metáforas e as metonímias estão ligadas à cognição, em termos de apreensão da “realidade” e da expressão dessa realidade por vias linguísticas – e terminológicas, em casos de discursos especializados.

## 6. FONTES E PROCEDIMENTOS DE EXTRAÇÃO DE DADOS CONCEITUAIS E TERMINOLÓGICOS: A METODOLOGIA DE COLETA DE DADOS COM A UTILIZAÇÃO DE *CORPUS* TEXTUAL

Trabalhamos com uma metodologia híbrida, de extração de palavras com a utilização de ferramenta informatizada (programa WordSmith Tools), aliada à extração lexical manual e análise humana. (SCOTT, 2017)

Sistematizamos um *corpus*, ou seja, um conjunto organizado de textos para extração e análise de palavras e de termos técnicos e/ou científicos.

As instituições pesquisadas, cujos textos serviram à extração de termos, foram: Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza (Brasil, estado de São Paulo), Ministério da Educação e Ministério do Trabalho e Emprego (governo federal do Brasil), além do trabalho de pesquisadores autônomos.

O *corpus* pode ser enquadrado na tipologia de obra técnico-científica/legal, prestando-se também às funções pedagógica e de divulgação.

A periodicidade do *corpus* é de 2000 a 2016, e os termos foram dele extraídos considerando alguns critérios de “novidade”, “inovação” ou “neologia”: são novas combinações no eixo sintagmático ou decorrentes de novos significados atribuídos a itens lexicais ou combinações já existentes.

Com a utilização da ferramenta informatizada, extraímos listas de palavras, palavras-chave e concordâncias, ou seja: as frases em que as expressões de destaque ocorrem.

Neste trabalho, apresentaremos a análise de cinco termos-chave, com a aplicação de critérios utilizados em Linguística e em Terminologia para validar o estatuto de conceito/termo fixo na sociedade. Juntamente com esse recorte morfológico e sintagmático, analisaremos aspectos dos significados dos termos, especialmente os recursos metafóricos e/ou metonímicos que constituem o discurso da área.

Para identificação e análise dos processos de lexicalização/terminologização, adotamos alguns critérios ou combinatória de critérios que avaliam aspectos da configuração morfossintática e semântico-pragmática dos termos, a partir do estudo e sistematização de fatores linguísticos e, também, de fatores extralinguísticos.

A seguir, citamos o rol de critérios adotados para identificação de termos compostos ou termos simples em diferentes estágios de lexicalização/terminologização, de acordo com as proposições teórico-metodológicas das autoras Alves (2007), Barbosa (2007), Barros (2004) e Demai (2014):

- O termo composto/termo simples designa conceito em particular?
- O termo composto/termo simples tem forte e comprovada relação com a realidade extralinguística?
- O termo composto/termo simples é combinado com isolamento semântico metafórico e/ou metonímico?
- O termo composto/termo simples é categorizável a partir do estudo dos recursos metafóricos e/ou metonímicos?

Na próxima seção, faremos a análise de formas e de significados, especialmente os que envolvem metáforas e metonímias em terminologias, a fim de subsidiar a análise

conceptual-terminológica da área em análise e a construção de um modelo para um modelo de glossário temático da área de Currículo da Educação Profissional Técnica de Nível Médio organizado por competências

## **7. PARA UM MODELO DE GLOSSÁRIO TEMÁTICO DA ÁREA DE CURRÍCULO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO ORGANIZADO POR COMPETÊNCIAS**

O subproduto deste trabalho será um modelo para a construção de um glossário temático da área de Currículo da Educação Profissional Técnica de Nível Médio organizado por competências, com a descrição dos significados dos termos-chave de modo contextualizado em relação a suas funções de organização e difusão do conhecimento técnico e ou científico de um dos principais campos do saber (e do fazer) humano: a Educação e, sobretudo, a Educação para o trabalho e para a vida cidadã.

Para a construção de um modelo de glossário temático da área de Currículo da Educação Profissional Técnica de Nível Médio organizado por competências, a análise e a sistematização de formas (termos simples, formados por apenas uma palavra e termos compostos, formados por mais de uma palavra) e de significados é fundamental, especialmente no que diz respeito a significados diferenciados, específicos, como são as acepções técnicas e/ou científicas.

É indispensável também verificar se os termos são recorrentes em textos da área com a mesma configuração e com o mesmo significado.

Para o presente trabalho, destacamos os recursos metafóricos e metonímicos de alguns termos-chave da área de Currículo da Educação Profissional Técnica de Nível Médio organizado por competências; esses recursos de configuração de significados são muito relevantes para as terminologias, a despeito do senso comum de que metáforas e metonímias são restritas a usos poéticos, literários ou estilísticos – ao contrário: além desses usos, metáforas e metonímias são recursos cognitivos, de organização e representação do pensamento em terminologias técnicas e/ ou científicas, a exemplo do conjunto de denominações específicas da área em estudo.

Na terminologia da área de ‘Currículo da Educação Profissional Técnica de Nível Médio organizado por competências’ são alguns dos termos-chave sob análise: 1. ‘Competências’; 2. ‘Avaliação por competências’; 3. ‘Laboratório de currículo’; 4. ‘Solução de problemas’; 5. ‘Educação por projetos’.

### **7.1 Análise de alguns termos-chave**

#### **7.1.1 Análise do termo ‘Competências’**

‘Competências’, termo simples, ou seja, formado somente por uma palavra, designa um conceito em particular: “Capacidades teórico-práticas e comportamentais direcio-

nadas à solução de problemas do mundo do trabalho, ligados a processos produtivos e gerenciais, em determinados cargos, funções ou de modo autônomo”; a expressão apresenta forte e comprovada relação com a realidade extralinguística (do mundo “real”, fora do mundo “escrito no papel”), pois consta de textos legais e referenciais curriculares do Ensino Técnico e de uma representatividade significativa das respectivas instituições.

O termo apresenta os sinônimos contextuais (não são sinônimos “perfeitos”, mas são utilizados como termos de significado equivalente no universo discursivo ou conjunto de textos técnicos da área em estudo): ‘Competências profissionais’; ‘Competências laborais’; ‘Competências profissionais específicas’.

Em relação à construção de metáforas, conforme a tipologia estabelecida especialmente para esta pesquisa, de acordo com a fundamentação teórica, ocorre o tipo de “metáfora estrutural – de ação comportamental-profissional”, visto que as competências são comportamentos a serem demonstrados no ambiente profissional.

Em relação à construção de metonímias, ocorre o tipo de “metonímia conceitual parte pelo todo” – pois ‘competências’ representam uma ‘parte do todo’, que se constitui em ‘Competências laborais’ (ou seja, competências para o trabalho) ou ‘Educação organizada pela categoria competências’.

Verifica-se, ainda, o fenômeno de uma outra relação metonímica, “instrumento pelo resultado” – pois ‘competências’ é um conceito que representa ou “está no lugar de” ‘capacidades demonstradas’, mas que, em uma primeira significação, constitui-se em um “instrumento ou modo” de ensinar, de organizar o currículo.

### **7.1.2 Análise do termo ‘Avaliação por Competências’**

‘Avaliação por competências’, termo composto, ou seja, formado por mais de uma palavra, designa um conceito em particular: “Processo que aprecia e mensura o aprendizado, com atribuição de conceito relativo ao desenvolvimento de competências ”; a expressão apresenta forte e comprovada relação com a realidade extralinguística (do mundo “real”, fora do mundo “escrito no papel”), pois consta de textos legais e referenciais curriculares do Ensino Técnico e de uma representatividade significativa das respectivas instituições.

O termo não apresenta sinônimos contextuais, mas sim possui um antônimo, ou seja, um termo de significado contrário no contexto: “Avaliação por conteúdos”.

Em relação à construção de metáforas, conforme nossa tipologia, ocorre o tipo de “metáfora estrutural – de ação comportamental-profissional”: as competências são comportamentos a serem demonstrados no ambiente profissional.

Em relação à construção de metonímias, ocorre o tipo de metonímia conceitual “resultado pela ação” – a ação é de avaliar o desenvolvimento de competências.

### **7.1.3 Análise do termo ‘Laboratório de Currículo’**

‘Laboratório de Currículo’, termo composto, ou seja, formado por mais de uma palavra, designa um conceito em particular: “processo e os produtos relativos à pesquisa, ao desenvolvimento, à implantação e à avaliação de currículos escolares pertinentes à

Educação Profissional Técnica de Nível Médio.”; a expressão apresenta forte e comprovada relação com a realidade extralinguística (do mundo “real”, fora do mundo “escrito no papel”), pois consta de textos legais e referenciais curriculares do Ensino Técnico e de uma representatividade significativa das respectivas instituições.

O termo não apresenta sinônimos contextuais.

Em relação à construção de metáforas, conforme nossa tipologia, ocorrem os tipos de “metáfora estrutural orientacional – espacial e metáfora científico-experencial”. O Currículo é o caminho para a plena formação acadêmica. O desenvolvimento curricular é compreendido em termos de um laboratório, em que se fazem experimentos e procura-se a melhor sistematização dos conteúdos, competências e habilidades, especificamente para o desenvolvimento de perfis profissionais técnicos de nível médio.

Em relação à construção de metonímias, ocorre o tipo “todo pela parte”: ‘Laboratório de Currículo’ representa todo o processo de elaboração curricular, que envolve o planejamento das competências, habilidades e bases tecnológicas/conhecimentos a serem ministrados. Pode envolver aspectos metodológicos de aplicação do currículo.

#### **7.1.4 Análise do termo ‘Solução de problemas’**

‘Solução de problemas’, termo composto, ou seja, formado por mais de uma palavra, designa um conceito em particular: “Processo e objetivos educacionais direcionados para o desenvolvimento de capacidades laborais, principalmente ligadas a contextualização de processos e de técnicas”; a expressão apresenta forte e comprovada relação com a realidade extralinguística.

O termo apresenta sinônimo contextual: ‘Solução de problemas profissionais’.

Em relação à construção de metáforas, conforme nossa tipologia, ocorre o tipo de “metáfora estrutural lógico-matemática”: as novas situações a serem resolvidas na atuação profissional são problemas a serem solucionados.

Em relação à construção de metonímias, ocorrem os tipos: “processo pelo instrumento”, pois ‘Solução de problemas’ é uma estratégia e também a finalidade da Educação por Competências e “Parte pelo Todo”, visto que ‘Solução de problemas’ é uma Parte da Educação por Competências.

#### **7.1.5 Análise do termo ‘Educação por projetos’**

‘Educação por projetos’, termo composto, ou seja, formado por mais de uma palavra, designa um conceito em particular: “Desenvolvimento de conhecimentos e habilidades ligadas ao conhecimento humano e às práticas sócio-históricas, políticas e culturais realizado a partir da concepção de projetos.”; a expressão apresenta forte e comprovada relação com a realidade extralinguística.

O termo não apresenta sinônimos contextuais, mas sim um antônimo, um termo de significado contrário no contexto estudado: ‘Educação Brasileira Tradicional’.

Em relação à construção de metáforas, não se verifica.

Em relação à construção de metonímias, ocorre o tipo “processo pelo instrumento”, visto que, em ‘Educação por Projetos’, os projetos são um instrumento desse tipo de Educação – instrumento de ensino e aprendizagem); essa relação metonímica também pode ser classificada como “parte pelo todo”, pois os projetos são uma parte da Educação.

## 8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Utilizamos algumas abordagens teórico-metodológicas da Teoria Comunicativa da Terminologia e da Teoria Sociocognitiva da Terminologia, principalmente no que diz respeito à valorização dos estudos semânticos, pragmáticos e morfossintáticos, sob um enfoque descritivista e não prescritivista. Ao analisar os processos de sintagmação, reconhecemos e estudamos a ligação entre morfologia, sintaxe e semântica, a partir de contextos reais de comunicação da área-tema.

Com a aplicação dos critérios para a verificação do grau de lexicalização (fixação) dos termos, constatamos que se constituem em termos próprios da área de Currículo Escolar em Educação Profissional Técnica de Nível Médio organizado por Competências, não combinatórias eventuais.

Os termos selecionados são frequentes (aparecem nos textos de forma recorrente).

Estudamos discursos reais (exclusivamente escritos), que, pouco a pouco, configuram os conceitos e respectivos termos na realidade sociocultural brasileira.

Temos a concepção de que termo é uma unidade de função comunicativa, discursiva e cognitiva; os termos são extraídos de textos reais, que disciplinam e constroem a área discursivamente, por intermédio de sua terminologia.

Na pesquisa, buscamos valorizar os termos como as unidades de conhecimento, a partir de modelos mentais e de formas de pensar, de apreender e de sistematizar a realidade, a exemplo de metáforas e metonímias conceituais e processos de sintagmação, terminologização, conceptualização – enfim, de cognição.

As unidades terminológicas (termos) manifestadas em discursos reais provêm de um percurso mental que, juntamente com as condicionantes sociais, coletivas e ideológicas, resultam na estruturação linguística, ou seja: a lexicalização e a terminologização, processos estes que são motivados, históricos e passíveis de análises tanto sincrônicas como diacrônicas, tanto históricas, sociológicas, políticas, como linguísticas.

Por fim, enfatizamos que a Terminologia, como ciência que estuda os signos terminológicos, atende aos propósitos de organização e difusão do conhecimento especializado.

## 9. REFERÊNCIAS

ALVES, I. M. **Um estudo sobre a neologia lexical**: os microssistemas prefixais do português contemporâneo. 2000. 380f. Tese (Livre-Docência – Letras Clássicas e Vernáculos) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.



ALVES, I. M. **Neologismo**: criação lexical. 3. ed. São Paulo: Ática, 2007. (Princípios, 191).

BARBOSA, M. A. Etno-terminologia e terminologia aplicada: objeto de estudo, campo de aplicação. In: ISQUERDO, Aparecida Negri; ALVES, Ieda Maria (org.). **As Ciências do Léxico**: lexicologia, lexicografia, terminologia, v. 3. Campo Grande: Ed. UFMS; São Paulo: Humanitas, 2007. p. 433-445.

BARROS, L. A. **Curso básico de Terminologia**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004. 285 p. (Coleção Acadêmica, 54).

CABRÉ, M. T. **La terminología**: teoría, metodología, aplicaciones. Barcelona: Editorial Antártida/ Empúries, 1993.

CABRÉ, M. T. **La terminología**: representación y comunicación: elementos para una teoría de base comunicativa y otros artículos. Barcelona: Institut Universitari de Lingüística aplicada/ Universitat Pompeu Fabra, 1999.

CUNHA, A. G. **Dicionário etimológico Nova Fronteira da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

DEMAI, F. M. **Processos de terminologização**: descrição e análise da neologia da área de Educação do Campo. 2014. 417 f. Tese (Doutorado em Letras: Filologia e Língua Portuguesa) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014. Disponível em: <[www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8142/tde.../2014\\_FernandaMelloDemai\\_VOrig.pdf](http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8142/tde.../2014_FernandaMelloDemai_VOrig.pdf)> Acesso em: 3 out 2018.

DEMAI, F. M. O percurso conceptual-terminológico de currículo por competências na educação profissional brasileira. **Revista do GEL**, v. 14, n. 1, p. 104-132, 2017. Disponível em: <https://revistadogel.emnuvens.com.br/rg/article/view/1468/1167>. Acesso em: 27 mar. 2018.

FUNDAÇÃO CAPES/ MEC. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior/ Ministério da Educação do Brasil. **Tabela de Áreas de Conhecimento/ Avaliação**. 2017. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/avaliacao/instrumentos-de-apoio/tabela-de-areas-do-conhecimento-avaliacao>>. Acesso em: 3 out 2018.

LAKOFF, G.; JOHNSON, M. **Metaphors we live by**. Chicago; London: University of Chicago Press, 2003 [1980].

SAVIANI, N. **Saber escolar, currículo e didática**: problemas da unidade conteúdo/ método no processo pedagógico. 5. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2009.

SCOTT, M. **WordSmith Tools version 7, Stroud**: Lexical Analysis Software. 2017. [versão mais recente consultada]. Disponível em: <[http://www.lexically.net/publications/citing\\_wordsmith.htm](http://www.lexically.net/publications/citing_wordsmith.htm)>. Acesso em: 24 jun. 2018.

TEMMERMAN, R. Sociocognitive Terminology Theory. In: CABRÉ, Maria Teresa; FELIU, Judit (ed.). Terminología y cognición II. **Simposio Internacional de Verano de Terminología** (13-16 de julio de 1999) Barcelona: Institut Universitari de Lingüística Aplicada. Universitat Pompeu Fabra, 2001.

TEMMERMAN, R. **Metaphorical models and the translator's approach to scientific texts**. Antverpiensia New Series – Thems in Translation Studies. N. 1, 2002. ISSN 22955739. Disponível em: <<https://lans-tts.uantwerpen.be/index.php/LANS-TTS/index>>. Acesso em: 6 out. 2018.

VILELA, M. **Metáforas do nosso tempo**. Coimbra: Livraria Almedina, 2002.

# CURRÍCULO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DE NÍVEL MÉDIO: CARACTERÍSTICAS E FUNCIONALIDADES

**Ivanete Bellucci Pires de Almeida. Gilson Rede**

Unidade de Pós-Graduação, Extensão e Pesquisa.

Unidade de Ensino Médio e Técnico

## 1. INTRODUÇÃO

Este trabalho tem por objetivo abordar as principais características dos currículos da Educação Profissional (EP) de nível médio, tomando por base o Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza (Ceeteps), situado no Estado de São Paulo, e seu departamento responsável pelo artefato – Grupo de Formulação e Análises Curriculares (Gfac). Destaca-se as legislações e diretrizes da EP brasileira, que norteiam a construção e execução dos cursos técnicos e seus currículos, a análise da literatura sobre o tema, que possui vasto acervo e diversas interpretações, além da *expertise* da instituição na oferta de cursos profissionalizantes, corroborando a ideia da funcionalidade dos planos de curso que, embora prescritivos, embasam seu oferecimento à sociedade de forma consistente e padronizada.

Importa ressaltar que o Gfac, no documento que rege sua missão, destaca o fortalecimento das competências relativas a Empreendedorismo, à Língua Inglesa, à comunicação profissional em Língua Portuguesa, à Matemática, à Informática e àquelas voltadas aos preceitos éticos, indicando que a EP oferecida não somente treina e capacita os educandos a exercerem a prática laboral, mas também forma cidadãos aptos a ingressarem no mundo do trabalho de forma plena.

Um dos movimentos que fica evidente quando da análise dos processos de formulação curricular são as parcerias com o setor produtivo quando da sua concepção, e a consulta aos demais *stakeholders* influenciados pelos cursos técnicos do Ceeteps, reforçando a ideia de que a EP possui particularidades e estas devem atender aos anseios do mercado de trabalho e da sociedade como um todo. Outro ponto importante é a detecção de propostas de desenvolvimento de competências socioemocionais na composição do currículo, o que, a rigor, garantirá a formação integral almejada e preparará o aluno para o enfrentamento das situações-problema recorrentes quando da sua atuação profissional.

Este estudo é justificado pelo fato de a sociedade discutir, amplamente, os rumos do Ensino Médio – nível em que está a EP –, o que estimula análises mais pormenorizadas dos instrumentos essenciais para a formulação e condução dos cursos nas escolas – neste caso, o currículo. A pesquisa possui abordagem qualitativa de caráter exploratório, tendo como base a análise do Ceeteps, desde sua concepção até os dias atuais, percorrendo a trajetória de cinquenta anos oferecendo ensino profissionalizante. Também contempla a abordagem das legislações, pareceres e políticas públicas de educação, especialmente após a publicação da Lei nº 13.415, de 2017, que alterou a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) brasileira de forma significativa. A investigação contempla os instrumentos balizadores da elaboração curricular

por parte do Ceeteps, desde as pesquisas preliminares sobre a área profissional e tendências de carreira, até os aspectos socioeconômicos que influenciam o ambiente em que está inserida a modalidade educacional.

Com relação ao currículo, detalhar-se-ão os caminhos necessários para a formulação de cursos e sua oferta, desde o atendimento aos parâmetros legais básicos, como o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (CNCT) e os itinerários possíveis, até as possibilidades de oferta por meio das diversas modalidades, como Ensino Técnico Integrado ao Médio (Etim), Educação de Jovens e Adultos (EJA), dentre as várias alternativas.

## **2. JUSTIFICATIVA E CARACTERIZAÇÃO DO CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA PAULA SOUZA**

Este estudo, incluído no Eixo Temático “Pesquisas sobre a arquitetura escolar, seus edifícios, artefatos e usos didáticos”, objetiva analisar a elaboração e, em dada medida, a operacionalização dos planos curriculares da EP de nível médio no Ceeteps. Elemento fundamental no processo educacional, o currículo contempla dimensões culturais e de poder no planejamento escolar, e com sua aplicação de forma emancipadora, pode ser possível transformar a realidade, justificando a importância desse artefato<sup>1</sup>.

Instituição reconhecida na oferta da EP, o Ceeteps, autarquia do Governo do Estado de São Paulo vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SDE), está presente em 321 municípios. Idealizado em 1963, iniciou suas atividades em 1969, oriundo de um grupo de trabalho que tinha como objetivo avaliar a viabilidade de implantação de cursos superiores de tecnologia com duração de dois a três anos.

O Centro administra 223 Escolas Técnicas (Etecs) e 73 Faculdades de Tecnologia (Fatecs) estaduais, ultrapassando o número de 297 mil alunos em cursos técnicos de nível médio e superior tecnológicos. Segundo a instituição, nas Etecs há aproximadamente 213 mil estudantes nos Ensinos Técnico, Médio e Técnico Integrado ao Médio, incluindo habilitações nas modalidades presencial, semipresencial, online, Educação de Jovens e Adultos (EJA) e especialização técnica, e as escolas oferecem 151 cursos, voltados aos setores produtivos públicos e privados. As Fatecs atendem mais de 84 mil alunos matriculados em 77 cursos de graduação tecnológica, em diversas áreas, como Construção Civil, Mecânica, Informática, Tecnologia da Informação, Turismo, entre outras. (CEETEPS, 2019a)

Para corroborar a relevância do Ceeteps quando do oferecimento de cursos técnicos de nível médio, sugere-se analisar alguns números da EP no país e, também, no estado de São Paulo (Tabelas 1 e 2). Dados do censo escolar, divulgados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), indicam que, em 2018, o Brasil registrou 1.903.230 matrículas no ensino profissionalizante de nível médio. São Paulo respondeu por 441.792 matrículas, correspondendo a quase 1/4 do total. (BRASIL, 2018)

---

<sup>1</sup> Utilizou-se a terminologia “artefato” pelo fato de o currículo consistir em um instrumento aplicável nas escolas.

**Tabela 1** – Quantidade de matrículas no EP de Nível Médio – Brasil (em milhares).

| ESFERA  | 2008  | 2009  | 2010  | 2011  | 2012  | 2013  | 2014  | 2015    | 2016    | 2017    | 2018    |
|---------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|---------|---------|---------|---------|
| Pública | 681,5 | 742,3 | 818,7 | 890,1 | 962,4 | 963,6 | 971,3 | 1.044,4 | 1.097,5 | 1.077,2 | 1.132,5 |
| Privada | 461,9 | 512,3 | 556,4 | 591,5 | 641,6 | 702,6 | 972,4 | 871,7   | 761,6   | 753,9   | 770,7   |

**Fonte:** Elaborado pelos autores, adaptado de INEP, em 2019. (BRASIL, 2018)

Ao analisar a Tabela 1, nota-se que no período de 10 anos as matrículas evoluíram 66,45%. Em 2018, a esfera pública representava 59,5% do total – proporção muito próxima àquela apresentada dez anos antes (59,6%), indicando que não houve mudanças ao longo do tempo na disposição dos âmbitos ofertantes.

Pode-se atribuir o vultoso crescimento das matrículas a partir de 2011 à criação do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), pelo Governo Federal, por intermédio da Lei nº 12.513, com a finalidade de ampliar a oferta de cursos de Educação Profissional e Tecnológica (EPT), por meio de programas, projetos e ações de assistência técnica e financeira, objetivando a expansão das redes federal e estaduais de EPT, ampliação da oferta de cursos à distância e do acesso gratuito a cursos em instituições públicas e privadas, entre outras frentes. (BRASIL, 2011)

**Tabela 2** – Quantidade de matrículas no EP de Nível Médio – São Paulo (em milhares).

| ESFERA  | 2008  | 2009  | 2010  | 2011  | 2012  | 2013  | 2014  | 2015  | 2016  | 2017  | 2018  |
|---------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|
| Pública | 130,8 | 141,9 | 160,4 | 177,5 | 191,6 | 196,6 | 198,1 | 201,7 | 214,8 | 218,3 | 222,6 |
| Privada | 161,9 | 173,0 | 192,6 | 189,5 | 198,4 | 202,8 | 249,3 | 219,7 | 220,3 | 218,9 | 219,2 |

**Fonte:** Elaborado pelos autores, adaptado de INEP, em 2019. (BRASIL, 2018)

Considerando os números paulistas, nota-se que ao longo do período analisado as matrículas das instituições públicas superaram as do setor privado – em 2008 o número de alunos no ensino público profissional de nível médio, em São Paulo, perfazia 44,7% do total, e em 2018 esse índice atingiu 50,4%, com considerável aumento na proporção da oferta.

O oferecimento da EP de nível médio na esfera pública é feito, majoritariamente, pelo Ceeteps. A instituição, que preza por atender à sociedade no que tange à EP, apresentou números relevantes na sua oferta, como demonstra a Tabela 3.

**Tabela 3** – Quantidade de matrículas no EP de Nível Médio – Ceeteps (em milhares).

| 2008 | 2009  | 2010  | 2011  | 2012  | 2013  | 2014  | 2015  | 2016  | 2017  | 2018  |
|------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|
| 88,1 | 103,6 | 138,7 | 160,0 | 172,4 | 176,9 | 179,1 | 178,5 | 186,9 | 190,0 | 192,9 |

**Fonte:** Elaborado pelos autores, adaptado de Banco de Dados Cetec, em 2019. (CEETEPS, 2019b)

A Tabela 3 traz a evolução das matrículas em cursos Técnicos de Nível Médio do Ceeteps, fornecendo um panorama ao longo dos últimos anos. A instituição representa quase 87% das matrículas da esfera pública paulista, e em 10 anos, ampliou em 119% a oferta de seus cursos, podendo ser atribuído esse crescimento significativo à expansão das classes descentralizadas (salas que operam em parceria com outras instituições, como escolas estaduais e aparelhamentos municipais), e pela gradual migração dos cursos de Ensino Médio Regular para o ensino Técnico Integrado ao Médio – em 2010, o Ceeteps tinha 49.649 alunos matriculados na primeira modalidade, e, em 2018, esse número perfazia 17.923 discentes. (CEETEPS, 2019b)

Uma vez caracterizada a instituição objeto desta análise e expostos alguns números sobre a EP de nível médio, o próximo passo é contemplar estudos sobre o currículo, com foco no ensino profissionalizante e suas legislações.

### 3. O CURRÍCULO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E LEGISLAÇÕES CORRELATAS

O currículo da EP constitui um importante artefato para execução das políticas públicas de educação, pois organiza a aprendizagem para a formação profissional e proporciona instrumentais para o desenvolvimento de competências a serem aplicadas no mundo do trabalho, possibilitando aos alunos acesso aos conhecimentos científicos e culturais que corroboram a sua formação integral.

Não é possível estabelecer uma definição universal sobre o conceito de currículo, tampouco tem-se esta pretensão neste artigo, porém, é razoável analisar as várias abordagens sobre o tema. Saviani (2016) o descreve de forma teórica quando da sua aplicação nas escolas,

Currículo é entendido comumente como a relação das disciplinas que compõem um curso ou a relação dos assuntos que constituem uma disciplina, no que ele coincide com o termo programa. Entretanto, no âmbito dos especialistas nessa matéria tem prevalecido a tendência a se considerar o currículo como sendo o conjunto das atividades (incluído o material físico e humano a elas destinado) que se cumprem com vistas a determinado fim. Este pode ser considerado o conceito ampliado de currículo, pois, no que toca à escola, abrange todos os elementos a ela relacionados. (SAVIANI, 2016, p. 55)

O currículo integrado é pauta nas principais discussões sobre educação, o que demanda reflexões e abordagens amplas a respeito do tema,

O que deve ser ensinado ou aprendido é sempre a questão de fundo de um debate conceitual sobre currículos ou de um desenho curricular concreto. Essa questão gera ou deriva de outras, tais como: que tipo de homem objetivamos formar? Como ensinar o que deve ser ensinado? Por que ensinar isso ou aquilo? Quem

define o currículo? Quais as relações de poder implicadas em sua definição? [...] (MORAES; KULLER, 2016, p. 27)

Sacristán (1998) correlaciona a elaboração de um currículo ao processo de planejamento, considerando que as duas ações são interdependentes e indissociáveis,

A atividade de planejar o currículo refere-se ao processo de dar-lhe forma e de adequá-lo às peculiaridades dos níveis escolares. Desde as explicitações de finalidades até a prática é preciso planejar as atribuições e atividades com uma certa ordem, para que haja continuidade entre intenções e ações. Planejar é, pois, algo fundamental, porque, por meio do plano, é como se elabora o próprio currículo. [...] (SACRISTÁN, 1998, p. 197)

Santomé (1998), em suas observações, contempla o currículo como um grupo de conhecimentos e/ou disciplinas que devem ser construídos com significância, sendo, por si próprios, representativos:

O conhecimento disciplinar [...] usualmente refere-se a um conjunto de estruturas abstratas e a leis intrínsecas que permitem classificações particulares de conceitos, problemas, dados e procedimentos de verificação de acordo com modelos de coerência assumidos. Mediante esta via vão sendo constituídas, na maioria dos casos, as diversas disciplinas, com nomes concretos que pretendem representar as diferentes parcelas da experiência e do conhecimento humanos. (SANTOMÉ, 1998, p. 103)

Com base nesses conceitos introdutórios sobre currículo, é preciso analisar os detalhes envolvidos na sua construção. Por um senso comum, acredita-se que ensinar e aprender é um processo natural e que depende muito dos perfis de professores e alunos, porém, destaca-se a amplitude na qual o artefato currículo está posicionado, demandando análises mais profundas,

O currículo possui interdependência com outros campos – científico, tecnológico, econômico, social, político – que os influencia e é influenciado, promovendo uma relação de troca positiva e voltada às mais diversas demandas, portanto, para sua elaboração, não se deve apenas considerar experiências anteriores de quem os executa, mas sim todo o arcabouço de informações e fatores relevantes impostos pela sociedade. (REDE, 2018, p. 23)

Ao longo do tempo, esse processo de construção curricular evoluiu por conta do desenvolvimento da sociedade como um todo, onde seus agentes e atores demandaram por mudanças estruturais nos processos educacionais. Orłowski (2001), em suas considerações, contempla a relação entre os métodos de elaboração curricular com os aspectos sociais existentes,

A elaboração de um currículo é um processo social, no qual convivem lado a lado os fatores lógicos, epistemológicos, intelectuais e determinantes sociais como poder, interesses, conflitos simbólicos e culturais, propósitos de dominação dirigidos por fatores ligados à classe, raça e gênero. Sendo uma prática tão complexa, é natural encontrar-se enfoques diversos, com distintos graus de aprofundamento. Todas as concepções, entretanto, evidenciam pressuposições valorativas, isto é, como todo trabalho pedagógico, fundamenta-se em pressupostos de natureza filosófica; a escola mais tradicionais ou mais emancipatórias no desenvolvimento do currículo. (ORLOWSKI, 2001, p. 162-163)

No âmbito da EP de Nível Médio, o Ceeteps define currículo como sendo o esquema teórico-metodológico destinado à formação de perfis profissionais, ou seja, o conjunto de competências e atribuições que um profissional é capaz de desempenhar em determinado cargo ou função ou como profissional autônomo (ARAÚJO e DEMAI, 2019, p. 22), direcionando sua abrangência para o exercício laboral por parte dos alunos.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio são dadas pela Resolução do Conselho Nacional de Educação (CNE) em conjunto com a Câmara de Educação Básica (CEB) nº 6 de 2012, e em seu artigo 14 caracteriza os currículos como instrumentos que proporcionam diálogo com diversos campos do trabalho, da ciência, da tecnologia e da cultura como referências fundamentais de sua formação, além de constituir importante elemento para compreender e discutir as relações sociais de produção e de trabalho, bem como as especificidades históricas nas sociedades contemporâneas. (BRASIL, 2012)

Uma vez contextualizada a importância do currículo, pretende-se neste trabalho abordar, também, aspectos elementares da EP de Nível Médio no Brasil. Muitos autores, dentre eles Garcia (2000), afirmam que no período imperial houve as primeiras ações para o estabelecimento da formação profissional,

Em 1808, com a abertura dos portos ao comércio estrangeiro e ao mesmo tempo, ao permitir a instalação de fábricas no Brasil, D. João VI criou o Colégio de Fábricas, que representou o primeiro estabelecimento que o poder público instalou em nosso país, com a finalidade de atender à educação dos artistas e aprendizes. (GARCIA, 2000, p. 3)

Especificamente em São Paulo, sinais de difusão da EP permeiam pela origem elitista e liberal da formação para o trabalho, como afirma Moraes (1998),

A grande campanha pela instrução do povo é deflagrada na Província de São Paulo pela maçonaria republicana, liderada por Joaquim Saldanha Marinho, e, posteriormente, pelos clubes republicanos. As Lojas Maçônicas foram as primeiras a criar, em toda a província, escolas ou aulas noturnas para alfabetização de adultos, trabalhadores livres ou escravos. A introdução, em alguns cursos, do desenho linear e do francês, além da escrituração mercantil, ao lado da gramática nacional, aritmética e geografia, indica a preocupação em organizar um curso voltado para a preparação



de mão de obra requisitada pela demanda de um mercado que se abria, ou seja, de encaminhar os “cidadãos” para as diversas profissões. (MORAES, 1998, p. 133)

Ciavatta e Ramos (2011) também tecem críticas com relação ao que se entende por educação integrada ao trabalho, indicando que, por vezes, abdica-se do aprendizado de aspectos culturais em prol da aquisição de conhecimentos para aplicação no mercado de trabalho,

[...] afirma-se o trabalho como princípio educativo, isto é, como o fundamento da concepção epistemológica e pedagógica que visa a proporcionar aos sujeitos a compreensão do processo histórico de produção científica, tecnológica e cultural dos grupos sociais considerada como conhecimentos desenvolvidos e apropriados socialmente, para a transformação das condições naturais da vida e para a ampliação das capacidades, das potencialidades e dos sentidos humanos. Ao mesmo tempo, é pela apreensão dos conteúdos históricos do trabalho, determinados pelo modo de produção no qual este se realiza, que se pode compreender as relações sociais e, no interior dessas, as condições de exploração do trabalho humano, assim como de sua relação com o modo de ser da educação. (CIAVATTA; RAMOS, 2011, p. 31-32)

Nos anos subsequentes são vários os marcos regulatórios na EP brasileira: a criação das Escolas de Aprendizes Artífices” em 1909; a reestruturação do Ensino Comercial por intermédio do Decreto nº 20.158 de 1931; a Constituição da República Federativa do Brasil de 1937, que em seu artigo 129 tratava do Ensino Técnico, Profissional e Industrial; a promulgação das leis orgânicas que estruturaram o Ensino Técnico Profissional em 1942; a publicação da Lei nº 4.024, de 1961, que contemplava a abrangência dos cursos Industrial, Agrícola e Comercial; a vigência da Lei nº 5.692, de 1971, que fixou diretrizes e bases para o Ensino de Primeiro e Segundo Graus; e, por fim, o marco educacional vigente – Lei de Diretrizes e Bases (LDB), sob nº 9.394, de 1996.

Desde sua publicação até os dias atuais, a LDB passou por uma série de modificações – a mais recente deu-se por conta da Lei nº 13.415, de 2017. Com relação à EP, destaca-se o artigo 36, que detalha o currículo do Ensino Médio e suas possibilidades de trajetória,

O currículo do ensino médio será composto pela Base Nacional Comum Curricular e por itinerários formativos, que deverão ser organizados por meio da oferta de diferentes arranjos curriculares, conforme a relevância para o contexto local e a possibilidade dos sistemas de ensino, a saber:

- I - linguagens e suas tecnologias;
- II - matemática e suas tecnologias;
- III - ciências da natureza e suas tecnologias;
- IV - ciências humanas e sociais aplicadas;
- V - formação técnica e profissional. (BRASIL, 1996)

O quinto itinerário é o preceito legal que permite às instituições de ensino, principalmente as de educação profissionalizante, elaborar seus currículos de forma a atender às demandas do mundo do trabalho e formar discentes aptos ao exercício das práticas laborais – na sequência deste trabalho, serão detalhados os procedimentos adotados pelo Ceeteps e a atuação do departamento responsável para tal.

#### **4. ATUAÇÃO DO GRUPO DE FORMULAÇÃO E ANÁLISES CURRICULARES DO CEETEPS**

O Ceeteps conta com o Grupo de Formulação e Análises Curriculares (Gfac) como departamento responsável pelos currículos da EP de nível médio da instituição. Sua atuação permeia várias frentes, como pesquisa dos perfis e atribuições profissionais na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) do Ministério do Trabalho e Emprego, levantamento junto a instituições e agentes do setor produtivo, nas descrições de cargos do setor produtivo/mercado de trabalho, preferencialmente em parceria, além da consulta às Etec.

O Centro Paula Souza, por intermédio de sua Unidade do Ensino Médio e Técnico (Cetec), coordenada por Almério Melquíades de Araújo, instituiu um departamento cuja missão constitui-se no estudo e na análise de currículos escolares, bem como na sua elaboração e atualização contínuas. Este departamento é denominado Grupo de Formulação e Análises Curriculares (Gfac) e foi criado em 2008. (ARAÚJO; DEMAI, 2019, p. 34)

É possível notar que o Ceeteps, por intermédio da atuação do Gfac, adota critérios previamente estabelecidos e padronizados, como afirma a própria instituição,

A cada novo paradigma legal da Educação Profissional e Tecnológica, o Centro Paula Souza executa as adequações cabíveis, desde o paradigma imediatamente anterior, da organização de cursos por área profissional, até a mais recente taxonomia de eixos tecnológicos do Ministério da Educação. Ao lado do atendimento à legislação (e de participação em consultas públicas, quando demandado pelos órgãos superiores, com o intuito de contribuir para as diretrizes e bases da Educação Profissional e Tecnológica), o desenvolvimento e o oferecimento de cursos técnicos em parceria com o setor produtivo/mercado de trabalho tem sido a principal diretriz do planejamento curricular da instituição. (ARAÚJO; DEMAI, 2019, p. 38)

A Resolução do CNE/CEB nº 6 de 2012, aqui já citada, define as diretrizes curriculares para a EP de nível médio e descreve, em seu artigo 20, a estruturação dos currículos desta modalidade de ensino:

Os planos de curso, coerentes com os respectivos projetos político pedagógicos, são submetidos à aprovação dos órgãos competentes dos correspondentes Sistemas de Ensino, contendo obrigatoriamente, no mínimo:

- I - identificação do curso;
- II - justificativa e objetivos;
- III - requisitos e formas de acesso;
- IV - perfil profissional de conclusão;
- V - organização curricular;
- VI - critérios de aproveitamento de conhecimentos e experiências anteriores;
- VII - critérios e procedimentos de avaliação;
- VIII - biblioteca, instalações e equipamentos;
- IX - perfil do pessoal docente e técnico;
- X - certificados e diplomas a serem emitidos. (BRASIL, 2012)

Ressalta-se que, em 2008, por intermédio da Resolução CNE/CEB nº 3, fundamentada no Parecer CNE/CEB nº 11 do mesmo ano, foi instituído o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (CNCT), de forma a organizar a oferta de cursos técnicos de nível médio por eixo tecnológico. No documento, que atualmente está em sua terceira edição, constam informações importantes como as denominações dos cursos, perfil profissional de conclusão, infraestrutura mínima, carga horária mínima dos cursos, entre outras.

Por intermédio de uma metodologia consistente, o Ceeteps demonstra excelência e critérios para a elaboração dos currículos das habilitações profissionais de nível médio ofertadas, pois o faz atendendo à legislação citada e considerando as demandas da sociedade. Segundo documento que rege missão, concepções e práticas do Gfac (ARAÚJO; DEMAI; PRATA, 2018), são construídos de três a cinco currículos novos por ano, reelaborados de vinte e cinco a trinta currículos no mesmo período, além do mapeamento e padronização da infraestrutura para oferecimento dos cursos técnicos (laboratórios, equipamentos/materiais, oficinas, acervo bibliográfico, *softwares* etc.), dentre outras ações.

Outro ponto que valoriza a oferta da EP de nível médio por parte da instituição é o fortalecimento em seus currículos das competências relativas a Empreendedorismo, à comunicação profissional em Línguas Portuguesa e Inglesa, à Matemática, à Informática, à Ética e Cidadania Organizacional, além daquelas relacionadas à elaboração de projetos e solução de problemas do mundo do trabalho, corroborando a oferta de cursos profissionalizantes atrelados à formação integral do indivíduo, propiciando-lhe a chance de continuidade em seus estudos, além do desenvolvimento de competências para exercício em determinada área profissional.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os estudos realizados indicam que a análise do tema “currículo” é ampla e não está finalizada, principalmente por conta das discussões recentes sobre o ensino público brasileiro. A sua elaboração e operação requer imensas reflexões e análises, pois embora seja um ins-

trumento prescritivo, é dotado de características emancipadoras que proporcionam a alunos e professores experiências que permitem intervenções significativas no mundo do trabalho.

O processo de formulação curricular deve ser a todo momento repensado e atualizado, pois muitas das demandas da sociedade são voláteis e requerem análises atuais. As mudanças tecnológicas dos sistemas produtivos, a reorganização dos processos de trabalho e a nova personalidade dos jovens em meio à cultura imediatista fazem com que as metodologias de construção desse artefato sejam dinamizadas e adequadas àquilo vivenciado no presente, sem deixar de abordar questões seminais e comprovadas através dos tempos.

No caso da instituição apresentada, o Ceeteps possui metodologia consistente de elaboração de seus currículos voltados à EP de nível médio, consultando os diversos agentes envolvidos nesse processo, como setor produtivo, associações, entidades de classe e comunidade escolar, o que fortalece a estrutura dos planos curriculares e posiciona a instituição como centro de excelência na oferta do ensino profissionalizante.

O estudo realizado aponta para a possibilidade de transformação da realidade por intermédio da operacionalização dos currículos de forma prática, com propostas de trabalho por projetos, aprendizagem significativa, desenvolvimento de competências socioemocionais, dentre outras metodologias que são, comprovadamente, eficazes. Importa ressaltar que o público-alvo desse processo é formado por diversos indivíduos, mas principalmente é constituído de trabalhadores de diferentes segmentos econômicos e níveis de escolarização, que precisam ampliar sua formação profissional.

Por fim, os caminhos trilhados permitem afirmar que o currículo é um artefato relevante no processo educacional, pois contribui com o desenvolvimento social e democrático do ensino, além de controlar, em dada medida, os aspectos fundamentais que os alunos precisam apreender para uma formação plena – não somente para o exercício laboral, mas também para uma vida cidadã e dotada de protagonismo.

## 6. REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Almério Melquíades de; DEMAI, Fernanda M. (organização). **Currículo Escolar em Laboratório: a Educação Profissional e Tecnológica**. São Paulo: Centro Paula Souza, 2019.

ARAÚJO, Almério Melquíades de; DEMAI, Fernanda M.; PRATA, Marcio. **Missão, concepções e práticas do Grupo de Formulação e Análises Curriculares (Gfac): uma síntese do Laboratório de Currículo do Centro Paula Souza**. São Paulo: Centro Paula Souza, 2018. Disponível em <http://www.cpsctec.com.br/cpsctec/arquivos/2014/missao.pdf>. Acesso em: 14 jul. 2019.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. INEP. **Censo Escolar 2018**. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br>. Acesso em: 10 jul. 2019.

BRASIL. **Lei 13.415 de fevereiro de 2017**. Revoga as leis nº 9394/96, nº 11.494/07 e 11.161/05 e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral.

BRASIL. **Lei 12.513 de 26 de outubro de 2011**. Institui o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec)... Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/lei/l12513.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12513.htm) Acesso em: 25 jul. 2022.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394\\_ldbn1.pdf](http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn1.pdf) Acesso em: 25 jul. 2022.

BRASIL. **Resolução CNE/CEB nº 6, de 20 de setembro de 2012**. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio. Disponível em: [https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE\\_RES\\_CNECEBN62012.pdf?query=ensino%20m%C3%A9dio](https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE_RES_CNECEBN62012.pdf?query=ensino%20m%C3%A9dio) Acesso em: 25 jul. 2022.

CEETEPS. Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza. **Sítio eletrônico**. Disponível em: <<https://www.cps.sp.gov.br/sobre-o-centro-paula-souza/>>. Acesso em 27 jun. 2019a.

CEETEPS. Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza. **Banco de dados Cetec**. Disponível em: <http://www.cpscetec.com.br>. Acesso em 28 jun. 2019b.

Clavatta, Maria; Ramos, Marise N.; Ensino Médio e Educação Profissional no Brasil: dualidade e fragmentação. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 5, n. 8, p. 27-41, jan./jun. 2011. Disponível em: <http://www.esforce.org.br>. Acesso em: 13 jul. 2019.

Garcia, Sandra Regina de Oliveira. **O Fio da História: a gênese da formação profissional no Brasil**. 2000. Disponível em: [https://servicos.educacao.rs.gov.br/dados/seminariointernacional/sandra\\_garcia\\_genese\\_form\\_profis.pdf](https://servicos.educacao.rs.gov.br/dados/seminariointernacional/sandra_garcia_genese_form_profis.pdf). Acesso em: 13 jul. 2019.

Moraes, Carmen Sylvia Vidigal. **A maçonaria republicana e a educação: um projeto para a conformação da cidadania**. In: SOUSA, Cynthia Pereira de (org.). História da educação: processos, práticas e saberes. São Paulo: Escrituras Editora, 1998.

Moraes, Francisco de; Kuller, José Antonio. **Currículos integrados no ensino médio e na educação profissional: desafios, experiências e propostas**. São Paulo: Editora Senac, 2016.

Orłowski, Rosely Bittencourt. O currículo sob o prisma da Educação Profissional. In: **Olhar do professor**, Ponta Grossa, 5(1): 161-172, 2002. Disponível em: <<http://revistas2.uepg.br/index.php/olhardeprofessor/article/view/1385/1030>>. Acesso em: 11 jul. 2019.

REDE, Gilson. **Políticas de internacionalização de currículos dos cursos técnicos do Centro Paula Souza e do Senati: desafios e limites**. 100 f. Dissertação (Mestrado em Gestão e Desenvolvimento da Educação Profissional). Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza, 2018.

SACRISTÁN, José Gimeno; GÓMEZ, A. I. Perez. **Compreender e transformar o ensino**. 4. ed. Porto Alegre: Editora Artes Médicas Sul Ltda., 1998.

SANTOMÉ, Jurjo Torres. **Globalização e interdisciplinaridade**: o currículo integrado. Porto Alegre: Editora Artes Médicas Sul Ltda., 1998.

SAVIANI, Dermeval. Educação escolar, currículo e sociedade: o problema da Base Nacional Comum Curricular. In: **Movimento Revista de Educação**, n.4, 2016, p.55. Disponível em: <http://www.revistamovimento.uff.br/index.php/revistamovimento/article/view/296/301>. Acesso em: 11 jul. 2019.

# JAYME COMPRI E O TEATRO NA ESCOLA

**Alba Fernanda Oliveira Brito. Fernanda Ferreira Boschini**  
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo

## 1. INTRODUÇÃO

Nascido em 08 de janeiro de 1963 na cidade de São Paulo e morador da zona Norte da capital paulista, Jayme Compri foi aprovado no processo do vestibular e matriculou-se em 1978 na primeira turma do curso Técnico em Processamento de Dados (PRD), sob o prontuário nº 785842-7 da antiga Escola Técnica Federal de São Paulo, hoje denominado de Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP), instituição conhecida educacional até hoje como “Federal”. (Figura 1)



**Figura1** – Jayme Compri.

**Fonte:** Coordenadoria de Documentação e Memória (CDM) do IFSP-SPO, em 2019.

Em seus primórdios, a Federal, como é denominada carinhosamente por todos àqueles que passaram por esta instituição ao longo dos seus 110 anos, recebeu várias nomenclaturas em função das contingências históricas, políticas, econômicas e sociais do país.

A história do IFSP remonta ao final da primeira década do século XX, quando em 23 de setembro de 1909, Nilo Procópio Peçanha, Presidente da República, assina o Decreto nº 7.566 criando as Escolas de Aprendizes Artífices em 19 capitais do Brasil. Inicialmente denominada Escola de Aprendizes Artífices de São Paulo (EAA), foi transformada em Liceu Industrial de São Paulo (LISP) na década de 1930, em Escola Técnica Industrial de São Paulo, na década de 1940. Em 1959 recebeu autonomia didática e de gestão e foi transformada em Escola Técnica de São Paulo (ETSP), sendo que em 1965 é acrescido o termo “Federal” e se solidifica como Escola Técnica Federal de São Paulo (ETFSP) até 1998, quando é transformada novamente em Centro Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (CEFETSP).

Em 2008, ocorre uma grande transformação em termos de políticas educacionais e estrutura física da Rede Federal de Ensino Técnico e Tecnológico e o CEFETSP passa a se chamar Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP) e hoje conta não apenas como *campus* São Paulo, onde ocorreu esta narrativa, mas também com outros 37 campi dentro do estado de São Paulo.

Pode-se dizer que, desde a época da EAA, elementos culturais e artísticos como o teatro e a dança sempre estiveram presentes dentro da instituição. Sempre com a participação de alunos, professores e servidores administrativos, ao longo de mais de um século formaram-se grupos, e foram realizadas: exposições, mostras, espetáculos de dança e teatro, assim como organizaram-se grandes eventos de divulgação destas ações curriculares e extracurriculares. Nesta perspectiva, em 2015, durante o evento da Semana de Educação, Ciência e Tecnologia (SEDICITEC) do IFSP – *campus* São Paulo, foi proposto pelos alunos da instituição a revitalização e reinauguração do antigo teatro da ETFSP, ao visar resgatar a memória artístico-cultural e disponibilizar o espaço para utilização da comunidade acadêmica e do entorno para os mesmos fins a qual foi constituído anteriormente. Naquele ano, o teatro encontrava-se desativado.

Próximo à reinauguração, buscou-se a designação patronímica do teatro do *campus* São Paulo do IFSP. Por meio de consulta pública à comunidade, foi escolhido como patrono o ex-aluno Jayme Compri, falecido em 1996, como homenagem por sua relevante atuação no teatro da escola e no cenário artístico nacional.

A escola por ser também um lugar de memórias, possui uma cultura escolar enraizada que permite no tempo presente, testemunhar por meio de seus registros escritos, objetos, arquitetura, memória individual ou coletiva, as vivências de um determinado grupo de pessoas. Ao reabrir as atividades de cultura artística reinaugurando o teatro escolar, por meio da designação patronímica, o IFSP – *campus* social tributou ao aluno Jayme Compri um lugar de memória. Souza (2000, p. 7 – 8) ao pesquisar sobre escola e memória, constata que “a escola é um lugar de memória e que a memória dos alunos foi assim uma memória tecida em função de perspectivas”.

Souza (1998, p. 134), diz ainda em seus estudos sobre “A implantação da Escola Primária Graduada em São Paulo”, afirma que a denominação atribuída ao patrono “revela um tributo à memória de importantes autoridades”. Para a autora, a figura do patrono perpetuava a memória de uma “personalidade a ser enaltecida e cultuada por professores, alunos e a sociedade especialmente em datas de comemoração do aniversário da escola”.

## 2. A DISCIPLINA DE EDUCAÇÃO ARTÍSTICA: MODALIDADES DO TEATRO E DA MÚSICA

Ainda que o currículo escolar da antiga ETFSP na década de 1970 tivesse como finalidade principal a preparação profissional do técnico de nível médio, existia por parte da direção geral uma preocupação e um esforço nítido de se desenvolver junto aos docentes e discentes uma ação educacional em sua totalidade, evitando a dissociação entre a formação especial e educação geral ou ensino técnico e orientação humanista. Nesse sentido, a instituição adotou maior integração horizontal e vertical dos conteúdos programáticos a serem ensinados.



A partir de 1972, conforme documentos pedagógicos arquivados na Coordenadoria de Documentação e Memória (CDM) do IFSP-SPO, foi possível verificar no Plano de Curso<sup>1</sup> da disciplina de Educação Artística (EAT), que os conteúdos pedagógicos incluíam a modalidade do teatro e da música (coral). Ainda no decorrer da década de 1970 todos “Planos de Cursos” sofreram algumas alterações em seus conteúdos em detrimento das demandas do mercado trabalho para os cursos técnicos e as disciplinas de cultura geral também foram modificados em função do momento histórico, político e econômico do país.

No que tange às mudanças de conteúdo da disciplina EAT, foi acrescido “artes plásticas”. Sendo assim, os cursos técnicos ofertados pela antiga ETFSP, Mecânica (MEC), Eletrônica (ELO), Eletrotécnica (ELE), Edificações (EDI), Processamento de Dados e Telecomunicações (TEL), passaram a constar teoricamente em suas grades curriculares no 1º ano Básico, a disciplina Educação Artística (EAT).

Ao analisarmos a disciplina de EAT de forma minuciosa, foi constatado que na prática, a disciplina era dividida em três modalidades artísticas culturais: Artes Plásticas, Artes Cênicas e Artes Musicais, inclusive por serem ministradas em espaços físicos com características próprias ao desenvolvimento de cada modalidade, além da formação acadêmica específica de cada professor. Ao ingressar no 1º ano em um dos cursos oferecidos pela escola, cada aluno deveria escolher uma das modalidades artísticas dentro da disciplina de EAT em função da classificação obtida no vestibular. Além do mais, poderiam escolher aquela que já tivesse algum conhecimento ou experiência, levando em consideração o desejo pessoal no campo da Educação Artística ou apenas escolher aquela que sobrava.

No que concerne as atividades artísticas culturais e visando atender aos anseios manifestados pelos alunos, a instituição procurava estimular e amparar a formação de grupos de alunos que, orientados por professores especializados, promoviam apresentações de peças teatrais, de recitais de poemas, de corais e de pequenos conjuntos musicais, dentro e fora da instituição, além de buscar o intercâmbio cultural com outras instituições, uma vez que a ETFSP se tornara um espaço aberto para as manifestações artísticas.

O objetivo geral da atividade teatral na escola, era o de despertar no aluno o gosto pela arte, proporcionar conhecimentos sobre a evolução do teatro e da arte dramática, sua importância cultural na sociedade e o sentido da comunicação e expressão, conduzindo o aluno a usar de forma correta a expressão vocal e a expressão corporal. Para tanto, era necessário que o aluno desenvolvesse a linguagem teatral, utilizando elementos básicos do teatro (corpo e voz), texto e encenação e em especial a comunidade (símbolos e espaços).

Pode-se dizer que a participação do aluno Jayme Compri no teatro da “Federal” se destaca durante as aulas de EAT no 1º ano letivo ao demonstrar um conhecimento profundo sobre o teatro, o que para os professores de Educação Artística da época causou um certo espanto e ao mesmo tempo um encanto, visto que um jovem adolescente de um curso técnico profissionalizante, trazia em sua bagagem um grande conhecimento sobre teatro e era um estudioso e encantado pelas obras do dramaturgo Bertold Brecht<sup>2</sup>.

---

1 Plano de Curso – Documento pedagógico da ETFSP, elaborado pelos professores, onde consta o conteúdo programático a ser ministrado na disciplina curricular durante o ano letivo. ETFSP, 1977.

2 Bertold Brecht (1898-1956) – Dramaturgo, romancista e poeta alemão, criador do teatro épico anti aristotélico. Sua obra fugia dos interesses da elite dominante, visava esclarecer as questões sociais da época. [https://www.ebiografia.com/bertolt\\_brecht/](https://www.ebiografia.com/bertolt_brecht/). Acesso em 04 jun.2019.

Malnic (1995, p. 176), ao escrever sobre a recepção de Bertold Brecht no Brasil, procura demonstrar como o pensamento Brechtiano foi incorporado criativamente em nosso patrimônio cultural. Segundo a autora, a partir de 1958 as obras de Bertold Brecht foram estudadas por renomados autores e diretores teatrais fazendo com que se tornasse um dos autores estrangeiros mais encenados no Brasil. A autora ainda destaca, que em meados da década de 1970, as obras do dramaturgo também foram discutidas por professores e alunos e encenadas no universo das escolas públicas da capital paulista de forma amadora e nas escolas particulares de teatro, cujos participantes eram jovens atores principiantes no teatro na faixa etária de 14 a 17 anos.

### 3. CRIAÇÃO DO GRUPO DE TEATRO – I.V.A.M.M.B.A, POR JAYME COMPRI NA ETFSP

Na ETFSP, no final do ano de 1979, Jayme Compri finalizava o 2º ano do curso técnico quando cria o grupo de teatro escolar denominado I.V.A.M.B.A (A Influência dos Ventos Alísios na Menstruação das Borboletas Azuis). O grupo era formado por alunos dos diferentes cursos técnicos oferecidos pela instituição à época, com predomínio de alunos do curso Técnico em Processamento de Dados. Com um grupo de alunos interessados em dar continuidade as atividades teatrais para além dos muros da escola, o grupo tinha como principal objetivo, em primeiro lugar, introduzir novas ideias aos alunos e professores da ETFSP, humanizando-os e expandindo o seu universo cultural por meio das artes cênicas. (Figura 2)



**Figura 2** – Logomarca do grupo teatral I.V.A.M.B.A.

**Fonte:** Coordenadoria de Documentação e Memória (CDM) do IFSP-SPO, em 2019.

A criação do grupo e a montagem da primeira peça proporcionou aos seus integrantes um interesse maior pelo teatro, visto por eles como uma “arte de linguagem própria, com inúmeras possibilidades de interpretação da realidade não somente pela assimilação, mas também pela expressão”. Para os integrantes do grupo I.V.A.M.B.A, era necessário construir uma consciência não só especulativa, mas principalmente atuante, culminando em apresentações em que “Espaço, Espetáculo e Público, reúnam-se e o teatro pode então ser realizado”.

A primeira peça “Desta vez vai começar tudo outra vez” de autoria de Jayme Compri, foi apresentada no teatro da ETFSP entre 1979 e 1980. A partir de então, o grupo desenvolve um método prático de trabalho artístico sintetizado na “interpretação e análise crítica” das obras que levavam aos palcos. Dessa forma, o grupo criou uma base sobre a qual sustentaram os seus trabalhos de direção, criação de personagens, figurinos e cenografia. Em 1980, a ETFSP contrata para o seu quadro de funcionários, o professor de teatro Reynúncio Napoleão Lima<sup>3</sup> (Rey Lima). A experiência em atividades teatrais do novo professor, com um grupo de teatro universitário, atendia as necessidades educacionais da ETFSP e do grupo teatral amador que se formava no interior da escola. (Figura 3)



**Figura 3** – Reynúncio Napoleão de Lima (à esquerda).

**Fonte:** Coordenadoria de Documentação e Memória (CDM) do IFSP-SPO, em 2019.

A partir de então, a instituição pôde ampliar o repertório das artes cênicas no currículo de EAT não somente pelos estudos teóricos das grandes obras de autores da dramaturgia grega e romana, mas também, agregou autores e dramaturgos do teatro brasileiro conforme descrição ementária nos Planos de Ensino da disciplina de EAT. Além disso, ao escolher as artes cênicas no início do ano letivo, os alunos vislumbravam a possibilidade de expressar e interpretar grandes peças teatrais de forma prática, não somente no interior da escola, mas no teatro profissional da capital paulista.

---

3 Reynúncio Napoleão Lima: Bacharel em Direito pela Universidade Estadual da Guanabara (1967), Mestrado em Artes pela Escola de Comunicações e Artes/USP (1981) e Doutorado em Artes pela Escola de Comunicações e Artes/USP (1988).

Entre 1981 e 1982, o grupo apresenta a peça “Napoleões” de autoria de Jayme Compri. Pode-se dizer que esta montagem no teatro da ETFSP pelo Grupo I.V.A.M.B.A, torna-se o marco que solidifica o teatro escolar, como espaço cultural e artístico da “Federal” e se caracteriza pelo momento histórico de promoção da independência artística do Grupo IVAMBA para além do universo e cotidiano escolar. (Figura 4)



**Figura 4** – Folheto de Divulgação da peça “Napoleões” (1981-1982).

**Fonte:** Coordenadoria de Documentação e Memória (CDM) do IFSP-SPO, em 2019.

Malnic (1995), afirma que após a montagem da peça “Napoleões”, o Grupo IVAMBA, conquista o seu espaço de forma independente, pois o objetivo inicial do grupo se tornara insuficiente diante das apresentações regulares que o grupo vinha fazendo para além do teatro escolar,

O grupo conquistou sua independência e se lançou na tarefa de ampliar seu alcance: trocar a sociedade escolar pela sociedade em geral. O IVAMBA se tornou então um Grupo de Teatro permanentemente ativo, em ensaios, montagens e apresentações regulares. As voltas com um projeto ousado, ou seja, uma entropia da obra de Oswald de Andrade, Jayme Compri defende a opinião que todo Grupo Teatro que começa deve necessariamente passar por Brecht. (MALNIC, 1995, p. 179)

A segunda peça dirigida por Jayme Compri “A vida de Galileu” de Bertold Brecht foi apresentada no teatro da ETFSP entre 1981 e 1982. É nesse momento que Jayme Compri traz para o teatro da ETFSP as obras de Bertold Brecht.

Malnic (1995), ainda afirma que,

O Grupo IVAMBA teve a sorte de iniciar com a *Vida de Galileu*, sob a orientação profissional do teatro. Ficou claro que, com este trabalho, o Grupo se elevou consideravelmente em nível, porque possibilitou um treino de reflexão em conjunto sobre a necessidade de

compreender o passado para encontrar uma forma de agir sobre o presente, principalmente no que concerne a responsabilidade do indivíduo diante da coletividade. (MALNIC, 1995, p. 179)

Cabe ressaltar que Jayme Compri finaliza os estudos da ETFSP no ano letivo de 1981. Porém, inicia o estágio obrigatório para a obtenção do certificado de Técnico em Processamento de Dados no ano letivo de 1982, quando já havia cumprido os quatro anos previstos do curso técnico, conforme dados apontados em seu prontuário de vida escolar, arquivado na Coordenadoria de Registros Escolares (CRE) do IFSP.

Observa-se ainda, que ao estender o vínculo com a ETFSP por mais seis meses a fim de cumprir as horas de estágio obrigatórias, como programador no departamento de desenvolvimento de software em uma empresa privada na capital paulista, cujo ramo de atividade era ligado a manufatura e comercialização de sistemas de computadores, conforme relatório de estágio do aluno e apresentado junto ao setor de estágios da ETFSP em 1982, Jayme Compri mantém o seu vínculo com o teatro na ETFSP, pois continua participando voluntariamente das atividades de EAT junto com os integrantes do grupo I.V.A.M.B.A.

Em 1982, no teatro da ETFSP é apresentada a terceira peça “Introdução ao povo e a morte”, uma criação do grupo I.V.A.M.B.A, obra baseada em temas do dramaturgo brasileiro Nelson Rodrigues. Em 25 de março de 1983 a peça foi encenada no SESC do Parque do Carmo. Jayme Compri é um admirador da obra de Nelson Rodrigues e ao dirigir e encenar a peça “Sórdida Beleza” do dramaturgo, afirma que:

Nelson Rodrigues é um mestre e sabe como esmigalhar e expor abertamente os elementos básicos que formam nossa personalidade. Transforma as pessoas, magicamente, em impulsos que se chocam numa luta sórdida e irracional, fazendo sobreviver, na realidade, estereótipos desagradáveis que a muito custo produzem uma vida limitada. Ampliando o comportamento individual, Nelson Rodrigues atinge a dimensão social e consegue criar um fantástico universo débil-mental, pai e mãe da minha geração. Por isso o meu interesse pelo velho e genial reacionário: contemplar a mentalidade primitiva que me educou. Vai surgir é claro, a pergunta: Por que fazer isso? A resposta é fácil. Isso é uma chave que torna possível (aos que sonham ser artistas) realizar uma fuga autêntica: extrair do inferno a beleza. (COMPRI, 1985)

O grupo I.V.A.M.B.A encena a peça “Viúva, porém honesta” também de Nelson Rodrigues, entre 1982 e 1984. Com este espetáculo, o grupo teatral participa do 8º Festival Estadual de Teatro Amador do SESC-Vila Nova em julho de 1984 e consagra-se vencedor do referido festival. (Figuras 5 e 6)

Entre os anos de 1983 e 1985, é encenada a peça “Felicidade para todos”, de autoria de Jayme Compri. Esta peça foi apresentada no Centro Cultural São Paulo, de 04 a 07 de julho de 1984, na sala Paulo Emílio Salles Gomes e deu a Jayme Compri o prêmio de melhor autor nacional no XII Festival Nacional de Teatro Amador da Universidade Estadual de Ponta Grossa/PR, em outubro de 1984, e de São Mateus/ES, em janeiro de 1985.



**Figura 5** – Folheto da peça: “Viúva, porém honesta”, em 1984.  
**Fonte:** Coordenadoria de Documentação e Memória (CDM) do IFSP-SPO, em 2019.



**Figura 6** – Foto dos atores da peça: “Viúva, porém honesta”, em 1984.  
**Fonte:** Coordenadoria de Documentação e Memória (CDM) do IFSP-SPO, em 2019.

Conforme material publicitário apresentado pelo grupo sobre a peça “Uma Bomba Poética”, Jayme Compri sintetiza a sua busca por uma sociedade mais humanizada, visto que para o autor “alienar-se da alienação talvez seja a superconsciência necessária” e que “em meio à ordem irracional e institucionalizada que se tornou a humanidade, a poesia parece a muitos uma balela de loucos”. E ao esclarecer os motivos pelos quais escreveu esta peça, é categórico em dizer que,

Os monstros da elite continuam enxergando o mundo através de seu narcisismo. Gratuitos produtos desse domínio inevitáveis itens de massa, nós inventamos espelhos para ampliar e deformar nossas mesquinharias. (E nem ficamos surpresos quando os vermes, atrevidos, começam a aparecer...). A loucura, ampla e agressiva, vem confundir os nossos preconceitos, e o que é mais importante, destruí-los. Lúcifer fragmentário, Jesus contemporâneo, Maria! Exorcismo de demônios, assassinatos de ingênuos. No fundo, é a explosão de uma realidade diferente que se forja. (COMPRI, 1985)

Diante da cronologia apresentada, é possível verificar que Jayme Compri levava em paralelo à sua rotina de estudante e de estagiário, às atividades artísticas. Pois, entre 1979 e 1985, as atividades do Grupo I.V.A.M.B.A fizeram com que o teatro na ETFSP de fato se solidificasse, permitindo que o grupo ultrapasse os muros da escola e destacasse no teatro amador nacional.

A primeira formação do Grupo I.V.A.M.B.A contava com os seguintes alunos/atores: Cristina H. C. Pinho, Cristina Lozano, Elenita Cardoso de Sá, Fabiana Macedo de Hollanda, Fernando Gonzalez, Heloisa Baurich, João Carlos de Oliveira Luz, José Antônio Correia Alexandre, Marcelo Salmaso, Marta Celí Benetti Méola, Moacir Bortoli Câmara, Noêmia Duarte, Rubens Neto, Sergio H. C. Pinho e Vânia Tamanaha.

Em 25 de setembro de 1985, o grupo faz o registro oficial sob o CNPJ nº 56.272.073/0001-97, cuja razão social denomina-se “Grupo de Teatro IVAMBA” e nome fantasia: IVAMBA. A partir de então, o I.V.A.M.B.A tornou-se um grupo de teatro permanentemente ativo, com ensaios e montagens regulares e que levou à felizes participações em festivais de teatro amador, ganhando prêmios de melhor espetáculo, figurino, cenografia, atriz e melhor direção.

Mate (2008), ao pesquisar sobre os espetáculos para adultos na cidade de São Paulo na década de 1980, faz um levantamento minucioso sobre as peças teatrais encenadas, autores, diretores, atores, locais e datas de apresentações. Dentre os inúmeros espetáculos apresentados, Jayme Compri figura como um importante autor e diretor, com especial destaque para as obras de Bertold Brecht e Nelson Rodrigues. A cronologia a seguir demonstra como Jayme Compri se destacou no período pesquisado pelo autor. Em 1985, dirigiu a peça “Felicidade para todos” de sua autoria com o Grupo IVAMBA, no Teatro Experimental Eugênio Kusnet e Cenarte. Não foi possível encontrar as datas de estreia e de encerramento da temporada. (MATE, 2008, p.102). Em 1986, adaptou e dirigiu “Rei Morto e o Cavalo” entropia da obra de Oswald de Andrade com integrantes do grupo IVAMBA. Peça encenada no Teatro Cenarte de 01 de setembro de 1986 a 25 de novembro de 1986 Teatro Cenarte. (MATE, 2008, p. 183)

Sua primeira grande montagem teatral profissional em São Paulo, ocorreu em 1988, quando participou com Ulysses Cruz da direção, cenografia e iluminação da peça:



“Erêndira” – adaptada por Walderez Cardoso Gomes da “Incrível história de Cândida Erêndira e sua avó desalmada de autoria de Gabriel Garcia Marques. Peça encenada no Teatro Dias Gomes de 09 de março de 1989 a 07 de maio de 1989. (MATE, 2008, p. 90)

Em 1988, Jayme Compri participou da criação do Grupo de Teatro “Boi Voador” e monta com o grupo a peça “Beatrícias: Cântico aos Pedacos de Poetas Malditos” de sua autoria. O roteiro é a junção de textos de William Blake, Arthur Rimbaud e Charles Baudelaire. Nesta peça, vários integrantes do Grupo I.V.A.M.B.A dão vida aos personagens, porém, agora, como integrantes do “Boi Voador”. Apresentação no Teatro Sergio Cardoso, de 27 de outubro de 1989 até 1990. (MATE, 2008, p. 41). Ainda em 1988, Corpo de Baile, entropia da obra de Guimarães Rosa, adaptação, dramaturgia e direção adjunta de Jayme Compri. A peça foi apresentação no Teatro João Caetano e Centro Cultural São Paulo (sala Jardel Filho) de 20 de maio de 1988 a 27 de novembro de 1988. (MATE, 2008, p. 65).

Em 1992, com o mesmo grupo dirigiu Ulysses Cruz na peça “Corpo de Baile”, participando do Festival Internacional de Cádiz, na Espanha. Jayme Compri teve uma carreira curta no teatro, porém deixou sua marca como autor, diretor e ator profissional. Sua morte veio a público em 12 de fevereiro de 1996 pelo jornal “Folha de São Paulo, com o seguinte título: “Teatro perde diretor Jayme Compri, 33”. A edição trazia uma pequena biografia a respeito das atividades teatrais desenvolvidas por Jayme Compri, que morreu aos 33 anos de idade, na Inglaterra, quando fazia mestrado em Dramaturgia Contemporânea na Goldsmith’s College da Universidade de Londres.

Segundo a edição, em Londres, ele estava fazendo a tradução de um texto para o diretor Ulysses Cruz, da peça “Rancor” para o inglês e ensaiava um monólogo com a atriz inglesa Norma Cohen. Também tinha projeto de montar a peça “O Olimpo dos Orixás”, de sua autoria. A última peça que Jayme Compri dirigiu no Brasil foi “Rancor”, em 1993, de Otávio Frias Filho. Dentro do universo dos críticos de cultura, a peça fala de disputas, vaidades e interesses pessoais que temperam as relações entre os intelectuais e a mídia. A peça ficou em cartaz em 1993, no Teatro Ruth Escobar, em São Paulo.

Em 1994, foi diretor-adjunto com Eduardo Bonito da peça “O Inspetor Geral”, de Gogól, com Antônio Abujamra e Clarice Abujamra. Em entrevista à Folha em 1993, quando “Rancor” estava em cartaz, Compri afirmou estar encantado com os atores que dirigia – Sergio Mamberti, Renato Borghi e Bete Coelho- e disse que a presença do autor criava “um embate produtivo” para a montagem.

Realizou-se então em 23 de setembro de 2015, durante a tradicional Semana de Tecnologia do Campus São Paulo do IFSP, uma emocionante cerimônia de designação do patrono do teatro do *campus* São Paulo do IFSP, juntamente com uma exposição de fotos, cartazes, folders, indumentárias, ingressos e outros materiais referentes às atividades artísticas culturais desenvolvidas entre os anos de 1979 e 1985 do Grupo I.V.A.M.B.A, tanto no interior da ETFSP, como das apresentações ocorridas externamente na cidade de São Paulo e diversas capitais do Brasil.

Para a cerimônia de reinauguração do Teatro Jaime Compri, foram convidados, além da comunidade interna e externa do *campus* São Paulo do IFSP, os antigos alunos da ETFSP que participaram do I.V.A.M.B.A., assim como familiares e amigos de Jayme Compri. (Figura 7)





**Figura 7** – Reinauguração do Teatro – Integrantes do I.V.A.M.B.A. (primeira fila), em 2015.

**Fonte:** CAV-SPO, em 2019.

Os integrantes do grupo I.V.A.M.B.A tiveram a oportunidade de contar sobre as suas formações acadêmicas e profissionais posteriores aos estudos na ETFSP. (Figuras 8 e 9).



**Figuras 8 e 9** – Integrantes do I.V.A.M.B.A. na homenagem à Jayme Compri, em 2015.

**Fonte:** CAV-SPO, em 2019.

Constatou-se então que alguns integrantes deram continuidade as atividades artísticas culturais, pois ainda permanecem atuando como atores e/ou diretores teatrais. Eles também puderam expressar a importância da iniciação teatral que tiveram no ambiente escolar, ainda que este ambiente seja o de uma escola técnica de educação profissionalizante, de currículo rígido e com viés voltado ao mundo do trabalho. Acredita-se que a atividade artística, neste sentido, promovia um ambiente escolar mais fluido.

## 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pode-se dizer que, após 40 anos de sua criação, a apropriação artística e cultural promovida pelo grupo I.V.A.M.B.A, se mantém na memória coletiva e individual de todos

aqueles que passaram pela instituição escolar. Já a trajetória profissional do grupo, pode-se dizer também que ultrapassou “os muros da escola Federal”, e continua influenciando as novas gerações do teatro escolar e profissional, visto que muitos atores e diretores do teatro profissional brasileira, sob as influências de Jayme Compri, continuam atuando até hoje.

Entende-se, portanto, que o teatro de Jayme Compri, iniciado no espaço escolar, se fez presente no Brasil e no mundo. O IFSP – *campus* São Paulo trouxe à comunidade atual por meio da designação patronímica à presença do ausente aluno, autor, diretor e ator Jayme Compri, fazendo com que a reabertura das atividades culturais artísticas do teatro escolar, ligasse o passado ao presente e ao futuro por meio da ressignificação de sua história e de sua memória.

## 5. REFERÊNCIAS

BRASIL. **ETFSP - Projeto de Melhorias do Ensino Técnico**, 1965. Acervo da Coordenadoria de Documentação e Mermória (CDM) do IFSP-SPO, em 2019.

MALNIC, Margot Petry. Algumas observações sobre a recepção do Brecht no Brasil. **Fragmentos**, v. 5 nº 1, pp 173-180, 1995. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/fragmentos/issue/archive>. Acesso em 01 jul. 2019.

MATE, Alexandre Luiz. **A produção teatral paulistana nos anos de 1980: rabiscando com faca o chão da história**: tempo de contar os (pre) juízos em percurso de andança. Tese de Doutorado, na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, História Social. 2008. 341p. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-04122008-152310/pt-br.php>. Acesso em: 01 jun. 2019.

SOUZA, Maria Cecília Cortez Christiano de. **A Escola e Memória**. Editora da Universidade São Francisco: EDUSP, 2000.

SOUZA, Rosa Fátima de. **Templos de Civilização**: a implantação da escola primária graduada em no Estado de São Paulo: (1890-1910) – Fundação Editora da UNESP, 1998.

# **A FORMAÇÃO DOCENTE EM ENFERMAGEM COMO CONCEPÇÃO: HISTÓRIA DO CONHECIMENTO SOBRE AS ESTRUTURAS SOCIAIS**

**Shirley da Rocha Afonso**

Unidade de Ensino Médio e Técnico

## **1. INTRODUÇÃO**

A formação do professor de Enfermagem, de acordo com Pryjma (2009), ainda é tema para debate e necessita de mais estudos e desenvolvimento de projetos institucionais, capazes de intervir direta e indiretamente em sua caracterização.

Mesmo com desenvolvimento e aprimoramento, ao longo dessas últimas décadas, o ensino em Enfermagem é constituído de um modelo de formação de enfermeiros-docentes em torno de um currículo hospitalocêntrico (AMENDOEIRA, 2004). As orientações curriculares consideram a produção cultural de identificação de domínios centrados apenas em técnicas e procedimentos.

Assim, a proposta de formação docente se baseia no questionamento em como ela se alicerça nos princípios de competência e como se constitui o processo de estrutura social.

Enquanto sujeito que aprende, constituído pelo que aprende, o homem não pode desvincular o que faz no mundo daquilo que faz de si mesmo, por sua capacidade de reflexão. Na articulação dessas duas instâncias – o eu e o mundo – consiste na capacidade de reflexão, isto é, a posse de seu saber sobre si mesmo e seu mundo. (MARQUES, 1992, p. 39)

De acordo com Pinhel (2006), o significado de competência representa a relação entre o desafio de refletir sobre o ser e o fazer do professor em Enfermagem, isto, repercute na forma de como se constitui a estrutura social da formação do indivíduo e está associada ao entendimento de sucesso na autoridade, influenciando o perfil profissional.

Nessa esfera, se reconhece que é complexo desenvolver competências docentes e que elas transcendem o conceito cartesiano de aquisição de conhecimentos e habilidades simples. Entretanto, a repercussão geral da formação do docente não pode se fixar apenas no desenvolvimento de aulas sem responsabilidade e sem interesse. (PINHEL, 2006)

O termo competência então, de acordo com Pinhel (2006), é empregado para o conjunto dos saberes teóricos e práticos de determinado conhecimento. Reflete a capacidade do indivíduo em realizar e articular domínios encontrados em situações e acontecimentos próprios.

Percebe-se um campo de formação da estrutura social de um indivíduo sistemático e intencional, assim como a educação é. Pois, se exige a interação entre saber teórico

e a aplicação da realidade por meio do relacionamento humano e baseado em troca das experiências de trabalho.

O ideal para a formação docente é constituir uma identidade profissional sustentada na concepção cultural da própria profissão, respeitando sua natureza complexa e histórica. (COUTINHO, 2011) Portanto, segundo Pinhel (2006), a formação do docente necessita adquirir competências capazes de proporcionar sentidos e significados pedagógicos para o estudante.

O que se vê hoje em dia é, em muitas vezes, o despreparo de alguns enfermeiros-docente quanto à transmissão de conhecimentos, avaliação e discussões em sala de aula, sendo um fator constante de preocupação para a área de educação em Enfermagem.

Neste sentido, a forma da estrutura social da formação docente deve ser pensada e construída para que a aquisição de uma identidade de enfermeiros-docentes seja fortalecida e alicerçada em autonomia e reflexão assertivas. (DIONÍSIO, 2014)

Os professores são um corpo profissional que resiste à moda (efeito de rigidez) e que é muito sensível à moda (efeito de moda). O equilíbrio pessoal entre a rigidez e a plasticidade caracteriza maneiras distintas de encarar a profissão docente. Também a profissionalização do ensino se fez à custa desse saber experiencial, podendo-se perceber um fenômeno de desvalorização da formação profissional. Por isso, é fundamental fazer com que os professores adquiram consciência dos saberes que possuem e os trabalhem sob os aspectos teórico e conceptual em sua própria formação. (DIONÍSIO, 2014, *online*)

Segundo Bassinello (2002), a Associação Brasileira de Enfermagem (ABEN), até a década de 1980, preocupava-se em como eram estabelecidas as formações iniciais e continuadas dos docentes de nível médio e superior dos cursos de Enfermagem e proporcionava subsídios para construir saberes profissionais potencializadores para o trabalho em Enfermagem. (COUTINHO, 2011)

Neste sentido, cabe conhecer e caracterizar o perfil docente e quais competências são essenciais para a formação docente a partir da gestão do curso de Enfermagem do Centro Paula Souza. Assim, questiona-se: como é a formação docente do professor de Enfermagem? Como o enfermeiro se torna docente? Quais seus interesses e caminhos construídos?

## 2. OBJETIVO

Identificar a percepção de enfermeiros-docentes a respeito da formação docente.

### 3. MÉTODOS

Este estudo teve como princípio metodológico a concepção histórica do conhecimento, percorrendo os aspectos de estruturas sociais que configuram a formação docente em Enfermagem. A pesquisa foi realizada pela abordagem qualitativa, compreendendo um estudo exploratório e descritivo e apoiando-se ao método da história oral temática.

Para a identificação das memórias e percepções sobre a formação do enfermeiro docente, o projeto se pautou no método de entrevista oral proposto por Meihy (2006) que, apresenta a história oral como,

[...] mais do que uma técnica, e que constitui em uma metodologia [...] aplicado onde os documentos convencionais não atuam, revelando segredos, detalhes, ângulos pouco ou nada prezados pelos documentos formalizados em códigos dignificados por um saber acadêmico que se definiu longe das políticas públicas [...] admitir outras vezes em um mesmo projeto releva o papel das lógicas que se opõem. Desta forma, não se pode pensar, por exemplo, em entender um processo como um todo se não forem levados em consideração os discursos opostos: não há história oral dos torturados sem a consideração dos argumentos dos torturados. Vítimas e perpetradores dividem um mesmo espaço histórico que só se explica em conjunto. (MEIHY, 2006, p. 191-203)

As narrativas ou entrevistas de história oral ofereceram uma grande opção no concernente ao estudo dos percursos pessoais e profissionais de docentes. Permitindo assim, a aproximação com os professores gestores do curso de Enfermagem do Centro Paula Souza e objetivando compreender os significados de suas experiências, vivências e percepções acerca da formação docente, no contexto da Educação Profissional de Nível Médio em Enfermagem.

O uso da história oral é compreendido por Meihy (2006), como um fundamento que deve ser aplicado quando os registros documentais não são suficientes para elucidar aspectos subjetivos dos fatos históricos que define pelas experiências vivenciadas; quando se pretende procurar mais sobre situações que não estão descritas nas políticas públicas.

Neste sentido, o método escolhido neste trabalho se torna relevante para a investigação científica centrada na área da educação, pois, propicia a compreensão de condições específicas que não se encontram em documentos oficiais ou são respondidas por formulários sistemáticos com perguntas fechadas e que não captam as entrelinhas dos significados subjetivos. (COUTINHO, 2011)

Assim, foram pesquisadas três professoras gestoras que atuam na coordenação geral do curso de Enfermagem do Centro Paula Souza. Estas professoras compõem as equipes de gestão curricular e de supervisão de estágio dos cursos Técnicos de Enfermagem das Escolas Técnicas Estaduais (Etecs) do Centro Paula Souza (CPS).

Para a coleta de dados das fontes orais foram utilizados questionários socioeconômicos, contendo dados sobre sexo, idade, estado civil, formação e trabalho e uma entrevista semiestruturada, contendo a questão norteadora: Quais competências são necessárias para a formação docente em Enfermagem?

As entrevistas foram gravadas, por voz, após o aceite dos sujeitos e assinaturas posterior dos termos de autorização de cessão de autoria e de imagem. A análise das fontes foi mediada por referenciais teóricos que consideram a atuação dos indivíduos como agentes históricos.

## **4. RESULTADOS**

As entrevistadas selecionadas para este trabalho foram as enfermeiras-professoras, que atualmente desenvolvem atividades de coordenação geral do Curso Técnico em Enfermagem no Centro Paula Souza.

Essas professoras são responsáveis pelas tomadas de decisões quanto ao funcionamento e manutenção das aulas e aplicação das legislações vigentes sobre o ensino de Enfermagem de Nível Médio. Trabalham nos setores de Grupo de Formulação e Análises Curriculares (GFAC) e Grupo de Supervisão Educacional (GSE).

O GFAC é o departamento responsável pela definição curricular dos cursos de nível médio e técnico do Centro Paula Souza. Esquematiza e direciona o planejamento e o desenvolvimento dos perfis profissionais, competências, habilidades e bases tecnológicas dos componentes curriculares dos cursos, separados por eixos tecnológicos, ofertados nas Etecs do Centro Paula Souza. (CENTRO PAULA SOUZA, 2015)

### **4.1. Entrevistas de História Oral de Vida com Enfermeiras-docentes**

As professoras entrevistadas para este trabalho e que executam suas atividades no GFAC são profissionais com formação de nível superior em Enfermagem e com experiência consolidada na liderança e gestão dos serviços de enfermagem nas instituições de saúde. Já o GSE é o departamento responsável pela supervisão e implementação da organização dos cursos e escolas do Centro Paula Souza (CENTRO PAULA SOUZA, 2014). A professora deste setor tem formação de nível superior em Enfermagem e experiência na assistência e gestão dos serviços de Enfermagem.

#### **4.1.1. Marisa Ramos**

Marisa Ramos (Figura 1) nasceu em Lorena, São Paulo, em 1964, é casada e tem duas filhas adolescentes. Formou-se em Graduação de Enfermagem, 1986, pela Escola Venceslau Braz, em Itajubá, Minas Gerais. Atuou como Enfermeira no Hospital Estela Mare, em Guarulhos, entre 1988 e 1989, em seguida na Unidade de Oftalmologia e Cirurgia de Catarata, com a equipe do Dr. Tadeu, e na UTI de Oftalmologia, no Hospital Parque Dom Pedro, São Paulo, entre 1988 e 1990.

Devido aos problemas de saúde voltou para Lorena e, lá, assumiu a Direção de Hemodiálise do Hospital de Misericórdia da Santa Casa de Guaratinguetá, permanecendo entre 1990 e 1992. Voltou para São Paulo e assumiu a Supervisão e Gerência de Enfermagem, entre 1992 e 1999, do Hospital Bandeirantes. Mas, logo em seguida mudou-se para Cachoeira Paulista, em 1999, para assumir a Gerência de Enfermagem do Hospital de Misericórdia da Santa Casa de Cachoeira Paulista, permanecendo até 2005.

Atualmente é Coordenadora de Projetos em Enfermagem responsável pela atualização curricular do Curso Técnico em Enfermagem do Centro Paula Souza.



**Figura 1** – Marisa Ramos em entrevista na Administração Central do CPS, em 21/05/2018.

#### **4.1.2. Maria Rita Evangelista**

Maria Rita Evangelista (Figura 2) nasceu em São Paulo, em 1985. É casada e tem duas filhas, a primeira com 13 anos e a caçula com 11 meses. Formou-se em Enfermagem, em 2009, pelo Centro Universitário São Camilo e, em 2012, finalizou a especialização em Centro Cirúrgico e CME pela Universidade Federal de São Paulo. Atuou como Enfermeira assistencial na modalidade de *Homecare*, fazendo curativos, medicamentos etc. Ficou nesta área até 2012 e, em seguida, trabalhou na ProCare Serviços de Saúde Ltda (PROCARE), uma empresa para monitorização da saúde por telefone, por 6 meses.

Em 2013, foi trabalhar no Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, onde atuou como Enfermeira assistencial do Centro Cirúrgico do Instituto de Ortopedia e Traumatologia (IOT), por 1 ano. Após sair do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, foi admitida no Centro Paula Souza como Professora Determinada em um contrato de Emergência pela Etec Carlos de Campos.

Atualmente é Coordenadora de Projetos responsável pela Certificação de Competências.



**Figura 2** – Maria Rita Evangelista em entrevista na Administração Central do CPS, em 21/05/2018.

#### **4.1.3. Tereza Cristina Silva**

Tereza Cristina Silva (Figura 3) nasceu e cresceu em São Paulo, em 1968, tem três filhas adultas e um neto de cinco anos. Formou-se no Magistério, em 1985, aos 17 anos e, em 1986, ingressou, como escriturária na Polícia Civil e na Faculdade Adventista, no Curso de Graduação de Enfermagem. Em 1988, foi promovida a escrivã da Polícia Civil.

Atuou como Enfermeira nos Hospital Central da Santa Casa de Misericórdia de São Paulo, Hospital do Campo Limpo, Pronto Socorro Central da Prefeitura de Embu das Artes, Hospital Santa Marta, Hospital Paulistano e Hospital Israelita Albert Einstein.

Construiu uma carreira profissional com referência na Assistência de Enfermagem e Gestão do Serviço de Enfermagem. Foi coordenadora de curso do Centro Formador Cruz Vermelha São Paulo, por três anos.

Atualmente é Coordenadora de Projetos em Enfermagem do Grupos de Gestão Pedagógica da Supervisão Educacional do Centro Paula Souza, conduzindo a gestão dos cursos de Enfermagem de 58 Etecs no Estado de São Paulo.

Todas tiveram seu percurso profissional marcado pela experiência vivenciada na assistência de enfermagem antes do ingresso no trabalho docente.





**Figura 3** – Tereza Cristina Silva em entrevista na Administração Central do CPS, em 04/06/2018.

Ao analisar os relatos orais das entrevistadas foi possível identificar uma cultura docente instituída no curso de Enfermagem do Centro Paula Souza, compreendendo um perfil característico profissional da instituição para a organização escolar e os espaços curriculares. (MIRANDA E SILVA, 2012)

Entende-se que, toda a formação profissional em enfermagem é centrada pela interpretação e percepção de como o docente emprega seus métodos pedagógicos, por isso, de acordo com Bassinello (2002), os modelos de ensino são reflexos de como se dá essa formação docente.

Esses modelos de ensino foram consolidados a partir das legislações pertinentes e instituíram o processo de formação dos docentes na área de Enfermagem. Segundo Bassinello (2002), percebe-se esse tipo de formação a partir da lei do exercício profissional de Enfermagem, Lei nº 7498/86, que enfoca a participação em ações de ensino, treinamento de pessoal, atividades educativas extraescolar e formação profissional como sendo atribuição do Enfermeiro.

Identifica-se também a abordagem legal da participação do Enfermeiro na área da educação por meio da Resolução nº 2, de 26 de junho de 1997, que

[...] dispõe sobre a formação pedagógica de docentes para as disciplinas do currículo do ensino fundamental, de ensino médio e da educação profissional em nível médio estabeleceu que, a mesma será feita em cursos regulares de licenciatura, em cursos regulares para portadores de diploma de educação superior e em programas especiais de formação pedagógica. Os programas especiais se desenvolverão em, pelo menos, 540 horas, incluindo a parte teórica e prática, esta com duração mínima de 300 horas; a parte teórica do programa poderá ser oferecida utilizando metodologia semipresencial, na modalidade de ensino à distância, sem redução de carga horária. (BASSINELLO, 2002, p. 40)

Aos finais de cada entrevista foram possíveis destacar duas categorias, que definem a concepção das professoras sobre a formação docente e todas enfatizaram a importância em fortalecer a educação do Enfermeiro para a área da educação. As categorias presentes na análise das entrevistas foram: 1. Concepção da formação pedagógica; 2. Escolhas e práticas docentes.

Elas afirmam que o Enfermeiro tem como função fundamental educar a população a respeito dos cuidados da saúde e, com isso, é uma vertente para ser educador-formador de novos profissionais.

Assim, salientam que as Graduações de Enfermagem deveriam investir na formação docente como princípio educativo do enfermeiro, pois, o enfermeiro-docente passou a desempenhar um papel de permanente necessidade de formação para garantir a qualidade do ensino em enfermagem. (PRYJMA, 2009)

## 4.2. Concepção da formação pedagógica

Ao refletir sobre a formação em Enfermagem, a primeira categoria: concepção pedagógica; é compreendida a partir do significado de comprometimento que o docente deposita em seu trabalho. Acredita-se que o comportamento do Enfermeiro é educativo e, portanto, compromissado e ético.

O Enfermeiro docente está envolvido com o processo educativo e assumindo, assim, a responsabilidade formativa do indivíduo. Este conceito encontra-se intrínseco ao processo de ensino e aprendizagem pressupondo a mediação ligada à instrução, orientação e transmissão de conhecimentos técnicos e científicos. (BASSINELLO, 2002)

[...] A maioria dos enfermeiros não entende que ministrar aulas é uma oportunidade em formar um profissional capaz de atender a sociedade como ela precisa. [...] muitos não têm o compromisso, até mesmo, com a profissão e não se preparam para transmitir os conhecimentos específicos de maneira adequada. (Entrevista concedida por Maria Ramos, em 21 de maio de 2018)

Entretanto, essa noção de comprometimento reflete, muitas vezes, em uma contradição por não haver uma atenção adequada na formação do Enfermeiro. Ainda, há muitas unidades escolares que visam a formação técnica do Enfermeiro e menospreza a formação pedagógica, gerando um déficit da educação em saúde e de formação docente do profissional de enfermagem.

Para as professoras entrevistadas a formação de professores em Enfermagem, sob o princípio pedagógico, é muito falha e é quase inexistente, até mesmo nos cursos de graduação que preveem a Licenciatura. Com isso, as entrevistadas reforçam a ideia de a formação de Enfermagem ser fundamentada em uma formação pedagógica, uma vez que o enfermeiro assistencial faz também educação em saúde para comunidade atendida.

Nesta linha de pensamento, corrobora-se com a afirmação de Pinhel (2006) sobre a dedicação e esforço do sistema de ensino para estruturar o currículo de formação docente,

com estima ao desenvolvimento pedagógico e sustentado em princípios educativos em Enfermagem. Ou seja, um currículo escolar com foco na construção de competência e pela busca do conjunto em Enfermagem (conceitos, práticas etc.).

Elas afirmam que é preciso desenvolver conhecimentos teórico-pedagógico, didático-pedagógico e senso de formação social.

[...] A formação de professores de enfermagem começa de forma errada. Acredito que para ser professor, inicialmente *é necessária a experiência profissional, de no mínimo 5 ou 6 anos de trabalho na assistência de enfermagem direta, para só então, ingressar no trabalho docente.* (Entrevista concedida por Maria Rita Evangelista, em 21 de maio de 2018)

É preciso compreender que, a Enfermagem se constitui numa especialidade de atendimento útil e necessária para a sociedade. Ocupa lugar de destaque na saúde e suas atividades são essenciais. Assim, urge o interesse em assumir a responsabilidade e seu papel social, estruturando um perfil reconhecido e significativo. (AMENDOEIRA, 2004)

[...] O enfermeiro sempre está transmitindo conhecimentos, educando uma pessoa. *Não tem como cuidar de alguém e não a educar para continuar o próprio cuidado.* (Entrevista concedida por Tereza Silva, em 04 de junho de 2018)

Ao analisar os termos Sociedade e Social, para caracterizar a estrutura histórica social do perfil de formação docente, ressalta-se que é importante refletir sobre o significado de sociedade e social, expresso por Amendoeira (2004) quando menciona sobre o complexo das Relações Humanas, sendo este um sistema de interação que consiste em reciprocidade.

[...] Muitos enfermeiros escolhem a docência, porque se vê aí o empoderamento do “Ser Professor”, que detém o poder sobre o saber além de outro. (Entrevista concedida por Tereza Silva, em 04 de junho de 2018)

Em outras palavras, na concepção de interação social a postura do professor se caracteriza pela tradição da imagem de poder e status consolidada e, então, o processo de ensino se sustenta na repetição de técnicas supervalorizadas e sem reflexão.

Dito isso, de acordo com Paulino (2017), a formação docente em Enfermagem deve compreender a relação de interação, inter-relação e referência teórico-científico para produzir significado fundamental e essencial para suas ações na sociedade.

O professor deve adotar um comportamento consciente aos preceitos da educação, assumindo posturas embasadas cientificamente e com princípios metodológicos (PAULINO et. al., 2017). Ao compreender o princípio da formação da estrutura social da formação docente em Enfermagem intenciona-se afirmar que, as ações dos indivíduos provocam situações sociais significativas resultantes de orientação de um comportamento reprodutivo e específico.

Em outras palavras, as relações e ações docentes estabelecem o perfil profissional da especialidade e, por isso, a formação docente em Enfermagem merece atenção especial.

### 4.3. Escolhas e práticas docentes

Nessa linha de compreensão percebe-se que, a formação do enfermeiro educador depende do comportamento édito e, este, impõe como serão tomadas as decisões para o desenvolvimento das práticas de ensino. Entretanto, Pinhel (2006) chama atenção para a formação docente em Enfermagem, pois, esta, exige reflexão e criticidade a respeito da formação do indivíduo.

[...] Durante a formação social do aluno, você o vê com um olhar diferente e percebe que existem formas diferentes de ensinar este aluno. [...], mas, se você não percebe isso, há uma grande chance de anular todo o percurso de formação deste aluno, tanto em questões de conhecimentos teóricos como de construção de perfil e identidade específicos para o exercício da formação. (Entrevista concedida por Tereza Silva, em 04 de junho de 2018)

O Enfermeiro, geralmente, escolhe a formação de novos profissionais por se identificar sua tarefa assistencial, pois, a enfermagem tem caráter fundamental na educação. (COUTINHO, 2011)

A dimensão política consiste em que, dirigindo-se aos não antagônicos a educação os fortalece (ou enfraquece). Por referência aos antagônicos e desse modo potencializa (ou despotencializa) a sua prática política. A dimensão educativa da política consiste em que, tendo como alvo os antagônicos, a prática política se fortalece (ou enfraquece) na medida em que, pela sua capacidade de luta ela convence os não antagônicos de sua validade (ou não validade) levando-os a se engajarem (ou não) na mesma luta. (SAVIANI, 1986, p.88)

Conforme a afirmação das entrevistadas, o trabalho docente está envolvido nas escolhas e práticas do professor e, portanto, passível de julgamento ético e comportamental, formado por uma estrutura social prévia. As entrevistadas julgam que, a formação docente em Enfermagem carece de profissionalismo e

[...] passa a ser uma questão de sobrevivência exigindo o que o docente se volte, cada vez mais, para o desenvolvimento de competências, pois, [...] o corpo de conhecimentos que o profissional adquire, não está associado apenas (grifo nosso) ao conhecimento profissional com características próprias de situações da prática, ou seja, com situações que geram instabilidade, complexidade, incerteza, conflito de valores e sendo que estas características, não são resolvidas com o emprego de conhecimentos especializados e de tarefas bem definidas. (Entrevista concedida por Maria Rita Evangelista, em 21 de maio de 2018)

A prática docente, quando realizada eficazmente, promove a aquisição de novos conhecimentos, pois, o enfermeiro-docente comprometido com seu trabalho desenvolve

planos de aulas mais estruturados. Assim, de acordo com Fernandes e Souza (2017), a identidade profissional formada estará focada no domínio técnico do conhecimento e contribuindo para a compreensão da prática profissional exigida no mundo do trabalho.

O desenvolvimento da identidade acompanha o processo de maturidade do docente na profissão, quanto maior a sua experiência maior a sua segurança em identificar-se como docente e acompanhar as fases de maior ou menor aproximação com a profissão, como num processo de metamorfose. (FERNANDES; SOUZA, 2017, p. 6)

Porém, as entrevistadas destacam a importância de as escolas saberem escolher corretamente seu corpo docente, pois, é preciso estruturar a educação por meio de contratação de profissional adequado.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho buscou, por meio das entrevistas orais de personagens considerados importantes para a manutenção dos cursos de Enfermagem do Centro Paula Souza, identificar qual é a percepção que essas enfermeiras-docentes têm a respeito da formação docente em Enfermagem.

Através do princípio metodológico sobre aspectos de estruturas sociais foi possível compreender os significados de experiências, vivências e percepções acerca da formação docente, no contexto da Educação Profissional de Nível Médio em Enfermagem.

As entrevistas permitiram compreender que, o significado de formação docente em Enfermagem deve permear o sentido de comprometimento ético com o trabalho na docência e, isso, é desenvolvido na formação docente independente dos interesses pessoais ou políticos. Além disso, o perfil docente traçado durante a formação pedagógica é adquirido por meio de uma cultura sustentada num princípio de interrelação social e sustentado na aquisição do status de poder.

As literaturas e narrativas das entrevistadas reforçam ao alerta para uma formação pedagógica mais objetiva e caracterizada em princípios técnico-científicos, respeitando e valorizando os preceitos éticos e de cidadania.

Esse senso comum de comprometimento ético profissional, construído na estrutura social da formação docente, é sustentado na crença que a Enfermagem é uma profissão essencial e útil para a sociedade assumindo grande carga de responsabilidade social.

## 6. REFERÊNCIAS

AMENDOEIRA, José. **Entre preparar enfermeiros e educar em enfermagem: uma transição inacabada**. 2004. 431 f. Tese (Doutorado em Sociologia da Educação) – Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Lisboa, 2004.

BASSINELLO, Greicelene Aparecida Hespanhol. **Perfil dos professores de ensino médio profissionalizante de enfermagem na região de Piracicaba**. 2002. 130 f. Dissertação (Mestrado em Enfermagem) – Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002.

CENTRO PAULA SOUZA. Grupo de Supervisão Educacional. **Apresentação**. São Paulo, 2014. disponível em: <<http://www.portal.cps.sp.gov.br/cetec/>>. Acesso em: 20 mai. 2019.

CENTRO PAULA SOUZA. Sistema do Laboratório de Currículo: GFAC. **Apresentação**. São Paulo, 2015. Disponível em: <<http://cpscetec.com.br/gfac/index.php>>. Acesso em: 20 mai. 2019.

COUTINHO, Grasielle Gonçalves. **História de vida de professora: da escola normal ao curso de pedagogia e ao percurso profissional**. 2011. 96 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Pedagogia) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2011. Disponível em: <<http://www.uel.br/ceca/pedagogia/pages/arquivos/GRASIELLE%20GONCALVES%20COUTINHO.pdf>>. Acesso em: 20 mai. 2019.

DIONÍSIO, Eva Maurice. A formação docente e a metodologia do ensino nos cursos superiores da improvisação docente ao (des)preparo metodológico. IN: Congresso de Leitura do Brasil, 14., 2014, Paraná. **Anais...** Paraná: Uniandrade, 2014. Disponível em: <[http://alb.com.br/arquivo-morto/edicoes\\_anteriores/anais14/Sem14/C14026.doc](http://alb.com.br/arquivo-morto/edicoes_anteriores/anais14/Sem14/C14026.doc)>. Acesso em: 20 mai. 2019.

EVANGELISTA, Maria Rita. **Entrevista concedida à professora Shirley da Rocha Afonso** da Unidade de Ensino Médio e Técnico do Centro Paula Souza, em 21 de maio de 2018.

FERNANDES, Carla Natalina da Silva; SOUZA, Maria Conceição Bernanrdo de Mello e. Docência no ensino superior em enfermagem e constituição identitária: ingresso, trajetória e permanência. **Revista Gaúcha de Enfermagem**, Rio Grande do Sul; v. 38, n. 1, 2017. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rgenf/v38n1/0102-6933-rgenf-1983-144720170164495.pdf>>. Acesso em: 20 mai. 2019.

MARQUES, Mário Osório. **A formação do profissional da educação**. Ijuí, Editora UNIJUÍ, 1992.

Meihy, José Carlos Sebe; Holanda, Fabíola. **História oral: como fazer, como pensar**. São Paulo: Contexto, 2007.

MIRANDA E SILVA, Talia Dias. **Trajetórias de formação de professoras de educação infantil: história oral de vida**. 2012. 260 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de São Paulo, Faculdade de Educação, São Paulo, 2012.

PAULINO, Valquíria Coelho Pina; SILVA, Luiz Almeida; PRADO, Marinésia Aparecida do; BARBOSA, Maria Alves; PORTO, Celmo Celeno. Formação e saberes para a docência nos cursos de graduação em enfermagem. **Journal Health NPEPS**, Tangará da Serra; v. 2, n. 1, p. 272-284, 2017. Disponível em: <<https://periodicos.unemat.br/index.php/jhnpeps/article/viewFile/1822/1676>>. Acesso em: 20 mai. 2019.

PINHEL, Inahíá. **O desenvolvimento de competências para a docência segundo a vivência de docentes de um curso de graduação em enfermagem**. 2006. 251 f. Tese (Doutorado em Enfermagem) – Universidade de São Paulo, Escola de Enfermagem, São Paulo, 2006.

PRYJMA, Marielda Ferreira. **A pesquisa e o desenvolvimento profissional do professor da educação superior**. 2009. 180 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, Faculdade de Educação, São Paulo, 2009.

RAMOS, Maria. **Entrevista concedida a professora Shirley da Rocha Afonso** da Unidade de Ensino Médio e Técnico do Centro Paula Souza, em 21 de maio de 2018.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia o espaço da educação na universidade**. In: cadernos de pesquisa, v.37, n. 130, p.99-134, jan/abr. 2007.

SILVA, Tereza. **Entrevista concedida a professora Shirley da Rocha Afonso** da Unidade de Ensino Médio e Técnico do Centro Paula Souza, em 04 de junho de 2018.





# **HISTÓRIA E MEMÓRIA DOS CURSOS TÉCNICOS DO CENTRO PAULA SOUZA: O EIXO TECNOLÓGICO DE TURISMO, HOSPITALIDADE E LAZER**

**Guilherme Antonio Bim Copiano<sup>1</sup>. Vinicius Moraes Raszl<sup>2</sup>.**

**Sueli Soares dos Santos Batista<sup>3</sup>**

1. Escola Técnica Estadual João Belarmino.

2. Escola Técnica Estadual Santa Ifigênia.

3. Fatec – SP. Unidade de Pós-Graduação

## **1. INTRODUÇÃO**

O presente trabalho proposto para a “Jornada Patrimônio Cultural da Educação Profissional e Tecnológica: Edifícios, Patronos e Diversidade na Gestão Escolar”, enquadra-se no Eixo II: Instituições, Patronos, Identidade, Memórias e História da Educação Profissional e Tecnológica e refere-se à pesquisa e à análise da trajetória histórica dos cursos do Eixo Tecnológico de Turismo, Hospitalidade e Lazer no Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza (Ceeteps). A preservação e o resgate histórico do Eixo Tecnológico de Turismo, Hospitalidade e Lazer é um movimento significativo a respeito da construção do patrimônio educativo da instituição. O objetivo desta pesquisa é delimitar historicamente a trajetória do Eixo Tecnológico de Turismo, Hospitalidade e Lazer no contexto da construção do patrimônio educativo no Ceeteps. Ao se propor o estudo histórico deste eixo tecnológico realizou-se revisão bibliográfica e pesquisa a partir de documentos textuais e iconográficos disponíveis na instituição. Neste sentido, utilizou-se o Banco de Dados da Unidade de Ensino Médio e Técnico (BDCetec) que contém informações que propiciam a avaliação da trajetória dos cursos desde o ano de 1998. Neste trabalho também foi utilizada a metodologia da história oral com uma representante do Grupo de Formulação e Análises Curriculares da Unidade de Ensino Médio e Técnico (Gfac/Cetec) e professora especialista do Eixo Tecnológico de Turismo, Hospitalidade e Lazer.

O que se observa sobre o contexto histórico de implantação é a escassez de registros, em especial os documentais. Neste aspecto apresenta-se a importância dos professores como responsáveis pela identidade e memória deste eixo tecnológico e a possibilidade que a história oral oferece na busca das informações que este trabalho vislumbra. Reconhece-se, no entanto, que os relatos de história oral não tratam somente de uma mera coleta de informações. É um processo que parte da identificação e do preparo de uma relação com o entrevistado para que este possa manifestar suas experiências profissionais vivenciadas ao longo da implantação e das modificações pelas quais os cursos passaram. Espera-se desta pesquisa uma contribuição relevante em termos de história na área da educação profissional e tecnológica. A preservação do patrimônio educativo busca relatar o valor histórico dos cursos técnicos de turismo e hotelaria no desenvolvimento desta área dentro do Ceeteps. A temática do patrimônio educativo possibilita o desenvolvimento de novas pesquisas, a produção documental, a preservação patrimonial e cultural das Escolas Técnicas Estaduais (Etes).

O Ceeteps tem uma importância na implantação das formações técnicas no Eixo Tecnológico de Turismo, Hospitalidade e Lazer no estado de São Paulo. O primeiro curso implantado foi o de Técnico em Turismo, na década de 1990, e com a promulgação do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (CNCT) foi extinto, dando lugar aos cursos Técnico em Agenciamento de Viagem, Técnico em Cozinha, Técnico em Eventos, Técnico em Guia de Turismo, Técnico em Hospedagem, Técnico em Lazer e Técnico em Restaurante e Bar.

A trajetória da formação profissional no Eixo Tecnológico de Turismo, Hospitalidade e Lazer teve seu início, de modo formal, na década de 1950, com iniciativas baseadas na oferta de cursos de qualificação a funcionários de hotéis e restaurantes. A efetivação da educação de cursos técnicos e superiores surgiu de demandas da sociedade e do mundo do trabalho, mas, somente na década de 1970 foram implantados os primeiros cursos superiores de Bacharelado em Turismo no Brasil.

Os cursos técnicos, por sua vez, eram limitados, nesse primeiro período a poucas iniciativas, tendo sua consolidação a partir do decênio de 1990. Neste período o curso Técnico em Turismo começa a ser oferecido no Ceeteps, o que foi uma ação pioneira.

O presente artigo é dividido em duas seções. A primeira seção trata das origens históricas e legais da formação profissional na área do Turismo, Hospitalidade e Lazer no Brasil. A segunda seção, a partir de dados institucionais do Ceeteps e da entrevista de história oral, é apresentada a especificidade dos cursos do Eixo Tecnológico de Turismo, Hospitalidade e Lazer na instituição *locus* da pesquisa para a qual se pretende contribuir com elementos fundamentais na construção de sua história e da sua memória.

## **2. ASPECTOS HISTÓRICOS E LEGAIS DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL NA ÁREA DO TURISMO, HOSPITALIDADE E LAZER NO BRASIL**

A formação de profissionais na área de Turismo, Hospitalidade e Lazer, no Brasil, teve início ainda na década de 1950, com iniciativas feitas pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC). Esta instituição é situada principalmente na região Sudeste do país, com enfoque em cursos de qualificação de funcionários, hotéis e restaurantes.

Em 1966, foi instituída a Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR), hoje Instituto Brasileiro de Turismo, que tinha a responsabilidade de fomentar a área no território nacional e divulgar o país no exterior. Vale afirmar, entretanto, que não houve por esse órgão, em um primeiro momento, a preocupação com a implementação de políticas de educação no setor.

Em 1971, o Conselho Federal de Educação estabeleceu o currículo mínimo para o Curso Superior em Turismo e, nesse mesmo ano, o Conselho Estadual de Educação de São Paulo autorizou a implantação de cursos técnicos nesse mesmo ramo. Entretanto, verifica-se que havia pouco interesse das escolas de Ensino Médio por essa formação.

A mesma análise sobre a baixa demanda pela educação de nível médio, a princípio, indicava a demanda por uma instrução de nível superior, que no mesmo ano foi implantada na Faculdade de Turismo do Morumbi, atualmente conhecida como Universidade Anhembi-Morumbi. Seguiu-se a este período a criação de cursos em outras instituições, como na Universidade Católica de Petrópolis (UCP) e na Universidade de São Paulo (USP), conforme apontam Meira e Amorim (2016).

Até o decênio de 1990, poucas foram as ações em termos de educação técnica e qualificações, ficando as ações restritas às instruções de qualificação profissional do SENAC e do Ensino Técnico dos Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET).

Nos anos 2000, segundo Câmara, Souza e Lima (2013), as formações de turismo, motivadas pelo discurso de profissão do futuro, experimentaram um *boom*, chegando a 600 cursos no país em 2005. As instruções técnicas, por sua vez, acompanharam esse crescimento e se expandiram entre as instituições públicas e privadas por todo o país.

## **2.1 Referenciais Curriculares Nacionais da Educação Profissional de Nível Técnico: Turismo e Hospitalidade**

Propõe-se nesse item um estudo histórico sobre o Eixo Tecnológico de Turismo, Hospitalidade e Lazer e dos cursos Técnicos do Centro Paula Souza, a partir das publicações efetuadas pelo Ministério da Educação, através dos Referenciais Curriculares Nacionais da Educação Profissional de Nível Técnico (2000) e do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (CNCT/2008).

Em 2000, o Ministério da Educação, através da Secretaria da Educação Média e Tecnológica, apresenta a publicação dos Referenciais Curriculares Nacionais da Educação Profissional de Nível Técnico com o objetivo de subsidiar a elaboração de currículos para o nível técnico.

Os Referenciais Curriculares Nacionais apresentaram duas importantes mudanças para o avanço da educação profissional no Brasil: I) a proposta para elaboração dos planos de cursos para as diferentes áreas profissionais com base em competências, habilidades e bases tecnológicas; II) a tentativa de desburocratização do planejamento educacional profissional, tendo como proposta a construção coletiva e o estímulo aos processos localizados e particulares, distanciando da ideia de um manual técnico de planejamento educacional.

De acordo com os Referências Curriculares Nacionais (BRASIL, 2000a),

As competências enquanto ações e operações mentais, articulam os conhecimentos (o saber, as informações articuladas operatorialmente), as habilidades (psicomotoras, ou seja, o saber fazer elaborado cognitivamente e socioafetivamente) e os valores, as atitudes (o saber ser, as predisposições para decisões e ações, construídas a partir de referenciais estéticos, políticos e éticos) constituídos de forma articulada e mobilizados em realizações profissionais com padrões de qualidade requeridos, normal ou distintivamente, das produções de uma área profissional. (BRASIL, 2000a, p.10)

Os Referências Curriculares Nacionais para a Educação Profissional tiveram como base para sua construção as Leis de Diretrizes Básicas (LDB) nº 9.394/96, em que se estabelecem as diretrizes principais da educação profissional e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico. De acordo com o documento base dos Referências Curriculares (2000a, p.23) a existência de um núcleo de comum de competências caracterizaria o conceito de área profissional que viria a ser adotado pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico e pelos Referenciais

Curriculares. De acordo com o Parecer CEB/CNE nº 16/99 e a Resolução CEB/CNE nº 04/99, as matrizes foram revisadas, atualizadas e agrupadas em 20 áreas profissionais para melhor orientação na formulação dos currículos da educação profissional: Agropecuária, Artes, Comércio, Comunicação, Construção Civil, Design, Geomática, Gestão, Imagem Pessoal, Indústria, Informática, Lazer e Desenvolvimento social, Meio Ambiente, Mineração, Química, Recursos Pesqueiros, Saúde, Telecomunicações, Transportes e Turismo e Hospitalidade.

Conforme expresso nas Diretrizes Curriculares para a Educação Profissional de Nível Técnico, através da Resolução CNE/CEB nº04/99, especificadamente no art. 2, que propõe a aproximação das práticas escolares com o currículo da educação profissional, a Secretaria de Educação Média e Tecnológica, desenvolveu os Referenciais Curriculares específicos da área de Turismo e Hospitalidade. De acordo com o documento a metodologia empregada para o desenvolvimento dos referenciais curriculares desta área foram: identificação das áreas profissionais; pesquisas bibliográficas e consultas a profissionais e empresas da área, e a entidades ligadas à educação profissional; caracterização do processo de produção na área; identificação dos conjuntos de competências, habilidades e bases tecnológicas; validação do processo de produção e dos conjuntos de competências, habilidades e bases tecnológicas e a redação de textos introdutórios e explicativos.

Importante ressaltar que a organização da oferta de cursos determinada por meio das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico para a área de Turismo e Hospitalidade, delimitam-se a atender as demandas pessoais, sociais e econômicas de forma local e regional, oferecendo uma formação mais “generalista e polivalente do técnico” (BRASIL, 2000b, p.42). Os Referenciais Curriculares para a área de Turismo e Hospitalidade determinavam que a carga horária mínima para cada habilitação da área seria de 800 horas e com duas possíveis habilitações: Serviços de Turismo e Serviços de Hospitalidade. De acordo com os Referenciais Curriculares, o desenho curricular do plano de curso para a área de Turismo e Hospitalidade teria como sugestão a criação de três módulos (BRASIL, 2000b, p.43), conforme demonstrado no Quadro 1.

**Quadro 1** – Proposta de módulos de acordo com os Referenciais Curriculares Nacionais de 2000.

|                                     |                                                                                                                                                                   |
|-------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Módulo Introdutório                 | Bases instrumentais (informática, comunicação, gestão).<br>Panorama dos serviços e atividades do conjunto da área.                                                |
| Módulo de Serviços de Turismo       | Operação e Agenciamento.<br>Transporte de Turismo.<br>Guiamento.<br>Eventos.<br>Planejamento e Organização de Agência/Evento.<br>Marketing de Agência/Evento      |
| Módulo de Serviços de Hospitalidade | Recepção.<br>Governança.<br>Alimentos e Bebidas.<br>Planejamento e Organização Hoteleira/de Restaurantes e Bares.<br>Marketing Hoteleiro/de Restaurantes e Bares. |

**Fonte:** Referenciais Curriculares Nacionais. (BRASIL, 2000b)

Dessa forma, após a conclusão do ensino médio e da finalização dos módulos, o aluno receberia o diploma de Técnico em Serviços de Turismo ou de Técnico em Serviços de Hospitalidade. Porém, o próprio documento dos Referenciais Curriculares da área de Turismo e Hospitalidade pondera outras possíveis formatações que poderão corresponder aos perfis de conclusões de outros segmentos: Técnico em Agência de Turismo, Guiamento de Turista, Eventos, Hospedagem, Alimentação. Fica evidente, que dentro deste contexto histórico os Referenciais Curriculares da área de Turismo e Hospitalidade, não apresentam nenhuma organização de oferta de cursos técnicos.

Essas orientações usavam como referência o curso Técnico em Turismo, que em 2006, com a implementação do CNCT, deixou de existir, pois havia a incompatibilidade de sua existência frente às formações tecnológicas da mesma área. Além disso, havia a questão da necessidade de especializações no Eixo Tecnológico de Turismo e Hospitalidade.

## **2.2 Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos: Eixo Tecnológico de Turismo, Hospitalidade e Lazer**

Os Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Profissional (BRASIL, 2000a) foram, por quase uma década, o documento oficial que determinou a organização curricular da Educação Profissional de Nível Médio através das categorizações das 20 áreas profissionais. No ano de 2008, o Conselho Nacional de Educação, fundamentado no Parecer CNE/CEB nº 11/2008, institui a implantação do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (CNCT) de Nível Médio para as escolas de rede pública e privada de Educação Profissional. Na prática, a extinção dos Referenciais Curriculares e a substituição pelo CNCT, apresenta uma remodelação nas categorias: as áreas profissionais são extintas e substituídas por uma categoria mais completa determinada como “eixo tecnológico”.

Conforme a Resolução nº 3 de 09 de julho de 2008, especificamente o art. 3º demonstra que o CNCT será organizado por eixos tecnológicos definidores de um projeto pedagógico e contemplando as trajetórias dos itinerários formativos. A primeira edição do CNCT apresenta a carga horária mínima para os cursos de cada eixo tecnológico, uma breve descrição do curso, possibilidade de atuação profissional e infraestrutura recomendada. Diferente da proposta dos Referenciais Curriculares, o CNCT aponta uma mecanização indutora de novos nichos tecnológicos, culturais, ambientais e produtivos para a composição da oferta de cursos técnicos de nível médio. O Catálogo Nacional de Cursos Técnicos publicado em 2008, apresentava 12 eixos tecnológicos e 185 possibilidades de oferta de cursos técnicos. Os eixos tecnológicos do CNCT 2008 estavam agrupados em: Saúde e Segurança, Apoio Educacional, Controle e Processos Industriais, Gestão e Negócios, Hospitalidade e Lazer, Informação e Comunicação, Infraestrutura, Militar, Produção Alimentícia, Produção Cultural e Design, Produção Industrial e Recursos Naturais.

No Eixo Tecnológico de Hospitalidade e Lazer, na versão 2008 do CNCT, foram apresentados os seguintes cursos técnicos: Técnico em Agenciamento de Viagem, Técnico em Cozinha, Técnico em Eventos, Técnico em Guia de Turismo, Técnico em Hospedagem, Técnico em Lazer e Técnico em Serviços de Restaurante e Bar.

De acordo com a Figura 1, percebe-se o formato de apresentação desses cursos no CNCT em que, para todos os cursos aparecem o nome, carga horária do curso, possibilidades de temas para serem trabalhados no currículo, possibilidades de atuação no mercado de trabalho e a infraestrutura recomendada.

As principais diferenças entre os Referenciais Curriculares (BRASIL, 2000a) e o CNCT (BRASIL, 2008) estão:

- I) Nomenclatura das categorias: Turismo e Hospitalidade (Referenciais Curriculares) para Eixo Tecnológico de Hospitalidade e Lazer. Percebe-se uma descaracterização e perda de imagem ao não incluir o “Turismo” como grupo maior de identificação da área;
- II) A mudança do Curso Técnico de Hotelaria para Técnico em Hospedagem;
- III) A falta de um curso técnico que abarcasse o “Turismo” (Curso Técnico de Turismo deixa de existir)

## TÉCNICO EM AGENCIAMENTO DE VIAGEM

800 horas

Desenvolve atividades de venda e serviço de pós-venda de produtos turísticos. Elabora roteiros de viagem, pacotes turísticos, emissão de bilhetes e orientação ao viajante. Realiza consultoria de viagens sobre roteiros e destinos, em conformidade com as demandas da atividade turística.

| POSSIBILIDADES DE TEMAS A SEREM ABORDADOS NA FORMAÇÃO                                                                                                                                  | POSSIBILIDADES DE ATUAÇÃO                                                                                 | INFRAESTRUTURA RECOMENDADA                                                                                                                                                                                                                                            |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Geografia. História. Artes. Comunicação. Legislação. Mercados turísticos. Técnicas de negociação e vendas. Procedimentos de agenciamento de viagens. Cultura, turismo e hospitalidade. | Agências de viagem e operadoras. Transportadoras turísticas e organismos turísticos públicos ou privados. | <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Biblioteca com acervo específico e atualizado.</li> <li>▪ Laboratório de informática com programas específicos.</li> <li>▪ Laboratório didático: agências de viagem e operadoras de turismo.</li> <li>▪ Mapoteca.</li> </ul> |

**Figura 1** – Técnico em Agenciamento de Viagem (CNCT/2008).

**Fonte:** Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (BRASIL, 2008).

Em 2012, o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos, apresenta uma nova edição com algumas alterações importantes. Na versão 2012 foram incorporados 35 novos cursos; o desmembramento do eixo tecnológico “Ambiente, Saúde e Segurança” em “Ambiente e Saúde” e “Segurança”; a incorporação do termo “Turismo” ao eixo tecnológico “Turismo, Hospitalidade e Lazer” e “Apoio Educacional” que passou a ser denominado como “Desenvolvimento Educacional e Social”. Na nova configuração dos eixos tecnológicos do CNCT (BRASIL, 2012) aparecem os seguintes eixos tecnológicos: Ambiente e Saúde, Controle e Processos industriais, Desenvolvimento Educacional e Social, Gestão e Negócios, Informação e Comunicação, Infraestrutura, Militar, Produção Alimentícia, Produção Cultural e Design, Produção Industrial, Recursos Naturais, Segurança e Turismo, Hospitalidade e Lazer.

Nessa nova versão do CNCT não houve nenhuma alteração significativa nos modelos referenciais dos cursos técnicos. Também não apresentou novos ou extinção de cursos técnicos do eixo tecnológico de Turismo, Hospitalidade e Lazer.

No ano de 2014, o Ministério da Educação apresenta uma nova versão do CNCT, o qual contém as denominações dos cursos divididos em treze eixos tecnológicos. Nesta versão mais atualizada, o CNCT contempla: respectivas cargas horárias mínimas; perfil profissional de conclusão; infraestrutura mínima requerida; campo de atuação; ocupações associadas à Classificação Brasileira de Ocupações (CBO); normas associadas ao exercício profissional; e possibilidades de certificação intermediária em cursos de qualificação profissional, de formação continuada em cursos de especialização e de verticalização para cursos de graduação no itinerário formativo.

Desde a implantação do CNCT em 2008 até a última atualização em 2014, observam-se algumas alterações e modificações pontuais. Do ponto de vista curricular a contribuição do CNCT para a formulação dos currículos dos cursos técnicos é bem sucinta, apresentando breves descrições sobre o curso, perfil de conclusão, infraestrutura, campo de atuação e itinerário formativo.

### 3. A ESPECIFICIDADE DO EIXO TECNOLÓGICO DE TURISMO, HOSPITALIDADE E LAZER NO CEETEPS

O Ceeteps foi criado em 1969 e ao longo das últimas décadas incorporou diversas outras instituições de ensino profissional, além de promover expansões de sua rede física e da quantidade de cursos oferecidos. (CEETEPS, 2019a)

Os cursos do Eixo de Turismo, Hospitalidade e Lazer passaram a fazer parte da Instituição somente a partir de 1998 com a implantação do Curso Técnico em Turismo, este primeiro curso, além da formação técnica em turismo, também se propunha a qualificar o egresso como Guia de Turismo, que, no entanto, requeria procedimentos específicos, formulados pelo Instituto Brasileiro de Turismo (EMBRATUR), órgão responsável pelo fomento e regulação do turismo na esfera federal à época, mas a que o plano de curso não contemplava de fato.

Segundo a coordenadora de projetos entrevistada, o curso teve de ser rapidamente atualizado em 1999 para que se adequasse à questão legal da formação do Guia de Turismo e se realizou uma mudança em termos metodológicos, para o formato de competências, abandonando o método de ementas do primeiro currículo.

De acordo com o Banco de Dados da Coordenadoria de Ensino Médio e Técnico do Centro Paula Souza (CEETEPS, 2019b<sup>1</sup>), a partir do ano primeiro semestre de 1998, a área de Turismo e Hospitalidade começa a oferecer os cursos técnicos em Turismo e Hotelaria nas escolas técnicas estaduais (Etecs), indicados nas Tabelas 1 e 2.

**Tabela 1** – Cursos técnicos ofertados no Centro Paula Souza, no 1º semestre de 1998.

| MUNICÍPIO     | ETEC                         | CURSO   | PERÍODO | INSCRITOS | VAGAS | DEMANDA |
|---------------|------------------------------|---------|---------|-----------|-------|---------|
| Ilha Solteira | Etec de Ilha Solteira        | Turismo | Noite   | 95        | 40    | 2,37    |
| Barretos      | Etec Coronel Raphael Brandão | Turismo | Tarde   | 46        | 40    | 1,14    |
| Barra Bonita  | Etec Comendador João Rays    | Turismo | Noite   | 111       | 40    | 2,77    |

1 Banco de Dados da Cetec é uma ferramenta de consulta colocada à disposição de todos os usuários da web, com informações referentes aos processos de seleção e matrículas das Escolas Técnicas Estaduais. Disponível em: <http://www.cpscetec.com.br/bdcetec/index.php?page=index>.

|                 |                                        |           |       |     |    |      |
|-----------------|----------------------------------------|-----------|-------|-----|----|------|
| Santos          | Etec Aristóteles Ferreira              | Turismo   | Noite | 279 | 35 | 7,97 |
| São Paulo       | Etec de São Paulo                      | Turismo   | Tarde | 399 | 40 | 9,97 |
| Jundiaí         | Etec Benedito Storani                  | Turismo   | Noite | 176 | 40 | 4,4  |
| Votuporanga     | Etec Frei Arnaldo Maria de Itaporanga  | Turismo   | Noite | 46  | 40 | 1,14 |
| Cruzeiro        | Etec Professor José Sant'Ana de Castro | Turismo   | Noite | 117 | 40 | 2,92 |
| Pindamonhangaba | Etec João Gomes de Araújo              | Hotelaria | Noite | 112 | 40 | 2,8  |

**Fonte:** Adaptado. (CEETEPS, 2019b)

**Tabela 2** – Cursos técnicos ofertados no Centro Paula Souza no 2º semestre de 1998.

| MUNICÍPIO       | ETEC                      | CURSO     | PERÍODO | INSCRITOS | VAGAS | DEMANDA |
|-----------------|---------------------------|-----------|---------|-----------|-------|---------|
| Santos          | Etec Aristóteles Ferreira | Turismo   | Noite   | 187       | 35    | 5,34    |
| Jundiaí         | Etec Benedito Storani     | Turismo   | Noite   | 192       | 40    | 4,8     |
| Pindamonhangaba | Etec João Gomes de Araújo | Hotelaria | Noite   | 89        | 40    | 2,22    |
| Itu             | Etec Martinho Di Ciero    | Turismo   | Noite   | 290       | 40    | 7,25    |

**Fonte:** Adaptado. (CEETEPS, 2019b)

Entre os anos de 1998 e 1999, enquanto o Ministério da Educação, discutia as propostas para a definição das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico e, posteriormente, o conjunto de matrizes de referências por área, através dos Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Profissional, o Ceeteps apresentava ao mercado de trabalho sua oferta de cursos técnicos em Turismo e Hotelaria para poder atender a uma demanda, que até então restringia-se ao ensino superior e ao nível técnico (Senac e Cefet/Escolas Técnicas Federais). A Etec de São Paulo, em São Paulo, a Etec Benedito Storani, em Jundiaí, a Etec Martinho Di Ciero, em Itu, e a Etec Aristóteles Ferreira, em Santos, despontavam por pertencerem a cidades turísticas e pela demanda de alunos a procura do curso Técnico de Turismo.

No ano de 2000 era implantado o Laboratório de Currículos do Ceeteps, departamento responsável pela elaboração, reelaboração e atualização dos currículos da Coordenadoria de Ensino Médio e Técnico (CETEC) do Centro Paula Souza, baseando a organização curricular na aplicação de competências profissionais.



Após a reformulação administrativa do Ceeteps, implementada por meio da Deliberação nº 3 de 30 de maio de 2008, foi definido que o Laboratório de Currículos passaria a se chamar Grupo de Formulação e Análises Curriculares (Gfac) efetivando-se como responsável por todos os currículos desenvolvidos para os cursos de ensino médio e técnico (CEETEPS, 2008). Segundo as informações fornecidas pela entrevistada, é possível notar que os cursos do Eixo surgem dentro de um novo contexto em termos metodológicos, porém o impasse identificado era a falta de professores especialistas, tanto para ministrar aulas, como para desenvolver os currículos. Os primeiros anos de participação da mesma junto ao Laboratório de Currículos foram feitas de maneira voluntária, ou seja, sem remuneração por parte da Instituição.

O Ceeteps, neste primeiro momento, custeou, para a professora, capacitações sobre a elaboração de currículos por competências, o que foi extremamente profícuo, já que a mesma, apesar da vasta experiência profissional no mercado de turismo, não tinha nenhuma ligação com educação até o momento que ingressou no Ceeteps, em 1998.

Em termos históricos o curso Técnico em Turismo foi seguido pelo curso Técnico em Hotelaria, sendo que este surgiu na Etec Martinho Di Ciero, por iniciativa da docente entrevistada, para atingir os objetivos deste estudo. A escolha da entrevistada se deu pela participação efetiva desta professora na elaboração, reelaboração e atualização dos planos de curso, desde a primeira revisão citada anteriormente, até os tempos atuais, onde coordena os projetos no Eixo de Turismo, Hospitalidade e Lazer no Gfac.



**Figura 2** – Centro de Hospitalidade da Etec Martinho Di Ciero.

**Fonte:** Manual Centro de Hospitalidade (OLIVEIRA, 2013).

A entrevistada ingressou na Instituição, em 1998, para ministrar aulas no primeiro curso da área e na sequência, em 1999, participou da reformulação do plano de curso. Antes de atuar na docência teve ampla experiência na área de agências de viagens e operadoras de turismo, desenvolvendo, comercializando e executando produtos de viagens nacionais e internacionais.

A entrevista foi gravada no dia 03 de julho de 2019, e elaborada a partir de um roteiro de perguntas semiestruturado. Este método parte de um tema ao qual se estrutura com perguntas diversificadas, que buscam atingir um objetivo, mas também dão

margem à abertura de novas discussões que eventualmente sejam propostas. Nesse método, as informações tendem a surgir mais livremente, já que não se tem uma limitação de alternativas (MANZINI, 1990). A entrevista com questões abertas propicia um enfoque em determinado tema, com a visão do entrevistado. Ela favorece a descrição de casos individuais que possam convergir em diferentes observações dentro de um mesmo grupo de pesquisa. (MINAYO, 1993)

Segundo a entrevistada, a proposta de abertura dos cursos surgiu a partir de uma capacitação, na qual os professores tinham como trabalho final propor novos cursos, e neste caso elaborou-se a proposta do curso de Hotelaria fazendo uma reestruturação do alojamento antes utilizada pelos alunos do Colégio Agrícola. A proposta foi acolhida e o alojamento foi transformado em um hotel escola, com unidades habitacionais, salão de eventos, cozinha e restaurante, que passou a ser utilizado como laboratório do curso Técnico em Hotelaria.

Nos anos de 1999 a 2008 (ano da implantação do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos), observa-se que houve uma grande expansão da demanda de alunos matriculados nos cursos de Turismo e Hotelaria da Ceeteps. Conforme apresentado na Tabela 3, o curso Técnico em Turismo, entre os anos de 1999 e 2008, apresentou uma quantidade de 36.666 alunos matriculados neste curso, culminando com a evolução do Turismo no país e a necessidade da formação de mão de obra para atender as necessidades do mercado de trabalho.

Durante este período de 1999 a 2008, a Ceeteps, ofertou cursos de qualificação profissional para atender as necessidades locais e regionais, bem como a interesses diversificados da demanda que exigia o documento dos Referenciais Curriculares. (BRASIL, 2000, p.42)

Desta forma, de acordo com pesquisa efetuada no Banco de Dados da Cetec (CEETEPS, 2019b), pode-se observar as seguintes ofertas de cursos de qualificação: Cozinheiro Chefe, Guia Especializado em Atrativos Turísticos, Garçom e Garçonete, Auxiliar de Turismo Receptivo, Cozinheiro geral, Agente de Trânsito Urbano, Planejamento e Organização do Turismo, Auxiliar de Cozinha, Garçom e Barman, *Garde Manger* e Monitor de Turismo Ambiental.

Os cursos Técnicos de Turismo e de Hotelaria perduraram até 2008 com a publicação do CNCT, a partir de então, os professores que trabalhavam no Laboratório de Currículos passaram a ser remunerados para exercer a função, e então começaram a receber a demanda pela elaboração e reelaboração e atualização constante dos currículos.

A primeira questão a ser resolvida com o CNCT foi a necessidade de substituir o curso Técnico em Turismo, que não tinha equivalência com os novos cursos implementados, pelo curso Técnico em Agenciamento de Viagem. Esta situação, segundo a entrevistada, trouxe um desconforto inicial de parte dos professores com o Ceeteps, que não compreendiam que a mudança tratava de uma exigência legal.

O curso Técnico em Turismo, sempre foi um curso com muita demanda e que despertava o interesse dos alunos. Já o curso Técnico em Agenciamento de Viagem tinha dificuldade de ser aceito, entendia-se que o nome do curso não era atrativo aos futuros profissionais do setor e limitava a área de atuação dos egressos.

**Tabela 3** – Evolução de alunos matriculados nos cursos de Turismo e Hotelaria no Centro Paula Souza, entre os anos 1999 e 2008.

|         | HOTELARIA | TURISMO | AGENCIAMENTO DE VIAGEM | TURISMO RECEPTIVO | TOTAL ALUNOS MATRICULADOS |
|---------|-----------|---------|------------------------|-------------------|---------------------------|
| 1999/1º | 89        | 916     |                        |                   | 1.005                     |
| 1999/2º | 129       | 1.111   |                        |                   | 1.240                     |
| 2000/1º | 175       | 1.619   |                        |                   | 1.794                     |
| 2000/2º | 199       | 1.609   |                        |                   | 1.808                     |
| 2001/1º | 232       | 1.976   |                        |                   | 2.208                     |
| 2001/2º | 222       | 1.807   |                        |                   | 2.029                     |
| 2002/1º | 355       | 2.066   |                        |                   | 2.421                     |
| 2002/2º | 397       | 1.857   |                        |                   | 2.254                     |
| 2003/1º | 598       | 2.152   |                        |                   | 2.750                     |
| 2003/2º | 493       | 1.897   |                        |                   | 2.390                     |
| 2004/1º | 593       | 2.146   |                        |                   | 2.739                     |
| 2004/2º | 581       | 1.961   |                        |                   | 2.542                     |
| 2005/1º | 754       | 1.989   |                        |                   | 2.743                     |
| 2005/2º | 698       | 1.982   |                        |                   | 2.680                     |
| 2006/1º | 883       | 1.997   |                        |                   | 2.880                     |
| 2006/2º | 798       | 2.082   |                        |                   | 2.880                     |
| 2007/1º | 779       | 2.027   | 40                     |                   | 2.846                     |
| 2007/2º | 823       | 1.800   |                        |                   | 2.623                     |
| 2008/1º | 945       | 1.875   |                        | 80                | 2.900                     |
| 2008/2º | 945       | 1.797   |                        | 183               | 2.925                     |

**Fonte:** Adaptado. (CEETEPS, 2019b)

A sequência do trabalho do Gfac em relação ao CNCT, no Eixo de Turismo, Hospitalidade e Lazer, trouxe a reelaboração do curso Técnico em Hotelaria como curso Técnico em Hospedagem e elaboração dos currículos dos demais cursos constantes do catálogo. Houve, ainda, a elaboração e a implantação do curso Técnico em Turismo Receptivo, não constante no CNCT, mas aprovado como experiência pedagógica.

Observando a Tabela 4, percebe-se que os cursos técnicos em Hospedagem e de Turismo Receptivo gradativamente foram absorvendo essa demanda de alunos deixadas pelos cursos extintos.

**Tabela 4** – Números de alunos em cursos do Eixo Tecnológico de Hospitalidade e Lazer no Centro Paula Souza, entre 2008 e 2012.

|         | LAZER | AGENCIAMENTO DE VIAGEM | COZINHA | EVENTOS | GUIA DE TURISMO | HOSPEDAGEM | HOTELARIA | SERV DE RESTAURANTE E BAR | TURISMO | TURISMO RECEPTIVO | TOTAL  |
|---------|-------|------------------------|---------|---------|-----------------|------------|-----------|---------------------------|---------|-------------------|--------|
| 2009/1º |       | 546                    | 40      |         |                 | 480        | 549       |                           | 1.175   | 305               | 3.095  |
| 2009/2º |       | 1.001                  | 153     |         |                 | 757        | 210       |                           | 482     | 593               | 3.196  |
| 2010/1º |       | 1.323                  | 319     | 218     |                 | 933        |           |                           |         | 958               | 3.751  |
| 2010/2º | 31    | 1.083                  | 391     | 380     |                 | 827        |           |                           |         | 1.118             | 3.830  |
| 2011/1º | 57    | 900                    | 418     | 665     |                 | 947        |           | 40                        |         | 1.197             | 4.224  |
| 2011/2º | 77    | 792                    | 532     | 739     |                 | 815        |           | 23                        |         | 1.184             | 4.162  |
| 2012/1º | 51    | 806                    | 598     | 1.183   | 117             | 795        |           | 41                        |         | 751               | 4.342  |
| 2012/2º | 25    | 744                    | 662     | 1.341   | 152             | 665        |           | 15                        |         | 316               | 3.920  |
| Total   | 241   | 7.195                  | 3.113   | 4.526   | 269             | 6.219      | 759       | 119                       | 1.657   | 6.422             | 30.520 |

**Fonte:** Adaptado. (CEETEPS, 2019)

Com a criação do eixo tecnológico e dos cursos, pode-se verificar que houve uma expansão na oferta de cursos técnicos da área: Lazer (a partir de 2010/2), Agenciamento de Viagem (2009/1), Cozinha (2009/1), Eventos (a partir 2010/1), Guia de Turismo (a partir de 2012/1) e Serviços de Restaurante e Bar (2011/1).

Após a explosão e o modismo dos anos 2000, os cursos Técnicos em Turismo Receptivo e Agenciamento de Viagem apresentaram um esvaziamento de sua demanda, em virtude da dificuldade de absorção da mão de obra e saturação do mercado de trabalho, provocado pela quantidade de cursos oferecidos nas modalidades Bacharelado, Tecnológico e Técnico. Neste sentido, o estado de São Paulo apresentava uma representatividade muito importante para o país no setor de eventos. Atualmente, São Paulo é o estado brasileiro que mais sedia eventos como: casamentos, festas de formaturas, megaeventos, megashows, feiras, exposições entre outros. Analisando as Tabelas 4 e 5, percebe-se um aumento considerável pelo curso Técnico em Eventos. Em 2019, o curso Técnico em Eventos é o principal destaque do eixo tecnológico de Turismo, Hospitalidade e Lazer do Ceeteps.

**Tabela 5 – Cursos do Eixo Tecnológico de Hospitalidade e Lazer no Centro Paula Souza, entre 2013 e 2019/1.**

|         | AGENCIAMENTO DE VIAGEM | COZINHA | EVENTOS | GUIA DE TURISMO | HOSPEDAGEM | TURISMO RECEPTIVO | TOTAL  |
|---------|------------------------|---------|---------|-----------------|------------|-------------------|--------|
| 2013/1º | 743                    | 815     | 1.697   | 186             | 698        | 193               | 4.332  |
| 2013/2º | 679                    | 861     | 1.609   | 101             | 562        | 278               | 4.090  |
| 2014/1º | 749                    | 992     | 1.431   | 57              | 585        | 633               | 4.447  |
| 2014/2º | 551                    | 944     | 1.155   | 8               | 289        | 707               | 3.654  |
| 2015/1º | 527                    | 935     | 1.054   |                 | 220        | 893               | 3.629  |
| 2015/2º | 363                    | 848     | 1.077   |                 | 107        | 968               | 3.363  |
| 2016/1º | 441                    | 1.029   | 1.164   | 40              | 117        | 884               | 3.675  |
| 2016/2º | 308                    | 1.010   | 1.160   | 27              | 58         | 732               | 3.295  |
| 2017/1º | 470                    | 1.073   | 1.279   | 24              | 117        | 699               | 3.662  |
| 2017/2º | 405                    | 902     | 1.348   |                 | 114        | 648               | 3.417  |
| 2018/1º | 529                    | 866     | 1.344   |                 | 82         | 716               | 3.537  |
| 2018/2º | 352                    | 777     | 1.056   |                 | 64         | 832               | 3.081  |
| 2019/1º | 369                    | 868     | 1.071   | 30              | 62         | 726               | 3.126  |
| Total   | 6.486                  | 11.920  | 16.445  | 473             | 3.075      | 8.909             | 47.308 |

**Fonte:** Adaptado. (CEETEPS, 2019b)

Durante os anos de 2013 a 2019, o Centro Paula Souza ofertou novas modalidades para atender a demanda e as necessidades atuais do mercado de trabalho. Em consulta ao Banco de Dados da Cetec (CEETEPS, 2019b) verifica-se os cursos de:

- Pós-técnicos: ofertados na modalidade Panificação e Confeitaria e Organização de Eventos Corporativos.
- Educação de Jovens e Adultos (EJA) foram ofertados na modalidade Cozinha
- Ensino Técnico Integrado ao Ensino Médio (Etim): nas modalidades Eventos, Lazer, Cozinha e Hospedagem
- Ensino Médio com Habilitação Profissional de Técnico (Mtec): nas modalidades Eventos e Hospedagem.
- Curso Técnico em Guia de Turismo na modalidade EaD (Ensino a Distância).

Atualmente, todos os cursos indicados no Catálogo Nacional de Cursos Técnico têm o currículo elaborado, porém nem todos os cursos são oferecidos atualmente.

## 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação relacionada ao Eixo de Turismo Hospitalidade e Lazer é recente no Brasil, tendo seu início com algumas iniciativas nos anos de 1950, em forma de qualificações, mas se estabelecendo com cursos formais superiores nos anos 1970. No Ceeteps o histórico é ainda mais recente, iniciando-se em 1998, com a implantação do curso Técnico em Turismo.

Os Referenciais Curriculares Nacionais da Educação Profissional de Nível Técnico publicados em 2000, trouxeram inovações para a educação profissional brasileira, elaborando os planos de curso, descrevendo competências e habilidades. A partir deste ano o Ceeteps inicia o trabalho do Laboratório de Currículo com a escrita dos currículos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio utilizando as competências profissionais. Outra publicação importante é o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (CNCT) (BRASIL, 2008) que agrupou os cursos em eixos tecnológicos, normatizou a nomenclatura dos cursos e os conteúdos mínimos.

Com a implantação do CNCT, houve a extinção do curso Técnico em Turismo e em Hotelaria e a inclusão de novos cursos para o eixo, o que significou um desafio para o Laboratório de Currículo, que busca elaborar, reelaborar e atualizar os planos de cursos para o Eixo Tecnológico de Turismo, Hospitalidade e Lazer, atendendo as novas demandas da educação e as necessidades do mercado de trabalho.

Para este artigo, utilizou-se o Banco de Dados da Unidade de Ensino Médio e Técnico (CEETEPS, 2019b) que contém informações que propiciam a avaliação da trajetória dos cursos e a metodologia da história oral. Entende-se que esta pesquisa apresenta um recorte do patrimônio educativo, história e memória da educação profissional e tecnológica no Eixo Tecnológico de Turismo, Hospitalidade e Lazer e possibilita o desenvolvimento de novas pesquisas na área.

## 5. REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Catálogo Nacional de Cursos Técnicos**. 2008 [2012; 2014 e atualizações]. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/publicacoes-para-professores/30000-uncategorised/52031-catalogo-nacional-de-cursos-tecnicos>. Acesso em: 01 de jul. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Diretoria de Políticas de Educação Profissional e Tecnológica. **Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos**. Brasília, DF: MEC/SEPT, 2012. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=41291-catalogo-nacional-versao2012-pdf-1&category\\_slug=maio-2016-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=41291-catalogo-nacional-versao2012-pdf-1&category_slug=maio-2016-pdf&Itemid=30192)>. Acesso em: 11 jul. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. **Educação profissional: referenciais curriculares nacionais da educação profissional de nível técnico** (Introdução). Brasília: MEC, 2000a.

BRASIL. Ministério da Educação. **Educação profissional:** referenciais curriculares nacionais da educação profissional de nível técnico (Área profissional: Turismo e Hospitalidade). Brasília: MEC, 2000b.

CÂMARA, R. B.; SOUZA, M. S.; LIMA, R. N. Análise sobre a realidade dos egressos do Curso de Turismo da Universidade Federal do Maranhão quanto à inserção no mercado de trabalho. In. Seminário da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo, 10:2013: São Paulo, SP. Turismo, Inovação e Criatividade. **Anais**. São Paulo: Aleph, 2013.

CEETEPS. Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza. **Deliberação CEETEPS – 3, de 30 de maio de 2008**. DOE. 31 de maio de 2008, Seção I, p. 35. Reformulação Administrativa. 2008.

CEETEPS. Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza. **Perfil e histórico**. Disponível em: <<http://www.cps.sp.gov.br/quem-somos/perfil-historico/>>. Acesso em: 11 jun. 2019a.

CEETEPS. Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza. Unidade de Ensino Médio e Técnico. **Banco de dados do Ensino Técnico no Centro Paula Souza**. Disponível em: <http://www.cpscetec.com.br/bdcetec/index.php>. Acesso em: 08 jul. 2019b.

MANZINI, E. J. A entrevista na pesquisa social. **Didática**, São Paulo, v. 26/27, p. 149-158, 1990.

MEIRA, C. M.; AMORIM, M. L. **Cursos técnicos em turismo no contexto sócio-histórico da educação profissional:** concepções e significados. 2016. Disponível em: <[http://www.estudosdotrabalho.org/texto/gt1/cursos\\_tecnicos\\_em\\_turismo.pdf](http://www.estudosdotrabalho.org/texto/gt1/cursos_tecnicos_em_turismo.pdf)>. Acesso em 13 de nov. 2017.

MINAYO, M. C. S. **Pesquisa social:** teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 1993.

OLIVEIRA, J.T. **Manual Centro de Hospitalidade**. Centro de Hospitalidade Etec Martinho Di Ciero, 2013: Itu, SP. Disponível em: <http://www.cpscetec.com.br/hospitalidade/pdf/Manual%20do%20Centro%20de%20Hospitalidade%20de%20Itu.pdf>. Acesso em: 18 jul. 2018.





# CILENTO E A CRIAÇÃO DO INSTITUTO DE QUÍMICA DA UNICAMP: CURRÍCULO, EQUIPE E TRABALHO

**Suzana Lopes Salgado Ribeiro**

Universidade de Taubaté – Unitau. Centro Universitário do Sul de Minas – Unis

## 1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho é recorte de pesquisa desenvolvida em nível de pós-doutoramento, junto ao Centro Simão Mathias de História da Ciência – Cesima/PUCSP, sob a supervisão das professoras Dra. Ana Maria Alfonso-Goldfarb e Dra. Márcia Helena Mendes Ferraz. O projeto aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da PUCSP (CAAE: 76632217.9.0000.5482, Parecer: 2.526.659) produziu histórias orais de vida profissional de três diferentes gerações de pesquisadores formados pelo Prof. Dr. Giuseppe Cilento. Geramos registros audiovisuais, que compuseram documentos e narrativas de memórias para a História da Ciência.

Vale lembrar que este não foi primeira iniciativa de se fazer registros de História Oral com Químicos. Este é projeto que descende de um anterior publicado pelo mesmo grupo de pesquisa, no centenário do Prof. Dr. Simão Mathias, patrono do Cesima (AFONSO-GOLDFARB; FERRAZ; BELTRAN; SANTOS, 2010). Este primeiro trabalho explorou as possibilidades da produção de conhecimento dialogado entre a história oral e a história da ciência, por excelências áreas interdisciplinares.

Sendo assim, este é segundo projeto que registra uma história – de uma ciência – baseada em documentos com origem na oralidade constituídos segundo os procedimentos de história oral de vida profissional. Ao pontuar isso, vale lembrar que a pesquisa em história oral pode ser definida como um “processo de trabalho que privilegia o diálogo e a colaboração de sujeitos considerando suas experiências, memórias, identidades, e subjetividades, para a produção do conhecimento” (CARVALHO; RIBEIRO, 2013, p. 13), é por excelência metodologia que considera “uma maneira mais pessoal e subjetiva de registro de experiências individuais e proporcionar maior entrosamento entre entrevistados e pesquisador” (CARVALHO; RIBEIRO, 2013, p. 15, grifo das autoras). Neste sentido, cabe compreender que de maneira metodológica e ética:

O primeiro cuidado, portanto, é delimitar o grupo de colaboradores definindo abrangência numérica, espaço geográfico do desenvolvimento do projeto, momento temporal da pesquisa. Os critérios de formulações do corpus documentais são essenciais e o enquadramento do gênero de história oral com os grupos entrevistados exige coerência e determina a forma de continuidade da pesquisa. (MEIHY; RIBEIRO, 2011, p. 78)

A partir deste passo entramos em contato com os entrevistados de maneira a se formarem redes de indicações, seguindo indicações da a linha de história oral assumida por esta pesquisa, a partir de trabalhos de Meihy (2011). As redes se estabeleceram a partir das

indicações de duas primeiras entrevistas realizadas e respeitando a disponibilidade de adesão das pessoas indicadas. Cada rede auxiliou fornecendo argumentos e justificando importância do Professor Cilento nas vivências de cada narrador.

[...]redes se apresentam como alternativa para o registro de fontes para a escrita da história da educação e para a valorização do patrimônio educativo. As narrativas compartilhadas pelos docentes formaram o conjunto de documentos que nos ajudaram a compreender [...] as experiências[...]. Esta reflexão interessa na medida em que se pode compreender que a constituição das identidades expressas pela rede de entrevistas envolve mais que apenas os entrevistados, mas estabelecem relações entre eles mesmos e com os entrevistadores. (RIBEIRO; OLIVEIRA, 2018, p. 413-414)

Com essas atividades de pesquisa, abarcamos a contribuição de Cilento e de pesquisadores próximos a ele, para a organização, a sistematização e construção de uma área de estudos. Também entendemos como eles se relacionaram a partir de diálogos estabelecidos e da importância da figura do Prof. Dr. Cilento, para criação desse universo para a pesquisa nos Institutos em que atuam profissionalmente.

O estudo e das narrativas referente a esta história se destaca como de grande relevância. Importa dizer que o trabalho realizado produziu documentação registrando narrativas de homens e mulheres, sobre o Professor Cilento, não para que seja(m) heroizado(s), mas para que suas ações sejam compreendidas e valorizadas. Por meio da constituição e análise da documentação foi possível entender que a atuação do professor Cilento foi importante, pois tanto em seu fazer da ciência e da tecnologia, quanto em sua prática docente formou alunos, dentre os quais muitos se tornaram professores, pesquisadores, membros dessa comunidade, podendo dessa forma dar continuidade a um projeto de institucionalização da química no Brasil. Isso é o que afirma uma de suas orientandas:

Sem dúvidas acho que o Cilento merece que seja feito este projeto sobre ele. Se olharmos o pessoal que ele formou, temos pesquisadores em várias posições-chave, que, por sua vez formaram outros. Então, foi um polo irradiador de cientistas bem qualificados. Isso eu acho uma coisa muito importante. Teve uma ramificação bastante ampla e todos os valores de honestidade, de seriedade, de amor à ciência, tudo. Acho que tocou todos os que trabalharam com ele. Foi fundamental para todos. (AUGUSTO, 2016, s/d)

Esses novos documentos/narrativas certamente possibilitam acesso a informações preciosas, aos novos pesquisadores e interessados no assunto. As narrativas compõem outro núcleo documental que pode apontar caminhos e diálogos importantes para a produção do conhecimento.

Vale lembrar que trabalhamos com a visão que professores e pesquisadores têm sobre a vida acadêmica e a obra do Prof. Cilento. Desta forma, cabe respeitar suas exposições observando os valores e a visão de mundo de cada colaborador entrevistado. Evidentemente, isto tem implicações éticas que merecem cuidados em relação ao uso dessas memórias.

As subjetividades desse fazer fazem com que o pesquisador se depare e reflita sobre a dimensão íntima de cada sujeito como algo variável e instável. Mas nesta pesquisa o âmbito do julgamento pessoal foi valorizado, ao contrário do que comumente se apresenta como algo pejorativo a ser separado das objetivações que ocorrem nas produções científicas, tecnológicas, da política, do mundo do trabalho. No contexto contemporâneo a subjetividade pode ser incorporada como dimensão inseparável da vivência humana, mesmo nos processos de objetivação científicos, tecnológicos, profissionais (sobre isso escreveram os intelectuais: Michel Foucault, Félix Guattari, Gilles Deleuze).

## 2. UM POUCO SOBRE CILENTO

Cilento nasceu em 1923, em Sorrento, na Itália, e faleceu em 1994, em São Paulo, no Brasil. Naturalizou-se como brasileiro, e foi aqui que estudou, se formou e atuou profissionalmente. Com a pesquisa, foi possível compreender a importância desse intelectual, reconhecido e premiado, dentro e fora do país. Sua relação com a Química iniciou com o curso de Bacharelado, concluído em 1943. Foram seus professores no curso Heinrich Rheinboldt e Heinrich Hauptmann, entre outros. Rheinboldt veio para o Brasil, em 1934, após a ascensão do regime nazista na Alemanha. Trabalhando para a Universidade de São Paulo (USP) pode organizar o curso de Ciências Químicas, da então Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL).

Cilento continuou os estudos com a realização de seu Doutorado, orientado pelo professor Dr. Heinrich Rheinboldt. Ao concluir o doutorado, passou a dar aulas, como assistente da cátedra de Química Orgânica e Biológica, na Química da USP. Depois realizou intercâmbios na Universidade de Harvard, com bolsa da Fundação Rockefeller. No ano de 1960, o professor Hauptmann faleceu e Cilento assumiu interinamente a cátedra de Química Orgânica e Biológica, a mesma que um ano depois se tornou titular. Suas pesquisas lançaram bases para os estudos de fotoquímica e o fizeram referência na área. Dado seu prestígio acadêmico, foi eleito duas vezes chefe do Departamento de Bioquímica, mesmo sendo consenso entre os entrevistados da pesquisa que nunca tenha tido relações estreitas com questões burocráticas e administrativas. E, também devido a seu reconhecimento como pesquisador, que Prof. Zeferino Vaz fez o convite para coordenar a formação do Instituto de Química, da Universidade Estadual de Campinas – Unicamp.

Ao longo de sua carreira o Prof. Cilento recebeu prêmios e atuou no exterior como assessor Científico, foi professor visitante e conferencista convidado em várias instituições. Seu laboratório com frequência contava com visitas de pesquisadores internacionais de renome. Sua produção científica e suas atividades de pesquisa foram registradas em cerca de 130 trabalhos publicados, em relevantes periódicos, além de revisões, capítulos de livros e pareceres para projetos de pesquisa. Mas talvez o principal legado do Prof. Cilento tenha sido a formação de uma geração de cientistas, que levaram a frente e suas pesquisas, e que marcaram a produção da química no Brasil. Sua produção e dedicação à ciência foi reconhecida ao receber prêmios como o Prêmio Nacional de Ciência e Tecnologia e, também o Prêmio Moinho Santista.

Em 1991, três anos antes de seu falecimento, pode receber o título de Professor Emérito da Unicamp. Algo que marca a importância de seu trabalho junto à Universidade. E em 1999, a *Inter-American Photochemical Society* criou o prêmio Giuseppe Cilento, com o objetivo de reconhecer anualmente o trabalho de jovens pesquisadores latino-americanos.

Tendo em vista esse perfil profissional, analisaremos, neste texto, três dimensões do exercício profissional de Cilento na coordenação do Instituto. As dimensões selecionadas: organização do currículo, formação da equipe e cotidiano de trabalho são bastante interligadas, de modo que faremos a leitura em conjunto.

O aceite do convite implicou em trabalho que gerou grande documentação. Em seu arquivo pessoal, sobre guarda do Centro Simão Mathias – Cesima/PUC-SP há pastas que reúnem documentos sobre a organização da matriz curricular do curso, planos de ensino, ementas do futuro curso e, também de currículos dos professores que comporiam o primeiro corpo docente do curso desta Universidade. (CESIMA, Arquivo Cilento, Gaveta 1, pasta 37)

Para além disso, a pesquisa que originou o recorte proposto nesta apresentação registrou oito histórias de vida de profissionais envolvidos com o Prof. Dr. Cilento em seu cotidiano de ensino e pesquisa. Pode-se afirmar que em todas as entrevistas feitas com seus antigos orientandos e colegas de trabalho foram feitas referências ao trabalho empenhado por Cilento na organização do instituto. Muitos entrevistados apontam que o professor se dedicou durante anos a viajar à Campinas uma vez por semana para estruturar o curso.

### 3. O TRABALHO NA UNICAMP

Um primeiro aspecto que tange a organização do currículo é que o Instituto de Química foi pensado com um perfil interdisciplinar. Algo que é marca do trabalho de Cilento. Inicialmente, o curso de Química tinha em seu currículo a disciplina de Biologia, entre outras, pois entendia-se que eram necessárias para uma formação mais ampla e geral. Cilento tinha isso como valor, por isso formou entre seus estudantes, pessoas oriundas de áreas como Biologia, Química, Física e Engenharia.

Nas palavras da ex-estudante de Cilento, Profa. Dra. Ohara Augusto, apresenta-se a dedicação deste professor e trabalho cotidiano relacionado ao ir e vir para Campinas, mesmo ressaltando a pouca relação de seu professor com questões burocráticas e administrativas,

Ele ia lá uma vez por semana. Só uma vez, quando ele teve um problema de saúde, fui lá substituí-lo. O ponto é que ele deu as direções da criação do Instituto de Química deles, mas a parte executiva, que não era muito o foco do Cilento, ficou mais a cargo de dois pesquisadores da Universidade. Ele montou praticamente a estrutura. (AUGUSTO, 2016, s/d)

Segundo o ex-orientando, Prof. Dr. Etelvino Bechara, Cilento não poupou esforços inclusive na formação de pessoal,

Coerente com seu perfil de exigente e ambicioso, anunciou as vagas para contratação de pesquisadores-professores em revistas internacionais, com o que logrou montar um quadro docente de altíssima qualidade científica. [...] Este foi o berço do IQ-Unicamp, uma das mais cotadas universidades do Brasil nos dias de hoje. (BECHARA, 2016, s/d)

Uma marca das falas de seus orientandos foi a preocupação e opção desse professor não usar apenas quadros formados no IQ-USP, para preencher todas as vagas do Instituto da nova universidade, mesmo tendo incentivado “a contratação de muitos recém-doutores do IQUSP para completar o quadro docente” (BECHARA, 2016, s/d). A expectativa era formar um novo centro de desenvolvimento de pesquisa. Independente. Sem que para isso fosse necessário “esvaziar” o da Universidade de São Paulo.

Prof. Dr. Guilherme Luiz Indig, contou o que ouviu falar sobre esse período,

Quando começou essa história, se montou um grupo de professores que estavam disponíveis. Muitos deles eram estudantes de Química da Unicamp, os primeiros que fizeram doutoramento quando já eram professores. Inicialmente, o Cilento se envolveu no recrutamento de pessoas no exterior, e de outros lugares de onde poderia pegar, mas sem canibalizar São Paulo e outras universidades do Brasil. Começou a nuclear esse Departamento de Química. Durante esse período, dava aula de Bioquímica. Era um terror, os estudantes morriam de medo dele. Ele era muito rigoroso, não tinha conversa. Então, vinha de São Paulo, dava as aulas dele, tomava conta das reuniões que estavam acontecendo e ia embora. Fez isso durante os anos iniciais. Quando fui fazer Bioquímica, já não era mais ele que dava aula. Ele parou um ano ou dois antes de eu fazer o curso de Bioquímica, que era um curso mais avançado. Quando fui fazer o curso de Bioquímica o professor era o Nelson Duran. Nelson Duran que tinha feito pós-doutoramento com ele em São Paulo. E depois foi para Campinas e virou professor de Bioquímica. E o Cilento parou de ir, porque não queria continuar. Acho que ele tinha uma carta mais ou menos branca para montar um departamento de alta qualidade sem canibalizar os outros. (INDIG, 2016, s/d)

Sobre a vinda de professores internacionais Indig, em outra parte de sua entrevista o Prof. Indig complementa,

[...] penso que a presença do diretor que ficava em Campinas foi também muito importante para fazer acontecer. Tinha o diretor executivo local que tomava conta de tudo e tinha o Cilento envolvido na criação do departamento, que trouxe muita gente de fora. Lembro que há uns três anos fui dar um seminário numa universidade em Illinois e tinha um pesquisador que era professor da Unicamp quando estudei lá. Depois que dei o seminário ele veio se apresentar e falar: “Ah, você estudou na Unicamp? Trabalhei lá! Dava aula de Físico-química e Fotoquímica.” Eu nunca tinha tido aula com ele. Porque naquela ocasião acho que ele dava aula na pós-graduação, formando gente, formando os outros quadros para virar professores permanentes. Mas ficou um tempo lá e depois voltou para os Estados Unidos. Então, alguns vieram para o Brasil, ficaram um tempo e depois foram embora, outros ficaram lá a vida inteira. Foram e viraram brasileiros. (INDIG, 2016, s/d)

Alguns uspianos também fizeram parte dessa empreitada. A Profa. Dra. Shirley Schreier diz ter sido um deles, mesmo que por pouco tempo,

Quando terminei o doutorado, cheguei a dar aulas na Unicamp, onde o Cilento havia fundado o Instituto de Química. Fui para lá durante um ano, principalmente por razões financeiras. Isso foi da segunda metade de 1969, a primeira de 1970. Ele foi levando gente boa da USP para lá, incluindo eu, uma das primeiras. Levou também o Jair Campello para ser seu vice e substituí-lo, quando terminasse a montagem do curso. O Cilento se esmerou na construção desse instituto. Levou para lá todos os seus valores e mais altos padrões de qualidade. Ninguém que ele levou para lá, foi como um quebra galho. Conseguiu estabelecer uma boa tradição que se estabeleceu e continuou mesmo depois que ele saiu. (SCHREIER, 2016, s/d)

A narrativa da Profa. Schreier nos faz refletir sobre um processo de “preenchimento” das vagas de professores, que quando necessário foram completadas com quadros temporários.

Assim, boa parte de seus orientandos que seguiram carreiras acadêmicas e permaneceram na pesquisa se mantiveram ligados à USP. Dessa forma, pode-se constatar que a Unicamp, mesmo tendo tido uma grande contribuição em sua formação por parte do professor Cilento, não é instituição que continuou os caminhos da USP, mas pode, por meio de uma equipe própria, traçar seus próprios caminhos de ensino, de pesquisa, de publicações e de aplicação da ciência que produziu.

Contudo, mesmo trilhando caminhos distintos, pesquisadores dos dois institutos puderam dar continuidade às pesquisas inicialmente produzidas por Cilento. Como afirmou a Profa. Dra. Ohara Augusto “O trabalho dele teve um impacto na área de redox, que é oxidação e redução. Mas não fomos só nós que trabalhamos essa área. Outros, como o Aníbal Vercese da Unicamp, também trabalhou.” (AUGUSTO, 2016, s/d)

Profa. Dra. Iseli Nante, citou em sua entrevista, o mesmo professor Vercese. Ela iniciava seu doutorado, Cilento havia se aposentado e “Ao final, no ano de 1994, ele já estava doente, mas a gente não sabia por que não avisou nada. Nessa mesma época, veio para o laboratório o professor Aníbal Vercesi, da Unicamp e que é até hoje uma referência na área de mitocôndrias de bioenergética mitocondrial.” (NANTES, 2016, s/d). Segundo a professora, pode seguir suas pesquisas nesta área após o falecimento de seu antigo orientador.

Este capítulo da vida do professor Cilento se estendeu por 12 anos – entre 1966 e 1978. Neste período se dividiu entre as funções de professor em Campinas e as pesquisas em seu laboratório na Universidade de São Paulo – USP. A Profa. Dra. Cornélia Bohne conta:

No momento que me tornei aluna dele, o que restava da relação dele com a Unicamp eram somente histórias. Como por exemplo a história de que ele ia com um chofer para Campinas, abria o catálogo dos compostos químicos marcava “X” se tinha a ideia de usar um novo composto e mandava comprar. Eu tenho muitos contatos na Unicamp, e por isso sei que a memória dele é muito presente por lá. Fiz parte da banca que realizou uma avaliação externa da Unicamp há um ano e meio ou dois. Quando se entra na sala de reuniões do Instituto, a foto dele como o primeiro diretor é proeminente. Independente se as pessoas conheceram ou não, o nome dele é lembrado. Então, é muito grande a influência dele na Unicamp. Aliás, um excelente instituto. Influência mesmo nas linhas de pesquisa, no

rigor, na interação com indústria. Isso dá para ver quando se entra na Unicamp. Quando te apresentam como tendo sido ex-aluna do Cilento lá, isso tem um significado para todos os professores. Mesmo os professores que não têm a idade para terem interagido com ele. (BOHNE, 2016, s/d)

Outro aspecto que pode interessar é o impacto no professor de ter trabalhado na direção deste departamento. Segundo o professor e colega, também entrevistado pela pesquisa, Dr. Frank Herbert Quina:

Ele teve a experiência da Unicamp durante muito tempo. Lá não funcionava mais um sistema catedrático, como antes era o da USP. Acho que isso acabou o influenciando. E o próprio programa pelo o qual eu vim parar no Brasil também tinha outro modelo, de iniciar com um pouco mais de liberdade para os mais jovens. Hoje em dia aqui tem liberdade total para os mais jovens. Mas foi um processo lento de transformação. (QUINA, 2016, s/d)

Assim, podemos ver que um novo modelo institucional também marcou a atuação futura de Cilento, e do próprio Instituto da Universidade de São Paulo.

A amplitude dos interesses de Cilento, foi expressa nas narrativas registradas. Seus ex-orientandos afirmam que um dos méritos do professor foi sempre buscar novas áreas e interesses e trabalho, e ser um pesquisador inquieto e competente. É possível verificar que seus estudantes aprenderam com ele e, também passaram a agir com o mesmo rigor e afinco. Pode-se assim constatar que, o legado do professor Cilento se concretiza na formação de pesquisadores, de professores e de centros de ensino e pesquisa, como é o caso da Unicamp. Com isso, é possível também compreendê-lo como articulador da criação de interfaces e para a superação de resistências aos temas de pesquisa, possibilidades de fomento e institucionalização do ensino e da pesquisa das ciências – especialmente da bioquímica – no Brasil.

Uma análise de conteúdo das falas contidas nas entrevistas apresenta em destaque as ideias de curso relacionada a três momentos de sua carreira. Um primeiro, no início, relacionado à disciplina de Bioquímica. Um outro, mais adiante, que pontua o seu afastamento das aulas na graduação, e de certa maneira o foco na atuação como pesquisador. Por fim, um outro momento, relacionado à iniciativa de organizar o Departamento de Química da recém fundada Universidade de Campinas.

Nesta medida, podemos dizer que Cilento, e seu envolvimento com o ensino, se deu de várias formas. Na ação direta, exercendo a função de professor; na pesquisa, quando em seu laboratório, orientava e discutia com seus doutorandos de maneira mais individualizada, mas também formativa; e por fim na estruturação de uma matriz curricular específica que permitisse um ensino interdisciplinar e rico. Com isso podemos ver que em seus fazeres de professor e pesquisador Cilento reforçou a química e a pesquisa no Brasil, formando pessoas, criando institutos, desenvolvendo ciência de maneira ampla.

## 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como enfoque este período de sua vida e a organização do Instituto de Química da Universidade de Campinas – Unicamp, sobre a ótica dos documentos pessoais e das narrativas de seus ex-estudantes e colega. Assim, entendemos que esta abordagem permite uma aproximação com parte desta história institucional da educação brasileira.

Além disso, desta maneira, entendemos que a partir de um recorte metodológico de um projeto que utilizou a metodologia de história oral compôs-se uma visão subjetiva da institucionalização da ciência. E com o estudo da documentação de um arquivo pessoal de um professor pode-se compreender a formação de uma linha de pesquisa e a organização de institutos de pesquisa. Não se trata propriamente de um patrono do instituto, mas de um idealizador de seu currículo e da equipe inicial que o formou. Paralelo a isso, pode-se pensar que foi impresso em seu trabalho temas e modos de trabalho e de pesquisa. Desta forma podemos ver o Professor Dr. Giuseppe Cilento como um pesquisador de referência que imprimiu sua identidade no currículo e na composição da equipe inicial daquele instituto e que devido a este legado em 1991, três anos antes de seu falecimento, recebeu o título de Professor Emérito da Unicamp.

Dessa forma, é possível destacar que a identidade acadêmica moldada por meio das experiências profissionais desses pesquisadores é indício de formação de uma Comunidade Científica Química, em torno do Professor Cilento. Esta comunidade com seus fazeres de ensino, pesquisa, publicação e aplicação de seus conhecimentos deu passo significativo para a institucionalização da ciência no Brasil. Para além disso, a criação de instituições, serve ao propósito do ensino, mas também se relaciona à aplicação de conhecimentos. Em especial se destaca o perfil institucional identitário assumido pela Unicamp, como universidade que tem como uma de suas preocupações o diálogo com a prática da indústria e da aplicação da ciência.

Com o que foi analisado pela pesquisa, podemos compreender que a história de vida do bioquímico Giuseppe Cilento se confunde com a história do desenvolvimento da Bioquímica, da Fotoquímica e da criação de institutos que se dedicaram ao desenvolvimento da ciência no Brasil. Para além da formação de profissionais o Prof. Dr. Cilento participou da organização e regulamentação do Instituto de Química da Unicamp, de forma que o estudo e a produção de documentação referente a esta história se destaca como relevante.

## 5. REFERÊNCIAS

ALFONSO-GOLDFARB, Ana Maria. Como se daria a construção de áreas interface do saber? **Revista Kairós**, São Paulo, v. 6, n. 1, p. 55-66, 2003.

ALFONSO-GOLDFARB, Ana Maria; BELTRAN, Maria Helena Roxo (orgs.). **Escrevendo a História da Ciência**: tendências, propostas e discussões historiográficas. São Paulo: Educ/ FAPESP/ Livraria da Física, 2004.



ALFONSO-GOLDFARB, Ana Maria; FERRAZ, Márcia Helena Mendes. Raízes históricas da difícil equação institucional da ciência no Brasil. **São Paulo em Perspectiva**. São Paulo, v. 16, n. 3, p. 3-14, 2002.

ALFONSO-GOLDFARB, Ana Maria; FERRAZ, Márcia Helena Mendes; BETRAN, Maria Helena Roxo; SANTOS, Andrea Paula dos (orgs.). **Simão Mathias – cem anos: Química e História da Química no início do século XXI**. 1ed. São Paulo: SBQ, PUC-SP, 2010.

ALFONSO-GOLDFARB, Ana Maria; SOUZA, Elaine Pereira. A produção de ciência no Brasil: questões e desafios. **Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar**, São Carlos, 2009, v. 17, Suplemento Especial.

AUGUSTO, Ohara. **Entrevista concedida à professora Suzana Lopes Salgado Ribeiro**, no IQ/USP em São Paulo, em 16 mai. 2016.

BECHARA, Etelvino. **Entrevista concedida à professora Suzana Lopes Salgado Ribeiro**, no IQ/USP em São Paulo, em 25 out. 2016.

BOHNE, Cornélia. **Entrevista concedida à professora Suzana Lopes Salgado Ribeiro**, no IQ/USP em São Paulo, em 01 jun. 2016.

CARVALHO, Maria Lúcia Mendes; RIBEIRO, Suzana Lopes Salgado. **História Oral na Educação: memórias e identidades**. São Paulo: Cetec, 2013. 101 p. Disponível em: <http://www.cpscetec.com.br/memorias/historiaoral.pdf>. Acesso em: 28 abr. 2019.

CESIMA. Centro Simão Mathias da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. **Arquivo Cilentto**, Gaveta 1, pasta 37. Acesso entre os anos de 2016 e 2019.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom; RIBEIRO, Suzana Lopes Salgado. **Guia prático de história oral: para empresas, universidades, comunidades, famílias**. São Paulo: Contexto, 2011.

INDIG, Guilherme Luiz. **Entrevista concedida à professora Suzana Lopes Salgado Ribeiro**, de forma remota via Skype, em 20 mai. 2016.

NANTES, Iseli. **Entrevista concedida à professora Andrea Paula dos Santos de Oliveira Kamensky**, na UFABC – em Santo André, em 19 mai. 2016.

QUINA, Frank Herbert. **Entrevista concedida a professora Suzana Lopes Salgado Ribeiro**, no IQ/USP, em São Paulo, em 02 mai. 2016.

RIBEIRO, Suzana Lopes Salgado ; OLIVEIRA, Patrícia Romana de. Narrativas em rede: argumentos coletivos e histórias de vida na educação. **RIDPHE\_R Revista Iberoamericana do Patrimônio Histórico-Educativo**, v. 4, p. 412-430, 2018.

SANTOS, Andrea Paula; RIBEIRO, Suzana Lopes Salgado. Memórias de uma comunidade científica no cenário de Simão Mathias: histórias e trajetórias de cientistas da Química no Brasil. In: Ana Maria Afonso-Goldfarb; Márcia Helena Mendes Ferraz; Maria Helena Roxo Beltran; Andrea Paula dos Santos. (Org.). **Simão Mathias – cem anos: Química e História da Química no início do século XXI**. 1ed. São Paulo: SBQ, PUC-SP, 2010, p. 127-259.

SCHREIER, Shirley. **Entrevista concedida à professora Suzana Lopes Salgado Ribeiro**, na casa da entrevistada em São Paulo, em 30 de junho de 2016.

SIRINELLI Jean-François. "A geração". In FERREIRA, Marieta de Moraes. **Usos e abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1998, p. 133.

# DA GÊNESE À EXTINÇÃO DO CURSO DE MECÂNICA NA ETEC JOSÉ ROCHA MENDES: IMPLANTAÇÃO, MUDANÇAS E CRISE

**Paulo Eduardo da Silva**

Escola Técnica Estadual José Rocha Mendes

## 1. INTRODUÇÃO

Quando a Escola Técnica Estadual (Etec) Getúlio Vargas se dividiu em três unidades, os cursos do Ginásio Industrial migraram para as novas unidades, assim como alguns cursos “especiais” de menor duração. Nessa divisão, a Getúlio Vargas foi transferida do Bairro do Brás para o Ipiranga e se transformou numa escola profissional exclusiva para alunos mais velhos, ou como se dizia na época, “nível colegial”, correspondente ao Segundo Grau hoje.

O Ginásio Industrial de Vila Prudente acolheu entre outros, os cursos de Mecânica e Eletricidade, sendo estes dois, os “carros chefe” da nova unidade. Também vieram cursos de menor duração ou “extraordinários” como eram chamados. Tais cursos ensinavam uma gama bastante variada de conhecimentos do universo profissional, abrangendo diversas áreas e atividades distintas. Entre esses cursos Extraordinários a escola oferecia: Pintura de Cartazes, Conserto e Reparação de Rádio Receptores, Conserto de Máquinas, Serralheria, Marcenaria etc.

A despeito de uma gama tão variada de opções, existia entre os candidatos a uma vaga no Ginásio Industrial, uma nítida preferência pelo curso de Mecânica, visto que, desde o início, a Mecânica (Figura 1) conseguia montar duas turmas de alunos (C1 e C2) no diurno e uma turma noturna, enquanto, que a Eletricidade montava apenas uma (C3) diurna e uma noturna.



**Figura 1** – Alunos da Mecânica em 1965 com dois professores ao centro e o vice-diretor à direita.

**Fonte:** Acervo do Centro de Memória da Etec José Rocha Mendes, em 2019.

## 2. UMA LÓGICA DIFERENTE

O Ginásio Industrial tinha uma lógica de funcionamento bastante diversa da que encontramos hoje em nossos cursos técnicos. Seguindo o raciocínio de Aprígio Gonzaga, o Ginásio Industrial buscava uma formação mais generalista para seus alunos, visando uma formação mais abrangente e que permitisse ao aluno um maior leque de opções no mercado de trabalho. Para atingir tal objetivo, as escolas profissionais masculinas adotavam uma estratégia de ensino que possibilitasse ao aluno o desenvolvimento de atividades bastante variadas e o contato com máquinas e equipamentos diversificados. A estratégia era a divisão da oficina em “seções”. Portanto, além das disciplinas do Núcleo Comum (Português, Matemática, Geografia, etc.), o aluno na 1ª e 2ª séries do Ginasial (equivalente à 5ª e 6ª séries do Ensino Fundamental), fazia um verdadeiro “tour” por diversas seções. Essas aulas práticas eram classificadas como “Artes industriais” e possibilitavam ao aluno adquirir noções gerais de Pintura, Tipografia e Encadernação, Serralheria, Fundição, Ajustagem, Eletricidade, Marcenaria, Entalhação e Torneria.

Na 3ª e 4ª séries do Ginasial (equivalente à 7ª e 8ª séries do Ensino Fundamental), o aluno era direcionado a uma área específica de sua escolha como Mecânica ou Eletricidade, passando então, a frequentar as aulas de Prática Profissional e Tecnologia em uma habilitação específica dependendo da escolha feita. Essa situação perdurou até o início dos anos 70, quando ocorreu a expansão da Rede de Colégios Estaduais Técnicos em São Paulo e os Ginásios Industriais entraram em extinção.

Bianca Barbagallo Zucchi (2011) destaca a importância deste tipo de educação para os trabalhadores em um interessante estudo. Nele a autora afirma que Aprígio Gonzaga chega mesmo a ver neste tipo de formação uma “forma de proteger o trabalhador do próprio mercado”.

[...] Aprígio Gonzaga condenava a especialização do trabalhador em apenas uma atividade. Segundo Gonzaga, o conhecimento completo de cada função pelos trabalhadores seria a única arma contra a total mecanização das profissões industriais. Dessa forma, a ênfase educacional nas Escolas Profissionais da Capital era o aluno, em detrimento dos processos industriais. Não que Gonzaga fosse contrário ao processo de industrialização, mas entendia o Ensino Profissional como uma forma de proteção do futuro trabalhador com relação ao mercado de trabalho. (ZUCCHI, 2011, p. 3)

Esta formação generalista esteve presente nas escolas técnicas praticamente desde sua fundação, sob o comando do próprio Aprígio Gonzaga. Sabemos da persistência dessas práticas pedagógicas em função das muitas entrevistas por nós coletadas ao longo de anos, assim como, pelo cruzamento dessas informações com a documentação existente. Ainda nas décadas de 1940/50 existia uma forte tendência a se aplicar uma Educação Profissional o mais ampla possível buscando com isso formar um profissional com habilidades e competências plenas ou tanto quanto isso fosse possível.

É disso também que nos fala a pesquisadora Maria Gabriela Marinho (2005) quando se refere à opção entre um conhecimento mais utilitarista ou mais humanista. O Ginásio Industrial seguramente, não visava a formação de humanistas, mas à medida em que se

preocupava com uma formação mais abrangente do aluno lhe fornecia também uma visão menos alienada de todo o processo industrial, o que com certeza poderia lhe render maior autonomia em suas escolhas.

Bastante elucidativa desta situação é o depoimento do ex-aluno e agora professor Edson João Patané, que há cinquenta anos participa diariamente da evolução de nossas escolas técnicas estaduais. Apoiado nos depoimentos de diversos ex-alunos da própria Getúlio Vargas ele nos relata:

Não só pelo meu tio né, que me contava as histórias, mas pelos professores que foram meus professores, foram da Getúlio Vargas também e... Por exemplo: um motor elétrico na minha época nós enrolávamos, fazíamos o enrolamento dos fios do motor elétrico. Na Getúlio Vargas da época eles faziam um motor completo, fundia a carcaça, chaparia do motor, toda parte mecânica se fazia também. Usinagem de eixo... montava... O eixo era usinado nas oficinas da Getúlio Vargas. Então o motor que se fabricava lá, era um motor Getúlio Vargas mesmo. Então a parte prática era muito mais... Vamos dizer mais intensa, mais pesada do que foi quando eu estudei. Então, realmente esses alunos saíam alunos com uma formação excelente. (PATANÉ, 2012)

Cinquenta anos depois de sua fundação, essa filosofia de ensino ainda persistia na Getúlio Vargas e em suas duas filiadas (criadas em 1964): as Etecs José Rocha Mendes e Martin Luther King.

Podemos perceber claramente essas permanências numa rápida análise da grade curricular da primeira década de existência das novas escolas (Tabela 1). As disciplinas ensinadas na oficina nem de longe se centravam em uma única área.



**Figura 2** – Aula de Mecânica, em 1965.

**Fonte:** Acervo do Centro de Memória da Etec José Rocha Mendes, em 2019.

**Tabela 1** – Grade Curricular vigente para o Ginásio Industrial na década de 1960.

| SÉRIES  | CULTURA GERAL                                                                                                                                                                                                                                 | ARTES INDUSTRIAIS                                                                                                                                                                                                                               |
|---------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 1ª e 2ª | <ul style="list-style-type: none"><li>- Português</li><li>- Matemática</li><li>- Ciências (iniciação)</li><li>- Inglês</li><li>- História</li><li>- Geografia</li><li>- Desenho</li><li>- Educação Física</li><li>- Canto Orfeônico</li></ul> | <ul style="list-style-type: none"><li>- Pintura</li><li>- Tipografia e encadernação</li><li>- Serralheria</li><li>- Fundição</li><li>- Ajustagem</li><li>- Eletricidade</li><li>- Marcenaria</li><li>- Entalhação</li><li>- Tornearia</li></ul> |
| 3ª e 4ª | <ul style="list-style-type: none"><li>- Português</li><li>- Matemática</li><li>- Ciências Físicas e Biológicas</li><li>- Inglês</li><li>- História</li><li>- Geografia</li></ul>                                                              | <ul style="list-style-type: none"><li>- Prática Profissional e tecnologia na área de Mecânica de Máquinas ou Eletrotécnica</li></ul>                                                                                                            |

**Fonte:** ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL ROCHA MENDES, 2019a.

Essa formação generalista concebida por Aprígio Gonzaga vai persistir nas escolas profissionais pelo menos até a segunda metade do século XX e será a grande marca deixada por essas escolas na vida e no caráter dos alunos que por ela passaram. Muitos depoimentos expressam orgulho e admiração em relação ao papel desempenhado por essas escolas em suas vidas.

Bom, hoje essa formação tecnicista, formação técnica visa inserir o aluno no mercado de trabalho. O aluno se forma técnico eletrônico, ele vai ser inserido para trabalhar como técnico eletrônico, e assim como os outros cursos técnicos que nós temos. Aquela formação lá do ginásio, era uma formação básica, que permitia que os alunos conhecessem as diversas áreas que eles fossem trabalhar, desenvolvessem habilidades “pra” poder escolher. Tanto é verdade que o aluno depois daquela fase, ele já entrava consciente no curso técnico. Ele sabia que ele queria fazer o curso de Mecânica, por exemplo. Ele já sabia, porque ele já tinha mexido nas máquinas, já tinha torneado. Então, no técnico ele continuava com aquela prática e a teoria era intensificada. Aí ele saía com uma formação realmente “pro” mercado de trabalho, tá? Que no ginásio industrial você poderia até ir pro mercado também, mas eu acredito que a intenção no final principalmente era que o aluno tivesse um conhecimento geral né? Não seria um técnico. Poderia até ir trabalhar, aprender com maior facilidade. Mas o técnico prepara para o mercado de trabalho mesmo, né? (PATANÉ, 2012)

É interessante também perceber de que maneira a falta do Ginásio Industrial afetou a vida daqueles que não o conheceram. Como essa etapa da vida escolar dava ao aluno uma boa noção de sua futura vida como profissional, a ausência desta etapa criava

lacunas difíceis de serem superadas. Quem viveu este dilema na vida escolar foi o ex-aluno e depois professor e coordenador do curso de Mecânica Aloísio Martins Bittencourt. Seu depoimento como aluno da Mecânica é muito esclarecedor das dificuldades enfrentadas por aqueles que não tiveram a iniciação no mundo da mecânica feita pelos moldes do Ginásio Industrial.

Ah! Pra mim foi difícil né? Eu tinha uma grande... Era uma das matérias que eu tinha maior dificuldade era na oficina. Por justamente não ter feito o Ginásio Industrial né? Então essa aí foi uma das matérias que eu tive mais dificuldade. Agora, o que mais me atraiu na oficina foi a ajustagem. [...] A dificuldade era de não conseguir fazer as peças com tanta facilidade né? Enquanto os colegas que fizeram o Ginásio Industrial eles conseguiam mexer nas máquinas com maior facilidade, maior habilidade. Enquanto eu com 15 anos aí, sem nunca ter visto um torno na vida, sem ter visto uma fresadora, sem ter visto uma retífica sem ter visto uma furadeira, né? A dificuldade era grande, mas consegui levar. Até hoje eu não esqueço a minha primeira nota da oficina foi 5,5 né? Na oficina mecânica. E o mínimo (nota) pra passar era ter 4 “setes” né? Mas a minha primeira nota foi 5,5. Essa até hoje eu não esqueço não. Mas depois consegui me recuperar. [...] É, foi meio um Calvário sim. Porque eu nunca tinha tido contato com nenhuma máquina antes na vida. (BITTENCOURT, 2019)

Nas duas séries finais do Ginásio Industrial o aluno finalmente optava pela profissão de sua escolha e aí iniciava sua formação específica em Mecânica ou Eletricidade. Valendo-se então dos conhecimentos adquiridos nas séries iniciais, o estudante iniciava a sua formação específica, de onde sairia formado para ingressar no mercado de trabalho e desempenhar funções na indústria. Fosse como fosse, ele estaria plenamente habilitado a suprir as necessidades de uma indústria ávida por mão de obra especializada.

As múltiplas habilidades conquistadas no Ginásio Industrial permitiriam a esse aluno transitar com desenvoltura para o trabalho nas fábricas da época, uma vez que poderia além de desempenhar com segurança a profissão de sua escolha, estaria apto a realizar diversas funções-meio como Serralheiro, Soldador ou quaisquer outras que se apresentassem. Tornava-se assim, um trabalhador qualificado e muito desejado pela ascendente indústria brasileira dos anos 1960. Tanto assim que o apetite da indústria por novos trabalhadores criava um superávit de vagas para este tipo de mão de obra o que tornava um verdadeiro desafio para as escolas industriais atender essa demanda.

Essa situação tendeu a perdurar por um bom tempo no cenário da Educação Profissional de São Paulo. Sobre esse aspecto, o professor Patané fez também algumas considerações em sua entrevista.

[...] Então aí é que os nossos técnicos deverão atuar. Técnico eletrônico no nosso Curso de Automação Predial, eles são muito requisitados. Às vezes as empresas falam: “Manda uma lista de técnicos e de eletrotécnicos”. Não temos! Estão todos empregados, ou estagiando. Às vezes, você não tem ninguém pra indicar pra empresa. Então o curso técnico ele está ainda muito atualizado e vai estar por muitos anos. (PATANÉ, 2012)

### 3. A CHEGADA DO COLÉGIO INDUSTRIAL

Vinha daí o sucesso e a longevidade do curso de Mecânica de Vila Prudente que não pôde ser ofuscado nem mesmo pela implantação do Colégio Industrial nas mesmas dependências em que funcionou por seis anos o Ginásio Industrial. Com a implantação do colégio, o Ginásio Industrial entra em extinção formando sua última turma em 1978.

O curso de Mecânica, no entanto, sobrevive bem à mudança. Os alunos do antigo Ginásio Industrial passam a migrar para as classes do Colégio Industrial recém-implantado e a demanda por vagas para Mecânica e Eletricidade continuou bastante alta.

As mudanças não se expressaram apenas em termos de nível e idade dos alunos ou do binômio Ginásio/Colégio. Internamente os cursos passaram por uma profunda metamorfose. A formação multifacetada aplicada por décadas nas escolas profissionais paulistas vai dando lugar a uma formação mais especializada e menos abrangente no Colégio Industrial. Podemos perceber a mudança pela análise do curso de Técnico em Mecânica indicado na Tabela 2.

O currículo ao mesmo tempo em que se torna mais aprofundado, é bem mais especializado, limitando em muito a atuação do futuro técnico no mercado de trabalho e, portanto, limitando seu leque de possibilidades. Mesmo com algumas limitações e tendo uma formação mais “direcionada” a uma atividade específica, a escola aparentemente manteve seu alto nível de ensino. Já tivemos diversos relatos destacando a qualidade da escola pública daquela época e a superioridade do trabalhador saído de suas oficinas.

O Sr. Victor Cañedo Rodriguez iniciou seus estudos na Getúlio Vargas, no Brás, antes, portanto, da cisão da escola em três unidades. No momento da cisão o Sr. Victor tornou-se aluno em Vila Prudente e acumulou experiência nas duas escolas. Falando da qualidade do ensino público, ele nos fez um interessante relato comparando o Colégio Industrial com o SENAI da época e as diferentes abordagens feitas pelas duas escolas.

[...] Por exemplo, o SENAI naquele tempo era muito específico. Ele pegava um torneiro e ensinava ele a trabalhar no torno. Então a diferença de quem fazia SENAI naquele tempo, era que o SENAI formava empregados, formava operários. A Getúlio Vargas formava futuros líderes, futuros técnicos. A diferença é muito grande, e essa diferença, hoje em dia pra mim está mais clara. É que o currículo da Getúlio Vargas era muito mais futurista, era muito mais abrangente do que o do SENAI, que era específico que ensinava a ser mecânico, ensinava a ser isto e aquilo. Então a pessoa saía do SENAI, fazia um teste na Mercedes e passava, mas fazia o teste pra que? Para mecânico. Fazia o teste para prensador... Ele preparava o operário para uma coisa certa. Não havia esses oito anos que nós tínhamos na Getúlio Vargas, ou seja, eram uns sete anos de aprendizado mais abrangente. Hoje eu vejo que era um currículo muito bem pensado já naquele tempo. (RODRIGUEZ, 2012)



**Tabela 2** – Grade Curricular do curso de Técnico em Mecânica vigente no Colégio Industrial na década de 1970.

| SÉRIES | PARTE COMUM                                                                                                                                                                                | PARTE DIVERSIFICADA                                                                                                                                                                                                                                                                                                   |
|--------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 1ª     | <ul style="list-style-type: none"> <li>- Língua Portuguesa e Literatura</li> <li>- Matemática</li> <li>- Química</li> <li>- Física</li> <li>- Educação Física</li> </ul>                   | <ul style="list-style-type: none"> <li>- Desenho Técnico</li> <li>- Produção Mecânica</li> <li>- Tecnologia Mecânica</li> </ul>                                                                                                                                                                                       |
| 2ª     | <ul style="list-style-type: none"> <li>- Língua Portuguesa e Literatura</li> <li>- Matemática</li> <li>- Biologia</li> <li>- Educação Física</li> <li>- Educação Moral e Cívica</li> </ul> | <ul style="list-style-type: none"> <li>- Desenho Técnico Mecânico</li> <li>- Mecânica Aplicada</li> <li>- Produção Mecânica</li> </ul>                                                                                                                                                                                |
| 3ª     | <ul style="list-style-type: none"> <li>- Língua Portuguesa e Literatura</li> <li>- Matemática</li> <li>- História</li> <li>- Educação Física</li> <li>- O.S.P.B.</li> </ul>                | <ul style="list-style-type: none"> <li>- Desenho Técnico Mecânico</li> <li>- Produção Mecânica</li> <li>- Ensaios Tecnológicos dos Materiais</li> <li>- Organização e Normas</li> <li>- Órgãos de Máquinas</li> <li>- Resistência dos Materiais</li> <li>- Tecnologia dos Materiais Máquinas e Ferramentas</li> </ul> |
| *4ª    |                                                                                                                                                                                            | <ul style="list-style-type: none"> <li>- Desenho Técnico Mecânico</li> <li>- Eletrotécnica</li> <li>- Produção Mecânica</li> <li>- Órgãos de Máquinas</li> <li>- Resistência dos Materiais</li> <li>- Tecnologia dos Materiais Máquinas e Ferramentas</li> </ul> <p>* Apenas o curso Noturno</p>                      |

**Fonte:** ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL ROCHA MENDES, 2019a.

Mesmo com algumas mudanças, o curso de Mecânica prosseguiu firme pela década de 1970, ocupando ao lado da Eletrotécnica o lugar de “carro chefe” da escola de Vila Prudente. Com a demanda por vagas mantida bem alta, a Mecânica conseguiu manter seu desempenho de formar três turmas todos os anos.

#### 4. NOVO CURSO: DESENHO DE COMUNICAÇÃO

A década de 1980 trouxe mais mudanças para a escola de Vila Prudente e mais desafios para o curso de Mecânica. A essa altura, a escola já contava com 20 anos de atividades e o próprio perfil dos alunos havia mudado bastante desde a fundação. Originalmente, a escola tinha uma grande quantidade de alunos nisseis vindos do bairro do Brás na época da fundação. Ao longo dos anos essa característica foi paulatinamente mudando e dando um perfil étnico mais “brasileiro” à escola.

Contudo, não foi apenas a composição étnica que mudou no interior da escola. O próprio país teve sua estrutura econômica profundamente alterada pela industrialização e, no caso da cidade de São Paulo, essas mudanças seriam ainda, muito maiores.

No início da década de 1980, a própria cidade de São Paulo passou a apresentar uma tendência muito maior para o setor terciário da economia. São Paulo lentamente transformava-se em uma cidade prestadora de serviços, onde bancos, restaurantes, teatros, casas de show e todo tipo de serviços podiam ser encontrados e que movimentavam altíssimas somas para a economia paulista.

Em contrapartida, muitas indústrias passaram a abandonar a cidade em busca de áreas com mão de obra mais barata, terrenos mais em conta e maiores vantagens fiscais, onde pudessem assentar suas oficinas e movimentar sua produção. O próprio bairro de Vila Prudente começa a sentir essas mudanças. De uma antiga chácara de veraneio, o bairro já nasce abrigando promissoras pequenas indústrias logo na primeira década do século XX. A partir desses primeiros passos, o bairro atraiu cada vez mais e maiores indústrias até que se tornou quase que exclusivamente, um bairro industrial.

Chegada, porém a década de 1980 e a lenta migração da indústria paulista para outros estados, o próprio bairro de Vila Prudente passa a abrigar cada vez mais imóveis residenciais e, mesmo pequenos edifícios residenciais, enquanto, que as indústrias vão recuando, fechando e se mudando.

Tantas mudanças não passaram despercebidas pela Rocha Mendes que, compreendendo o momento oportuno e decisivo pelos quais passavam o país e a cidade de São Paulo, cria o curso de Desenho de Comunicação. Este seria o primeiro curso implantado na escola técnica, que nitidamente rompia com sua tradição de escola industrial. É o primeiro curso voltado à prestação de serviço e que não atendia diretamente às necessidades da indústria, mas claramente, atendia as necessidades e ao novo perfil da cidade e do bairro em que estava inserida.

De início, o Desenho de Comunicação não atraiu muitas atenções, mas à medida que a escola passou a organizar a primeira turma de alunos e, principalmente, a divulgar o novo curso pelo bairro, despertou o interesse do público por esta nova opção de carreira. A partir desta primeira turma, a cada ano, o curso atraía cada vez mais a atenção dos moradores do bairro e de bairros vizinhos. O sucesso do curso se mostrou muito rapidamente e logo, o Desenho já disputava em termos de preferência o primeiro lugar com a Mecânica, o que, até onde sabemos, era um fato inédito desde a fundação da escola.

Mais tarde, o Desenho de Comunicação se tornou, de longe, o curso de maior procura por parte do público que ingressava na unidade da Vila Prudente. Essa situação tendeu a se consolidar ao longo da década de 1990 quando a escola finalmente passou a integrar os quadros do Centro Paula Souza.

O tradicional curso de Mecânica (Figura 3), no entanto continuava a atrair interessados. Tanto assim que continuou a formar suas duas turmas todos os anos como sempre vinha fazendo desde a fundação da escola. Contudo, depois de três décadas atuando em Vila Prudente, sua oficina já dava mostras de estar ficando ultrapassada e precisando de atualização. A falta de investimentos neste curso em específico foi cobrando seu preço e o curso perdendo o atrativo que antes despertou por tanto tempo.



**Figura 3** – Aula de Mecânica, em 1996.

**Fonte:** Acervo do Centro de Memória da Etec José Rocha Mendes, em 2019.

Por outro lado, o Desenho de Comunicação é que passou a representar o carro chefe na preferência dos estudantes apresentando índices cada vez mais elevados e muito superiores aos dos demais cursos da escola.

## 5. GOLPE DE MISERICÓRDIA

O golpe fatal veio quando o Centro Paula Souza decidiu mudar a grade curricular que oferecia ao público e extinguir a modalidade dos cursos assim chamados “integrados”, passando a oferecer o Ensino Médio em separado da formação técnica.

Isso fez com que o aluno pudesse escolher entre a formação acadêmica separadamente da formação técnica, optando pelas duas formações ou apenas pelo propedêutico. Para o curso de Mecânica, foi a gota d’água. Tendo perdido seu prestígio em relação ao Desenho de Comunicação ao longo dos últimos anos e com equipamentos defasados do ponto de vista tecnológico, a separação entre Ensino Médio e Técnico foi fatal para o curso.

Lentamente, o curso de Mecânica vai apresentando índices cada vez mais baixos de procura por vagas, até que no início da década de 2000 o curso não oferece vagas para o 1º ano pela primeira vez em mais 40 anos de existência. Uma enorme perda para a escola de um curso tão tradicional. Em relação a este aspecto, o professor Aloísio Bittencourt (2019) é bastante taxativo quanto aos motivos que levaram ao fechamento do curso de Mecânica.

Oficina acabou né? O curso de Mecânica acabou aqui. Foi... A grande diferença foi essa. Foi imposto pelo Centro a queda do curso de Mecânica né? Que quando teve... saiu do curso integrado que o aluno fazia o Ensino Médio com o Ensino Técnico juntos, né? Aí quando desmembrou isso, passou a ter só Ensino Médio e Ensino Técnico separado, a queda na procura foi grande né? Então o Centro achou por bem acabar com o curso de Mecânica devido à baixa

procura no técnico, só do técnico, né? Mas quando tinha o Integrado né? Que era o Ensino Médio com o Ensino Técnico Mecânica era bem concorrido. E aí, foi graças às mudanças curriculares do Centro que acabaram com a Mecânica. [...] Aí quando separou o Ensino Médio e Ensino Técnico, aí a procura pelo Ensino Técnico foi baixa. Aí o Centro impunha lá que tinha que ter uma procura mínima né? E não teve essa procura mínima, eles resolveram acabar com o curso [...]. Com o integrado a procura era boa. [...] Tanto que tinha duas turmas de Mecânica de manhã e uma turma de Mecânica à noite. [...] Então tinha três turmas de Mecânica entrando por ano aqui na Rocha Mendes. (BITTENCOURT, 2019)

Muito aguerrido, o professor Aloísio ainda tentou manter acesa a esperança de que o curso pudesse se recuperar e voltar a existir na Rocha Mendes. Com o curso finalizado, muitos professores tiveram de procurar outras colocações no mercado, seja na indústria, seja em outras escolas. O nosso professor Aloísio migrou para o curso de Segurança do Trabalho onde tornou-se coordenador, mantendo dessa forma, o seu vínculo com a Rocha Mendes. Além de coordenar a Segurança do Trabalho, Aloísio passou a atuar no sentido de manter o maquinário da oficina como patrimônio escolar, na esperança de, no futuro reativar o curso de Mecânica. Aloísio nos recorda essa época e a maneira pela qual despendeu seu último esforço para salvar o curso a que ele havia dedicado sua vida profissional.

Aí eu tentei como professor né? E coordenador. [...] Ainda, fiquei como coordenador do curso de Segurança do Trabalho, quando implantaram Segurança do Trabalho né? E fiquei dando aula no curso de Eletrotécnica também algumas disciplinas que tinham relativas à Mecânica né? Aí eu tentei como coordenador deixar algumas máquinas aqui ainda pra ver se reativava o curso de Mecânica algum dia. Mas aí alguém resolveu doar todas as máquinas e aí definitivamente a Mecânica acabou na Rocha Mendes. (BITTENCOURT, 2019)

Na verdade, anos mais tarde foi feito um grande leilão do maquinário da Mecânica, o que sepultou definitivamente qualquer possibilidade de retorno do antigo curso. O professor Aloísio também migrou para a Etec Martin Luther King, que conseguiu manter seu curso de Mecânica em funcionamento como é até hoje. Ainda atua na Rocha Mendes como professor de Matemática com aulas no curso de Administração.

Mais tarde, o espaço antes ocupado pela antiga oficina (Figura 4), foi transformado em novas salas de aula, atualmente ocupadas pelos cursos de Eletrônica e Moda. Do curso de Mecânica, restam algumas fotos, uma velha carcaça de fresa nos fundos da escola e algumas peças conservadas no acervo do centro de memória da escola.



**Figura 4** – Área da Oficina já sem máquinas da Mecânica, em 2010.  
**Fonte:** Acervo do Centro de Memória da Etec José Rocha Mendes, em 2019.

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O curso de Mecânica foi um dos mais longevos e de maior sucesso na história da nossa unidade de ensino. No entanto, essa longevidade e grande popularidade que obteve ao longo de sua existência, não foram suficientes para evitar sua extinção.

As muitas mudanças sofridas pelo país ao longo de quatro décadas alteraram a lógica da economia, o que consequentemente, afetou a indústria paulista obrigando o Centro Paula Souza, a escola e finalmente o curso se adaptarem aos novos tempos ou desaparecer.

A concorrência de outros cursos como o Técnico em Desenho de Comunicação, ainda que indireta, afetou o desempenho da Mecânica, à medida que seu grande sucesso, roubava potenciais candidatos, reduzindo consequentemente a relação candidato/vaga do curso Técnico de Mecânica.

Finalmente, a própria cidade foi perdendo indústrias, e alterando seu perfil produtivo para o setor terciário, num processo dramático que se estende até hoje, afetando direta e indiretamente os rumos tomados pela Educação Profissional e ditando a criação de novos cursos ou a extinção dos antigos.

A decisão de extinguir o curso de Mecânica da Rocha Mendes foi apenas o último ato de uma longa série de eventos que lentamente durante de mais de quatro décadas, o tornaram obsoleto e ultrapassado. Maquinário antigo e falta de investimentos cobraram seu preço e a escola e professores não tiveram como reagir às novas necessidades que se apresentavam. Na virada do novo século o curso viu seus últimos dias se esgotarem para em seguida, entrar para a memória da Educação Profissional.

## 7. REFERÊNCIAS

BITTENCOURT, Aloísio Martins. **Entrevista concedida ao professor Paulo Eduardo da Silva**, em 28 de junho de 2019. Arquivos de entrevistas do Centro de Memórias Etec José Rocha Mendes.

ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL JOSÉ ROCHA MENDES. **Pastas de Organizações Curriculares 1964-1978**. Arquivo Permanente da Secretaria Acadêmica, em 2019a.

ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL JOSÉ ROCHA MENDES. **Livro de Registro de Matrículas 1968** – Curso Noturno. Arquivo Permanente da Secretaria Acadêmica, em 2019b.

ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL JOSÉ ROCHA MENDES. **Livro de Registro de Matrículas 1968-1972**. Arquivo Permanente da Secretaria Acadêmica, em 2019c.

ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL JOSÉ ROCHA MENDES. **Livro de Registro de Diplomas 1972-1974**. Arquivo Permanente da Secretaria Acadêmica, em 2019d.

ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL JOSÉ ROCHA MENDES. **Livro de Registro de Diplomas 1964-1965**. Arquivo Permanente da Secretaria Acadêmica, em 2019e.

ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL JOSÉ ROCHA MENDES. **Livro de Registro de Matrículas 1963-1967**. Arquivo Permanente da Secretaria Acadêmica, em 2019f.

MARINHO, Maria Gabriela – **A Presença Norte-Americana na Educação Brasileira**: uma abordagem histórica da articulação entre a Fundação Rockefeller e estruturas acadêmicas de São Paulo. 2005. Disponível em: <<http://www.cantareira.br/thesis2/v2n3/gabriela.pdf>> Acesso em: 12 jun. 2012.

PATANÉ, Edson João. **Entrevista concedida ao professor Paulo Eduardo da Silva**, em 18 de agosto de 2012. Disponível em: <http://memorias.cpsctec.com.br/arquivos/2014HOEmemoriaseidentidadesFalaEscritaCPSPBP.pdf> Acesso em: 02 maio 2019.

RODRIGUEZ, Victor Cañedo. **Entrevista concedida ao professor Paulo Eduardo da Silva**, em 22 de setembro de 2012. Arquivos de entrevistas do Centro de Memórias Etec José Rocha Mendes.

ZUCCHI, Bianca B. Historiografia do Ensino Profissional no Brasil e as Iniciativas ligadas à Racionalização dos Métodos de Ensino. In: OLIVEIRA, Camila Aparecida Braga; MOLLO, Helena Miranda; BUARQUE, Virgínia Albuquerque de Castro (orgs). **Caderno de resumos & Anais**. 5º Seminário Nacional de História da Historiografia: biografia & história intelectual. Ouro Preto: EdUFOP, 2011.

# **MEMÓRIAS DE GESTORES DA ETEC PHILADELPHO GOUVÊA NETTO VINCULADOS AO CENTRO PAULA SOUZA (25 ANOS)**

**Jurema Rodrigues**

Escola Técnica Estadual Philadelpho Gouvêa Netto

## **1. INTRODUÇÃO**

Este estudo visa à escrita historiográfica da Escola Técnica Estadual (Etec) Philadelpho Gouvêa Netto, de São José de Rio Preto/SP, referente ao período de vinte e cinco anos de vínculo com a autarquia Centro Estadual de Educação Tecnológico Paula Souza (Ceeteps). Apresentam-se fatos da época em que as escolas técnicas eram subordinadas à Secretaria da Educação do Estado de São Paulo, posterior transferência de vínculo para a Secretaria de Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico, com todos seus bens móveis e imóveis, pelo Decreto Estadual nº 34.032/9, em 22 de outubro de 1991 (SÃO PAULO, 1991), e apresentam-se fatos de mudança e permanência de vínculo das escolas técnicas para o Centro Paula Souza (CPS).

O procedimento metodológico consiste em pesquisa em fontes primárias e secundárias textuais e iconográficas nos acervos escolares, entrevistas de história oral com os gestores e o registro da escrita historiográfica.

O registro histórico traz os principais feitos das gestões da Unidade Escolar, ratificados por relatos de história oral dos gestores da Escola Técnica Estadual de Segundo Grau "Philadelpho Gouvêa Netto" e da Etec Philadelpho Gouvêa Netto, quando a Instituição passou a pertencer à Autarquia Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza (Ceeteps), pelo Decreto Estadual nº 37.735/93, de 27 de outubro de 1993. (SÃO PAULO, 1993)

A escrita exposta evidencia três momentos relevantes da história escolar: o primeiro mais extenso, alicerçado em fatos que impulsionaram a reivindicação de transferência de jurisdição das escolas técnicas estaduais, tendo em vista a necessidade de mudança de vínculo das escolas técnicas do Estado de São Paulo; o segundo, referente ao descontentamento das escolas técnicas quanto ao resultado da transferência da Secretaria da Educação para a Secretaria de Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico; e o terceiro momento, que se refere aos resultados ocorridos com a mudança e permanência das escolas técnicas estaduais para o Centro Estadual de Educação Tecnológico Paula Souza.

## **2. RECORTE HISTÓRICO DA ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO**

É importante apresentar um histórico das décadas de 1950 a 1970, pois em 24 de abril de 1956, o governador do Estado de São Paulo, Jânio Quadros, autorizou a criação do Curso Prático de Ensino Profissional, de acordo com a Lei Estadual nº 77, de 23 de fevereiro

de 1948 (SÃO PAULO, 1948), que dispunha sobre a criação de cursos práticos do ensino profissional no interior do Estado de São Paulo. No mesmo ano, da instalação do Curso Prático de Ensino Profissional, o governador Jânio Quadros autorizou a mudança da denominação para Escola Artesanal conforme o Decreto Estadual nº 26.417/56, de 14 de setembro de 1956, publicado no D.O., de 15 de setembro de 1956.

A Instituição era subordinada à Secretaria da Educação, ao Departamento do Ensino Profissional e à 11ª Inspeção Regional do Ensino Profissional, era compatível ao nível fundamental, oferecia o curso feminino de Economia Doméstica e cursos masculinos da área de Mecânica.

Em 06 de novembro de 1970, nas mesmas instalações precárias do estabelecimento do ensino técnico compatível ao nível fundamental, subordinado à Secretaria da Educação do Estado de São Paulo, foi criado e instalado o Colégio Técnico Industrial de São José do Rio Preto, em nível compatível ao técnico médio, pelo Decreto Estadual nº 52.553/70 de 06 de novembro de 1970, sancionado pelo governador do Estado de São Paulo, Roberto Costa de Abreu Sodré. (SÃO PAULO, 1970)

Em 1971, entrou em vigor a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 5.692/71, de 11 de agosto de 1971, do governo do Presidente da República Emílio Garrastazu Médici, fixando as diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus com a racionalização do trabalho escolar, e a adoção e obrigatoriedade do ensino profissionalizante para todas as escolas de 2º grau. (BRASIL, 1971)

A Unidade Escolar, vinculada à Secretaria da Educação do Estado de São Paulo, recebeu autorizações para as habilitações de Técnicos em Edificações e em Mecânica, por meio da Resolução SE nº 17/72 de 08 de novembro de 1972 (SÃO PAULO, 1972); em Eletrotécnica pela Resolução SE nº 17/74 de 13 de fevereiro de 1974 (SÃO PAULO, 1974); em Telecomunicações pela Resolução SE nº 188/77 de 16 de dezembro de 1977. (SÃO PAULO, 1977)

Em 30 de dezembro de 1975 com a extinção do Ginásio Industrial, nível compatível ao Ensino Fundamental, o Colégio Técnico Industrial de São José do Rio Preto passou a denominação Centro Estadual Interescolar "Philadelpho Gouvêa Netto" pelo Decreto Estadual nº 7400/75, publicado no D.O.E., de 31 de dezembro de 1975 (SÃO PAULO, 1975). Em 27 de janeiro de 1978, foi autorizada a habilitação de Técnico em Eletromecânica pela Resolução SE nº 11/78. (SÃO PAULO, 1978).

### **3. NECESSIDADE DE MUDANÇA DE JURISDIÇÃO DAS ESCOLAS TÉCNICAS ESTADUAIS MOTIVA REIVINDICAÇÕES E DEBATES**

Faz necessário apresentar fatos que justifiquem a reivindicação de mudança de subordinação, jurisdição, das escolas técnicas do Estado de São Paulo, especialmente a exposição dos fatos ocorridos na Unidade Escolar.

Com o advento da Lei Federal nº 5.692/71, de 11 de agosto de 1971, as Escolas Técnicas Estaduais não receberam investimentos pedagógicos para formação de professores nem recursos para manutenção e reposição primárias de equipamentos, consequentemente, anos de árduas lutas para comunidade escolar em busca de recursos para instalação de salas de aula, manutenção e aquisição de novos equipamentos, solicitação de doação de



terreno e construção de prédio próprio. Para isso, a direção da Instituição, com apoio dos meios de comunicação, investiu nas relações sociais com a Câmara e Prefeitura de São José do Rio Preto para mediação com a Secretaria da Educação do Estado de São Paulo para construção do prédio escolar e melhores condições pedagógicas para o atendimento da demanda escolar.

Em 18 de outubro de 1982, a Lei nº 7044/82, sancionada no governo do Presidente da República João Baptista de Oliveira Figueiredo, visava a não obrigatoriedade da profissionalização do ensino de 2º grau, alterando os dispositivos da Lei nº 5.692/71, referente à obrigatoriedade da profissionalização do ensino de 2º grau (BRASIL, 1982). Com isso, a “qualificação para o trabalho” visada pela Lei nº 5.692/71, foi substituída por “preparação para o trabalho” disposta na Lei nº 7044/82, substituição essa de insucesso, pois não trouxe avanço para as escolas técnicas.

Em 1983, ocorreu o Fórum de Educação do Estado de São Paulo, com a finalidade de promover debates sobre a educação, entre diversos temas, discutiram-se questões sobre necessidade de melhor administração das escolas técnicas e reformulação do ensino técnico.

A Instituição em 13 de dezembro de 1984, pela Resolução S.E 345/84, recebeu a autorização da habilitação de Técnico em Qualificação I em Computação, mais tarde transformada para Técnico em Informática. (SÃO PAULO, 1984)

A partir de 1985, a Instituição desligou-se, funcionalmente, da Divisão Regional de Ensino – DRE, de São José do Rio Preto, e se vinculou, até o ano de 1991, diretamente à DISAETE – Divisão de Supervisão e Apoio às Escolas Técnicas Estaduais, órgão de prestação de assessoria técnica e acompanhamento do desenvolvimento do estabelecimento, cujo vínculo promoveu o “repensar” para a revitalização e recuperação do Ensino Técnico, possibilidades de propostas, cursos de atualização para docentes, questionamentos sobre quadros curriculares e regimentos, convênios, entre outros anseios.

Em 10 de junho de 1985, pelo Decreto Estadual nº 23.544/85, a Instituição passou a denominar Escola Técnica Estadual de Segundo Grau “Philadelpho Gouvêa Netto”. (SÃO PAULO, 1985)

No mesmo ano de 1985, em 26 de julho, a professora Maria Carolina Cosenza Araújo, Figura 1, foi admitida e designada para responder pela direção da Instituição, na função de cargo efetivo de Diretor de Escola, por remoção de permuta pela Secretaria da Educação do Estado de São Paulo.



**Figura 1** – Maria Carolina Cosenza Araújo.

**Fonte:** Acervo do Centro de Memória da Etec Philadelpho Gouvêa Netto, em 2019.

A Unidade Escolar pleiteava junto à Secretaria de Estado da Educação autorização para o funcionamento da Habilitação Técnico em Laboratório de Prótese, desde 1981, como foi negado, em 1985, a Unidade Escolar voltou a insistir, sem sucesso algum. Somente em 1986 a autorização saiu, a partir do encaminhamento e apoio do vereador do município, José Barbar Cury, e do prefeito municipal, Manoel Antunes, que doaram todo equipamento e o material necessário para o funcionamento do curso, solicitação exigida pelas autoridades estaduais para aprovação do curso.

[...] Assim que cheguei aqui no Philadelpho, fui me adaptando, conhecendo, vendo o que o mercado precisava e fiz um processo solicitando a instalação da habilitação profissional plena de Prótese Dentária. Nesse momento, a Secretaria da Educação, através da DISAETE, negou a minha solicitação. No ano seguinte, a própria DISAETE me ofereceu se eu queria realmente instalar o curso de Prótese Dentária [...] me orientaram que fizesse o processo e que iriam autorizar só que não se comprometeriam com a parte financeira. [...] Junto à APM, levantamos dinheiro para construir as mesas, os equipamentos, as bancadas do laboratório. Fiz uma parceria com a Prefeitura Municipal, e o prefeito nos forneceu vários materiais. Então, em 1987, iniciamos o funcionamento do curso de Prótese Dentária. (ARAÚJO, 2019)

A aula inaugural do curso Técnico em Laboratório de Prótese, pioneiro no ensino público do interior de São Paulo, com 38 estudantes matriculados no período da tarde, ocorreu em 16 de fevereiro de 1987, e foi ministrada pelo prefeito Manoel Antunes, presenciada por representantes da Secretaria Municipal do Planejamento, Delegacia de Ensino e Associação Regional Odontológica local entre outras autoridades, fatos registrados na publicação da edição do jornal Diário da Região. (JORNAL DIÁRIO DA REGIÃO, 1987)

Em 01 de setembro de 1987, oficializou-se a autorização da habilitação de Técnico em Laboratório de Prótese Dentária, pela Resolução SE nº 220/87. (SÃO PAULO, 1987)

Em 1988, de acordo com a publicação do Jornal “Diário da Região”, de 09 de junho, Figura 2, a Escola Técnica Estadual de Segundo Grau “Philadelpho Gouvêa Netto” participou do “I Simpósio Paulista de Ensino Técnico” organizado pela DISAETE. Nesse evento, no Palácio de Convenções do Anhembi, em São Paulo em 13 de junho de 1988, autoridades ligadas à educação e à indústria do Estado de São Paulo proferiram palestras, uma delas proferida por Maria Carolina Cosenza Araújo, gestora da Escola Técnica Estadual de Segundo Grau “Philadelpho Gouvêa Netto”.



**Figura 2** – Publicação jornalística de 09 de junho de 1988.  
**Fonte:** JORNAL DIÁRIO DA REGIÃO, 1988. Acervo do Centro de Memória da Etec Philadelpho Gouvêa Netto, em 2019.

Mediante os fatos, a década de 1980 foi marcada por discussões, debates e reivindicações de políticas educacionais das escolas técnicas estaduais, em Fórum e Simpósio da Educação do Estado de São Paulo. Foram anos de mudanças na legislação educacional federal, de propostas e projetos para a solução de problemas relativos à educação, em especial, referente às melhorias para o ensino técnico estadual, todavia as medidas foram insatisfatórias.

Em 1990, a Instituição recebeu a autorização para funcionamento da habilitação de Técnico em Enfermagem, pela Resolução S.E. nº 36/90 de 06 de fevereiro de 1990. (SÃO PAULO, 1990)

[...] Observando as necessidades do mercado, solicitei a instalação de Enfermagem. Foi o mesmo processo, aconteceu à mesma coisa. A Secretaria da Educação me respondeu que iriam homologar o meu pedido, mas não teriam condições de me ajudar nas necessidades do curso. [...] Fizemos uma parceria com a Santa Casa, daqui de Rio Preto, Hospital Santa Casa, e, por muitos anos, os nossos alunos eram os únicos estagiários. (ARAÚJO, 2019)

Cabe um relato sobre os percalços que a Instituição passou para implantar as duas habilitações de Técnico mencionadas acima, pois a DISAETE autorizou as habilitações, entretanto, não se comprometeu com recursos para implantação e instalações dos laboratórios necessários para o funcionamento dos cursos Técnico em Laboratório de Prótese Dentária, em 1987, e Técnico em Enfermagem, em 1990. Com isso, a direção e a equipe escolar precisaram recorrer à Câmara e Prefeitura do município para solicitar apoio e verbas para aquisição dos equipamentos para compor os laboratórios.

Continuaram as reivindicações e debates sobre o ensino técnico de Estado de São Paulo para garantir a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, o aprimoramento tecnológico, e apontar à Secretaria de Educação a melhor forma de gestão e estrutura, com isso, as escolas industriais e agrícolas de Rio Preto e região participaram do “II Fórum Estadual de Ensino Técnico”, realizado na cidade de Piracicaba, segundo a publicação do Jornal Diário da Região, de 17 de maio de 1990. (JORNAL DIÁRIO DA REGIÃO, 1990)

Após reivindicações, ocorreu a transferência de jurisdição das escolas técnicas estaduais, pois a Secretaria da Educação do Estado de São Paulo gerenciava inúmeras escolas, e priorizava o ensino de escolas de primeiro grau, logo, as escolas técnicas foram jurisdicionadas para outra Secretaria.

#### **4. DESCONTENTAMENTO NA ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL COM A MUDANÇA DE SECRETARIA**

Em 22 de outubro de 1991, de acordo com o Decreto Estadual nº 34.032/91, publicado no DOE, de 23 de outubro de 1991, governo de Luiz Antonio Fleury Filho, as Escolas Técnicas do Estado de São Paulo subordinadas à Secretaria da Educação do Estado de São Paulo foram transferidas para a Secretaria de Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico com todos seus bens móveis e imóveis. Com a transferência, a DISAETE passou a ser denominada Divisão Estadual de Ensino Tecnológico – DEET. (SÃO PAULO, 1991)

Conforme publicação no Jornal municipal A Notícia, de 21 de agosto de 1992, com a mudança de Secretaria, os diretores, professores e funcionários continuaram trabalhando nas Unidades Escolares das Escolas Técnicas Estaduais, mas com sede de controles em escolas subordinadas à Secretaria da Educação, sem os benefícios da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico como gratificação, pró-labore, adicional por tempo de serviço e gratificações. (JORNAL A NOTÍCIA, 1992)

Em 1991, houve a mudança da Secretaria da Educação para Secretaria de Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico. Então, a Secretaria de Ciência e Tecnologia acampou todas as escolas técnicas, estaduais do Estado de São Paulo com os móveis, com espaço físico, as escolas foram transferidas com tudo. Só que a parte humana da escola e os recursos humanos continuaram da Secretaria da Educação. (ARAÚJO, 2019)

A direção, professores, pais e alunos da Escola Técnica Estadual de Segundo Grau “Philadelpho Gouvêa Netto” ficaram descontentes, fato registrado na publicação do Jornal municipal A Notícia de 21 de agosto de 1992, com o título de protesto “Professores, pais e alunos do Philadelpho querem que a escola continue como sempre foi, com os mesmos funcionários, e, para isso, pedem que o governo faça novos concursos garantindo que os professores e a direção sejam aproveitados”. (JORNAL A NOTÍCIA, 1992) Pode-se afirmar que mediante os equívocos, o resultado da transferência foi insatisfatório.

## **5. TRANSFERÊNCIA DE JURISDIÇÃO DAS ESCOLAS TÉCNICAS ESTADUAIS PARA O CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA PAULA SOUZA**

Segundo o Decreto Estadual nº 37.735/93 de 27 de outubro de 1993, DOE, de 28 de outubro de 1993, com vigência a partir de 01 de janeiro de 1994, o governador Luiz Antonio Fleury Filho sancionou a transferência das Escolas Técnicas Estaduais para o Ceeteps, com isso, a Escola Técnica Estadual de Segundo Grau Philadelpho Gouvêa Netto passou a denominar-se Escola Técnica Estadual Philadelpho Gouvêa Netto. (SÃO PAULO, 1993) Na época, o Ceeteps, autarquia de regime especial, com a finalidade de manter o ensino técnico e tecnológico, era vinculado e associado à Universidade Estadual Paulista “Júlio Mesquita Filho” (UNESP).

[...] Em 1993, com a vigência a partir de 1994, as escolas profissionais técnicas e as escolas agrícolas [...] foram todas da Secretaria de Ciência e Tecnologia para o Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza. Como nós recebemos isso? Da melhor maneira possível. A gente tinha uma expectativa muito grande de que, saindo da Secretaria da Educação, porque a Secretaria da Educação, muito grande, envolvia muitas escolas e a gente era um grupo pequeno de escolas técnicas [...]. Recebemos muito abertos, ficamos esperando grandes melhorias e acabamos tendo muitas transformações. (ARAÚJO, 2019)

Com a mudança para o Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza, as Escolas Técnicas Estaduais passaram por adaptações, fato divulgado na publicação do Jornal A Notícia, de 7 de maio de 1994, Figura 3, intitulado: “Escolas aprovam mudança para o Centro Técnico”. O período foi difícil conforme palavras da direção de Maria Carolina Cosenza Araújo: “Estamos confiantes na visão administrativa e social de nossos governantes, embora, nestes 38 anos, a escola persistiu, nem sempre pela solução oficial dos seus problemas, mas sempre pelo idealismo dos que nela trabalham”, desabafo publicado na matéria jornalística: “Escolas Técnicas se adaptam a integração com Fundação”. (JORNAL A NOTÍCIA, 1994)



**Figura 3 –** Publicação jornalística de 7 de maio de 1994.  
**Fonte:** JORNAL A NOTÍCIA, 1994. Acervo do Centro de Memória da Etec Philadelpho Gouvêa Netto, em 2019.

O Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza adotou novas medidas como a abertura de Concurso Público de Provas e Títulos 1/94 – CETEC/CEETEPS, gerando preocupação para os docentes da Instituição, pois para continuarem lecionando, era preciso requisitos de aprovação e classificação mediante concurso de provas e títulos de acordo com o Processo 6956/94, CEETEPS, DOE, de 25 de janeiro de 1995, Seção I, página 33, despacho de 24 de janeiro de 1995, homologação 1/94 – CETEC/CEETEPS, publicado em 8 de outubro de 1994, Inciso IX, para o preenchimento de funções docentes, regime de C.L.T. e legislação complementar. (CENTRO PAULA SOUZA, 1995)

O Concurso foi realizado em 21 de dezembro de 1994, em São Paulo e Campinas. O resultado do gabarito das questões foi divulgado em 05 de janeiro de 1995, DOE, Seção I, de 23 de dezembro de 1994. O prazo para entrega de Prova de Títulos ocorreu nos dias 6, 9 e 10 de janeiro de 1995. As listas de classificação final do Concurso Público de Docentes, nº 1/94, inciso VII CETEC/CEETEPS, foram publicadas em 25 de janeiro de 1995, segundo a Comissão Central de Seleção. (CENTRO PAULA SOUZA, 1995)

[...] A escola tomou novos rumos. Mudanças na grade curricular, mudança também no corpo docente da escola, porque os professores, mesmo aqueles que já eram contratados aqui na escola, tiveram que passar por uma prova. [...] E, com essa nova medida, vários professores de origens diferentes vieram trabalhar no Philadelpho. [...] Começou uma nova vida na escola com professores novos, funcionários novos. (ARAÚJO, 2019)

A Instituição vivenciou momento de grande ansiedade e expectativa, à vista de que aguardavam conclusões da Comissão de Estudos sobre os indicadores de “novos caminhos” para as escolas técnicas estaduais, conforme publicação abaixo registrada no Editorial do Jornal O Moinho, de setembro de 1995.

Esta situação ao longo do tempo tem criado um clima de instabilidade e insegurança na comunidade escolar, e agora está se transformando numa pesada rotina. As soluções até então apresentadas foram: mudar a escola de uma Secretaria Estadual para outra, da Educação para a Ciência e Tecnologia e desta para o Centro Estadual de Ensino Tecnológico (CEETEPS). Temos sentido que este último, por razões óbvias, tem encontrado dificuldades em dividir e administrar seus recursos com um número elevado de Escolas Técnicas. (JORNAL O MOINHO, 1995)

Na edição do jornal escolar “O Moinho”, de novembro de 1995, é citado que a comunidade escolar da ETE Philadelpho Gouvêa Netto participou da escolha de Diretor de Escola, para mandato de dois anos. Oito candidatos se inscreveram, os eleitores da Instituição: professores, funcionários e alunos votaram em 17 de novembro de 1995. Após apuração dos votos, declinaram-se três candidatos mais votados: Maria Carolina Cosenza Araújo, Marcos Antônio Carlotti, e Maria do Rosário C. Laguna. O Centro Paula Souza definiu a escolha final, designando Maria Carolina Cosenza Araújo, processo nº 146/94, para a função de Diretor. A eleição representou uma vitória da democracia sobre o autoritarismo, exercício de cidadania em que todos foram responsáveis pelo destino da escola, e por ensino de qualidade. Segundo Maria Carolina Cosenza Araújo (2019): “Foi feita a eleição, eu era candidata e o pessoal já estava acostumado a trabalhar comigo, já conheciam o meu trabalho, fui indicada para continuar dirigindo a Escola”.

Em 1996, discutiu-se a reformulação do ensino profissionalizante quanto à separação da formação profissional do ensino regular, e quanto à organização dos currículos por módulos, certificação de Qualificação Profissional e de Habilitação do Nível Técnico.

Na edição do jornal da Instituição, Jornal O Moinho, ano XII, nº 35, de abril de 1996, constou a publicação do artigo: “Vínculo CEETEPS – UNESP – A hora da verdade”, emitido pelo Jornal do Ceeteps, de abril de 1996, Figura 4, com os dizeres:

O vínculo que o Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza tem com a Unesp, por força da Lei de criação da Universidade, em janeiro de 1976, produziu, na prática, que efeitos sobre a situação das duas instituições? [...] A Unesp tem marcado sua relação com o CEETEPS apenas nas situações de absoluto cumprimento dos



dispositivos legais vigentes, não existindo nenhuma ação conjunta. [...] O que se espera de todos é que tenhamos disposição para enfrentar os obstáculos que advirão dessas definições e, assim, caminharmos para um brilhante futuro, que, temos certeza, está reservado ao CEETEPS no contexto da educação de nosso Estado e do nosso País. (JORNAL O MOINHO, 1996)



**Figura 4 –** Matéria jornalística do Jornal da CEETEPS, de abril de 1996, publicado no jornal da unidade escolar.

**Fonte:** JORNAL O MOINHO, 1996. Acervo do Centro de Memória da Etec Philadelpho Gouvêa Netto, em 2019.

Em 1997, na edição de junho, do jornal escolar "O Moinho", ano XIII, nº 42, constam as preocupações da comunidade escolar quanto à consumação da reforma do ensino, conforme Decreto Estadual nº 2.208/97, que trazia a separação de Ensino Médio regular do Ensino Técnico, e dos currículos estruturados em módulos, com direito à certificação de Qualificação profissional, e, na conclusão, recebimento do diploma de Técnico. (JORNAL O MOINHO, 1997)



## 6. NOVOS RUMOS COM A REFORMA DO ENSINO PROFISSIONALIZANTE: INVESTIMENTOS E EXPANSÃO

A direção posicionou-se sobre os novos desafios da Proposta da Reforma do Ensino Profissionalizante, no jornal escolar “O Moinho”, de novembro de 1997:

Atualmente temos um novo desafio: a implantação da Proposta da Reforma do Ensino Profissionalizante, e para implantá-la temos que investir em equipamentos e capacitação de recursos humanos para os quais já estamos nos preparando. Iniciamos junto com o CEETEPS e o Mec, um Projeto para captação de recurso junto ao BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento). (JORNAL O MOINHO, 1997)

Ainda, segundo Araújo (2019),

[...] Em 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional já previa novos rumos para o ensino profissionalizante, e, depois, em 1997, teve o Decreto de Reforma do Ensino Técnico. Tenho orgulho de falar que participei dessa reforma, participei de todas as fases de estudo. (ARAÚJO, 2019)

A partir de 1998, a Instituição passou oferecer cursos de Ensino Médio com duração de três anos, e os currículos dos cursos técnicos passaram a modulares, alguns constituídos por módulos com duração de um ano e meio, outros com duração de dois anos.

Em abril de 1998, ocorreu nova eleição para escolha de diretor da ETE Philadelpho Gouvêa Netto. A apuração dos votos ocorreu no dia 25 de março de 1998, cujo resultado elegeu, novamente, a professora, Maria Carolina Cosenza Araújo, a mais votada, obtendo 60,11%, Eugênio Duarte 15,10%, e Lígia Conceição Pereira 11,40%, e os 13,39% distribuídos entre outros candidatos. Dessa forma, Maria Carolina Cosenza Araújo, processo nº 146/94, foi designada para mandato de dois anos, no dia 24 de abril de 1998, às 9 horas no CEETEPS, em São Paulo. (JORNAL O MOINHO, 1998)

Na mesma edição do jornal escolar “O Moinho” (1998), é anunciado que a ETE “Philadelpho Gouvêa Netto” foi beneficiada com verbas do PROEP – Programa de Expansão da Educação Profissional, iniciativa do Ministério da Educação e Desporto – MEC, em parceria com o Ministério do Trabalho – MTb, cujos recursos foram destinados à infraestrutura física (reforma e construção), compra de equipamentos, materiais pedagógicos, capacitação docente, contratação de consultoria e serviços.

Segundo Maria Carolina Cosenza Araújo (2019),

[...] Em 1998, a Escola Philadelpho, juntamente com mais quatro escolas escolhidas entre tantas no Estado de São Paulo, fomos agraciados com a participação em um projeto de expansão do ensino técnico profissionalizante, o PROEP. Então, em 1998, assinamos, no Palácio dos Bandeirantes, juntamente com os representantes das outras quatro escolas, um convênio. [...] Primeira transformação foi física, a escola foi inteiramente reformada e as mudanças foram acontecendo depois. (ARAÚJO, 2019)

Em 2000, o jornal escolar “O Moinho”, de abril, publicou a matéria: “Vamos comemorar, o PROEP é realidade! Somos exceção dentro das escolas públicas”, relatando a chegada gradativa dos benefícios do convênio assinado como o MEC-BID, o PROEP (Programa de Reforma e Expansão do Ensino Profissional), como os 68 novos computadores de novíssima geração para atender melhor o corpo discente. (JORNAL O MOINHO, 2000)

No mesmo ano de 2000, o contrato de função de diretor, nº 146/94, da professora Maria Carolina Cosenza Araújo, homologado em 10 de janeiro de 1994, foi cessado em 26 de abril de 2000, assim sendo, a assistente técnico de Direção I, Iraci Duarte, sob o processo nº 1196/94, foi designada pelo Centro Paula Souza para responder pela direção da ETE Philadelpho Gouvêa Netto, no período de 27 de abril a 28 de junho, conforme a Portaria nº 55 de 28 de abril de 2000, publicada em 29 de abril de 2000, cessando em 29 de junho de 2000, segundo DOE, de 29 de junho de 2000 – seção II, página 36. Segundo Araújo (2019), “[...] A Iraci Duarte ficou em um período de abril, 27 de abril de 2000, até junho de 2000, quando a superintendência do Centro Paula Souza nomeou outro diretor, o professor Alberto.”.

De acordo com dados registrados no acervo digital da Diretoria de Serviço da Instituição, em abril de 2000, novo processo seletivo para a função de diretor da Unidade Escolar foi realizado por meio de eleição e composição de lista tríplice, segundo o artigo 15 do Regimento Comum das Escolas Técnicas Estaduais e Deliberação CEETEPS 1, de 11, publicada a 12 de janeiro de 2000. Apurados os votos em 14 de abril de 2000, a lista tríplice apontou Maria Carolina Cosenza Araújo, 1ª colocada com 43,13%, Alberto Bastos Moutinho, 2º colocado com 17,03%, e Lígia Conceição Pereira Martins, 3ª colocada com 14,81%. (ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL PHILADELPHO GOUVÊA NETTO, 2019)

Após o processo de seleção, de acordo com a Portaria do Diretor Superintendente do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza, de 28 de junho de 2000, publicado no DOE, seção II, página 36, o professor Alberto Bastos Moutinho, Figura 5, sob o processo de contrato de trabalho nº 2040/00, foi designado para exercer a função de confiança de Diretor da ETE Philadelpho Gouvêa Netto, a partir de 29 de junho de 2000 a 30 de abril de 2004. Segundo Alberto Bastos Moutinho (2019),

[...] Atuei muitos anos em direção de escola, resolvi prestar o concurso, isso no final do ano de 1999. Fui aprovado, me candidatei à eleição de diretor em várias escolas, em Mirassol, em Monte Aprazível, e aqui em São José do Rio Preto. Fui eleito para o primeiro mandato, e assumi a direção da escola no ano 2000. (MOUTINHO, 2019)



**Figura 5** – Alberto Bastos Moutinho.

**Fonte:** Acervo do Centro de Memória da Etec Philadelpho Gouvêa Netto, em 2019.

Na primeira gestão de Alberto Bastos Moutinho, os cursos modulares nas Habilitações de Técnico em Desenho de Construção Civil e Técnico em Mecatrônica foram autorizados em fevereiro de 2001, também foi autorizado o funcionamento do Curso de Ensino Médio no período da tarde. Segundo Moutinho (2019),

[...] Em reunião com os nossos coordenadores, [...] conseguimos a instalação desses dois cursos Desenho de Construção Civil e Mecatrônica. [...] Na época, todos eram modulares. [...] Havia o curso de Ensino Médio no período da manhã. [...] Mais uma conquista que conseguimos junto à administração do Centro Paula Souza foi instalar o Ensino Médio também no período da tarde. Se não me engano, a primeira turma de Mecatrônica, quase que, exclusivamente, era só de alunos nossos do Ensino Médio do período da manhã. (MOUTINHO, 2019)

Em 2004, ocorreu eleição para Direção no dia 23 de abril de 2004, segundo a lista tríplice publicada no Ofício nº 62/2004 da Instituição, Alberto Bastos Moutinho obteve 46,22% dos votos, Gabriel Fontana obteve 15,67% e Regina Maura Adami 15,30%. Diante disso, o professor Alberto Bastos Moutinho, processo nº 2040/00, foi reeleito e designado pelo Superintendente do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza para exercer a função de confiança de Diretor da ETE Philadelpho Gouvêa Netto para um mandato de quatro anos até 14 de julho de 2008.

Na seção “Palavra do Diretor”, do jornal da Instituição “Jornal Phila, de junho de 2006, constam as melhorias providas do PROEP – Programa de Reforma e Expansão do Ensino Profissional, realizadas em 2005. Nessa etapa, realizaram-se a troca do piso do pátio externo, construção da rampa de acesso e adaptação dos banheiros para deficientes físicos, pintura do pavilhão da administração, colocação de forro térmico nas oficinas e obras de construção das estruturas de concreto. (JORNAL PHILA, 2006)

Também é relatado que, em 2005, na visita da Diretora Superintendente do Centro Paula Souza, Laura Margarida Josefina Laganá, os alunos do Grêmio Estudantil solicitaram verba para construção do refeitório, a fim de atender os alunos que permaneciam na escola em tempo integral, porque cursavam o Ensino Médio, de manhã, e um curso técnico profissionalizante à tarde. Para melhor comodidade, os alunos foram atendidos com uma verba de R\$35.000,00 para espaço apropriado para refeições.

Em 2007, a Instituição recebeu a sigla Etec para denominar a Escola Técnica Estadual Philadelpho Gouvêa Netto.

Para desenvolvimento de práticas educativas com maior conforto, bem-estar, funcionalidade, o gestor Alberto Bastos Moutinho, na seção “Palavra do Diretor” do jornal escolar Jornal Phila, nº 17, ano XX, de junho de 2007, apresentou as melhorias realizadas na estrutura do prédio escolar, como a instalação de exaustores eólicos no telhado do corredor superior do prédio, construção de arquibancada na quadra esportiva e do depósito de materiais, reforma do piso do pátio, rede de esgoto, sanitários masculino e feminino de funcionários e professores, e cozinha. (JORNAL PHILA, 2007)

No final de 2007, o Ensino Técnico no Estado de São Paulo expandiu, pois o governo favoreceu a implantação de novos cursos a fim de ofertar oportunidades aos jovens para aprenderem, qualificarem e conseguirem espaço no mercado de trabalho. Assim, para

atender a necessidade do mercado de trabalho, a coordenadora de curso da área de informática, Valéria Regina Donatoni Anguera, e o coordenador de curso da área de eletrotécnica, Nelson Gonçalves dos Reis, fizeram o processo para implantação dos cursos Técnico em Web Designer e Técnico em Eletrônica, para alunos do noturno. Consequentemente, em fevereiro de 2008, iniciaram-se os cursos modulares das habilitações de Técnico em Eletrônica, e o Técnico em Web Design, cuja denominação depois passou para Informática para Internet. Para Moutinho (2019)

[...] Havia interesse da parte dos nossos alunos do Ensino Médio que outros cursos fossem instalados, até de ex-alunos que tinham terminado. [...] A procura era muito grande, principalmente, pelo curso de Web-Design, então, mais uma vez trabalhamos junto com a administração do Centro Paula Souza, e conseguimos a instalação de Web-Design e, também de Eletrônica. [...] Havia a necessidade de se fazer uma adequação do que existia e das novas necessidades que foram surgindo, por isso, aos poucos, conseguimos fazer adequações. (MOUTINHO, 2019)

Em 2008, encerrado o mandato do professor Alberto Bastos Moutinho, novo processo seletivo para direção foi realizado em 19 de maio de 2008, apontando Valéria Regina Donatoni Anguera mais votada com 54,04%, Mário Kenji Tamura com 23,64%, e Gabriel Fontana com 18,62%, cujo resultado foi registrado no Ofício nº 074/2008 da Instituição, de acordo com o Regimento das Escolas Técnicas Estaduais e Portaria do Diretor Superintendente do Centro Paula Souza, publicado no DOE, de 15 de julho de 2008, seção II, páginas 48 e 49. Dessa forma, Valéria Regina Donatoni Anguera, Figura 6, sob o processo de trabalho nº 3105/94, admitida no Centro Paula Souza desde 01 de fevereiro de 1994, e na Instituição desde 1º de fevereiro de 1995, foi eleita e designada o para exercer a função de confiança de Diretor da Etec Philadelpho Gouvêa Netto, nos termos da alínea “e”, inciso III, artigo 39 da Lei Complementar 1044, de 13, publicada no D.O.E., de 14 de maio de 2008, para o primeiro mandato a partir de 15 de julho de 2008 até 14 de julho de 2012.



**Figura 6** – Valéria Regina Donatoni Anguera.

**Fonte:** Acervo do Centro de Memória da Etec Philadelpho Gouvêa Netto, em 2019.

Em julho de 2009, a fim de oferecer o ensino técnico para um maior número de alunos, ampliaram-se as vagas com a implantação de novos cursos através do Programa de Expansão da Educação Profissional Gratuita no Estado de São Paulo, parceria entre a Secretaria de Desenvolvimento, Centro Paula Souza e Secretaria de Educação. Assim, a Etec Philadelpho Gouvêa Netto instalou os cursos modulares de Técnicos em Administração, Contabilidade e Secretariado que funcionaram em salas de aula do prédio da Escola Estadual Professor José Felício Miziara. Segundo, Valéria Regina Donatoni Anguera (2019)

[...] Na Escola Estadual Professor José Felício Miziara havia nove salas desocupadas no período noturno, e mais dois laboratórios ou salas que não eram exatamente laboratório. [...] Fizemos a implantação de um “pedaço” da Etec Philadelpho Gouvêa Netto dentro da Escola Estadual Prof. José Felício Miziara. Foi uma tarefa também bastante complexa, precisávamos fazer reforma do prédio, adaptar para se tornar prédio de Escola Técnica. [...] Nossos alunos estariam lá todas as noites para estudarem. [...] Fizemos o melhor possível, recebemos do Centro Paula Souza, mobiliários, carteiras, mesinhas e cadeiras, mesas para professores, computadores, mesas para sala de coordenação, recebemos o que era necessário para começar o processo ou o projeto novo. (ANGUERA, 2019)

Em 2012, novo processo seletivo para direção foi realizado, a professora Valéria Regina Donatoni Anguera, processo de trabalho nº 3105/94, foi reeleita e novamente designada pelo Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza para exercer a função de confiança de Diretor da Etec Philadelpho Gouvêa Netto para um mandato de quatro anos até 14 de julho de 2016. Cabe mencionar que o cálculo de porcentagem de apuração do desempenho dos candidatos no Processo Eleitoral à função de Diretor da Etec obteve o resultado de 81,67% para Valéria Regina Donatoni Anguera, 8,80% para Jussara da Silva Tavares, 9,53%, para Paulo Antonio Sacchi, totalizando em 100,00%. Valéria Regina Donatoni Anguera (2019), relata que

[...] Participei de novo processo pela segunda vez e a comunidade escolar decidiu que gostaria que eu permanecesse na Etec com uma votação muito expressiva de 82% da comunidade escolar. Então continuei o trabalho na Etec, os resultados do primeiro mandato foram muito positivos no sentido de que eu já havia conquistado um grande avanço no processo de implantar na escola uma gestão democrática e participativa, a escola já era uma escola muito sistematizada, muito organizada, inclusive uma escola modelo no Centro Paula Souza em diversos aspectos, até hoje isto é válido. (ANGUERA, 2019)

No período de 2010 a 2014, para assegurar a melhoria contínua dos serviços educacionais públicos, a Etec Philadelpho Gouvêa Netto recebeu R\$ 8.008.98,21 destinados à ampliação e à reforma do prédio escolar. Os recursos foram oferecidos pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação, na gestão do Secretário

Rodrigo Garcia, e pelo Centro Paula Souza, na gestão da Diretora-Superintendente Laura M. J. Laganá.

Dessa forma, ocorreu a reforma e ampliação da Escola Técnica Estadual Philadelpho Gouvêa Netto, Figura 7, sob o contrato CEETEPS nº 371/2012 – Processo CEETEPS nº 2928/2012, Concorrência nº 16/2012, contratação da empresa de Engenharia, Construtora Carvalho Costa & Silva Ltda, para execução das obras de construção de 1300m<sup>2</sup> para novos blocos destinados aos Laboratórios de Informática, Biblioteca, Cozinha, Refeitório, Banheiros e Vestuários. Além disso, para melhor funcionamento dos espaços, ampliaram-se 100m<sup>2</sup> no entorno da quadra esportiva, reformaram-se os blocos 1, 2, 3, 4, 5, a quadra e as áreas externas do prédio escolar, adquiriram-se novos equipamentos e mobiliários. Melhorias que contribuem para manutenção da qualidade do Ensino Técnico e Tecnológico, ampliação de vagas, e oferecimento de novos cursos. (CENTRO PAULA SOUZA, 2012)

Segundo Anguera (2019),

[...] Quando o Centro Paula Souza publicou no Diário Oficial a autorização da reforma e ampliação do prédio da Etec, foi um presente muito bom para mim, lutei durante quatro anos para conseguir a reforma e ampliação de mais de oito milhões de reais, que hoje poderia considerar quinze milhões de reais por conta das mudanças. [...] Foi o momento em que os professores em conjunto [...] com seus coordenadores de curso decidiram o que era importante fazer em cada laboratório. [...] O auditório foi ampliado, era bem pequeno, acomodava 150 pessoas mais ou menos. Hoje, acomoda cerca de 300 a 400 pessoas. [...] Maior ainda foi ampliação do prédio, [...] precisávamos de espaço para os Laboratórios de Informática, precisávamos de um refeitório adequado, a escola nunca teve refeitório, [...] precisávamos de uma biblioteca também adequada que comportasse os alunos da escola. [...] Ocorreram reformas, internamente, nos barracões ou laboratórios dos cursos de Mecânica e Mecatrônica, de Eletrônica, Eletrotécnica e Telecomunicações, de Edificações. [...] A quadra esportiva também. [...] Totalmente reformados todos os setores administrativos [...], as salas de aula, e o piso da Etec foi todo trocado. [...] Banheiros totalmente reestruturados, parte elétrica da escola, parte de encanamento, estrutura física de Internet, passagem de fibra óptica, todo processo bastante grande para chegar até lá, em baixo, nos Laboratórios novos de Informática. Foi uma obra grandiosa mesmo, muito grandiosa, muito trabalhosa, houve grande empenho da escola. (ANGUERA, 2019)

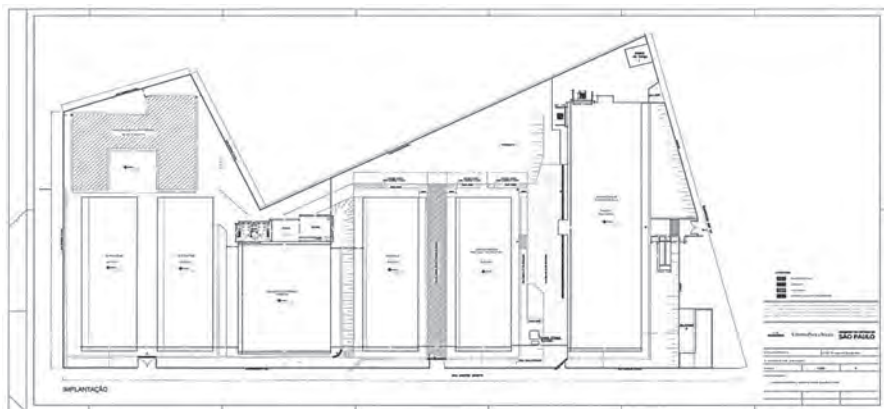


**Figura 7** – Ampliação (vide preenchimento escuro) e reforma geral do prédio da Etec Philadelpho Gouvêa Netto.

**Fonte:** Acervo do Centro de Memória da Etec Philadelpho Gouvêa Netto, em 2019.

Em 2015, a Instituição passou a oferecer três cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio: Habilitação de Informática, Eixo Tecnológico Informação e Comunicação, plano de curso nº 263, Portaria Cetec nº 739/15, de 10 de setembro de 2015, DOE, de 11 de setembro de 2015, poder executivo, seção I, página 53; Habilitação de Mecatrônica, Eixo Tecnológico Controle e Processos Industriais, plano de curso nº 089, Portaria Cetec nº 728/15, de 10 de setembro de 2015, DOE, de 25 de setembro de 2015, poder executivo, seção I, páginas 37-38; e Habilitação de Eletrônica, Eixo Tecnológico Controle e Processos Industriais, plano de curso nº 261, Portaria Cetec nº 728/15, de 10 de setembro de 2015, DOE, de 25 de setembro de 2015, poder executivo, seção I, páginas 37-38. Anguera (2019) destaca que,

[...] O projeto educacional era que os alunos passassem mais tempo nas escolas, assim como aconteceu em Escolas Estaduais da Secretaria da Educação, então fizemos os projetos [...] quem viesse fazer o “Vestibulinho” [...] na Etec Philadelpho, escolheria não só o Ensino Médio, mas o Ensino Médio Integrado à área técnica em Informática, em Mecatrônica ou Eletrônica. [...] Abrimos duas turminhas de Informática, uma de Mecatrônica e uma de Eletrônica. Também deixei o projeto pronto, com a merenda escolar preparada, tudo extremamente pronto, apenas para abrir o Vestibulinho para o Curso de Edificações. [...] A escola deixou de ter gradativamente a oferta de apenas o Ensino Médio. [...] A nossa instituição tem um objetivo muito claro, que é oferecer Ensino Técnico e Tecnológico, essa é a essência da Instituição do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza. (ANGUERA, 2019)

Em 2016, encerrado o mandato da professora Valéria Regina Donatoni Anguera, processo de contrato nº 3105/94, novo processo seletivo para direção foi realizado, de acordo com o Regimento das Escolas Técnicas Estaduais e Portaria do Diretor Superintendente do Centro Paula Souza. Nova eleição ocorreu no dia 24 de maio de 2016, referência ao processo eleitoral de julho de 2016, citado no ofício nº 50/2016, do Centro Paula Souza. Com isso, de

acordo com a lista tríplice do processo de indicação de candidatos à direção, o professor Willians Pizolato, Figura 8, foi o mais votado com 67,98%, Magda Cristina Flaitt Sanches Piovesana com 29,37%, e Luciana Socorro Zambon com 2,37%, totalizando 100%. Diante dos fatos, o Professor Willians Pizolato, admitido pelo Centro Paula Souza, desde 14 de setembro de 2007, processo de contrato nº 207/2008, Figura 7, foi eleito e designado para a função de confiança de Diretor da Etec Philadelpho Gouvêa Netto para mandato de quatro anos a partir de 15 de julho de 2016.

[...] A minha contratação dentro do Centro Paula Souza ocorreu em 2007 através de um Concurso Público. [...] Em 2016, depois de passar por um processo de qualificação, participei da eleição aqui da escola e fui eleito [...], assumindo a direção no dia 15 de julho de 2016. (PIZOLATO, 2019)



**Figura 8** – Willians Pizolato.

**Fonte:** Acervo do Centro de Memória da Etec Philadelpho Gouvêa Netto, em 2019.

No ano de 2017, foi autorizado o curso Técnico Integrado ao Ensino Médio na Habilitação de Edificações com duração de três anos, Eixo Tecnológico Infraestrutura, Plano de Curso nº 149, Portaria Cetec nº 742/15, de 10 de setembro de 2015, DOE, de 11 de setembro de 2015, poder executivo, seção I, página 53.

Novos cursos foram implantados no prédio da Etec Philadelpho Gouvêa Netto no período noturno, como: o Técnico em Finanças, Eixo Tecnológico Gestão e Negócios, Plano de Curso nº 190, Portaria Cetec nº 733/15, de 10 de setembro de 2015, DOE, de 11 de setembro de 2015, poder executivo, seção I, páginas 52 e 53; o Técnico em Recursos Humanos, Eixo Tecnológico Gestão e Negócios, Plano de Curso nº 224/15, Portaria Cetec nº 733/15, de 10 de setembro de 2015, DOE, de 11 de setembro de 2015; e o curso Ensino Médio com Habilitação Profissional de Técnico em Administração, sob o Plano de Curso nº 340/17, aprovado pela Portaria Cetec nº 1338/17, de 17 de novembro de 2017, DOE, de 18 de novembro de 2017, poder executivo, seção I, página 42.

Em substituição aos cursos de Informática, implantaram-se, no período noturno, o curso Técnico na Habilitação Desenvolvimento de Sistemas, e no período diurno, o curso



Técnico Integrado ao Ensino Médio na Habilitação Desenvolvimento de Sistemas, com duração de três anos, Plano de Curso nº 336/08, Portaria Cetec nº 1362/08, de 5 de março de 2008, publicada no DOE, de 6 de março de 2008, poder executivo, seção I, página 77.

Foram implantados os seguintes cursos nas Descentralizadas, em Potirendaba, o Técnico em Recursos Humanos, Eixo Tecnológico de Gestão e Negócios, Plano de Curso nº 224, Portaria Cetec nº 733/15, de 10 de setembro de 2015, DOE, de 11 de setembro de 2015. Na Escola Estadual (EE) Dr. Waldemiro Naffah, o M-Tec Administração – CD, Eixo Tecnológico Gestão e Negócios, Plano de Curso nº 340, Portaria Cetec nº 1338/17, de 17 de novembro de 2017, DOE, de 18 de novembro de 2015, poder executivo, seção I, página 42. Na Escola Municipal Walfredo de Andrade Fogaça, o Técnico em Vestuário, Eixo Tecnológico Produção Industrial, Plano de Curso nº 257, Portaria Cetec nº 749/15, de 10 de setembro de 2015, DOE, de 11 de setembro de 2015, poder executivo, seção I, página 53 e 54. Segundo Willians Pizolato (2019),

[...] Tivemos a implantação de três classes descentralizadas: uma na cidade de Potirendaba com Curso de RH, Recursos Humanos; uma aqui no município mesmo, parceria com a Prefeitura de Rio Preto, com Curso de Técnico em Vestuário funcionando na Escola Municipal Professor Walfredo Fogaça. [...] Implantamos uma Classe Descentralizada em parceria também entre o Centro Paula Souza e a Secretaria de Educação, na Escola Estadual Waldemiro Naffah que funciona o Curso de Ensino Médio com Habilitação Profissional de Técnico em Administração é um Curso Integrado no período da tarde. (PIZOLATO, 2019)

Na gestão de Willians Pizolato, foram realizadas mudanças nas instalações dos cursos Técnicos em Administração, Contabilidade e Gestão do Programa de Expansão da Educação Profissional Gratuita no Estado de São Paulo, tendo em vista que funcionavam, desde 2009, em salas de aulas do prédio da Escola Estadual Professor José Felício Miziara. Assim sendo, a partir de 2017, todos os cursos desse Programa de Expansão passaram a funcionar em um único prédio, ou seja, no prédio da Avenida dos Estudantes, nº 3278, Jardim Aeroporto. Pizolato (2019) relata que,

[...] Durante os seis primeiros meses de gestão, identificamos que havia uma grande ociosidade de salas de aula no período noturno aqui na escola [...]. Fizemos, um estudo de viabilidade, pedimos autorização ao Centro Paula Souza e trouxemos os cursos do Programa de Expansão da Educação Profissional Gratuita no Estado de São Paulo [...] para que os alunos tivessem maior contato com a vida da Escola propriamente dita. (PIZOLATO, 2019)

Cabe ressaltar as inovações dos cursos oferecidos e os indicadores da qualidade do ensino técnico profissionalizante.

[...] A instituição de uma maneira geral possui um Website, Sistema de Avaliação Institucional realizado pela Internet em que a comu-

nidade escolar aponta para a direção da escola quais são os “gargalos” enfrentados. Então, o indicador por Website vem sendo importante por todos esses anos e, para isso, já mostrou uma melhoria significativa da percepção de satisfação dos nossos alunos. O Observatório Escolar vem sendo importante para o acompanhamento também de como a infraestrutura da escola está atendendo tanto ao corpo docente quanto ao corpo discente, aos nossos funcionários na questão de dar condições de trabalho, condições de estudo para cada um deles. No SARESP, foi divulgado recentemente que superamos as metas definidas para esse ano, o Enem vem sendo motivo de orgulho para a escola porque sempre ficamos em primeiro lugar entre escolas públicas aqui no município de São José do Rio Preto, os indicadores acabam apontando que a escola está indo no caminho certo. (PIZOLATO, 2019)

## 7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde a criação da Instituição em 1956, com a criação do curso Prático de Ensino Profissional, até os anos de 1993, a comunidade escolar precisou lutar por melhorias de recursos físicos e pedagógicos para manutenção e ampliação dos cursos oferecidos pela Instituição, participou de reivindicações na busca de mudança de jurisdição das escolas técnicas estaduais para melhor atender o ensino técnico.

A partir da transferência de jurisdição e permanência de vínculo com o Centro Estadual de Educação Tecnológico Paula Souza, a história tomou outros rumos, passando por momentos de inquietação, adaptação, investimento, reforma e ampliação do prédio, ampliação de cursos, atualização de docentes, reestruturação em todos os setores, com isso, pode-se afirmar que os 25 anos de vínculo com a autarquia Centro Paula Souza foram anos de expansão e melhorias, fatos confirmados nos registros dos feitos dos gestores da Escola Técnica Estadual Philadelpho Gouvêa Netto.

Espera-se que o estudo contribua para valorizar a história da cultura escolar, consequentemente, valorizar a História da Educação Profissional e Tecnológica, contribuindo com a divulgação e homenagem aos 50 anos do Centro Estadual de Educação Tecnológico Paula Souza, criado em seis de outubro de 1969. Além disso, corroborar com os objetivos do GEPEMHEP – Grupo de Estudos e Pesquisas em Memórias e História da Educação Profissional, por meio de ações de difusão da gestão escolar e da preservação do patrimônio cultural histórico-educativo e da ciência e tecnologia na educação profissional.

## 8. REFERÊNCIAS

ANGUERA, Valéria Regina Donatoni. **Entrevista concedida à professora Jurema Rodrigues**, em São José do Rio Preto, SP, em 08 de abril de 2019. Acervo do Centro de Memória da Etec Philadelpho Gouvêa Netto, em 2019.

ARAÚJO, Maria Carolina Cosenza. **Entrevista concedida à professora Jurema Rodrigues**, em São José do Rio Preto, SP, em 11 de abril de 2019. Acervo do Centro de Memória da Etec Philadelpho Gouvêa Netto, em 2019.

BRASIL. **Lei 5.692/71, de 11 de agosto de 1971**. Dispõe sobre a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&numero=5692&ano=1971&ato=f4ekXQU50MjrVT190>. Acesso em 20 abr.019.

BRASIL. **Lei nº 7044/82, de 18 de outubro de 1982**. Dispõe sobre a não obrigatoriedade da profissionalização do ensino de 2º grau. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1980-1987/lei-1980-1987/lei-7044-18-outubro-1982-357120-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em 8 mai, 2019.

CENTRO PAULA SOUZA. **Processo nº 6956/94 do CEETEPS**. Homologação do Concurso Público de Provas e Títulos 1/94 – CETEC/CEETEPS. Diário Oficial de São Paulo, de 25 de janeiro de 1995, Seção I, página 33, em 24 de janeiro de 1995. Acervo da Diretoria de Serviço da Etec Philadelpho Gouvêa Netto, em 1995.

CENTRO PAULA SOUZA. **Contrato CEETEPS nº 371/2012**. Processo CEETEPS nº 928/2012. Concorrência nº 16/2012 – Contratação de empresa de Engenharia Construtora Carvalho Costa & Silva LTDA. Acervo da Diretoria de Serviço da Etec Philadelpho Gouvêa Netto, em 2012.

CENTRO PAULA SOUZA. Unidade de Ensino Médio e Técnico. **Planos de cursos na Etec Philadelpho Gouvêa Netto nos anos de 2000 a 2019**. Acervo da Secretaria Acadêmica da Escola da Etec Philadelpho Gouvêa Netto, 2000 a 2019.

ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL PHILADELPHO GOUVÊA NETO. **Resultado do processo seletivo para a função de diretor da Unidade Escolar**, em abril de 2000. Acervo digital da Diretoria de Serviço, em 2019.

JORNAL A NOTÍCIA. Matéria jornalística: **Professores, pais e alunos do Philadelpho querem que a escola continue como sempre foi**, 21 de agosto de 1992, Acervo do Centro de Memória da Etec Philadelpho Gouvêa Netto.

JORNAL A NOTÍCIA. Matéria jornalística: **Escolas aprovam mudança para o Centro Técnico/ Escolas Técnicas se adaptam a integração com Fundação**, 7 de maio de 1994. Acervo do Centro de Memória da Etec Philadelpho Gouvêa Netto.

JORNAL DIÁRIO DA REGIÃO. Matéria jornalística. **Inaugurado o Curso de Prótese Dentária**, 17 de fevereiro de 1987. Acervo do Centro de Memória da Etec Philadelpho Gouvêa Netto.

JORNAL DIÁRIO DA REGIÃO. Matéria jornalística. **Escola “Philadelpho” vai ao Simpósio Técnico me S. Paulo**, 9 de junho e 1988. Acervo do Centro de Memória da Etec Philadelpho Gouvêa Netto.

JORNAL DIÁRIO DA REGIÃO. Matéria jornalística. **II Fórum de Ensino Técnico, para todas as Escolas Técnicas Industriais e Agrícolas do Estado de São Paulo**, 17 de maio de 1990. Acervo do Centro de Memória da Etec Philadelpho Gouvêa Netto.

JORNAL O MOINHO. Matéria jornalística **Novos Caminhos**, edição nº 33, Ano XI, setembro de 1995, nº 34, Ano XI, de novembro de 1995. Acervo do Centro de Memória da Etec Philadelpho Gouvêa Netto.

JORNAL O MOINHO. Matéria jornalística **Vínculo CEETEPS-UNESP – A hora da verdade**, emitido pelo Jornal da CEETEPS, de abril de 1996. Ano XII. nº 35, de abril de 1996. Acervo do Centro de Memória da Etec Philadelpho Gouvêa Netto.

JORNAL O MOINHO. Matéria jornalística: **A Reforma do Ensino Técnico**, edição nº 42, de junho de 1997. Acervo do Centro de Memória da Etec Philadelpho Gouvêa Netto.

JORNAL O MOINHO. Matéria jornalística: **Novos desafios para os próximos anos**, nº 43, novembro de 1997, Ano XIII. Acervo do Centro de Memória da Etec Philadelpho Gouvêa Netto.

JORNAL O MOINHO. Matéria jornalística: **Editorial**, Ano XIV- nº45, abril de 1998. Acervo do Centro de Memória da Etec Philadelpho Gouvêa Netto.

JORNAL O MOINHO. Matéria jornalística: **Vamos comemorar o PROEP é realidade**, Ano XVI, abril de 2000. Acervo do Centro de Memória da Etec Philadelpho Gouvêa Netto.

JORNAL PHILA, Matéria jornalística: **Palavra do Diretor**, nº 15, ano XIX, de junho de 2006. Acervo do Centro de Memória da Etec Philadelpho Gouvêa Netto.

JORNAL PHILA, Matéria jornalística: **Palavra do Diretor**, nº 17, ano XX, de junho de 2007. Acervo do Centro de Memória da Etec Philadelpho Gouvêa Netto.

MOUTINHO, Alberto Bastos. **Entrevista concedida à professora Jurema Rodrigues**, em São José do Rio Preto, SP, em 11 de março de 2019. Acervo do Centro de Memória da Etec Philadelpho Gouvêa Netto, em 2019.

PIZOLATO, Willians. **Entrevista concedida à professora Jurema Rodrigues**, em São José do Rio Preto, SP, em 11 de março de 2019. Acervo do Centro de Memória da Etec Philadelpho Gouvêa Netto, em 2019.

SÃO PAULO. **Decreto Estadual nº 7400/75, de 31 de dezembro de 1975**. Dispõe sobre nova denominação para Centro Estadual Interescolar “Philadelpho Gouvêa Netto”. Acervo da Secretaria Acadêmica da Etec Philadelpho Gouvêa Netto.

SÃO PAULO. **Decreto Estadual nº 23.544/85, de 10 de junho de 1985**. Dispõe sobre nova denominação da Escola Técnica Estadual de Segundo Grau “Philadelpho Gouvêa Netto”. Acervo da Secretaria Acadêmica da Etec Philadelpho Gouvêa Netto.

SÃO PAULO. **Decreto Estadual nº 34.032/91, de 23 de outubro de 1991.** Dispõe sobre transferência das Escolas Técnicas Estaduais. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1991/decreto-34032-22.10.1991.html>. Acervo em: 6 mai, 2019.

SÃO PAULO. **Decreto Estadual nº 37.735/93, de 27 de outubro de 1993.** Dispõe sobre transferência das Escolas Técnicas Estaduais para o Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza – CEETEPS. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/norma/14724>. Acesso em: 6 mai, 2019.

SÃO PAULO. **Decreto Estadual nº 52.553/70, de 06 de novembro de 1970.** Dispõe sobre criação do Colégio Técnico Industrial de São José do Rio Preto. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1970/decreto-52553-06.11.1970.html>. Acesso em: 6 mai, 2019.

SÃO PAULO. **Lei Estadual nº 77, de 23 de fevereiro de 1948.** Dispõe sobre a criação do Curso Prático de Ensino Profissional de São José do Rio Preto. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1948/lei-77-23.02.1948.html>. Acesso em mar de 2019.

SÃO PAULO. **Processo 6956/94 do CEETEPS de 25 de janeiro de 1995.** Dispõe sobre Concurso Público de Provas e Títulos 1/94 – CETEC/CEETEPS. Acervo da Diretoria de Serviço da Etec Philadelpho Gouvêa Netto.

SÃO PAULO. **Resolução SE nº 11/78, de 27/ de janeiro de 1978.** Dispõe sobre autorização da Habilitação de Técnico em Eletromecânica. Acervo da Secretaria Acadêmica da Etec Philadelpho Gouvêa Netto.

SÃO PAULO. **Resolução nº 17/72, de 08 de novembro de 1972.** Dispõe sobre autorização das Habilitações Técnico em Edificações e Técnico em Mecânica. Acervo da Secretaria Acadêmica da Etec Philadelpho Gouvêa Netto.

SÃO PAULO. **Resolução SE nº 17/74, de 13 de fevereiro de 1974.** Dispõe sobre autorização da Habilitação de Eletrotécnica. Acervo da Secretaria Acadêmica da Etec Philadelpho Gouvêa Netto.

SÃO PAULO. **Resolução SE nº 36/90, de 06 de fevereiro de 1990.** Dispõe sobre autorização da Habilitação de Técnico em Enfermagem. Acervo da Secretaria Acadêmica da Etec Philadelpho Gouvêa Netto.

SÃO PAULO. **Resolução SE nº 188/77 de 16 de dezembro de 1977.** Dispõe sobre autorização da Habilitação Telecomunicações. Acervo da Secretaria Acadêmica da Etec Philadelpho Gouvêa Netto.

SÃO PAULO. **Resolução SE nº 220/87 de 01 de setembro de 1987.** Dispõe sobre autorização da Habilitação de Técnico em Laboratório de Prótese Dentária. Acervo da Secretaria Acadêmica da Etec Philadelpho Gouvêa Netto.

SÃO PAULO. **Resolução SE nº 345/84, de 13 de dezembro de 84.** Dispõe sobre autorização da Habilitação de Técnico em Qualificação I em Computação. Acervo da Secretaria Acadêmica da Etec Phildelpho Gouvêa Netto.

SOUZA, Elisabete Gonçalves. Inventariar fundos e descrever documentos: preservação da cultura material da escola do trabalho de Niterói, RJ. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**. São Paulo, v. 12, n. especial, p. 167 – 185 jul./dez. 2016.

# ACERVOS PESSOAIS E A BUSCA POR NOVAS FONTES: DOCUMENTOS ESCOLARES E A PRODUÇÃO DE PESQUISAS EM HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO MATEMÁTICA

Alan Marcos Silva de Rezende, Andréia Fernandes de Souza  
Universidade Federal de São Paulo

## 1. INTRODUÇÃO

Nos últimos dois anos os pesquisadores do Grupo de Pesquisa em História da Educação Matemática (GHEMAT) têm se dedicado na operacionalização do Projeto Temático “A MATEMÁTICA NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES E NO ENSINO: processos e dinâmicas de produção de um saber profissional, 1890-1990”<sup>1</sup>. Nesse sentido, estratégias teórico-metodológicas são adotadas de modo a analisar documentos com o fim de capturar tais processos e dinâmicas de constituição do saber profissional, tendo em vista algumas etapas de trabalho, tais como recompilar experiências e analisar comparativamente os conhecimentos docentes, como sintetiza Valente (2017). Esse processo, por certo, permitirá dizer que saberes foram considerados importantes para a formação de professores que ensinam matemática e, ao mesmo tempo, que são caracterizados de formas diferentes a cada tempo histórico. (VALENTE *et al*, 2017)

Assim, ao adotar um marco de cem anos admite-se que diferentes personagens foram responsáveis por elaborar, sistematizar e divulgar saberes para a formação de professores que ensinam matemática em épocas e contextos diversos. Desse modo, esse projeto maior foi dividido em subprojetos como forma de melhor operacionalizar a caracterização do saber profissional do professor que ensina matemática nos primeiros anos escolares. Tais saberes, por sua vez, aqui considerados como a articulação de saberes produzidos pelos diferentes campos disciplinares, os “saberes a ensinar”, e os saberes próprios para o exercício docente, os “saberes para ensinar”. (HOFSTETTER; SCHNEUWLY, 2017)

A subdivisão em pequenos projetos não é ao acaso, dessa forma é possível concentrar olhares para diferentes pontos ao mesmo tempo, por meio de análises de documentos, tais como revistas pedagógicas, livros didáticos, programas de ensino entre outros, tendo em vista um único foco: o saber profissional do professor que ensina matemática. Todavia, como se dá o processo anterior as análises desses documentos? Como eles chegam até os pesquisadores do GHEMAT? Eles são disponibilizados para consulta pública? E os resultados dos trabalhos que utilizam essa documentação, onde encontrá-los?

Essas são algumas perguntas respondidas ao longo deste texto, cujo objetivo é divulgar o processo de busca, catalogação e divulgação de novos documentos escolares, bem como as pesquisas que estão sendo realizadas pelo GHEMAT. Para isso, particularmente, apresentamos como se deu o processo de doação do Acervo Pessoal da Professora Manhúcia

---

1 O projeto recebe apoio financeiro da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP, coordenado pelo Prof. Dr. Wagner Rodrigues Valente (Processo 2017/15751-2)

Liberman, educadora matemática reconhecida pelos seus pares e autora de muitas coleções didáticas para o Ensino Primário de Matemática, bem como a catalogação e a ampliação da busca por novos documentos escolares. Haja vista que percebemos como esse tipo de documentação ainda é visto com pouco cuidado e, sendo assim, descartados pela falta de espaço e olhar dos gestores educacionais em boa parte dos casos.

## 2. BUSCA, HIGIENIZAÇÃO, CATALOGAÇÃO E DIVULGAÇÃO DE FONTES

A subdivisão do projeto temático, como dito anteriormente, facilita a sua operacionalização. Por exemplo, alguns pesquisadores tem dedicado esforços a caracterizar o saber profissional do professor que ensina Matemática no período conhecido como Escola Nova, por meio de exames das produções de sujeitos que foram reconhecidos pelos pares à época, como os trabalhos de doutoramento de Alan Marcos Silva de Rezende e Juliana Chiarini Balbino Fernandes, que analisam, respectivamente, os saberes produzidos por Maria Montessori e Jean-Ovide Decroly para o ensino de Matemática a partir de manuais e revistas pedagógicas que circularam durante as primeiras décadas do século XX.

De outro lado, tem-se trabalhos como o de André Francisco de Almeida, que se dedica ao estudo dos acervos da professora Lydia Condé Lampareli e a produção de uma aritmética para ensinar nos primeiros anos escolares no estado de São Paulo, no período de 1961 a 1996; o de Antônio Robert Chagas Conceição que se dedica a investigar as sistematizações da professora Maria do Carmo Santos Domite para o cálculo mental; e o de Bruna Lima Ramos Giusti que tem examinado cadernos escolares para caracterizar a aritmética ensinada presente nas Escolas Normais no período de 1920 a 1980.

O que esses trabalhos possuem em comum? Um dos pontos, e o que interessa neste texto, é a busca por documentos escolares para o desenvolvimento das pesquisas.

Trata-se de um trabalho coletivo de pesquisadores do GHEMAT, dos diferentes estados brasileiros, por meio de idas aos arquivos públicos, bibliotecas de universidades, consultas a acervos pessoais, escolas etc. Os documentos encontrados passam por um processo de higienização, separação, catalogação, digitalização e divulgação.

O produto desses procedimentos é possível ser encontrado no Repositório de Conteúdo Digital<sup>2</sup>, alocado na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) utilizado pelo GHEMAT, que é um espaço público de divulgação das pesquisas e fontes digitalizadas resultantes dos projetos coletivos desse grupo de pesquisa. Assim, é importante destacar que

[...] essa organização coletiva dos pesquisadores em torno da construção de um espaço virtual [...] oportuniza e viabiliza o intenso diálogo entre as pesquisas em andamento. Seguindo este percurso metodológico, superam-se as tradicionais barreiras apresentadas pelas limitações geográficas, isto é, pesquisadores, por exemplo, da região sudeste do Brasil tem acesso as fontes de pesquisa que estão sen-

---

2 Para mais informações acessar <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/1769>>



do usadas simultaneamente na região norte do país e vice-versa. As distâncias geográficas entre regiões do país não se configuram mais como obstáculos para a disseminação da pesquisa. Pelo contrário, o contínuo uso e alimentação deste espaço coletivo cria novas possibilidades de problematização, ampliando-se as escalas de análises, gerando um novo paradigma de fazer pesquisa histórica comparativa. (COSTA; VALENTE, 2015, p. 98)

Essa interlocução entre pesquisadores, destacada por esses autores, é importante para o conhecimento de novas bases de dados – como é o caso do Repositório, da divulgação de outros estudos e fontes. Dito isso, a opção foi por tomar um dos acervos disponíveis no GHEMAT para melhor explicar esse processo de busca à divulgação no Repositório, a escolha foi pelo da professora Manhúcia Liberman.

De acordo com Duarte e Borges (2013) Manhúcia Perelberg Liberman nasceu no Rio de Janeiro em 1926, filha de pai russo e mãe romena, casou-se com um artista plástico e dentista com quem teve três filhos. Coursou Licenciatura em Matemática na UFRJ tendo como professores Lourenço Filho, Maria Laura Mousinho Leite Lopes e Plínio Rocha. Formou-se em 1947.

Em 1949 foi aprovada em concurso público para professor no Estado de São Paulo e assumiu sua vaga na cidade de São José dos Campos. Trabalhou no Serviço de Medidas e Pesquisas Educacionais com a função de elaborar e corrigir os exames de admissão. Após um concurso de remoção ocupou a vaga na Escola Estadual Professor Alberto Levy permanecendo até 1983, ano no qual se aposentou. Manhúcia junto com Anna Franchi e Lucília Bechara fundaram o Grupo de Estudos do Ensino da Matemática (GEEM) com a orientação do professor Oswaldo Sangiorgi e publicaram o livro “Matemática Moderna para o Ensino Primário”, ambos na década de 1960.



**Figura 1** – Capa do livro Matemática Moderna para o Ensino Primário.  
**Fonte:** Repositório de Conteúdo Digital da UFSC, em 2019.

Manhúcia teve grande destaque na rede pública estadual paulista, atuou no Serviço de Ensino e Formação pelo Rádio e Televisão (SEFORT), sendo uma parceria do GEEM com a Secretaria da Educação do Estado de São Paulo.

Juntamente com outros educadores matemáticos que defendiam o ideário proposto pelo Movimento da Matemática Moderna (MMM) redigiu o “Programa da Escola Primária do Estado de São Paulo” publicado em 1969.

Na década de 1980, com o declínio do ideário do MMM, Manhúcia e outros educadores matemáticos fundam a Sociedade Brasileira de Educação Matemática (SBEM).

Com uma perspectiva piagetiana, Manhúcia estava presente em formações para professores, escrevendo e publicando livros para o Ensino Fundamental. Sua última coleção foi publicada em 2010 pela editora Saraiva com participação de outras duas professoras.



**Figura 2** – Capa do livro “Fazendo e Compreendendo Matemática 1º ano”.

**Fonte:** Centro de Documentação do GHEMAT, em 2019.

Sempre muito ativa, em 2016, participou do XII Encontro Nacional de Educação Matemática, sediado em São Paulo, no qual foi apresentada a comunicação científica intitulada “A Matemática Moderna no ensino primário na década de 1960: um olhar sobre dois manuais didáticos” apresentada por Rosimeire Aparecida Soares Borges e Juliana Chiarini Balbino Fernandes.

Neste texto as autoras analisaram dois manuais didáticos e percebem o MMM estava presente neles e de que maneira o GEEM contribuiu para a disseminação desse ideário. Manhúcia assistiu à apresentação e emocionou-se com a análise das autoras.

Em 2017 devido a complicações de um câncer Manhúcia falece aos 90 anos deixando um grande legado para a Educação Matemática e para a História da Educação Matemática.

Tendo em vista essa trajetória relevante de Manhúcia no âmbito da Educação Matemática, a professora Aparecida Rodrigues Silva Duarte, pesquisadora do GHEMAT, entrou em contato com os familiares para mediar a solicitação de doação do acervo pessoal.

O acervo chegou ao Centro de Documentação do GHEMAT sediado em Osasco/SP. Até o momento, 380 documentos foram higienizados e catalogados, entretanto, ainda não estão disponíveis no Repositório, mas podem ser consultados diretamente no Centro de Documentação<sup>3</sup>. Brevemente estará disponível a relação dos documentos no Repositório afim de facilitar as buscas para pesquisas futuras.

Nesta empreitada alguns pesquisadores participaram do processo de organização do Acervo Pessoal Manhúcia Liberman (A.P.M.L.). Na finalização da catalogação e divulgação do acervo (1º semestre de 2019) estiveram à frente os doutorandos Alan Marcos da Silva Rezende e Andréia Fernandes de Souza.

Para jovens pesquisadores, manusear esses objetos trouxeram grandes reflexões acerca da trajetória docente. Um dos primeiros documentos é o diploma de Licenciatura em Matemática de 1947, em tamanho grande (A3), com uma espécie de medalha com uma pedra lapidada e bem conservado apesar do tempo. A partir dele o acervo começa a contar uma longa história.

Aparecem documentos relativos ao seu cargo como professora na rede pública estadual, tais como, laudo de perícia médica, dispensa para participar em congressos, publicações em diário oficial, inscrição para atribuição de aulas e a publicação de sua aposentadoria em 1983.

Chama atenção as inúmeras cartas, cartões, postais e até poesias remetidos à Manhúcia exaltando sua competência profissional e suas contribuições para o campo da Educação Matemática.

Aparecem também inúmeros certificados de participação em congressos, simpósios e formações de professores, como participante e/ou palestrante.

Há registros fotográficos das aulas que ela ministrou no SEFORT e que foram gravadas pela TV Cultura. Nestas fotos percebe-se a variedade de recursos materiais utilizados em suas aulas de matemática e parte da produção realizada nas filmagens.

Aparecem também no acervo cópias de diversos textos sobre Matemática e ensino de Matemática tais como “O quadri-cubo” de Mário Magnusson Junior, entrevista publicada no Jornal “O Estado de São Paulo” sobre etnomatemática de Ubiratan D’Ambrósio, “A criança e o conhecimento” de Vinício de Macedo Santos, “O ato de aprender em matemática: ação docente” de Marília Toledo, “Memórias, sonhos e reflexões” de C. J. Jung no qual era abordado o medo da disciplina de Matemática.

Impressões de documentos curriculares tais como os Parâmetros Curriculares Nacionais publicados no final da década de 1990, documentos orientadores para a escolha de livros didáticos e os critérios de avaliação observados pelo Ministério da Educa-

---

3 Centro De Documentação do GHEMAT. Rua Euclides da Cunha, 388. Osasco/SP. E-mail: ghemat.contato@gmail.com

ção para a aquisição de livros para o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD). Estes documentos podem ter sido utilizados/apropriados por Manhúcia em seu processo de escrita dos livros didáticos.

Diversos livros também compõem este acervo: livros de matemática, livros sobre ensino de matemática, psicologia e algumas coleções escritas por Manhúcia em parceria com outras autoras.

Todavia dois tipos de documentos colaboram para futuras escritas sobre a História da Educação Matemática no Brasil que intencionam refletir sobre os saberes profissionais do professor que ensina Matemática nos anos iniciais: as revisões dos livros didáticos e o material para a formação de professores. Estes documentos são considerados literatura cinzenta, ou seja, documentos não comerciais ou sem uma publicação convencional, geralmente sendo difíceis de encontrar pois não circulam nos canais de divulgação tradicional. (BOTELHO; OLIVEIRA, 2017)

Manhúcia publicou diversos livros juntamente com outros professores e no acervo há as revisões dos livros didáticos. Nestas revisões as editoras imprimiam as folhas dos livros didáticos e disponibilizavam para ajustes das autoras.

Percebemos que nestas revisões aparecem a lápis: exercícios resolvidos, comentários sobre como deveriam ser as ilustrações, melhoria da diagramação e explicação das suas escolhas, sempre pensando em como os alunos entenderiam aquelas informações e/ou desafios propostos. Em uma dessas observações ela argumenta que os números utilizados em um determinado exercício são muito grandes para as crianças daquela faixa etária e apresenta sua sugestão.

Em meio a estas revisões, aparecem diversas pesquisas realizadas por ela para escrever capítulos dos livros didáticos. Estas pesquisas em sua maioria utilizavam informações impressas da internet e a proposta de problemas, exercícios e desafios a respeito da temática. Um exemplo é a pesquisa impressa sobre edifícios arquitetônicos com formatos diferentes e no qual aparecem anotações sobre possíveis questionamentos do professor aos alunos muito provavelmente utilizados na construção dos livros didáticos.

Manhúcia além de escritora de livros didáticos realizava cursos de formação de professores. Alguns documentos do acervo são dos cursos organizados pelo Instituto Rogério Steinberg<sup>4</sup> e ministrados por ela. No material é possível perceber as relações que Manhúcia procurava estabelecer com os professores: dialogar com a teoria e a prática.

O documento de número 299 do A.P.M.L. traz 16 cópias de um texto intitulado “Da classificação ao conceito de número – sistema de numeração e operações” escrito por Manhúcia. Nele é explorado o conceito de número de forma teórica. Em meio a essas cópias estavam transparências para retroprojektor que traziam escritas numéricas, desenhos para trabalhar de maneira prática com os professores estes conteúdos.

O documento de número 311 traz 10 cópias do texto “Pipa, cata-vento, bumerangue, asa-delta, prancha de surfe e o que mais?” também para serem trabalhados no Instituto Rogério Steinberg. Junto com os textos estavam diversos envelopes com triângulos de diferentes tamanhos e cores, que imaginamos terem sido sobra de alguma atividade prática proposta por ela.

---

4 Mais informações no site <http://www.irs.org.br/>

Em entrevista Manhúcia afirma que:

[...] uma folha de Duratex furadinha e as aulas de geometria eram dadas com arames que se encaixavam nos buraquinhos [...] eles tinham que descobrir experimentalmente [...] o trabalho de descobrir, de não dar o negócio pronto, de fazer o aluno crescer junto com o que estava aprendendo, descobrir o que estava fazendo, foi muito fácil enquadrar junto com toda a geometria das transformações, que ela na minha opinião, hoje, só mudava um pouco a linguagem. [...]. (LIBERMAN, 2008, informação verbal)

Nesta declaração percebe-se a preocupação de Manhúcia com a construção do conhecimento matemático a partir do ponto de vista do aluno. Esse conhecimento não era dado pelo professor e sim mediado por intervenções, planejamento, desafios e estratégias que compunham a constituição do saber do professor.

Estes indícios nos levam a crer que Manhúcia tinha conseguido sistematizar saberes profissionais a respeito do ensino de Matemática no Ensino Fundamental. Apesar de ter sido uma referência do MMM ela conseguiu avançar em suas pesquisas e em sua produção para além deste período:

[...] Eu tinha um direcionamento para o aluno, achava muito importante o que o aluno faz [...] nós estávamos abolindo aquela frase “O professor disse [...]”, se o professor disse, estava dito [...] se você não entendia era problema seu, então foi na época que a gente começou a valorizar o que o aluno dizia, não só o que o professor dizia, eu sei que não é fácil [...] esta frase que ficou até a 7 década de 60 [...] e o que eu acho importante é como ensinar[...] nada se ensina, só se propicia situações de aprendizagem.[...]. (LIBERMAN, 2008, informação verbal)

Nos momentos coletivos de organização do A.P.M.L. começamos a questionar se haveria mais documentos que pudessem trazer à tona o percurso de sistematização desses saberes profissionais construídos por Manhúcia.

Tendo em vista que ela ocupou o cargo de professora muitos anos na Escola Estadual Professor Alberto Levy, localizada em São Paulo, convites de formatura na qual ela era a paraninfa, convites para o “Encontro dos Levyanos” e a sua visibilidade no ensino paulista, haveria uma possibilidade de encontrarmos documentos nesta escola.

No ano de 2018 fomos até a Secretaria Estadual de Educação para divulgar o Projeto que estamos desenvolvendo e pedir autorização para pesquisarmos nas escolas. Em novembro de 2018 saiu a autorização por meio de ofício expedido pela própria Secretaria. Em posse desse documento acreditávamos ser mais fácil ter acesso aos documentos escolares. Durante os meses de abril e maio realizamos contatos via telefone com a escola. Não foi possível conversar com a diretora em nenhuma destas ocasiões. Conseguimos marcar uma visita com uma funcionária da secretária e nos dirigimos até lá.

Ao chegar fomos recebidos pela diretora, que segundo, a mesma, não havia sido informada da nossa visita. A funcionária que havia agendado a visita não estava no local. Conversamos com a diretora, que estava a cerca de um ano e meio naquela unidade escolar, explicando o motivo de nossa visita e o nosso interesse pela personagem tão ilustre que havia trabalhado como docente até 1983.

Apesar de nossa identificação (crachás da universidade), com posse de ofício expedido pela própria Secretaria Estadual da Educação autorizando a pesquisa em acervos escolares e exaltando a produção científica do GHEMAT, a diretora infelizmente não autorizou nossa entrada na escola.

Ela nos apresentou a uma funcionária antiga e esta afirmou não conhecer a Professora Manhúcia e muito menos saber de sua trajetória. A diretora nos contou que na escola tinham “objetos antigos e livros muito velhos” que eram organizados em uma sala-museu por um professor de História, entretanto não autorizou que conversássemos com ele.

Deixamos nossos telefones, e-mails, para futuros contatos, mas até a data desta escrita não tivemos nenhum retorno a respeito de possíveis documentos relacionados à carreira de Manhúcia. Entretanto tentaremos retomar o contato no 2º semestre de 2019.

### 3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo o objetivo foi divulgar o processo de busca, catalogação e divulgação de documentos escolares, bem como as pesquisas que estão sendo realizadas pelo GHEMAT. Dessa forma, a intenção é contribuir para um entendimento de como tais documentos podem contribuir para o desenvolvimento de pesquisas no âmbito da História da Educação Matemática no Brasil.

Diante do que foi visto, é possível destacar o trabalho coletivo do grupo de pesquisa no que diz respeito à operacionalização do projeto temático e, também, a importância das doações de acervos pessoais feitas por pessoas que não estão, necessariamente, ligadas à pesquisa, como o caso da família da professora Manhúcia Liberman.

A partir dessa coletividade o Grupo vem montando uma base física e digital de acervos aberta à consulta pública, disponível no Centro de Documentação do GHEMAT e no sítio eletrônico do Repositório de Conteúdo Digital, respectivamente. Isso busca garantir a preservação de documentos por um maior tempo, haja vista os cuidados tomados com a higienização e manutenção dos acervos.

De outro lado, garante, também, um alcance maior às pessoas a partir da digitalização e disponibilização em um ambiente virtual. Vale apontar que a consulta não é de exclusividade de pesquisadores, os documentos estão disponíveis para todos, seja para visualizar ou mesmo só conhecer o espaço, sem a finalidade da pesquisa.

Vale ressaltar que nem sempre os equipamentos públicos conseguem garantir a guarda e a manutenção de documentos que possam favorecer a escrita de narrativas diversas incluindo as da História da Educação e da Educação Matemática. Existe a necessidade de valorizarmos a escrita desta e de outras histórias e resistirmos ao desinteresse dos governos e da sociedade em preservar nossas memórias.

#### 4. REFERÊNCIAS

BOTELHO, R. G.; OLIVEIRA, C. C. Literatura branca e cinzenta: uma revisão conceitual. In: **Ciência da Informação**, Brasília, v. 44, n. 3, p. 501-513, set./dez. 2015. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/1804/3251>

COSTA, David Antônio da; VALENTE, Wagner Rodrigues Valente. O repositório de conteúdo digital nas pesquisas de história da educação matemática. **Revista Iberoamericana do Patrimônio Histórico-Educativo**, v.1, n. 1, p. 96-110, jul/dez, Campinas (SP), 2015.

DUARTE, A.R.S.; BORGES, R.A.S. Manhúcia Liberman – energia e experiência na formação de professores. In: VALENTE, W. R. (org) **Educadoras Matemáticas: Memórias, Docência e Profissão**. 1ª ed. São Paulo: Editora Livraria da Física, 2013.

FERNANDES, J.C.B.; BORGES, R.A.S. A Matemática Moderna no ensino primário na década de 1960: um olhar sobre dois manuais didáticos In: **Anais**. XII Encontro Nacional de Educação Matemática: São Paulo, 2016. Disponível em: [www.sbembrasil.org.br/enem2016/anais/pdf/8174\\_3986\\_ID.pdf](http://www.sbembrasil.org.br/enem2016/anais/pdf/8174_3986_ID.pdf)

HOFSTETTER, Rita; SCHENEUWLY, Bernard. Saberes: um tema central para as profissões do ensino e da formação. In: HOFSTETTER, Rita.; VALENTE, Wagner Rodrigues. (org.). **Saberes em (trans) formação**: tema central da formação de professores. 1ª ed. São Paulo: Editora Livraria da Física, 2017.

LIBERMAN, M. P. **Entrevista concedida à Maria Silvia B. Rios e Kátia C. Camargo**, em 03 de maio de 2008.

VALENTE, Wagner Rodrigues; BERTINI, Luciane de Fátima; PINTO, Neuza Bertoni; MORAIS, Rosilda dos Santos. **A Matemática na Formação de Professores e no Ensino**: processos e dinâmicas de produção de um saber profissional, 1890-1990. Projeto de Pesquisa. São Paulo: FAPESP, 2017. Disponível em: <http://bv.fapesp.br/pt/auxilios/98879/a-matematica-na-formacao-de-professores-e-no-ensino-processos-e-dinamicas-de-producao-de-um-saber-p/?q=17/15751-2>





# OS CADERNOS ESCOLARES COMO PATRIMÔNIO DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

**Bruna Lima Ramos Giusti<sup>1</sup>. Anieli Joana de Godoi<sup>2</sup>. David Antonio da Costa<sup>2</sup>**

1.Universidade Federal de São Paulo. 2.Universidade Federal de Santa Catarina

## 1. INTRODUÇÃO

Este artigo tem a intenção de elucidar os cadernos escolares como um patrimônio da educação brasileira. Inserido no eixo temático 3 – “Gestão escolar e a preservação do patrimônio cultural histórico-educativo e da ciência e tecnologia na educação profissional”; os autores pretendem chamar atenção para esse material raramente inventariado, mas tão importante para percorrer vestígios do ensino em décadas anteriores. Além disso, têm a intenção de divulgar um acervo digital e público, que armazena diversos materiais para pesquisas históricas, incluindo a história da educação matemática, intitulado “Repositório de Conteúdo Digital” (RCD). Interessa ressaltar que o RCD é um espaço que dispõe de muitos cadernos que podem auxiliar outras pesquisas das áreas da História da Educação, da Educação Matemática e/ou da História da Educação Matemática.

Mas, por que cadernos? Segundo Viñao (2008, p.16), os cadernos escolares têm se tornado uma “fonte-objeto de especial estudo”, porém essa não é a conclusão mais relevante para se estudar os cadernos. Segundo esse autor, os historiadores da educação acreditavam ter encontrado nos cadernos “vantagens indubitáveis frente ao livro de texto”. Com isso, é possível afirmar que os cadernos se tornaram um produto da sociedade, ou seja, um produto da cultura escolar<sup>1</sup>. Além de serem produtos, também são produtores da cultura escolar<sup>2</sup>.

Já existem estudos que tratam dos cadernos escolares como fonte de pesquisa, porém, poucas são aquelas que discorrem sobre os saberes presentes nesse documento tão raro e especial. Hoffman e Costa (2018), além de problematizarem distintas compreensões acerca da cultura escolar, indicam algumas ações realizadas pelo GHEMAT<sup>3</sup> – Grupo de Pesquisa de História da Educação Matemática coordenado pelo Prof. Dr. Wagner Rodrigues Valente e Profa. Dra. Neuza Berton Pinto.

As ações para busca desta fonte mencionadas podem mostrar a dificuldade que é encontrar esse tipo de material. Poucos são os que guardam cadernos que utilizaram no seu período escolar. Os pesquisadores dependem de doações empréstimos ou de Ações de busca para poder inventariar esse tipo de material. Isso torna o Repositório um ambiente pri-

---

1 Julia (2001, p. 10) define cultura escolar como sendo “[...] um conjunto de *normas* que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de *práticas* que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos; normas e práticas coordenadas a finalidades que podem variar segundo as épocas (finalidades religiosas, sociopolíticas ou simplesmente de socialização)”.

2 Conclusão tomada por Giusti (2019), a partir de outras análises em cadernos.

3 O GHEMAT teve sua fundação no ano de 2000. Hoje em dia, atua em âmbito nacional e tem como propósito fazer investigações na temática da história da educação matemática. Mais informações em: <<http://www.ghemat.com.br>>.

vilegiado para os pesquisadores da história da educação matemática, já que nele se agregam vários documentos escolares, incluindo os cadernos.

## **2. A CRIAÇÃO DE UM ACERVO DE CADERNOS ESCOLARES: BUSCA E MANUTENÇÃO**

A partir de ações coletivas, desde o ano de 2016, integrantes do GHEMAT sistematizaram e coletaram centenas de cadernos escolares brasileiros. Esses cadernos foram provenientes de doações ou empréstimos dos mais diversos acervos pessoais de professores e estudantes. Após serem coletados, foram digitalizados e hoje estão disponíveis *on-line* em uma plataforma digital, de livre acesso ao público e pesquisadores. Esta base de dados chamada de “Repositório de Conteúdo Digital” está alocada nos servidores virtuais da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). O “Repositório de Conteúdo Digital” (RCD) é mantido e alimentado pelos membros do GHEMAT em âmbito brasileiro. É uma base de dados online que reúne, de maneira organizada, documentações históricas obtidas em acervos brasileiros, como também as produções dos integrantes do GHEMAT (artigos, dissertações e teses). Pode ser acessada por meio do link: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/160300>.

As Ações de busca de fontes foram feitas devido a um projeto em que o GHEMAT se vinculava, financiado pelo CNPq, intitulado “A Constituição dos Saberes Elementares Matemáticos: a Aritmética, a Geometria e o Desenho no Curso Primário em Perspectiva Histórico-Comparativa, 1890-1970”. Nesse projeto, a cada ano, um tipo de fonte era priorizado para ser mobilizado como tema central dos Seminários Temáticos. Os Seminários Temáticos do GHEMAT são eventos que ocorrem anualmente, sempre vinculados a um projeto nacional. Esse evento reúne todo os membros do grupo, em âmbito nacional, entre professores pesquisadores, estudantes de pós-graduação e graduação para discussão dos resultados de pesquisas. Para que a maioria das investigações girassem em torno de uma mesma fonte, criava-se as tais Ações coletivas para digitalização do material antes, durante e depois desse evento.

O Grupo conta com representantes em vinte estados brasileiros, envolvendo uma articulação de grupos locais de pesquisa presentes em programas de pós-graduação de universidades públicas e privadas. Merecem destaque, como sistematizações de pesquisas realizadas pelo Grupo nos últimos anos, obras como as organizadas por Costa & Valente (2014); Pinto & Valente (2016); Mendes & Valente (2017); Rios *et al.* (2017) e Búrigo *et al.* (2018). Boa parte desses volumes ateu-se ao ensino de matemática nos primeiros anos escolares, buscando estudar como historicamente foram sendo caracterizadas as matérias de ensino que envolvem saberes elementares matemáticos. Cálculo aritmético, Aritmética, Desenho, Trabalhos Manuais, Geometria Prática são exemplos de rubricas analisadas nessas obras, tendo em vista uma dimensão nacional, dada pela participação dos grupos que compõem o GHEMAT Brasil.

Em decorrência disto, atualmente, o Repositório está munido com diversos documentos escolares, artigos científicos, anais de congressos, além de teses e dissertações dos pesquisadores envolvidos com a temática de História da Educação Matemática. De documentos escolares tem-se: programas de ensino, acervos pessoais, cadernos escolares, fotografias, legislações, livros didáticos, manuais pedagógicos, material didático, provas, exames e avaliações.

Após um ano da primeira ação coletiva, havia cerca de 200 cadernos no Repositório e pode-se fazer um primeiro inventário de reconhecimento da fonte. No outro ano, em 2017, houve um Seminário Temático, proposto pelo GHEMAT, no qual os autores deveriam submeter trabalhos relacionados com cadernos escolares, utilizando-os para análise ou articulando-os com suas pesquisas.

Atualmente, há cerca de 360 títulos de cadernos no Repositório de Conteúdo Digital de História de Educação Matemática, datados entre 1915 e o ano 2001. Como o GHEMAT é um grupo de pesquisa de âmbito nacional, existem diversos pesquisadores<sup>4</sup> que utilizam os cadernos escolares para mobilizar saberes docentes e saberes matemáticos. No caso dos cadernos, não há somente aqueles relacionados com conteúdo matemático, porém são os que aparecem em maior quantidade. Além de cadernos de alunos de vários níveis de ensino, há também cadernos de professores.

Esse artigo torna-se possível a partir das pesquisas de doutorado e mestrado, que estão em andamento, das próprias autoras. Inicialmente, fez-se um inventário com os cadernos disponíveis no Repositório. Como é uma plataforma dinâmica, esse inventário teve que ser revisto várias vezes. A seguir, apresenta-se uma Tabela com a quantidade de cadernos disponíveis no Repositório.

Dessa tabela pode-se tomar que os dados são bem abrangentes e podem ser úteis para outras pesquisas relacionadas às áreas da História da Educação, Educação Matemática e História da Educação Matemática. Não há somente cadernos relacionados com matemática, porém eles são maioria nesse Repositório.

**Tabela 1** – Quantidade de cadernos disponíveis no RCD em julho/2019.

| PERÍODO   | QUANTIDADE |
|-----------|------------|
| 1910-1919 | 1          |
| 1920-1929 | 9          |
| 1930-1939 | 6          |
| 1940-1949 | 19         |
| 1950-1959 | 84         |
| 1960-1969 | 98         |
| 1970-1979 | 73         |
| 1980-1989 | 34         |
| 1990-1999 | 10         |
| 2000-2009 | 2          |
| Sem data  | 26         |
| TOTAL     | 362        |

**Fonte:** Elaborado pelos autores, em 2019.

4 Entre eles, destaca-se duas pesquisas em específico: um de doutoramento, que está em sua fase final, de Bruna Lima Ramos Giusti (UNIFESP) e um mestrado acadêmico, de Anieli Joana de Godoi (UFSC).

A partir da pesquisa de doutorado que está em andamento, considera-se que há um saber profissional específico do professor que ensina matemática para o curso primário. Em relação à matemática presente nos cadernos, percebe-se que ela vai mudando conforme as vagas pedagógicas e as finalidades do ensino. A matemática ensinada, neste artigo, é tratada como um saber ensinado.

Já na pesquisa de mestrado em desenvolvimento, busca-se um saber que se denomina objetivado e que se tornou presente no ensino de aritmética a partir dos ideais do Movimento da Matemática Moderna no país, e que pode ser observado a partir de cadernos de alunos do ensino primário dos anos 1950 a 1970. Para tanto, apresentamos na Tabela 2, a quantidade de cadernos de matemática presentes no Repositório de Conteúdo Digital por período (1950-1970).

**Tabela 2** – Quantidade de cadernos de Matemática de 1950 a 1970, no RCD em julho/2019.

| PERÍODO   | QUANTIDADE |
|-----------|------------|
| 1950-1955 | 31         |
| 1956-1960 | 33         |
| 1961-1965 | 40         |
| 1966-1970 | 58         |
| Total     | 162        |

**Fonte:** Elaborado pelos autores, em 2019.

Vale ressaltar que estes cadernos se apresentam com conteúdos diversos relacionados a matemática, como a aritmética, a geometria e o desenho. Além disso, pode-se observar que quase metade do total de cadernos do RCD, é da disciplina de matemática do período pesquisado, e pode ter relação com os novos ideais de ensino que poderiam estar se desenvolvendo no período.

### 3. OS CADERNOS DE ALUNOS COMO FONTE PARA AS PESQUISAS HISTÓRICAS

Uma vez que estamos tratando de cadernos de alunos, isto é, de um agrupamento de folhas que trazem os registros efetuados em ambiência escolar, cadenciado pela cronologia das aulas, com as possíveis tarefas, exercícios e toda sorte de apontamentos realizados pelo aluno, tomamos a hipótese de que estes registros possam melhor refletir os conhecimentos tratados em sala de aula. Por exemplo, da exposição e das atividades realizadas em sala de aula, encontramos nos cadernos os registros realizados pelos próprios alunos. Deste modo, um caderno escolar, é de suma importância na construção de um ambiente de estudos, pois, é uma fonte com alto grau de objetivação do saber ensinado.

Ao falarmos disso, podemos observar como ocorre essa transmissão e objetivação de conhecimento ao trazermos Vincent, Lahire e Thin (2001) quando abordam o conceito de forma escolar. Segundo eles, uma forma escolar depende de alguns aspectos bem específicos, como a relação professor-aluno que não é pessoal e sim pedagógica, um tempo escolar que é diferente do tempo cotidiano de uma pessoa, um espaço físico exclusivo para o ensino e prescrições políticas locais. Assim, existem formas sociais escriturais-escolares, que são caracterizadas em cinco pontos distintos:

1. A escola como espaço específico, separado de outras práticas sociais e que está vinculada à existência de saberes objetivados, onde é o local central de aprendizado da escrita;
2. A “pedagogização” das relações sociais de aprendizagem, que se conectam à constituição de saberes escriturais formalizados. Onde se interioriza, pelos alunos, saberes na e pela escrita;
3. A sistematização do ensino, que permite a produção de efeitos de socialização duráveis;
4. A escola como lugar de aprendizagem de formas de exercício de poder, onde alunos e professores obedecem a regras supra-pessoais;
5. A escola como o lugar de aprendizagem e dominação da língua escrita e sua relação escritural-escolar com a linguagem e com o mundo. (VINCENT, LAHIRE, THIN, 2001)

Assim, o caderno escolar assume o papel de algo que sistematiza os elementos apontados acima, pois a expressão escrita é fundamental para que isso seja possível, além do que esse tipo de representação “têm consequentemente uma existência distinta daqueles que as enunciam ou daqueles que delas se apropriam. São conserváveis, acumuláveis, apropriáveis”. (BARBIER, 1996, p. 9 *apud* HOFSTETTER; SCHNEUWLY, 2017, p. 113)

Entendemos por “apropriáveis”, ou “apropriação”, um termo que tem como “objectivo uma história social das interpretações, remetidas para as suas determinações fundamentais (que são sociais, institucionais, culturais) e inscritas nas práticas específicas que as produzem”. (CHARTIER, 1990, p. 26)

Assim, o termo apropriação que é utilizado nesta pesquisa, é alicerçado em Roger Chartier (1991) quando explica que este “visa uma história social dos usos e das interpretações, referidas a suas determinações fundamentais e inscritas nas práticas específicas que as produzem (CHARTIER, 1991, p. 180). Deste modo, o caderno apresenta a maneira como certo indivíduo – neste texto um aluno – se apropria de um motivo intelectual ou de uma forma cultural. (CHARTIER, 1990)

O pesquisador Antonio Viñao (2008), ao conceituar caderno escolar, diz que este, seria um agrupamento de folhas escritas que traçam a trajetória escolar de um indivíduo. Além disso, ainda argumenta que “o caderno é um produto da cultura escolar, de uma forma determinada de organizar o trabalho em sala de aula, de ensinar e aprender, de introduzir os alunos no mundo dos saberes acadêmicos e dos ritmos, regras e pautas escolares” (VIÑAO, 2008, p. 22).

Como complemento, Peres (2017) argumenta que “o caderno não é apenas um objeto, não é somente um suporte de registro, mas sim um dispositivo de aprendizagem gráfica, que permite à criança (ou ao adulto em processo de aprendizagem) entrar nas múltiplas funcionalidades sociais da escrita” (PERES, 2017, p. 18). De modo que cabe a nós historiadores, compreender este dispositivo e trabalhar neste emaranhado funcional de conteúdos, com o intuito de fazer uma escrita histórica que contemple suas funcionalidades e sua importância.

Ainda, Mignot (2008) observa que o caderno conta mais que apenas um conteúdo, mas também, a história de um lugar, em um tempo diferente e nos faz compreender como este tempo foi essencial para o que temos hoje nas escolas. Assim, ao tratá-los como objeto de pesquisa, podemos primeiramente entender que um caderno escolar traz vestígios de seu autor, da escola e do que nela se faz, além de mostrar o material didático que os professores usavam na época. (VIÑAO, 2008)

Procura-se a partir disso, ver a importância da função do caderno e como as relações entre “atores (professores e profissionais contratados), saberes (as disciplinas escolares), instituições (primária)” (CHARTIER, 2002, p. 26) e alunos constituíam essa cultura escolar. Argumentamos que o caderno é uma fonte privilegiada para revelar um saber ensinado, por seu alto nível de objetivação de um saber, considerando a forma escritural escolar que ele representa.

Assim, Antonio Viñao (2008) diz que “os cadernos escolares não de ser vistos como o instrumento de aculturação na escrita, de introdução dos alunos na cultura escrita e no mundo dos saberes e das disciplinas escolares”, onde fizeram o papel de registro dos saberes transmitidos pelo professor na construção de sua vida escolar.

A seguir, poderá ser visto duas análises breves com cadernos, que estão inseridas nas pesquisas das autoras desse artigo.

#### **4. UM OLHAR PARA OS CADERNOS INSERIDOS NO MOVIMENTO DA MATEMÁTICA MODERNA**

Com o intuito de apresentar a estrutura de um caderno analisado, apresentamos alguns elementos sobre o autor, sua escola e os conteúdos estudados (VIÑAO, 2008). Assim, trazemos o caderno de Aritmética de Gisela Hornburg<sup>5</sup>, do primeiro ano do Ensino Primário, do município de Jaraguá do Sul, estado de Santa Catarina. O mesmo, é datado do mês de março do ano de 1961, e se encontra disponível no “Repositório de Conteúdo Digital” da UFSC. Não há informações do professor responsável pela turma de Gisela.

O caderno de capa marrom, com espaço onde deve ser inserido o nome da matéria e o nome da aluna, de tipo brochura, apresenta 32 páginas, sendo que todas estão preenchidas. Há no início de algumas páginas o dia, o mês e o ano.

Em seu interior, vemos elementos relacionados ao conteúdo de aritmética, mais precisamente, a ideia de iniciação ao número por imagens que se relacionam as quantidades – Teoria de Conjuntos. Vale ressaltar, que este caderno apresenta elementos de contagem já na primeira página, que se inicia pelos números 1, 3 e 5, utilizando-se o método da repetição, que segue na segunda página, para os números 2, 4 e 6 pelo mesmo processo. Um exemplo pode ser observado na Figura 1.

---

5 Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/178933>>. Acesso em 14 jul. 2019.

Do mesmo modo, em sua terceira página, há uma operação aritmética, em que se apresentam formas diferentes de adição, apresentadas em formato horizontal, onde se obtém como resultado os números 10 e 12<sup>6</sup>.

Posteriormente, encontram-se imagens diferentes para representar as quantidades, onde se observam primeiramente algumas representações do número 3, e posteriormente dos números 1, 3, 5 e 6, que podem ser vistas na Figura 2.



**Figura 1** – Números e sua representação.

**Fonte:** HORNBERG, G. (1961).

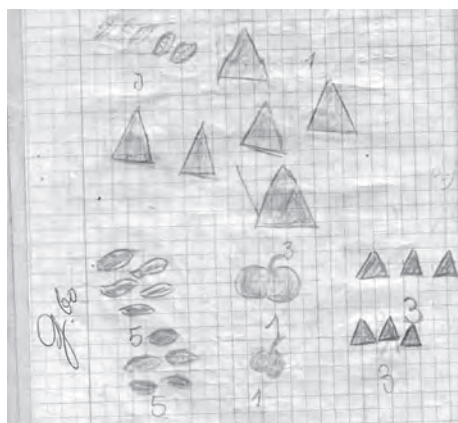


**Figura 2** – Imagens e quantidade.

**Fonte:** HORNBERG, G. (1961).

<sup>6</sup> Aqui não observamos relação com o contexto do caderno, considerando que alguns Algarismos como o 9, foram apresentados apenas nas páginas seguintes.

A partir desta Figura 2, observando que vemos o caderno como “um dispositivo de aprendizagem gráfica, que permite à criança [...] entrar nas múltiplas funcionalidades sociais da escrita” (PERES, 2017, p. 18). Podemos perceber algumas relações de desenvolvimento do conteúdo de aritmética, de modo seja feita uma relação, onde diferentes elementos que se agrupam com seus semelhantes, representam a mesma quantidade, que é representada por um número.

Nas páginas que seguem, é possível a observar a marcha do ensino, entendendo que o caderno é um produto de “uma forma determinada de organizar o trabalho em sala de aula, de ensinar e aprender, de introduzir os alunos no mundo dos saberes acadêmicos” (VINÃO, 2008, p. 22). Verificam-se progressos na apresentação da ideia do número, utilizando a apresentada na Figura 1, agora com os algarismos 7, 8 e 9 e com o número 10.

Além disso, observam-se que em algumas páginas entre essas representações, há uma lista, em que se utiliza o método da repetição, do número 1 até o número 10. De modo que incorpora elementos que foram relacionados entre professor, aluno, escola e disciplina (CHARTIER, 2002), apresentando assim traços de uma aritmética que estava sendo ensinada e objetivada em meados dos anos 60, nas escolas primárias brasileiras.

## 5. UM OLHAR PARA CADERNOS DE NORMALISTAS DA DÉCADA DE 1950

Além dos cadernos de alunos, há também aqueles alunos em formação, ou seja, aqueles alunos que estão se formando para serem futuros professores. No caso daqueles alunos que estão estudando para lecionar nos primeiros anos escolares, a formação era dada majoritariamente em escolas normais, sendo chamados, assim, de normalistas.

O caderno de Prática produzido por Alceste Lopes da Silva, produzido na década de 1950, contém escritos sobre a metodologia da aritmética. Nessa análise, pretende-se mostrar a marcha do ensino da aritmética presente neste caderno. Ele contém diversas disciplinas, como metodologia da didática, leis de aprendizagem, motivação da aprendizagem, tendência à experimentação, condições de disciplina, o ensino da aritmética, o ensino da linguagem, caligrafia, além de diversos planos de aula e desenhos. Irá, sobretudo, observar mais atentamente à parte que se refere à aritmética.

Segundo o caderno, há quatro concepções que a criança deve entender por números: série, coleção, relação e razão. Se a criança só entende uma concepção, seu conhecimento fica “deficiente”. Essas concepções são retiradas de algum livro, que não é possível ainda dizer qual é, pois possui apenas a indicação página e o subtítulo “Conhecimento dos números”. Para Silva (1950) deve-se promover o conhecimento dos números por todos os processos, por todas as suas relações. “Ora, estas relações são dadas pela maneira como os números se combinam” (SILVA, 1950, p. 13). Conforme o caderno, a criança deve ter a concepção do número segundo Thorndike, como um “núcleo de fatos”.

Segundo Thorndike (1922 *apud* SANTOS, 2006, p. 155), em seu livro *The new methods in Arithmetic*, há quatro significados diferentes para número, sinteticamente: a) o número como uma sequência, b) o número como uma coleção, c) o número como razão, e d) “núcleo de fatos”. Esses significados parecem um pouco do que a autora chama de “conhecimento dos números”. O “núcleo de fatos” ou “significado relacional” seria o fato de



a criança entender que um número é maior e, também, menor que os outros. “Deveria ser conhecido que seis é maior que quatro ou cinco e menor que oito ou nove, que é igual a duas vezes três ou três mais três e que é dois a menos que oito, que, com quatro, forma dez e que dez é metade de vinte e assim por diante”. (SANTOS, 2006, p. 156)

Embora esteja no caderno sobre a importância do núcleo de fatos, Santos (2006) aponta<sup>7</sup> que para Thorndike, dessas quatro possibilidades a prática mais comum seria a de coleção. Isso leva a crer que Silva (1950) teve orientações para o ensino de aritmética baseado no que Thorndike pregava, pelo menos em alguns aspectos.

Uma forma para desenvolver nas crianças o entendimento dos números é fazer vê-los em grupos. A autora escreve sobre hábitos da soma, como a criança deve fazer para obter uma soma precisa, além do processo de verificação da soma. Para a subtração, defende que deve ensiná-la simultaneamente com a soma. Indica que deve ser ensinada primeiro no concreto com objetos e só depois passar o que foi feito oralmente no quadro. Ela mostra a seriação das dificuldades que podem ocorrer em uma subtração.

Ainda para a subtração, Silva (1950) afirma que o processo mental nesta operação é muito complexo, mais ainda que na soma. Ela deixa claro que é por isso que “convem [sic] ao notar-se dificuldade na exatidão ou na rapidez pedir que a criança que faça a conta em voz alta, isto é, diga alto como pensou para chegar a este ou aquele resultado”. Com isso será feito uma “verdadeira investigação do processo mental usado”. Em uma pesquisa feita nos Estados Unidos, tem-se como resultados (Figura 3):

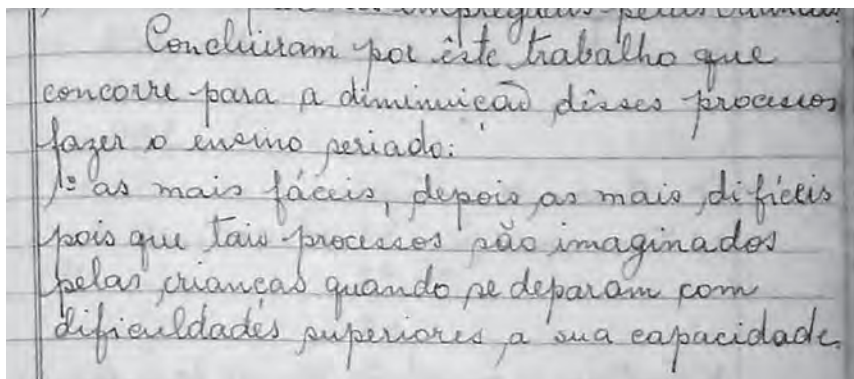


**Figura 3** – Conclusão da pesquisa feita nos EUA.

**Fonte:** SILVA (1950, p. 19).

Isto quer dizer, o ensino deve ser dado a partir de processos mais fáceis para os mais difíceis. Após apresentar alguns erros comuns dos alunos na subtração, tratando-os como “hábitos inventados”, ela afirma que “a falta de clareza em expor os processos por parte da professora é uma das causas mais frequentes da formação de tais hábitos viciosos”. (SILVA, 1950, p. 21)

<sup>7</sup> Deve-se considerar que Santos (2006) faz uma análise do livro *The new methods in Arithmetic*, de autoria de Thorndike, publicado em 1922, nos Estados Unidos.

E assim, a autora parte para a resolução de problemas. Para o 1º ano, teria os seguintes tipos: práticos (de vida real), sem número, para vestir, em série (um depende da resposta do outro), incompletos, simples, compostos. A autora pega alguns exemplos de problemas do livro de Aguayo<sup>8</sup> (1950, p. 22-23), do livro “Didática da Escola Nova” (Figura 4). Para resolvê-los, têm-se os passos:

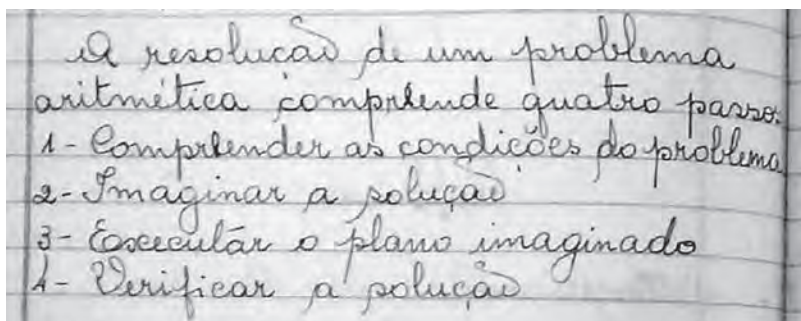


**Figura 4** – Passos para a resolução de problemas.

**Fonte:** SILVA (1950b, p. 22).

Pelo o que está exposto, acredita-se que a resolução de problemas está inserida como um “saber para ensinar”. Neste momento, ela ainda não é tratada como uma metodologia, e sim como uma ferramenta para ensinar aritmética. Segundo Valente (2016a, 2016b) a “matemática para ensinar” foi constituída “ao longo do tempo em sua articulação com o campo disciplinar matemático” e é “considerada uma ferramenta para o ensino”. Logo, a resolução de problemas, neste caso, se constitui como uma *aritmética para ensinar*.

Para resolver os problemas mais facilmente, pode-se utilizar das equações, mas essa análise precisaria de um conhecimento elementar de álgebra, que só será encontrado na “escola primária superior” (SILVA, 1950, p. 23). Afirma ainda que cada processo que se use para auxiliar na resolução de problemas possui aplicações especiais. A autora diz que são numerosos e variados os “meios auxiliares do ensino da aritmética”. Os meios naturais são os dedos, feijões, pedrinhas etc., e os meios artificiais são cartazes com os números e o ábaco russo (contador mecânico).

Ao final desse subitem de aritmética do caderno, a autora fala sobre as frações ordinárias, em que ela se baseia nos passos adotados por Thorndike (ensino objetivo, aprendizagem concreta, ensino de coleções).

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse texto tem a intenção de chamar a atenção para um determinado tipo de documento – os cadernos escolares – que pode ser considerado um patrimônio da educação

<sup>8</sup> Em vários momentos a autora se apoia em algum livro didático, pois há indicações das páginas. Pode ser que seja desse manual de Aguayo.

brasileira e que neste artigo assume o papel de fonte de pesquisa. Poucos são aqueles guardados, mas são ricos em seu interior.

Divulgando um acervo público digital (o RCD), o objetivo é propiciar novas pesquisas com esse material inventariado pelo Grupo de História da Educação Matemática, o GHEMAT. Não é objetivo deste texto esgotar as possibilidades de estudo para os cadernos, e sim, dar a eles visibilidade para que sejam explorados de diversas formas.

Os autores propuseram apresentar um pouco de suas análises, tomando como marco teórico a década de 1950 e a introdução do Movimento da Matemática Moderna no Brasil. O artigo se apresenta como novas possibilidades para outras pesquisas que podem surgir a partir desse material inventariado.

## 7. REFERÊNCIAS

BURIGO, E.Z.; LIMA, J.I.; OLIVEIRA, M.C.A.; VALENTE, W.R. (Orgs.). **Provas, exames e história da educação matemática**. Boa Vista: Ed. UFRR, 2018.

CHARTIER, Anne-Marie. Um dispositivo sem autor: cadernos e fichários na escola primária. Tradução de Marta Chagas de Carvalho e Valdeniza Maria Barra. **Revista Brasileira da História da Educação**. n. 3. p. 9-26, 2002.

CHARTIER, Roger. **A história cultural entre práticas e representações**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil; Lisboa: Difel, 1990. 239p. (Memória e sociedade).

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. **Estud. av.**, São Paulo, v.5 n.11, p. 173-191, abr. 1991. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40141991000100010>>. Acesso em: 17 jul. 2019.

COSTA, D. A.; VALENTE, W. R. (Orgs.). **Saberes matemáticos no curso primário: o que, como e por que ensinar?** Estudos histórico-comparativos a partir da documentação oficial escolar. São Paulo: Ed. Livraria da Física, 2014.

GIUSTI, B. L. R. A Aritmética para ensinar ensinada: o exemplo de um curso de formação de professores no Distrito Federal (1980). **Anais do XVII Seminário Temático**, Aracaju. 2019. Disponível em: <<http://xviiseminariotematico.paginas.ufsc.br/sessao-de-comunicacao-2/>>. Acesso em: 15 jul. 2019.

HOFFMANN, Y. T.; COSTA, D. A. História da educação matemática conservação da cultura escolar. **Revista Latinoamericana de Investigación En Matemática Educativa**, v. 21, n.1, p. 11–28. 2018. Acesso em: 17 jul. 2019. <https://doi.org/10.12802/relime.18.2111>

HOFSTETTER, R.; SCHNEUWLY, B. Saberes: um tema central para as profissões do ensino e da formação. In: HOFSTETTER, Rita; VALENTE, Wagner Rodrigues (org.). **Saberes em (trans) formação: tema central da formação de professores**. 1ed.São Paulo: Livraria da Física, 2017, p. 113-172.

MENDES, I.A.; VALENTE, W.R. (orgs.). **A matemática dos manuais escolares**. São Paulo: Ed. Livraria da Física, 2017

MIGNOT, A. C. V. Prefácio. In: MIGNOT, A. C. V. **Cadernos à vista: escola, memória e cultura escrita**. 1. ed. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2008. v. 1. 270p.

PERES, E. Cadernos escolares como fonte e objeto da História da Educação. In: RIOS, Diogo. et al (Org.). **Cadernos escolares e a escrita da história da educação matemática**. 1ed. São Paulo: Livraria da Física, 2017, p. 17-61.

PINTO, N. B.; VALENTE, W. R. (orgs.). **Saberes elementares matemáticos em circulação no Brasil**: dos documentos oficiais às revistas pedagógicas (1890-1970). São Paulo: Livraria da Física, 2016.

RIOS, D.F.; BURIGO, E.Z.; FISHER, M.C.B.; VALENTE, W.R. (orgs.). **Cadernos Escolares e a escrita da história da educação matemática**. São Paulo: Ed. Livraria da Física, 2017.

SANTOS, I. B. **Edward Lee Thorndike e a conformação de um novo padrão pedagógico para o ensino de matemática** (Estados Unidos, primeiras décadas do século XX). Tese (doutorado) – Pontifica Universidade Católica de SP, Programa de Pós-Graduação em Educação. São Paulo, 2006, 283 f.

SILVA, A. L. **Caderno de Prática**. Escola Normal Rio do Sul. Santa Catarina, SC, 1950b. Parte 2. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/189417>>. Acesso em: 30 mai. 2019.

VALENTE, W. R. Les enjeux da pesquisa em história da educação matemática nos anos iniciais escolares. **Rev. Diálogo Educ.**, Curitiba, v. 16, n. 48, p. 271-299, maio/ago. 2016a. Disponível em: <<http://www2.pucpr.br/reol/pb/index.php/dialogo?dd99=issue&dd0=743>>. Acesso em: 09 nov. 2016.

VALENTE, W. R. Sobre a investigação dos saberes profissionais do professor de matemática: algumas reflexões para a pesquisa. **Caminhos da Educação Matemática em Revista/Online** - v. 6, n. 1, 2016b. Disponível em: [https://aplicacoes.ifs.edu.br/periodicos/index.php/caminhos\\_da\\_educacao\\_matematica/article/view/96/85](https://aplicacoes.ifs.edu.br/periodicos/index.php/caminhos_da_educacao_matematica/article/view/96/85). Acesso em: 09 nov. 2016.

VINÃO, A. Os cadernos escolares como fonte histórica: aspectos metodológicos e historiográficos. In: A. C.V. Mignot. **Cadernos à vista: Escola, memória e cultura escrita**. Rio de Janeiro: Editora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2008, p. 15-33.

VINCENT, G.; LAHIRE, B.; THIN, D. Sobre a história e a teoria da forma escolar. Tradução de Diana Gonçalves Vidal. **Educação em Revista**, Belo Horizonte/MG, nº 33, jun/2001.

# **A MONTANHA RUSSA DO TRABALHO DO HISTORIADOR: OS 20 ANOS DO CENTRO DE MEMÓRIA ORLEIDE A. ALVES FERREIRA DA ETEC BENTO QUIRINO**

**Américo Baptista Villela**

Escola Técnica Estadual Bento Quirino.  
Museu da Cidade da Prefeitura Municipal de Campinas/SP

## **1. INTRODUÇÃO**

O presente artigo pretende ser um registro analítico da criação e dos 20 anos de atuação do atual Centro de Memória Professora Orleide A. Alves Ferreira da Escola Técnica Estadual (Etec) Bento Quirino. Inicialmente, se faz necessário observar que o autor do trabalho foi agente desse processo e, portanto, este se insere entre a história e a memória, pois ao ser partícipe da construção dessa história, talvez nem sempre consiga manter a distância necessária para uma análise pretensamente mais neutra e objetiva dos acontecimentos transformados em fatos históricos pelo trabalho do historiador. Com diferentes níveis de envolvimento na realização dos trabalhos, fui ativo colaborador na construção da instituição agora analisada tendo exercido papel atuante nos anos iniciais que levaram a inauguração do Centro de Memória da Etec Bento Quirino. Posteriormente, em função de outros compromissos profissionais em decorrência de exercer o cargo de Coordenador dos Museus da Prefeitura Municipal de Campinas, fui obrigado a reduzir meu envolvimento, em especial no que se referia às atividades desenvolvidas com o corpo discente da escola. No entanto, não consegui me afastar totalmente da instituição continuando a dar assistência a pesquisadores como Paula Lemes, que realizou parte do seu trabalho de conclusão do curso de Pedagogia sobre “A Arquitetura Escolar de Ramos de Azevedo: Estudo do Instituto Profissional Bento Quirino (1914-1967)”, e Lúcia Pedroso da Cruz que também realizou pesquisas de seu mestrado, intitulado “Bento Quirino e Cotuca: Os passos do ensino profissional em Campinas”, e seu doutorado que resultou na tese “A trajetória de um Dispensário de Puericultura em Campinas nas décadas de 1930 e 1940”. O próprio autor desenvolveu seu mestrado a partir da documentação do Centro de Memória elaborando a dissertação “O instituto profissional masculino Bento Quirino: uma visão social ideológica, maçônica, industrial e republicana”.

Isto posto e reconhecendo as dificuldades de se ter como objeto de estudo um processo no qual, como já aponte, fui atuante, procurei considerar como referências teóricas e metodológicas durante a redação deste artigo as obras “Questões para a História do Presente”, organizado por Agnès Chaveau e Philippe Tétart, e “Sobre História” de Erich Hobsbawm. Estes dois trabalhos abordam importantes questões e dificuldades para o historiador que se dispõe a trabalhar com a história do tempo presente ou do vivido. Início a minha reflexão ao desenvolver este artigo sobre a relação entre a memória e história, atentando para o que aponta Robert Frank (1999),

A memória é uma fonte para o historiador, e a primeira questão que ele deve se fazer para reconstituir os fatos, é a de saber até que ponto ela é ou não confiável. Mas a memória é também para o historiador, tomada globalmente, com suas verdades e suas mentiras, suas luzes e suas sombras. seus problemas e suas certezas, um objeto de estudo. (FRANK, 1999, p.112)

Na realidade, não penso a memória em termos de confiabilidade, mas procuro a considerar na perspectiva de ser um reviver constante do passado, cuja lembrança, manifestação momentânea da memória, é profundamente influenciada pelo tempo presente. Nesse sentido, embora não deixe de reconhecer que o próprio conhecimento histórico é influenciado pelo presente, considero que a metodologia do trabalho do historiador através da análise crítica da documentação produzida pode trazer novas luzes às lembranças bem como ao próprio conhecimento histórico a ser produzido nessa interface entre memória e história. Como enfatiza Hobsbawn (1998), ao comentar sobre as entrevistas realizadas com sobreviventes da Sociedade Fabiana pré-1914 e suas lembranças,

[...] a primeira lição que aprendi foi que nem mesmo valeria a pena entrevistá-los, a menos que eu tivesse descoberto mais sobre o tema da entrevista do que poderiam se lembrar. A segunda lição foi que, no tocante a fatos verificáveis de modo independente, sua memória tendia a se enganar. A terceira lição foi que era inútil levá-los a mudar de ideia, já que esta já havia se formado e fixado muito tempo antes. (HOBSBAWN, 1998, p. 247)

Ao me deparar com as lembranças das montagens de exposições, dos cursos oferecidos aos alunos, dos sábados a tarde nos quais dezenas de alunos se dedicavam a higienizar livros e objetos e outras experiências e confrontá-las com os documentos iconográficos, textuais ou tridimensionais que registram essas experiências, pretendo que os documentos não apenas reafirmem e complementem as lembranças, mas que também possam gerar novas formas de reviver esse passado, bem como de produzirem novos conhecimentos cuja afetividade da memória não permitiu salvaguardar. Para que isso ocorra, tenho, enquanto autor deste artigo, que estar atento para que as minhas lembranças afetivas não se sobreponham sobre o trabalho metódico do historiador e me levem a usar da documentação apenas como prova do que me lembro, mas sim estar aberto e preparado para mudar de ideia e reconstruir o processo histórico vivenciado por mim, professores, funcionários e dezenas de alunos e ex-alunos na construção e desenvolvimento do atual Centro de Memória Orleide A. Alves Ferreira da Etec Bento Quirino. Mais do que isso, acredito e espero que a reflexão ora realizada contribua para o fortalecimento institucional do Centro de Memória, bem como evidencie a sua importância como instrumento auxiliar de ensino e pesquisa e reforce a ideia de que é necessário que as escolas estabeleçam uma política de gestão documental, que permita as futuras gerações conhecer as práticas educativas do passado e do presente como instrumento para a própria melhoria da qualidade de ensino.

## 2. O COMEÇO DE TUDO: DIAGNÓSTICO

Em 1992, a professora Orleide Aparecida Alves Ferreira é convidada para exercer a função de Diretora da Escola Técnica Estadual Bento Quirino que ainda se encontrava vinculada à Secretaria de Estado da Educação do Governo do Estado de São Paulo. Ao assumir a direção da unidade escolar encontra uma situação precária em termos de gestão escolar e, em especial de seu patrimônio material e documental. A escola ainda recebe um grupo de recém-formados pela UNICAMP (Ronaldo Finelli – *in memoriam*, Claudia Denardi, Sandra Regina de Almeida Moratto e o autor deste trabalho) como professores de História. Naquele momento, a escola não possuía um espaço adequado onde fosse possível instalar a Biblioteca tendo em vista que o espaço da mesma tinha sido transformado em salas de aulas. Ao entrar em contato com o acervo da Biblioteca, esses jovens professores se impressionaram com a precária condição de armazenamento e a raridade de suas obras, tais como coleções de ensino profissional do final do século XIX e início do século XX. Após isso, a busca pela documentação da Biblioteca Carlos de Campos, nos levou a conhecer o “chamado arquivo morto” que possuía prontuários de alunos, livro de registros de notas, prontuários de professores e uma vasta documentação também armazenada em precárias condições e sofrendo ataques biológicos e físicos. O acervo produzido e armazenado pela escola e pela Associação Instituto Profissional Bento Quirino se encontrava espalhado pelas diversas salas que compõe o prédio da escola. Atendendo a um convite da direção da unidade escolar, o Centro de Memória da UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas, destaca uma equipe para realizar uma visita técnica a escola. Sobre a condição em que se encontrava os arquivos da mesma informa o Relatório Técnico de Visita aos Arquivos da E.T.E.S.G Bento Quirino elaborado pela equipe do Centro de Memória da UNICAMP em três de agosto de 1992 em sua página 02:

Situada em área bem localizada, região central do município de Campinas, possui vasto terreno, o que permite que suas instalações sejam melhoradas, na medida que isso represente uma necessidade que influa diretamente na qualidade de ensino nela ministrada. Contudo, o pouco caso dos órgãos competentes em gestões passadas, quer seja no tocante a sua manutenção, quer seja no tocante a sua administração, em muito tem contribuído para o declínio do patrimônio histórico que tal estabelecimento de ensino representa para Campinas. (CENTRO DE MEMÓRIA DA UNICAMP, 1992, p. 2)

A equipe composta por Fernando Antônio Abraão, Diretor da área de arquivos históricos do Centro de Memória, Cássia Denise Gonçalves, Arquivista, Maria Alves de Paula Ravaschio, Diretora da Biblioteca do Centro de Memória, Ronaldo Finelli Silva, Historiador e Professor da escola, após um diagnóstico e breve inventário dos documentos, afirma em sua página 12:

Torna-se fundamental uma política de preservação do patrimônio arquivístico, que ofereça espaço físico ideal, condições de acondicionamento e preservação que obedeçam às orientações de profissionais especializados. Desse modo, recomendamos todos os esforços para que o mesmo arquivo receba o tratamento adequado e que a comunidade escolar e acadêmica do município de Campinas



possa ter acesso ao patrimônio histórico que tal acervo representa.  
(CENTRO DE MEMÓRIA DA UNICAMP, 1992, p. 12)

O relatório prossegue sugerindo algumas alterações nas estruturas das salas onde o acervo permanecia e a possibilidade de uma parceria com o Centro de Memória, porém a falta de funcionários e a ausência de um funcionário com a finalidade de organizar o acervo impediu que as medidas fossem adotadas naquele momento. É necessário apontar ainda que, embora este relatório não mencione, parte do acervo arquivístico e material da escola já havia sido deixado no primeiro prédio no qual a escola funcionou entre os anos de 1918 e 1967, situado a Rua Culto a Ciência, nº 177, quando houve a mudança para o atual endereço localizado a Avenida Orosimbo Maia, nº 2600, segundo pesquisas realizadas com ex-alunos e professores.

Ainda no mesmo ano, mais especificamente, em 01 de junho de 1992, a escola recebeu a visita de Idirceu Rodrigues Rangel, Bibliotecário fiscal do Conselho Regional de Biblioteconomia da 8ª Região, resultando no auto de constatação nº 65/92 que apontava a existência de 7237 livros, a existência de 15 periódicos e mapas no acervo da Biblioteca Carlos de Campos, como havia sido batizada a Biblioteca Escolar. Acrescenta ainda o referido auto: “A Biblioteca fica afastada das salas, não possui ventilação, claridade suficiente. Os livros encontra-se(sic) com mofo e fungos. O atendimento é feito por Maria Lais Almeida Million Aguiar – Profª de história. No momento a biblioteca estava fechada.” (CRB, 1992)

Em três de agosto do mesmo ano, é apresentado Relatório Técnico de Visita à Biblioteca da E.T.E.S.G Bento Quirino elaborado pelo Centro de Memória da UNICAMP que em sua página 02 aponta:

A sala destinada a acomodar a biblioteca situa-se fora dos pavilhões que compõe a escola, tendo sido construída sem o devido cuidado que se deve ter para o acondicionamento de um acervo bibliográfico. Fica-nos a impressão de que o crescimento desordenado da escola acabou por prejudicar e relegar a um segundo plano o papel de fundamental importância que uma biblioteca desempenha dentro do cotidiano escolar de pesquisa e desenvolvimento intelectual.  
(CENTRO DE MEMÓRIA DA UNICAMP, 1992, p. 2)

Prossegue o relatório a página 4, “A biblioteca da E.T.E.S.G. “Bento Quirino” possui um acervo muito valioso, no sentido histórico, porém estático e malcuidado.” (CENTRO DE MEMÓRIA DA UNICAMP, 1992, p. 4) Em 1992, o acervo da Biblioteca Carlos de Campos, que possui diversas raridades como coleções de livros técnicos do final do século XIX e início do XX incluindo livros em língua estrangeira, havia sido acumulado e transferido para uma sala construída após a quadra coberta. Essa transferência foi realizada na década de 1980 para que a área ocupada pela Biblioteca fosse transformada em salas de aulas, no entanto na construção da nova sala não houve a observância das mais elementares normas técnicas no que se refere a ventilação, iluminação e acondicionamento do acervo. Além disso, a inexistência de um Bibliotecário acompanhando o processo contribuiu para que o acervo ficasse desorganizado e o uso da Biblioteca Escolar fosse minimizado. O Relatório termina sugerindo modificações na estrutura do



prédio onde funcionava a biblioteca e a contratação de funcionário especializado o que não logrou êxito naquele momento.

Em 1992 não foi possível acolher as sugestões apresentadas pela equipe técnica do Centro de Memória da UNICAMP em função de uma série de demandas para a reorganização da escola que viria a ser transferida inicialmente para a Secretaria Estadual de Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento e, posteriormente, para o Centro Paula Souza. Por outro lado, o caminho a ser percorrido foi traçado nesses contatos iniciais com a equipe do Centro de Memória da UNICAMP. Cinco anos depois, a escola completaria 80 anos do término da construção do prédio no qual ela funcionou por cinquenta anos até 1967 e, optou-se por realizar uma série de eventos relacionados a memória e história da escola para marcar esta data. No planejamento escolar do ano de 1997 se estruturou as ações que teriam como objetivo garantir a salvaguarda e fruição do acervo da escola. Havia três eixos norteadores das ações: inventário, higienização e preservação dos documentos fossem eles iconográficos, arquivísticos ou tridimensionais.

Em 1997, os arquivos escolares se encontravam espalhados por diferentes salas da escola. Como já relatado em trabalho anterior,

Havia documentos espalhados em diversos ambientes e uma “organização embrionária do que seria o arquivo morto escolar” dividido em duas salas: uma conhecida como “arquivo morto da Secretaria Acadêmica”, na qual se encontravam Diários de Classes, Prontuários de Alunos, Livros de Registro de Notas e Matrículas, etc. e outra, “o arquivo morto da Secretaria de Pessoal” onde eram guardados Prontuários de Professores, Prestação de Contas, etc. (VILLELA, 2018a, p.130)

Para piorar, estas salas apresentavam janelas quebradas o que expôs a documentação às intempéries e, também a infestação biológica, tais como roedores, insetos e fungos. O acervo iconográfico composto por centenas de fotografias que datavam de 1927 até a década de 1970, majoritariamente estava depositado junto a sala onde deveria funcionar a Biblioteca, mas parte considerável se encontrava em poder da direção escolar enquanto o acervo tridimensional estava espalhado pelos mais diferentes espaços da escola.

Inicialmente, professores, alguns dos quais ex-alunos da escola como o professor Osmar Silveira, funcionários e, posteriormente, alunos foram descobrindo o rico patrimônio que era o acervo da agora Escola Técnica Estadual Bento Quirino. A cada raridade encontrada como Álbum Fotográfico ou o Livro de Atas da Associação Instituto Profissional Bento Quirino iniciado em 1915 e finalizado em 1973, aumentava a empolgação e a curiosidade da comunidade escolar sobre a história da escola. Os professores da disciplina de História solicitaram aos alunos que realizassem pesquisa sobre a história da escola e outras novidades: alunos descobrindo que parentes como pai, mãe, avós ou avós foram alunos da escola e procurando obter informações sobre o desempenho escolar dos mesmos recorriam aos prontuários de alunos, e não poucas foram as situações engraçadas descobertas. Nesse processo, a direção da unidade resolve apoiar a realização de uma festa comemorativa aos 80 anos da escola, em outubro do mesmo ano.

O jornal A Tribuna, datado de 19 de outubro de 1997, em sua página 19, assim notícia os eventos da escola: “Bento Quirino comemora 80 anos. Mais antiga escola técnica

estadual de Campinas, o ‘Bentão’ tem muita história para contar e apresentar” no desenrolar da matéria acrescenta:

Dentro da programação de aniversário, a direção da escola está lançando uma campanha para reunir doações de documentos, fotos e outros materiais de pais, alunos e professores que participaram de alguma forma da história do “Bentão”, o apelido da escola. O objetivo é criar um Centro de Memórias que revele a relação da instituição com a história da cidade [...] O resgate da história da escola foi um dos destaques da programação de aniversário da escola realizada de quarta a sexta-feira, recortes de jornais atuais e antigos e trabalhos escolares sobre os oitenta anos da escola foram colocados em uma capsula do tempo que será aberta em 2017, quando será comemorado o centésimo aniversário da escola. (JORNAL A TRIBUNA, 1997, p. 19)

Estava lançada a semente para a criação do Centro de Memória, porém o volume de documentos era muito grande e a quantidade de trabalho a se realizar era ainda maior. A própria matéria da Tribuna propõe a solução para essa dificuldade ao apontar que: “alunos participaram da organização da exposição sobre a vida da escola recuperando máquinas e ferramentas antigas e produzindo um vídeo sobre a história dessa instituição de ensino.” (JORNAL A TRIBUNA, 1997)

O protagonismo dos alunos que se dispuseram a realizar cursos extracurriculares fora do seu horário normal de aulas e o apoio financeiro da FAPESP – Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado de São Paulo, seriam os responsáveis pelo sucesso inicial dessa iniciativa que articulava ensino e pesquisa.

### **3. O PROJETO “PESQUISA SOBRE O ENSINO PROFISSIONAL NO ESTADO DE SÃO PAULO: MEMÓRIA INSTITUCIONAL E TRANSFORMAÇÕES HISTÓRICO-ESPACIAIS REGIONAIS” NA ETEC BENTO QUIRINO**

Em 1998, a escola recebeu a visita da pesquisadora do Centro de Memória da Faculdade de Educação da USP, Iomar Zaia, apresentando o projeto “Pesquisa sobre o Ensino Profissional no Estado de São Paulo: memória institucional e transformações histórico-espaciais regionais” que era resultado de uma parceria da USP com o Centro Paula Souza. Zaia ao entrar em contato com o acervo da escola e conhecer as ações que vinham sendo realizadas, assim como reconhecendo a importância de Campinas para o desenvolvimento e a industrialização do estado de São Paulo, convida a Escola Técnica Estadual Bento Quirino a se integrar ao projeto. Assim, Carmem Sylvia Vidigal de Moraes e outras se referiam ao projeto em avaliação realizada em 2015 após a sua conclusão:

Nos últimos dez anos, o Centro de Memória da Educação da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo tem procurado contribuir para o debate que, no âmbito das relações entre história e historiografia, propõe a problematização e o alargamento da concepção de fontes para a história da educação. A partir dessas preocupações e em face da situação precária dos acervos documentais das escolas técnicas oficiais no Estado de São Paulo, foram reunidos esforços no sentido do envolvimento dessas instituições e de sua administração com a questão da construção e preservação da memória institucional. Entre 1998 e 2002, realizou-se, em cooperação com o Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza, projeto comum visando promover o encontro entre pesquisa e atividade pedagógica, através da integração dos diferentes agentes das práticas escolares na produção do conhecimento histórico. Com o apoio financeiro da Fundação de Amparo à Pesquisa no Estado de São Paulo/FAPESP, o projeto consistiu na instalação de Centros de Memória em oito escolas técnicas participantes – com acervo documental organizado, banco de dados informatizados, espaço para exposição de fotos e de objetos museológicos, salas de trabalho, consulta e pesquisa – e a viabilização de acesso público aos seus documentos textuais, iconográficos, museológicos, às entrevistas/depoimentos de ex-alunos, ex-professores e funcionários. (MORAES; ZAIA; VENDRAMETO, 2005, p. 118)

As escolas participantes foram: Etec Bento Quirino, em Campinas; Etec Fernando Prestes, em Sorocaba; Etec Aristóteles Ferreira / EE Escolástica Rosa, em Santos; Etec João Belarmino, em Amparo; Etec Carlos de Campos e Etec Getúlio Vargas, em São Paulo; Etec Júlio de Cardoso, em Franca e Etec Cônego José Bento, em Jacareí. O Bento Quirino se integrou ao projeto e nesse momento o sonho da criação de um Centro de Memória da Escola para abrigar o acervo e realizar a sua fruição através de exposições temporárias de seu acervo começa a se tornar realidade. O projeto contava com apoio financeiro da FAPESP o que permitiu e incentivou a capacitação de professores através de bolsas de estudos fornecidas aos participantes. No Bento Quirino, inicialmente, as professoras Lígia Serra Souza, de Artes, Tânia Denise Guerra, de Inglês (substituída posteriormente pela Professora Ivete Roldão) e o autor deste artigo, passam a participar de reuniões mensais na administração do Centro Paula Souza, em São Paulo, com a equipe do Centro de Memória da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. Além das reuniões foram realizadas capacitações no Arquivo do Estado de São Paulo, Museu de Arte Contemporânea, Instituto de Estudos Brasileiros e Centro de Memória da Faculdade de Educação todos da USP – Universidade de São Paulo. As capacitações realizadas pelos professores eram socializadas com a equipe técnica-administrativa e professores da escola. Embora houvesse apoio de todos os envolvidos, era necessário incorporar os alunos nesse processo em virtude da grande quantidade de documentos que compunham o acervo. Como já relatado em trabalho anterior,

O primeiro passo no sentido de organizar, acondicionar e conservar a documentação foi realizar um curso para os alunos que intitulamos Introdução ao Tratamento do Documento Museal. As atividades do curso, apostilado, ocorreram no período das férias de julho de 1998 e consistiram em 20 horas aulas, organizadas em 5 dias, com duas

Em cada um dos dias de curso foi tratado um dos assuntos a serem aplicados pelos alunos: arquivística, teoria das três idades, iconografia, diferentes suportes de informação, tratamento de documento tridimensional, procedimentos museológicos etc. Após esse curso, alunos, funcionários, professores começaram a inventariar e higienizar os acervos o que levaria a inauguração do Centro de Memória no ano de 2000.

Na inauguração, o Centro de Memória foi instalado no prédio ao lado da quadra de esportes, construído para abrigar a Biblioteca, porém tendo sido reformado com recursos da Associação de Pais e Mestres para adequá-lo a guarda e fruição do acervo com obras de melhoria para iluminação e ventilação, e contando com uma sala de exposição de aproximadamente 60 m<sup>2</sup>, uma sala para guarda do acervo arquivístico da escola, na qual foi instalado inicialmente três módulos de arquivos deslizantes para guarda do acervo tridimensional, uma sala para digitalização das imagens do acervo, as quais foram disponibilizadas através de um banco de imagens, uma sala para processamento técnico do acervo tridimensional e uma sala na qual foi instalada o laboratório fotográfico. A inauguração se realizou com a abertura de uma mostra do acervo armazenado pela escola que estava dividida em dois módulos: logo na entrada uma série de imagens e objetos retratava os alunos trabalhando nas diversas etapas do tratamento do acervo da escola e logo após o segundo módulo reconstruía o percurso histórico da escola também com objetos e imagens.

Em 2001, o autor deste artigo se afasta do projeto sendo substituído pela professora Olivia Maria de Carvalho Rocha Iervolino, mas novas mostras se realizaram, bem como o Centro recebe o primeiro grupo de pesquisadores procedentes da Faculdade de Educação da UNICAMP, composto por seis alunas, que desenvolveram um trabalho para a disciplina História da Educação III, ministrada pelo professor doutor Sérgio Eduardo Montes Castanho, hoje incorporado ao acervo do Centro de Memória da escola.

No ano seguinte, as alunas do curso de licenciatura em História estagiando na escola também elaboraram uma exposição com o acervo e a gestão do Grêmio estudantil montou uma exposição com recortes de jornais sobre os movimentos de resistência contra o desvinculo do Ensino Médio e Técnico promovido pelo Decreto Federal nº 2208/1997. Em paralelo, os alunos continuavam a se utilizar do Laboratório Fotográfico e os trabalhos de catalogação dos documentos prosseguia, mas a um ritmo mais lento. Durante a reforma da escola ocorrida entre 2003 e 2004, houve uma nova reforma do espaço do Centro de Memória com substituição do forro e piso, realizada durante as férias sem acompanhamento dos professores participantes do projeto. Se por um lado, a reforma proporcionou melhoria à estrutura do espaço físico que abrigava a instituição Centro de Memória, por outro, a forma e o período em que a mesma foi realizada desorganizou o acervo dando muito trabalho para recolocá-lo no local em que inicialmente se encontrava.

Em 2004, a professora Orleide deixa de ser diretora, tendo em vista que não poderia haver nova reeleição e o Centro de Memória da Etec Bento Quirino, passa a ser chamado, Centro de Memória Orleide A. Alves Ferreira como forma de homenagem a quem tanto contribuiu para sua criação. Foram tempos de muitos avanços no rumo de se estabelecer uma gestão documental eficiente dentro da unidade escolar, fazendo com que termos como “arquivo morto” fosse substituído por “arquivo histórico”, clips, grampos e

presilhas metálicas foram substituídas por objetos similares em plástico. A relação dos alunos com o patrimônio escolar melhorou sendo que estes se colocaram como responsáveis pela preservação da escola, suas estruturas físicas e documentos. A este respeito, relato em trabalho anterior um pouco dessa experiência a partir de um depoimento da patrona do Centro de Memória:

A professora Orleide, analisando os trabalhos que resultaram na construção do Centro de Memórias da Etec Bento Quirino avalia: '[...] o projeto historiografia e a criação do Centro de Memórias, teve papel importante nesse processo. Ao mobilizar toda a comunidade para higienizar, embalar e organizar documentos de arquivos e o acervo bibliográfico da escola, fora do horário convencional das aulas agrupando pais, professores, alunos e funcionários, recolocou a questão do público evidenciando que a coisa pública não é aquela que não tem dono, mas sim é aquela que é de todos e por isso é responsabilidade de todos o seu gerenciamento e usufruto.' O funcionamento do próprio Centro como instrumento auxiliar de ensino e pesquisa no qual a disciplina história era o fio condutor de um processo de aprendizagem transdisciplinar que envolvia diversas áreas do conhecimento como física, química, matemática, língua portuguesa e estrangeira sobre controle dos alunos era outro diferencial das práticas pedagógicas adotadas pela escola. Os alunos se colocaram como pesquisadores e apresentavam a sua visão da história ao montarem exposições e monitorá-las aos visitantes. Além disso, o reconhecimento por parte da direção do envolvimento dos alunos fez com que alguns monitores, como por exemplo o aluno Ronald Giraldele cuja fotografia esta na capa da obra *Contribuição Para a Pesquisa do Ensino Técnico em São Paulo Inventário de Fontes Documentais*, tivessem o direito de monitorar outros grupos de alunos sem a supervisão direta de professores. (VILLELA, 2011, p. 278-279)

#### **4. A CONCLUSÃO DO PROJETO EM PARCERIA COM A USP E O INÍCIO DA REDUÇÃO DAS ATIVIDADES DO CENTRO DE MEMÓRIA “ORLEIDE A. ALVES FERREIRA”**

A conclusão do projeto em parceria com o Centro de Memória da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, foi acompanhado pelo fim do financiamento da FAPESP, e por um esforço de Centro Paula Souza em manter os centros de memória nas unidades onde já existiam, bem como de ampliar o seu número para outras unidades onde eles pudessem vir a ser criados.

Para a manutenção do projeto conhecido pelos integrantes como *Historiografia* – que de certa forma pode ser entendido como o embrião do Grupo de Estudos e Pesquisa Memórias e História da Educação Profissional – a Coordenadoria de Ensino Técnico

disponibilizou o pagamento de HAE – horas atividades específicas, para os professores que quisessem continuar a participar. No caso do Bento Quirino já havia ocorrido a minha substituição pela professora Olívia e da professora Tânia pela professora Ivete, como já apontado, permanecendo as professoras Lígia Serra Souza e Olívia que logo depois se desincompatibilizaram do projeto. Ainda assim, no ano de 2009, o Centro de Memória organizou um encontro com os alunos que se formaram em 1969, turma esta que realizou a mudança de prédio da escola.

Durante a gestão do professor Renato Nogueira Saldini como diretor da escola, o Centro de Memória foi perdendo importância em termos de utilização pelos alunos. A sala de exposição que havia sido pensada para ser dinâmica e na qual as exposições temáticas deveriam de suceder passou a ser estática, ou seja, já não se organizavam novas exposições. As inovações tecnológicas produziram um encarecimento muito grande para a manutenção do Laboratório Fotográfico em funcionamento, tendo em vista que os preços dos insumos (produtos químicos para a revelação e fixação, filme e papel fotográfico) subiram excessivamente, além do que as novas tecnologias digitais diminuíram o interesse pela antiga técnica fotográfica. Além disso, havia a necessidade de criação de uma área para disponibilizar computadores para uso dos alunos e a escolha recaiu sobre a antiga sala de exposição. Nessa conjuntura, o professor Renato consultou o corpo docente e, o mesmo, concordou com a proposta de instalação dos computadores no local. Em um primeiro, momento, o acervo da escola continuou sendo utilizado por pesquisadores universitários em suas teses e dissertações, porém o uso pelos alunos foi se tornando mais rarefeito o que colocou em risco parte significativa do material, em especial o que possuía suporte em madeira, que foi atacado por cupins, e o iconográfico que ficou alojado no Laboratório Fotográfico e sofreu com uma infiltração de água. Os documentos de arquivos foram reapropriados pelas Secretarias Acadêmica e de Serviços e foram transferidos para duas salas ao fundo da quadra onde voltaram ser conhecidos como “arquivos mortos”. A série Prontuários de Professores mais antigos foram requisitados pela Secretaria de Estado de Educação por esta entender que esses documentos deveriam permanecer sob sua guarda, em virtude dos dados probatórios neles contidos serem de sua responsabilidade. A série Prontuário de Alunos foi remanejada para a sala junto a Secretaria Acadêmica e se encontra em bom estado de conservação e organização, porém não está mais disponibilizada para a pesquisa de natureza histórica e cultural, o que torna evidente que a sua guarda atende as demandas de seu valor probatório apenas. A série Diário de Classe foi remanejada para uma sala no fim do pavilhão três, no fundo da última sala de aula do referido pavilhão em situação precária. Há depoimentos por parte da servidora Suely Mariano, responsável por esta documentação, que ela se destinará a descarte, porém tenho trabalhado para convencer a administração escolar para a necessidade de preservação de uma parte dessa documentação por amostragem: a proposta é que se preserve pelos menos os Diários de uma classe, de cada série e de cada uma das habilitações técnicas existentes. Com relação ao acervo tridimensional, recentemente foi realizado um leilão e parte dos maquinários antigos da escola foram vendidos, mesmo havendo professores como o já citado Osmar Silveira que se manifestou contrário a venda. Toda essa realidade apresentada nessa etapa do artigo é pouco documentada, para não dizer não documentada e atende as demandas do dia a dia do funcionamento da escola revelando a ausência de preocupação com a gestão documental da escola para fins culturais, bem como com a preservação mais sistematizada do patrimônio histórico escolar. Por outro lado, paradoxalmente, a escola em 2017, como notícia o Jornal

Correio Popular em sua edição do dia 29 de outubro, página A9, realizou uma solenidade para marcar os cem anos da escola e houve a abertura da capsula do tempo fechada em 1997, contando com a presença de muitos ex e atuais alunos, professores e funcionários. Infelizmente parte significativa dos documentos ali depositados sofreram a degradação do tempo e muitas informações foram perdidas, segundo relata a matéria. No mesmo evento, houve novamente o fechamento com documentos do atual cotidiano escolar para serem encontrados em 2037. Esse evento contribuiu para recolocar a importância da preservação dos documentos antigos e atuais da escola e a Direção exercida pela professora Bianca Santaro estimulou a volta da Etec Bento Quirino ao que a escola ainda reconhece como sendo o Projeto Historiografia. Este estímulo se manifestou na apresentação pelo autor, em 2018, do Projeto “Centro de Memórias como Instrumento Auxiliar de Ensino e Pesquisa” (que tinha como proposta as seguintes ações:

- 1 – O Inventário do Acervo a partir de seus suportes, a saber arquivístico, iconográfico, tridimensional e bibliográfico;
- 2 – Indexação da documentação
- 3 – Definição e tratamento dos objetos a serem expostos;
- 4 – Expografia;
- 5 – Textos e Etiquetas;
- 6 – Elaboração e Impressão dos banners;
- 7 – Abertura da sala de exposição;
- 8 – Apresentação de trabalhos no VI – Encontro de Memórias e História da Educação Profissional: Concepções, Rupturas e Permanências. (VILLELA, 2018b)

Durante a realização do Inventário, descobriu-se que parte significativa do acervo tridimensional foi perdida, seja por ataques de cupins ou venda como já apontado, entre o material perdido se destaca um antigo relógio de parede, que até o ano de 2000 estava em funcionamento, e máquinas da oficina mecânica que foram vendidas. Com relação aos documentos de arquivos já relatamos anteriormente, que ele perdeu a sua unicidade, e voltou a estar fragmentado pelo espaço escolar e sua guarda se deve ao seu valor probatório e não histórico e cultural. A documentação iconográfica mais antiga que havia sido tratada até inauguração do Centro está preservada, mas o levantamento realizado até o dia 02 de maio do presente ano aponta que 146 negativos flexíveis, imagens coloridas foram perdidas em função do contato com umidade. O descarte foi realizado após uma consulta aos técnicos do Arquivo Edgar Leuenroth mostrar não ser possível nem a recuperação digital das imagens. O acervo tridimensional que restou nas salas originalmente ocupadas pelo Centro de Memória foi deslocado para uma sala bem mais acanhada onde hoje se apresenta uma pequena exposição sobre a história da escola após as peças serem novamente higienizadas e etiquetadas com informações sobre fabricante, data de fabricação e uso na escola. Os alunos dos primeiros anos voltaram a pesquisar a história da escola e a trabalhar com a documentação nestas pesquisas (Figuras 1 e 2), sendo que dois banners produzidos pelos alunos para o “VI Encontro de Memórias e História da Educação da Educação Profissional: Concepções, Rupturas e Permanências” se encontram em exposição na sala. Com relação ao acervo bibliográfico, foi realizada uma triagem e uma coleção de livros técnicos produzidos principalmente



na França, Portugal e Inglaterra e que foram publicados antes dos anos trinta do século XX foram transportados e higienizados e se encontram atualmente na sala de exposições do Centro de Memória.



**Figura 1** – Alunos do 1º ano do curso Ensino Médio com Habilitação Profissional de Técnico em Desenvolvimento de Sistemas no Centro de Memória, em maio/2022.

**Fonte:** Acervo do Centro de Memória da Etec Bento Quirino, em 2022.



**Figura 2** – Alunos do 1º Ano do curso Ensino Médio com Habilitação Profissional de Técnico em Mecânica no Centro de Memória, em maio/2022.

**Fonte:** Acervo do Centro de Memória da Etec Bento Quirino, em 2022.



## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao retornar à condição de professor responsável pelo Centro de Memória Orleide A. Alves Ferreira diversas questões relacionadas às políticas estatais de gestão documental e de preservação da memória no Brasil me fizeram concluir que em nosso país elas não são prioridades. Quando essas políticas existem, elas não são efetivamente políticas de Estado, mas sim de governo, o que faz com que a memória preservada e a história a ser construída acaba sendo aquela desejada pelo grupo governante do momento. Em um país em que, a maior parte do tempo, os governos têm servido para a manutenção de uma ordem excludente, a história é construída como tendo como sujeito prioritário os chamados grandes homens em seus gabinetes.

O projeto apresentado pela Faculdade de Educação da USP “Pesquisa sobre o Ensino Profissional no Estado de São Paulo: memória institucional e transformações histórico-espaciais regionais” ao propor “a problematização e o alargamento da concepção de fontes para a história da educação” contribuiu para que essa concepção de história fosse transformada no interior da Etec Bento Quirino dando protagonismo aos alunos nos processos decisórios, bem como permitiu uma reconstrução do conhecimento sobre as origens da escola que deixou de ser reconhecido como um ato de benemerência e filantropia e passou a ser compreendido como resultado de um projeto político. (VILLELA, 2011) Dessa forma, o conhecimento histórico readquiriu o seu caráter político em um sentido mais amplo e não apenas partidário, reconhecendo o conjunto da sociedade brasileira com seus conflitos de interesses como sujeitos da história.

A descontinuidade dessa relação de aproximação entre ensino e pesquisa que ocorreu após a conclusão do projeto em parceria com o Centro de Memória da Educação da USP trouxe um enfraquecimento da própria instituição Centro de Memória na maior parte das unidades escolares que o iniciaram, apesar do esforço realizado pela Coordenadoria de Ensino Técnico do Centro Paula Souza para a sua manutenção e ampliação para outras unidades. No Bento Quirino isso ocorreu em função da importância atribuída para as atividades de gestão documental e de valorização do patrimônio histórico escolar que é valorizado, na maior parte das vezes, em eventos comemorativos e não na dura realidade da vida cotidiana da escola. Isto coloca para o Centro de Memória um desafio e a responsabilidade de tornar evidente a importância da memória em todos os momentos e, para tanto, a proposta hoje é extrapolar as paredes que encerram a sala destinada a recebê-lo e desencadear uma série de ações museológicas por todo o prédio da escola. Isto ocorrerá através de ações que recolorem placas que foram retiradas das paredes da escola, mas resignificando-as. Por que Fausto Feijó e Francisco Duprat Coelho foram homenageados pela escola? Quem são estes personagens? Por que o salão nobre se chama Maria Aparecida Paquat? Qual o motivo de ela ser homenageada? Por que um torno obsoleto tecnologicamente permanece na oficina da escola se ele não está em uso? Por que ao lado da Secretária existe um sino? Por que a quadra homenageia Ligia Serra Sousa? Enfim, essas e outras respostas poderiam fazer com que as pessoas se (re)conhecessem melhor no espaço escolar e isto será obtido através da implantação de placas de sinalização que contenham essas respostas. A memória e a história não permanecerão fechadas em uma sala, mas estará espalhada por todo o prédio escolar.

## 6. REFERÊNCIAS

CENTRO DE MEMÓRIA DA UNICAMP. **Relatório Técnico de Visita aos Arquivos da E.T.E.S.G Bento Quirino**, em três de agosto de 1992. Acervo do Centro de Memória Professora Orleide A. Alves Ferreira da Escola Técnica Estadual (Etec) Bento Quirino, em 2019.

CHAVEAU, Agnès. **Questões para a História do Presente**. Trad. Ilka Stern Cohen, Bauru, SP, EDUSC, 1999.

CRB. Conselho Regional de Biblioteconomia da 8ª Região. **Auto de constatação nº 65/92**, de 01 de junho de 1992, para a Biblioteca Carlos de Campos da E.T.E.S.G Bento Quirino. Acervo do Centro de Memória Professora Orleide A. Alves Ferreira da Escola Técnica Estadual (Etec) Bento Quirino, em 2019.

CRUZ, Lúcia Pedroso da. **Bento Quirino e Cotuca: os passos do Ensino Profissional em Campinas**, Dissertação defendida na Faculdade de Educação da UNICAMP, Orientadora: Maria Helena Salgado Bagnato, Campinas, 22/02/2008. Disponível em [http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/253958/1/Cruz\\_LuciaPedrosoda\\_D.pdf](http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/253958/1/Cruz_LuciaPedrosoda_D.pdf) Acesso em: 24 ago. 2018.

CRUZ, Lúcia Pedroso da. **A trajetória de um dispensário de puericultura em Campinas nas décadas de 1930 e 1940**. 2014. 261 p. Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, SP. Disponível em: <http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/253958>. Acesso em: 24 ago. 2018.

FRANK, Robert. Questões para a História do Presente. In: CHAVEAU, Agnès. **Questões para a História do Presente**. Trad. Ilka Stern Cohen, Bauru, SP, EDUSC, 1999, pp. 103-118.

HOBBSAWN, Erich. **Sobre História**. Trad. Cid Knipel Moreira, São Paulo, Cia das Letras, 1998.

JORNAL A TRIBUNA. Matéria jornalística **Bento Quirino comemora 80 anos**. Mais antiga escola técnica estadual de Campinas, o “Bentão” tem muita história para contar e apresentar, em 19 de outubro de 1997, p.19. Acervo do Centro de Memória Professora Orleide A. Alves Ferreira da Escola Técnica Estadual (Etec) Bento Quirino, em 2019.

LEMES, Paula Cristina Ferreira. **A Arquitetura Escolar de Ramos de Azevedo: Estudo do Instituto Profissional Bento Quirino (1914-1967)** – Campinas, SP: [s.n.], 2010. Orientadora: Maria do Carmo Martins. Trabalho de conclusão de curso (graduação) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação. Disponível em <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=000785425> Acesso em: 24 ago. 2018.

MORAES, C. S. V. e ALVES, J. F. (org.) **Contribuição Para a Pesquisa do Ensino Técnico em São Paulo**. Inventário de Fontes Documentais, São Paulo, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2002.

MORAES, C. S. V. e ALVES, J. F. (org.) **Escolas Profissionais Públicas do Estado de São Paulo: Uma história em Imagens**, São Paulo, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2002.

MORAES, Carmen Sylvia Vidigal; ZAIA, Iomar Barbosa; VENDRAMETO, Maria Cristina Arquivos escolares e pesquisa histórica: fontes para o estudo da educação brasileira. **Pro-Posições**. v. 16, n. 1 (46) – jan./abr. 2005, pp.117-133 Disponível em [https://www.fe.unicamp.br/pf-fe/publicacao/2295/46-dossie-moraescsv\\_etal.pdf](https://www.fe.unicamp.br/pf-fe/publicacao/2295/46-dossie-moraescsv_etal.pdf). Acesso em: 17 de jul. 2019

VILLELA, Américo Baptista. **O instituto profissional masculino Bento Quirino: uma visão social ideológica, maçônica, industrial e republicana**. 2011. 132 p. Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, SP. Disponível em: <<http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/251556>>. Acesso em: 20 ago. 2018b.

VILLELA, Américo Baptista. **Projeto de HAE “Centro de Memórias como Instrumento Auxiliar de Ensino e Pesquisa”** apresentado à Coordenadoria de Ensino Médio e Técnico do Centro Paula Souza, em 2018a.

VILLELA, Américo Baptista. Da desescolarização dos museus a musealização do passado escolar: proposta metodológica para o ensino de história. In: CARVALHO, Maria Lucia Mendes de (org.). **Espaços, Objetos e Práticas: memórias e história da educação profissional**. São Paulo: Centro Paula Souza, 2018. Disponível em <http://www.cpscetec.com.br/memorias/arquivos/EspacosObjetosPraticas2018.pdf> Acesso em: 17 jul. 2019.

VILLELA, Américo Baptista – Da teoria democrática à prática democrática: análise de uma experiência de gestão da Escola Técnica Estadual Bento Quirino. In: CARVALHO, Maria Lucia Mendes de (org.). **Cultura, Saberes e Práticas: Memórias e História da Educação Profissional**. São Paulo: Centro Paula Souza 2011. Disponível em [http://www.cpscetec.com.br/memorias/arquivos/cultura\\_saberes\\_praticas.pdf](http://www.cpscetec.com.br/memorias/arquivos/cultura_saberes_praticas.pdf) Acesso em: 17 jul. 2019.



# **CENTRO DE MEMÓRIA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA DO CENTRO PAULA SOUZA (SP): UM ESPAÇO EM CONSTRUÇÃO**

**Maria Lucia Mendes de Carvalho**

Unidade de Ensino Médio e Técnico/GEPEMHEP

## **1. INTRODUÇÃO**

Este trabalho apresenta as estratégias adotadas para a implantação do Centro de Memória da Educação Profissional e Tecnológica do Centro Paula Souza (CMEPTCPS), iniciada em 21 de julho de 2014, mas ainda em construção, ao requer à Unidade de Ensino Médio e Técnico (Cetec) uma sala do Edifício Paula Souza, a fim de coletar, selecionar, avaliar, armazenar, organizar e disponibilizar um acervo documental, que possibilite ter o Centro Paula Souza como objeto de pesquisa de sua própria historicidade. A escolha de um espaço nesse edifício é por este ter sido sede administrativa de 1969 a 2013, e ocupado também pela Faculdade de Tecnologia de São Paulo (SAAD, 2013, p. 336), nos primeiros dez anos dessa instituição, hoje cinquentenária.

O Centro Paula Souza surgiu por meio do Decreto-Lei de 6 de outubro de 1969, pelo governador do estado de São Paulo, Roberto Costa de Abreu Sodré, que por força do Ato Complementar nº 47, de 7 de fevereiro de 1969, lhe conferiu o inciso 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decretando: “Artigo 1º – Fica criado o Centro Estadual de Educação Tecnológica São Paulo, entidade autárquica, com personalidade jurídica e patrimônio próprio, com sede e foro na Capital. 1º – A autarquia ora criada terá vinculação administrativa à Secretaria do Estado dos Negócios da Educação e financeira à da Fazenda” (SÃO PAULO, 1969). Em 3 de agosto de 1970, Roberto Abreu Sodré proferiu a Aula Inaugural dessa instituição, denominada “Desenvolvimento e Educação Tecnológica” (SODRÉ, 1970), na sede da Federação e Centro das Indústrias do Estado de São Paulo. (Figuras 1 e 2)

Uma obra importante para a historicidade do Centro Paula Souza são as entrevistas realizadas com superintendentes, coordenadores e colaboradores, questionando sobre os primeiros vinte e cinco anos da instituição. (MOTOYAMA, 1995) O acervo do CMEPTCPS dispõe de um exemplar com assinaturas de alguns dos entrevistados. Essa obra tem contribuído com pesquisas para a história da educação profissional e tecnológica no estado de São Paulo. (Figura 3)

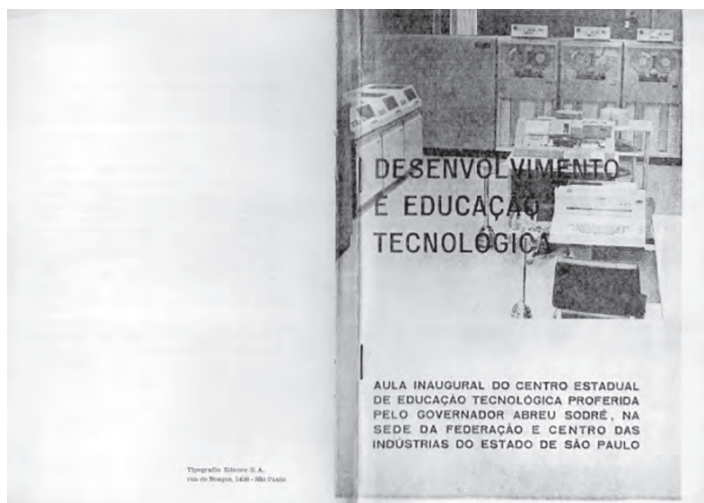


**Figura 1** – Aula inaugural do Centro Estadual de Educação Tecnológica São Paulo.  
**Fonte:** Acervo do CMEPTCS, em 2019.



**Figura 2** – Aula inaugural do Centro Estadual de Educação Tecnológica São Paulo, na Federação e Centro das Indústrias do Estado de São Paulo, em 3/08/1970.  
**Fonte:** Biblioteca da Faculdade de Tecnologia de São Paulo, em 05/05/2016.

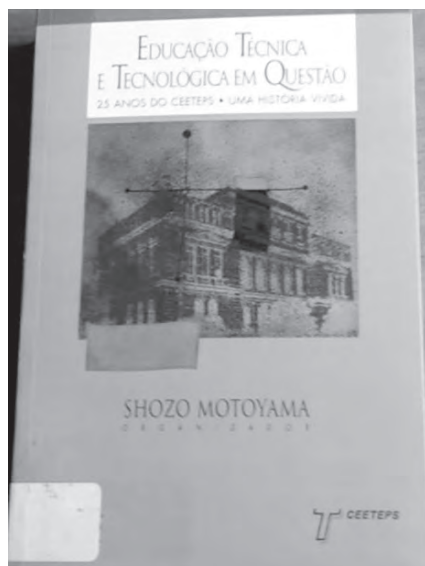


**Figura 3** – Livro sobre os 25 anos do CEETPS, uma história vivida, em 1995.

**Fonte:** Acervo do CMEPTCS, em 2019.

Nessa obra organizada por Motoyama (1995, p. 99-109) encontra-se uma entrevista com o professor Paulo Ernesto Tolle, que foi assessor do ensino superior durante o mandato do governador Abreu Sodré, e que muito contribuiu para o projeto de criação dos cursos tecnológicos ao elaborarem a Resolução nº 2001, de 15 de janeiro de 1968, que nomeou integrantes do primeiro grupo de trabalho que estudou a viabilidade da implantação gradativa de uma rede de cursos superiores de tecnologia, com duração de dois a três anos. (TAIRA, 2005, p. 52)

Para conhecer os trâmites de criação das duas primeiras faculdades de tecnologia no Centro de Educação Estadual Tecnológica de São Paulo (CEET), as teses de doutorado de Taira (2005) sobre a Faculdade de Tecnologia São Paulo e de Oliveira (2014) sobre a Faculdade Tecnologia de Sorocaba, trazem documentos e atores envolvidos nos processos de implantação e instalação dessas duas instituições públicas de ensino superior.

Quanto à preservação e salvaguarda de documentos em arquivos institucionais, as primeiras articulações para criação do Sistema de Arquivos para Gestão Documental na esfera pública, aconteceu no governo do Franco Montoro, em São Paulo, sendo instituído o SAESP pelo Decreto Estadual nº 22.789, de 19 de outubro de 1984. Porém, foi a partir da constituição de 1988, com a inclusão do artigo 216, definindo que “constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória de diferentes grupos formadores da sociedade brasileira [...]” e com a promulgação do Decreto Federal nº 8159/1991, que regulamenta a “Gestão de documentos e acesso à informação” que as instituições começaram a desenvolver políticas públicas de arquivos, criando espaços para o SIC – Sistema de Informação ao Consumidor. Esse decreto federal que é abrangente, nos permite estudar a massa documental produzida nas gestões administrativas e nos arquivos

escolares, empregando como categoria de investigação a cultura escolar (JULIA, 2010), enquanto que a metodologia da história oral com professores e colaboradores da educação contribui para desvendar marcas e vestígios da cultura material localizados nos espaços das escolas. (CARVALHO; RIBEIRO, 2013)

É importante relatar que o Centro Paula Souza, a partir de 1982, incorporou na sua rede de faculdades de tecnologia e de escolas técnicas, as primeiras escolas públicas de ensino profissional e centenárias. Lembrando que nessa instituição surgiram os primeiros cursos superiores de tecnologia no país, no início da década de 1970. De forma, que os arquivos escolares contribuem com professores-pesquisadores para a construção da história institucional, da história dos currículos e das disciplinas, possibilitando identificar as transformações nas práticas escolares e pedagógicas em cursos de educação profissional e tecnológica no estado de São Paulo, em diferentes épocas.

No Centro Paula Souza, os primeiros oito centros de memória em escolas técnicas foram criados, com a professora Julia Falivene Alves protagonizando na Cetec/CPS, entre 1997 e 2007, e com a realização de projetos coordenados com escolas técnicas desenvolvendo-os e relacionados à historiografia dessas escolas técnicas mais antigas do estado de São Paulo.

Moraes e Carvalho (2018) relatam sobre a origem e evolução desses projetos de historiografia, que surgiram a partir da parceria com o Centro de Memória da Educação da Faculdade de Educação/USP, com o apoio da Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP, sob as coordenações da Dra. Carmen Sylvia Vidigal de Moraes e da professora Julia Falivene Alves, entre 1998 e 2002.

## **2. EDIFÍCIO PAULA SOUZA: UM MONUMENTO HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO PAULISTA**

A escolha de um espaço para criar o Centro de Memória da Educação Profissional e Tecnológica do Centro Paula Souza no Edifício Paula Souza, deve-se a origem dessa instituição dentro desse edifício monumento, que é histórico para a educação paulista, e por ser Antônio Francisco de Paula Souza (1843-1917) patrono da instituição. O Edifício Paula Souza foi o primeiro a ser construído para instalar a Escola Politécnica de São Paulo. Rodrigo Bastos Padilha (2010) relata que,

Em 1895, Paula Souza iniciou as articulações com o governo do Estado para a construção de um edifício para a Escola Politécnica e no mesmo ano um projeto de Ramos de Azevedo foi apresentado à Congregação. Ainda no mesmo ano, o governo do Estado autorizou a construção do Edifício Novo, cujas obras foram finalizadas em dezembro de 1898 e a inauguração solene ocorreu em 21 de dezembro de 1899. O edifício situado de frente para a Praça Coronel Fernando Prestes tinha 1295 metros quadrados de área. O prédio foi projetado para abrigar os laboratórios gerais



e a Congregação da Escola. Em 28 de setembro de 1930, por decisão da Congregação, o Edifício Novo passou a ser denominado Edifício Paula Souza. (PADILHA, 2010, p. 108-9)

Antônio Francisco de Paula Souza nasceu em Itu, em 1843, originário de família de cafeicultores, políticos e estadistas. Em 1858, foi enviado com seu irmão a Dresden na Alemanha para concluir os estudos secundários. Estudou na Escola Politécnica de Zurique, em 1861, instituição que enfatizava a ciência aplicada. Entre 1862 e 1863, fez estágio em uma estrada de ferro na Suíça. (PADILHA, 2010, p. 21)

Quanto à trajetória de Antônio Francisco de Paula Souza: pessoal, profissional e social, como engenheiro, político e educador (Figura 4), Rodrigo Bastos Padilha (2010, p. 21-37) em publicação produzida a partir da pesquisa para a dissertação de mestrado, declara que Paula Souza não concluiu o curso em Zurique e mudou-se para Alemanha. Nas pesquisas que realizou, nos arquivos escolares da Faculdade de Engenharia de Karlsruhe, encontrou que entre 1864 a 1867, ele estudou no primeiro ano, na Faculdade de Química, e depois na de Engenharia Civil, quando teve que retornar ao Brasil, devido ao falecimento de seu pai, em 1866. Antônio Francisco de Paula Souza, não concluiu o curso de engenharia, provavelmente por dificuldades financeiras familiares.

Antônio Francisco de Paula Souza atuou nessa instituição nos primeiros 25 anos da Escola Politécnica de São Paulo, desde a criação em 1893 até o seu falecimento, em 14 de abril de 1917. Padilha (2010, p. 110) narra que durante a colação de grau dos formandos de 1899, realizada em 24 de junho de 1899, Paula Souza declarou a sua preferência pelo ensino tecnológico: “Todavia, se tivéssemos de optar entre uma instrução meramente científica e uma educação tecnica empirica, senhores eu francamente vos declaro que optaria por esta ultima”.



**Figura 4** – Antonio Francisco de Paula Souza e Rodolpho Baptista de San Thiago, em 1916.

**Fonte:** Rodrigo Bastos Padilha (2010, p. 77).

O Arquivo Histórico Municipal Washington Luís, de São Paulo, elaborou um documento informativo (AHMWL, 2008) e histórico sobre a arquitetura onde está instalado no Edifício Ramos de Azevedo, que pertenceu também a Escola Politécnica de São Paulo (EPUSP) e, neste, constam dados sobre o Edifício Paula Souza,

Com inauguração, em janeiro de 1899, da construção atualmente conhecida como Edifício Paula Souza, primeira a ser especialmente projetada para ocupação da Escola Politécnica, expande-se o conjunto que a abrigará ao longo da primeira metade do século XX. As construções estão localizadas num quadrilátero situado na Avenida Tiradentes, junto a então Praça Visconde de Congonhas do Campo, atual Fernando Prestes, delimitado esse quadrilátero ainda pelas Ruas Afonso Pena e Bandeirantes, ocupando quase  $\frac{3}{4}$  da quadra. O Edifício Paula Souza, projeto do escritório do arquiteto Ramos de Azevedo, possuía anexos dois pavilhões térreos. À esquerda, um pavilhão com três salas para instalação do gabinete de resistência dos materiais (depois, em 1925, transformado em Laboratório de Ensaio de Materiais, que daria origem em 1934 ao IPT). Foi demolido em 1938, para construção da sede do IPT – Instituto de Pesquisas Tecnológicas. À direita, pavilhão com oficina de carpintaria, oficina para trabalho em ferro e outros metais, e por último o Colégio Universitário. Foi demolido em 1944 para dar lugar no ano seguinte ao Edifício Rodolpho Batista de São Tiago, projetado por José Maria da Silva Neves, concentrando então as atividades de ensino. (AHMWL, 2008)

Quanto à ocupação do Edifício Paula Souza para instalar o Centro de Educação Estadual Tecnológico (CEET), é importante destacar o papel do professor Henrique Heinz Schram, engenheiro mecânico e eletricista pela EPUSP, que foi o primeiro diretor da Fatec-SP (1969 -1971). Este relata que era professor assistente na Escola Politécnica, quando recebeu um telefonema do gabinete do secretário da Educação,

[...] recebi um convite para conversar sobre o ensino técnico. Nesse primeiro contato fui recebido pelo dr. Paulo Ernesto Tolle, que me disse que o governador Abreu Sodré havia recebido solicitações, por parte da Federação das Indústrias, para elaborar um programa na área do ensino técnico do estado. Talvez naquela época, em que se vivia o boom brasileiro, tenha surgido essa preocupação por parte dos industriais. O Brasil recomeçava a crescer e a exportar e estávamos aprendendo rapidamente a produzir, graças à tradicional criatividade e vivacidade dos engenheiros brasileiros. Houve um certo desenvolvimento. No entanto, tínhamos um problema. Não podíamos produzir com eficácia produtos baratos e com níveis de qualidade compatíveis com o mercado. Esse era um grande problema. [...] Estudei os currículos de vários países e me pareceu que os mais interessantes eram o italiano, o japonês e o de Israel, além do currículo dos Estados Unidos, pela própria história de seu desenvolvimento econômico. Foi assim que projetei os currículos

da Fatec. O objetivo era criar uma escola onde se ensinasse a parte da execução. Nessa ocasião, houve uma discussão e alteração de nomenclaturas, de técnico de nível superior para tecnólogo. (MOTOYAMA, 1995, p.171-3)

O engenheiro Dr. José Augusto Martins, também professor da Escola Politécnica, participou do conselho formado pelo secretário da educação do estado de São Paulo, prof. Ulhôa Cintra, a fim de estudarem o regulamento e regimento de criação do CEET em 1969, declarando que,

O conselho designou a mim e a Octávio Ricardo para fazermos o plano inicial de cinco cursos na área de engenharia civil e de engenharia mecânica. Eu, pessoalmente, fui responsável pela minuta de três cursos da engenharia civil: edificações, obras hidráulicas e movimento de terra e pavimentação. Os cursos da área de mecânica eram desenho e projetos, que foram detalhados pelo prof. Octávio Ricardo. [...] foi dada uma aula magna pelo próprio governador do estado (Roberto Costa de Abreu Sodré). Essa aula aconteceu no recinto da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo. (MOTOYOMA, 1995, p. 186)

Outros professores da Universidade de São Paulo vieram trabalhar no ensino tecnológico. Kazuo Watanabe e Paulo Yamamura eram professores no Instituto de Física da USP, quando foram convidados para serem professores de física aplicada na Faculdade de Tecnologia de São Paulo (Fatec-SP), pelo professor Tore N. O. Fomer Johnson. Kazuo Watanabe, durante seu depoimento a equipe do professor Shozo Motoyama, destacou que,

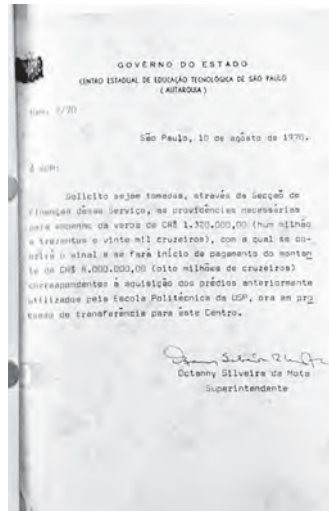
Quando iniciei as atividades, estavam-se formando as primeiras turmas. Havia poucos alunos, poucos cursos. Usavam-se apenas alguns recintos, pois parte da Politécnica ainda estava lá. O ambiente era de uma pequena empresa, familiar, onde predominava a cultura da confiança. A escola contava com nomes como o prof. Issao Kono, especialista em engenharia de transporte, que foi diretor do Detran por um bom tempo. O prof. Heinz Schramm foi o primeiro diretor da Fatec. O prof. Francisco Romeu Landi lecionou na Fatec e também foi diretor da Escola Politécnica. O prof. Luis Alfredo Falcão Bauer também lecionou na Fatec. Lembro-me do sr. Issao Misawa, das indústrias Romi, do prof. Kokei Uehara, do prof. Annibal Callado e, naturalmente, do prof. Tore Johnson, entre muitos outros de alta competência profissional. (MOTOYAMA, 1995, p. 330)

O professor Elias Horani, que foi superintendente no período de 1992 a 1995, esclareceu em sua entrevista a equipe de Motoyama os motivos de mudança de denominação de CEET para Centro de Educação Estadual Tecnológica Paula Souza (CEETEPS), destacando que seu entusiasmo pela docência foi devido ao professor Johnson da Fatec-SP,

Em 1974, fui convidado para ser vice-diretor da Fatec-SP. Nessa ocasião, o CEET já tinha recebido a Faculdade de Tecnologia de Sorocaba, e aí se criara uma situação estranha. O próprio CEET de São Paulo ministrava cinco cursos de tecnologia e a Faculdade de Tecnologia de Sorocaba ministrava outros dois. A identidade do Centro ficou em xeque, pois fazia também o papel que deveria ser o da faculdade. A solução veio do Conselho Deliberativo, que resolveu criar uma faculdade em São Paulo. Aproveitaram para homenagear o fundador da Politécnica, colocando o nome de CEET Paula Souza. Os cursos foram reunidos na Faculdade de Tecnologia São Paulo e o Centro passou a ser mantenedor das duas faculdades. Concomitantemente, foi criada a vice-diretoria da Fatec-SP, pois ela já estava crescendo muito: tinha começado com cinco cursos no diurno, com 200 vagas, e logo abriu vagas para novos cursos à noite. Então, vim a ser o vice-diretor; na verdade, o diretor do curso noturno. Para não ficar só na administração, comecei a dar aula na FEI. Não queria perder o vínculo com a sala de aula. Fiquei como vice-diretor de 1974 até 1981. Nessa época não havia mandatos, porque o regime não era acadêmico. Dei aulas durante cinco anos na FEI. Em 1983, deixei as aulas, quando, então, assumi a diretoria da Fatec. Na ocasião, o diretor superintendente não me permitiu ter atividade docente. Ele acreditava que quem exercia função administrativa não podia ministrar aulas aos alunos. (MOTOYAMA, 1995, p. 420-1)

É importante destacar que o Edifício Paula Souza foi adquirido pela instituição, em 1970, durante a gestão do primeiro superintendente Octanny Silveira da Mota. Os documentos de aquisição do edifício constam do processo 0000026/1970, que são de guarda permanente na Unidade de Gestão Administrativa e Financeira (UGAF). As Figuras 5 e 6, apresentam as primeiras páginas desse processo, que comprovam o artigo 1º, do Decreto-Lei de criação do Centro Paula Souza, esclarecendo que este é uma “entidade autárquica, com personalidade jurídica e patrimônio próprio”.

Por ser proprietário do conjunto de edifícios do *campus* São Paulo, que pertenceu a Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (Figuras 5 e 6), este conjunto foi tombado pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico (CONDEPHAAT), a pedido do superintendente Marcos Antonio Monteiro (Figuras 7 e 8), em 2002. (CONDEPHAAT, 2015; LOUVAIN, 2015)



**Figuras 5 e 6 – Documentos de aquisição do Edifício Paula Souza, em 1970.**  
**Fotografia:** Maria Lucia Mendes de Carvalho, na UGAF/CPS, em 6/07/2017.

14º ANIVERSÁRIO  
MUSEUS

MUSEUS  
CULTURAIS  
16 a 22  
2016

Olhar sobre as transformações nas paisagens de um patrimônio cultural:  
**o Edifício Paula Souza e seus arredores (SP)**

**Tombamento do conjunto de edifícios da Escola Politécnica**

1893 – Fundação da Escola Politécnica;  
O Edifício Paula Souza foi projetado pelos catedráticos Francisco Ferreira Ramos, Urbano de Vasconcelos e Francisco de Paula Ramos de Azevedo, com diversos Laboratórios, destacando-se o Anfiteatro de Química na parte central do edifício;

1999 – Marcos Monteiro, superintendente do Centro Paula Souza, envia ofício ao Secretário da Cultura do Estado de São Paulo, requerendo tombamento do prédio da escola;

2002 – Tombamento do conjunto da Politécnica, incluindo:

1. Edifício Paula Souza (1895);
2. Edifício Ramos de Azevedo (1920)
3. Antigo Laboratório de Hidrodinâmica (1926)
4. Edifícios Hipólito Pujol e Oscar Machado (1938)
5. Edifício Rodolfo Santiago (1944 – 45)

Fontes: CONDEPHAAT. <http://www.cultura.sp.gov.br/.../menuitem.bb3205c597b9e36c3664eb10e2308>. Acesso: 12/05/2015  
LOUVAIN, P. Preservação do Patrimônio Cultural Científico e Tecnológico Brasileiro. Dissertação de Mestrado. UNIRIO-MAST.2015.

**Figura 7 – Tombamento do Edifício Paula Souza e seus arredores no campus São Paulo/Centro Paula Souza, em 2002.**  
**Fonte:** CENTRO PAULA SOUZA, 2022.



**Figura 8** – Edifício Paula Souza (11) e seus arredores no Campus São Paulo/Centro Paula Souza, da década 1970.  
**Fonte:** Fotografia da Biblioteca da Fatec São Paulo, em 2016.

### 3. CENTRO DE MEMÓRIA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA DO CENTRO PAULA SOUZA (SP): EM PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO

As instituições públicas devem dispor de um Serviço de Informação ao Cidadão (SIC) para atender o público em geral. Para ter acesso rápido a informações é fundamental dispor de arquivos correntes, intermediários e permanentes bem organizados nas instituições. Em São Paulo, o Decreto Estadual nº 58.052, de 16 de maio de 2012, regulamentou a lei federal de acesso à informação, de 2011, do qual destaca-se para gestão e difusão do acervo público, os artigos a seguir,

[...] Artigo 2º – O direito fundamental de acesso a documentos, dados e informações será assegurado mediante: I – observância da publicidade como preceito geral e do sigilo como exceção; II – implementação da política estadual de arquivos e gestão de documentos; III – divulgação de informações de interesse público, independentemente de solicitações; IV – utilização de meios de comunicação viabilizados pela tecnologia da informação; V – fomento ao desenvolvimento da cultura de transparência na administração pública; VI – desenvolvimento do controle social da administração pública. Artigo 3º – Para os efeitos deste decreto, consideram-se as seguintes definições: I – arquivos públicos: conjuntos de documentos produzidos, recebi-

dos e acumulados por órgãos públicos, autarquias, fundações instituídas ou mantidas pelo Poder Público, empresas públicas, sociedades de economia mista, entidades privadas encarregadas da gestão de serviços públicos e organizações sociais, no exercício de suas funções e atividades; [...] (SÃO PAULO, 2012)

Na sede administrativa do Centro Paula Souza, a organização de Arquivo Histórico teve início em 1992, na gestão do superintendente Kazuo Watanabe (Figura 9), e com a evolução institucional se transformou no Centro de Gestão Documental (CGD), subordinado à Chefia de Gabinete da Superintendência, com a finalidade,

[...] proporcionar o “acesso e o compartilhamento à informação de forma sistêmica, por meio da coleta, processamento, armazenamento, fluxo, recuperação da informação e o seu uso efetivo, a fim de subsidiar as atividades dos órgãos que compõem a Administração Central, assim como os processos de ensino e aprendizagem, contribuindo para a formação profissional de excelência. Para isto, compreende dois núcleos: o Núcleo de Biblioteca e o Núcleo de Documentação. (CENTRO PAULA SOUZA, 2019)



**Figura 9** – Primeiro Arquivo Histórico na sede da Administração do Centro Paula Souza.

**Fonte:** Jornal do Centro Paula Souza de agosto 1992, no Acervo do CMEPTCPS, em 2019.



O Centro de Memória da Educação Profissional e Tecnológica foi criado em julho de 2014, iniciando com a coleta de arquivos pessoais. (CARVALHO, 2017) Em junho 2018, o CGD encaminhou ao CMEPTCPS documentos institucional históricos, e pesquisas realizadas na documentação desse acervo, contribuiu para a produção deste artigo e da exposição “CENTRO PAULA SOUZA (1969 a 2019): preservação do patrimônio histórico-educativo para memórias e história institucional”, realizada no mezanino da sede do Centro Paula Souza, em São Paulo, de 23 de setembro a 20 de outubro de 2019. Os painéis desta exposição ficam expostos permanentemente na Galeria do Edifício Paula Souza.

### 3.1. Arquivos pessoais de professores

O primeiro arquivo pessoal recebido no CMEPTCPS, em 20 de dezembro de 2013, foi o acervo da professora Dra. Doroti Quiomi Kanashiro Toyohara, que atuou como Coordenadora de Projetos na Cetec e que está denominado pela sigla APDQKT. (Figura 10)

Doroti Quiomi Kanashiro Toyohara nasceu em Apucarana no Paraná, em 1955. Formou-se em Química pela Universidade Federal do Paraná, em 1979, e em Engenharia de Alimentos/UNICAMP, em 1982. Nessa mesma faculdade, tornou-se Mestre em Engenharia de Alimentos, em 1989. No mesmo ano, ingressou como professora Coordenadora de Projetos de Química no Centro Paula Souza, atuou com estratégia de ensino, educação ambiental, ensino médio e projeto interdisciplinar. Foi pesquisadora da preservação de mananciais e de rios do estado de São Paulo: Tamanduateí e Rio Paraíba do Sul, e sobre essa temática doutorou-se em 2010 pela Engenharia Mecânica da UNESP de Guaratinguetá. Faleceu em 20 de fevereiro de 2011 na cidade de São Paulo.

O arquivo pessoal APDQKT foi requerido a família com a intenção de estudar as práticas pedagógicas dessa professora ao propor projetos de horas atividades específicas na Cetec.



**Figura 10** – Livros e documentos (pastas azuis) do arquivo pessoal DQKT.

**Fotografia:** Maria Lucia M de Carvalho, no CMEPTCPS, em 3/10/2018.



O segundo arquivo pessoal doado pela Dra. Helena G. Peterossi, coordenadora da Unidade de Pós-graduação, Extensão e Pesquisa, foram 34 livros do professor Kazuo Watanabe, e que está denominado pela sigla APKW no CMEPTCPS.

Kazuo Watanabe fez doutorado em filosofia da educação pela Faculdade de Educação/USP, em 1989, defendendo a tese "Recursos Humanos e Tecnologia Rumo ao Século XXI. Reflexões sobre o espírito da nova época". Em 1980, tornou-se Mestre em Física no IF/USP, com a dissertação "Proposta de um modelo para o Desenvolvimento de Atividades Experimentais de Física nos cursos de Formação de Tecnólogos". Foi professor de física da IFUSP e da Fatec-SP. No Centro Paula Souza foi chefe de gabinete, vice-diretor e diretor superintendente entre 1991 e 1992, criou os Cadernos de Tecnologia. Tem livros publicados de "Física autoinstrutiva", que se encontram na Biblioteca da Faculdade de Tecnologia de São Paulo.

Neste momento, dois catálogos com as capas escaneadas de 146 livros do APDQKT e de 39 livros do APKW estão em elaboração. (Figuras 11 e 12)



**Figura 11** – Catálogo de livros do arquivo pessoal Doroti Q. K. Toyohara.

**Fonte:** Acervo do CMEPTCPS, em elaboração pela autora, em 2019.

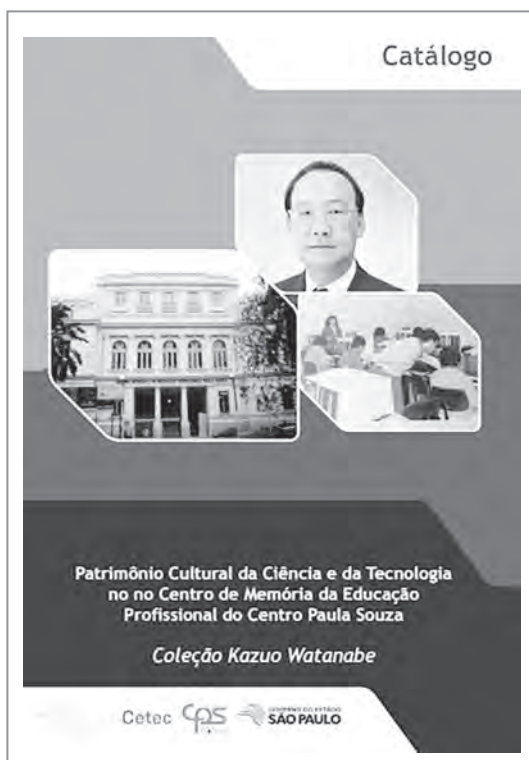


**Figura 12** – Catálogo de livros do arquivo pessoal Kazuo Watanabe.  
**Fonte:** Acervo do CMEPTCPS, em elaboração pela autora, em 2019.

### 3.2. Arquivo histórico institucional

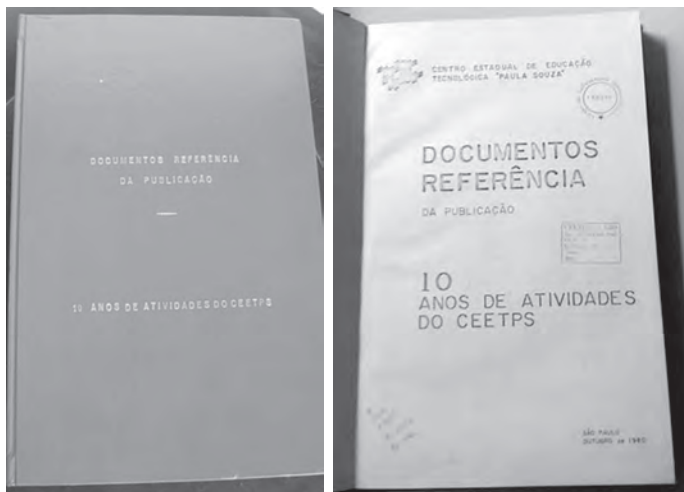
Os documentos do Centro de Gestão Documental (CGD), deixados para o acervo do CMEPTCPS (Figuras 13 e 14), em 14 de junho de 2018, são documentos relacionados aos gestores, como: encadernações de jornais institucional do final da década de 1980 e início de 1990, relatórios de atividades dos superintendentes, cadernos de vestibulinho, publicações didáticas institucionais, entre outros documentos, que possibilitam ter o Centro Paula Souza como objeto de pesquisa de sua própria historicidade.



**Figuras 13 e 14** – Documentos de arquivo histórico do Centro Paula Souza, recebidos do CGD no CMEPTCPS, em 14/6/21018.

**Fotografias:** Maria Lucia Mendes de Carvalho, em 3/10/2018.

Entre esses documentos encontra-se um encadernado, denominado “Documentos Referência da Publicação. 10 anos de atividades do CEETEPS, outubro de 1980” (Figuras 15 e 16), que traz fontes importantes para compreender a origem da instituição. Em outubro de 2019, transferiu-se esses documentos institucional para caixas plásticas de polionda pretas. (Figura 17) Nesse mesmo mês, o CMEPTCPS recebeu como transferência do CGD livros da sua biblioteca. (Figura 18)



**Figuras 15 e 16** – Capa e folha de rosto do Documento dos primeiros 10 anos do CEETEPS, out/1980.

**Fonte:** Acervo do CMEPTCPS, em 2019.



**Figura 17** – Documentos de arquivo histórico do Centro Paula Souza, do CGD no CMEPTCPS, em outubro 2018.

**Fotografias:** Maria Lucia Mendes de Carvalho, em 3/10/2018.



**Figura 18** – Documentos da Biblioteca do CGD transferidos para o CMEPTCPS, em 3/10/2018.

**Fotografias:** Maria Lucia M de Carvalho, em 3/10/2018.

Como o Centro de Memória da Educação Profissional e Tecnológica não detêm o arquivo permanente institucional e atua com doações de acervos referentes a administração central, a curadoria decidiu organizar os documentos por período de gestão de superintendência (Figura 19), denominando-os de grupos, conforme apresentado no Quadro 1.

Para demonstrar a evolução do Centro Paula Souza, montou-se o Quadro 2, com o número de escolas técnicas e faculdades de tecnologia, entre 1994 e 2019.



**Figura 19** – Imagens dos superintendentes do Centro Paula Souza (1969 a 2019).

**Fonte:** PREZOTO, 2009; CARVALHO e SANTOS, 2019.

**Quadro 1** – Grupos por superintendentes e períodos de gestão do Fundo Centro Paula Souza no CMEPTCPS, em 2019.

| Nº | PERÍODO                 | NOME DO SUPERINTENDENTE (GRUPOS) | SIGLA |
|----|-------------------------|----------------------------------|-------|
| 01 | 07/10/1969 a 07/11/1971 | Octanny Silveira da Mota         | OSM   |
| 02 | 08/11/1971 a 26/09/1979 | Nelson Vieira Alves              | NVA   |
| 03 | 27/09/1979 a 08/10/1988 | José Ruy Ribeiro                 | JRR   |
| 04 | 09/10/1988 a 31/03/1989 | Alfredo Colenci Junior           | ACJ   |
| 05 | 01/04/1989 a 12/10/1991 | Oduvaldo Vendrameto              | OV    |
| 06 | 18/11/1991 a 15/09/1992 | Kazuo Watanabe                   | KW    |
| 07 | 16/09/1992 a 09/11/1995 | Elias Horani                     | EH    |
| 08 | 10/11/1995 a 19/09/1996 | Luiz Sebastião Prigenzi          | LSP   |
| 09 | 20/09/1996 a 28/09/2004 | Marcos Antonio Monteiro          | MAM   |
| 10 | 29/09/2004 – atual      | Laura Laganá                     | LL    |

**Fonte:** Elaborado pela autora, 2019.

**Quadro 2** – Expansão de escolas técnicas e faculdades de tecnologia do Centro Paula Souza.

| DÉCADAS | 0   | 1   | 2   | 3   | 4   | 5   | 6   | 7   | 8   | 9   |
|---------|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|
| Etecs   |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |
| 1980    | 0   | 6   | 12  | 12  | 12  | 12  | 12  | 12  | 14  | 14  |
| 1990    | 14  | 14  | 14  | 17? | 99  | 99  | 99  | 99  | 99  | 99  |
| 2000    | 99  | 99  | 103 | 103 | 105 | 109 | 126 | 138 | 151 | 173 |
| 2010    | 192 | 203 | 209 | 211 | 218 | 219 | 220 | 221 | 223 | 223 |
| Fatecs  |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |
| 1970    | 1   | 2   | 2   | 2   | 2   | 2   | 2   | 2   | 2   | 2   |
| 1980    | 2   | 2   | 2   | 2   | 2   | 2   | 4   | 4   | 4   | 4   |
| 1990    | 5   | 6   | 6   | 7   | 8   | 8   | 8   | 9   | 9   | 9   |
| 2000    | 9   | 9   | 13  | 13  | 16  | 18  | 26  | 33  | 45  | 47  |
| 2010    | 49  | 51  | 55  | 56  | 63  | 65  | 66  | 68  | 72  | 73  |

**Fonte:** Elaborado pela autora, em 2019.

O CMEPTCPS dispõe da coleção dos primeiros jornais produzidos pela instituição e encadernados, iniciando em março de 1988 e chegando até 1992 (Figuras 20 e 21). Um artigo de Taira (2007) sobre a educação tecnológica em São Paulo, no período de 1911 a 1990, utilizou essa coleção de jornais para compreender o processo de origem, em 1986, e o desfecho do processo governamental sobre a criação da Universidade Tecnológica Paulista, em 1990, durante o governo de Orestes Quércia e a superintendência de Oduvaldo Vedrameto no CEETEPS.



**Figura 20** – Jornal do Centro Paula Souza, número zero, de março/1988.

**Figura 21** – Coleção do jornal do Centro Paula Souza, de 1992.

**Fonte:** Acervo do CMEPTCPS, em 2019.

### 3.3. Apoio para gestão de Centros de Memória em Unidades Escolares

Considera-se necessário que o CMEPTCPS seja instituído por meio de uma portaria institucional, para que se possa elaborar um regimento para acompanhar a organização de arquivos escolares nas Unidades, a fim de definir procedimentos e compartilhamento de espaço do centro de memória com os arquivos permanentes, possibilitando a sua catalogação e difusão para a pesquisa da história institucional, da história da educação e sobre o patrimônio histórico educativo e o patrimônio cultural da ciência e tecnologia.

Segundo Costa (2017), sabe-se que na atualidade,

[...] o Patrimônio cultural não se limita aos monumentos e às coleções de objetos, mas abrange, também, as tradições e manifestações de vida que são herdadas dos antepassados e transmitidos às gerações futuras. São considerados patrimônio cultural no contexto da evolução do termo: as formas de expressão; os modos de criar, de fazer e viver, as criações científicas, artísticas e tecnológicas; as obras, objetos, documentos, edificações voltadas às manifestações artístico-culturais; e os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. Na categoria Patrimônio cultural englobam-se discussões sobre o patrimônio etnográfico, religioso, urbano, material e imaterial. (COSTA, 2017, p. 239-40)

Embora o Centro Paula Souza, desde 2006, tenha incluído no regimento comum das escolas técnicas o artigo 108, referente à preservação da memória e história da educação profissional, e a Cetec oferecido cursos de formação continuada de professores, denominados Clubes de Memórias, desde 2009, que são temáticos e relacionados à estudos e pesquisas em arquivologia, biblioteconomia e/ou museologia, afim de sensibilizar sobre a preservação, valorização, e salvaguarda do patrimônio cultural histórico-educativo e da ciência e tecnologia (CARVALHO, 2017), estas não têm sido suficiente para ampliar os espaços de memória dentro das Unidades de acordo com a evolução institucional na última década,



Artigo 108 – Os documentos produzidos, recebidos e acumulados no exercício das funções e atividades públicas das ETEs serão preservados, selecionados, e, conservados, segundo normas e procedimentos técnicos, atendida a legislação, com objetivos de: I – assegurar e facilitar o acesso à informação para a comunidade interna e externa; II – promover maior eficiência da administração e melhor atendimento ao público; e III – constituir e preservar a memória e a história da educação e da instituição. (CENTRO PAULA SOUZA, 2013)

A inclusão desse artigo, no regimento comum das escolas técnicas, contribui para alertar a comunidade escolar sobre a importância dos arquivos escolares. A Cetec propicia a realização de projetos de estudo e pesquisa sobre as memórias e história da educação profissional<sup>1</sup>, todos os anos, desde 2009, contribuindo com a elaboração da história institucional nos planos plurianuais de gestão (PPG) das escolas técnicas. Mas não é suficiente em função da falta de políticas públicas para preservar os arquivos escolares.

Alguns professores do GEPEMHEP têm contribuído com o PPG nas unidades escolares, quando requerido pela direção para narrar sobre o histórico institucional, como por exemplo, a Escola Técnica Estadual Trajano Camargo (Figuras 22 e 23). Sabe-se que a diversidade de gestão de diretores em escolas técnicas tem dificultado o acesso aos arquivos permanentes e as implantações de centros de memória na instituição.



**Figura 22** – Marlene A. G. Benedetti, homenageada pelo GEPEMHEP, em 2016.

**Figura 23** – Plano Plurianual de Gestão da Etec Trajano Camargo, em Limeira/SP, em 2018.

**Fontes:** CARVALHO, 2018; BENEDETTI, 2018.

De 2009 a 2019, foram criados mais 10 centros de memória nas unidades escolares, e neste ano, três novos serão inaugurados. Esclarece a professora Ana Maria Camargo (2019) que

<sup>1</sup> Consultar: [www.memorias.cpscetec.com.br/gepemhep.php](http://www.memorias.cpscetec.com.br/gepemhep.php).



No imaginário social o arquivo, dentre todas essas instituições, é a que menos tem visibilidade, porque é associada a algo velho, inservível, lúgubre, reduto de burocracia. Temos uma ideia muito negativa do arquivo. Por outro lado, um centro de memória que não contenha ou abranja o arquivo não passa de algo supérfluo e de vida efêmera. Dentro de uma instituição, quando se quer fazer cortes para economizar recursos, a primeira coisa que cai é o centro de memória. (CAMARGO, 2019, p. 30)

Na Cetec são promovidos encontros e jornadas com professores e estudantes de escolas técnicas, faculdades de tecnologia e de pós-graduação de instituições interna ou externa, anualmente, propondo eixos temáticos para a sensibilização e a preservação do patrimônio histórico-educativo e do patrimônio cultural da ciência e tecnologia, a fim de estimular a participação no Grupo de Estudos e Pesquisas em Memórias e História da Educação Profissional e Tecnológica (GEPEMHEP), criado em 2008, e certificado no CNPq pela Unidade de Pós-graduação, Extensão e Pesquisa do Centro Paula Souza, em 2014.

Esses encontros e jornadas de memórias já produziram seis livros e três estão para serem organizados e publicados. Os professores do GEPEMHEP participam anualmente da Semana Nacional de Museus promovida pelo Instituto Nacional de Museus (IBRAM) e difundem no link – ações educativas – no site de memórias da instituição.

Ana Maria Camargo (2019, p.30) considera que “quanto maior for o grau de intervenção de uma instituição no meio em que atua, maior a importância de seu arquivo, de seu centro de memória”. Por esse motivo, esses eventos acontecem anualmente, no Centro Paula Souza, a partir da proposição de projetos de HAE (horas de atividades específicas) na Cetec pela coordenadora de projetos de Memória e História da Educação Profissional (Quadros 3, 4 e 5) e nas unidades escolares, por professores que tem interesse em desenvolver projetos de estudo e pesquisa de memórias, atrelados ao plano de metas institucional, e às metas estabelecidas nos planos plurianuais de gestão das escolas técnicas.

**Quadro 3 –** Projetos de HAE na Cetec, dentro do objetivo “Desenvolvimento Profissional”, no grupo de projeto “Formação continuada de professores”, entre 2012 e 2019.

| ANO  | Nº PROJETO | TÍTULO DO PROJETO                                                                                                |
|------|------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 2012 | 1.1.18     | História oral na educação: memórias e identidades                                                                |
| 2013 | 1.1.30     | História oral na educação: cultura, saberes e práticas                                                           |
| 2014 |            | História oral na educação: alimentação, saúde e cultura                                                          |
| 2015 | 1.2.89     | Patrimônio Artístico, Histórico e Tecnológico: da arquitetura escolar aos seus artefatos (cursos de capacitação) |
| 2016 | 1.2.01.19  | Patrimônio histórico educativo da educação profissional: organização e difusão                                   |
| 2017 | 1.2.01.01  | Patrimônio cultural e tecnológico da educação profissional e tecnológico: métodos e práticas de pesquisa         |
| 2018 | 1.2.01.50  | Centros de memória da educação profissional: métodos e práticas                                                  |
| 2019 | 1.2.01.65  | Cultura escolar: 50 anos de educação profissional no Centro Paula Souza                                          |

**Fonte:** CENTRO PAULA SOUZA, em 2019.

**Quadro 4** – Projetos de HAE na Cetec, dentro do objetivo “Pesquisa e Desenvolvimento”, no grupo de projeto “Difusão de conhecimentos e práticas desenvolvidas na Cetec”, entre 2009 e 2019.

| ANO  | Nº PROJETO | TÍTULO DO PROJETO                                                                                                               |
|------|------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 2009 | 3.3.02     | Da alimentação à nutrição: 70 anos de educação profissional (1939 a 2009)                                                       |
|      | 3.2.04     | Memórias e história da educação profissional                                                                                    |
|      | 3.2.05     | Práticas de educação alimentar e nutricional para adolescentes                                                                  |
| 2010 | 3.3.01     | Saberes e sabores: memórias da educação profissional (1955 e 2010)                                                              |
|      | 3.3.02     | Educação física e nutricional com adolescentes                                                                                  |
|      | 3.3.04     | Memórias e história da educação profissional: cultura, saberes e práticas                                                       |
|      | 6.1.03     | Educação alimentar e nutricional com adolescentes: sistematização (2007 a 2009)                                                 |
| 2011 | 4.3.03     | Práticas de Educação Alimentar e Nutricional com Adolescentes nas Escolas                                                       |
|      | 4.3.04     | Memórias e História da Educação Profissional: arquivos e fontes de pesquisa nas escolas                                         |
|      | 4.3.05     | Raízes e retratos em 100 anos de educação profissional no estado de São Paulo (1911 a 2011)                                     |
| 2012 | 4.4.03     | Memórias e história da educação profissional: patrimônio, currículos e processos formativos                                     |
| 2013 | 4.4.04     | Patrimônio Artístico, Histórico e Tecnológico na Educação Profissional                                                          |
| 2014 | 4.4.02     | Memórias e história da educação profissional: coleções, acervos e centros de memória                                            |
|      | 4.7.02     | Técnico em Nutrição e Dietética: 75 anos de transformação e mobilização profissional                                            |
| 2015 | 4.4.01     | Patrimônio Artístico, Histórico e Tecnológico: da arquitetura escolar aos seus artefatos                                        |
|      | 4.4.02     | História oral na educação: da dietética à nutrição                                                                              |
| 2016 | 4.1.04.01  | Espaços, Objetos e Práticas. Memórias e história da educação profissional                                                       |
| 2017 | 4.1.04.01  | Patrimônio cultural e tecnológico da educação profissional: narrativas de currículos, da arquitetura escolar aos seus artefatos |
| 2018 | 4.1.05.02  | Concepções, Rupturas e Permanências. Memórias e história da educação profissional                                               |
| 2019 | 4.1.04.02  | Edifícios, Patronos e Diversidade na gestão escolar                                                                             |

**Fonte:** CENTRO PAULA SOUZA, em 2019.

Para a historiadora e professora Ana Maria Camargo (2019), pesquisadora sobre arquivos e centros de memória, em entrevista concedida ao Sesc, o que caracteriza um centro de memória e o diferencia dos arquivos, museus, bibliotecas e outros acervos, é que:

O nome ‘centro de memória’ é uma peculiaridade nossa, do Brasil. Basta pesquisar na literatura de outros países, e não se vai encontrar essa expressão para designar um arquivo ou um centro de documentação. Se eu fosse comparar o centro de memória com as instituições mais convencionais de custódia de documentos, como museus, bibliotecas e arquivos, eu o aproximaria da ideia de ‘arquivo’, e vou justificar: acho que um centro de memória é (ou deveria ser) um arquivo ampliado. [...] um arquivo que comporta não só material que a instituição naturalmente produz e acumula ao longo das suas atividades, mas também aquele do qual ela se apropria para se desenvolver e cumprir sua missão. É preciso haver uma série de informações disponíveis, preparadas para uso imediato, e não apenas aquelas originárias de suas atividades precedentes. O centro de memória deve agregar, além do arquivo, documentos que lhe são complementares, e que muitas vezes são produzidos por iniciativa do próprio centro. [...] (CAMARGO, 2019, p.31)

**Quadro 5** – Projetos de HAE na Cetec dentro dos objetivos – “Parcerias Interinstitucionais” e / ou “Apoio aos projetos do Gabinete da Superintendência”.

| ANO  | Nº PROJETO             | TÍTULO DO PROJETO                                                                                                              |
|------|------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 2009 | 5.2.01                 | Representação do Centro Paula Souza em políticas públicas para segurança alimentar                                             |
| 2010 | 6.1.03                 | Segurança Alimentar e Nutricional: representação institucional                                                                 |
| 2011 | 7.1.01                 | Segurança Alimentar e Nutricional: parcerias e representações institucionais                                                   |
| 2012 | 8.7.02                 | Segurança Alimentar e Nutricional: representação institucional                                                                 |
| 2013 | 8.5.04                 | Segurança Alimentar e Nutricional: práticas educativas e representações                                                        |
| 2014 |                        | não proposto projeto                                                                                                           |
| 2015 | 7.1.01                 | Patrimônio Histórico Educativo Iberoamericano                                                                                  |
| 2016 | 8.4.01.01              | Patrimônio cultural da educação profissional no Centro Paula Souza: memórias e construção de identidades                       |
| 2017 | 8.4.01.01              | Patrimônio cultural e tecnológico da educação profissional: organização, catalogação e registro de artefatos e obras raras     |
| 2018 | 8.4.02.01<br>8.4.02.02 | Memórias e história da educação profissional – hae (2008-2017)<br>História oral na educação: memórias do trabalho docente      |
| 2019 | 8.4.03.02<br>8.4.02.01 | Memórias do trabalho docente: produção e difusão de vídeos<br>Jornada comemorativa: 80 anos do Técnico em Nutrição e Dietética |

**Fonte:** CENTRO PAULA SOUZA, em 2019.

O Centro Paula Souza, em 2018, iniciou a implantação do SPdoc nas unidades escolares vinculadas à administração central. A partir dos procedimentos adotados para classificação documental, almeja-se definir os processos/métodos de guarda de documentos para os Centros de Memória.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A memória contribui para a constituição da identidade e compreensão da evolução da cultura institucional. As entrevistas de história oral de vida com professores e colaboradores da educação profissional e tecnológica fazem parte do resgate para construção da historicidade do Centro Paula Souza.

O CMEPTCPS está sendo implantado com a missão de ampliar, preservar e difundir a história da educação profissional e tecnológica, articulando um diálogo com parceiros, pesquisadores, professores e estudantes ao promover encontros, jornadas, exposições e cursos de formação continuada de professores-pesquisadores nessa instituição cinquentenária.

As memórias ao contribuir para a constituição da identidade e compreensão da evolução da cultura institucional, liga o passado ao presente e possibilitando prospectar o futuro.

#### 5. REFERÊNCIAS

AHMWL. Arquivo Histórico Municipal Washington Luis. **Informativo Arquivo Histórico Municipal**. São Paulo. número 21 – novembro/dezembro. 2008. Disponível em: <http://www.arquiamigos.org.br/info/info21/i-edhist.htm>. Acesso em 25 nov. 2015.

BENEDETTI, Marlene A. Guiselini. **Etec Trajano Camargo**: um histórico. Plano Plurianual de Gestão 2018. Disponível em: <<http://www.trajanocamargo.com.br/wp-content/uploads/2018/04/PPG-2018-28-03-2018-.pdf>> Acesso em 25 set. 2019.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida. Os centros de memória são instrumentos de ação. Entrevistada concedida a Carla Lira, Gabriel Vituri, João Paulo Guadanucci e Maria Raquel Colabone. **Cadernos SESC de Cidadania**. Memórias 2019. Ano 10, número 15, 2019, p. 30-33.

CARVALHO, Maria Lucia Mendes de. RIBEIRO, Suzana Lopes Salgado. **História Oral na Educação: memórias e identidades**. São Paulo: Centro Paula Souza. 1ª Ed. 2013. Disponível em: < <http://www.memorias.cpscetec.com.br/publicacoes/apostilas/historiaoral.pdf>> Acesso em: 23 jun. 2019.

CARVALHO, Maria Lucia Mendes de. Homenagem às professoras do projeto de Historiografia. In: CARVALHO, Maria Lucia Mendes de (org.). **Espaços, Objetos e Práticas**. 2018, p. 19-23.

CARVALHO, Maria Lucia Mendes de. Arquivo Histórico Institucional: a importância para a história da educação profissional e tecnológica no Centro Paula Souza. In: CARVALHO, Maria Lucia Mendes de (org.). **Coleções, Acervos e Centros de Memória**. Memórias e História da Educação Profissional, São Paulo, Centro Paula Souza, 2017. p. 39-58.

CARVALHO, Maria Lucia Mendes de. SANTOS, Diego. **Folheto da Jornada Patrimônio Cultural da Educação Profissional e Tecnológica**: edifícios, patronos e diversidade na gestão escolar. Centro Paula Souza, São Paulo, 3 e 4 de outubro de 2019.

CENTRO PAULA SOUZA. Memórias e história da educação profissional e tecnológica. São Paulo: Centro Paula Souza, 2020. 1 **sítio eletrônico**. Disponível em: <http://www.memorias.cpsctec.com.br/>. Acesso em: 18 abr. 2022.

CENTRO PAULA SOUZA. **CGD**. Centro de Gestão Documental do Centro Paula Souza. Disponível em: <http://www.portal.cps.sp.gov.br/quem-somos/departamentos/cgd/centro-de-gestao-documental-cgd.asp>. Acesso em: 16 set. 2019.

CENTRO PAULA SOUZA. **Regimento Comum das Escolas Técnicas Estaduais**. <<http://www.portal.cps.sp.gov.br/etec/regimento-comum/regimento-comum-2013.pdf>> Acesso em: 21 dez. 2017.

CENTRO PAULA SOUZA. Jornal do Centro Paula Souza de agosto de 1992. **Arquivo Histórico**. Acervo do Centro de Memória da Educação Profissional e Tecnológica, em 2019.

CONDEPHAAT. Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo. **Tombamento do conjunto de edifícios da Escola Politécnica**. Disponível em: <http://www.cultura.sp.gov.br/.../menuitem.bb3205c597b9e36c3664eb10e2308> . Acesso em: 12 mai. 2015.

COSTA, Luciana Ferreira da. Tendências temáticas na produção científica em Museologia no Brasil. **Revista Iberoamericana de Turismo**. Volume 7. Dossiê Número 3, dez. 2017, p. 229-267. Disponível em: <http://www.seer.ufal.br/index.php/ritur> Acesso em: 18 set. 2019.

DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Resolução SC – 186, de 12 de dezembro de 2002**. Tombamento do conjunto de edifícios que abrigou a Escola Politécnica. D.O.E. Poder Executivo, Seção I, São Paulo, 113 (1), quarta-feira, 1º de janeiro de 2003 – 11

JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. **Revista Brasileira de História da Educação**, nº1, p.10, 2001.

LOUVAIN, P. **Preservação do Patrimônio Cultural Científico e Tecnológico Brasileiro**. Dissertação de Mestrado. UNIRIO.MAST.2015

MORAES, Carmen Sylvia Vidigal; CARVALHO, Maria Lucia Mendes de. A preservação da memória educacional no Brasil: a contribuição das instituições de ensino e o desenvolvimento de políticas públicas. In: XIII Congresso Iberoamericano Historia de la Educación en Latinoamérica Política, Espacio Público y Disputas en la Historia de la Educación en América Latina. A 100 años de la reforma de Córdoba Montevideo, em Montivideo **Anais [...]** Montevideo/Uruguai, 2018. Disponível em: <<http://www.memorias.cpscetec.com.br/publicacoes/artigos/MLMCarvalhoBRCIHELA2018PEFPA6jan2018GEPEMHEP.pdf>> Acesso em: 21 ago. 2019.

MOTOYAMA, Shozo (org.). **Educação Técnica e Tecnológica em Questão**. 25 anos do CEETEPS. Uma história vivida. São Paulo: Editora da UNESP: CEETEPS, 1995.

OLIVEIRA, Lauro Carvalho de. **Faculdade de Tecnologia de Sorocaba**: da gênese à consolidação. 257p. Tese (Doutorado em Educação) na Universidade de Sorocaba. 2014.

PADILHA, Rodrigo Bastos. **Antonio Francisco de Paula Souza**. Engenheiro. Político e Educador. 1ª Edição. São Paulo: Leopardo Editora. 2010. 137p.

PREZOTO, Marco Anselmo de Godoi. **O pensamento estratégico e as instituições de ensino superior tecnológico**. A experiência do Centro Paula Souza. 203 p. Dissertação no Programa de Mestrado em Tecnologia: gestão, desenvolvimento e formação. Centro Paula Souza, 2009.

SAAD, Ana Lúcia. Edifícios – sua trajetória na formação de tecnólogos no estado de São Paulo. In: CARVALHO, Maria Lucia Mendes de Carvalho (org.). **Patrimônio, Currículos e Processos Formativos**. Memórias e história da educação profissional. São Paulo: Centro Paula Souza, 2013, p.335-356.

SÃO PAULO. SÃO PAULO (Estado). **Decreto-Lei de 6 de outubro de 1969**. Cria, como entidade autárquica, o Centro Estadual de Educação Tecnológica de São Paulo e dá providências correlatas. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto.lei/1969/decreto.lei-0-06.10.1969.html#:~:text=47%2C%20de%207%20de%20fevereiro,sede%20e%20f%C3%B4ro%20na%20Capital>. Acesso em: 25 set. 2019.

SÃO PAULO. SÃO PAULO (Estado). **Decreto estadual nº 58.052, de 16 de maio de 2012**. Regulamenta a Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, que regula o acesso a informações e dá providências correlatas. Disponível em: <http://www.legislacao.sp.gov.br/legislacao/dg280202.sf/5fb5269ed17b47a-b83256cfb00501469/0d8cf8dcbd4ef45f83257a010046ef75?OpenDocument>. Acesso em: 16 ago. 2017.

SODRÉ, Roberto Costa de Abreu. **Aula inaugural no Centro Estadual de Educação Tecnológica**. Desenvolvimento e Educação Tecnológica. Sede da Federação e Centro das Indústrias do Estado de São Paulo. São Paulo: Tipografia Edanec S.A. agosto. 1970, 24p.

TAIRA, Lincoln. **Relações históricas no universo da Fatec SP: técnica-tecnologia-educação**. 142p. Tese (Doutorado em História). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. 2005.

TAIRA, Lincoln. Tecnologia e Poder: a educação tecnológica em São Paulo (1911/1990). **Projeto História**. São Paulo, n. 34, p. 147-167, jun. 2007. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/2471> Acesso em 25 set. 2019.





# VERTICALIZAÇÃO CURRICULAR: INTEGRAÇÃO DOS ENSINOS MÉDIO TÉCNICO E SUPERIOR TECNOLÓGICO

**Almério Melquíades Araújo**

Coordenador do Ensino Médio e  
Técnico do Centro Paula Souza

## 1. APROVEITAMENTO DE SABERES E COMPETÊNCIAS: BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO

Nos anos 1980, o Centro Paula Souza (CPS) passou a oferecer, além dos Cursos Superiores de Tecnologia (CST), desde 1969, o Ensino Médio Técnico e Profissional<sup>1</sup> (EMTP). Era inevitável, então, que as discussões referentes às semelhanças entre os currículos dos cursos do mesmo eixo Tecnológico, segundo o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (CNCT), dos níveis médio e superior, emergissem no seio da comunidade, em diferentes fóruns da área, além das discussões informais promovidas pela comunidade escolar.

Nessa atmosfera, os estudantes concluintes dos cursos técnicos que ingressavam em Cursos Superiores de Tecnologia e bacharelados constatavam que alguns conhecimentos e habilidades desenvolvidos no curso técnico lhes eram, novamente, “ensinados”. Como isto acontecia em diferentes disciplinas e semestres, provocava uma certa frustração ao estudante, contribuindo para uma possível desistência do curso e até mesmo a não procura por estas formações.

Semelhante ao que também ocorria em outras redes de Educação Profissional e Tecnológica (EPT), públicas e privadas, tal incoerência curricular tem se mantido em instituições nas quais há oferta dos dois níveis de formação, médio e superior.

Para mitigar este impasse, criou-se o aproveitamento de competências e, consequentemente, dispensas de disciplinas dentro do mesmo nível de formação, mesmo com transferências de alunos de diferentes instituições ou entre cursos semelhantes da mesma instituição.

Ainda nesse âmbito, outra ação que objetiva validar os saberes obtidos em outros contextos é a validação de diplomas de estudantes estrangeiros e até de estudantes brasileiros que fizeram cursos no exterior, nos dois níveis educacionais. Este atendimento se dá há décadas. Em boa parte, o processo é realizado pela análise comparativa dos currículos, entrevistas e até avaliação por uma banca de professores.

Porém, o aproveitamento de competências esbarra em interpretações da legislação nos diferentes parâmetros, para elaboração dos projetos pedagógicos dos dois

---

<sup>1</sup> Adotaremos a nomenclatura EPT para Educação Profissional e Tecnológica, em consonância com as atuais publicações da área.

níveis de formação e na falta de procedimentos que permitam às Instituições de Ensino Superior atenderem as possíveis solicitações de dispensas de componentes curriculares dos alunos. Da mesma forma, estudantes com experiência profissional na área dos cursos técnico ou tecnológico poucas vezes têm suas competências avaliadas, reconhecidas e aproveitadas ao longo das diferentes formações.

Ainda com a intenção de valorizar os conhecimentos desenvolvidos pela prática profissional, constatamos que, nos últimos dez anos, as Unidades do Ensino Médio e Técnico, as Etecs do CPS, passaram a oferecer as vagas remanescentes dos segundos módulos/semestres dos cursos técnicos subsequentes, do período noturno, para trabalhadores com experiência na área do curso e com Ensino Médio completo. Esse processo se dá a partir das avaliações das competências previstas no primeiro módulo/semestre de diferentes cursos, com 8.000 inscrições em média.

Portanto, vê-se que esse conjunto de experiências, para além da oferta regular de mais de 130 cursos técnicos, em distintas modalidades, permite a consolidação da formação técnica de nível médio por competência, estabelecida pelas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) para a EPT (1999) e os Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Técnico (PCNET), (2000).

## 2. O ACASO E A NECESSIDADE<sup>2</sup>

A definição de competência como a capacidade de mobilizar conhecimentos, habilidades e valores, no enfrentamento de situações-problema, estabelecidas na DCN para a EPT e PCNET, já mencionado, aproximou a educação profissional de nível médio à complexidade dos processos de produção, permeados pela automação e novas formas de trabalho.

Sabe-se que, contemporaneamente, o uso intensivo de tecnologias associado ao processo cooperativo de trabalho alterou os perfis profissionais, exigindo raciocínio lógico, trocas de ideias para soluções coletivas e divisão de responsabilidades em projetos para atingimento de metas.

Diante desse cenário, era necessário que o CPS superar o modelo de formação profissional de caráter tecnicista, que subdividia o desenvolvimento dos cursos em teoria e prática, disciplinas estanques, com suas ementas e bibliografias e avaliações distintas etc. Logo, o desafio posto no início do século XXI era se contrapor à inércia dos processos didáticos, dominantes no século XX.

Sob esta ótica, com a intenção de revisitar estas propostas pedagógicas, a substituição gradual das disciplinas por projetos na organização e no desenvolvimento dos currículos dos cursos técnicos tem exigido do CPS um programa contínuo de capacitação docente, para ampliar as competências didáticas e a atualização tecnológica dos professores.

Se o acaso tem um papel importante nas mudanças pessoais, profissionais, culturais, econômicas e sociais, as necessidades direcionam com mais objetividade o aproveitamento das oportunidades que surgem, mesmo que inesperadamente.

Este ambiente institucional, aberto às inovações pedagógicas e às incorporações de novas tecnologias, permitiu a implantação de um projeto revolucionário: a

---

2 Título da obra de Jaques Monod (1970)

articulação da EPT nos níveis médio e superior – Articulação dos Ensinos Médio/Técnico e Superior/Tecnológico (AMS).

### 3. PTECH: ESTÍMULO AO PROSSEGUIMENTO DE ESTUDOS EM PARCERIA COM O SETOR PRODUTIVO

O mundo natural exige uma força externa para que um corpo mude sua velocidade<sup>3</sup>, seu estado de movimento. Nesse sentido, podemos afirmar que a apresentação do projeto PTech (*Pathways in Technology Early College High School*<sup>4</sup>) da International Business Machines Corporation, conhecida como IBM, para dirigentes do CPS em 28 de junho de 2018, foi o impulso que determinou uma mudança de procedimentos, abrindo caminho para uma inovação importante na EPT de São Paulo.

Os princípios desse projeto eram, em síntese, a parceria de Instituições de Ensino Superior com escolas de Ensino médio para:

- A) Frequência de alunos do Ensino Médio em algumas disciplinas dos seus cursos superiores;
- B) Desenvolvimento de atividades programadas nas empresas parceiras do projeto;
- C) Aproveitamento desses créditos para os alunos que ingressarem em seus cursos superiores.

Esses pressupostos trouxeram à minha memória a discussão inacabada sobre a verticalização curricular e participação do setor produtivo na formação profissional. Foi uma oportunidade para, aceitando o apoio externo, propor ao CPS um passo importante para iniciar uma caminhada na direção da integração dos ensinos médio/técnico e superior/tecnológico.

### 4. APROVEITAMENTO CURRICULAR EM CURSOS DE DIFERENTES NÍVEIS

Diferentemente do Ptech, a proposta de um projeto pedagógico único para a EPT nos níveis médio e superior pressupunha uma análise de, pelo menos, dois cursos do mesmo eixo tecnológico, nos dois níveis, constantes nos CNCT e Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia (CNCST).

Esse trabalho demandou a formação de um Laboratório de Currículo (LC), com a participação de professores com experiência nos dois níveis de formação e de especialistas do setor produtivo, relacionados aos cursos.

Foi importante, também, que a equipe de especialistas do LC dominasse o conceito de competência e a relação entre as atribuições profissionais e os perfis de conclusão de cada etapa do itinerário formativo.

---

3 Princípio da inércia

4 Tradução

Uma única equipe, construindo um projeto pedagógico envolvendo os dois níveis da EPT, foi um fato novo e importante no campo da elaboração de currículos. Isso fazia com que o desenvolvimento do CST partisse de um itinerário técnico e profissional de 1.200h, com uma turma formada com alunos de mesma faixa etária, saberes semelhantes e com interesses de profissionalização afinados.

É importante ter em conta que a implantação dessa proposta, além de superar décadas de separação entre a construção e desenvolvimento dos cursos técnicos de tecnologia, criamos as condições para que um curso técnico pudesse acontecer numa Faculdade de Tecnologia (Fatec).

Para isso, diretores de Etec e Fatec fizeram em conjunto a solicitação dos dois cursos correlatos com a garantia de parceria com a empresa, nos quais seriam desenvolvidas as atividades relacionadas à Matriz de Referência, constante no projeto pedagógico do curso de EMTP.

Isto posto, coube à Unidade do Ensino Médio e Técnico (Cetec) e à Unidade do Ensino Superior de Graduação (Cesu) formarem uma equipe, com professores experientes em elaboração de cursos técnico e cursos de tecnologia, para a construção de um itinerário formativo que abrangesse os dois níveis de formação profissional.

A parceria com uma empresa de tecnologia da informação resultou na escolha do curso técnico em Desenvolvimento de Sistema (DS) e do curso superior de tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas (ADS), para ser o piloto da Articulação dos Ensinos Médio/Técnico e Superior/Tecnológico (AMS).

Dessa forma, análise comparativa dos currículos de DS e ADS levou à supressão de 10 disciplinas do CST, cujos conteúdos estavam previstos no curso técnico. Isto favoreceu uma reestruturação do curso superior, permitindo que, mesmo com a carga horária mínima prevista no CNCST, o curso se adensasse, pois seria restrito aos concluintes do curso técnico. O mesmo trabalho foi realizado com mais três pares de cursos: Administração/Gestão Empresarial, Logística/Logística e Química/Processos Químicos.

A esse processo integrado de no mínimo cinco anos de formação, ainda se somam as 200 horas de contextualização profissional na empresa parceira, planejada à luz de uma matriz de competências.

Para o cumprimento das 3.000h/3.600h aulas do EMTP e as 2.000h/2.400 h. aulas do CST, foi estabelecido o período de 5 anos para o projeto pedagógico completo (Quadro 1).

**Quadro 1 – Síntese da Matriz Curricular do AMS – EMTP – DS e CST – ADS.**

| Síntese da Matriz Curricular do AMS: EMTP-DS e CST-ADS |               |              |                                      |                                       |                    |
|--------------------------------------------------------|---------------|--------------|--------------------------------------|---------------------------------------|--------------------|
| Ensino Médio Técnico e Profissional (3 anos)           |               |              | Ensino Superior Tecnológico (2 anos) |                                       |                    |
| BNCC - Áreas de conhecimento                           | Aulas*        | Horas        | Básicas                              | Aulas*                                | Horas              |
| Linguagens e suas Tecnologias                          | 800           | 650          | Matemática e Estatística             | 150                                   | 130                |
| Matemática e suas Tecnologias                          | 320           | 250          | Comunicação em Língua Estrangeira    | 160                                   | 130                |
| Ciências da Natureza e suas Tecnologias                | 480           | 400          |                                      |                                       |                    |
| Ciências Humanas e Sociais Aplicadas                   | 600           | 500          |                                      |                                       |                    |
|                                                        |               |              |                                      | <b>TOTAL</b>                          | <b>320 260</b>     |
|                                                        |               |              |                                      |                                       |                    |
|                                                        |               |              |                                      | <b>Profissionais</b>                  | <b>Aulas*</b>      |
|                                                        |               |              |                                      |                                       | <b>Horas</b>       |
|                                                        |               |              |                                      | Projeto Integrador                    | 320 270            |
|                                                        |               |              |                                      | Tecnológicas específicas para o curso | 1.680 1.400        |
|                                                        |               |              |                                      | Gestão                                | 80 70              |
|                                                        |               |              |                                      | <b>TOTAL</b>                          | <b>2.080 1.740</b> |
|                                                        |               |              |                                      |                                       |                    |
| <b>Itinerário Técnico e Profissional</b>               | <b>Aulas*</b> | <b>Horas</b> |                                      |                                       |                    |
|                                                        | 1.400         | 1.200        |                                      |                                       |                    |
| <b>TOTAL</b>                                           | <b>1.400</b>  | <b>1.200</b> |                                      |                                       |                    |
|                                                        |               |              |                                      |                                       |                    |
| <b>TOTAL GERAL</b>                                     | <b>3.600</b>  | <b>3.000</b> |                                      | <b>TOTAL GERAL</b>                    | <b>2.400 2.000</b> |

\*aulas de 50 min

**Fonte:** Banco da Dados Cetec. (CENTRO PAULA SOUZA, 2022)

Como se depreende dessa matriz curricular, os três primeiros anos da AMS compreenderam a alternativa do Ensino Médio com itinerário técnico e profissional, instituído pela Lei nº 13.415/2017. (BRASIL, 2017)

A integração entre as competências previstas nas quatro áreas de conhecimento e as que constituem o itinerário técnico, além da terminalidade profissional, constroem uma sólida base para uma formação superior, num determinado Eixo Tecnológico.

Ao longo do desenvolvimento do EMTP, ocorreram as atividades nas empresas para construção e avaliação das sete competências previstas na Matriz de Referência, constante no Plano de Curso, definidas em conjunto com a empresa, a partir da avaliação do que era possível planejar, desenvolver e avaliar, em até 200h de atividades de contextualização coletiva na empresa.

Estas competências foram relacionadas à aptidão para a boa convivência no ambiente de trabalho, à uma consciência que o desempenho profissional depende também da leitura das diferentes etapas do processo produtivo e a relevância da empatia e do respeito à sustentabilidade.

Síntese das competências da Matriz de Referência:

- Demonstrar ética profissional;
- Demonstrar capacidade de lidar com situações novas e inusitadas;
- Demonstrar proatividade, iniciativa e resiliência no desenvolvimento de atividades;
- Identificar normas, regulamentos e legislações adequados ao contexto de trabalho;
- Aplicar as melhores práticas no âmbito da área profissional;
- Identificar tendências, demandas e situações-problema no âmbito da área profissional;
- Atualizar-se a respeito de novas tecnologias referentes à área de atuação.

Na formação superior, 4º e 5º anos, o processo de contextualização profissional é planejado e desenvolvido a partir do Projeto Integrador (270 horas), previsto no projeto pedagógico do CST.

No modelo tradicional de ingresso nas Fatecs (Figura 1), vestibular, as turmas dos CST são heterogêneas, formadas por egressos do Ensino Médio propedêutico e de diferentes cursos técnicos, fazendo com que as duas formações somem seis anos.



**Figura 1** – Modelo tradicional de ingresso ao curso superior tecnológico.  
**Fonte:** Elaborado pelo autor, 2022.

Esse processo de formação, pelas razões já mencionadas, tem apresentado problemas para o desenvolvimento dos cursos, seja pela evasão, seja pelo tempo de conclusão do

CST, que pode atingir até o dobro do mínimo previsto. A semestralidade estabelecida no Plano de Curso termina por se fragmentar em matrícula por disciplina, causando uma dispersão das turmas e, consequentemente, separação daqueles que ingressam no mesmo período.

No projeto pedagógico da AMS isto não ocorre, ao contrário, todos os alunos do CST têm, como já mencionado, semelhantes patamares de conhecimentos e habilidades, bem como uma mesma definição para uma formação superior e possibilidades para carreira profissional.

Portanto, observou-se que um Ensino Médio vocacionado, com ênfase em uma ou mais área de conhecimento, que se entrelaça com um itinerário técnico e profissional, permite que os jovens façam uma escolha de prosseguimento de estudos com pequeno risco de decepção e abandono, elevando o índice de permanência e de graduação.

Apenas três diretores de Etec e três de Fatec decidiram implantar a proposta da AMS e enfrentar os riscos que um projeto original e inovador sempre apresenta ao longo de seu desenvolvimento.

Passar das experiências de planejamento e gestão de um curso por uma unidade de ensino para um planejamento de gestão compartilhada por três entidades requeria de todos renúncia de conceitos/concepções e buscar consenso a cada passo do processo pedagógico. A aceitação dessa premissa fez com que se superasse a tradição das (re)elaborações de currículos por nível de formação profissional e, quase sempre, sem uma participação incisiva dos respectivos setores produtivos.

Nesse sentido, o apoio das equipes da IBM e da Volkswagen foi determinante para que a parceria se consolidasse na oferta de 3 turmas de 40 vagas, para 2019.

As turmas de EMTP funcionaram nas dependências das Fatecs, no período da tarde, o que exigiu um bom entrosamento entre o corpo docente e as equipes dirigentes das duas unidades de ensino, para a definição das responsabilidades de ambas as partes. O apoio da equipe gestora do projeto, vinculada à Administração Central do CPS, fez com que as questões administrativas fossem superadas e a interação entre as partes envolvidas fluísse bem.

O compartilhamento de salas de aulas e laboratórios, entre professores e alunos de ensinos médio e superior, em pequena escala, já acontece há décadas. Mas, essa partilha para o desenvolvimento e a gestão de um único projeto pedagógico é um verdadeiro salto na compreensão da formação profissional no Brasil.

Outra inovação é que a mesma equipe construiu o currículo, integrando os dois níveis de formação, respeitando as cargas horárias, os perfis previstos nos dois catálogos nacionais de cursos técnicos e de cursos superiores de tecnologia. Esse único itinerário formativo, de no mínimo 5 anos, forma um profissional com maior nível de competência, e, consequentemente, com mais capacidade de contribuir para aprimoramento de serviços e produtos.

A matriz de referência norteadora das atividades planejadas e desenvolvidas pela empresa é o terceiro componente desse projeto, pois consolida o envolvimento do setor produtivo evidenciando, assim, seu caráter tripartite. Essa matriz tem dois objetivos: referenciar o plano de atividades a serem desenvolvidas nas empresas e contribuir para o processo de ingresso no CST, não mais por meio do vestibular.

Isto fez com que todas as empresas participantes do desenvolvimento do mesmo curso técnico seguissem o mesmo padrão de atividades e de acompanhamento, processo era acordado entre as empresas, os gestores do programa e os diretores das duas unidades de ensino, Etec e Fatec.

Logo, o concluinte do curso técnico, que também desenvolveu com sucesso as atividades na empresa, tem a opção de ingresso no CST correlato, na Fatec na qual fez o EMTP, sem a tradicional prova de vestibular.

O primeiro ano do projeto foi um aprendizado para todas os envolvidos, que fizeram várias reuniões e intensa troca de mensagens na busca constante de consensos.

## 5. SUPERANDO A INCERTEZA: TRÊS ANOS DE EXPERIÊNCIA

O preenchimento das 120 vagas oferecidas para o curso técnico em Desenvolvimento de Sistemas, deu início ao projeto AMS em três Fatecs, em 2019.

O envolvimento e zelo de seis diretores de Etec e Fatec no acompanhamento de cada passo do projeto garantiu rápida adaptação dos ingressantes aos campi das Fatecs<sup>5</sup>. Assim, o desenvolvimento da 1ª série do curso técnico e das atividades na empresa transcorreu conforme o previsto.

Mas, para que isso se desse, a IBM ofereceu capacitações aos professores que atuaram no desenvolvimento da 1ª série/ano do curso, nas três unidades do ensino superior.

Em maio deste mesmo ano, 2019, foi oficializada a parceria com a Volkswagen do Brasil com o CPS para a concretização das atividades relativas a uma das turmas abrigada no *campus* da Etec e Fatec de São Caetano do Sul.

Em agosto, diretores e gestores do projeto participaram do evento Planet P-TECH em New York, para troca de experiências com gestores do P-TECH em 13 países, sob o comando da IBM.

No ano seguinte, em 2020, em função da ampliação do programa AMS para mais 19 Etecs e 17 Fatecs, foi realizada uma chamada pública para a adesão de empresas. Este processo resultou no envolvimento de mais 13 empresas, sinalizando um crescimento sustentável do projeto.

Então, passamos a ter o Quadro 2, a seguir:

**Quadro 2** – Articulação dos Ensinos Médio/Técnico e Superior/Tecnológico.

| ETEC | FATEC | EMPRESAS | TURMAS | ALUNOS |
|------|-------|----------|--------|--------|
| 22   | 20    | 15       | 30     | 1.023  |

**Fonte:** Banco de Dados Cetec. (CENTRO PAULA SOUZA, 2022)

A suspensão das atividades presenciais nas empresas e unidades de ensino na 2ª quinzena de março de 2020 devido à pandemia da Covid-19 não comprometeu o prosseguimento das ações relativas ao programa, que tiveram que se adequar aos limites das plataformas digitais, com outras formas de trabalho.

<sup>5</sup> Excepcionalmente, em São Caetano do Sul, o curso técnico foi desenvolvido na própria Etec, que divide o *campus* com a Fatec.

Em fevereiro de 2021, foi realizada a abertura do 2º Chamamento Público para adesão de novas empresas ao programa, o que resultou na inclusão de mais 17 empresas parceiras.

Ao longo do ano, as reuniões com gestores regionais, diretores das Etecs e Fatecs envolvidas no programa, empresas parceiras e outras interessadas em conhecer a AMS foram promovidas.

Os números do programa neste ano no qual as primeiras turmas concluíram a etapa de formação profissional de nível médio, estão apresentados no Quadro 3:

**Quadro 3** – Concluintes da Articulação dos Ensinos Médio/Técnico e Superior/Tecnológico.

| ETEC | FATEC | EMPRESAS | TURMAS | ALUNOS |
|------|-------|----------|--------|--------|
| 24   | 22    | 31       | 57     | 2.047  |

**Fonte:** Banco de Dados Cetec. (CENTRO PAULA SOUZA, 2022)

## 6. A SEGUNDA FASE DA AMS: UM INÍCIO EXITOSO

Dessa forma, dos 120 alunos ingressantes no piloto da AMS, 104 concluíram, ou seja, 86%. Mas, o mais importante é que destes concluintes, 83% decidiram prosseguir seus estudos no CST de ADS.

Considerando que a média de ingressantes nas Fatecs do CPS, que são egressos dos cursos técnicos das Etecs, não atinge 15%, esse resultado é animador, mesmo que se trate de apenas três turmas.

Como o EMTP das Etecs tem uma permanência média de 83,82%, há uma expectativa que nos dois anos do CST as turmas se mantenham e haja um alto índice de graduados, no tempo mínimo previsto de cinco anos.

Se isto se der, teremos um amplo caminho de sucesso para a EPT, fundado na parceria da escola técnica com a faculdade de tecnologia e empresas relacionadas a cada área de formação.

O Quadro 4 revela que a pandemia do Covid-19 não teve impacto na oferta geral de turmas (82), nem no índice médio da permanência dos alunos (86%). Algumas turmas foram descontinuadas e outras acrescentadas, mantendo nos últimos três anos uma oferta de, aproximadamente, 1.060 vagas.

O retorno à presencialidade das atividades de ensino de ensino e aprendizagem após as restrições de circulação de pessoas nos espaços escolares e das empresas parceiras no ápice da pandemia da Covid-19, nos mostrou na prática possibilidades das experiências pedagógicas, abrindo perspectivas para uma ampliação mais dinâmica do AMS.



**Quadro 4** – Matrículas Articulação dos Ensinos Médio/Técnico e Superior/Tecnológico, em 2022.

| CURSOS                                                              | 1º ANO | 2º ANO | 3º ANO | 4º ANO | TOTAL |
|---------------------------------------------------------------------|--------|--------|--------|--------|-------|
| Administração / Gestão Empresarial                                  | 232    | 213    | 230    |        | 675   |
| Desenvolvimento de Sistemas / Análise e Desenvolvimento de Sistemas | 624    | 595    | 489    | 87     | 1.795 |
| Logística / Logística                                               | 122    | 141    | 76     |        | 339   |
| Química / Processos Químicos                                        | 37     | 37     | 33     |        | 107   |
| Total                                                               | 1.015  | 986    | 828    | 87     | 2.916 |

**Fonte:** Banco de Dados Cetec. (CENTRO PAULA SOUZA, 2022)

## 7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O modelo original de verticalização curricular (AMS) é mais complexo que o tradicional aproveitamento de saberes e habilidades, aparentemente mais simples, cuja iniciativa de solicitação ficava para os alunos que padeciam à mercê de trâmites burocráticos. Mas, um único projeto pedagógico integrando os cursos técnicos com os cursos correlatos no nível superior, incluindo a participação de empresas dos respectivos setores produtivos, permite um itinerário formativo harmonioso e contextualizado. Os índices de permanência e sucesso escolar possibilitam vislumbrar uma nova alternativa de construção e desenvolvimento curricular da EPT.

## 8. REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Conselho Nacional de Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. 2018. 600p. Disponível em [http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC\\_EI\\_EF\\_110518\\_versaofinal\\_site.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf). Acesso em 06 mai. 2022.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Geral. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017**. Altera as Leis nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei nº 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2017/lei/l13415.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13415.htm)>. Acesso em 06 mai. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução nº 2, de 15 de dezembro de 2020**. Aprova a quarta edição do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/docman/dezembro-2020-pdf/167211-rceb002-20/file>. Acesso em: 06 mai. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia**. 2016. 194 p. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/docman/outubro-2018-pdf-1/98211-cncst-2016-a/fileCNCST>. Acesso em 06 mai. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CP nº 1, de 5 de janeiro de 2021. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica**. Diário Oficial da União. Edição 3. Seção 1, p. 19. Disponível em <https://www.in.gov.br/web/dou/-/resolucao-cne/cp-n-1-de-5-de-janeiro-de-2021-297767578>. Acesso em: 06 mai. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Educação Profissional. **Referenciais curriculares nacionais da educação profissional de nível técnico**. 2000. 127p. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/introduc.pdf>. Acesso em: 06 mai. 2022.

CENTRO PAULA SOUZA. Unidade de Ensino Médio e Técnico. **Banco de dados Cetec**. Disponível em <http://bdcetec.cpscetec.com.br/index.php>. Acesso em: 06 mai. 2022.

MONOD, Jaques. **O acaso e a necessidade**. 1ª ed. Europa América, 1970.

## SOBRE OS AUTORES

**Alan Marcos Silva de Rezende** possui graduação em Matemática Licenciatura pela Universidade Federal de Sergipe (2014). Mestrado em Ensino de Ciências e Matemática pelo Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Matemática – UFS (2016). Doutorado em Ciências pelo programa de pós-graduação em Educação e Saúde na Infância e na Adolescência da Universidade Federal de São Paulo (2021), com apoio financeiro da FAPESP (2018/08760-8). Realizou estágio de doutorado na Itália no período entre 2019 e 2020. Ganhador do prêmio EFLCH – UNIFESP de melhor Tese (2022). Indicação ao Prêmio CAPES de Dissertações e Teses. Pós doutorando do Programa de Pós-graduação em Ensino de Ciências e Matemática da Universidade Federal do Maranhão. Membro do grupo de pesquisa Núcleo de Investigação sobre História e Perspectivas atuais da Educação Matemática – NIHPEMAT coordenado pela Profa. Dra. Ivanete Batista dos Santos (UFS) e do Grupo de Pesquisa de História da Educação Matemática – GHEMAT Brasil, coordenado nacionalmente pelo Prof. Dr. Wagner Rodrigues Valente (UNIFESP – Guarulhos).

**Alba Fernanda Oliveira Brito** é Mestre em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo no programa Educação: História, Política, Sociedade. Possui especialização em Registros Acadêmicos pela Universidade Federal do Paraná – UFPR (1998). Possui graduação em Licenciatura em Estudos Sociais e Licenciatura Plena em Geografia pela Faculdade Integradas Alcântara Machado, denominada hoje, Centro Universitário das Faculdades Metropolitanas Unidas (1991). Aprovada em Concurso Público de Provas e Títulos para o cargo de Técnico em Assuntos Educacionais do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo – IFSP (2007). Tem experiência na área de Educação, ministrando aulas de geografia e atuando em atividades pedagógicas voltadas para o ensino profissional. Responsável pela Coordenadoria de Documentação e Memória do IFSP – *campus* São Paulo e do Centro de Memória do IFSP. Membro dos Grupos de Pesquisas: História das Instituições e dos Intelectuais da Educação no Brasil – PUC-SP e do Núcleo de Pesquisa em História e Memória da Educação Profissional e Tecnológica (NUPHMEPT) do IFSP.

**Américo Baptista Villela** é Mestre em História da Educação pela Faculdade de Educação (2011). Graduado em História pelo Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (1991) e ambos na Universidade Estadual de Campinas. Atualmente é historiador lotado no Museu da Cidade, órgão da Prefeitura Municipal de Campinas e Professor da Etec Bento Quirino, atuando principalmente nos seguintes temas: museus, educação, história e Campinas. É membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em Memórias e História da Educação Profissional do Centro Paula Souza desde 2008.

**Almério Melquíades de Araújo** possui graduação em Física pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1981), graduação em Pedagogia pela Faculdade de Ciências e Letras Professor Carlos Pasquale (1991) e Mestrado em Educação (Supervisão e Currículo) pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1995). É pesquisador da área de Currículo em Educação Profissional e Tecnológica, participando e organizando congressos, seminários, feiras e comis-

sões que tratam do assunto. Membro da Comissão Executiva do Fórum da Educação Profissional do Estado de São Paulo; Presidente das Comissões de Qualificação de Diretores e de Coordenadores de Área Acadêmica e Pedagógica e do Comitê de Diretores das Escolas Técnicas Estaduais de São Paulo. Atualmente é Coordenador da Unidade do Ensino Médio e Técnico do Centro Paula Souza, respondendo pelos grupos de elaboração e reformulação curricular, capacitação continuada de docentes, educação a distância e supervisão educacional.

**Amaro Carvalho da Silva** possui Licenciatura em Filosofia pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto (1978). Fez Estágio Pedagógico no grupo 10º B (Filosofia) do Ensino Secundário na Escola Secundária de Avelar Brotero, em Coimbra (1979-1980). Membro efetivo e investigador do Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa (CEHT-UCP) – Palma de Cima, em Lisboa (2010-2018). A ligação a este Centro de Estudos começou por ser informal (1997-2010), tendo-se iniciado com a publicação do livro *O Partido Nacionalista no contexto do Nacionalismo Católico* (1996). Professor de Filosofia jubilado do quadro da Escola Secundária Maria Amália Vaz de Carvalho, em Lisboa.

**Ana Claudia Câmara Pereira** é Mestra em Educação Escolar pela Faculdade de Ciências e Letras da Unesp – *campus* Araraquara (2021). Possui especialização em Sistemas de Informação pela Unicep São Carlos (2002) e em Formação de Orientadores de Aprendizagem para Educação à Distância pela PUC São Paulo (2010). Graduada em Processamento de Dados pela Fatec de Taquaritinga (1996) e Licenciada em Pedagogia pela Uniseb (2010). Docente da área de Informática na Etec Sylvio de Mattos Carvalho desde 1999, exercendo atualmente a Direção dessa instituição.

**Analder Magalhães Honório** é Tecnólogo em Processamento de Dados pela Fatec Taquaritinga (2008). Licenciado em Informática pela Fatec Americana (2010), com especialização em Educação Especial e Inclusiva pelo Centro Universitário Barão de Mauá de Ribeirão Preto (2010) e Licenciatura em Pedagogia pelo Centro Claretiano de Batatais (2014). Ingressou no Centro Paula Souza em 2008, quando passou a lecionar disciplinas do curso Técnico em Informática na Etec Sylvio de Mattos Carvalho onde leciona até hoje. Durante os anos de 2012 e 2013 foi Coordenador de cursos Técnico em Informática e Técnico Informática para Internet. Diretor de Serviços da área Acadêmica, entre 2013 e janeiro de 2017, quando assumiu na Diretoria de Serviços da área Administrativa. Pesquisador da História Institucional da Etec Sylvio de Mattos Carvalho, e membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em Memórias e História da Educação Profissional e Tecnológica (GEPEMHEP) desde 2012.

**Andréia Fernandes de Souza** possui graduação em Educação Artística e Pedagogia. Fez cursos complementares voltados para a prática docente. Atua nas redes pública municipal e estadual de São Paulo como professora dos Anos Iniciais. Membro do Grupo de História da Educação Matemática (GHEMAT) pesquisando os saberes profissionais do professor que ensina matemática (1890-1990)

**Anieli Joana de Godoi** é Doutoranda pelo Programa de Pós-graduação em Educação Científica e Tecnológica (PPGECT) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Mestra em Educação Científica e Tecnológica (PPGECT) pela UFSC (2020), e Professora Efetiva de

Matemática na Rede Estadual de Ensino de Santa Catarina. Possui graduação em Matemática-Licenciatura pela UFSC – *campus* Florianópolis (2011-2016). Membro do grupo de pesquisa GHEMAT/SC – Grupo de Pesquisa de História da Educação Matemática – Santa Catarina.

**Bruna Lima Ramos Giusti** é Professora contratada da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (USP) para os cursos de Pedagogia e Licenciatura em Matemática. Professora titular de cargo na rede estadual de São Paulo, na disciplina de matemática, desde 2017, atuando com a Educação de Jovens e Adultos no município de Diadema. É Doutora em Ciências (programa de pós-graduação de Educação e Saúde na Infância e Adolescência) pela Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP) – *campus* Guarulhos. Área de concentração: Ensino. Mestre em Ciências – Ensino (UNIFESP). Possui graduação em Ciências – Licenciatura em Matemática, realizada na UNIFESP, *campus* Diadema e graduação em Pedagogia (UNISA). Suas pesquisas estão inseridas na História da Educação Matemática. É integrante do GHEMAT (Grupo de Pesquisa de História da Educação Matemática no Brasil) desde 2014.

**Camila Polido Bais Hagio** é Mestre em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de São Paulo – FAU/USP (2014). Tem pós-graduação em Aperfeiçoamento em Artes Visuais pela UNICAMP (2008) e graduação em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – UNESP *campus* Bauru (2005). Trabalha como docente desde 2005 pelo Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza, atualmente é professora da Escola Técnica Estadual Getúlio Vargas nos cursos técnicos de Edificações e Design de Interiores. Faz parte do Grupo de Estudos e Pesquisas em Memórias e História da Educação Profissional (GEPEMHEP) desde 2016.

**Carlos Alberto Diniz** é Doutor em Educação pela Faculdade de Filosofia e Ciências da Unesp *campus* Marília (2017). Possui Pós-Doutorado (2020) e Mestrado em Educação Escolar pela Faculdade de Ciências e Letras da Unesp *campus* Araraquara (2014). Graduado em Pedagogia pelo Centro Universitário Uniseb (2010) e em Tecnologia em Processamento de Dados pela Fatec de Taquaritinga (2002). Tem experiência na área de Educação, com ênfase em História da Educação, atuando principalmente nos seguintes temas: história do ensino secundário, história do ensino profissional, história das instituições escolares e política educacional. Docente da área de Informática na Etec Sylvio de Mattos Carvalho do Centro Paula Souza desde outubro de 2003, exerce atualmente a função de Coordenador Pedagógico nessa instituição, onde também desempenhou as funções de Diretor de Escola (julho de 2012 a fevereiro de 2021), Coordenador de Curso das Habilitações Profissionais de Técnico em Eletrônica (2008-2012) e Técnico em Mecatrônica (2009-2012), e de Orientador de Estágio (2004-2012).

**Clara Korukian Freiberg** possui graduação em Nutrição pela Universidade de Mogi das Cruzes (1981), Mestre em Nutrição Humana Aplicada pela Universidade de São Paulo (2000). Doutora em Ciências do Programa Ciências Médicas pela Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (2021), Licenciatura em Ciências, Licenciatura em Biologia pela Universidade de Guarulhos (1995). Atualmente é professora e supervisora de estágio do Centro Universitário São Camilo e professora do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza. Docente há cerca de 35 anos na formação de nutricionistas e 40 anos de

técnicos em Nutrição e Dietética. Tem experiência na área de Nutrição, com ênfase em Análise Nutricional de População, atuando principalmente nos seguintes temas: avaliação nutricional, antropometria, estado nutricional, consumo alimentar e risco coronariano. Pesquisadora do Estudo Longitudinal de Saúde do Adulto (ELSA-Brasil) junto a Universidade de São Paulo, uma iniciativa pioneira que envolve seis instituições públicas de ensino e pesquisa do país e apoio do Ministério da Saúde. Premiada na 5a. edição do Prêmio Henri Nestlé 2021 – Nutrição em Saúde Pública.

**David Antonio da Costa** é Doutor em Educação Matemática pela PUC/SP, com estágio realizado na modalidade sanduíche (junho 2008-maio 2009) no INRP/SHE – Institut National de Recherche Pédagogique/Service Histoire de Éducation, Paris-França (bolsista CNPq). Possui graduação em Licenciatura Matemática pela Faculdade Filosofia Ciências e Letras MOEMA (1984), graduação em Pedagogia pela Faculdade de Educação Ciências e Letras Don Domênico (2001), Mestrado em Educação Matemática pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2005) e Pós-doutorado pela Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP). Atualmente é professor associado do Departamento de Metodologia de Ensino e professor credenciado no Programa de Pós-Graduação em Educação Científica e Tecnológica da Universidade Federal de Santa Catarina. É pesquisador líder do Grupo de Pesquisa de História da Educação Matemática – GHEMAT-SC. Membro fundador da GHEMAT-BRASIL: Grupo Associado de Estudos e Pesquisas sobre História da Educação Matemática: 1º Secretário (mandato 2018-2022). Atualmente é Tesoureiro (mandato 2022-2026) Na pesquisa investiga principalmente os seguintes temas: livro didático de matemática, didática da matemática, história da educação matemática e história da matemática.

**Francisco Hernández Ortiz** é Doctor en Humanidades y Artes, Universidad Autónoma de Zacatecas. México. Integrante del Sistema Nacional de Investigadores, Nivel II, Consejo Nacional de Ciencia y Tecnología. México. Es miembro asociado del Consejo Mexicano de Investigación Educativa y de Sociedad Mexicana de Historia de la Educación. Líneas de investigación: historia de la educación, patrimonio histórico-educativo, procesos de formación docente, lenguaje y comunicación. Profesor – Investigador en la División de Estudios de Posgrado y Departamento de Historia en la Benemérita y Centenaria Escuela Normal del Estado de San Luis Potosí. Participa en los programas de licenciatura y posgrado. Profesor por oposición, Universidad Pedagógica Nacional. Unidad 24-1. Líder del cuerpo académico: Historia, Educación y Formación docente. Es autor de libros, capítulos de libros y artículos científicos publicados en revistas nacionales e internacionales en el campo de la Historia de Educación, formación docente, educación e historia de la literatura. Ha participado en congreso nacionales e internacionales en donde se ha divulgado parte de sus investigaciones.

**Emir Antonio Cruz Rentería** Licenciado en Derecho, Universidad Valle de San Luis, México. Maestro en Derecho, Universidad del Valle de México. Línea de investigación Historia del derecho y patrimonio cultural.

**Eunice Corrêa Sanches Belloti** possui graduação em Pedagogia pela Faculdade Estadual de Filosofia Ciências e Letras de Jacarezinho (1986), graduação em Formação de Psicólogos

pela Universidade Metodista de Piracicaba (1982), graduação em Licenciatura em Psicologia pela Universidade Metodista de Piracicaba (1982), Mestrado em Psicologia da Saúde pela Universidade Metodista de São Paulo (2002) e Mestrado em Psicologia e Sociedade pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2003). Atualmente presta serviço técnico especializado em Psicologia – Consultório de Psicologia. Professor da Faculdade de Tecnologia do Estado de São Paulo a partir de 26 de julho de 1994. Tem experiência na área de Psicologia, com ênfase em Psicanálise, atuando principalmente nos seguintes temas: Memória, História Oral, Informática, Psicanálise, Sociedade, Novas Tecnologias na Educação. Foi vice-presidente do Conselho Municipal de Educação de Ourinhos. Palestrante com temas voltados a Psicologia, Psicanálise e Memória. Membro do Grupo de Pesquisa em Memória e História da Educação Profissional do Centro Paula Souza (GEPEMHEP) e do Grupo de Psicanálise de Ourinhos (GEPO). Psicóloga Colaboradora Voluntária – Projeto Apoiar on-line, 2020 e 2021.

**Eva Chow Belezia** possui graduação em Engenharia Agrônoma pela Escola Superior de Agricultura Luís de Queiroz, Universidade de São Paulo (1973), graduação em Licenciatura em Ciências Agrônomicas pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (1975) e Mestrado em Educação pela Universidade Nove de Julho (2006). Tem Especialização em Administração Rural pela Universidade Federal de Lavras (1997), Cooperativismo e Desenvolvimento Local pelo Centro de Cooperação Internacional (Mashav) e Instituto Internacional para a Solidariedade e Desenvolvimento (Histradut) de Israel (2000), Economia Solidária e Desenvolvimento Local, pela Agência de Desenvolvimento Social – ADS/CUT e Instituto de Psicologia da USP (2001), Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) pela Universidade de Mondragón – Espanha (2002), Gestão Estratégica da Educação pelo Veris-IBTA (2010) e Agroecologia pelo Instituto Federal do Paraná (2013). Atualmente é professora da Etec Benedito Storani e coordenadora de projetos na Unidade de Ensino Técnico e Médio do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Educação profissional, atuando principalmente nos seguintes temas: cooperativa-escola, ensino profissional, cooperativismo, metodologias de ensino, Educação de Jovens e Adultos – EJA e gestão. Coautora do livro Planejamento e Desenvolvimento do TCC (Fundação Padre Anchieta – Centro Paula Souza, 2011), autora do capítulo Metodologias de Ensino do livro Programa Especial de Formação Pedagógica (Centro Paula Souza, 2010) e coautora do livro Formação de Jovens e Adultos: (Re)construindo a prática pedagógica (2013).

**Fernanda Ferreira Boschini** é Mestre em Gestão e Desenvolvimento da Educação Profissional pelo Centro Paula Souza. Servidora Técnica administrativa da Educação no Instituto Federal de São Paulo (IFSP) – *campus* São Paulo. Atua na Coordenadoria de Documentação e Memória e no Centro de Memória «Professor Benedito Ananias da Silva», ambos do IFSP. Atualmente é líder do grupo de pesquisa NUPHMEPT – Núcleo de Pesquisa em História e Memória da Educação Profissional e Tecnológica. Atua em Ensino, Pesquisa, Extensão e Pós-graduação. Experiência na área de Educação, com ênfase nas relações entre Educação e Trabalho na Educação Profissional. Tem pesquisas na área de Formação Docente para a Educação Profissional e Tecnológica e História e Memória da Educação Profissional.

**Fernanda Mello Demai** tem Pós-Doutorado (2019) e Doutorado em Letras (Filologia e Língua Portuguesa – Lexicologia e Terminologia) pela Universidade de São Paulo – São Paulo



(2014), Mestrado em Linguística (Semiótica e Linguística Geral – Lexicologia e Terminologia – 2006) e Graduação (Bacharelado e Licenciatura) em Letras – Língua Portuguesa e Linguística (2003/ 2004) pela mesma Universidade. É Coordenadora de Projetos Pedagógicos na Unidade do Ensino Superior de Graduação do Centro Paula Souza (Cesu – Ceeteps – Área de Análise e Formulação de Currículos e Cursos). Possui experiência no Ensino Superior de Graduação Tecnológica e no Ensino Médio e Técnico. Ocupou a função de Diretora de Departamento do Grupo de Formulação e Análises Curriculares na Unidade do Ensino Médio e Técnico no Ceeteps (2011-2020). Em período anterior (2016-2017) foi Professora na Faculdade das Américas (Letras; Comunicação para Fins Específicos) e atualmente é Docente das áreas de Língua Portuguesa e Comunicação na Fatec SP. É membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em Memórias e História da Educação Profissional (GEPEMHEP) e do TermNeo (Observatório de neologismos do português brasileiro contemporâneo). É pesquisadora e autora com experiência profissional nas áreas/atividades: Linguística e Terminologia; Ensino de Língua Portuguesa e de Linguística; Ensino Instrumental; Comunicação Instrumental; produção e avaliação de material didático; elaboração e correção de provas para concursos; elaboração e análise de dicionários terminológicos e glossários de diversas áreas e de língua geral; Currículo de Educação Básica e de Educação Profissional e Tecnológica. Ministra palestras acerca de suas áreas de pesquisa e atuação profissional em diversas instituições, públicas e particulares. Presta serviços de Assessoria Linguística, redação, preparação e revisão de textos técnico-profissionais, institucionais, empresariais, acadêmicos e ou científicos.

**Gilson Rede** é Mestre em Gestão e Desenvolvimento da Educação Profissional do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza, na linha de pesquisa “Gestão e Avaliação da Educação Profissional”. Possui MBA em Gestão Empresarial pela FGV (2004) e Especialização em Gestão de Negócios pelo IPEP (2001). Graduado em Administração de Empresas, com Habilitação em Comércio Exterior pela UNIP (1999). No Segmento Corporativo, durante quase 25 anos foi colaborador do Banco Bradesco S/A. Como última função, liderou a área de apreçamento de produtos de crédito do Banco Bradesco S/A – Dep. de Empréstimos e Financiamentos (matriz da instituição), com larga experiência na área econômica e de crédito. É Diretor de Departamento – Grupo de Formulação e Análises Curriculares no Centro Paula Souza e Professor na Etec Professor Camargo Aranha. Professor Especialista de disciplinas do curso de Administração de Empresas.

**Guilherme Antonio Bim Copiano** é Professor de Ensino Médio e Técnico do Centro Paula Souza (desde 2016). Experiência na coordenação de cursos de História, Geografia e Turismo (2012-2016). Tem experiência na coordenação de Curso Técnico em Eventos (2016-2018). Possui Mestrado em Gestão e Desenvolvimento da Educação Profissional pelo Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza – Ceeteps (2021), especialização em Gestão e Organização da Escola com ênfase em Coordenação e Orientação Escolar pela Universidade Anhanguera – Uniderp (2021), especialização em Formação Pedagógica para Graduados e Não Graduados pelo Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza – Ceeteps (2018), especialização em Gestão Empresarial pela Universidade Nove de Julho – Uninove (2010), licenciatura em Ciências Sociais pela Universidade Cidade de São Paulo – Unicid (2020), licenciatura em História pela Universidade Anhanguera – Uniderp (2016) e bacharelado em Turismo pela Universidade Anhembi Morumbi – UAM (2000).



**Ivanete Bellucci Pires de Almeida** é Doutora em Educação pela Faculdade de Educação – UNICAMP (2009), área de concentração Ensino, Avaliação e Formação de Professores. Tem Mestrado em Educação área de concentração Formação de Professores e Avaliação. Graduação em Análise de Sistemas pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas (1982). Professora titular da Faculdade de Tecnologia Indaiatuba/SP e Sumaré/SP, com disciplinas pertinentes a sua área de atuação. Está afastada da docência para exercer a direção da Fatec Victor Civita – Tatuapé por sete anos e atualmente é diretora da Faculdade de Tecnologia Sumaré, desde 1 de julho de 2018. Pesquisadora do Programa de Mestrado em Gestão e Desenvolvimento da Educação Profissional do Ceeteps, do Grupo de Políticas Públicas. Ministrou a disciplina de Currículos e Programas. É Avaliadora do MEC/INEP desde 2000. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Currículo e suas Teorias; Gestão Escolar; Planejamento Educacional e Avaliação, atuando principalmente nos seguintes temas: Currículo, Avaliação Institucional, Avaliação de Aprendizagem (projeto longitudinal), Gestão Escolar, Métodos Quantitativos (uso de Análise Multivariada e Análise Fatorial). Pesquisadora em modelagem de dados por meio de Análise por Envoltória de Dados (DEA) e tecnologia da informação. É Membro do projeto de pesquisa sobre Internacionalização da Educação Profissional e Tecnológica financiado pela Fapesp (Processo 2018/03106-8). Na gestão, teve a oportunidade de estruturar e estar à frente de processos de implantação e reconhecimento de cursos, estruturar e dinamizar processos acadêmicos e administrativos, investir na constituição e formação do corpo docente e administrativo, implementar melhorias na estrutura física das unidades de Tatuapé e de Sumaré.

**Janaína Hunch Castilho Mirabelli** é Tecnóloga em Processamento de Dados pela Faculdade de Tecnologia de Taquaritinga (2001-2005). Tem especialização em Gestão Empresarial pelo Centro Universitário Barão de Mauá (2007-2008) e graduação em Tecnologia em Gestão Empresarial na Fatec de Jaboticabal (2017-2018). É servidora pública com cargo comissionado na Fatec de Jaboticabal desde 2009.

**Joana Célia de Oliveira Borini** é Licenciada em Geografia pela Unesp/Franca (1979) e Pedagoga pela Faculdade Soares de Oliveira de Barretos/SP. Tem Pós-Graduação “Lato Sensu” em Metodologia do Ensino Superior (1993), Pós-Graduação “Lato Sensu” em Análise de Texto e a Interdisciplinaridade (1995). Coordenou oficinas pedagógicas como a Semana da Educação em diversas instituições educacionais (1991/1998), proferiu comunicações em Universidades: Unesp, Unifran e Centro Paula Souza (1991/2018). Escreve artigos sobre a Educação Profissional participando de congressos nacionais e internacionais. Foi professora de Geografia na Etec Dr. Júlio Cardoso, de 1994 a 2022, desenvolvendo projetos no Centro de Memória da escola técnica, desde 2002. Membro Grupo de Estudos e Pesquisas em Memórias e História da Educação Profissional e Tecnológica (GEPEMHEP/ Centro Paula Souza) desde 2008.

**Júlia Naomi Kanazawa** é Licenciada em História pela Universidade Estadual Paulista (1990). Mestre em História Social pela Universidade de São Paulo (2008). Doutoranda em Educação na Universidade Estadual de Campinas. Docente da Etec Cônego José Bento/Ceeteps – SP. Professora coordenadora de projetos no Centro Paula Souza. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em Memórias e História da Educação Profissional (GEPEMHEP) desde 2008. Integrante, como estudante de doutorado, do Grupo de Pesquisa Memória, História e Educação – MEMÓRIA, da Faculdade de Educação da Uni-

versidade Estadual de Campinas. Tem experiência na área da Educação, com ênfase em ensino-aprendizagem. Atua como pesquisadora nos seguintes temas: história e memória da educação profissional, cultura material escolar e imigração japonesa.

**Jurema Rodrigues** tem Licenciatura Plena em Letras pela Faculdade Riopretense de Filosofia Ciências e Letras – FARFI (1984) e Licenciatura Plena em Pedagogia com Habilitação em Administração Escolar 1º e 2º graus pela Faculdade de Educação Antonio Augusto Reis Neves – Barretos/SP (1986). Tem Magistério Matérias Pedagógicas de 2º grau pela Faculdade de Educação Antonio Augusto Reis Neves – Barretos/SP (1992). Tem Pós-Graduação Lato Sensu em Psicopedagogia e Aprendizagem pela Associação Cultural e Educacional de Barretos (2002). Fez o curso de Aperfeiçoamento em Ferramentas e Estratégias na Educação Básica (2010) e Pós-Graduação Lato Sensu Modalidade Especialização em Educação Especial Inclusiva (2011), ambos pelo Instituto Superior de Educação de Barretos.

**Leonardo Lucas Madaleno** possui graduação em Agronomia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – Unesp/Jaboticabal (2004). Mestrado em Agronomia (Produção Vegetal) pela Unesp/Jaboticabal (2006) e Doutorado em Agronomia (Produção Vegetal) pela Unesp/Jaboticabal (2010). Atualmente, professor Nivel III do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza e diretor da Fatec Nilo de Stéfani/Jaboticabal. Tem experiência na área de Agronomia, com ênfase em Processos de Produção do Açúcar, Bioetanol, Cerveja e Fisiologia de Plantas Cultivadas.

**Liene Cunha Viana Bittar** possui Doutorado em Letras pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2003). Professora da Fatec Franca, tem experiência na área de Letras (Literatura) e Comunicação Social, com ênfase em Comunicação Empresarial. Atua principalmente nos seguintes temas: comunicação empresarial, comunicação e expressão, literatura portuguesa, literatura e história, estudos culturais, análise literária, educação a distância e metodologia da pesquisa.

**Lucília dos Anjos Felgueiras Guerra** tem Licenciatura Plena em Educação Artística com Habilitação em Música pela Universidade São Judas Tadeu (1989). Foi diretora da Escola Técnica Estadual de Artes no período de 2010-2014, coordenou projetos de capacitação para docentes das disciplinas da Área de Produção Cultural e Design e para o Ensino Médio. É professora de Artes do Ensino Médio e da Educação de Jovens e Adultos, professora de Teoria da Comunicação e História da Arte para cursos das áreas de Arte e Design. Organizou e elaborou 23 planos de curso para o Eixo Tecnológico Produção Cultural e Design, para o Centro Paula Souza e é responsável e colaboradora em vários projetos da área de Artes dentro da Instituição. Desde 2014 é diretora do Centro de Capacitação Técnica, Pedagógica e de Gestão do Centro Paula Souza, que promove a Formação Continuada de 17 mil docentes que atuam nas Escolas Técnicas e nas Faculdades de Tecnologia, além das equipes pedagógicas e administrativas. Tem Pós-graduação Lato Sensu pela Unesp no curso: Fundamentos da Cultura e das Artes e apresentou como tema de Conclusão de Curso: A Arte na Educação Profissional (2010). Kursou MBA em História da Arte e da Cultura Visual pela Unincor e apresentou como tema de Conclusão de Curso: A Educação da Sensibilidade – Construção do Conhecimento a Partir da Experiência Estética (2020). Cursa Pós-Graduação “Lato Sensu” na PUCSP-Pontifícia Universidade Católica de São Paulo o curso Arte, Crítica e Curadoria.

**Maria Alice Pius** possui graduação em Tecnologia em Construção Civil modalidade Edifícios pela Faculdade de Tecnologia de São Paulo (1988), mestrado em Engenharia de Produção pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (1999). Docente em Regime de Jornada na Faculdade de Tecnologia de São Paulo (Fatec-SP), categoria Professor de Ensino Superior III.

**Maria Lucia Mendes de Carvalho** é Pós-doutora em Museologia e Patrimônio pelo Museu de Astronomia e Ciências Afins (2017). Doutora em Planejamento e Desenvolvimento Rural Sustentável na Faculdade de Engenharia Agrícola da Universidade Estadual de Campinas (2013). Mestre em Engenharia Química pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (1989). Bacharel em Química pelo Instituto de Química da Universidade de São Paulo (1980), Engenheira Agrícola pela Faculdade de Engenharia Agrícola da Universidade Estadual de Campinas (1980), e Licenciatura Plena em Química pela Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (1981). Atuou em Centros de Pesquisas das Indústrias Químicas: Rhodia, Aquatec e Oxiten, como pesquisadora e, posteriormente, gerente de pesquisa e desenvolvimento (1981 a 1995). Professora do Programa de Mestrado Profissional em Gestão e Desenvolvimento da Educação Profissional (2020). É Coordenadora de Projetos na Unidade de Ensino Médio e Técnico no Centro Paula Souza (desde 2001), é líder do Grupo de Estudos e Pesquisas em Memórias e História da Educação Profissional e Tecnológica (GEPEMHEP) no CNPq. Tem experiência nas áreas de Ciência e Tecnologia dos Alimentos, de História da Alimentação e Nutrição, e História da Profissão Docente. Organizou os livros *Cultura, Saberes e Práticas* (2011), *Patrimônio, Currículos e Processos Formativos* (2013), *Patrimônio Artístico, Histórico e Tecnológico na Educação Profissional* (2015), *Coleções, Acervos e Centros de Memória* (2017), *Espaços, Objetos e Práticas* (2018), *Narrativas de Currículos, da Arquitetura Escolar aos seus Artefatos* (2020), *Concepções, Rupturas e Permanências* (2021), e os e-books *História Oral na Educação: memórias e identidades* (2014) e *Patrimônio Cultural da Química e da Dietética no Centro de Memória da Escola Técnica Estadual Carlos de Campos (SP): catálogo da pesquisa sobre a arquitetura escolar, artefatos e suas possibilidades de musealização* (2017).

**Maria Teresa Garbin Machado** possui graduação em Ciências Biológicas (Licenciatura) pelo Centro Universitário Barão de Mauá (1974) e graduação em Pedagogia (Licenciatura Plena) pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ituverava/SP (1979). Concluiu Mestrado em Educação no Centro Universitário Moura Lacerda, em Ribeirão Preto/SP (2007). Doutora em Educação Escolar, na área de História da Educação, pela Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara (FCLAR), da Universidade Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – Unesp (2014). Professora aposentada da Secretaria da Educação do estado de São Paulo (educação básica II), e do Centro Paula Souza, em 2022. Lecionou Biologia na Escola Técnica Estadual Professor Alcídio de Souza Prado, em Orlândia/SP, na qual foi diretora, de julho de 2004 a julho de 2012. Tem experiência como docente em Biologia Geral e Pedagogia, e atua como pesquisadora em história da educação brasileira, ensino profissional e currículo por competências. Participa do Grupo de Estudos e Pesquisas em Memórias e História da Educação Profissional do Centro Paula Souza – GEPEMHEP, desde 2008.

**Maricilde Oliveira Coelho** possui graduação em Pedagogia pela Universidade Federal do Pará (1986). Tem Mestrado em Educação pela Faculdade de Educação (2004) e Doutorado em Educação pela Universidade de São Paulo (2008) e pós-doutorado pela Universidade Federal

de Minas Gerais (2014). Atuando principalmente nos seguintes temas: História da educação, Cultura escolar, método de ensino, história cultural.

**Marlene Aparecida Guiseline Benedetti** fez Ciências Sociais na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Rio Claro (atual Unesp). Fez História na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Guaxupé/MG e Estudos Sociais na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ouro Fino/MG. Foi professora da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo. Foi Professora na Etec Trajano Camargo, em Limeira/SP, de 1995 a 2022. Pesquisadora sobre a história da escola Trajano Camargo, no Grupo de Estudos e Pesquisas em Memórias e História da Educação Profissional e Tecnológica (GEPEMHEP/Centro Paula Souza), desde 2008.

**Patrícia Costa** é Licenciada em Ciências Históricas e Mestre em Museologia com o tema “Museus no ensino industrial durante o século XIX” (2007), ambos, na Faculdade de Letras da Universidade do Porto (FLUP). Doutora em Geologia pela Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra (2013). Investigadora integrada no Instituto de História Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa. Professora afiliada do Departamento de Ciências e Técnicas do Patrimônio da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, desde 2014. É Coordenadora da Divisão de Documentação e Cultura do Instituto de Engenharia do Porto (ISEP), desde 1999.

**Paulo Eduardo da Silva** é graduado em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1985). Foi Professor da Secretaria de Educação de São Paulo de 1983 a 2018. A partir de 1995 passou a trabalhar no Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza (Ceeteps), onde desenvolveu diversos projetos. É membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em Memórias e História da Educação Profissional e Tecnológica (GEPEMHEP), onde desenvolve pesquisas em história da educação profissional no Estado de São Paulo. Desde 2011 se dedica à implantação do Centro de Memória Etec José Rocha Mendes. Juntamente com outros membros do GEPEMHEP participou da elaboração dos livros: Patrimônio, Currículos e Processos Formativos (2013), História Oral na Educação: memórias e identidades (2014), Patrimônio Artístico, Histórico e Tecnológico da Educação Profissional (2015), Coleções, Acervos e Centros de Memória (2017) e Espaços, Objetos e Práticas: memórias e história da educação profissional (2018). Participou também da elaboração do livro Currículo Escolar em Laboratório: A Educação Profissional e Tecnológica (2019) organizado por Almério Melquíades de Araújo e Fernanda Mello Demai e da apostila pré-vestibulinho (2006 Editora Gabarito) em conjunto com outros professores do Ceeteps. Atualmente, concentra suas atividades em pesquisa e aulas nas etecs do Centro Paula Souza.

**Shirley da Rocha Afonso** é Mestre em Ciências pela Universidade Federal de São Paulo (2021). Tem Especialização em Planejamento, Implantação e Gestão em Educação à Distância pela Universidade Federal de Fluminense (2015) e em Enfermagem Gerontológica e Geriátrica pela Universidade Federal de São Paulo (2008). Pós-graduada em Docência no Ensino Médio, Técnico e Superior na Área de Saúde pela Faculdade de Pinhais (2009). Possui Graduação em Enfermagem pela Universidade Paulista (2006) e Licenciatura no Programa Especial de Formação de Docentes para a Educação Básica pelo Instituto Federal de São Paulo (2019). É membro associada da Associação Brasileira de Enfermagem (ABEn) e, seção

São Paulo, Associação de Aprendizagem Baseada em Problemas e Metodologias Ativas de Aprendizagem (PAN-PBL). Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em Administração de Serviços de Saúde e Gerenciamento de Enfermagem (GEPAG) da EPE – UNIFESP, Grupo de Estudos e Pesquisas em Memórias e História da Educação Profissional e Tecnológica (GEPEMHEP) do Centro Paula Souza e Laboratório de Pesquisa em História do Conhecimento em Enfermagem e Saúde (GEHCES) da UFSC. É integrante do Departamento Científico de Enfermagem Gerontológica, ABEn-SP. Compõe a Comissão Assessora de Educação Profissional de Técnico em Enfermagem (CAETE) da ABEn-SP. É integrante do Centro de Preservação Histórica da ABEn-SP.

**Sueli Mara Oliani Oliveira Silva** possui graduação em Educação Artística pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas (1989). Tem experiência na área de Artes, com ênfase em Artes. Licenciada em Pedagogia Universidade de Uberaba (2009). Pós-Graduada em Metodologia do Ensino de Artes “Lato Sensu” pela Barão de Mauá (2013). É professora da Etec Professor Matheus Leite Abreu e membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em Memórias e História da Educação Profissional e Tecnológica (GEPEMHEP) desde 2014.

**Sueli Soares dos Santos Batista** realizou pós-doutorado no Departamento de História e Filosofia da Educação da Faculdade de Educação da Unicamp (2012). Possui mestrado (1997) e doutorado em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano pela Universidade de São Paulo (2002). É graduada em História pela USP (1992) e Filosofia pela Unicamp (2007). Coordena o Núcleo de Estudos em Tecnologia e Sociedade (NETS). Atualmente é professora e pesquisadora do Mestrado Profissional do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza (Ceeteps). Leciona nas Fatecs Tatuapé e São Paulo. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Fundamentos da Educação, atuando principalmente nas seguintes linhas de pesquisa: Avaliação de Políticas Educacionais, Conceitos e contextos socioculturais do trabalho e da tecnologia na interface com a educação, Educação Comparada, Memória e História da educação profissional e tecnológica, Concepções e Políticas de Educação Profissional e Tecnológica. Faz parte do Grupo de Trabalho de História da Infância e da Juventude da ANPUH-SP pesquisando as relações entre juventude, educação e trabalho. É professora pesquisadora do Laboratório de Políticas Públicas e Planejamento Educacional (Unicamp) e do Coletivo de Pesquisadores em Políticas Educacionais – COPPE (Unesp) e do Grupo Teoria Crítica e Formação Ético-Política (Ufscar). Coordenou projeto de pesquisa sobre internacionalização da educação profissional e tecnológica financiado pela Fapesp (Processo 2018/03106-8).

**Suzana Lopes Salgado Ribeiro** é professora, pesquisadora e mulher. Graduiu-se em História pela Universidade de São Paulo (Bacharelado 1998 e Licenciatura 2003). No programa de História Social – USP, fez Mestrado (2002) e Doutorado (2007 com estágio na Columbia University-NY). Por meio de suas pesquisas, desenvolveu um olhar especial para a questão de gênero e para a ação dos movimentos sociais. É, atualmente, professora auxiliar nível II, da Universidade de Taubaté – UNITAU, onde atua como Coordenadora geral do Núcleo de Educação a Distância, e integra o corpo docente do Mestrado em Desenvolvimento Humano: Formação, Políticas e Práticas Sociais e Mestrado Profissional em Educação. É também professora de Mestrado em Gestão e Desenvolvimento Regional do Centro Universitário do Sul de Minas. É pesquisadora do Necho em Rede – Núcleo de Estudos em História Oral, do Grupo de

Estudos e Pesquisas sobre Ensino de História e Práticas de Linguagem – Currículo, História e Cultura (GEPEH/UFMS); Pesquisadora colaboradora do Centro Simão Mathias de Estudos em História da Ciência e Pesquisadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas Interdisciplinares em Saberes e Práticas em Educação à Distância – UNITAU. A partir do que aprendeu com as pessoas e suas histórias de vida escreveu livros, entre os quais: “Guia prático de História Oral” (2011), “Vozes da marcha pela terra” (indicado para o prêmio Jabuti em 1998), “Vozes da Terra – história de vida dos assentados rurais de São Paulo” (2005) e “Produção do conhecimento histórico” (2009/2010), além artigos em livros e periódicos. Tem experiência de pesquisa e de docência em Educação, História e Metodologia de Pesquisa, atuando principalmente com os seguintes temas: História Oral, Memória, Identidade, Direitos, Diversidade, Diferença, Práticas Docentes, Formação de Professores e Ensino de História.

**Vinicius Moraes Raszl** Mestre Profissional em Gestão e Desenvolvimento da Educação Profissional, possui graduação em Turismo pela Universidade de São Paulo e Especialização Lato Sensu em Política e Sociedade. Atualmente é professor de cursos técnicos no Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza (Ceeteps), nesta mesma instituição, atua junto ao Grupo de Estudos de Educação a Distância como professor conteudista e, também, no Grupo de Formulação e Análise Curricular (GFAC). Já ministrou aulas em cursos técnicos de agenciamento de viagens e guia de turismo. Tem experiência na área de consultoria e pesquisa de opinião pública em Turismo e ações e eventos ligados à área de marketing promocional.







Com o olhar voltado aos desafios do futuro, o Centro Paula Souza (CPS) valoriza a preservação da memória como referência na compreensão da trajetória da educação profissional e dos caminhos que estão sendo trilhados na construção dos novos tempos.

Por desempenharem um papel tradicional na formação de cidadãos preparados para atender às transformações constantes do mundo do trabalho, as Escolas Técnicas (Etecs) e as Faculdades de Tecnologia (Fatecs) do Estado de São Paulo precisam inovar e reinventar-se dia após dia. Esse é um trabalho feito com a responsabilidade e a segurança de quem mantém vivo o seu patrimônio histórico e cultural.

No livro Edifícios, Patronos e Diversidade na Gestão Escolar, da coleção Memórias e História da Educação Profissional e Tecnológica, estão reunidos estudos sobre a evolução da arquitetura escolar, a importância da diversidade na gestão e a relevância dos patronos na consolidação da história institucional. Afinal, o CPS carrega em seu próprio nome o legado de um idealizador que revolucionou o progresso industrial e intelectual do País.

A obra é resultado da Jornada Patrimônio Cultural da Educação Profissional e Tecnológica, comemorativa ao jubileu de ouro da instituição. O evento marca o início de uma nova era, em que a evolução do nosso modelo de ensino segue o rumo de forma sólida e fundamentada em raízes permanentes.

Prof<sup>a</sup> Laura Laganá  
Diretora-superintendente  
do Centro Paula Souza



CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA PAULA SOUZA  
Unidade do Ensino Médio e Técnico

Rua dos Andradas, 140 – Santa Ifigênia  
01208-000 – São Paulo – Tel.: (11) 3324-3300

[www.cps.sp.gov.br](http://www.cps.sp.gov.br)